



Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

Edição N° 537

Sexta-feira - 23 de Julho de 2010

Florianópolis/SC

Sumário

Municípios

Antônio Carlos	1
Ascurra	2
Biguaçu	4
Caçador	4
Campo Alegre	14
Campos Novos	26
Canoinhas	31
Capinzal	31
Catanduvas	33
Chapadão do Lageado	54
Concórdia	81
Coronel Martins	81
Curitibanos	82
Forquilha	89
Fraiburgo	90
Garopaba	91
Gaspar	96
Herval do Oeste	97
Imbituba	98
Irineópolis	98
Itapoá	99
Joaçaba	135
Massaranduba	136
Meleiro	140
Monte Carlo	142
Nova Trento	142
Novo Horizonte	147
Paulo Lopes	147
Porto União	171
Rio do Sul	178
Salto Veloso	193
Santa Terezinha do Progresso	195
São Lourenço do Oeste	204
São Pedro de Alcântara	204
Schroeder	205
Três Barras	219
Turvo	219
Videira	241

Antônio Carlos

PREFEITURA MUNICIPAL

Decreto Nº. 89/2010

DECRETO Nº. 89/2010 de 19 de Julho de 2010

Abre Crédito Adicional Suplementar - Excesso de Arrecadação no Orçamento Programa de 2010.

GERALDO PAULI, Prefeito Municipal de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições e de conformidade com a Lei nº. 1.246 de 08 de Dezembro de 2009.

DECRETA:

Artigo 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R\$ 68.064,88 para as seguintes dotações orçamentárias:

06 - SECRETARIA TRANSP, OBRAS E SERV. PUBLICOS

06.01 - SECRETARIA TRANSP, OBRAS E SERV. PUBLICOS

06.01.15.451.0007.1.022-4.4.90.00.00.00.00 - Aplicações Diretas R\$ 68.064,88

Artigo 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior, serão utilizados recursos provenientes da anulação parcial e/ou total das seguintes dotações orçamentárias:

Subtrair excesso de arrecadação R\$ 68.064,88

Artigo 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Antônio Carlos, em 19 de julho de 2010.

GERALDO PAULI

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto na Secretaria da Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, em 19 de julho de 2010.

MAURO CEZAR DA SILVEIRA

Secretário de Administração e Finanças

Decreto Nº. 92/2010

DECRETO Nº. 92/2010 de 21 de Julho de 2010

Abre Crédito Adicional Suplementar - Superávit Financeiro no Orçamento Programa de 2010.

GERALDO PAULI, Prefeito Municipal de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições e de conformidade com a Lei nº. 1.246 de 08 de Dezembro de 2009.

DECRETA:

CIGA - Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

Antoninho Tiburcio Gonçalves - Presidente • Edinando Brustolin - Diretor Executivo

Emerson Souto - Gerente de Tecnologias da Informação • Dantes Guilherme - Diagramador • Tales Tombini - Diagramador

Praça XV de novembro, 270 - Centro - 88010-400 - Florianópolis / Santa Catarina - Fone/Fax (48) 3221 8800

contato@diariomunicipal.sc.gov.br

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Artigo 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R\$ 5.000,00 para as seguintes dotações orçamentárias:

06 - SECRETARIA TRANSP, OBRAS E SERV. PUBLICOS
06.01 - SECRETARIA TRANSP, OBRAS E SERV. PUBLICOS
06.01.26.782.0008.1.032-4.4.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas R\$ 5.000,00

Artigo 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior, serão utilizados recursos provenientes da anulação parcial e/ou total das seguintes dotações orçamentárias:

Subtrair superávit financeiro R\$ 5.000,00

Artigo 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Antônio Carlos, em 21 de julho de 2010.
GERALDO PAULI
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto na Secretaria da Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, em 21 de julho de 2010.

MAURO CEZAR DA SILVEIRA
Secretário de Administração e Finanças

Aviso de Licitação - PR N° 89/2010

AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório: nº 89/2010; Modalidade: Pregão Presencial; Tipo: Menor Preço Por Item; Objeto: A presente Licitação tem por objeto a Aquisição de tubos de concreto para construção de bueiros em estradas vicinais do perímetro rural, para a secretaria de obras do Município de Antonio Carlos, conforme descrito no edital e seus anexos; Entrega dos envelopes e abertura: dia 05/08/2010 às 09:00 (nove) horas.

Obtenção dos Editais e informações, no setor de licitações da Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, Praça Anchieta nº 10, Centro, Antônio Carlos, SC, das 7:30 as 11:30 e das 13:00 às 17:00 horas, fone (48)3272-1123. Ou no site www.antoniocarlos.sc.gov.br

Antônio Carlos, 22 de julho de 2010.
GERALDO PAULI
Prefeito Municipal

Extrato de Ata de Registro De Preço N° 135/2010

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO

Ata de Registro de Preço nº: 135/2010; Origem: Licitação nº. 81/2010 - Pregão Presencial; Contratante: Prefeitura Municipal de Antônio Carlos; Contratada: Radial Engenharia, Construções e Dragagens Ltda; Objeto: Contratação de empresa especializada para execução de serviços em reposição de pavimentação Asfáltica (tapa buraco), através do uso de unidade móvel alto propulsora acoplada em caminhão especial a realização de pequenos reparos em todas as vias públicas de pavimentação asfáltica do Município de Antonio Carlos; Valor: R\$ 50.260,00 (cinquenta mil, duzentos e sessenta reais).

Antônio Carlos, 20 de julho de 2010.
GERALDO PAULI
Prefeito Municipal

Ascurra

PREFEITURA MUNICIPAL

Lei Complementar N° 102

LEI COMPLEMENTAR nº 102 de, 13 de maio de 2010.
Regulamenta o tratamento diferenciado e favorecido às microempresas, às empresas de pequeno porte e aos microempresários individuais de que trata a Lei Complementar Federal nº 123/2006, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Ascurra, Estado de Santa Catarina.
Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

CAPÍTULO I DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º - Esta lei regulamenta e consolida o tratamento jurídico diferenciado e simplificado para as microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais, em conformidade com o disposto nos arts. 146, III, "d", 170, IX, e 179 da Constituição Federal e as disposições contidas na Lei Complementar Federal nº 123, de 14 de dezembro de 2006, e alterações posteriores.

Parágrafo único - Para fins do disposto nesta lei, aplicam-se as definições de microempresa, de empresa de pequeno porte e de microempreendedor individual contidas na Lei Complementar Federal nº 123, de 14 de dezembro de 2006, e alterações posteriores.

CAPÍTULO II DA INSCRIÇÃO, LEGALIZAÇÃO E BAIXA

Seção I Das Diretrizes

Art. 2º - Os órgãos públicos municipais envolvidos no processo de abertura e fechamento de empresas observarão a unicidade do processo de registro e de legalização, devendo para tanto articular as competências próprias com aquelas dos demais órgãos das outras esferas envolvidas na formalização empresarial, buscando compatibilizar e integrar procedimentos, de modo a evitar a duplicidade de exigências e garantir a linearidade do processo, da perspectiva do empresário.

Art. 3º - Deverão ser mantidas à disposição dos empresários, de forma presencial e pela rede mundial de computadores, informações, orientações e instrumentos que permitam pesquisa prévia à etapa de inscrição, alteração e baixa de empresas, de modo a prover a certeza quanto à documentação exigível e quanto à viabilidade da inscrição.

Art. 4º - Os procedimentos relativos à consulta de viabilidade, inscrição, alteração e baixa de empresas serão realizados por meio de sistemas informatizados, integrados ao Projeto Registro Mercantil Integrado - REGIN.

Parágrafo único - Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a tomar todas as providências necessárias para completa integração dos referidos sistemas.

Art. 5º - O Município adotará, para fins de cadastramento, a codificação prevista na Classificação Nacional de Atividades Econômicas - CNAE.



Parágrafo único - O Chefe do Poder Executivo regulamentará a forma de atualização cadastral das empresas já inscritas no Município e respectiva vinculação à Classificação Nacional de Atividades Econômicas - CNAE.

Seção II

Da Consulta de Viabilidade e Da Inscrição

Art. 6º - É obrigatória a realização da consulta de viabilidade previamente ao pedido de inscrição da microempresa, da empresa de pequeno porte e do microempresário individual, a qual será efetuada por meio do sistema Registro Mercantil Integrado - Regin, disponível no sítio oficial do Município, e requerida preferencialmente por contador ou técnico contábil devidamente registrado no respectivo conselho de classe.

§ 1º - A consulta de viabilidade deverá bastar a que o empresário seja informado pelos órgãos competentes:

I - da descrição oficial do endereço de seu interesse e da possibilidade de exercício da atividade econômica desejada no local escolhido;

II - de todos os requisitos a serem cumpridos para obtenção de licenças de autorização de funcionamento, segundo a natureza da atividade econômica pretendida, o porte, o grau de risco e a localização.

§ 2º - Os órgãos competentes disporão do prazo de trinta (30) dias, a contar da data da realização da consulta no Regin, para emitir o respectivo parecer, o qual poderá ser pelo:

I - Deferimento da consulta de viabilidade, nos casos de atendimento de todas as normas de ocupação do solo, posturas, segurança pública, vigilância sanitária e meio ambiente;

II - Indeferimento da consulta de viabilidade, nos casos em que não forem atendidas todas as normas de ocupação do solo, posturas, segurança pública, vigilância sanitária e meio ambiente.

§ 3º - Na hipótese do inciso II do § 2º deste artigo, o atendimento de todas as normas de ocupação do solo, posturas, segurança pública, vigilância sanitária e meio ambiente, deverá ser cumprido anteriormente ao pedido de inscrição e/ou expedição do alvará de localização e funcionamento da microempresa, da empresa de pequeno porte ou do microempreendedor individual.

§ 4º - O contador ou escritório de contabilidade optante pelo Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas microempresas e empresas de pequeno porte - Simples Nacional deverá prestar orientações e efetuar o pedido de consulta de viabilidade gratuitamente ao microempreendedor individual, nos termos do artigo 18, § 22-B, inciso I, da Lei Complementar Federal nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

§ 5º - Ao microempreendedor individual será facultada a realização de consulta de viabilidade tão-somente para o exercício de atividades econômicas constantes na regulamentação específica aprovada pelo Comitê Gestor do Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar Federal nº 123, de 14 de dezembro de 2006, e alterações posteriores.

§ 6º - A consulta de viabilidade de que trata este artigo será gratuita.

Art. 7º - O processo de registro do microempreendedor individual deverá ter trâmite especial, opcional para o empreendedor na forma disciplinada pelo Comitê para Gestão da Rede Nacional para a Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e

Negócios.

§ 1º - A inscrição do microempreendedor individual deverá ser realizada no Portal do Empreendedor, disponível no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br, após a realização e deferimento da consulta de viabilidade previsto no artigo 6º desta lei.

§ 2º - A realização de inscrição do microempreendedor individual diretamente no Portal do Empreendedor, prescindida da realização e deferimento da consulta de viabilidade, resultará no indeferimento da inscrição municipal e revogação de eventuais documentos emitidos anteriormente à análise do pedido de inscrição pelo Município, em especial dos registros provisórios do CNPJ e do NIRE.

§ 3º - O microempreendedor individual fica isento do pagamento de todas as taxas relativas à primeira inscrição.

§ 4º - A partir do segundo ano da inscrição municipal, aplicar-se-ão ao microempreendedor individual as disposições legais relativas às taxas aplicáveis às demais empresas.

Art. 8º - A inscrição da microempresa e da empresa de pequeno porte deverá ser realizada no sítio oficial do Município, ou outro meio disponibilizado, após o deferimento da consulta de viabilidade.

CAPÍTULO III DO REGIME TRIBUTÁRIO

Art. 9º - As microempresas, as empresas de pequeno porte e os microempreendedores individuais optantes pelo Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas microempresas e empresas de pequeno porte - Simples Nacional, relativamente ao Imposto Sobre Serviços - ISS, cingir-se-ão às disposições fixadas pela Lei Complementar Federal nº 123, de 14 de dezembro de 2006, e suas alterações, e pelas normas expedidas pelo Comitê Gestor do Simples Nacional.

Art. 10 - O valor devido mensalmente a título de ISS pelas microempresas optantes pelo Simples Nacional que auferirem receita bruta, no ano-calendário anterior, igual ou inferior ao valor definido no § 18, do art. 18, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, será por estimativa, no valor mensal de R\$ 100,00 (cem reais).

§ 1º - O valor estimado mensal, nos termos do caput, será aplicado a partir do exercício seguinte ao da publicação desta lei.

§ 2º - As microempresas que possuam mais de um estabelecimento ou que estejam no ano-calendário de início de atividades ficam impedidas de utilizar o disposto neste artigo.

§ 3º - O valor estimado apurado na forma deste artigo será devido ainda que tenha ocorrido retenção ou substituição tributária.

§ 4º - O valor estimado apurado na forma deste artigo deverá ser incluído no valor devido pela microempresa relativamente ao Simples Nacional, quando da geração do Documento de Arrecadação do Simples Nacional (DAS).

Art. 11 - A retenção na fonte de ISS devido pelas microempresas ou pelas empresas de pequeno porte optantes pelo Simples Nacional somente será permitida se observado o disposto no art. 3º da Lei Complementar nº 116, de 31 de julho de 2003, e deverá observar as seguintes normas:

I - a alíquota aplicável na retenção na fonte deverá ser informada no documento fiscal e corresponderá ao percentual de ISS pre-



visto nos Anexos III, IV ou V da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, para a faixa de receita bruta a que a microempresa ou a empresa de pequeno porte estiver sujeita no mês anterior ao da prestação;

II - na hipótese de o serviço sujeito à retenção ser prestado no mês de início de atividades da microempresa ou da empresa de pequeno porte, deverá ser aplicada pelo tomador a alíquota correspondente ao percentual de ISS referente à menor alíquota prevista nos Anexos III, IV ou V da Lei Complementar nº 123/2006;

III - na hipótese do inciso II deste artigo, constatando-se que houve diferença entre a alíquota utilizada e a efetivamente apurada, caberá à microempresa ou empresa de pequeno porte prestadora dos serviços efetuar o recolhimento dessa diferença no mês subsequente ao do início de atividade em guia própria do Município;

IV - na hipótese de a microempresa ou empresa de pequeno porte estar sujeita à tributação do ISS no Simples Nacional por valores fixos mensais, não caberá a retenção a que se refere este artigo;

V - na hipótese de a microempresa ou empresa de pequeno porte não informar a alíquota de que tratam os incisos I e II deste artigo no documento fiscal, aplicar-se-á a maior alíquota correspondente ao percentual de ISS prevista nos Anexos III, IV ou V da Lei Complementar Federal nº 123, de 14 de dezembro de 2006;

VI - não será eximida a responsabilidade do prestador de serviços quando a alíquota do ISS informada no documento fiscal for inferior à devida, hipótese em que o recolhimento dessa diferença será realizado em guia própria do Município;

VII - o valor retido, devidamente recolhido, será definitivo, e sobre a receita de prestação de serviços que sofreu a retenção não haverá incidência de ISS a ser recolhido no Simples Nacional.

Parágrafo Único - Os microempreendedores individuais, as microempresas e as empresas de pequeno porte devem informar na nota fiscal sua situação jurídica e enquadramento fiscal, para os fins deste artigo.

Art. 12 - Os escritórios de contabilidade, mesmo que optantes pelo Simples Nacional, recolherão o ISS em valor fixo, de acordo com o Código Tributário Municipal, por meio de Documento de Arrecadação Municipal (DAM).

Art. 13 - Sem prejuízo do cumprimento das disposições da Resolução CGSN nº 10/2007 pelos microempreendedores individuais, microempresas e empresas de pequeno porte, o Chefe do Poder Executivo poderá estabelecer, por decreto, outras obrigações acessórias para estes contribuintes.

CAPÍTULO IV DA FISCALIZAÇÃO

Art. 14 - Sem prejuízo de sua ação específica, a autoridade fiscal exercerá sua atividade prioritariamente de maneira orientadora e não punitiva junto ao microempreendedor individual, à microempresa e à empresa de pequeno porte.

Parágrafo único - Sempre que possível e a infração não colocar em risco os consumidores e os trabalhadores, o auto de infração será precedido de intimação com prazo de 30 (trinta) dias para solucionar a irregularidade.

Art. 15 - Fica autorizado o Município de Ascurra a firmar convênio com a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, para realizar a inscrição em dívida ativa municipal e a cobrança judicial dos tributos municipais a que se refere a Lei Complementar nº 123, de 14 de

dezembro de 2006, e alterações posteriores.

CAPÍTULO V DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 16 - O Município de Ascurra adotará a Tabela de Riscos das Atividades Econômicas de que trata o Anexo Único desta Lei.

Art. 17 - Compete ao Chefe do Poder Executivo regulamentar esta lei e promover ampla divulgação do tratamento diferenciado e favorecido dado às microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais.

Art. 18 - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir do primeiro dia útil subsequente à sua publicação.

Art. 19 - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 13 de maio de 2010.
MOACIR POLIDORO
Prefeito de Ascurra/SC.

Publicada a presente Lei na forma Regulamentar.
Município de Ascurra em, 13 de maio de 2010.

MARIA DE FÁTIMA MARTINS
Fiscal de Tributos

Biguaçu

PREFEITURA MUNICIPAL

Republicação de Licitação PP 167 PMB

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE BIGUAÇU
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DIVISÃO DE LICITAÇÃO
AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL 167/2010-PMB

OBJETO: Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de caminhão hidrojetado para limpeza de tubulações de esgotos e redes pluviais. Data da abertura da documentação e proposta de preços: 04/08/2010 às 14:00 hrs. Local para obtenção do edital: Setor de Licitação da PMB, mediante a apresentação de um disquete ou pen-drive.

Maiores informações poderão ser obtidas pelo fone: 48- 3279-8020, 8023 e 8035.

Biguaçu 21 de Julho de 2010.
JOSÉ CASTELO DESCHAMPS
Prefeito Municipal

Caçador

PREFEITURA MUNICIPAL

Lei 2.728

L E I Nº 2.728, de 19 de julho de 2010.

Dispõe sobre as diretrizes orçamentárias do Município, as metas e objetivos da Administração, seus recursos financeiros e as bases



para preparação do orçamento para o exercício financeiro de 2011 e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, faço saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte,

L E I:
CAPÍTULO I
DISPOSIÇÃO PRELIMINAR

Art. 1º Ficam estabelecidas, em cumprimento ao disposto no § 2º, do art. 165, da Constituição Federal, no art. 4º, da Lei Complementar Federal nº 101, do art. 140, da Lei Orgânica do Município de Caçador, de 05 de abril de 1990 e emenda 05/2003, as diretrizes orçamentárias do Município, relativas ao exercício de 2011 compreendendo:

- I - as metas e prioridades da Administração Pública Municipal, de acordo com o Plano Plurianual 2010/2013;
- II - a organização e estrutura dos orçamentos;
- III - as diretrizes gerais para a elaboração e a execução dos orçamentos do Município, e suas alterações;
- IV - as disposições sobre dívida pública do Município;
- V - as disposições sobre despesas do Município com pessoal e seus encargos sociais;
- VI - as disposições sobre alterações na Legislação Tributária do Município;
- VII - as disposições gerais.

CAPÍTULO II
DAS METAS E PRIORIDADES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 2º As metas e prioridades da Administração Municipal para o exercício financeiro de 2011 são aquelas especificadas no Anexo Relatório das Metas e Prioridades das Despesas por Programa, desta Lei (Art. 4º, § 1º da LRF), podendo na medida das necessidades, serem incluídos novos programas, desde que previstos no Plano Plurianual.

§ 1º Os recursos estimados na Lei Orçamentária para 2011 (LOA) serão destinados, preferencialmente, para as prioridades estabelecidas no Anexo desta Lei, não se constituindo, todavia, em limite à programação das despesas.

§ 2º Na elaboração da proposta orçamentária para 2011 (LOA) o Poder Executivo poderá aumentar ou diminuir as metas estabelecidas nesta Lei a fim de compatibilizar a despesa orçada com a receita estimada, de forma a assegurar o equilíbrio das contas públicas.

§ 3º O anexo de prioridades e metas conterá, no que couber, o disposto no § 2º do art. 4º da Lei de Responsabilidade Fiscal.

§ 4º O Município aplicará, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) de sua receita resultante de impostos, na manutenção e desenvolvimento de ensino infantil e fundamental, nos termos do art. 212 da Constituição Federal, bem como atenderá os dispositivos da Emenda Constitucional nº 29, de 13 de setembro de 2000, nos serviços públicos de saúde, com a aplicação de no mínimo 15% das referidas receitas.

CAPÍTULO III
DA ESTRUTURA DOS ORÇAMENTOS

Art. 3º O orçamento fiscal para o exercício financeiro de 2011 abrangerá o Poder Legislativo, o Poder Executivo, seus Fundos, Fundações e Autarquias e será elaborado levando-se em conta a Estrutura Organizacional da Prefeitura obedecendo-se à classifica-

ção por função e subfunção, em conformidade com a Portaria nº 42 do Ministério do Orçamento e Gestão e Portaria Interministerial nº 163, de 4 de maio de 2001, com alterações posteriores, quanto à natureza das despesas.

Parágrafo único. As eventuais alterações e modificações da estrutura da Administração Direta e Indireta, realizadas até a aprovação do orçamento, serão consideradas quando da elaboração deste.

Art. 4º A Lei do Orçamento Anual - LOA, evidenciará a Receita por rubrica em cada Unidade Gestora e a Despesa de cada Unidade Gestora, por função, subfunção, programa, projeto atividade, na forma dos seguintes Adendos:

- I - demonstrativo da receita e despesa, segundo as categorias econômicas (Anexo I, da Lei 4.320/64 e Adendo II da Portaria SOF/SEPLAN Nº 8/85);
- II - demonstrativo da receita, segundo as categorias econômicas (Anexo II, da Lei 4.320/64 e Adendo III da Portaria SOF/SEPLAN Nº 8/85);
- III - resumo geral natureza da despesa (Anexo II, da Lei 4.320/64 e Adendo III da Portaria SOF/SEPLAN Nº 8/85);
- IV - programa de trabalho (Anexo VI, da Lei 4.320/64 e Adendo V da Portaria SOF/SEPLAN Nº 8/85);
- V - programa de trabalho de governo - demonstrativo de funções, subfunções e por projetos e atividades (Anexo VII da Lei 4.320/64 e Adendo VI da Portaria SOF/SEPLAN Nº 8/85);
- VI - demonstrativo da despesa por funções e subfunções conforme o vínculo com os recursos (Anexo VIII, da Lei 4.320/64 e Adendo VII da Portaria SOF/SEPLAN Nº 8/85);
- VII - demonstrativo da despesa por órgãos e funções (Anexo IX da Lei 4.320/64 e Adendo VIII da Portaria SOF/SEPLAN Nº 8/85);
- VIII - demonstrativo da evolução da receita realizada por fontes dos três últimos exercícios, da estimada para o exercício corrente e da projetada para dois exercícios seguintes, conforme disposto no art. 12 da Lei de Responsabilidade Fiscal;
- IX - demonstrativo da evolução da despesa realizada por elemento dos dois últimos exercícios, da fixada para o exercício corrente e para os dois exercícios seguintes;
- X - demonstrativo do orçamento fiscal e da seguridade social;
- XI - demonstrativo dos riscos fiscais considerados para 2011 (Art. 5º, III);
- XII - demonstrativo da apuração do resultado primário e nominal para o exercício de 2011 (Art. 4º, § 1º e 9º da LRF).

§ 1º Os Orçamentos dos Fundos, Fundações e Autarquias que acompanham o Orçamento Geral do Município, evidenciarão suas receitas e despesas conforme disposto no caput deste artigo.

§ 2º Os subprojetos e as subatividades poderão ser agrupados em projetos e atividades contendo a descrição sucinta dos respectivos objetivos.

Art. 5º A mensagem que encaminhar ao Poder Legislativo até 31 de outubro de 2010 o Projeto de Lei Orçamentária Anual conterá:

- I - quadro demonstrativo da evolução da receita dos exercícios de 2007, 2008 e 2009, previsão para 2010, 2011, 2012 e 2013 com justificativa da estimativa para 2011, acompanhado de metodologia e memória de cálculo; (Art. 12 da LRF)

- II - quadro demonstrativo da evolução da despesa por categoria econômica, dos exercícios de 2007, 2008 e 2009, fixada para 2010 e 2011 e projetada para 2012 e 2013;

- III - quadro demonstrativo da dívida fundada por contrato, com identificação do credor, saldo em 31/12/2009, programa de desembolso do principal e acessórios nos exercícios de 2010, 2011, 2012 e 2013;

- IV - justificativa sobre as estimativas de renúncia de receita para o exercício de 2011;

- V - quadro demonstrativo das receitas correntes líquidas de 2007,



2008, 2009 e 2010, despesas com pessoal por Poder no mesmo período e percentual de comprometimento;
VI - demonstrativo da compatibilização da programação dos orçamentos com a LDO;
VII - demonstrativo das medidas de compensação de renúncia de receita e/ou aumento de despesas obrigatórias de caráter continuado;
VIII - demonstrativo da aplicação das receitas de alienações e de operações de crédito, se for o caso.

CAPÍTULO IV DAS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO E A EXECUÇÃO DOS ORÇAMENTOS DO MUNICÍPIO

Art. 6º O orçamento para o exercício de 2011 obedecerá ao princípio da transparência e do equilíbrio das contas públicas, abrangendo o Poder Legislativo, Executivo, seus Fundos, Fundações e Autarquias. (Art. 1º, § 1º e Art. 4º, I, "a" da LRF).

Art. 7º Os estudos para definição do Orçamento da Receita para 2011 deverão observar as alterações da legislação tributária, variação do índice de preços, incentivos fiscais autorizados, a inflação do período, o crescimento econômico, a valorização imobiliária e a evolução da receita municipal nos últimos três exercícios, e qualquer outro fator relevante, em conformidade com os critérios estabelecidos no art. 12 da LRF.

Art. 8º Na execução do orçamento, verificado que o comportamento da receita poderá afetar o cumprimento das metas estabelecidas, os Poderes Legislativo e Executivo, e forma proporcional as suas dotações, adotarão o mecanismo da limitação de empenhos no montante necessário, para as seguintes despesas: (Art. 9º da LRF)
I - redução de despesas com manutenção e custeio;
II - redução no ritmo dos investimentos programados.

Art. 9º As despesas obrigatórias, de caráter continuado, deverão ter no exercício de 2011 dotações orçamentárias suficientes e suas expansões deverão observar os índices de crescimento da RCL apurada no exercício de 2009. (Art. 4º, § 2º da LRF)

Art. 10. Constituem riscos fiscais capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas do Município, aqueles constantes do Anexo desta Lei, Demonstrativo de Riscos Fiscais e Providências. (Art. 4º, §3º da LRF)

§ 1º Os riscos fiscais, caso se concretizem, serão atendidos com recursos da Reserva de Contingência, do Excesso de Arrecadação e do Superávit Financeiro do exercício de 2010.

§ 2º Sendo estes recursos insuficientes, o Executivo Municipal encaminhará projeto de lei a Câmara, propondo a anulação de recursos alocados para investimentos, desde que não vinculados ou já comprometidos.

Art. 11. O orçamento para o exercício de 2011, contemplará recursos para a Reserva de Contingência, limitados até 10% da Receita Corrente Líquida prevista, destinada a atender os passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos. (Art. 5º, III, "d" da LRF)
Parágrafo único. Para efeito desta Lei, entende-se como eventos fiscais imprevistos, as despesas diretamente relacionadas ao funcionamento e manutenção dos serviços da Administração Pública Municipal não orçadas ou orçadas a menor.

Art. 12. Os investimentos com duração superior a 12 (doze) meses só constarão da Lei Orçamentária Anual se contemplados no Plano Plurianual. (Art. 5º, § 5º da LRF)

Art. 13. O Executivo Municipal deverá elaborar até 30 dias após a publicação da Lei Orçamentária Anual, o cronograma anual de desembolso mensal para suas unidades gestoras. (Art. 8º da LRF)

Art. 14. O Poder Executivo poderá firmar convênios com outras esferas de governo, entidades particulares ou públicas, visando ao desenvolvimento do programa de governo.

Art. 15. Os projetos e atividades com dotações vinculadas a recursos de convênios, operações de crédito e outros, só serão executados e utilizados se ocorrer o seu ingresso no fluxo de caixa. (Art. 8º, parágrafo único da LRF)

§ 1º Os recursos vinculados, oriundos de convênios e operações de crédito, não serão considerados na apuração do excesso de arrecadação para fins de abertura de créditos adicionais suplementares ou especiais.

§ 2º Os recursos de convênios não previstos nos orçamentos da receita ou o seu excesso de arrecadação, poderão ser utilizados como fonte de recursos para abertura de crédito suplementar ou especial.

Art. 16. As renúncias de receita, estimadas para o exercício financeiro de 2011, são as constantes do Anexo desta Lei, Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita e serão consideradas para efeito de cálculo do orçamento da receita. (Art. 4º, § 2º, V e Art. 14, I da LRF)

Art. 17. A transferência de recursos do Tesouro Municipal a entidades, beneficiará somente aquelas de caráter educativo, cultural, assistencial de saúde, assistencial recreativo, esportivo e de cooperação técnica. (Art. 4º, I, "f" da LRF)

§ 1º Não se aplica o disposto neste artigo às contribuições estatutárias devidas as entidades associativas municipalistas, a que o Município for associado.

§ 2º As entidades beneficiadas com recursos do Município deverão prestar contas dos valores recebidos no prazo de 60 (sessenta) dias, contados da data do repasse, ficando impedidas de receberem novos recursos enquanto não atendido o disposto neste parágrafo.

§ 3º O Poder Executivo disciplinará a liberação dos recursos financeiros a entidades beneficiadas através de Decreto em até 30 (trinta) dias após a aprovação da lei orçamentária.

§ 4º As entidades interessadas deverão apresentar o plano de trabalho e demais documentos requeridos pelo Decreto citado no § 3º, até o dia 31 de março de 2011.

§ 5º Com base nos requerimentos protocolados na forma do § 4º, o Executivo estabelecerá o cronograma de desembolso dos recursos.

Art. 18. Para efeito do disposto no art. 16, § 3º da Lei de Responsabilidade Fiscal, são consideradas despesas irrelevantes, aquelas decorrentes de ação governamental nova, cujo impacto orçamentário-financeiro num exercício não excedam o valor, para bens e serviços, dos limites para dispensa de licitação, fixado nos incisos I e II do art. 24 da Lei 8.666/93, devidamente atualizado.

Art. 19. Nenhum projeto novo poderá ser incluído no orçamento, sem antes ter assegurado recursos suficientes para obras ou etapa de obras em andamento e para conservação do patrimônio público, salvo projetos programados com recursos de convênios e operações de crédito. (Art. 45 da LRF)

Art. 20. Despesas de custeio de competência de outros entes da Federação só serão assumidas pela Administração Municipal quando firmados por convênios, acordos ou ajustes e previstos recursos na Lei Orçamentária. (Art. 62 da LRF).

Art. 21. A previsão das receitas e a fixação das despesas serão orçadas para 2011 a preços correntes.

Art. 22. A Lei Orçamentária para 2011 poderá autorizar o Executivo Municipal a remanejar, dentro de cada projeto ou atividade, o saldo das dotações dos elementos ou sub elemento de despesa que o compõem por Decreto do Poder Executivo. (Art.167, VI da CF)

Art. 23. As destinações de recursos, aprovados na Lei Orçamentária e em seus créditos adicionais, poderão ser modificadas, justificadamente, para atender às necessidades de execução do orçamento, por Decreto do Poder Executivo.

§ 1º Poderá o Poder Executivo incluir na proposta de Lei Orçamentária para o exercício 2011, autorização para movimentação do excesso de arrecadação através de decreto, desde que comprovada a existência do excesso no período da abertura do crédito;

§ 2º Poderá o Poder Executivo incluir na proposta de Lei Orçamentária para o exercício 2011, autorização para utilização do superávit financeiro do exercício anterior para suplementar dotações orçamentárias através de Decreto do Poder Executivo.

Art. 24. Durante a execução orçamentária de 2011, o Executivo Municipal autorizado por lei, poderá incluir novos projetos ou atividades no orçamento das unidades gestoras, na forma de crédito especial, desde que se enquadre nas prioridades para o exercício, constantes dos Anexos desta Lei e alterações posteriores.

CAPÍTULO V DAS DISPOSIÇÕES SOBRE A DÍVIDA PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 25. Obedecidos os limites estabelecidos em Lei Complementar Federal, o Município poderá realizar operações de crédito ao longo do exercício de 2011, destinadas a financiar despesas de capital previstas no orçamento.

Art. 26. As operações de crédito deverão constar da proposta orçamentária e serão autorizadas por lei específica.

CAPÍTULO VI DAS DISPOSIÇÕES SOBRE DESPESAS COM PESSOAL

Art. 27. O Executivo Municipal, mediante lei autorizada, poderá criar cargos e funções, alterar a estrutura de carreiras, corrigir ou aumentar a remuneração dos servidores, conceder vantagens diretamente ou através de convênios e, por ato administrativo, admitir pessoal aprovado em concurso público ou em caráter temporário na forma da lei, observados os limites e as regras da Lei de Responsabilidade Fiscal. (Art. 169, § 1º, II da Constituição Federal)

Parágrafo único. Os recursos para as despesas decorrentes destes atos deverão estar previstos no orçamento.

Art. 28. Nos casos de necessidade temporária, de excepcional interesse público, devidamente justificado pela autoridade competente, a Administração Municipal poderá autorizar a realização de horas extras pelos servidores, quando as despesas com pessoal excederem a 95% do limite estabelecido no art. 20, III da Lei de Responsabilidade Fiscal. (Art. 22, parágrafo único, V da LRF)

Art. 29. A despesa total com pessoal dos Poderes Executivo e

Legislativo não excederá aos limites previstos no art. 20 da Lei de Responsabilidade Fiscal que são de 6% (seis por cento) para o Poder Legislativo e 54% (cinquenta e quatro por cento) para o Poder Executivo, calculados sobre a Receita Corrente Líquida.

Parágrafo único. Para assegurar tais limites, o Executivo Municipal, se necessário, adotará medidas pela seguinte ordem:

- I - supressão de vantagens concedidas a servidores;
- II - eliminação das despesas com horas extras;
- III - exoneração de servidores ocupantes de cargo em comissão;
- IV - demissão de servidores admitidos em caráter temporário.

Art. 30. Considerar-se-á Despesas de Pessoal os gastos com os ativos, os inativos e os pensionistas, os relativos a mandatos eletivos, cargos, funções ou empregos, civis, e de membros do poder, com quaisquer espécies remuneratórias, tais como vencimentos e vantagens, fixas e variáveis, subsídios, proventos de aposentadoria, reformas e pensões, inclusive, adicionais, gratificações, horas extras e vantagens pessoais de qualquer natureza, bem como encargos sociais e contribuições recolhidas pelo ente às entidades de previdência.

§ 1º As Despesas de Pessoal e encargos dos Agentes Políticos, do quadro efetivo e dos contratados em caráter temporário, obedecerão rigorosamente o que estabelece a Constituição Federal e a Lei de Responsabilidade Fiscal, outras regulamentações vigentes e que entrarem em vigor.

§ 2º As despesas referentes a contratos de terceirização de mão-de-obra que se referirem à substituição de servidores e empregados públicos constantes do quadro de cargos e salários da administração municipal, serão contabilizados em Outras Despesas de Pessoal e serão computadas para o cálculo da despesa total com pessoal.

Art. 31. Os critérios de fixação dos limites das despesas com pessoal do Poder Executivo e Legislativo serão estabelecidos de conformidade com o art. 18 e seguintes da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Art. 32. A autorização para o Poder Executivo ceder servidores efetivos mediante convênio a serviço para outros órgãos das esferas governamentais federais, estaduais e municipais, será concedida através de lei específica para cada convênio no decorrer do exercício de 2011, relevado o imprescindível caráter e interesse público.

Art. 33. A Assessoria Jurídica do Município encaminhará à Secretaria Municipal da Administração e Fazenda, até 31 de julho do corrente, a relação dos débitos decorrentes de precatórios judiciais, a serem incluídos na proposta de Lei Orçamentária Anual de 2011, determinados pelo § 1º do art. 100 da Constituição Federal, especificando:

- I - número e data do ajuizamento da ação originária;
- II - tipo do precatório;
- III - tipo da causa julgada;
- IV - data da autuação do precatório;
- V - nome do beneficiário;
- VI - valor do precatório a ser pago;
- VII - data do trânsito em julgado.

§ 1º A inclusão de recursos na Lei Orçamentária de 2011, para pagamentos de precatórios será realizada de acordo com os seguintes critérios:

- I - precatórios alimentícios atualizados monetariamente;
- II - precatórios não-alimentícios, de créditos individualizados por ação judicial, cujos valores venham a serem superiores a 20 (vinte) salários mínimos vigentes, equivalentes a R\$ 10.200,00 (dez mil e duzentos reais) ou outro valor que venha a ser definido em lei específica, objeto, ou não, de parcelamento em até 10 (dez)



parcelas iguais, anuais e sucessivas;

§ 2º A atualização monetária dos precatórios determinada no § 1º do art. 100 da Constituição Federal e das parcelas resultantes, observará, no exercício de 2011, os índices adotados pelo Poder Judiciário respectivo.

CAPÍTULO VII DAS DISPOSIÇÕES SOBRE ALTERAÇÃO DA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

Art. 34. O Executivo Municipal, autorizado em lei, poderá conceder benefícios fiscais aos contribuintes, devendo considerá-los nos cálculos da receita e apresentar estudos de impacto orçamentário-financeiro, nos termos do art. 14 da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Art. 35. O Poder Executivo poderá encaminhar ao legislativo, até o dia 30 de novembro de 2010, projeto de lei dispondo sobre mudanças no Código Tributário.

Parágrafo único. Não se inclui no artigo anterior, alterações sobre a Planta de Valores Imobiliários, base do IPTU e ITBI, bem como a fixação do VRM.

Art. 36. Os tributos lançados e não arrecadados, inscritos em dívida ativa, cujos custos para cobrança sejam superiores ao crédito tributário, poderão ser cancelados, mediante autorização em lei, não se constituindo como renúncia de receita para efeito do disposto no art. 14 da Lei de Responsabilidade Fiscal.

CAPÍTULO VIII DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 37. Ocorrendo assistência pela União, prevista no art. 64, da Lei de Responsabilidade Fiscal, o Município deverá se estruturar para até o exercício de 2011, elaborar o Relatório de Avaliação das Metas Fiscais, na forma prevista na Lei de Responsabilidade Fiscal.

Art. 38. O Executivo Municipal enviará até o dia 15 de outubro de 2010, a proposta orçamentária a Câmara Municipal, que a apreciará observando o prazo regimental.

§ 1º As emendas à Lei do Orçamento, depois de aprovadas em segunda votação, serão encaminhadas ao Executivo Municipal, para processamento e envio dos respectivos relatórios ao Legislativo, para propiciar a preparação da Redação Final.

§ 2º Se o projeto de Lei Orçamentário Anual não for encaminhado à sanção até o início do exercício financeiro de 2011, fica o Executivo Municipal autorizado a executar a proposta orçamentária na forma original, até a sanção da respectiva Lei Orçamentária Anual.

§ 3º Os eventuais saldos negativos apurados em decorrência do disposto no § 2º serão ajustados após a sanção da Lei Orçamentária Anual, mediante a abertura de créditos adicionais suplementares, através de Decreto do Poder Executivo, usando como fontes de recursos o Superávit Financeiro do Exercício Anterior, o excesso ou provável excesso de arrecadação, a anulação de saldos de dotações não comprometidas e a Reserva de Contingência, sem comprometer, neste caso, os recursos para atender os riscos fiscais previstos.

Art. 39. A receita total do Município, prevista nos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, será programada de acordo com as seguintes prioridades:

I - pessoal e encargos sociais e demais custeios administrativo e operacional;

II - pagamento de amortizações e encargos da dívida;

III - contrapartida das operações de crédito;

IV - garantir o cumprimento dos princípios constitucionais com a saúde e o ensino fundamental, bem como a garantia no que se refere à criança e ao adolescente.

Parágrafo único. Somente após serem atendidas as prioridades elencadas acima, poderão ser programados recursos para atender novos investimentos.

Art. 40. Serão consideradas legais as despesas com multas e juros pelo eventual atraso no pagamento de compromissos assumidos, decorrentes de insuficiência de disponibilidade de caixa, conforme disposto no art. 117 da Constituição do Estado de Santa Catarina.

Art. 41. Para atendimento ao art. 54 da LRF, deverá o Município ao final de cada quadrimestre emitir relatório de gestão fiscal e submetê-lo à Câmara Municipal.

Art. 42. Para atendimento do § 3º do art. 165 da Constituição Federal, deverá o Chefe do Poder Executivo publicar relatório resumido da execução orçamentária, até trinta dias após o encerramento de cada bimestre.

Art. 43. A Administração Municipal, tanto quanto possível, até a criação de estrutura adequada, deverá apropriar as despesas de forma a demonstrar o custo de cada ação.

Art. 44. Os créditos especiais e extraordinários, abertos nos últimos quatro meses do exercício, poderão ser reabertos no exercício subsequente, por ato do Chefe do Poder Executivo.

Art. 45. Integram a Lei de Diretrizes Orçamentárias, os Anexos de Metas Fiscais de que trata o art. 4º, § 1º, 2º e 3º da Lei Complementar nº 101/00 e de Receita e Despesa, segundo as Categorias Econômicas, da Lei 4.320/64.

Art. 46. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 19 de julho de 2010.

SAULO SPEROTTO,
Prefeito Municipal.

Lei 2.729

L E I Nº 2.729, de 19 de julho de 2010.

Autoriza o Poder Executivo Municipal a firmar Termo de Convênio com a Procuradoria Geral do Estado de Santa Catarina.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, faço saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte,

L E I:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal de Caçador autorizado a firmar Termo de Cooperação Técnica com a Procuradoria Geral do Estado de Santa Catarina, com sede na Avenida Prefeito Osmar Cunha, nº 220, Centro, na cidade de Florianópolis, inscrita no CNPJ/MF sob nº 76.276.823/0001-06, objetivando a cedência de funcionários, conforme minuta anexa, que fica fazendo parte integrante da presente Lei.

Art. 2º As despesas decorrentes com a execução desta Lei, correrão por conta de dotações próprias da Secretaria Municipal da Administração e Fazenda, conforme segue:



02.02 - SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA
04.123.0002.2.005 - Manutenção Secretaria da Administração e Fazenda
3.1.90.30.00 - Aplicações Diretas

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 19 de julho de 2010.

SAULO SPEROTTO
Prefeito Municipal.

TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA

ESPÉCIE: Termo de Cooperação Técnica nº 2.692/2010-4.

CONVENIENTES: ESTADO DE SANTA CATARINA, através da PROCURADORIA GERAL DO ESTADO - PGE, com sede na Avenida Prefeito Osmar Cunha, nº 220, Centro, na cidade de Florianópolis, inscrita no CNPJ/MF sob nº 76.276.823/0001-06, neste ato representado pelo seu Procurador-Geral, Dr. SADI LIMA e o MUNICÍPIO DE CAÇADOR - SC - CNPJ/MF sob nº 83.074.302/0001-31 - Endereço: Av. Santa Catarina, nº 195, Centro, Caçador-SC, neste ato representado pelo seu Prefeito SAULO SPEROTTO, CPF 561.298.009-72, firmam o seguinte Termo de Convênio de Cooperação Técnica:

OBJETO: Desenvolvimento de atuação conjunta destinada ao esforço de ações voltadas ao incremento da arrecadação dos convenientes, colocando à disposição das partes servidores que auxiliarão nas atividades desenvolvidas pelos mesmos sem quaisquer formas de contraprestação financeira entre as partes.

PRAZO E VIGÊNCIA: 31 de dezembro de 2010, a partir da data de publicação, deste extrato, no DOE.

DATA: Florianópolis, de de 2010.

SIGNATÁRIOS:

SADI LIMA
SAULO SPEROTTO
Procuradoria Geral do Estado - PGE
Município de Caçador.

Lei 2.730

LEI Nº 2.730, de 19 de julho de 2010.

Altera anexos da Lei nº 2.640, de 23 de setembro de 2009, que dispõe sobre o Plano Plurianual para o período de 2010 a 2013 e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, faço saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte,

LEI:

Art. 1º Ficam alterados os projetos e atividades constantes dos anexos da Lei nº 2.640, de 23 de setembro de 2009, que dispõe sobre o Plano Plurianual para o período de 2010 a 2013 e dá outras providências, na forma especificada no anexo que fica fazendo parte integrante da presente Lei.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 19 de julho de 2010.

SAULO SPEROTTO
Prefeito Municipal.

Decreto 4.468/10

DECRETO nº 4.468, de 12 de abril de 2010.
Suplementa Dotação Orçamentária.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos da Lei Municipal nº 2.676 de 17/12/2009,

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica suplementada a seguinte dotação orçamentária, do orçamento da Prefeitura Municipal de Caçador, por conta de Convênio da União, na importância de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), conforme segue:

04.01 - Fundo Municipal de Saúde	
10.301.0008.2.037 - Manutenção da Secretaria da Saúde	
4.4.90.00.0157 - Aplicações Diretas	R\$ 80.000,00
SOMA	R\$ 80.000,00

TOTAL	R\$ 80.000,00
-------------	---------------

(oitenta mil reais).

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 12 de abril de 2010.

SAULO SPEROTTO
Prefeito Municipal.

NEREU BAÚ
Secretário da Administração e Fazenda.

Decreto 4.470/10

DECRETO Nº 4.470, de 13 de abril de 2010.
Abre Crédito Especial no Orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Caçador, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos da Lei Municipal nº 2.702, de 12/04/2010,

D E C R E T A:

Art. 1º Fica aberto um Crédito Especial no Orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Caçador, no valor de R\$ 279.482,11 (duzentos e setenta e nove mil, quatrocentos e oitenta e dois reais e onze centavos), com a seguinte classificação:

02.07 - SECRETARIA DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E DO INTERIOR	
20.606.0026.2.051 - Manutenção da Pista de Arremate e Mangueira	
4.4.90.00.00.00.00.0024 - Aplicações Diretas	R\$ 279.482,11

Parágrafo único. Os recursos financeiros de que trata este artigo serão provenientes de Contrato de Apoio Financeiro do Sistema Estadual de Incentivo à Cultura, ao Turismo e ao Esporte - SEITEC, celebrado entre o Estado de Santa Catarina, através da Secretaria de Estado de Turismo, Cultura e Esporte e esta Prefeitura Municipal, vinculado ao Projeto PTEC 1649/094, cuja cópia fica fazendo parte integrante da presente Lei, no valor de R\$ 200.641,47 (duzentos mil, seiscentos e quarenta e um reais e quarenta e sete centavos), e, de anulação de dotação orçamentária no valor de



78.840,64 (setenta e oito mil, oitocentos e quarenta reais e sessenta e quatro centavos).

Art. 2º Em atendimento ao disposto no art. 1º deste Decreto, fica anulada a seguinte dotação orçamentária no valor de R\$ 78.840,64 (setenta e oito mil, oitocentos e quarenta reais e sessenta e quatro centavos):

02.07 - SECRETARIA DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E DO INTERIOR

20.606.0026.2.091 - Manutenção da Secretaria da Agricultura, Pecuária e do Interior

3.3.90.00.00.00.00.0000 - Aplicações DiretasR\$ 78.840,64

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 13 de abril de 2010.

SAULO SPEROTTO

Prefeito Municipal.

NEREU BAÚ

Secretário da Administração e Fazenda.

Decreto 4.554/10

DECRETO nº 4.554, de 13 de julho de 2010.

Anula Pregão Presencial nº 18/2010.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador,

D E C R E T A:

Art. 1º Fica anulado o Pregão Presencial nº 18/2010, emitido em 07/06/2010, processo de licitação nº 45/2010, haja vista os valores cotados ficarem bem acima do orçado previamente.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 13 de julho de 2010.

SAULO SPEROTTO

Prefeito Municipal.

GILBERTO NICOLAO HAUDSCH

Secretário da Administração e Fazenda.

Decreto 4.555/10

DECRETO nº 4.555, de 13 de julho de 2010.

Designa Comissão Especial de Avaliação.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, e tendo em vista o disposto na Lei nº 8.666, de 21/6/93,

D E C R E T A:

Art. 1º Ficam designados os cidadãos EMERSON SCHMIDT, DONIZETE ALVES DOS SANTOS e ELEONIRA SITA GRAEFF, para, sob a presidência do primeiro, comporem a Comissão Especial de Avaliação, que analisará e julgará as propostas dos interessados, de acordo com as exigências dos Editais Tomada de Preços nº 03/2010, do Fundo Municipal de Saúde, para contratação de

empresa para ampliação da Unidade de Atenção Básica em Saúde no Bairro Martello.

Art. 2º A Comissão reunir-se-á na Sala de Licitações, às 15h00 do dia 06 de agosto de 2010, para análise e julgamento das propostas do Edital - Tomada de Preços nº 03/2010, Fundo Municipal de Saúde de Caçador.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 13 de julho de 2010.

SAULO SPEROTTO

Prefeito Municipal.

GILBERTO NICOLAO HAUDSCH

Secretário da Administração e Fazenda.

Decreto 4.556/10

DECRETO nº 4.556, de 13 de julho de 2010.

Reverte para o Patrimônio Público Municipal, áreas de terrenos urbanos cedidos em Direito Real de Uso a Secretaria da Receita Federal (Agência da Receita Federal em Caçador).

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VII, da Lei Orgânica do Município de Caçador e em cumprimento ao disposto no art. 2º, parágrafo único da Lei Complementar nº 94, de 29/12/06 alterada pela Lei Complementar nº 111, de 19/07/2007,

Considerando que pela Lei Complementar nº 94, de 29/12/06 alterada pela Lei Complementar nº 111, de 19/07/2007, o Município concedeu o Direito Real de Uso a Secretaria da Receita Federal (Agência da Receita Federal em Caçador), uma área de terreno urbano, com superfície de 495,05m² (quatrocentos e noventa e cinco metros e cinco decímetros quadrados), localizada na Rua Fernando Machado, Centro, de propriedade do Município de Caçador, para a construção da sede da Agência da Receita Federal em Caçador;

Considerando que a Lei Complementar nº 94, de 29/12/06 alterada pela Lei Complementar nº 111, de 19/07/2007, salvaguardou os direitos do Município, prevendo a reversão da área de terreno urbano cedida com direito real de uso a Secretaria da Receita Federal (Agência da Receita Federal em Caçador), estabelecendo em seu art. 2º, parágrafo único, cláusula de reversibilidade em caso de inadimplimento das condições previstas na Lei de cedência; Considerando a vistoria realizada no imóvel por Servidor Público Municipal, lotado na Coordenadoria de Serviços Administrativos do Patrimônio, opinando pela reversão,

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica revertido ao Patrimônio Público Municipal, uma área de terreno urbano, com superfície de 495,05m² (quatrocentos e noventa e cinco metros e cinco decímetros quadrados), localizada na Rua Fernando Machado, Centro, de propriedade do Município de Caçador, cedida com Direito Real de Uso, pela Lei Complementar nº 94, de 29/12/06 alterada pela Lei Complementar nº 111, de 19/07/2007, com a cláusula de garantia, a Secretaria da Receita Federal (Agência da Receita Federal em Caçador), para a construção da sede da Agência da Receita Federal em Caçador.

Art. 2º - A Secretaria Municipal da Administração e Fazenda tomará as medidas necessárias para o fiel cumprimento desta determinação.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.



Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 20 de janeiro de 2010.

SAULO SPEROTTO
Prefeito Municipal.

GILBERTO NICOLAO HAUDSCH
Secretário da Administração e Fazenda.

Decreto 4.557/10

DECRETO nº 4.557, de 13 de julho de 2010.

Reverte para o Patrimônio Público Municipal, áreas de terrenos urbanos cedidos em Direito Real de Uso a Celesc Distribuição S.A.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VII, da Lei Orgânica do Município de Caçador e em cumprimento ao disposto no art. 3º, parágrafo único da Lei Complementar nº 94, de 29/12/06 alterada pela Lei Complementar nº 111, de 19/07/2007,

Considerando que pela Lei Complementar nº 94, de 29/12/06 alterada pela Lei Complementar nº 111, de 19/07/2007, o Município concedeu o Direito Real de Uso Celesc Distribuição S.A, uma área de terreno urbano, com superfície de 394,60m² (trezentos e noventa e quatro metros e sessenta decímetros quadrados), localizada na Rua Fernando Machado, Centro, de propriedade do Município de Caçador, para a construção da Agência de Distribuição da Centrais Elétricas de Santa Catarina- Celesc em Caçador; Considerando que a Lei Complementar nº 94, de 29/12/06 alterada pela Lei Complementar nº 111, de 19/07/2007, salvaguardou os direitos do Município, prevendo a reversão da área de terreno urbano cedida com direito real de uso a Celesc Distribuição S.A, estabelecendo em seu art. 3º, parágrafo único, cláusula de reversibilidade em caso de inadimplemento das condições previstas na Lei de cedência;

Considerando a vistoria realizada no imóvel por Servidor Público Municipal, lotado na Coordenadoria de Serviços Administrativos do Patrimônio, opinando pela reversão,

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica revertido ao Patrimônio Público Municipal, uma área de terreno urbano, com superfície de 394,60m² (trezentos e noventa e quatro metros e sessenta decímetros quadrados), localizada na Rua Fernando Machado, Centro, de propriedade do Município de Caçador, cedida com Direito Real de Uso, pela Lei Complementar nº 94, de 29/12/06 alterada pela Lei Complementar nº 111, de 19/07/2007, com a cláusula de garantia, a Celesc Distribuição S.A, para a construção da Agência de Distribuição da Centrais Elétricas de Santa Catarina- Celesc em Caçador.

Art. 2º - A Secretaria Municipal da Administração e Fazenda tomará as medidas necessárias para o fiel cumprimento desta determinação.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 13 de julho de 2010.

SAULO SPEROTTO
Prefeito Municipal.

GILBERTO NICOLAO HAUDSCH
Secretário da Administração e Fazenda.

Decreto 4.558/10

DECRETO nº 4.558, de 13 de julho de 2010.

Nomeia Comissão Especial de Avaliação.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VII, da Lei Orgânica do Município de Caçador,

D E C R E T A:

Art. 1º Ficam nomeados os cidadãos ANTONIO CARLOS DO NASCIMENTO BITTENCOURT, EMERSON SCHMIDT e ALCEU ZARDO, para, sob a presidência do primeiro, comporem a Comissão Especial de Avaliação de áreas de terrenos urbanos, pertencentes ao Município de Caçador e apresentarem laudo de avaliação ao Poder Executivo Municipal, no prazo de 15 (quinze) dias, contados da publicação deste Decreto:

I - uma área de terreno urbano, com 394,60m² (trezentos e noventa e quatro metros e sessenta decímetros quadrados), objeto da matrícula nº 25.107, do R.I. desta comarca, localizado na Rua Fernando Machado, Centro, nesta cidade de Caçador, de propriedade do Município de Caçador;

II - uma área de terreno urbano, com 394,21m² (trezentos e noventa e quatro metros e vinte e um decímetros quadrados), objeto da matrícula nº 25.109, do do R.I. desta comarca, localizado na Rua Fernando Machado, Centro, nesta cidade de Caçador, de propriedade do Município de Caçador;

III- uma área de terreno urbano, com 495,05m² (quatrocentose noventa e cinco metros e cinco decímetros quadrados), objeto da matrícula nº 25.106, do do R.I. desta comarca, localizado na Rua Fernando Machado, Centro, nesta cidade de Caçador, de propriedade do Município de Caçador;

IV- uma área de terreno urbano, com 627,25m² (seiscentos e vinte e sete metros e vinte e cinco decímetros quadrados), objeto da matrícula nº 19.977, do do R.I. desta comarca, localizado na Rua Fernando Machado, Centro, nesta cidade de Caçador, de propriedade do Município de Caçador.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 13 de julho de 2010.

SAULO SPEROTTO
Prefeito Municipal.

GILBERTO NICOLAO HAUDSCH
Secretário da Administração e Fazenda.

Decreto 4.564/10

DECRETO Nº 4.564, de 16 de julho de 2010.

Nomeia Comissão Especial de Avaliação.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador,

D E C R E T A:

Art. 1º - Ficam nomeados os cidadãos ANTONIO CARLOS DO NASCIMENTO BITTENCOURT, EMERSON SCHMIDT e ALCEU ZARDO, para, sob a presidência do primeiro, comporem a Comissão Especial de Avaliação das salas comerciais existentes no Terminal Rodoviário Selvino Caramori, e após, apresentarem laudo de avaliação ao Poder Executivo Municipal, no prazo de 30 (trinta) dias,



contados da publicação deste Decreto.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 16 de julho de 2010.

SAULO SPEROTTO

Prefeito Municipal.

GILBERTO NICOLAO HAUDSCH

Secretário da Administração e Fazenda.

Decreto 4.565/10

DECRETO nº 4.565, de 19 de julho de 2010.

Aprova desmembramento e remembramento de terrenos urbanos.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos da Lei Federal nº 6.766/79, Lei Estadual nº 6.063/82, Lei Complementar nº 128/2008- Lei de Parcelamento do Solo Urbano e Lei Municipal nº 2.119/04,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica aprovado o desmembramento do terreno urbano com área de 364,00m² (trezentos e sessenta e quatro metros quadrados), composto pelo lote nº 03, localizado na Rua Luiz Carlos Andreolla, de propriedade de Wilson Reginatto, objeto da matrícula nº 12.983, do R.I. desta Comarca, confrontando: Frente, com a Rua Luiz Carlos Andreolla, medindo 14,00m; Fundos, com o lote 136 do Loteamento Monte Líbano, medindo 14,00m; Direita, com o lote 01/02 (mat. 11.208), medindo 26,00m; Esquerda, com o lote 04 (mat. 11.554), medindo 26,00m, resultando em dois lotes, com as seguintes medidas e confrontações, conforme segue:

I- primeiro lote com área de 182,00m² (cento e oitenta e dois metros quadrados), confrontando: Frente, com a Rua Luiz Carlos Andreolla, medindo 7,00m; Fundos, com o loteamento Monte Líbano, medindo 7,00m; Direita, com o lote 01/02, medindo 26,00m; e Esquerda, com o segundo lote desmembrado, medindo 26,00m;

II- segundo lote com área de 182,00m² (cento e oitenta e dois metros quadrados), confrontando: Frente, com a Rua Luiz Carlos Andreolla, medindo 7,00m; Fundos, com o loteamento Monte Líbano, medindo 7,00m; Direita, com o primeiro lote, medindo 26,00m; e Esquerda, com o lote 04, medindo 26,00m.

Art. 2º Fica aprovado o remembramento dos terrenos urbanos, em virtude do desmembramento acima descrito, conforme segue:

I- primeiro lote com área de 182,00m² (cento e oitenta e dois metros quadrados) que será remembrado aos lotes 01/02 com 679,00m² (seiscentos e setenta e nove metros quadrados), objeto da matrícula nº 11.208, do R.I. desta Comarca, de propriedade de Wilson Reginatto, resultando em um terreno com a área total de 861,00m² (oitocentos e sessenta e um metros quadrados), confrontando: ao Frente, com a Rua Luiz Carlos Andreolla, medindo 36,00m; Fundos, com os lotes 134, 135 e parte do lote 136 do loteamento Monte Líbano, medindo 30,23m; Direita, com a Rua Hermínio Mafessoni, medindo 26,50m; Esquerda, com o lote 04, medindo 26,00m;

II- segundo lote com área de 182,00m² (cento e oitenta e dois metros quadrados) que será remembrado ao lote 04 com 364,00m² (trezentos e sessenta e quatro metros quadrados) objeto da matrícula nº 11.554, do R.I. desta Comarca, de propriedade de Lidiane Cattani da Silva, resultando em um terreno com área total

de 546,00m (quinhentos e quarenta e seis metros quadrados), confrontando: Frente, com a Rua Luiz Carlos Andreolla, medindo 21,00m; Fundos, com os lotes 137 e parte do lote 136 do loteamento Monte Líbano, medindo 21,00m; Direita, com o lote 01/02, medindo 26,00m; Esquerda, com o lote 05, medindo 26,00m.

Art. 3º Os terrenos acima mencionados ficam definidos com as medidas e confrontações constantes no memorial descritivo e mapas que ficam fazendo parte integrante do presente Decreto.

Parágrafo único - A Prefeitura Municipal de Caçador, através de seus órgãos competentes, não se responsabiliza pela ocorrência de divergências entre as medidas e confrontações resultantes destes desmembramentos e remembramentos.

Art. 4º O Registro do Desmembramento no Cartório de Registro de Imóveis, desta Comarca, deverá ser feito no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, sob pena de caducidade da aprovação.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogado o Decreto nº 4.547, de 08/07/2010, e demais disposições em contrário.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 19 de julho de 2010.

SAULO SPEROTTO

Prefeito Municipal.

Decreto 4.566/10

DECRETO nº 4.566, de 19 de julho de 2010.

Aprova desmembramento de terreno urbano.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos da Lei Federal nº 6.766/79, Lei Estadual nº 6.063/82, Lei Complementar nº 128/2008- Lei de Parcelamento do Solo Urbano e Lei Municipal nº 2.119/04,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica aprovado o desmembramento do terreno urbano com área de 562,02m² (quinhentos e sessenta e dois metros e dois decímetros quadrados), localizado na Rua Antonio Miguel Sulzbach, de propriedade de José Leocádio Mochinacz e Margarida de Lourdes da Silva Mochinacz, objeto da matrícula nº 23.428, do R.I. desta Comarca, confrontando: ao Norte, com o lote 31 do loteamento Nossa Senhora de Fátima, medindo 13,60m; ao Leste, com o lote 2 da quadra A do Loteamento Jardim Primavera, medindo 31,00m; ao Oeste, com a Rua Antonio Miguel Sulzbach, medindo 33,00m; e ao Sul, com a Rua José Lewinski, medindo 22,30m, resultando em duas glebas, com as seguintes medidas e confrontações, conforme segue:

I- gleba A com área de 273,40m² (duzentos e setenta e três metros e quarenta decímetros quadrados), confrontando: ao Norte, com o lote 31 do Loteamento Nossa Senhora de Fátima, medindo 13,60m; ao Leste, com o lote 2 da quadra A do Loteamento Jardim Primavera, medindo 18,50m; ao Oeste, com a Rua Antonio Miguel Sulzbach, medindo 16,00m; e ao Sul, com a gleba B, medindo 18,20m;

II- gleba B com área de 288,62m² (duzentos e oitenta e oito metros e sessenta e dois decímetros quadrados), confrontando: ao Norte, com a gleba A, medindo 18,20m; ao Leste, com o lote 2 da quadra A do Loteamento Jardim Primavera, medindo 12,50m; ao Oeste, com a Rua Antonio Miguel Sulzbach, medindo 17,00m; e ao Sul, com a Rua José Lewinski, medindo 22,30m.



Art. 2º Os terrenos acima mencionados ficam definidos com as medidas e confrontações constantes no memorial descritivo e mapas que ficam fazendo parte integrante do presente Decreto.

Parágrafo único - A Prefeitura Municipal de Caçador, através de seus órgãos competentes, não se responsabiliza pela ocorrência de divergências entre as medidas e confrontações resultantes destes desmembramentos e remembramentos.

Art. 3º O Registro do Desmembramento no Cartório de Registro de Imóveis, desta Comarca, deverá ser feito no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, sob pena de caducidade da aprovação.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 19 de julho de 2010.

SAULO SPEROTTO
Prefeito Municipal.

GILBERTO NICOLAO HAUDSCH
Secretário da Administração e Fazenda.

Decreto 4.567/10

DECRETO nº 4.567, de 19 de julho de 2010.
Aprova desmembramento de terreno urbano.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos da Lei Federal nº 6.766/79, Lei Estadual nº 6.063/82, Lei Complementar nº 128/2008- Lei de Parcelamento do Solo Urbano e Lei Municipal nº 2.119/04,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica aprovado o desmembramento do terreno urbano com área de 1.000,00m² (um mil metros quadrados), localizado na Rua Jaraguá do Sul, Bairro dos Municípios, de propriedade de Marivete Kubaski e outros, objeto da matrícula nº 15884, do R.I. desta Comarca, confrontando: ao Norte, com o lote do Senhor Florentino Kutcher, medindo 35,72m; ao Sul, com o lote do Senhor Ludovico Dalagnol, medindo 35,72m; ao Leste, com o lote do Senhor Juvenil Matovani, medindo 28,00m; e ao Oeste, com a Rua Jaraguá do Sul, medindo 28,00m, resultando em dois lotes, com as seguintes medidas e confrontações, conforme segue:

I- lote 1 com área de 500,00m² (quinhentos metros quadrados), confrontando: ao Norte, com o lote do Senhor Florentino Kutcher, medindo 35,72m; ao Sul, com o lote desmembrado 02, medindo 35,72m; ao Leste, com o lote do Senhor Juvenil Matovani, medindo 14,00m; e ao Oeste, com a Rua Jaraguá do Sul, medindo 14,00m;

II- lote 2 com área de 500,00m² (quinhentos metros quadrados), confrontando: ao Norte, com o lote desmembrado 01, medindo 35,72m; ao Sul, com o lote do Senhor Ludovico Dalagnol, medindo 35,72m; ao Leste, com o lote do Senhor Juvenil Matovani, medindo 14,00m; e ao Oeste, com a Rua Jaraguá do Sul, medindo 14,00m.

Art. 2º Os terrenos acima mencionados ficam definidos com as medidas e confrontações constantes no memorial descritivo e mapas que ficam fazendo parte integrante do presente Decreto.

Parágrafo único - A Prefeitura Municipal de Caçador, através de seus órgãos competentes, não se responsabiliza pela ocorrência de divergências entre as medidas e confrontações resultantes destes desmembramentos e remembramentos.

Art. 3º O Registro do Desmembramento no Cartório de Registro de Imóveis, desta Comarca, deverá ser feito no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, sob pena de caducidade da aprovação.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 19 de julho de 2010.

SAULO SPEROTTO
Prefeito Municipal.

GILBERTO NICOLAO HAUDSCH
Secretário da Administração e Fazenda.

Decreto 4.568/10

DECRETO nº 4.568, de 19 de julho de 2010.
Revoga o Decreto nº 4.492, de 13/05/2010 que Nomeia Comissão para a organização de eleição para composição do Conselho Municipal de Assistência Social.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica revogado o Decreto nº 4.492, de 13/05/2010 que Nomeia Comissão para a organização de eleição para composição do Conselho Municipal de Assistência Social.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 19 de julho de 2010.

SAULO SPEROTTO
Prefeito Municipal.

GILBERTO NICOLAO HAUDSCH
Secretário da Administração e Fazenda.

Decreto 4.569/10

DECRETO nº 4.569, de 19 de julho de 2010.
Revoga o Pregão Presencial nº 53/2010.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador,

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica revogado o Pregão Presencial nº 53/2009, emitido em 24/06/2010, processo de licitação nº 97/2010, por interesse público, pois entende-se que deve ser adotada outra modalidade de licitação para o presente objeto.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 19 julho de 2010.
SAULO SPEROTTO
Prefeito Municipal.

GILBERTO NICOLAO HAUDSCH
Secretário da Administração e Fazenda.



Decreto 4.570/10

DECRETO nº 4.570, de 20 de julho de 2010.

Revoga o Pregão Presencial nº 14/2010.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador,

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica revogado o Pregão Presencial nº 14/2009, emitido em 07/07/2010, processo de licitação nº 22/2010, por interesse público, haja vista que em novembro ocorrerá o vencimento do contrato de coleta de resíduos sólidos urbanos e compactáveis, decidiu-se por lançar Edital com a união dos dois objetos para melhor gerenciamento do contrato.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 20 de julho de 2010.

SAULO SPEROTTO
Prefeito Municipal.

GILBERTO NICOLAO HAUDSCH
Secretário da Administração e Fazenda.

Decreto 4.571/10

DECRETO nº 4.571, de 21 de julho de 2010.

Prorroga o Decreto nº 4.475, de 22 de abril de 2010, que declarou situação anormal, caracterizada como Situação de Emergência, a área do município, afetada por Enxurrada.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso das atribuições legais conferidas pelo artigo 79, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município, pelo Art. 17 do Decreto Federal nº 5.376, de 17 de fevereiro de 2005, pela Lei Estadual nº 10.925, de 22 de setembro de 1998, pelo Decreto Estadual nº 3.924, de 11 de janeiro de 2006 e pela Resolução nº 3 do Conselho Nacional de Defesa Civil.

CONSIDERANDO QUE:

- a continuidade dos efeitos da enxurrada, ocorrida no dia 22 de abril, atingindo parte do município, resultando em danos e prejuízos, constantes do Mapa das Áreas Afetadas pelo Desastre e Formulário de Avaliação de Danos - AVADAN, anexos a este Decreto.

- a recomendação da Coordenadoria Municipal de Defesa Civil, que avaliou os efeitos do desastre e recomendou a prorrogação da Situação de Emergência, em acordo com a Resolução nº 3 do Conselho Nacional de Defesa Civil - CONDEC;

- concorrem como critérios agravantes da situação de anormalidade: o grau de vulnerabilidade do cenário e da população afetada frente ao desastre, agravado pela continuidade das chuvas no período.

D E C R E T A:

Art. 1º Fica prorrogado o Decreto nº 4.475, de 22 de abril de 2010, que decretou Situação de Emergência por desastre.

Parágrafo único. Esta situação de anormalidade é válida apenas para as áreas deste Município, comprovadamente afetadas pelo desastre, conforme prova documental estabelecida pelo Formulário de Avaliação de Danos e pelo Croqui da Área Afetada, anexos a este Decreto.

Art. 2º Confirma-se a mobilização do Sistema Nacional de Defesa

Civil, no âmbito do Município, sob a coordenação da Coordenadoria Municipal de Defesa Civil - COMDEC e autoriza-se o desencadeamento do Plano Emergencial de Resposta aos Desastres, após adaptado à situação real desse desastre.

Art. 3º Autoriza-se a convocação de voluntários, para reforçar as ações de resposta aos desastres, e a realização de campanhas de arrecadação de recursos, junto à comunidade, com o objetivo de facilitar as ações de assistência à população afetada pelo desastre.

Parágrafo único. Essas atividades serão coordenadas pela Secretaria Executiva da COMDEC.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, devendo vigor por um prazo de 90 (noventa) dias.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 21 de julho de 2010.

SAULO SPEROTTO
Prefeito Municipal.

Campo Alegre

PREFEITURA MUNICIPAL

Lei Nº 3.620

LEI Nº 3.620 DE 21 DE JULHO DE 2010

REDEFINE ZONA URBANA DO MUNICÍPIO
E DETERMINA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Esta Lei redefine a Zona Urbana do Município de Campo Alegre para fins tributários, conforme o disposto no § 1º do Artigo 32 da Lei Complementar Federal nº 5.172 de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional.

Art.2º) Sem prejuízo do disposto na Lei Complementar Municipal nº 37/06, a Zona Urbana do Município de Campo Alegre será descontinua e formada pelos 09 (nove) perímetros seguintes, todos constantes do Anexo Único, parte integrante desta Lei:

- I - Perímetro Urbano Central;
- II - Perímetro Urbano do Distrito de Fragosos;
- III - Perímetro Urbano do Distrito de Bateias de Baixo;
- IV - Perímetro Urbano de Campestre;
- V - Perímetro Urbano de São Miguel;
- VI - Perímetro Urbano do Parque Industrial I;
- VII - Perímetro Urbano do Faxinal;
- VIII - Perímetro Urbano da Zona de Turismo;
- IX - Perímetro Urbano de Rio Represo;
- X - Perímetro Urbano do Salto do Engenho.

Art.3º) A área urbanizável do Município passa a ser definida no Anexo único da presente Lei.

Art.4º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário, especialmente a Lei Municipal nº 3.533 de 03 de dezembro de 2009, incluindo-se seus anexos.



Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC", 21 de julho de 2010.

VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicado e registrado na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:
21/07/2010

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete Interino

ANEXO ÚNICO
I - MEMORIAL DESCRITIVO DO PERÍMETRO URBANO CENTRAL:

Poligonal que delimita o Perímetro Urbano Central de Campo Alegre.

Município: Campo Alegre
Estado: Santa Catarina.

A poligonal que delimita o Perímetro Urbano Central da Cidade de Campo Alegre tem início na confluência das Ruas Cél. Veríssimo de Souza Freitas e Cél. Bueno Franco, determinado Opp; deste ponto segue em linha reta na direção Sudoeste, medindo 163,30 metros até encontrar o ponto 01; deste ponto segue na direção Nordeste, medindo 116,00 metros até encontrar o ponto 02; deste ponto segue em linha reta na direção Noroeste, medindo 712,00 metros até encontrar o ponto 03, localizado na margem do Ribeirão Farias no cruzamento deste com a Rodovia Municipal CAM 060 que leva ao Rio Vermelho; deste ponto segue em linha reta na direção Norte, medindo 851,00 metros até encontrar o ponto 04, localizado a 300 metros do eixo da Rodovia SC-301 nas Terras de propriedade do Frigorífico Ahrens & Cia. Ltda; deste ponto segue na direção Oeste, medindo 857,00 metros por uma linha paralela à Rodovia SC-301 no sentido Campo Alegre - São Bento do Sul sempre mantendo uma distância de 300,00 metros do eixo da mesma até o ponto 05, localizado na altura do cruzamento da Rodovia SC-301 com a Antiga Estrada Dona Francisca; deste ponto segue na direção Norte, medindo 300,00 metros até encontrar o ponto 06, localizado sobre o eixo da Rodovia SC-301, deste ponto segue na direção Oeste, medindo 186,00 metros sobre o eixo da mesma até encontrar o ponto 07, deste ponto segue na direção Noroeste, medindo 251,00 metros até encontrar o ponto 08; deste ponto segue na direção Nordeste, medindo 165,00 metros até encontrar o ponto 09; deste segue na direção Sudeste, medindo 217,00 metros até encontrar o ponto 10, localizado a 300,00 metros do eixo da Rodovia SC-301; deste ponto segue na direção Leste, medindo 1.451,00 metros por uma linha paralela à Rodovia SC-301 no sentido Campo Alegre - Joinville, sempre mantendo uma distância de 300,00 metros do eixo da mesma até encontrar o ponto 11, localizado no vértice desta linha com a linha que dista 200,00 metros do eixo da Rodovia Municipal CAM-080 Campo Alegre - Avenquinha; deste ponto segue na direção Noroeste, medindo 365,00 metros por uma linha paralela à Rodovia Municipal CAM-080 Campo Alegre - Avenquinha, sempre mantendo uma distância de 200,00 metros do eixo da mesma até encontrar o ponto 12; deste ponto segue na direção Nordeste, cruzando a Rodovia Municipal, medindo 400,00 metros até encontrar o ponto 13; deste ponto segue na direção Sudeste, medindo 842,00 metros por uma linha paralela a estrada em direção ao Trevo, sempre mantendo uma distância de 200,00 metros do eixo da mesma até encontrar o ponto 14, localizado no vértice desta linha com a linha que dista 300,00 metros do eixo da Rodovia SC-301; deste ponto segue na direção Leste, medindo 1.172,00 metros por uma linha paralela à Rodovia SC-301 no sentido Campo Alegre - Joinville, sempre mantendo uma distância de 300,00 metros do eixo a mesma até encontrar o ponto 15 localizado no

vértice desta linha com a linha que dista 200,00 metros do eixo da Rodovia SC-427 sentido Campo Alegre - ao Distrito de Bateias de Baixo; deste ponto segue na direção Nordeste, medindo 1.023,00 metros por uma linha paralela à Rodovia SC-427 sentido Campo Alegre ao Distrito de Bateias de Baixo, sempre mantendo uma distância de 200,00 metros do eixo da mesma até encontrar o ponto 16; deste ponto deflete 94° à direita, medindo 180,00 metros até encontrar o ponto 17, localizado sobre a linha que delimita a faixa de Domínio da Rodovia SC-427; deste ponto segue por esta linha no sentido Norte Centro de Campo Alegre ao Distrito de Bateias de Baixo, por uma extensão de 2.150,00 metros, até encontrar o ponto 18, localizado na divisa das propriedades da Srª. Regina Colin Lenaza e Sr. Linzmeyer; deste ponto segue na direção Noroeste sobre a mesma divisa, medindo 513,00 metros até encontrar o ponto 19, localizado na margem esquerda do Rio São Miguel; deste ponto segue a jusante do referido Rio, medindo 457,00 metros até a ponte sobre a estrada que leva a localidade do Salto, deste ponto segue ainda pela jusante do Rio até encontrar o ponto 20, localizado a 250,00 metros da ponte sobre a estrada que leva a localidade do Salto e a 356,00 metros da ponte sobre a Rodovia SC-427, medidas estas efetuadas sobre o leito do Rio São Miguel; deste ponto segue na direção Nordeste, medindo 237,00 metros até o ponto 21, distante 200,00 metros do eixo da Rodovia SC-427; deste ponto segue na mesma direção, medindo 277,00 metros até encontrar o ponto 22 distante 100,00 metros do eixo da referida estrada; deste ponto segue ainda na mesma direção, medindo 700,00 metros por uma linha paralela a Rodovia SC-427, sempre mantendo uma distância de 100,00 metros do eixo da mesma, até encontrar o ponto 23; deste ponto deflete 89° à direita, cruzando a estrada, medindo 200,00 metros até encontrar o ponto 24; deste ponto deflete novamente 89° à direita, seguindo por uma linha paralela a Rodovia SC-427, sempre mantendo uma distância de 100,00 metros do eixo da mesma, até encontrar o ponto 25; deste ponto segue na direção Sudeste por uma linha reta, medindo 535,00 metros, cruzando a Rua Vitória Régia até encontrar o ponto 26; deste ponto segue na direção Sudoeste, medindo 743,00 metros por uma linha paralela à Rua Vitória Régia, sempre mantendo uma distância de 100,00 metros do eixo da mesma, cruzando a Estrada do Saltinho e a Rodovia Municipal CAM 333, até encontrar o ponto 27; deste ponto segue por uma linha paralela à Rodovia Municipal CAM 333, sempre mantendo uma distância de 100,00 metros do eixo da mesma, medindo 208,00 metros até encontrar o ponto 28, localizado na margem direita do Rio São Miguel, a 64,80 metros da ponte sobre a Rodovia SC-427; deste segue a montante do rio, por uma extensão de 408,60 metros até encontrar o ponto 29; deste segue na por uma linha reta na direção Sudoeste, medindo 281,00 metros, cruzando a Rede de Alta Tensão, até encontrar o ponto 30, localizado sobre a linha que delimita a Faixa de Domínio da Rodovia SC-427; deste ponto segue por esta linha na direção Sul, (Sentido Lageado - Centro), por uma extensão de 306,20 metros até encontrar o ponto 31; deste ponto deflete à esquerda, seguindo na direção Leste, medindo 572,00 metros até encontrar o ponto 32, localizado na margem esquerda do Rio São Miguel; deste ponto segue a montante do Rio por uma extensão de 700,00 metros até encontrar o ponto 33, também localizado na margem esquerda do Rio; deste ponto segue na direção Oeste, medindo 789,00 metros até encontrar o ponto 34, localizado novamente sobre a linha que delimita a Faixa de Domínio da Rodovia SC-427; deste ponto segue por esta linha na direção Sul, Sentido Lageado - Centro, por uma extensão de 266,50 metros até encontrar o ponto 35; deste ponto deflete à esquerda, seguindo na direção Leste, medindo 361,00 metros até encontrar o ponto 36, localizado sob a Rede de Alta Tensão; deste ponto segue na direção Sul, tendo a Rede como referência, medindo 175,90 metros até encontrar o ponto 37; deste ponto segue na direção Oeste medindo 221,15 metros margeando uma estrada particular, até encontrar o ponto 38; deste ponto continua ainda margeando a referida estrada, medindo 95,45 metros até encontrar o ponto 39; deste ponto segue na di-



reção Noroeste, medindo 42,65 metros até encontrar o ponto 40; deste ponto segue na direção Oeste, medindo 70,00 metros até encontrar o ponto 41, localizado novamente sobre a linha que delimita a Faixa de domínio da Rodovia SC-427; deste ponto segue por esta linha na direção Sul, sentido Lageado - Centro, por uma extensão de 197,00 metros até encontrar o ponto 42; deste ponto deflete à esquerda, seguindo na direção Leste, medindo 233,10 metros até encontrar o ponto 42a; deste ponto deflete à direita, seguindo na direção Sul, medindo 49,96 metros até encontrar o ponto 42b; deste ponto deflete à esquerda, seguindo na direção Leste, medindo 6,00 metros até encontrar o ponto 43; deste ponto segue na direção Sul, medindo 115,00 metros até encontrar o ponto 44; deste ponto segue na direção Oeste, medindo 336,39 até encontrar o ponto 45, localizado novamente sobre a linha que delimita a Faixa de Domínio da Rodovia SC-427; deste ponto segue por esta linha na direção Sul, sentido Lageado - Centro, por uma extensão de 775,00 metros até encontrar o ponto 46; deste ponto deflete à esquerda, seguindo na direção Sudeste, medindo 450,00 metros, cruzando a Rua das Nações até encontrar o ponto 47; deste ponto segue no sentido Sudoeste, por uma linha paralela a Rua das Nações, sempre mantendo uma distância de 50,00 metros do eixo a mesma, medindo 611,00 metros até encontrar o ponto 48, localizado na confluência da linha que esta a 50,00 metros do eixo da Rua das Nações, com a linha que esta a 100,00 metros do eixo da Rodovia SC-427; deste ponto segue na direção Leste, medindo 100,00 até encontrar ponto 49, que está localizado a 200,0 metros do eixo da Rodovia SC-427; deste ponto segue na direção Sudoeste, medindo 258,50 metros por uma linha paralela à Rodovia SC-427 no sentido Lageado - Centro, sempre mantendo uma distância de 200,00 metros do eixo da mesma até encontrar o ponto 50, localizado no vértice desta linha com a linha que dista 300,00 metros do eixo Rodovia SC-301; deste ponto segue na direção Nordeste, medindo 578,00 metros por uma linha paralela à Rodovia SC-427 no sentido Campo Alegre - Joinville, sempre mantendo uma distância de 300,00 metros do eixo da mesma até encontrar o ponto 51, deste ponto deflete à direita, seguindo na direção Sudeste, cruzando a Rodovia, medindo 600,00 metros até encontrar o ponto 52, deste ponto segue na direção Sudoeste, medindo 752,40 metros por uma linha paralela à Rodovia SC-427 sentido Campo Alegre - Joinville sempre mantendo uma distância de 300,00 metros do eixo da mesma até encontrar o ponto 53, localizado na margem direita de um córrego sem denominação, a 113,00 metros da Ponte sobre a Estrada Dona Francisca e a 300,00 metros da Rodovia Estadual SC-301; deste ponto segue à jusante do referido córrego, cruzando a Estrada Dona Francisca, medindo 455,00 metros até encontrar o ponto 54, localizado na confluência da margem deste com a linha que dista 200,00 metros do eixo da Estrada Dona Francisca; deste ponto segue no sentido Leste, medindo 1045,00 metros por uma linha paralela a Estrada Dona Francisca, prosseguindo por uma linha paralela a Av. Dr. Getulio Vargas, sempre mantendo uma distancia de 200,00 metros do eixo das mesmas até encontrar o ponto 55, localizado no vértice da linha que dista 200,00 metros do eixo da Av. Dr. Getulio Vargas com a linha que dista 200,00 metros da projeção da Rua Oldemar Duvoisin; deste ponto segue na direção Sudoeste, medindo 554,00 metros por uma linha paralela ao prolongamento da referida rua, sempre mantendo uma distancia de 200,00 metros do eixo da mesma até encontrar o ponto 56, localizado na intersecção desta linha com o Rio do Turvo; deste ponto segue na direção Sudoeste, medindo 668,00 metros até encontrar o ponto Opp, fechando assim a poligonal que determina o Perímetro Urbano do Município de Campo Alegre.

II - MEMORIAL DESCRITIVO DO PERÍMETRO URBANO DO DISTRITO DE FRAGOSOS:

Poligonal que delimita o Perímetro Urbano do Distrito de Fragosos.
Município: Campo Alegre
Estado: Santa Catarina.

A poligonal que delimita o Perímetro Urbano do Distrito de Fragosos tem origem no ponto situado na Rua Generoso Frago a 300 metros do cruzamento com a Rua Max Rudnick no sentido Avenquinha (a). Deste ponto o traçado em linha reta até um ponto situado na estrada do Rio Represo, a 480 metros do mesmo cruzamento (b). Deste mesmo ponto o traçado segue mesma inclinação de 90 graus com relação a rua em linha reta até um ponto localizado a 1000 metros de distância (c), o traçado converge 90 graus em direção a Rua Raimundo Pereira de Lima por uma reta de 700 metros (d). Daí segue em sentido Oeste até um ponto (e), num riacho distante aproximadamente 200 metros da Rodovia SC-301; seguindo pelo riacho em sentido Sul, até sua nascente, no ponto (f), daí no sentido Nordeste, por uma linha seca e reta, numa distância aproximada de 200 metros, até um ponto (g) na estrada Boa Vista, daí no sentido Sudeste, pelo eixo da estrada, numa distância aproximada de 700 metros no ponto (h), onde encontra a nascente num riacho, afluente do rio da divisa; segue, no sentido Oeste, pelo leito do riacho até o ponto (i), onde encontra o rio de divisa daí seguindo à jusante do rio da divisa, no sentido Nordeste, até o ponto (j), distante 500 metros do eixo da Rodovia SC-301; daí, numa linha seca paralela, distante 500 metros do eixo da Rodovia SC-301, no sentido Norte, até o ponto (k), na Escola Municipal de Cordeiras, deste último para um ponto na Rua Antônio Basílio Rocha à 450 metros do cruzamento com a Rodovia o ponto (l), desde ponto segue no sentido Norte até o Rio Negro o ponto (m), e de lá segue pela margem deste até um ponto localizado a 100 metros a Leste da Rua Generoso Frago o ponto (n), deste ponto segue no sentido Sul paralelamente a Rua Generoso Frago, distando 100 metros dela até um ponto distante 1.150 metros o ponto (o), deste ponto o traçado converge à Nordeste, seguindo 600 metros até um ponto que dista 240 metros do ponto inicial deste poligonal o ponto (p) e deste último ponto o traçado une-se ao ponto inicial, fechado a poligonal.

III - MEMORIAL DESCRITIVO DO PERÍMETRO URBANO DO DISTRITO DE BATEIAS DE BAIXO:

Poligonal que delimita o Perímetro Urbano do Distrito de Bateias de Baixo.

Município: Campo Alegre
Estado: Santa Catarina.

A poligonal que delimita o Perímetro Urbano do Distrito de Bateias de Baixo tem início no ponto (P-01) situado a 166,00 metros do ponto (P-00) localizado na intercessão das rodovias: RM-010 com RM 303, seguindo com direção Oeste com uma linha de 100,00 metros do eixo da rodovia RM 010, até o ponto (P-02), seguindo distante do eixo da Rua Professor Rufino Blazkowski numa extensão de 100,00 metros, paralelamente, pelo lado esquerdo no sentido Nordeste, até o ponto (P-03) localizado no eixo da Rua Emilia Yong. Seguindo com a mesma medida por 270,00 metros até o ponto (P-04) localizado as margens do Rio Estiva seguindo em direção Norte, em uma linha de 282,00 metros, com ângulo de 130° no sentido Sul, até o ponto (P-05). Seguindo no sentido Leste, até encontrar a ponte sob a Rua Alexandre Telma no ponto (P-06). Seguindo no sentido Sul, por um córrego até encontrar-se com um riacho situado no ponto (P-07) a 40,00 metros da Rua José Wollner. Seguindo na direção Sueste com uma linha de 43,00 metros pela margem esquerda até o ponto (P-08). Seguindo na direção leste em uma linha paralela distante 150,00 metros do eixo da Rua Professor Rufino Blazkowski. Seguindo em direção Nordeste, com uma linha de 224,00 metros até o ponto (P-09). Convergindo à esquerda num ângulo de 29° em uma linha de 424,00 metros Norte até o ponto (P-10), seguindo em direção Norte paralelo por 100,00 metros com o eixo da Rua João Pius Schindler até encontrar o Rio Estiva o ponto (P-11), segue margens do referido rio sentido Nordeste por 110,00 metros o ponto (P-12), de onde parte sentido Sueste paralelo por 100,00 metros com a Rua João

Pius Schindler em uma distância de 122,00 metros o ponto (P-13) converge em 92° ao Nordeste, até encontrar o Rio Bateias o ponto (P-14), seguindo no sentido Suleste pela margem do Rio Bateias até a ponte situada sob a Rua Alice Lemos o ponto (P-15). Seguindo pelas margens do referido rio distante 84,00 metros da ponte sob a Rua Alice Lemos até o ponto (P-16) convergindo à direita num ângulo de 85° em uma linha paralela distante 100,00 metros do eixo da Rua Jacob Kmiecick até o ponto (P-17) seguindo no sentido Suleste, com 100,00 metros do eixo da Rua João Pius Schindler, numa linha de 70,00 metros de extensão o ponto (P-18) prosseguindo a partir deste ponto, com a mesma metragem do eixo da Rua José Endler, numa linha de 493,00 metros de extensão até o ponto (P-19), convergindo para a esquerda com 154° no sentido Leste, numa linha de 254,00 metros de extensão até o ponto (P-20), convergindo à esquerda com 115° no sentido Nordeste numa linha de 133,00 metros de extensão até o ponto (P-21), seguindo para Suleste num ângulo de 81°, numa linha de 500,00 metros de extensão até o ponto (P-22), fazendo ângulo à direita com 74°, no sentido Oeste, numa linha de 244,00 metros de extensão até o ponto (P-23) seguindo Oeste até o ponto (P-24), seguindo à esquerda no sentido Sul num ângulo de 75° em uma linha com 233,00 metros de extensão até o ponto (P-25), convergindo a direita no sentido Oeste, com 218,00 metros até o ponto (P-26) localizado na margem do Rio Água Verde. Seguindo pela margem do Rio Água Verde no sentido Sul, com 85,00 metros de extensão até o ponto (P-27) seguindo na direção Oeste num ângulo de 111°, numa linha com 505,00 metros de extensão até o ponto (P-28), convergindo à direita num ângulo de 84° no sentido Norte com uma linha de 466,00 metros de extensão seguindo paralelamente por 50,00 metros do eixo da Rua Júlia Pazda, até o ponto (P-29), convergindo à esquerda num ângulo de 126° no sentido Noroeste com uma linha de 396,00 metros de extensão até o ponto a 100,00 metros do eixo da Rua Professor Rufino Blazkowski, no ponto (P-30) deste ponto converge à esquerda com ângulo de 99° no sentido Sudeste, paralelo à Rua Professor Rufino Blazkowski, com 100,00 metros do eixo da referida Rua, até o ponto (P-31) convergindo à direita, num ângulo de 90° no sentido Oeste numa linha de 100,00 metros de extensão até o (P-01) ponto inicial, fechando a poligonal do Perímetro Urbano.

IV - MEMORIAL DESCRITIVO DO PERÍMETRO URBANO DO CAMPESTRE:

Poligonal que delimita o Perímetro Urbano do Campestre.
Município: Campo Alegre
Estado: Santa Catarina.

A poligonal que delimita o perímetro urbano do Setor Campestre, tem início no ponto Opp, localizado na intersecção da linha que delimita a Faixa de Domínio da Rodovia SC-301 com a margem direita da Rua Otto Zschoerper; deste ponto segue na direção Oeste, sobre a referida linha, medindo 263,00 metros, no sentido Campo Alegre - São Bento do Sul, até encontrar o ponto 01; deste ponto segue na direção Sul, medindo 1.407,00 metros até encontrar o ponto 02; deste ponto com ângulo de 90°, segue na direção Leste, medindo 436,17 metros até encontrar o ponto 03; deste com ângulo de 90° 05" segue na direção Norte, medindo 1.509,47 metros, até encontrar o ponto 04, localizado sobre a linha que Delimita a Faixa de Domínio da Rodovia SC-301; deste segue sobre a referida linha na direção Oeste, medindo 200,49 metros, cruzando a Rua Otto Zschoerper até encontrar o ponto de partida Opp, fechando assim a poligonal.

V - MEMORIAL DESCRITIVO DO PERÍMETRO URBANO DE SÃO MIGUEL:

Poligonal que delimita o Perímetro Urbano de São Miguel.
Município: Campo Alegre
Estado: Santa Catarina.

A poligonal que delimita o Perímetro Urbano de São Miguel tem início na Estrada Dona Francisca no ponto da divisa da propriedade de Empreendimentos Turísticos Caminho dos Príncipes Ltda, a) seguindo até a Rodovia SC-301, cruzando-a e indo até um ponto localizado a 300 metros dela; b) deste ponto segue paralelamente a Rodovia SC-301, a 300 metros dela, no sentido Joinville até um ponto que está a 200 metros da Rodovia Municipal CAM-020; c) deste ponto segue paralelamente a referida Rodovia até um ponto a 300 metros; d) deste ponto converge 84° em direção Oeste onde segue por 165 metros; e) converge 90° em direção Nordeste segue 165,20 metros em linha reta; f) converge 263° sentido Noroeste, segue por 99,32 metros em linha reta encontrando-se com o Rio São Miguel; g) e de lá, segue pelo Rio São Miguel até um ponto que dista 200 do eixo da Rodovia Municipal CAM-020; g1) deste segue em linha paralela a 200 metros do eixo da referida Rodovia por 432,00 m; g2) deste deflete 71°42'54" sentido Leste por 160,91 m até encontra novamente o rio São Miguel; g3) deste segue pelo rio São Miguel sentido SC-301 por 6,12 m; g4) deste deflete 100°31'5" sentido oeste por 150,95 m; g5) deste deflete 90° sentido Sul por 63,43 m; g6) deste deflete 130°27'56" sentido sudoeste por 37,86 m g7) deste deflete 127°2'40" por 14,89 m; deste deflete por 84°23'9" sentido sul por 18,02 m g8) deste deflete 92°37'33" sentido oeste por 9,68 m; g9) deste deflete 8549'48" sentido sul por 93,02m; g10) deste deflete 81°50'15" sentido oeste por 55,53 m; g11) deste deflete por 18°12'26" sentido sudoeste por 59,45m até encontrar um ponto a 200m da rodovia municipal CAM-020; h) deste segue paralela ao eixo da mesma rodovia até um ponto que dista 300 metros da Rodovia SC-301; i) deste ponto segue novamente paralelo à Rodovia SC-301, no sentido Joinville, distando 300 metros dela até um ponto a 200 metros após o Posto da Polícia Rodoviária Estadual; j) de lá converge para a Rodovia SC-301, cruzando-a e indo até um ponto a 300 metros da mesma; l) de lá segue paralela a Rodovia SC-301 no sentido Campo Alegre até o encontrar com o Rio dos Bugres; m) deste segue sentido a nascente do Rio dos Bugres até encontrar com a Rodovia Municipal CAM-428, conhecida como Estrada dos Bugres; n) deste segue paralelamente pela Rodovia Municipal CAM-428 por 45,03 metros até o marco '04' (E=679406.854 m e N=7103216.958 m) cravado na beira de servidão de passagem; o) Daí segue confrontando com Servidão de passagem com o azimuth de 210°14'16" e a distância de 23.85 m até o marco '19' (E=679402.782 m e N=7103194.989 m) cravado na beira da Servidão de passagem; p) deste com deflexão de 70°12'16" sentido leste por 18.69 metros; q) deste com deflexão de 102°28'30" sentido sul por 99.37 metros; r) deste com deflexão de 83°24'54" sentido oeste por 39.99 metros; s) deste com deflexão de 97°18'2" sentido norte por 68.92 metros; t) deste com deflexão de 137°15'34" sentido leste por 7.21 metros; u) deste com deflexão de 98°27'48" sentido oeste por 128.64 metros; v) deste com deflexão de 62°45'32" sentido norte por 45.85 metros até encontrar com a Rodovia Municipal CAM-428; x) segue pela Rodovia Municipal CAM-428 até a um ponto localizado a 300 metros do eixo da Rodovia SC-301; x1) deste segue, a 300 metros do eixo, paralela ao eixo da Rodovia SC-301 no sentido Campo Alegre por 1639,12 metros; x2) deste deflete 83°4'16" sentido sudoeste por 161,44 m; x3) deste deflete 90°12'52" sentido sudeste por 86,22 m; x4) deste deflete 89°34'9" sentido sudoeste por 1355,30 m; x5) deste deflete 83°26'40" sentido noroeste por 131,00 m; x6) deste segue defletindo sentido sudoeste por sete linhas quebras de 16,30, 39,37, 48,31, 26,34, 39,80, 50,37, e 45,63 m; x7) deste deflete 101°33'4" sentido noroeste por 137,06 m; x8) deste deflete 97°31'9" sentido nordeste por 664,31 m; x9) deste deflete 22°25'56" ainda sentido nordeste por 982,93 m até encontrar um ponto situado a 300 metros do eixo da Rodovia SC-301; z) e deste segue paralelamente ao eixo da Rodovia SC-301 até o ponto inicial da poligonal.

VI - MEMORIAL DESCRITIVO DO PERÍMETRO URBANO DO PARQUE INDUSTRIAL I:



Poligonal que delimita o Perímetro Urbano do Parque Industrial I.
Município: Campo Alegre
Estado: Santa Catarina.

A poligonal que o Perímetro Urbano do Parque Industrial I, tem sua amarração na Rodovia Estadual SC-301, no Trevo de acesso a Cidade de Campo Alegre, por esta segue na direção este sentido Campo Alegre - São Bento do Sul, até a confluência com a Rua Francisco Bueno Franco, onde localiza-se o ponto 0pp; deste ponto segue na direção Sudeste, medindo 820,00 metros, até encontrar o ponto 01; deste ponto, deflete à esquerda na direção Nordeste, medindo 182,00 metros até encontrar o ponto 02; deste ponto deflete novamente a esquerda na direção Noroeste, medindo 578,00 metros até encontrar o ponto 03; deste ponto deflete novamente à esquerda na direção Noroeste medindo 355,00 metros de até encontrar o ponto 03; deste ponto deflete a esquerda na direção Sudoeste medindo 184,00 e 200,00 metros de frente para à Rodovia SC-301, cruzando a Rua Francisco Bueno Franco até encontrar o ponto de partida Opp, fechando assim a poligonal.

VII - MEMORIAL DESCRITIVO DO PERÍMETRO URBANO DO FAXINAL:

Poligonal que delimita o Perímetro Urbano do Faxinal.
Município: Campo Alegre
Estado: Santa Catarina.

A poligonal que delimita o Perímetro Urbano do Faxinal, tem sua amarração na Rodovia SC-301, no Trevo de acesso a Cidade de Campo Alegre, deste segue pela Rodovia CAM 080, medindo aproximadamente de 3 Km até o entroncamento desta com a Rodovia CAM 477, onde inicia-se a referida poligonal no marco Opp; deste segue pela margem esquerda da Rodovia CAM 080, por 706,51 até encontrar o ponto 01; deste com ângulo de 119° 01" segue na direção Noroeste medindo 417,00 metros até encontrar o ponto 02; deste com ângulo de 155° 56" segue ainda na direção Noroeste medindo 61,80 metros até encontrar o ponto 03 localizado na margem direita do Rio da Geada; deste corta Rodovia CAM 080, na direção Nordeste, seguindo à jusante do referido Rio, medindo 565,00 metros, até encontrar o ponto 04; deste com ângulo de 291° 53", segue no sentido Sudeste, medindo 153,80 metros, até encontrar o ponto 05; deste com ângulo de 99° 31", segue no sentido Nordeste pela margem esquerda da Estrada Mangueira Velha, medindo 72,30 metros, até encontrar o ponto 06; deste com ângulo de 69° 34", segue no sentido Nordeste, pela margem da mesma Estrada, medindo 67,45 metros até encontrar o ponto 07; deste com ângulo de 52° 12" segue na direção Nordeste, ainda pela margem da referida estrada, medindo 52,70 metros até encontrar o ponto 08, localizado na margem esquerda de um riacho sem denominação, deste segue à montante do referido riacho, medindo 36,74 metros, até encontrar o ponto 09; localizado a margem esquerda da estrada Mangueira Velha, deste segue pela margem da estrada Mangueira Velha, por 215,94 metros até encontrar o ponto 10; deste com ângulo de 85° 16' 21" segue sentido Sudeste, por 6,00 metros até encontrar o ponto 11; deste com ângulo de 92° 28' 25" segue sentido Sudoeste por 31,52 metros até encontrar o ponto 12; deste com ângulo de 139° 32' 02" segue sentido Sul por 168,01 metros até encontrar o ponto 13; deste com ângulo de 93° 30' 49" segue sentido Oeste por 113,52 metros até encontrar o ponto 14; segue pelo referido riacho, medindo 1.897,59 metros, até encontrar o ponto 15; deste com ângulo de 298° 06" segue pela margem esquerda da Estrada Geral da Avenquinha na direção Noroeste medindo 265,70 metros até encontrar o ponto de partida Opp, fechando assim a poligonal.

VIII - MEMORIAL DESCRITIVO DO PERÍMETRO URBANO DA ZONA DE TURISMO:

Poligonal que delimita o Perímetro Urbano da Zona de Turismo.
Município: Campo Alegre
Estado: Santa Catarina.

a) Zona de Turismo do Rio Vermelho I - "A poligonal do Perímetro Urbano da Zona de Turismo tem as seguintes características e confrontações: fazendo frente para Estrada Rio Vermelho por 14 (quatorze) linhas quebradas, 53,95 metros, 30,91 metros, 29,22 metros, 42,63 metros, 21,00 metros, 26,60 metros, 60,18 metros, 36,67 metros, 62,49 metros, 79,87 metros, 100,31 metros, 102,48 metros, 97,41 metros e 30,90 metros; fundos com fundos com Herma Schwarz Heinzen por 4 (quatro) linha de 52,65 metros, 105,75 metros, 62,05 metros e 409,91 metros, lado esquerdo de quem olha do lote para a rua, por 05 (cinco) linhas quebradas, com Paulo Bartsch por 68,41 metros, 106,73 metros, 143,65 metros e com HACASA Administração e Empreendimentos Imobiliários S.A. por 110,55 metros, 216,81 metros e finalmente lado direito com a propriedade da Srª. Sônia Hildegard de Oliveira Willy Vasconcelos por doze linhas quebradas de 47,20 metros, 38,70 metros, 17,08 metros, 23,95 metros, 106,85 metros, 48,19 metros, 46,18 metros, 113,19 metros, 107,77 metros, 100,00 metros, 88,71 metros, 20,78 metros e ainda pelo lado direito com Paulo Harry Schmalz por 102,10 metros e 152,20 metros, totalizando uma área de 550.441,54 m² (quinhentos e cinquenta mil, quatrocentos e quarenta e um metros e cinquenta e quatro décimos quadrados)".

b) Zona de Turismo do Rio Vermelho II - "Faz frente para a Estrada Rio Vermelho por 914,71m, fundos com a área de doação para rua, por 431,22m, lado esquerdo de quem olha do lote para a rua, com área de doação por 248,69m e, finalmente, lado direito com Maraci Mariel Duarte, por 584,65m, totalizando uma área de 302.275,06m² (trezentos e dois mil, duzentos e setenta e cinco metros e seis décimos quadrados)".

c) Zona de Turismo do Salto do Engenho - "Faz frente para Rodovia Municipal CAM - 080 por seis (06) linhas quebras de 73,99 metros, 23,36 metros, 20,82 metros, 58,22 metros, 89,01 metros, 61,38 metros, fundos com Rio da Geada por 762,47 metros, lado esquerdo de quem olha do lote para a rua com Adolar Kumd por 1.011,53 metros e finalmente lado direito com Ernestino Vidal de Souza por 667,68 metros".

d) Zona de Turismo do Villages Bela Vista - "Um terreno situado no Município de Campo Alegre, fazendo frente para o terreno de propriedade Sr. Ivo Romeu Pauli, por 201,10 metros, fundo novamente com terreno de propriedade Sr. Humberto Reiser por 202,25 metros, lado direito com terras de propriedade Sr. Davi Paulo e Sr. Osni Gorniack, por três linhas quebradas de 159,94 metros, 207,60 metros e 90,00 metros, lado esquerdo com terras de propriedade da Srª. Dilair Baum e Sr. Alvacir Hansen, por três linhas quebradas de 46,95 metros, 1612,42 metros e 249,10 metros, contendo a área de 92.498,82 m² (noventa e dois mil, quatrocentos e noventa e oito metros e oitenta e dois décimos quadrados)".

e) Zona de Turismo do Lageado I - Um terreno situado no Município de Campo Alegre, distante 918 metros da intersecção da Rua das Pedras com a Rodovia Municipal CAM-445 e fazendo frente para a Rodovia Municipal CAM-445, por três linhas quebradas de 116,94, 47,28, 30,73 metros, fundos com Rio Saltinho por doze linhas quebradas de 34,86, 20,40, 16,00, 33,03, 32,65, 24,56, 65,60, 18,65, 55,24, 31,83, 12,97, 18,28 metros e do lado direito de quem da rua olha para o terreno por 5 linhas quebrada de 30,00, 68,96, 43,05, 60,75, 75,86 metros e finalmente do lado esquerdo por 296,56 metros, totalizando uma área de 42157,80 m².

IX - MEMORIAL DESCRITIVO DO PERÍMETRO URBANO DO RIO



REPRESO

Poligonal que delimita o Perímetro Urbano da Localidade do Rio Represo.

Município: Campo Alegre

Estado: Santa Catarina.

A poligonal que delimita o Perímetro Urbano da Localidade do Rio Represo tem início no eixo da Rua Francisco Zoellner sobre a linha que delimita os Municípios de Campo Alegre e São Bento do Sul, determinado Opp; por esta linha segue na direção Leste medindo 240,80 metros até encontrar o ponto 01; deste ponto segue na direção Norte medindo 249,60 metros até encontrar o ponto 02; deste ponto segue na direção Norte medindo 167,30 metros até encontrar o ponto 03; deste ponto segue na direção Oeste medindo 71,80 metros até encontrar o ponto 04; deste ponto segue pela margem direita da Rua Francisco Zoellner, a uma distância de 40,00 metros do eixo da via, na direção Norte medindo 244,40 metros até encontrar o ponto 05; deste ponto segue na direção Leste medindo 64,50 metros até encontrar o ponto 06; deste ponto segue na direção Sudeste medindo 36,70 metros até encontrar o ponto 07; deste ponto segue na direção Sudeste medindo 37,30 metros até encontrar o ponto 08; deste ponto segue na direção Leste medindo 127,50 metros até encontrar o ponto 09; deste ponto segue na direção Norte medindo 136,40 metros até encontrar o ponto 10; deste ponto segue na direção Oeste medindo 278,10 metros cruzando a Rua Francisco Zoellner até encontrar o ponto 11, localizado na margem esquerda da referida rua; deste ponto segue pela margem esquerda da Rua Francisco Zoellner na direção Sul, medindo 17,70 metros até encontrar o ponto 12; deste ponto segue na direção Oeste medindo 37,00 metros até encontrar o ponto 13; deste ponto segue na direção Sul pela margem esquerda da Rua Francisco Zoellner, a uma distância de 40,00 metros do eixo da referida rua, medindo 658,80 metros, até encontrar o ponto 14; deste ponto segue na direção Oeste medindo 126,30 metros até encontrar o ponto 15; deste ponto segue na direção Noroeste medindo 16,90 metros até encontrar o ponto 16; deste ponto segue na direção Noroeste medindo 39,50 metros até encontrar o ponto 17; deste ponto segue na direção Norte medindo 127,00 metros até encontrar o ponto 18; deste ponto segue na direção Oeste medindo 220,70 metros até encontrar o ponto 19; deste ponto segue na direção Sul medindo 115,00 metros até encontrar o ponto 20; deste ponto segue na direção Leste medindo 165,20 metros até encontrar o ponto 21; deste ponto segue na direção Sul medindo 112,00 metros até encontrar o ponto 22; deste ponto segue na direção Leste medindo 223,30m até encontrar o ponto Opp, fechando assim a poligonal que determina o Perímetro Urbano da Localidade do Rio Represo.

X - MEMORIAL DESCRITIVO DO PERÍMETRO URBANO DO SALTO DO ENGENHO:

Poligonal que delimita o Perímetro Urbano da Localidade do Salto do Engenho

Município: Campo Alegre

Estado: Santa Catarina.

A poligonal que delimita o Perímetro Urbano da Localidade do Salto do Engenho tem início no ponto de encontro entre o Rio Turvo e a Rodovia Municipal CAM-080 determinado Opp; a) deste segue sentido Leste margeando a Rodovia Municipal por sete linhas quebradas de 17.20 metros, 25.82 metros, 20.65 metros, 26.61 metros, 17.97 metros 46.06 metros e 43.66 metros e totalizando 197.97 metros; b) deste com deflexão de 79°29'46" sentido Sul por 161.90 metros; c) deste com deflexão sentido Oeste margeando o Rio Turvo por 43.00 metros, 48.60 metros, 62.10 metros, 62.38 metros, 22.21 metros, 37.80 metros, 20.05 metros até encontrar a Rodovia CAM -080; c) deste cruza para a margem esquerda do Rio Turvo; d) deste com deflexão de 90°54'28" senti-

do Sul, nascente do Rio Turvo e margeando o mesmo por 37.83 metros e 14.47 metros; d) deste com deflexão de 69°23'59" sentido Oeste por 30.67; e) deste com deflexão de 17°42'11" ainda sentido Oeste por 31.76 metros aonde encontra com a Rodovia Municipal CAM-080; f) deste segue margeando a Rodovia Municipal CAM-080 até encontrar o ponto Opp, fechando assim a poligonal, com área de 23.165,16 metros quadrados, que determina o Perímetro Urbano da Localidade do Salto do Engenho.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 21 de Julho de 2010.

VILMAR GROSSKOPF

Prefeito Municipal

Portaria Nº 7.401

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 7.401 DE 21 DE JULHO DE 2010

DISPÕE SOBRE AVERBAÇÃO DE CERTIDÃO DE TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO, DO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, previsto no Artigo 71 inciso VII da Lei Orgânica Municipal, em especial a Instrução Normativa TC-07/2008 do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina; Resolve:

Art.1º) Averbar a Certidão de Tempo de Contribuição expedida pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, em data de 12 de março de 2010, sob Protocolo nº 20024050.1.00017/10-6, em favor do Servidor Público Municipal, Sr. JOSE CHAVES VIEIRA, matrícula nº 000029.

Art.2º) A averbação de que trata o caput do artigo anterior, se dá em razão do Processo Administrativo nº 013844/2010 do Procedimento Administrativo nº 315/2010 emitido pelo Serviço de Pessoal desta Municipalidade.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 21 de julho de 2010.

VILMAR GROSSKOPF

Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE

Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 21/07/2010

JOSÉ LUIS SILVA

Chefe de Gabinete Interino

Portaria Nº 7.402

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 7.402 DE 21 DE JULHO DE 2010

CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO

DE UM TERÇO DE FÉRIAS AO SERVIDOR

PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 30 (trinta) dias de férias ao Agente Operacional



III -ADILSON MANOEL CÂNDIDO, matrícula nº 0162, referente ao período aquisitivo 09 de julho de 2008 a 08 de julho de 2009, pagamento de um Terço de Férias referente ao período aquisitivo.

Art.2º) O servidor gozará as férias no período de 22 de julho de 2010 à 20 de agosto de 2010, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 21 de julho de 2010.

VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 21/07/2010

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete Interino

Portaria Nº 7.403

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 7.403 DE 21 DE JULHO DE 2010
CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 12 Parágrafo 4º da Lei Municipal Complementar nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 07 (sete) dias de férias a Servidora - CECÍLIA MARLENE SCHWARZ, Professora, matrícula nº 0158, referente ao período aquisitivo 01 de março de 2009 à 28 de fevereiro de 2010.

Art.2º) A servidora gozará férias no período de 26 de julho de 2010 à 01 de agosto de 2010, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 21 de julho de 2010.

VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 21/07/2010

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete Interino

Portaria Nº 7.404

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 7.404 DE 21 DE JULHO DE 2010
CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial

ao Artigo 12 Parágrafo 4º da Lei Municipal Complementar nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 07 (sete) dias de férias a Servidora - CIRILA TELMA DRANKA, Professora, matrícula nº 0152, referente ao período aquisitivo 19 de fevereiro de 2009 à 18 de fevereiro de 2010.

Art.2º) A servidora gozará férias no período de 26 de julho de 2010 à 01 de agosto de 2010, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 21 de julho de 2010.

VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 21/07/2010

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete Interino

Portaria Nº 7.405

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 7.405 DE 21 DE JULHO DE 2010
CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 12 Parágrafo 4º da Lei Municipal Complementar nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 07 (sete) dias de férias a Servidora - DAGMAR DENISE RIBEIRO PETRIS, Professora, matrícula nº 000015, referente ao período aquisitivo 15 de agosto de 2009 à 14 de agosto de 2010.

Art.2º) A servidora gozará férias no período de 26 de julho de 2010 à 01 de agosto de 2010, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 21 de julho de 2010.

VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 21/07/2010

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete Interino

Portaria N° 7.406

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA N° 7.406 DE 21 DE JULHO DE 2010

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 12 Parágrafo 4º da Lei Municipal Complementar nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 07 (sete) dias de férias a Servidora - ELIANE BAUM, Professora, matrícula nº 000090, referente ao período aquisitivo 18 de fevereiro de 2009 à 17 de fevereiro de 2010.

Art.2º) A servidora gozará férias no período de 26 de julho de 2010 à 01 de agosto de 2010, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 21 de julho de 2010.

VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:
21/07/2010

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete Interino

Portaria N° 7.407

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA N° 7.407 DE 21 DE JULHO DE 2010

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 12 Parágrafo 4º da Lei Municipal Complementar nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 07 (sete) dias de férias a Servidora - GLÁDIS CONCEIÇÃO BENKENDORF, Professora, matrícula nº 000194, referente ao período aquisitivo 15 de fevereiro de 2009 à 14 de fevereiro de 2010.

Art.2º) A servidora gozará férias no período de 26 de julho de 2010 à 01 de agosto de 2010, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 21 de julho de 2010.

VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:
21/07/2010

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete Interino

Portaria N° 7.408

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA N° 7.408 DE 21 DE JULHO DE 2010

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 12 Parágrafo 4º da Lei Municipal Complementar nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 07 (sete) dias de férias a Servidora - LINDAMIR DA LUZ DOS SANTOS DREFHAL, Professora, matrícula nº 000188, referente ao período aquisitivo 01 de setembro de 2009 à 31 de agosto de 2010.

Art.2º) A servidora gozará férias no período de 26 de julho de 2010 à 01 de agosto de 2010, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 21 de julho de 2010.

VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:
21/07/2010

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete Interino

Portaria N° 7.409

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA N° 7.409 DE 21 DE JULHO DE 2010

CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 12 Parágrafo 4º da Lei Municipal Complementar nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 07 (sete) dias de férias ao Servidor - LUIS ROGERIO DE VARGAS VALÉRIO, Professor, matrícula nº 000458, referente ao período aquisitivo 01 de janeiro de 2009 à 31 de dezembro de 2010.

Art.2º) O servidor gozará férias no período de 26 de julho de 2010 à 01 de agosto de 2010, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 21 de julho de 2010.

VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE



Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:
21/07/2010

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete Interino

Portaria Nº 7.410

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 7.410 DE 21 DE JULHO DE 2010
CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 12 Parágrafo 4º da Lei Municipal Complementar nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 07 (sete) dias de férias a Servidora - MAIRA JOCELI PEREIRA DE MIRANDA, Professora, matrícula nº 000092, referente ao período aquisitivo 01 de março de 2008 à 28 de fevereiro de 2009.

Art.2º) A servidora gozará férias no período de 26 de julho de 2010 à 01 de agosto de 2010, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 21 de julho de 2010.
VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:
21/07/2010

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete Interino

Portaria Nº 7.411

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 7.411 DE 21 DE JULHO DE 2010
CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 12 Parágrafo 4º da Lei Municipal Complementar nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 07 (sete) dias de férias a Servidora - MARCIA FRANZ SCHIESSL, Professora, matrícula nº 000113, referente ao período aquisitivo 01 de abril de 2009 à 31 de março de 2010.

Art.2º) A servidora gozará férias no período de 26 de julho de 2010 à 01 de agosto de 2010, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 21 de julho de 2010.

VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:
21/07/2010

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete Interino

Portaria Nº 7.412

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 7.412 DE 21 DE JULHO DE 2010
CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 12 Parágrafo 4º da Lei Municipal Complementar nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 07 (sete) dias de férias a Servidora - MARCIA REGINA FELICIANO DAMÁZIO FRANCO, Professora, matrícula nº 000228, referente ao período aquisitivo 09 de fevereiro de 2009 à 08 de fevereiro de 2010.

Art.2º) A servidora gozará férias no período de 26 de julho de 2010 à 01 de agosto de 2010, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 21 de julho de 2010.
VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:
21/07/2010

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete Interino

Portaria Nº 7.413

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 7.413 DE 21 DE JULHO DE 2010
CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 12 Parágrafo 4º da Lei Municipal Complementar nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 07 (sete) dias de férias ao Servidor - MÁRCIO MARCELO MUNHOZ, Professor de Educação Física, matrícula nº 361, referente ao período aquisitivo 04 de agosto de 2009 à 03 de agosto de 2010.

Art.2º) O servidor gozará férias no período de 26 de julho de 2010 à 01 de agosto de 2010, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.



Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 21 de julho de 2010.

VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 21/07/2010

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete Interino

Portaria Nº 7.414

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 7.414 DE 21 DE JULHO DE 2010
CONCEDE FÉRIAS A CHEFE DO SERVIÇO DE ENSINO FUNDAMENTAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 12 Parágrafo 4º da Lei Municipal Complementar nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 10 (dez) dias de férias a Servidora - MARIA MAURENE OTTAVAGEN MAY, Chefe do Serviço de Ensino Fundamental, matrícula nº 000082, referente ao período aquisitivo 15 de janeiro de 2009 à 14 de janeiro de 2010.

Art.2º) A servidora gozará férias no período de 26 de julho de 2010 à 04 de agosto de 2010, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 21 de julho de 2010.

VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 21/07/2010

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete Interino

Portaria Nº 7.415

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 7.415 DE 21 DE JULHO DE 2010
CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 12 Parágrafo 4º da Lei Municipal Complementar nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 07 (sete) dias de férias a Servidora - NELCI TE-REZINHA IDALÊNCIO DETROZ, Professora, matrícula nº 000059, referente ao período aquisitivo 01 de novembro de 2008 à 31 de

outubro de 2009.

Art.2º) A servidora gozará férias no período de 26 de julho de 2010 à 01 de agosto de 2010, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 21 de julho de 2010.

VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 21/07/2010

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete Interino

Portaria Nº 7.416

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 7.416 DE 21 DE JULHO DE 2010
CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 12 Parágrafo 4º da Lei Municipal Complementar nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 07 (sete) dias de férias a Servidora - NOELI TE-REZINHA DE FARIAS, Professora, matrícula nº 000060, referente ao período aquisitivo 01 de novembro de 2008 à 31 de outubro de 2009.

Art.2º) A servidora gozará férias no período de 26 de julho de 2010 à 01 de agosto de 2010, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 21 de julho de 2010.

VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 21/07/2010

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete Interino

Portaria Nº 7.417

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 7.417 DE 21 DE JULHO DE 2010
CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 12 Parágrafo 4º da Lei Municipal Complementar nº 006



de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 07 (sete) dias de férias a Servidora - ROSANY MARIA DA ROZA BASTOS, Professora, matrícula nº 000160, referente ao período aquisitivo 01 de março de 2008 à 28 de fevereiro de 2009.

Art.2º) A servidora gozará férias no período de 26 de julho de 2010 à 01 de agosto de 2010, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 21 de julho de 2010.

VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 21/07/2010

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete Interino

Portaria Nº 7.418

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 7.418 DE 21 DE JULHO DE 2010
CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 12 Parágrafo 4º da Lei Municipal Complementar nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 07 (sete) dias de férias a Servidora - OLÍVIA MARTINS DE OLIVEIRA MUNHOZ, Professora, matrícula nº 000105, referente ao período aquisitivo 12 de março de 2009 à 11 de março de 2010.

Art.2º) A servidora gozará férias no período de 26 de julho de 2010 à 01 de agosto de 2010, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 21 de julho de 2010.

VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 21/07/2010

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete Interino

Portaria Nº 7.419

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 7.419 DE 21 DE JULHO DE 2010
CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 12 Parágrafo 4º da Lei Municipal Complementar nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 07 (sete) dias de férias a Servidora - ORIANE LINZMEYER STELZNER, Professora, matrícula nº 000168, referente ao período aquisitivo 16 de março de 2009 à 15 de março de 2010.

Art.2º) A servidora gozará férias no período de 26 de julho de 2010 à 01 de agosto de 2010, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 21 de julho de 2010.

VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 21/07/2010

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete Interino

Portaria Nº 7.420

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 7.420 DE 21 DE JULHO DE 2010
CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 12 Parágrafo 4º da Lei Municipal Complementar nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 07 (sete) dias de férias ao Servidor - PAULO ALEXANDRE CHRISTOFF, Professor, matrícula nº 000499, referente ao período aquisitivo 01 de janeiro de 2009 à 31 de dezembro de 2009.

Art.2º) O servidor gozará férias no período de 26 de julho de 2010 à 01 de agosto de 2010, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 21 de julho de 2010.

VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 21/07/2010



JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete Interino

Portaria N° 7.421

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N° 7.421 DE 21 DE JULHO DE 2010
CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 12 Parágrafo 4º da Lei Municipal Complementar n° 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 07 (sete) dias de férias ao Servidor - RENATO CAMPOS QUERINO FILHO, Professor, matrícula n° 000467, referente ao período aquisitivo 01 de janeiro de 2009 à 31 de dezembro de 2009.

Art.2º) O servidor gozará férias no período de 26 de julho de 2010 à 01 de agosto de 2010, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 21 de julho de 2010.

VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal n° 2.416 em: 21/07/2010

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete Interino

Portaria N° 7.422

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N° 7.422 DE 21 DE JULHO DE 2010
CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 12 Parágrafo 4º da Lei Municipal Complementar n° 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 07 (sete) dias de férias ao Servidor - RODOLFO HENRIQUE WORMS, Professor, matrícula n° 000468, referente ao período aquisitivo 01 de janeiro de 2009 à 31 de dezembro de 2009.

Art.2º) O servidor gozará férias no período de 26 de julho de 2010 à 01 de agosto de 2010, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 21 de julho de 2010.

VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE

Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal n° 2.416 em: 21/07/2010

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete Interino

Portaria N° 7.423

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N° 7.423 DE 21 DE JULHO DE 2010
CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 12 Parágrafo 4º da Lei Municipal Complementar n° 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 07 (sete) dias de férias a Servidora - SILVANIA TELMA, Professora, matrícula n° 000226, referente ao período aquisitivo 09 de fevereiro de 2009 à 08 de fevereiro de 2010.

Art.2º) A servidora gozará férias no período de 26 de julho de 2010 à 01 de agosto de 2010, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 21 de julho de 2010.

VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal n° 2.416 em: 21/07/2010

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete Interino

Portaria N° 7.424

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N° 7.424 DE 21 DE JULHO DE 2010
CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 12 Parágrafo 4º da Lei Municipal Complementar n° 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 07 (sete) dias de férias a Servidora - SILVIA PAS-DA UHLIG, Professora, matrícula n° 000173, referente ao período aquisitivo 16 de março de 2009 à 15 de março de 2010.

Art.2º) A servidora gozará férias no período de 26 de julho de 2010 à 01 de agosto de 2010, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 21 de julho de 2010.

VILMAR GROSSKOPF



Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE

Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:
21/07/2010

JOSÉ LUIS SILVA

Chefe de Gabinete Interino

Portaria Nº 7.425

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 7.425 DE 21 DE JULHO DE 2010

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 12 Parágrafo 4º da Lei Municipal Complementar nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 07 (sete) dias de férias a Servidora - SOLANGE REGINA DOS PASSOS, Professora, matrícula nº 000195, referente ao período aquisitivo 15 de fevereiro de 2009 à 14 de março de 2010.

Art.2º) A servidora gozará férias no período de 26 de julho de 2010 à 01 de agosto de 2010, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 21 de julho de 2010.

VILMAR GROSSKOPF

Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE

Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:
21/07/2010

JOSÉ LUIS SILVA

Chefe de Gabinete Interino

Campos Novos

PREFEITURA MUNICIPAL

Lei Nº 3.547

LEI Nº 3.547 DE 19/07/2010

ABRE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL NO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Vilibaldo Erich Schmid, prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

FAZ SABER A TODOS OS HABITANTES DESTES MUNICÍPIO QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU, E ELE SANCIONA A SEGUINTE LEI:

Art. 1º. Fica aberto um crédito adicional especial no orçamento do Fundo Municipal de Assistência Social, consignado sob as seguintes rubricas:

Órgão 14 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Unidade: 01 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Proj/Ativ: 2.053 Manutenção do Programa de Apoio Pessoas Portad. Necessidades Especiais

22 3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0028.0 Aplicações Diretas
20.000,00

Art. 2º. Para cobertura da abertura do crédito especial previsto no Art. 1º, fica anulada parcialmente a seguinte rubrica orçamentária:

Órgão 14 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Unidade: 01 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Proj/Ativ: 2.053 Manutenção do Programa de Apoio Pessoas Portad. Necessidades Especiais

6 3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.0020.0 Aplicações Diretas
20.000,00

Total: ____ 20.000,00

Art. 3º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura de Campos Novos, 19 de julho de 2010.

VILIBALDO ERICH SCHMID

Prefeito Municipal

Lei Nº 3.546/10

LEI Nº 3.546/10 DE 19/07/2010

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO GERAL DO MUNICÍPIO

Vilibaldo Erich Schmid, prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

FAZ SABER A TODOS OS HABITANTES DESTES MUNICÍPIO QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU, E ELE SANCIONA A SEGUINTE LEI:

Art. 1º. Fica aberto um crédito adicional suplementar no orçamento geral do município, consignado sob as seguintes rubricas:

Órgão 09 SECRETARIA DE ESPORTES E LAZER

Unidade: 27 DEPARTAMENTO DE ESPORTES-GERÊNCIA ADMINISTRATIVA

Proj/Ativ: 1.056 Construções, ampliações e reformas no Esporte Municipal

45 4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.0 Aplicações Diretas
595.000,00

Órgão 08 SECRETARIA DE TRANSPORTES E OBRAS

Unidade: 25 DEPARTAMENTO DE MANUTENÇÃO E APOIO OPERACIONAL

Proj/Ativ: 2.078 Recolhimento e destinação dos resíduos sólidos

69 3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.0 Aplicações Diretas
45.000,00

Órgão 08 SECRETARIA DE TRANSPORTES E OBRAS

Unidade: 25 DEPARTAMENTO DE MANUTENÇÃO E APOIO OPERACIONAL

Proj/Ativ: 1.011 Reequipamento da Secretaria de Transportes e Obras

58 4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.0 Aplicações Diretas
38.750,00



Órgão 08 SECRETARIA DE TRANSPORTES E OBRAS
 Unidade: 25 DEPARTAMENTO DE MANUTENÇÃO E APOIO OPERACIONAL
 Proj/Ativ: 2.037 Manutenção do Departamento de Estradas e Rodagem
 61 3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.0 Aplicações Diretas
 150.000,00

Valor total R\$. 828.750,00

Art. 2º. Para cobertura da abertura do crédito previsto no Art. 1º, fica anulada parcialmente a seguinte rubrica orçamentária:

Órgão 04 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA
 Unidade: 09 DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO EDUCACIONAL
 Proj/Ativ: 1.018 Reequipamento do Ensino Fundamental
 81 4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0074.0 Aplicações Diretas
 146.996,27
 82 4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0066.0 Aplicações Diretas
 76.573,73
 83 4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0063.0 Aplicações Diretas
 45.000,00
 84 4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0036.0 Aplicações Diretas
 49.430,00

Órgão 04 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA
 Unidade: 10 DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO DO ENSINO INFANTIL-PRE-ESCOLAR
 Proj/Ativ: 1.013 Construção, ampliações e reformar no ensino infantil
 140 4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0066.0 Aplicações Diretas
 184.000,00
 141 4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0063.0 Aplicações Diretas
 45.000,00
 142 4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0036.0 Aplicações Diretas
 50.000,00
 143 4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.0 Aplicações Diretas
 5.000,00

Órgão 04 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA
 Unidade: 10 DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO DO ENSINO INFANTIL-PRE-ESCOLAR
 Proj/Ativ: 1.016 Reequipamentos de creches
 134 4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0063.0 Aplicações Diretas
 45.000,00
 135 4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0036.0 Aplicações Diretas
 5.000,00

Órgão 04 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA
 Unidade: 10 DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO DO ENSINO INFANTIL-PRE-ESCOLAR
 Proj/Ativ: 1.017 Reequipamento do ensino infantil
 131 4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0066.0 Aplicações Diretas
 50.000,00
 148 4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0063.0 Aplicações Diretas
 22.000,00

Órgão 04 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA
 Unidade: 12 DEPARTAMENTO DO ENSINO FUNDAMENTAL
 Proj/Ativ: 1.015 Construção, ampliações e reformar no ensino fundamental
 120 4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0063.0 Aplicações Diretas
 45.000,00
 121 4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0036.0 Aplicações Diretas
 55.250,00
 122 4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.0 Aplicações Diretas
 4.500,00

Valor total R\$828.750,00

Art. 3º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura de Campos Novos, 19 de julho de 2010.
 VILIBALDO ERICH SCHMID
 Prefeito Municipal

Lei Nº 3.548

LEI Nº 3.548 DE 19/07/2010
 CRIA VAGA E ALTERA O QUADRO DE PESSOAL DO PODER LEGISLATIVO DE CAMPOS NOVOS.

Vilibaldo Erich Schmid, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições previstas no Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

FAZ SABER A TODOS OS HABITANTES DESTES MUNICÍPIO QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU, E ELE SANCIONA A PRESENTE LEI

Art. 1º. Em razão da determinação judicial proferida nos autos nº. 014.10.001499-6, fica alterado o Quadro de Pessoal da Câmara Municipal de Vereadores de Campos Novos, da seguinte forma:

I - Fica criada 1 (uma) vaga para o cargo efetivo de Auxiliar de Serviços Operacionais - ASO - 01, para provimento de Lucia Francisca de Oliveira.

Art. 2º. Os vencimentos, a carga horária e as atribuições do cargo acima serão os mesmos daqueles dispostos na Lei nº. 3.258/07 de 23/11/07.

Art. 3º. Para os casos de omissão da presente legislação deverá ser considerado a legislação pertinente, em especial a lei nº. 3.258/07 e o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Campos Novos.

Art. 4º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura de Campos Novos 19 de julho de 2010.
 VILIBALDO ERICH SCHMID
 Prefeito Municipal

Lei Complementar Nº 04

LEI COMPLEMENTAR Nº 04 DE 19/07/2010
 DISPÕE SOBRE A REMOÇÃO, GUARDA E DEPÓSITO DE VEÍCULOS AUTOMOTORES APREENDIDOS OU RECOLHIDOS EM DECORRÊNCIA DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO, APLICAÇÃO DE MEDIDAS ADMINISTRATIVAS OU PENALIDADES, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Vilibaldo Erich Schmid, prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, FAZ SABER A TODOS OS HABITANTES DESTES MUNICÍPIO QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU, E ELE SANCIONA A SEGUINTE LEI:

Art. 1º. A remoção, guarda e depósito de veículos automotores apreendidos ou recolhidos em decorrência de infração de trânsito, aplicação de medidas administrativas ou penalidades é serviço público municipal, que pode ser explorado diretamente ou delegado, mediante concessão.

Parágrafo Único. A concessão prevista no caput será por 5 (cinco) anos.

Art. 2º. A delegação à pessoas físicas ou jurídicas é da competência



cia exclusiva do Chefe do Poder Executivo e será sempre precedida de licitação pública na modalidade de concorrência.

Art. 3º. O concessionário, para a realização de remoção de veículos abrangidos por esta lei, deverá:

- I. prestar serviço de guincho mediante pedido ou requisição dos agentes ou autoridades de trânsito, durante 24 horas e todos os dias do ano, removendo-o para o pátio, ou local determinado pelos agentes e autoridades de trânsito;
- II. comprovar dispor de no mínimo dois veículos, sendo um com capacidade para 3.500 kg e outro com capacidade para 8.500 kg, ambos com no máximo 10 (dez) anos de uso;
- III. manter os veículos guincho atualizados quanto aos procedimentos e formas de guinchamento correto dos veículos, de acordo com a legislação pertinente;
- IV. assumir toda e qualquer responsabilidade advinda do serviço prestado;
- V. apresentar condutor devidamente uniformizado, com colete refletivo (arnê), durante a prestação do serviço.

Art. 4º. Nenhum veículo poderá ser removido pelo concessionário se o condutor ou proprietário, devidamente habilitados, estando presentes, se dispuserem a fazer por si mesmos a remoção do veículo, desde que este forneça plenas condições de segurança e atenda os requisitos de lei.

Parágrafo Único. Depois de analisada a situação e na necessidade de remoção ou apreensão do veículo, uma vez acionado o serviço de guincho, o proprietário ou condutor tornar-se presentes deverão, mesmo assim, quitar as tarifas atinentes ao serviço de guincho.

Art. 5º. Apreendido o veículo, pelos agentes ou autoridades de trânsito, será removido para o local indicado pelo vencedor da concorrência, que deverá atender aos seguintes requisitos mínimos:

- I. local com área total não inferior a 2.000m², a uma distância não superior a 4.000 metros da área urbana do município, com o devido "habite-se", cercado, iluminado, com escritório e banheiros, com serviço de segurança e recepção 24 horas por dia, objetivando atender tanto aos agentes ou autoridades de trânsito, assim definidos na legislação de trânsito bem como, o público em geral.
- II. área coberta, que proporcione o abrigo de 10 (dez) automóveis e 05 (cinco) motocicletas e um pátio que possa abrigar no mínimo 100 (cem) veículos;
- III. receber todo e qualquer veículo assim classificado no artigo 96 da Lei Federal nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 - Código Tributário Brasileiro - CTB, quando devidamente apreendidos, removidos, ou retirados de circulação pelos agentes ou autoridade de trânsito exceto àqueles de tração animal;
- IV. cobrar pela permanência do veículo no depósito;
- V. receber e liberar os veículos somente para seus proprietários ou representante legal, munidos de autorização do comandante da Organização Policial Militar - OPM conveniada, ou Polícia Civil sediada no município, ou por pessoa por esta designada, uma vez atendidas as exigências da legislação de trânsito;
- VI. possuir livro de registro diário, do qual devem constar, no mínimo:

- a) identificação dos veículos recebidos com fotos digitais;
 - b) nome, endereço e identidade do proprietário ou condutor;
 - c) data e horário de recebimento;
 - d) nome e identidade do agente de trânsito responsável pela medida administrativa;
 - e) data e horário de saída do veículo;
 - f) identificação da pessoa para a qual foi liberado o veículo.
- §1º. O livro de registro diário, deverá ser numerado tipografica-

mente e deve conter termo de abertura assinado pelas seguintes autoridades: Chefe do Poder Executivo, Comandante da Polícia Militar local e Delegado Regional de Polícia.

§2º. O explorador desta atividade, sujeitar-se-á a vistoria semestral realizada pelas autoridades mencionadas no §1º, ou por qualquer pessoa por uma dessas autoridades designada, a fim de verificar o cumprimento dos dispositivos desta lei.

§3º. O não cumprimento de quaisquer dos dispositivos desta lei, sujeitará o referido explorador a sanções previstas na Lei nº 8.666/93 e suas alterações, sem o prejuízo de outras medidas previstas em lei.

Art. 6º. As tarifas atinentes ao serviço prestado ficam estabelecidas em unidades de UFM, conforme Anexo I desta lei.

§1º. O valor relativo ao serviço prestado será depositado na conta do concessionário, pelo proprietário do veículo, através de boleto bancário pelo mesmo fornecido, com a indicação do respectivo valor, dados do veículo removido, dia, hora e local, quilometragem e número da conta bancária, destacada de bloco de notas de prestação de serviço oficial;

§2º. Sobre cada serviço prestado o concessionário repassará o valor equivalente a 10% (dez por cento) depositando mensalmente na conta Prefeitura Municipal de Campos Novos/Convênio de Trânsito com a Polícia Militar.

§3º. Em caso de veículos envolvidos em delito que não cometido pelo proprietário, não haverá cobrança da tarifa.

§4º. A restituição dos veículos apreendidos só ocorrerá mediante prévio pagamento das taxas e despesas com remoção e estadia além de outros encargos previstos na legislação específica.

Art. 7º. Esta lei complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura de Campos Novos, 19 de julho de 2010.

VILIBALDO ERICH SCHMID
Prefeito Municipal

ANEXO I TABELA DE TARIFAS - (Art. 6º) EM UFM

ESPECIFICAÇÃO	REMOÇÃO	GUARDA/ DEPÓSITO	DIÁRIA NO PÁTIO
Motocicletas	25	8	3
Automóveis de Passeio/ Camionetes	26	11	6
Utilitários	42	13	7
Van	45	14	10
Ônibus/Caminhões	72	22	14

Lei Nº 3.545

LEI Nº 3.545 DE 19/07/2010

INSTITUI A FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE - FUNDEMA

Vilibaldo Erich Schmid, prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

FAZ SABER A TODOS OS HABITANTES DESTA MUNICÍPIO QUE A



CÂMARA MUNICIPAL APROVOU, E ELE SANCIONA A SEGUINTE LEI:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo do Município autorizado a instituir, com sede e foro nesta cidade de Campos Novos, a FUNDEMA - Fundação do Meio Ambiente, que

Art. 2º. A FUNDEMA será uma entidade autônoma, e adquirirá personalidade jurídica a partir da inscrição no registro Civil das Pessoas Jurídicas do seu ato constitutivo, com o qual serão apresentados os estatutos, e o decreto que os aprovou

Art. 3º. A Fundação Municipal do Meio Ambiente, terá como objetivos:

I. Executar a política ambiental do município de Campos Novos, conforme diretrizes previstas no artigo 190 e seguintes da lei Orgânica;

II. Celebrar contratos, acordos, ajustes de conduta, convênios e termos de colaboração com entidades públicas e privadas, inclusive estrangeiros, visando desenvolver o disposto no inciso I.

Art. 4º. O patrimônio e recursos financeiros da FUNDEMA - Fundação Municipal do Meio Ambiente serão constituídos de bens imóveis, móveis, doações, contribuições, que lhe forem transferidas sem ônus em caráter definitivo.

§ 1º. Os bens e direitos da Fundação serão utilizados ou aplicados exclusivamente para a execução dos seus objetivos, não podendo serem alienados.

§ 2º. No caso de extinção da Fundação, seus bens e direitos serão incorporados ao patrimônio do Município de Campos Novos.

Art. 5º. Nos atos constitutivos da Fundação, o chefe do Executivo poderá designar o representante do município.

Art. 6º. A Fundação Municipal do Meio Ambiente será administrada por um Conselho Deliberativo composto de 5 (cinco) membros, sendo:

- a) Um representante do Poder Executivo;
- b) Um representante das entidades não governamentais ligadas ao meio ambiente;
- c) Um representante do Sindicato dos Produtores Rurais;
- d) Um representante do Sindicato dos Trabalhadores Rurais;
- e) Um representante da Associação dos Engenheiros Agrônomos e Técnicos Agrícolas do município.

§ 1º. Os membros do Conselho Deliberativo serão nomeados por ato do chefe do Poder Executivo.

§ 2º. O mandato dos membros do Conselho Deliberativo será de 2 (dois) anos, podendo ser reconduzidos por mais um período.

§ 3º. Os membros do Conselho Deliberativo exercerão suas atribuições, de forma gratuita, sem remuneração, sendo seu trabalho considerado de relevante interesse social e econômico para o município.

§ 4º. As reuniões do Conselho Deliberativo, serão secretariadas por servidores designados pelo prefeito, e ou por funcionário do quadro de pessoal da FUNDEMA.

§ 5º. O Conselho Deliberativo será presidido pelo representante do poder Executivo.

Art. 7º. Compete ao Conselho Deliberativo, como órgão administrativo da FUNDEMA de modo especial:

- a) Elaborar e expedir o regulamento e regimento da fundação e seus serviços;
- b) elaborar o plano de ação anual, bem como o orçamento;
- c) encaminhar anualmente ao chefe do Poder Executivo, parecer sobre as contas da Fundação.

Art. 8º. A estrutura administrativa da Fundação e os serviços que a integram, as relações com os demais entes públicos e privados, serão definidas nos estatutos, atendido o seguinte:

- a) A Fundação e seus serviços terão administração, regulamento, quadro de pessoal e orçamento próprio;
- b) A Fundação terá autonomia administrativa e financeira, ressalvada a competência da Diretoria, fixada no estatuto e regulamentos.

Art. 9º. O município consignará anualmente recursos sob a forma de transferência à Fundação.

Art. 10. São órgãos da Fundação Municipal de Meio Ambiente:

- I. Conselho Deliberativo
- II. Diretoria

§ 1º. A diretoria da Fundação compõe-se de cargos em comissão constituído de: um Diretor Superintendente e um Diretor Operacional de livre nomeação do chefe do Poder Executivo.

§ 2º. Os subsídios dos diretores serão estabelecidos na lei do plano de cargos e salários da fundação.

Art. 11. O chefe do Poder Executivo, no prazo de 90 (noventa) dias, submeterá a apreciação da Câmara de Vereadores:

- I. Orçamento da Fundação Municipal do Meio Ambiente;
- II. Plano de cargos e salários dos servidores;
- III. Patrimônio inicial da Fundação a ela transferido através de lei específica.

§ único. O chefe do Poder Executivo poderá remanejar servidores do seu quadro efetivo para a Fundação, desde que tenha compatibilidade com as atribuições e vencimentos do seu cargo.

Art. 12. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura de Campos Novos, 19 de julho de 2010.
VILIBALDO ERICH SCHMID
Prefeito Municipal

Lei Nº 3.547

LEI Nº 3.547 DE 19/07/2010

ABRE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL NO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Vilibaldo Erich Schmid, prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

FAZ SABER A TODOS OS HABITANTES DESTA CÂMARA MUNICIPAL APROVOU, E ELE SANCIONA A SEGUINTE LEI:

Art. 1º. Fica aberto um crédito adicional especial no orçamento do Fundo Municipal de Assistência Social, consignado sob as seguintes rubricas:

Órgão 14 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL



Unidade: 01 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
 Proj/Ativ: 2.053 Manutenção do Programa de Apoio Pessoas Portad. Necessidades Especiais
 22 3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0028.0 Aplicações Diretas
 20.000,00

Art. 2º. Para cobertura da abertura do crédito especial previsto no Art. 1º, fica anulada parcialmente a seguinte rubrica orçamentária:

Órgão 14 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
 Unidade: 01 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
 Proj/Ativ: 2.053 Manutenção do Programa de Apoio Pessoas Portad. Necessidades Especiais
 6 3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.0020.0 Aplicações Diretas
 20.000,00

Total: __ 20.000,00

Art. 3º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura de Campos Novos, 19 de julho de 2010.

VILIBALDO ERICH SCHMID

Prefeito Municipal

Decreto Nº 6.065

DECRETO Nº 6.065 DE 16/07/2010

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO GERAL DO MUNICÍPIO

Vilibaldo Erich Schmid, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Lei nº 3.454/09 de 22/10/09 (Plano Plurianual), Lei nº 3.465/09 de 18/11/09 (Lei de Diretrizes Orçamentárias) e Art. 16 da Lei nº 3.474/09 de 17/12/09 (Lei Orçamentária),

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto um crédito adicional suplementar no orçamento geral do Município, nos projetos e nas atividades abaixo discriminados os seguintes elementos de despesas:

ÓRGÃO: 08 - SECRET. DE TRANSPORTES, OBRAS E URBANISMO
 UNIDADE: 25 - DEPARTAMENTO DE MANUTENÇÃO E APOIO OPERACIONAL

PROJETO/ATIVIDADE: 1.011 - Reequipamento da Sec. Transp. Obras e Urbanismo

Elementos de despesa: 58-4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.0-Aplicações Diretas.....R\$ 19.000,00

Art. 2º. Para a cobertura do crédito previsto no Art. 1º, será utilizado o valor de R\$ 19.000,00 (dezenove mil reais), proveniente do excesso da arrecadação.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura de Campos Novos, registrado e publicado o presente Decreto em, 16 de julho de 2010.

VILIBALDO ERICH SCHMID

Prefeito Municipal

Decreto Nº 6.066

DECRETO Nº 6.066 DE 19/07/2010

REGULAMENTA LEI Nº 3.546/2010

Vilibaldo Erich Schmid, Prefeito do Município de Campos Novos,

Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Lei nº 3.454/09 de 22/10/09 (Plano Plurianual), Lei nº 3.465/09 de 18/11/09 (Lei de Diretrizes Orçamentárias) e Art. 16 da Lei nº 3.474/09 de 17/12/09 (Lei Orçamentária),

DECRETA

Art. 1º. Fica aberto um crédito adicional suplementar no orçamento geral do município, consignado sob as seguintes rubricas:

Órgão 09 SECRETARIA DE ESPORTES E LAZER

Unidade: 27 DEPARTAMENTO DE ESPORTES-GERÊNCIA ADMINISTRATIVA

Proj/Ativ: 1.056 Construções, ampliações e reformas no Esporte Municipal

45 4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.0 Aplicações Diretas
 595.000,00

Órgão 08 SECRETARIA DE TRANSPORTES E OBRAS

Unidade: 25 DEPARTAMENTO DE MANUTENÇÃO E APOIO OPERACIONAL

Proj/Ativ: 2.078 Recolhimento e destinação dos resíduos sólidos

69 3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.0 Aplicações Diretas
 45.000,00

Órgão 08 SECRETARIA DE TRANSPORTES E OBRAS

Unidade: 25 DEPARTAMENTO DE MANUTENÇÃO E APOIO OPERACIONAL

Proj/Ativ: 1.011 Reequipamento da Secretaria de Transportes e Obras

58 4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.0 Aplicações Diretas
 38.750,00

Órgão 08 SECRETARIA DE TRANSPORTES E OBRAS

Unidade: 25 DEPARTAMENTO DE MANUTENÇÃO E APOIO OPERACIONAL

Proj/Ativ: 2.037 Manutenção do Departamento de Estradas e Rodagem

61 3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.0 Aplicações Diretas
 150.000,00

Valor total R\$. 828.750,00

Art. 2º. Para cobertura da abertura do crédito previsto no Art. 1º, fica anulada parcialmente a seguinte rubrica orçamentária:

Órgão 04 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA

Unidade: 09 DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO EDUCACIONAL

Proj/Ativ: 1.018 Reequipamento do Ensino Fundamental

81 4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0074.0 Aplicações Diretas
 146.996,27

82 4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0066.0 Aplicações Diretas
 76.573,73

83 4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0063.0 Aplicações Diretas
 45.000,00

84 4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0036.0 Aplicações Diretas
 49.430,00

Órgão 04 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA

Unidade: 10 DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO DO ENSINO INFANTIL-PRE-ESCOLAR

Proj/Ativ: 1.013 Construção, ampliações e reformar no ensino infantil

140 4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0066.0 Aplicações Diretas
 184.000,00

141 4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0063.0 Aplicações Diretas
 45.000,00

142 4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0036.0 Aplicações Diretas
 50.000,00



143 4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.0 Aplicações Diretas
5.000,00

Órgão 04 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA
Unidade: 10 DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO DO ENSINO INFANTIL-PRE-ESCOLAR

Proj/Ativ: 1.016 Reequipamentos de creches

134 4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0063.0 Aplicações Diretas
45.000,00

135 4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0036.0 Aplicações Diretas
5.000,00

Órgão 04 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA
Unidade: 10 DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO DO ENSINO INFANTIL-PRE-ESCOLAR

Proj/Ativ: 1.017 Reequipamento do ensino infantil

131 4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0066.0 Aplicações Diretas
50.000,00

148 4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0063.0 Aplicações Diretas
22.000,00

Órgão 04 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA
Unidade: 12 DEPARTAMENTO DO ENSINO FUNDAMENTAL
Proj/Ativ: 1.015 Construção, ampliações e reformar no ensino fundamental

120 4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0063.0 Aplicações Diretas
45.000,00

121 4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0036.0 Aplicações Diretas
55.250,00

122 4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.0 Aplicações Diretas
4.500,00

Valor total R\$828.750,00

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura de Campos Novos, 19 de julho de 2010.

VILIBALDO ERICH SCHMID

Prefeito Municipal

Canoinhas

PREFEITURA MUNICIPAL

Edital de Concorrência Pública n.º 06/2010

MUNICÍPIO DE CANOINHAS

ESTADO DE SANTA CATARINA

PROCESSO DE LICITAÇÃO N.º 67/2010

EDITAL DE CONCORRÊNCIA PÚBLICA N.º 06/2010

REGISTRO DE PREÇOS

O Município de Canoinhas-SC, CNPJ n.º 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, centro, fará realizar no dia 31/08/2010, às 14:15 horas, a abertura das propostas para registro de preços de metros quadrados de serviços de elaboração de projeto executivo para pavimentação de vias públicas do Município. Informações (47) 3621-7705. Edital disponível no site www.pmc.sc.gov.br no link licitações.

LEOBERTO WEINERT

Prefeito

Edital de Concorrência Pública n.º FUNSAE 01/2010

MUNICÍPIO DE CANOINHAS

FUNDO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS - FUNSAE

PROCESSO DE LICITAÇÃO N.º FUNSAE 01/2010

EDITAL DE CONCORRÊNCIA PÚBLICA N.º FUNSAE 01/2010

O FUNDO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS - FUNSAE, CNPJ n.º 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, centro, fará realizar no dia 30 de agosto de 2010, às 14:15 horas, a abertura das propostas para contratação de empresa de engenharia para prestação de serviços técnicos especializados na operação e manutenção do Sistema de Abastecimento de Água da cidade de Canoinhas SC, compreendendo a produção, operacionalização e comercialização. Informações (47) 3621-7705. Edital disponível no site www.pmc.sc.gov.br no link licitações.

LEOBERTO WEINERT

Prefeito/Presidente do FUNSAE

Capinzal

PREFEITURA MUNICIPAL

Aviso de Licitação FMAS

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 016/2010

OBJETO: Aquisição fracionada de material de expediente e material esportivo, para manutenção das atividades do Programa Pro-jovem Adolescente, desenvolvido dentro do Centro de Referência de Assistência Social-CRAS, para o ano de 2010, com recursos do Fundo Nacional de Assistência Social-FNAS.

ENTREGA E ABERTURA: através do site www.cidadecompras.com.br Propostas e Documentos até as 08:30 horas, para abertura às 08:35 horas do dia 09/08/2010.

MENOR PREÇO UNITÁRIO

INFORMAÇÕES E ENTREGA DO PROCESSO LICITATÓRIO:

No endereço www.cidadecompras.com.br

Centro Administrativo Prefeito Silvio Santos, sala de Licitações, RUA CARMELLO ZOCOLLI, 155.

No sítio: www.capinzal.sc.gov.br

HORÁRIO: Das 8:00 às 12:00 horas e das 13:30 às 17:30 horas.

TELEFONE No (0__49)3555-8735, FAX No 3555-8744

Capinzal, 23 de julho de 2010.

MARIA DAGMAR WOLFF SURDI

Pregoeira

Aviso de Licitação PMC

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 0097/2010

OBJETO: Aquisição de Gêneros alimentícios, para manutenção das atividades nas escolas, pré-escolares e creches Municipais, através do convênio 4087/94-FNDE (PNAE/ PNAP/PNAC).

ENTREGA E ABERTURA: através do site www.cidadecompras.com.br Propostas e Documentos até as 08:30 horas, para abertura às 08:35 horas do dia 05/08/2010.

MENOR PREÇO UNITÁRIO

INFORMAÇÕES E ENTREGA DO PROCESSO LICITATÓRIO:

No endereço www.cidadecompras.com.br

Centro Administrativo Prefeito Silvio Santos, sala de Licitações, RUA CARMELLO ZOCOLLI, 155.

No sítio: www.capinzal.sc.gov.br



DOM/SC

ASSINADO DIGITALMENTE

www.diariomunicipal.sc.gov.br

HORÁRIO: Das 8:00 às 12:00 horas e das 13:30 às 17:30 horas.
TELEFONE No (0__49)3555-8735, FAX No 3555-8744

Capinzal, 23 de julho de 2010.
MARIA DAGMAR WOLFF SURDI
Pregoeira

Aviso de Licitação PMC

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 0098/2010

OBJETO: Aquisição de produtos de gêneros alimentícios, para manutenção das atividades nas Creches e pré-escolas do Município, RECURSOS PRÓPRIOS.

ENTREGA E ABERTURA: através do site www.cidadecompras.com.br Propostas e Documentos até as 14:00 horas, para abertura às 14:05 horas do dia 05/08/2010.

MENOR PREÇO UNITÁRIO

INFORMAÇÕES E ENTREGA DO PROCESSO LICITATÓRIO:

No endereço www.cidadecompras.com.br

Centro Administrativo Prefeito Silvio Santos, sala de Licitações, RUA CARMELLO ZOCOLLI, 155.

No sítio: www.capinzal.sc.gov.br

HORÁRIO: Das 8:00 às 12:00 horas e das 13:30 às 17:30 horas.
TELEFONE No (0__49)3555-8735, FAX No 3555-8744

Capinzal, 23 de julho de 2010.
MARIA DAGMAR WOLFF SURDI
Pregoeira

Aviso de Licitação PMC

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 0099/2010

OBJETO: Aquisição SEGURO Contra terceiros - Danos corporais e materiais do Caminhão Volkswagen 17.180 EURO3 WORKER, CHASSI: 9533182T4AR039098, RENAVAL: 331449 04, ANO/MODELO: 2010, CAPAC: 16.000KG MCT 28.800KG, Nr: Motor: G1T122557 da Secretaria de Agricultura Meio e Ambiente-Patruilha Agrícola Mecanizada de Capinzal, recursos próprios.

ENTREGA E ABERTURA: Propostas e Documentos até as 09:00 horas, para abertura às 09:05 horas do dia 06/08/2010.

MENOR PREÇO UNITÁRIO

INFORMAÇÕES E ENTREGA DO PROCESSO LICITATÓRIO: Centro Administrativo Prefeito Silvio Santos, sala de Licitações, RUA CARMELLO ZOCOLLI, 155.

No sítio: www.capinzal.sc.gov.br

HORÁRIO: Das 8:00 às 12:00 horas e das 13:30 às 17:30 horas.
TELEFONE No (0__49)3555-8735, FAX No 3555-8744

Capinzal, 23 de julho de 2010.
MARIA DAGMAR WOLFF SURDI
Pregoeira

Catanduvas

CÂMARA DE VEREADORES

Execução Orçamentária - Anexo I

+ [CPL] ----- { 001 } +

|

| Município de CATANDUVAS

| Relatório Resumido da Execução Orçamentária

| Balanço Orçamentário

| Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

| JANEIRO A JUNHO 2010/BIMESTRE MAIO-JUNHO

|

+-----+

LRF. Art.52, inciso I, alíneas 'a' e 'b' do inciso II e §1º - Anexo I

RECEITAS	P R E V I S ã O		RECEITAS REALIZADAS				SALDO
	Inicial	p/ o Exercício	Bimestre	%	até o Bimestre	%	
Categoria Econômica / Fontes		(a)	(b)	(b/a)	(c)	(c/a)	(a-c)
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	0,00	0,00	0,00	0,000	0,00	0,000	0,00
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	0,00	0,00	0,00	0,000	0,00	0,000	0,00
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III)=(I+II)	0,00	0,00	0,00	100,000	0,00	100,000	0,00
Operações de Crédito - Refinanciamento (IV)	0,00	0,00	0,00	0,000	0,00	0,000	0,00
Refinanciamento da Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,000	0,00	0,000	0,00
Refinanciamento de Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,000	0,00	0,000	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V)=(III+IV)	0,00	0,00	0,00	100,000	0,00	100,000	0,00
DÉFICIT (VI)					283.624,17		
TOTAL (VII)=(V+VI)	0,00	0,00	0,00		0,00		
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	0,00	-	-	0,00	-	-
(UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)	-	0,00	-	-	0,00	-	-
Superávit Financeiro	-	0,00	-	-	0,00	-	-
Reabertura de Créditos Adicionais	-	0,00	-	-	0,00	-	-

DESPESAS Cat.Econômica/Grupo de Natureza	D O T A Ç Ã O			E M P E N H A D A		L I Q U I D A D A		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR		%	Saldo a Liquidar
	Inicial (d)	Cred.Adicion. (e)	Atualizada (f)=(d+e)	Bimestre	Exercício	Bimestre	Exercício (g)	PROCESSADOS (h)		((g+h) /f)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAM) (VII)	720.000,00	0,00	720.000,00	110.231,30	283.624,17	110.231,30	283.624,17	0,00	39,39		436.375,83
DESPESAS CORRENTES	597.000,00	0,00	597.000,00	110.231,30	283.624,17	110.231,30	283.624,17	0,00	47,51		313.375,83
Pessoal e Encargos Sociais	390.000,00	0,00	390.000,00	63.902,73	182.588,92	63.902,73	182.588,92	0,00	46,82		207.411,08
Juros/Encargos da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00
Outras despesas Correntes	207.000,00	0,00	207.000,00	46.328,57	101.035,25	46.328,57	101.035,25	0,00	48,81		105.964,75
DESPESAS DE CAPITAL	123.000,00	0,00	123.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		123.000,00
Investimentos	123.000,00	0,00	123.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		123.000,00
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00
Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAM) (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00
SUBTOTAL DAS DESP. (X)=(VIII+IX)	720.000,00	0,00	720.000,00	110.231,30	283.624,17	110.231,30	283.624,17	0,00	39,39		436.375,83
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA - REFINANC. (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00
Refinanciamento da Div. Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00
Refinanciamento de Outras dividas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00
SUBTOTAL COM REF. (XII)=(X+XI)	720.000,00	0,00	720.000,00	110.231,30	283.624,17	110.231,30	283.624,17	0,00	39,39		436.375,83
SUPERÁVIT (XIII)	-	-	-	-	-	0,00	0,00	-	-		-
TOTAL (XIV)=(XII+XIII)	720.000,00	0,00	720.000,00	110.231,30	283.624,17	110.231,30	283.624,17	0,00	39,39		436.375,83

Fonte: Dados Extraídos do Setor Contábil.

RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	P R E V I S Ã O		RECEITAS REALIZADAS			%	SALDO
	Inicial	p/ o Exercício (a)	Bimestre (b)	% (b/a)	até o Bimestre (c)		
	0,00	0,00	0,00	0,000	0,00	0,000	0,00
TOTAL	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00

DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	D O T A Ç Ã O			E M P E N H A D A		L I Q U I D A D A		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR		%	Saldo a Liquidar
	Inicial (d)	Cred.Adicion. (e)	Atualizada (f)=(d+e)	Bimestre	Exercício	Bimestre	Exercício (g)	PROCESSADOS (h)		((g+h) /f)	
DESPESAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00
Pessoal e Encargos Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00
TOTAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00

Fonte: Dados Extraídos do Setor Contábil.

PRESIDENTE DA CAMARA
ODAIR JOSE GABRIELLITEC. CRC/SC 22.439/0-0
SIMONE V. SANTOS DE MARTINI

Execução Orçamentária - Anexo II

+= [CPL] =-----{ 001 }+
|
| Município de CATANDUVAS |
| Relatório Resumido da Execução Orçamentária |
| Demonstrativo da Execução das Despesas por Função/SubFunção |
| Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social |
| JANEIRO A JUNHO 2010/BIMESTRE MAIO-JUNHO |
+-----+
LRF. Art.52, inciso II, alínea 'c' - Anexo II

			D O T A Ç Ã O		E M P E N H A D A		L I Q U I D A D A				
DESPESAS			Inicial	Atualizada	no Bimestre	até Bimestre	no Bimestre	até Bimestre			
Código	FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO		(A)	(B)	(C)	(D)	(E)	(F)	% (F)	(F/B)	SALDO
	DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)		720.000,00	720.000,00	110.231,30	283.624,17	110.231,30	283.624,17	100,00	39,39	436.375,83
01	LEGISLATIVA		720.000,00	720.000,00	110.231,30	283.624,17	110.231,30	283.624,17	100,00	39,39	436.375,83
01.031	AÇÃO LEGISLATIVA		720.000,00	720.000,00	110.231,30	283.624,17	110.231,30	283.624,17	100,00	39,39	436.375,83
	Subtotal		720.000,00	720.000,00	110.231,30	283.624,17	110.231,30	283.624,17	100,00	39,39	436.375,83
	DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	TOTAL (III) = (I+II)		720.000,00	720.000,00	110.231,30	283.624,17	110.231,30	283.624,17	100,00	39,39	436.375,83

Fonte: Dados Extraídos do Setor Contábil.

		D O T A Ç Ã O		E M P E N H A D A		L I Q U I D A D A				
DESPESAS		Inicial	Atualizada	no Bimestre	até Bimestre	no Bimestre	até Bimestre			
Código	FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO	(A)	(B)	(C)	(D)	(E)	(F)	% (F)	(F/B)	SALDO
	DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	TOTAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: Dados Extraídos do Setor Contábil.

PRESIDENTE DA CAMARA
ODAIR JOSE GABRIELLI

TEC. CRC/SC 22.439/0-0
SIMONE V. SANTOS DE MARTINI



Execução Orçamentária - Anexo IX

```

+=[ CPL ]=-----{ 001 }+
|
|               Município de CATANDUVAS
|               Relatório Resumido da Execução Orçamentária
|               Demonstrativo de Restos a Pagar por Poder e Órgão
|               Orçamento da Seguridade Social
|               JANEIRO A JUNHO 2010
+-----+

```

LRF. Art.53, inciso V - Anexo IX

PODER / ÓRGÃO	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS					RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS				
	Inscritos		Cancelados	Pagos	a Pagar	Inscritos		Cancelados	Pagos	a Pagar
	Exercícios	Em 31 de Dez.				Em 31 de Dez.				
	Anteriores	de 2009				de 2009				
RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (I)										
LEGISLATIVO										
CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE CATANDUVAS										
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)										
TOTAL (III)=(I+II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: Dados Extraídos do Setor Contábil.

PODER / ÓRGÃO	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS					RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS				
	Inscritos		Cancelados	Pagos	a Pagar	Inscritos		Cancelados	Pagos	a Pagar
	Exercícios	Em 31 de Dez.				Em 31 de Dez.				
	Anteriores	de 2009				de 2009				
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS)										
EXECUTIVO										
LEGISLATIVO										
TOTAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: Dados Extraídos do Setor Contábil.

PRESIDENTE DA CAMARA
ODAIR JOSE GABRIELLI

TEC. CRC/SC 22.439/0-0
SIMONE V. SANTOS DE MARTINI



Execução Orçamentária - Anexo V

```

+=[ CPL ]=-----{ 001 }+
|
| Município de CATANDUVAS
|
| Relatório Resumido da Execução Orçamentária
|
| Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do Regime Próprio dos Servidores Públicos
|
| Orçamento da Seguridade Social
|
| JANEIRO A JUNHO 2010/BIMESTRE MAIO-JUNHO
|
+-----+

```

LRF. Art.53, inciso II - Anexo V

	Previsão		Receitas Realizadas		Exercício
	Inicial	Atualizada	No Bimestre	Exerc.Atual Até o Bim.	Anterior até o Bimestre
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS					
Total das Receitas Previdenciarias (V=I+II+III+IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

	Dotação		Despesas Liquidadas		Período de
	Inicial	Dotação p/o Exercício	No Bimestre	Exerc.Atual Até o Bim.	Referência Ano Anterior
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS					
Total das Despesas Previdenciarias - RPPS (IX)=(VI+VII+VIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Resultado Previdenciário - RPPS (X)=(V-IX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
---	------	------	------	------	------

RESERVA ORÇAMENTARIA DO RPPS		Previsão Orçamentária	
Valor			0,00

	Período de Referencia		
	Mês Anterior (05/2010)	Exercício Anterior (2009)	Exercício Atual (2010)
BENS E DIREITOS DO RPPS			

	Previsão		Receitas Realizadas		Exercício
	Inicial	Atualizada	No Bimestre	Exerc.Atual Até o Bim.	Anterior até o Bimestre
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS					
Total das Receitas Previdenciarias Intra-Orçamentárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

	Dotação		Despesas Liquidadas		Período de
	Inicial	Dotação p/o Exercício	No Bimestre	Exerc.Atual Até o Bim.	Referência Ano Anterior
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS INTRA-ORÇAMENTÁRIA - RPPS					
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS INTRA-ORÇAMENTÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: Dados Extraídos do Setor Contábil.

PRESIDENTE DA CAMARA
ODAIR JOSE GABRIELLI

TEC. CRC/SC 22.439/0-0
SIMONE V. SANTOS DE MARTINI



Execução Orçamentária - Anexo VI

```

+=[ CPL ]=-----{ 001 }+
|
|               Município de CATANDUVAS
|               Relatório Resumido da Execução Orçamentária
|               Demonstrativo do Resultado Nominal
|               Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
|               JANEIRO A JUNHO 2010/BIMESTRE MAIO-JUNHO
+-----+

```

LRF. Art.53, Inciso III - Anexo VI

DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA	Saldo		
	Exercício	Bimestre	Bimestre
	Anterior (A)	Anterior (B)	Atual (C)
Divida Consolidada (I)	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (II)	0,00	66.607,13	75.137,86
Disponibilidade de Caixa Bruta	0,00	66.607,13	75.137,86
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos Pagar Processados Exceto Precatórios	0,00	0,00	0,00
Divida Consolidada Líquida (III)=(I-II)	0,00	-66.607,13	-75.137,86
Receita de Privatizações (IV)	0,00	0,00	0,00
Passivos Reconhecidos (V)	0,00	0,00	0,00
Divida Fiscal Líquida (IV)=(III+IV-V)	0,00	-66.607,13	-75.137,86

	Período de Referência	
	No Bimestre	Até Bimestre
	(c-b)	(c-a)
RESULTADO NOMINAL	-8.530,73	-75.137,86

Discriminação da Meta Fiscal	Valor
Meta de Res. Nominal fixada no anexo de metas fiscais da LDO p/ o exercício de referencia	0,00

Fonte: Dados Extraídos do Setor Contábil.

PRESIDENTE DA CAMARA
ODAIR JOSE GABRIELLI

TEC. CRC/SC 22.439/0-0
SIMONE V. SANTOS DE MARTINI



Execução Orçamentária - Anexo VII

```

+=[ CPL ]=-----{ 001 }+
|
|               Município de CATANDUVAS
|
|               Relatório Resumido da Execução Orçamentária
|
|               Demonstrativo do Resultado Primario
|
|               Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
|
|               JANEIRO A JUNHO 2010/BIMESTRE MAIO-JUNHO
|
+-----+

```

LRF. Art.53, Inciso III - Anexo VII

RECEITAS PRIMARIAS	Previsão Atualizada	RECEITAS REALIZADAS		Período de
		No Bimestre	Até o Bimestre	Ref. Ano Anter.
Outras	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial Líquida	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Transferências	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00
Diversas Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PRIMARIAS TOTAL (VII)=I+VI	0,00	0,00	0,00	0,00

DESPESAS PRIMARIAS	Dotação Atualizada	DESPESAS LIQUIDADAS		Período de
		No Bimestre	Até o Bimestre	Ref. Ano Anter.
Despesas Correntes (VIII)	597.000,00	110.231,30	283.624,17	306.601,45
Pessoal e Encargos Sociais	390.000,00	63.902,73	182.588,92	175.855,74
Outras Despesas Correntes	207.000,00	46.328,57	101.035,25	130.745,71
(-) Juros Encargos da Dívida (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00
Desp.Primarias Correntes X=VIII-IX	597.000,00	110.231,30	283.624,17	306.601,45
Despesas de Capital (XI)	123.000,00	0,00	0,00	449,00
Investimentos	123.000,00	0,00	0,00	449,00
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Amortização da Dívida (XIV)	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Concessão de Empréstimos (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Aq.deTít.de Capit.já Int.(XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Desp.Prim.de CapitXV=XI-XII-XIII-XIV	123.000,00	0,00	0,00	449,00
Reserva de Conting. (XVI)	0,00	0,00	0,00	0,00
DESP.PRIM.TOT. (XVIII)=X+XV+XVI+XVII	720.000,00	110.231,30	283.624,17	307.050,45
RESULTADO PRIMARIO (VII-XVIII)	-720.000,00	-110.231,30	-283.624,17	-307.050,45
SALDO DE EXERCICIOS ANTERIORES			0,00	

Discriminação da Meta Fiscal	Valor
Meta de Res. Primario fixada no anexo de metas fiscais da LDO p/ o exercício de referencia	0,00

Fonte: Dados Extraídos do Setor Contábil.

PRESIDENTE DA CAMARA
ODAIR JOSE GABRIELLI

TEC. CRC/SC 22.439/0-0
SIMONE V. SANTOS DE MARTINI



Execução Orçamentária - Anexo XI

```

+=[ CPL ]=-----{ 001 }+
|
|               Município de CATANDUVAS
|               Relatório Resumido da Execução Orçamentária
|               Demonstrativo das Receitas de Operações de Crédito e Despesas de Capital
|               Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
|               JANEIRO A JUNHO 2010/BIMESTRE MAIO-JUNHO
+-----+

```

LRF. Art.53, §1º, Inciso I - Anexo XI

Receitas	Previsao	Receitas Realizadas		Saldo a
	Atualizada(a)	No Bimestre	Até o Bim.(b)	Realiz.(a-b)
Receitas de Operações de Crédito (A)	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00	0,00

Despesas	Dotação	Despesas Liquidadas		Saldo a
	Atualizada(c)	No Bimestre	Até o Bim.(d)	Liquidar(c-d)
Despesas de Capital	123.000,00	0,00	0,00	123.000,00
(-) Incentivo a Contribuinte	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Incentivo Inst.Financeira	0,00	0,00	0,00	0,00

DESPESA DE CAPITAL LÍQUIDA (B)	123.000,00	0,00	0,00	123.000,00
--------------------------------	------------	------	------	------------

DIFERENÇA (A) - (B)	-123.000,00	0,00	0,00	-123.000,00
---------------------	-------------	------	------	-------------

Fonte: Dados Extraídos do Setor Contábil.

PRESIDENTE DA CAMARA
ODAIR JOSE GABRIELLI

TEC. CRC/SC 22.439/0-0
SIMONE V. SANTOS DE MARTINI



Execução Orçamentária - Anexo XIV

```

+=[ CPL ]=-----{ 001 }+
|
|               Município de CATANDUVAS
|               Relatório Resumido da Execução Orçamentária
|               Demonstrativo da Receita de Alienação de Ativos e Aplicação dos Recursos
|               Orçamento da Seguridade Social
|               JANEIRO A JUNHO 2010/BIMESTRE MAIO-JUNHO
+-----+

```

LRF. Art.53, §1º, inciso III - Anexo XIV

	Previsao	Receitas	Saldo
	Atualizada (a)	Realizadas (b)	a Realizar (a-b)
RECEITAS			
Receitas de Capital			
Alienação de Ativos	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00
Total	0,00	0,00	0,00

	Dotação	Despesas	Saldo
	Atualizada (c)	Liquidadas (d)	a Realizar (c-d)
DESPESAS			
APLICAÇÕES DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes do Regimes de Previdência	0,00	0,00	0,00
Regime Geral da Previdência Social	0,00	0,00	0,00
Regime Próprio dos Servidores Públicos	0,00	0,00	0,00
Total	0,00	0,00	0,00

	Exercício Anterior (e)	Do Exercício (f) = (b-d)	Saldo Atual (e+f)
Saldo Financeiro a Aplicar	0,00	0,00	0,00

Fonte: Dados Extraídos do Setor Contábil.

PRESIDENTE DA CAMARA
ODAIR JOSE GABRIELLI

TEC. CRC/SC 22.439/0-0
SIMONE V. SANTOS DE MARTINI



Execução Orçamentária - Anexo XVI

```

+=[ CPL ]=-----{ 001 }+
|
|               Município de CATANDUVAS
|
|               Relatório Resumido da Execução Orçamentária
|
|               Demonstrativo da Receita de Impostos e das Despesas Próprias com Saúde
|
|               Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
|
|               JANEIRO A JUNHO 2010/BIMESTRE MAIO-JUNHO
|
+-----+

```

ADCT. Art.77 - Anexo XVI

Receitas	Previsão	Previsão	Receitas Realizadas	
	Inicial	Atualizada (a)	Até o Bim. (b)	% (b/a)
	0,00	0,00	0,00	0,00
Total de Receita de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00

Despesas com Saúde (Por Grupo de Natureza da Despesa)	Dotação	Dotação	Despesas Liquidadas	
	Inicial	Atualizada (c)	Até o Bim. (d)	% (d/c)
	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	0,00	0,00	0,00	0,00

Despesas Próprias com Saúde	Dotação	Dotação	Despesas Liquidadas	
	Inicial	Atualizada	Até o Bim. (e)	% (e)
Despesas Com Saúde	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Despesas com Inativos e Pensionistas	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Despesas Custeadas com Recursos Vinculados a S	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos do Sistema Unico de Saude - SUS	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos de Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Rec.de conv.na saúde não aplic.no exerc.ant.	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Cancelados - Vinculados a Saude	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Incritos sem Disponibilidade de	0,00	0,00	0,00	0,00
Total das Desp.Próprias Com Saúde (V)	0,00	0,00	0,00	0,00

Controle de Restos a Pagar inscritos em exercícios anteriores vinculados à Saude	Aplic.Min. em 2009 (e)	Aplic.Apurada em 2009 (F)	RESTOS A PAGAR	
			Insc.em 31 de dez.de 2009	Can.em 2010 (g)
RP de Des.Próprias com Acoes e Serv. Publ.de Saude	15,00	0,00	0,00	0,00
Compensação de Restos a Pagar Cancelados em 2009				0,00

Participação das Despesas Próprias com Saúde na	
Receita de Impostos - Limite Constitucional 15%	0,00

Despesas com Saúde (Por SubFunção)	Dotação	Dotação	Despesas Liquidadas	
	Inicial	Atualizada	Até o Bim.	%
	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	0,00	0,00	0,00	100,00

(-) Despesas com Inativos e Pensionistas	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Despesas Custeadas com Recursos Vinculados a S	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos do Sistema Unico de Saude - SUS	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos de Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Rec.de conv.na saúde não aplic.no exerc.ant.	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Cancelador - Vinculados a Saude	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Incritos sem Disponibilidade de	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Prórias com Saúde	0,00	0,00	0,00	100,00

Fonte: Dados Extraídos do Setor Contábil.

PRESIDENTE DA CAMARA
ODAIR JOSE GABRIELLI

TEC. CRC/SC 22.439/0-0
SIMONE V. SANTOS DE MARTINI



Execução Orçamentária - Anexo XVII

[www.cplinformatica.com.br]

001

Município de CATANDUVAS

Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

JANEIRO A JUNHO 2010/BIMESTRE MAIO-JUNHO

LRF, Art.48 - Anexo XVII

Balanco Orcamentário - Receitas	No Bimestre	Até o Bimestre
Previsão Inicial da Receita	0,00	0,00
Previsão Atualizada da Receita	0,00	0,00
Receitas Realizadas	0,00	0,00
Saldos de Exercícios Anteriores	0,00	0,00
Déficit Orçamentário	0,00	720.000,00

Balanco Orcamentário - Despesas	No Bimestre	Até o Bimestre
Dotação Inicial	0,00	720.000,00
Dotação Atualizada	0,00	720.000,00
Despesas Empenhadas	110.231,30	283.624,17
Despesas Liquidadas	110.231,30	283.624,17
Superávit Orçamentario	0,00	0,00

Despesa por Função/SubFunção	No Bimestre	Até o Bimestre
Despesas Empenhadas	110.231,30	283.624,17
Despesas Liquidadas	110.231,30	283.624,17

Receita Corrente Liquida - RCL	Até o Bimestre
Receita Corrente Liquida	0,00

Receitas/Despesas dos Regimes de Previdência	No Bimestre	Até o Bimestre
Regime Geral de Previdência Social		
Receitas Previdenciarias (I)	0,00	0,00
Despesas Previdenciarias (II)	0,00	0,00
Resultado Previdenciário (I-II)	0,00	0,00
Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores Públicos		
Receitas Previdenciarias (III)	0,00	0,00
Despesas Previdenciarias (IV)	0,00	0,00
Resultado Previdenciário (III-IV)	0,00	0,00

Resultados Nominal e Primário	Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO (a)	Res.Apur.até o Bimestre (b)	% em Relação a Meta (b/a)
Resultado Nominal	0,00	-75.137,86	0,0000
Resultado Primario	0,00	-283.624,17	0,0000

Movimentação dos Restos a Pagar	Inscrição Can.	Até o Bim.	Pag.Até o Bim.	Saldo
Por Poder e Ministério Público				
Restos a Pagar Processados				
Poder Executivo	0,00	0,00	0,00	0,00
Poder Legislativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Poder Judiciário	0,00	0,00	0,00	0,00
Ministério Público	0,00	0,00	0,00	0,00
Restos a Pagar Não Processados				
Poder Executivo	0,00	0,00	0,00	0,00
Poder Legislativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Poder Judiciário	0,00	0,00	0,00	0,00
Ministério Público	0,00	0,00	0,00	0,00



[www.cplinformatica.com.br]

002

Município de CATANDUVAS

Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

JANEIRO A JUNHO 2010/BIMESTRE MAIO-JUNHO

LRF, Art.48 - Anexo XVII

Limites Constitucionais Anuais			
Despesas com Manut. e Desenv. do Ensino - MDE	Valor Apurado		%Aplicado
	Até o Bim.	no Exercício	Até o Bim.
Min Anual de <18%/25%> das Receitas de Impostos em MDE		<25%/18%>	
Min Anual <60% FUNDEB Rem.Mag.Ens.Fund/Medio-D.Fed/Est.		60%	
Min Anual <60% FUNDEB Rem.Magist.com Ed.Inf.e Ens.Fund.		60%	
Compl.União FUNDEB Min.10% Total Rec.FUNDEB - União		10%	

Receitas de Operações de Credito e Despesas de Capital	Vlr.Apur.até o Bim.	Saldo a Real.
Receita de Operação de Credito	0,00	0,00
Despesa de Capital Líquida	0,00	123.000,00

Projeção Atuarial dos Regimes de Prev.	Exerc.em Ref.	10o Exerc.	20o Exerc.	35o Exerc.
Regime Geral de Previdência Social				
Receitas Previdenciarias (I)	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciarias (II)	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciario (I-II)	0,00	0,00	0,00	0,00
Regime Próprio de Prev. Social dos Serv. Públicos				
Receitas Previdenciarias (III)	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciarias (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciario (III-IV)	0,00	0,00	0,00	0,00

Receita da Alienação de Ativos e Aplicações dos Recursos	Vlr.Apur.até Bim.	Saldo a Real.
Receita de Cap.Result.da ALienação de Ativos	0,00	0,00
Aplicação dos Recursos da ALienação de Ativos	0,00	0,00

Limites Constitucionais Anuais			
Despesas com Ações e Serv. Públicos de Saúde	Valor Apurado		%Aplicado
	Até o Bim.	no Exercício	Até o Bim.
Desp.Própr.com Ações e Serv.Púb.de Saúde	0,00	15,00	0,00

Fonte: Dados Extraídos do Setor Contábil.

PRESIDENTE DA CAMARA
ODAIR JOSE GABRIELLI

TEC. CRC/SC 22.439/0-0
SIMONE V. SANTOS DE MARTINI



Gestão Fiscal - Anexo I

+= [CPL] =----- { 001 } +

Município de CATANDUVAS

Relatório de Gestão Fiscal

Demonstrativo da Despesa Com Pessoal

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

JULHO/2009 A JUNHO/2010

LRF, art.55, inciso I, alínea 'a' - Anexo I

DESPESAS EXECUTADAS		
Últimos 12 Meses		
Despesa com Pessoal	LIQUIDADAS	INSCRITOS EM RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS
DESPEZA BRUTA COM PESSOAL(I)	0,00	0,00
DESPEZA NAO COMPUTADAS (art.19,§1° da LRF) (II)	0,00	0,00
DESPEZA BRUTA COM PESSOAL-LEGISLATIVO(I)	390.845,28	0,00
Pessoal Ativo	390.845,28	0,00
Pessoal Inativo e Pensionistas	0,00	0,00
Outras Desp.de Pess.Dec.de Contr.de Terc.(art.18,§1°da	0,00	0,00
DESPEZA NAO COMPUTADAS-LEGISLATIVO (art.19,§1° da LRF) (I	0,00	0,00
Ind.por Demissão e Incent.à Demissão Vol.	0,00	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores	0,00	0,00
Inativos com recursos vinculados	0,00	0,00
Convocação Extraordinária (inciso II do §6°do art.57 da	0,00	0,00
Contribuições Patronais	0,00	0,00
TOT.DESP.LÍQ.COM PES.P/FINS APUR.LIM.-TDP(IV)=(I-II+III)	390.845,28	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V)		14.934.877,23
% TOT.DESP.COM PES.PARA FINS DE APUR.DO LIM.-TDP sobre a RCL (IV/V) * 100		2,62%
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	6,00%	896.092,63
LIMITE PRUDENCIAL (§ único, art. 22 da LRF)	5,70%	851.288,00

PRESIDENTE DA CAMARA

ODAIR JOSE GABRIELLI

TEC. CRC/SC 22.439/0-0

SIMONE V. SANTOS DE MARTINI



Gestão Fiscal - Anexo II

```

+=[ CPL ]=-----{ 001 }+
|
|               Município de CATANDUVAS
|               Relatório de Gestão Fiscal
|               Demonstrativo da Dívida Consolidada
|               Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
|               JANEIRO A JUNHO 2010/1º Semestre
+-----+
LRF, art.55, inciso I, alínea 'b' - Anexo II
  
```

PREFEITURA / FUNDOS				
Especificação	Saldo do Exercício Anterior	1º Semestre	2º Semestre	
Divida Consolidada (I)	0,00	0,00	0,00	
Divida Contratual	0,00	0,00	0,00	
Outras	0,00	0,00	0,00	
Ativo Financeiro (II)	0,00	75.137,86	0,00	
Disponibilidade de Caixa	0,00	75.137,86	0,00	
Aplicações Financeiras	0,00	0,00	0,00	
Demais Ativos Financeiros	0,00	0,00	0,00	
(-) Restos a Pagar	0,00	0,00	0,00	
Divida Consolidada Líquida (III=I-II)	0,00	-75.137,86	0,00	
Receita Corrente Líquida - RCL	13.730.746,37	14.934.877,23	0,00	
Relação DC/RCL (I/RCL)	0,00	0,00	0,00	
Relação DCL/RCL (III/RCL)	0,00	-0,50	0,00	
Limite Definido por Resolução do Senado Federal 120%	16.476.895,64	17.921.852,68	0,00	

TRAJETÓRIA DE AJUSTE DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA EM CADA EXERCÍCIO FINANCEIRO

Exercício Financeiro	2001 3o Quadrimestre			2002 Quadrimestre			2003 Quadrimestre			2004 Quadrimestre		
	DCL	Exced.	Redutor	1o	2o	3o	1o	2o	3o	1o	2o	3o
%da DCL sobre a RCL	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-
%Limite de Endividamento	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-
Exercício Financeiro	2005 Quadrimestre			2006 Quadrimestre			2007 Quadrimestre			2008 Quadrimestre		
	1o	2o	3o	1o	2o	3o	1o	2o	3o	1o	2o	3o
%da DCL sobre a RCL	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-
%Limite de Endividamento	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-
Exercício Financeiro	2009 Quadrimestre			2010 Quadrimestre			2011 Quadrimestre			2012 Quadrimestre		
	1o	2o	3o	1o	2o	3o	1o	2o	3o	1o	2o	3o
%da DCL sobre a RCL	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-
%Limite de Endividamento	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-
Exercício Financeiro	2013 Quadrimestre			2014 Quadrimestre			2015 Quadrimestre			2016 Quadrimestre		
	1o	2o	3o	1o	2o	3o	1o	2o	3o	1o	2o	3o
%da DCL sobre a RCL	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-
%Limite de Endividamento	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-

PRESIDENTE DA CAMARA
ODAIR JOSE GABRIELLI

TEC. CRC/SC 22.439/0-0
SIMONE V. SANTOS DE MARTINI



Gestão Fiscal - Anexo III

+= [CPL] =-----{ 001 }+
 | Município de CATANDUVAS |
 | Relatório de Gestão Fiscal |
 | Demonstrativo das Garantias e Contragarantias de Valores |
 | Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social |
 | JANEIRO A JUNHO 2010/1º Semestre |
 +-----+
 LRF, art.55, inciso I, alínea 'c' e art.40, § 1º - Anexo III

GARANTIAS	SALDO EXERCIC.	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2010	
	ANTERIOR	1ºSemestre	2ºSemestre
INTERNAS (I)	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00
EXTERNAS (II)			
Beneficiários	0,00	0,00	0,00
TOTAL (I+II)	0,00	0,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	13.730.746,37	14.934.877,23	0,00
% TOTAL DAS GARANTIAS sobre a RCL	0,00	0,00	0,00
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 22%	3.020.764,20	3.285.672,99	0,00

COTNRAGARANTIAS	SALDO EXERCIC.	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2005	
	ANTERIOR	1ºSemestre	2ºSemestre
GARANTIAS INTERNAS (I)	0,00	0,00	0,00
Aval ou Fiança em operações de Crédito	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias	0,00	0,00	0,00
GARANTIAS EXTERNAS (II)	0,00	0,00	0,00
Aval ou Fiança em operações de Crédito	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias	0,00	0,00	0,00
TOTAL CONTRAGARANTIAS (I+II)	0,00	0,00	0,00

PRESIDENTE DA CAMARA
 ODAIR JOSE GABRIELLI

TEC. CRC/SC 22.439/0-0
 SIMONE V. SANTOS DE MARTINI



Gestão fiscal - Anexo IV

+=[CPL]=-----{ 001 }+
| Município de CATANDUVAS |
| Relatório de Gestão Fiscal |
| Demonstrativo das Operações de Crédito |
| Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social |
| JANEIRO A JUNHO 2010/1º Semestre |
+-----

LRF, art.55, inciso I, alínea 'd' e inciso III, alínea 'c' - Anexo IV

EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS		Operações Realizadas Até o 1º Semestre
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (I)		
Internas		0,00
Externas		0,00
ANTECIPAÇÃO DE RECEITA (II)		0,00
TOTAL DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO (I+II)		0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL		14.934.877,23
% das Op.de Cred. Int.e Ext.Sobre a RCL		0,00
% das Op.de Cred. por Ant.de Rec Sobre a RCL		0,00
Limite Def.por Resol.do Sen.Federal para as Operações de Crédito Internas e Externas 16%		2.389.580,36
Limite Def.por Resol.do Sen.Federal para as Oper.de Crédito por Antecipação de Rec. 7%		1.045.441,41

PRESIDENTE DA CAMARA
ODAIR JOSE GABRIELLI

TEC. CRC/SC 22.439/0-0
SIMONE V. SANTOS DE MARTINI



Gestão Fiscal - Anexo V

[www.cplinformatica.com.br]

001

Município de CATANDUVAS
Relatório de Gestão Fiscal
Demonstrativo da Disponibilidade de Caixa
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
JANEIRO A JUNHO 2010/3° Bimestre

LRF, art.55, inciso III, alínea 'a' - Anexo V

ATIVO	VALOR	PASSIVO	VALOR
DISPONIBILIDADE FINANCEIRA	75.137,86	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS	2.762,03
Disponibilidade Financeira	75.137,86	Depósitos de Diversas Origens	2.762,03
Caixa	0,00	PSSS - VENCIMENTOS E VANTAGENS	0,00
CAIXA	0,00	INSS	0,00
Banco	75.137,86	OUTRAS ENTIDADES	0,00
Contas Movimento	75.137,86	PENSAO ALIMENTICIA CNPJ, CPF, UG, IG OU 999	0,00
BB - PROVISÃO DÉCIMO TERCEIRO/FÉRIAS	16.200,00	IMPOSTO SOBRE A RENDA RETIDO NA FONTE - IRR CNPJ,	0,00
CEF CONTA MOVIMENTO	3.008,81	INDENIZACOES E RESTITUICOES	0,00
CEF - PROVISÃO OBRA	52.500,00	IMPOSTOS E CONTRIBUICOES DIVERSOS	0,00
BB - BESC S/A CAMARA DE VEREADORES	3.429,05	OUTROS TRIBUTOS DO TESOUREO NACIONAL CNPJ, CPF, UG	0,00
Contas Vinculas	0,00	ICMS	0,00
Aplicações Financeiras	0,00	ISS	0,00
RECURSOS APLICADOS	0,00	FUNDO DE SAUDE - CBMDF/PMDF	0,00
RECURSOS RESGATADOS	0,00	IRRF/GDF	0,00
OUTRAS APLICACOES	0,00	PSSS/GDF	0,00
		OUTROS TRIBUTOS ESTADUAIS E MUNICIPAIS CNPJ, CPF,	0,00
		PLANOS DE PREVIDENCIA E ASSISTENCIA MEDICA CNPJ,	0,00
		ENTIDADES REPRESENTATIVAS DE CLASSES CNPJ, CPF, U	0,00
		PLANOS DE SEGUROS CNPJ, CPF, UG, IG OU 999	0,00
		EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS CNPJ, CPF, UG, IG OU	0,00
		ASSOCIACOES CNPJ, CPF, UG, IG OU 999	0,00
		COOPERATIVAS CNPJ, CPF, UG, IG OU 999	0,00
		RETENCAO A LOCADORES DE IMOVEIS CNPJ, CPF, UG, IG	0,00
		SINDICATOS CNPJ, CPF, UG, IG OU 999	0,00
		ASSISTENCIA A SAUDE CNPJ, CPF, UG, IG OU 999	0,00
		OUTROS CONSIGNATARIOS CNPJ, CPF, UG, IG OU 999	0,00
		DEPOSITOS E CAUCOES CNPJ, CPF, UG, IG OU 999	0,00
		DEPOSITOS JUDICIAIS CNPJ, CPF, UG, IG OU 999	0,00
		DEPOSITOS PARA RECURSOS CNPJ, CPF, UG, IG OU 999	0,00
		DEPOSITOS ESPECIAIS CNPJ, CPF, UG, IG OU 999	0,00
		DEPOSITOS RETIDOS SOBRE FORNECEDORES CNPJ, CPF, U	0,00
		DEPOSITOS DE CONVENIOS CNPJ, CPF, UG, IG OU 999	0,00
		DEPOSITOS DE ALIENAVEIS	0,00
		INSS	0,00
		RETENÇÃO ASSISTENCIA UNIMED	0,00
		ASSERV	0,00
		EMPRESTIMO CEF	2.762,03
		EMPRESTIMO BESC	0,00
		PENSAO ALIMENTICIA	0,00
		IRRF	0,00
		DESPESA CELULAR - EXCEDENTE	0,00
		DEPOSITOS DE TERCEIROS CNPJ, CPF, UG, IG OU 999	0,00
		DEPOSITOS DE RENDIMENTOS DO PIS/PASEP	0,00
		DEPOSITO DO ITR E CONTRIBUICOES RURAIS	0,00
		CONTRIBUICOES RURAIS A DISTRIBUIR	0,00
		DEPOSITOS A DISTRIBUIR CODIGO DE TRIBUTIO	0,00
		DEPOSITOS A DISTRIBUIR - SALARIO EDUCACAO CODIGO	0,00
		DEPOSITOS DE ENTIDADES CNPJ, CPF, UG, IG OU 999	0,00
		FAT - PMC CNPJ, CPF, UG, IG OU 999	0,00
		FAT PRO-INOVACAO CNPJ, CPF, UG, IG OU 999	0,00
		DEPOSITOS PARA IMPORTACOES - PESQ. CIENTIFI CNPJ,	0,00
		DEPOSITOS ISS A DISTRIBUIR - DAR SUBSTITUICAO	0,00
		DEPOSITOS DAS RETENCOES PELOS ORGAOS PUBLICOS	0,00
		DEPOSITO DO IMPOSTO SIMPLES	0,00
		PROGRAMA DE RECUPERACAO FISCAL - REFIS	0,00



[www.cplinformatica.com.br]

002

Município de CATANDUVAS
Relatório de Gestão Fiscal
Demonstrativo da Disponibilidade de Caixa
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
JANEIRO A JUNHO 2010/3° Bimestre

LRF, art.55, inciso III, alínea 'a' - Anexo V

ATIVO	VALOR PASSIVO	VALOR
	CONTR.INTERVENCAO NO DOMINIO ECONOMICO - CIDE	0,00
	DEPOSITO RETENCOES DE CONTRIB.S/PAGTO A PJ CODIGO	0,00
	DEPOSITO REGIME ESPECIAL TRIBU DO PATRIMONI CODIG	0,00
	DEP.RET.DE CONTRIB.S/PAGTO ESTAD/MUNIC. A P CODIG	0,00
	PARCELAMENTO ESPECIAL PAES CODIGO DE TRIBUT	0,00
	PARCELAMENTO MP N° 303/06 - PAEX CODIGO DE TRIBUT	0,00
	PARCELAMENTO P/INGRESSO NO SIMPLES NACIONAL CODIG	0,00
	DEPOSITOS DE ICMS A DISTRIBUIR	0,00
	DEPOSITOS DE ISS A DISTRIBUIR	0,00
	DEPOSITO DO IMPOSTO SIMPLES - INSS	0,00
	DEPOSITOS REFIS INSS	0,00
	DEPOSITOS PAES INSS SIMPLES CODIGO DE TRIBUT	0,00
	DEPOSITOS PAES ISS SIMPLES CODIGO DE TRIBUT	0,00
	DEPOSITOS PAES ICMS SIMPLES CODIGO DE TRIBUT	0,00
	DEPOSITOS INSS SIMPLES NACIONAL CODIGO DE TRIBUT	0,00
	DEPOSITOS PAES PARCELAMENTO DE ARREMATACAO CODIGO	0,00
	DEPOSITOS DE TRIBUTOS A CLASSIFICAR CODIGO DE TRI	0,00
	DEPOSITOS DE TERCEIROS - BACEN	0,00
	DEPOSITOS NA CONTA ESPECIAL - EMPR. EXTERNO NUMER	0,00
	REMUNERACAO DEPOSITOS CTA ESPECIAL-EMPR.EXT NUMER	0,00
	OUTROS DEPOSITOS CNPJ, CPF, UG, IG OU 999	0,00
	Restos a Pagar Processados	0,00
	Do Exercício	0,00
	DO EXERCICIO CNPJ, CPF, UG, IG OU 999	0,00
	DO EXERCICIO NUMERO CONVENIO + NUM.PARCELA	0,00
	DO EXERCICIO CNPJ, CPF, UG, IG OU 999	0,00
	DO EXERCICIO CNPJ, CPF, UG, IG OU 999	0,00
	DO EXERCICIO NUMERO CONVENIO + NUM.PARCELA	0,00
	DO EXERCICIO	0,00
	DO EXERCICIO CNPJ, CPF, UG, IG OU 999	0,00
	DO EXERCICIO CNPJ, CPF, UG, IG OU 999	0,00
	De Exercícios Anteriores	0,00
	DE EXERCICIOS ANTERIORES CNPJ, CPF, UG, IG OU 9	0,00
	DE EXERCICIOS ANTERIORES NUMERO CONVENIO + NUM.	0,00
	DE EXERCICIOS ANTERIORES CNPJ, CPF, UG, IG OU 9	0,00
	DO EXERCICIOS ANTERIORES CNPJ, CPF, UG, IG OU 9	0,00
	DESPESAS A PAGAR-RP PROCESSADOS	0,00
	DE EXERCICIOS ANTERIORES NUMERO CONVENIO + NUM.	0,00
	DE EXERCICIOS ANTERIORES	0,00
	PRECATORIOS DE PESSOAL - DO EXERCICIO CNPJ, CPF	0,00
	PRECATORIOS DE PESSOAL - EXERCICIO ANTERIOR CNP	0,00
	RECURSOS DE RESTOS A PAGAR A LIQUIDAR UG + FONT	0,00
	RECURSOS A LIBERAR PAGAMENTO DE RP EXERC.AN FON	0,00
	INDENIZACOES EXERCICIO+CNPJ,CPF,UG,IG,999	0,00
	DE EXERCICIO ANTERIOR CNPJ, CPF, UG, IG OU 999	0,00
	PRECATORIOS DE BENEFICIOS - EXERC. ANTERIOR CNP	0,00
	DE EXERCICIO ANTERIOR CNPJ, CPF, UG, IG OU 999	0,00
	OBRIGACOES C/PESSOAL DE EXERCICIOS ANTERIOR CNP	0,00
	BOLSAS PARA ESTUDOS - EXERCICIO. CNPJ, CPF, UG,	0,00
	BOLSAS DE ESTUDOS - EXERC. ANTER. CNPJ, CPF, UG	0,00
	INDENIZ. E RESTITUICOES - EXERCICIO. CNPJ, CP	0,00
	INDENIZ. E RESTITUICOES - EXERC. ANT. CNPJ, CPF	0,00
	CONTRATOS DE COOP.TECNICA - EXERCICIO CNPJ, CPF	0,00
	CONTRATOS DE COOP. TECNICA - EXERC. ANT. CNPJ,	0,00
	AUX. FINANC. A PESQUISADORES - EXERCICIO CNPJ,	0,00



[www.cplinformatica.com.br]

003

Município de CATANDUVAS
Relatório de Gestão Fiscal
Demonstrativo da Disponibilidade de Caixa
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
JANEIRO A JUNHO 2010/3° Bimestre

LRF, art.55, inciso III, alínea 'a' - Anexo V

ATIVO	VALOR	PASSIVO	VALOR
		AUX. FINANC. A PESQUISADORES - EXERC. ANT. CNPJ	0,00
		Outras Obrigações Financeiras	0,00
		DEPOSITOS E CAUCOES CNPJ, CPF, UG, IG OU 999	0,00
		DEPOSITOS JUDICIAIS CNPJ, CPF, UG, IG OU 999	0,00
		DEPOSITOS JUDICIAIS CNPJ, CPF, UG, IG OU 999	0,00
		OUTROS DEPOSITOS CNPJ, CPF, UG, IG OU 999	0,00
SUBTOTAL	75.137,86	SUBTOTAL	2.762,03
INSUFICIÊNCIA ANTES DA INSCRIÇÃO		SUFICIÊNCIA ANTES DA INSCRIÇÃO	
EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (I)	0,00	EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (II)	72.375,83
TOTAL	75.137,86	TOTAL	75.137,86
INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (III)			0,00
SUFICIÊNCIA APÓS INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (IV)=(II-III)			72.375,83

REGIME PREVIDENCIÁRIO			
ESPECIFICAÇÃO	VALOR	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
DISPONIBILIDADE FINANCEIRA	0,00	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS	0,00
Disponibilidade Financeira	0,00	Depósitos de Diversas Origens	0,00
Caixa	0,00	Restos a Pagar Processados	0,00
Banco	0,00	Do Exercício	0,00
Contas Movimento	0,00	De Exercícios Anteriores	0,00
Contas Vinculas	0,00	Outras Obrigações Financeiras	0,00
Aplicações Financeiras	0,00		
SUBTOTAL	0,00	SUBTOTAL	0,00
INSUFICIÊNCIA ANTES DA INSCRIÇÃO		SUFICIÊNCIA ANTES DA INSCRIÇÃO	
EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (V)	0,00	EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (VI)	0,00
TOTAL	0,00	TOTAL	0,00
INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO REGIME PREVIDENCIARIO (VII)			0,00
SUFICIÊNCIA APÓS INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (VIII)=(VI-VII)			0,00
DEFICIT	0,00	SUPERAVIT	72.375,83

PRESIDENTE DA CAMARA
ODAIR JOSE GABRIELLI

TEC. CRC/SC 22.439/0-0
SIMONE V. SANTOS DE MARTINI



Gestão Fiscal - Anexo VI

```

+=[ CPL ]=-----{ 001 }+
|
|           Município de CATANDUVAS
|           Relatório de Gestão Fiscal
|           Demonstrativo dos Restos a Pagar
|           Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
|           JANEIRO A JUNHO 2010/3° Bimestre
|
+-----+

```

LRF, art.55, inciso III, alínea 'b' - Anexo VI

PODER/ÓRGÃO	R E S T O S A P A G A R I N S C R I T O S				EMPENHOS	SUFICIENCIA
	-----				CANCELADOS E	ANTES DA
	Liquidados e Não Pagos		Empenhados e Não Liquidados		NÃO INSCRITOS	INSCRIÇÃO EM
	(Processados)		(Não Processados)		POR	RESTOS A PAGAR
	-----				INSUFICIENCIA	NÃO
	Ex. Anteriores	Exerc. Atual	Ex. Anteriores	Exerc. Atual	FINANCEIRA	PROCESSADOS
ADMINISTRAÇÃO DIRETA						
LEGISLATIVO						
CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE CATANDUVA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	75.137,86
TOTAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	75.137,86

F O N T E D E R E C U R S O S	R E S T O S A P A G A R I N S C R I T O S				EMPENHOS	SUFICIENCIA
	-----				CANCELADOS E	ANTES DA
	Liquidados e Não Pagos		Empenhados e Não Liquidados		NÃO INSCRITOS	INSCRIÇÃO EM
	(Processados)		(Não Processados)		POR	RESTOS A PAGAR
	-----				INSUFICIENCIA	NÃO
	Ex. Anteriores	Exerc. Atual	Ex. Anteriores	Exerc. Atual	FINANCEIRA	PROCESSADOS
LEGISLATIVA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

PRESIDENTE DA CAMARA
ODAIR JOSE GABRIELLI

TBC. CRC/SC 22.439/0-0
SIMONE V. SANTOS DE MARTINI



Execução Orçamentária - Anexo VII

[www.cplinformatica.com.br]

001

Município de CATANDUVAS

Relatório de Gestão Fiscal

Demonstrativo Simplificado do Relatório de Gestão Fiscal

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Até o 1º Semestre de 2010

LRF, art.48 - Anexo VII

DESPESA COM PESSOAL	VALOR	% SOBRE A RCL
Tot.da Desp.Líquida com Pessoal nos 12 Ult.Meses	390.845,28	2,62
Limite Maximo	896.092,63	6,00
Limite Prudencial	851.288,00	5,70

DÍVIDA CONSOLIDADA	VALOR	% SOBRE A RCL
Dívida Consolidada Liquida	-75.137,86	-0,50
Limite Definido por Resolucao do Senado Federal	17.921.852,68	120,00

GARANTIAS DE VALORES	VALOR	% SOBRE A RCL
Total da Garantias	0,00	0,00
Limite Definido por Resolucao do Senado Federal	3.285.672,99	22,00

OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR	% SOBRE A RCL
Operações de Creditos Internas e Externas	0,00	0,00
Operações de Creditos por Antecipacao de Receita	0,00	0,00
Limite Definido Pelo Senado Federal para		
Operação de Crédito Internas e Externas	2.389.580,36	16,00
Limite Definido Pelo Senado Federal para		
Operação de Crédito por Antec. de Receita	1.045.441,41	7,00

RESTOS A PAGAR	SUF.ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCES.	INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCES.
Valor Apurado nos Demonstrativos Respektivos	0,00	75.137,86

PRESIDENTE DA CAMARA
ODAIR JOSE GABRIELLI

TEC. CRC/SC 22.439/0-0
SIMONE V. SANTOS DE MARTINI



Chapadão do Lageado

PREFEITURA MUNICIPAL

Portaria nº 247/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO

P O R T A R I A Nº 247/2010

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, de conformidade com a Lei Orgânica do Município de Chapadão do Lageado - SC, Lei Complementar nº 006, de 23.12.99, e conforme art.16 inciso I da Lei nº 0085 de 30.06.99.

RESOLVE:

Art. 1º Fazer cessar os efeitos da Portaria nº 99/2010 de 18.02.2010, alterada pela portaria nº 167/2010 de 07.04.2010 que admite em caráter temporário, EDILSON FAUSTINO DA MOTA, a partir desta data.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Municipio de Chapadao do Lageado, 22 de julho de 2010.

ABEL DA SILVA

Prefeito Municipal em exercício

Extrato de Edital de Processo Licitatório nº 015/2010 - FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

EXTRATO DO EDITAL DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 015/2010

- FMS

PREGÃO PRESENCIAL Nº 05/2010 - FMS

A Prefeitura Municipal de Chapadão do Lageado através do Fundo Municipal de Saúde, torna público aos interessados, que estará reunida no dia 04 de agosto, às 09:00, a fim de receber, abrir e examinar documentação e propostas de empresas que pretendam participar do Processo Licitatório nº 015/2010, Modalidade Pregão Presencial nº 05/2010, do tipo MENOR PREÇO, cujo objeto é a Aquisição de medicamentos de uso e fornecimento controlados, com previsão de entrega fragmentada, conforme especificações contidas no edital e seus anexos. As informações poderão ser obtidas pelo fone (47) 3537-0072, das 08:00 às 12:00 e das 13:00 às 16:00 ou pelo e-mail: compras@chapadaodolageado.sc.gov.br

Chapadão do Lageado (SC), 23 de julho de 2010.

MARCIO MACIEL

Gestor do Fundo Municipal de Saúde

ANEXO XVI RREO RECEITAS E DESPESAS PRÓPRIAS COM SAÚDE

Município de Chapadão do Lageado
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
**DEMONSTRATIVO DA RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E DAS DESPESAS PRÓPRIAS COM
AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE**
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2010/BIMESTRE MAIO - JUNHO

RREO – ANEXO XVI (ADCT, art. 77)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (b/a)
RECEITAS DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	5.933.543,32	5.933.543,32	3.110.461,90	52,42
Impostos	136.000,00	136.000,00	86.248,08	63,42
Imposto s/ Propriedade Predial e Territ. Urbana	83.000,00	83.000,00	25.062,18	30,20
Imposto s/Transm Inter Vivos de Bens Imóveis e Dir	20.000,00	20.000,00	8.060,92	40,30
Imposto s/ Serviços de Qualquer Natureza	23.000,00	23.000,00	41.726,70	181,42
Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza - IRRF	10.000,00	10.000,00	11.398,28	113,98
Multas, Juros de Mora e Dívida Ativa dos Impostos	30.000,00	30.000,00	8.291,57	27,64
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos dos Impostos	26.000,00	26.000,00	1.012,65	3,89
Dívida Ativa dos Impostos	4.000,00	4.000,00	7.278,92	181,97
Receitas de Transferências Constitucionais e Legais	5.767.543,32	5.767.543,32	3.015.922,25	52,29
Da União	3.894.694,93	3.894.694,93	1.982.403,83	50,90
Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios	3.820.719,93	3.820.719,93	1.955.667,55	51,19
Cota-Parte do Imp. s/ a Propr. Territorial Rural	225,00	225,00	7,38	3,28
Transf. Financ. ICMS - Desoneração - L.C.Nº 87/96	37.500,00	37.500,00	6.712,98	17,90
Outras Transferências da União	36.250,00	36.250,00	20.015,92	55,22
Do Estado	1.872.848,39	1.872.848,39	1.033.518,42	55,18
Cota-Parte do ICMS	1.748.348,39	1.748.348,39	979.518,81	56,03
Cota-Parte do IPVA	95.000,00	95.000,00	53.999,61	56,84
Outras Transferências do Estado	29.500,00	29.500,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS (II)	207.187,50	207.187,50	125.617,87	60,63
Da União para o Município	207.187,50	207.187,50	125.617,87	60,63
OUTRAS RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	2.258.436,64	2.258.436,64	1.579.082,15	69,92
(-) DEDUÇÃO PARA O FUNDEB	-547.815,82	-547.815,82	-603.179,49	110,11
TOTAL	7.851.351,64	7.851.351,64	4.211.982,43	53,65

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (d)	% (d/c)
DESPESAS CORRENTES	1.023.756,50	1.038.756,50	613.881,33	59,10
Pessoal e Encargos Sociais	372.254,00	422.254,00	341.273,36	80,82
Outras Despesas Correntes	651.502,50	616.502,50	272.607,97	44,22
DESPESAS DE CAPITAL	99.187,50	84.187,50	18.283,00	21,72
Investimentos	99.187,50	84.187,50	18.283,00	21,72

Continua 1/2



Município de Chapadão do Lageado
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
**DEMONSTRATIVO DA RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E DAS DESPESAS PRÓPRIAS COM
AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE**
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2010/BIMESTRE MAIO - JUNHO

Continuação 2/2

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (d)	% (d/c)
DESPESAS DE CAPITAL	99.187,50	84.187,50	18.283,00	21,72
Investimentos	99.187,50	84.187,50	18.283,00	21,72
TOTAL (IV)	1.122.944,00	1.122.944,00	632.164,33	56,30

DESPESAS PRÓPRIAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (e)	% (e)/ despesas com saúde
DESPESAS COM SAÚDE	1.122.944,00	1.122.944,00	632.164,33	100,00
(-) DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS DESTINADOS À SAÚDE	207.187,50	162.187,50	76.769,65	12,14
Recursos de Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS	207.187,50	162.187,50	76.769,65	12,14
Recursos de Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS PRÓPRIOS VINCULADOS ¹	-	-	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PRÓPRIAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (V)	915.756,50	960.756,50	555.394,68	87,86

CONTROLE DE RESTOS A PAGAR VINCULADOS A SAÚDE INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS PRÓPRIOS VINCULADOS	
	Inscritos em Exercícios Anteriores	Cancelados em 2010 (VI)
RESTOS A PAGAR DE DESPESAS PRÓPRIAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	0,00	0,00

PARTICIPAÇÃO DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE NA RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS - LIMITE CONSTITUCIONAL <=>² [(V - VI) / I]	17,86
--	--------------

DESPESAS COM SAÚDE (Por Subfunção)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até Bimestre (i)	% (i/Total i)
Atenção Básica	1.094.006,50	1.094.006,50	628.766,56	99,46
Vigilância Sanitária	22.968,75	22.968,75	3.397,77	0,54
Vigilância Epidemiológica	5.968,75	5.968,75	0,00	0,00
TOTAL	1.122.944,00	1.122.944,00	632.164,33	100,00

FONTE: SECRETARIA DA FAZENDA

¹ Essa linha apresentará valor somente no Relatório Resumido da Execução Orçamentária do último bimestre do exercício.² Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.

ANEXO I RGF DESPESA PESSOAL

Município de Chapadao do Lageado

RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL

DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DA DESPESA COM PESSOAL

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JULHO/2009 A JUNHO/2010

RGF – ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ 1,00

DESPESAS COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)	
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	3.096.748,74	0,00
Pessoal Ativo	3.096.489,56	0,00
Pessoal Inativo e Pensionista	183,18	0,00
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	76,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	0,00	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores	0,00	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	0,00	0,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I-II)	3.096.748,74	0,00
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (IV) = (III a + III b)	3.096.748,74	
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL		VALOR
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V)		9.059.550,51
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (VI) = (IV/V)*100		34,18
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III do art.20 da LRF) - 60%		5.435.730,31
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único do art.22 da LRF) - 57%		5.163.943,79
FONTE: SECRETARIA DA FAZENDA		

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força inciso II do art.35 da Lei 4.320/64.



ANEXO II RGF DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA

Município de Chapadão do Lageado
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2010

RGF – ANEXO II (LRF, art. 55, inciso I, alínea "b")

R\$ 1,00

<u>DÍVIDA CONSOLIDADA</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2010	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I)	147.967,54	94.531,84	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00
Dívida Contratual	147.967,54	94.531,84	0,00
Interna	147.967,54	94.531,84	0,00
Externa	0,00	0,00	0,00
Precatórios Posteriores a 05/05/2000 (Inclusive) - Vencidos e não Pagos	0,00	0,00	0,00
Demais Dívidas	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (II)	797.637,39	395.864,04	—
Disponibilidade de Caixa Bruta	836.522,39	711.997,37	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	38.885,00	316.133,33	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (DCL) (III) = (I - II)	-649.669,85	-301.332,20	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	9.408.693,78	9.059.550,51	0,00
% da DC sobre a RCL [(I) / RCL]	1,57%	1,04%	0,00%
% da DCL sobre a RCL [(III) / RCL]	-6,90%	-3,33%	0,00%
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 120%	11.290.432,54	10.871.460,61	0,00

<u>DETALHAMENTO DA DÍVIDA CONTRATUAL</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2010	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
DÍVIDA DE PPP	0,00	0,00	0,00
PARCELAMENTO DE DÍVIDAS	0,00	0,00	0,00
De Tributos	0,00	0,00	0,00
De Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00
Previdenciárias	0,00	0,00	0,00
Demais Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00
Do FGTS	0,00	0,00	0,00
DEMAIS DÍVIDAS CONTRATUAIS	147.967,54	94.531,84	0,00

<u>OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2010	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
PRECATÓRIOS ANTERIORES A 05/05/2000	0,00	0,00	0,00
INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA	0,00	0,00	0,00
DEPÓSITOS	121.702,73	157.285,15	0,00
RP NÃO-PROCESSADOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00	0,00	0,00
ANTECIPAÇÕES DE RECEITA ORÇAMENTÁRIA - ARO	0,00	0,00	0,00

REGIME PREVIDENCIÁRIO

<u>DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2010	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (IV)	0,00	0,00	0,00
Passivo Atuarial	0,00	0,00	0,00
Demais Dívidas	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (V)	0,00	0,00	0,00
Disponibilidade de Caixa Bruta	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados	0,00	0,00	0,00

FONTE: SECRETARIA DA FAZENDA

Continua 1/2



Município de Chapadao do Lageado
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2010

Continuação 2/2

REGIME PREVIDENCIÁRIO			
<u>DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2010	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
OBRIGAÇÕES NÃO INTEGRANTES DA DC	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (VI) = (IV - V)	0,00	0,00	0,00

FONTE: SECRETARIA DA FAZENDA

**DOM/SC**

ASSINADO DIGITALMENTE

www.diariomunicipal.sc.gov.br

ANEXO III RGF GARANTIAS DE VALORES

Município de Chapadão do Lageado

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

DEMONSTRATIVO DAS GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS DE VALORES

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A JUNHO DE 2010

RGF – Anexo III (LRF, art. 55, inciso I, alínea "c" e art. 40, § 1º)

R\$ 1,00

GARANTIAS CONCEDIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2010	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
EXTERNAS (I)			
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00
INTERNAS (II)			
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00
TOTAL GARANTIAS CONCEDIDAS (III) = (I + II)	0,00	0,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL IV	9.408.693,78	9.059.550,51	0,00
% do TOTAL DAS GARANTIAS sobre a RCL	0,00	0,00	
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 22%	2.069.912,63	1.993.101,11	0,00

CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2010	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
EXTERNAS (V)			
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00
INTERNAS (VI)			
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00
TOTAL CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS VII = (V + VI)	0,00	0,00	0,00

MEDIDAS CORRETIVAS:

FONTE: SECRETARIA DA FAZENDA

ANEXO IV RGF OPERACOES DE CREDITO

Município de Chapadão do Lageado - Poder Executivo
 RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 JANEIRO A JUNHO 2010/SEMESTRE JANEIRO - JUNHO

RGF – ANEXO IV (LRF, art. 55, inciso I, alínea "d" e inciso III alínea "c")

R\$ 1,00

OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR REALIZADO	
	No Semestre de referência	Até o Semestre de referência (a)
SUJEITAS AO LIMITE PARA FINS DE CONTRATAÇÃO (I)	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00
Abertura de Crédito	0,00	0,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Derivadas de PPP	0,00	0,00
Demais Aquisições Financiadas	0,00	0,00
Antecipação de Receita	0,00	0,00
Pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
Demais Antecipações de Receita	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00
Outras Operações de Crédito	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00
Abertura de Crédito	0,00	0,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Antecipação de Receita	0,00	0,00
Pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
Demais Antecipações de Receita	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00
Outras Operações de Crédito	0,00	0,00
NÃO SUJEITAS AO LIMITE PARA FINS DE CONTRATAÇÃO (II)	0,00	0,00
Parcelamentos de Dívidas	0,00	0,00
De Tributos	0,00	0,00
De Contribuições Sociais	0,00	0,00
Previdenciárias	0,00	0,00
Demais Contribuições Sociais	0,00	0,00
Do FGTS	0,00	0,00
Melhoria da Administração de Receitas e da Gestão Fiscal, Financeira e Patrimonial	0,00	0,00
Programa de Iluminação Pública - RELUZ	0,00	0,00
Amparadas pelo art. 9-N da Resolução nº 2.827/01, do CMN	0,00	0,00
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DOS LIMITES	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	9.059.550,51	—
OPERAÇÕES VEDADAS (III)	0,00	0,00
TOTAL CONSIDERADO PARA FINS DA APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE (IV) = (Ia + III)	0,00	0,00
LIMITE GERAL DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS E INTERNAS	1.449.528,08	16,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	0,00	0,00
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	634.168,54	7,00
TOTAL CONSIDERADO PARA CONTRATAÇÃO DE NOVAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO (V) = (IV + IIa)	0,00	0,00

FONTE: SECRETARIA DA FAZENDA



ANEXO VI RGF RESTOS A PAGAR

Município de Chapadão do Lageado

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DOS RESTOS A PAGAR

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A JUNHO 2010/SEMESTRE JANEIRO - JUNHO

RGF - ANEXO VI (LRF, art. 55, inciso III, alínea "b")

R\$ 1,00

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	RESTOS A PAGAR					
	Liquidados e Não Pagos (Processados)		Empenhados e Não Liquidados (Não Processados)		DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS(NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)
	De Exercícios Anteriores	Do Exercício	De Exercícios Anteriores	Do Exercício		
ALIENACAO BENS	0,00	90.225,64	0,00	0,00	(90.225,64)	0,00
Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar	0,00	6.384,00	0,00	0,00	(6.384,00)	0,00
Salário Educação	0,00	1.650,00	0,00	0,00	(1.650,00)	0,00
Transferências de Convênios - Educação	0,00	7.109,60	0,00	0,00	(7.109,60)	0,00
Transferências de Convênios - Outros	0,00	97.500,00	0,00	0,00	(97.500,00)	0,00
Transferências do FUNDEB - 60%	0,00	9.507,93	0,00	0,00	(9.507,93)	0,00
TOTAL DE RECURSOS VINCULADOS(I)	0,00	212.377,17	0,00	0,00	(212.377,17)	0,00
Receitas de Impostos e Transf. de Impostos - Educação	0,00	8.425,39	0,00	0,00	(8.425,39)	0,00
Receitas de Impostos e Transferência de Impostos - Provenientes de Operações de Crédito	0,00	18.431,79	0,00	2.823,84	(18.431,79)	0,00
RECURSOS ORDINARIO - ORCAMENTOS MLC	0,00	49.597,30	0,00	2.660,00	(48.390,30)	0,00
RECURSOS ORDINARIOS	0,00	0,00	0,00	856,72	0,00	0,00
RECURSOS ORDINARIOS - ORCAMENTOS MLC	27.277,68	0,00	0,00	0,00	(27.277,68)	0,00
Recursos Próprios Saúde 15%	24,00	0,00	0,00	0,00	(24,00)	0,00
TOTAL DE RECURSOS NÃO VINCULADOS(II)	27.301,68	76.454,48	0,00	6.340,56	(102.549,16)	0,00
TOTAL (III) = (I + II)	27.301,68	288.831,65	0,00	6.340,56	(314.926,33)	0,00
REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES¹	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

FONTE:

Nota: ¹ A disponibilidade de caixa do RPPS está comprometida com o Passivo Atuarial.



ANEXO VII RGF GESTÃO FISCAL

Município de Chapadão do Lageado

RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL**DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL****ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**

Até o 1º Semestre de 2010

L.R.F., Artigo 48 - Anexo VII

R\$ 1,00

DESPESAS COM PESSOAL	VALOR	% SOBRE A RCL
Despesa Total com Pessoal - DTP	3.096.748,74	34,18
Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - <%>	5.435.730,31	60,00
Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF) - <%>	5.163.943,79	57,00
DÍVIDA CONSOLIDADA	VALOR	% SOBRE A RCL
Dívida Consolidada Líquida	-301.332,20	-3,33
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	10.871.460,61	120,00
GARANTIA DE VALORES	VALOR	% SOBRE A RCL
Total das Garantias Concedidas	0,00	0,00
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	1.993.101,11	22,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR	% SOBRE A RCL
Operações de Crédito Externas e Internas	0,00	0,00
Operações de Crédito por Antecipação da Receita	0,00	0,00
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito Externas e Internas	1.449.528,08	16,00
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito por Antecipação da Receita	634.168,54	7,00
RESTOS A PAGAR	INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)
Valor Apurado nos Demonstrativos Respectivos	6.340,56	(314.926,33)

FONTE: SECRETARIA DA FAZENDA



ANEXO I RREO BALANÇO ORÇAMENTARIO

Município de Chapadão do Lageado
 RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 JANEIRO A JUNHO 2010/BIMESTRE MAIO - JUNHO

RREO - ANEXO I (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	7.851.351,64	7.851.351,64	1.194.528,22	15,21	4.211.982,43	53,65	3.639.369,21
RECEITAS CORRENTES	7.333.851,64	7.333.851,64	1.174.528,22	16,02	4.191.982,43	57,16	3.141.869,21
RECEITA TRIBUTARIA	233.750,00	233.750,00	46.485,50	19,89	103.209,08	44,15	130.540,92
IMPOSTOS	136.000,00	136.000,00	40.874,45	30,05	86.248,08	63,42	49.751,92
TAXAS	48.250,00	48.250,00	1.448,20	3,00	4.228,63	8,76	44.021,37
CONTRIBUICAO DE MELHORIA	49.500,00	49.500,00	4.162,85	8,41	12.732,37	25,72	36.767,63
RECEITA PATRIMONIAL	47.512,50	47.512,50	8.582,16	18,06	15.457,71	32,53	32.054,79
RECEITAS DE VALORES MOBILIARIOS	750,00	750,00	8.582,16	144,29	15.457,71	061,03	-14.707,71
Outras Rec. Patrimoniais	46.762,50	46.762,50	0,00	0,00	0,00	0,00	46.762,50
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	6.949.294,14	6.949.294,14	1.104.884,48	15,90	4.022.543,32	57,88	2.926.750,82
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	6.949.294,14	6.949.294,14	1.104.884,48	15,90	4.022.543,32	57,88	2.926.750,82
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	103.295,00	103.295,00	14.576,08	14,11	50.772,32	49,15	52.522,68
Multas e Juros de Mora	26.000,00	26.000,00	831,81	3,20	1.732,29	6,66	24.267,71
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	6.000,00	6.000,00	1.602,79	26,71	2.244,38	37,41	3.755,62
RECEITA DA DÍVIDA ATIVA	4.000,00	4.000,00	6.521,08	163,03	7.278,92	181,97	-3.278,92
RECEITAS DIVERSAS	67.295,00	67.295,00	5.620,40	8,35	39.516,73	58,72	27.778,27
RECEITAS DE CAPITAL	517.500,00	517.500,00	20.000,00	3,86	20.000,00	3,86	497.500,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	500.000,00	500.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	500.000,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS	500.000,00	500.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	500.000,00
ALIENAÇÃO DE BENS	17.500,00	17.500,00	20.000,00	114,29	20.000,00	114,29	-2.500,00
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	17.500,00	17.500,00	20.000,00	114,29	20.000,00	114,29	-2.500,00
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	—	—	—	—	—	—	—
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	7.851.351,64	7.851.351,64	1.194.528,22	15,21	4.211.982,43	53,65	3.639.369,21
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 1/3

Município de Chapadão do Lageado
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2010/BIMESTRE MAIO - JUNHO

Continuação 2/3

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	7.851.351,64	7.851.351,64	1.194.528,22	15,21	4.211.982,43	53,65	3.639.369,21
DÉFICIT (VI)	—	—	—	—	437.355,77	—	—
TOTAL (VII) = (V + VI)	7.851.351,64	7.851.351,64	1.194.528,22	15,21	4.649.338,20	53,65	3.639.369,21
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)	—	502.864,99	—	—	502.864,99	—	—
Superávit Financeiro	—	502.864,99	—	—	502.864,99	—	—
Reabertura de Créditos Adicionais	—	0,00	—	—	0,00	—	—

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d + e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO A LIQUIDAR (f - g)
				No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (g)	% (g/f)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	7.851.351,64	1.550.364,99	9.401.716,63	2.296.742,17	4.655.678,76	2.290.873,33	4.649.338,20	49,45	4.752.378,43
DESPESAS CORRENTES	5.662.417,49	39.950,00	5.702.367,49	1.049.249,12	3.013.819,06	1.043.380,28	3.007.478,50	52,74	2.694.888,99
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	2.174.777,96	119.778,00	2.294.555,96	529.748,36	1.527.134,04	529.748,36	1.527.134,04	66,55	767.421,92
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	5.000,00	0,00	5.000,00	101,69	260,88	101,69	260,88	5,22	4.739,12
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	3.482.639,53	-79.828,00	3.402.811,53	519.399,07	1.486.424,14	513.530,23	1.480.083,58	43,50	1.922.727,95
DESPESAS DE CAPITAL	2.128.934,15	1.510.414,99	3.639.349,14	1.247.493,05	1.641.859,70	1.247.493,05	1.641.859,70	45,11	1.997.489,44
INVESTIMENTOS	2.053.934,15	1.510.414,99	3.564.349,14	1.229.592,82	1.588.424,00	1.229.592,82	1.588.424,00	44,56	1.975.925,14
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	75.000,00	0,00	75.000,00	17.900,23	53.435,70	17.900,23	53.435,70	71,25	21.564,30
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	60.000,00	0,00	60.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	60.000,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	—	—	—	—	—	—	—	—	—
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	7.851.351,64	1.550.364,99	9.401.716,63	2.296.742,17	4.655.678,76	2.290.873,33	4.649.338,20	49,45	4.752.378,43
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 2/3

Município de Chapadão do Lageado
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2010/BIMESTRE MAIO - JUNHO

Continuação 3/3

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d + e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO A LIQUIDAR (f - g)
				No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (g)	% (g/f)	
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)	7.851.351,64	1.550.364,99	9.401.716,63	2.296.742,17	4.655.678,76	2.290.873,33	4.649.338,20	49,45	4.752.378,43
SUPERÁVIT (XIII)	—	—	—	—	—	—	0,00	—	—
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	7.851.351,64	1.550.364,99	9.401.716,63	2.296.742,17	4.655.678,76	2.290.873,33	4.649.338,20	49,45	4.752.378,43

FONTE: SECRETARIA DA FAZENDA

ANEXO II RREO DESPESA POR FUNCAO SUBFUNCAO

Município de Chapadão do Lageado
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2010/BIMESTRE MAIO - JUNHO

RREO – Anexo II (LRF, Art. 52, inciso II, alínea “c”)

R\$ 1,00

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS				SALDO A LIQUIDAR (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	7.851.351,64	9.401.716,63	2.296.742,17	4.655.678,76	2.290.873,33	4.649.338,20	100,00	49,45	4.752.378,43
Legislativa	450.000,00	450.000,00	65.701,08	179.862,22	65.316,08	179.005,50	3,85	39,78	270.994,50
Ação Legislativa	450.000,00	450.000,00	65.701,08	179.862,22	65.316,08	179.005,50	3,85	39,78	270.994,50
Administração	1.068.993,32	1.068.993,32	196.992,74	631.205,37	194.332,74	628.545,37	13,52	58,80	440.447,95
Administração Geral	668.993,32	668.993,32	143.341,06	365.009,47	140.681,06	362.349,47	7,79	54,16	306.643,85
Administração Financeira	400.000,00	400.000,00	53.651,68	266.195,90	53.651,68	266.195,90	5,73	66,55	133.804,10
Assistência Social	452.750,00	452.750,00	53.096,39	103.156,60	53.096,39	103.156,60	2,22	22,78	349.593,40
Assistência ao Idoso	37.500,00	37.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	37.500,00
Assistência à Criança e ao Adolescente	80.000,00	80.000,00	5.626,17	7.749,93	5.626,17	7.749,93	0,17	9,69	72.250,07
Assistência Comunitária	335.250,00	335.250,00	47.470,22	95.406,67	47.470,22	95.406,67	2,05	28,46	239.843,33
Saúde	1.122.944,00	1.122.944,00	234.301,08	634.988,17	231.477,24	632.164,33	13,60	56,30	490.779,67
Atenção Básica	1.094.006,50	1.094.006,50	231.724,31	631.590,40	228.900,47	628.766,56	13,52	57,47	465.239,94
Vigilância Sanitária	22.968,75	22.968,75	2.576,77	3.397,77	2.576,77	3.397,77	0,07	14,79	19.570,98
Vigilância Epidemiológica	5.968,75	5.968,75	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.968,75
Trabalho	52.500,00	103.575,72	23.173,55	27.253,55	23.173,55	27.253,55	0,59	26,31	76.322,17
Fomento ao Trabalho	52.500,00	103.575,72	23.173,55	27.253,55	23.173,55	27.253,55	0,59	26,31	76.322,17
Educação	1.787.461,67	1.787.461,67	286.391,00	847.857,16	286.391,00	847.857,16	18,24	47,43	939.604,51
Ensino Fundamental	1.642.461,67	1.642.461,67	276.683,31	824.239,15	276.683,31	824.239,15	17,73	50,18	818.222,52
Educação Infantil	145.000,00	145.000,00	9.707,69	23.618,01	9.707,69	23.618,01	0,51	16,29	121.381,99
Cultura	37.500,00	37.500,00	1.947,30	2.307,30	1.947,30	2.307,30	0,05	6,15	35.192,70
Difusão Cultural	37.500,00	37.500,00	1.947,30	2.307,30	1.947,30	2.307,30	0,05	6,15	35.192,70
Urbanismo	856.500,00	2.213.789,27	1.111.010,59	1.602.647,41	1.111.010,59	1.602.647,41	34,47	72,39	611.141,86
Infra-Estrutura Urbana	267.750,00	1.606.039,27	983.172,50	1.185.166,42	983.172,50	1.185.166,42	25,49	73,79	420.872,85
Serviços Urbanos	588.750,00	607.750,00	127.838,09	417.480,99	127.838,09	417.480,99	8,98	68,69	190.269,01
Gestão Ambiental	154.000,00	154.000,00	11.680,20	32.485,12	11.680,20	32.485,12	0,70	21,09	121.514,88
Saneamento Básico Rural	15.000,00	15.000,00	79,20	329,20	79,20	329,20	0,01	2,19	14.670,80
Saneamento Básico Urbano	8.750,00	8.750,00	40,29	160,59	40,29	160,59	0,00	1,84	8.589,41
Preservação e Conservação Ambiental	25.000,00	25.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	25.000,00
Controle Ambiental	15.250,00	15.250,00	213,00	213,00	213,00	213,00	0,00	1,40	15.037,00
Turismo	90.000,00	90.000,00	11.347,71	31.782,33	11.347,71	31.782,33	0,68	35,31	58.217,67
Agricultura	325.750,00	452.250,00	124.982,57	217.912,89	124.982,57	217.912,89	4,69	48,18	234.337,11
Promoção da Produção Animal	14.500,00	14.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	14.500,00
Extensão Rural	311.250,00	437.750,00	124.982,57	217.912,89	124.982,57	217.912,89	4,69	49,78	219.837,11

Continua 1/2

Município de Chapadao do Lageado
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2010/BIMESTRE MAIO - JUNHO

Continuação 2/2

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS				SALDO A LIQUIDAR (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	7.851.351,64	9.401.716,63	2.296.742,17	4.655.678,76	2.290.873,33	4.649.338,20	100,00	49,45	4.752.378,43
Transporte	1.370.452,67	1.370.452,67	162.875,52	331.673,28	162.875,52	331.673,28	7,13	24,20	1.038.779,39
Transporte Rodoviário	1.370.452,67	1.370.452,67	162.875,52	331.673,28	162.875,52	331.673,28	7,13	24,20	1.038.779,39
Desporto e Lazer	112.499,98	127.999,98	24.590,15	44.329,69	24.590,15	44.329,69	0,95	34,63	83.670,29
Desporto Comunitário	112.499,98	127.999,98	24.590,15	44.329,69	24.590,15	44.329,69	0,95	34,63	83.670,29
Reserva de Contingência	60.000,00	60.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	60.000,00
Reserva de Contingência	60.000,00	60.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	60.000,00
TOTAL (III) = (I + II)	7.851.351,64	9.401.716,63	2.296.742,17	4.655.678,76	2.290.873,33	4.649.338,20	100,00	49,45	4.752.378,43

FONTE: SECRETARIA DA FAZENDA

¹ Representa uma dotação global sem destinação específica a determinado órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria econômica, cujos recursos serão utilizados para abertura de créditos adicionais, não sendo portanto uma função. É apresentada neste demonstrativo por constar no orçamento.

ANEXO III RREO RECEITA CORRENTE LIQUIDA

Município de Chapadão do Lageado
 RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LIQUIDA
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 JULHO/2009 A JUNHO/2010

RREO – ANEXO III (LRF, Art. 53, inciso I)

ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES													R\$ 1,00	
	Jul/2009	Ago/2009	Set/2009	Out/2009	Nov/2009	Dez/2009	Jan/2010	Fev/2010	Mar/2010	Abr/2010	Mai/2010	Jun/2010	TOTAL (ÚLT. 12 MES.)	PREVISÃO ATUALIZADA 2010	
RECEITAS CORRENTES (I)	600.752,97	545.942,94	614.006,66	1.553.752,27	1.103.829,69	1.952.746,92	586.503,22	610.662,47	591.208,59	665.366,69	732.538,02	658.882,93	10.216.193,37	7.684.167,46	
RECEITA TRIBUTARIA	23.524,57	14.107,74	12.850,31	10.565,55	17.546,54	25.870,54	3.993,41	12.759,43	13.272,60	26.698,14	28.677,72	17.807,78	207.674,33	233.750,00	
I.P.T.U.	665,81	209,73	105,62	48,48	0,00	125,33	0,00	0,00	567,12	18.046,07	5.637,81	811,18	26.217,15	83.000,00	
I.S.S.	7.577,74	6.523,42	6.477,17	3.018,57	9.471,86	14.291,80	617,39	3.427,22	5.960,12	3.606,56	17.937,05	10.178,36	89.087,26	23.000,00	
I.T.B.I.	5.718,40	2.577,85	0,00	0,00	1.774,23	2.718,94	441,88	4.141,09	92,32	633,26	293,94	2.458,43	20.850,34	20.000,00	
I.R.R.F	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Outras Receitas Tributárias	9.562,62	4.796,74	6.267,52	7.498,50	6.300,45	8.734,47	2.934,14	5.191,12	6.653,04	4.412,25	4.808,92	4.359,81	71.519,58	107.750,00	
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
RECEITA PATRIMONIAL	258,83	1.033,41	21,34	36,17	521,04	11.445,66	72,99	145,27	5.117,51	1.539,78	3.799,96	4.782,20	28.774,16	47.512,50	
RECEITA AGROPECUARIA	205,50	0,00	0,00	0,00	96,00	57,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	358,50	0,00	
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
RECEITA DE SERVIÇOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	576.703,37	529.286,88	581.736,73	1.497.616,71	1.082.071,60	1.745.611,77	554.296,08	594.376,00	570.880,89	634.392,63	693.146,02	628.631,19	9.688.749,87	7.299.609,96	
Cota-Parte do F.P.M.	238.751,14	277.746,26	245.865,39	282.826,72	353.041,96	382.972,39	291.295,49	355.650,81	264.197,38	316.548,12	389.735,18	338.240,57	3.736.871,41	3.820.719,93	
Cota-Parte do I.C.M.S.	135.697,00	124.356,84	174.036,79	145.096,81	129.798,83	219.673,51	168.367,26	139.452,64	174.446,84	172.532,75	159.094,69	165.624,63	1.908.178,59	1.748.348,39	
Cota-Parte do I.P.V.A.	8.027,28	5.686,30	5.200,75	7.177,07	3.569,54	2.744,92	2.941,01	6.525,43	12.349,83	9.559,65	13.617,70	9.005,99	86.405,47	95.000,00	
Cota-Parte do ITR.	0,00	19,24	296,55	983,50	12,33	0,00	0,00	0,00	7,38	0,00	0,00	0,00	1.319,00	225,00	
Transferências da LC 61/1989	2.671,26	2.882,48	2.987,94	3.800,86	3.015,36	4.377,20	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	19.735,10	0,00	
Transferências da LC 87/1996	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.118,83	1.118,83	1.118,83	1.118,83	1.118,83	1.118,83	6.712,98	37.500,00	
Transferências do FUNDEB	45.411,72	48.645,97	50.608,18	51.323,23	53.476,80	58.144,08	58.440,35	51.861,40	57.373,00	60.795,23	59.837,74	59.707,45	655.625,15	400.000,00	
Outras Transferências Correntes	146.144,97	69.949,79	102.741,13	1.006.408,52	539.156,78	1.077.699,67	32.133,14	39.766,89	61.387,63	73.838,05	69.741,88	54.933,72	3.273.902,17	1.197.816,64	
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	60,70	1.514,91	19.398,28	45.533,84	3.594,51	169.761,95	28.140,74	3.381,77	1.937,59	2.736,14	6.914,32	7.661,76	290.636,51	103.295,00	
DEDUÇÕES (II)	77.257,24	82.366,12	85.836,60	88.204,85	98.115,52	121.683,04	93.430,29	101.220,56	91.037,47	100.598,44	113.350,35	103.542,38	1.156.642,86	547.815,82	
Dedução da Receita Para Formação do FUNDEB	77.257,24	82.366,12	85.836,60	88.204,85	98.115,52	121.683,04	93.430,29	101.220,56	91.037,47	100.598,44	113.350,35	103.542,38	1.156.642,86	547.815,82	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I – II)	523.495,73	463.576,82	528.170,06	1.465.547,42	1.005.714,17	1.831.063,88	493.072,93	509.441,91	500.171,12	564.768,25	619.187,67	555.340,55	9.059.550,51	7.136.351,64	

FONTE: SECRETARIA DA FAZENDA

ANEXO VI RREO RESULTADO NOMINAL

Município de Chapadao do Lageado
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2010/BIMESTRE MAIO - JUNHO

RREO – Anexo VI (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2009 (A)	Em 30 Abr 2010 (B)	Em 30 Jun 2010 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	147.967,54	112.432,07	94.531,84
DEDUÇÕES (II)	797.637,39	1.494.915,24	395.864,04
Disponibilidade de Caixa Bruta	836.522,39	1.623.309,58	711.997,37
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	38.885,00	128.394,34	316.133,33
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I - II)	-649.669,85	-1.382.483,17	-301.332,20
RECEITAS DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (VI) = (III + IV - V)	-649.669,85	-1.382.483,17	-301.332,20

<u>RESULTADO NOMINAL</u>	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	No Bimestre (C - B)	Jan a Jun 2010 (C - A)
VALOR	1.081.150,97	348.337,65

<u>DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL</u>	VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO NOMINAL FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA	0,00

<u>REGIME PREVIDENCIÁRIO</u>			
<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2009 (A)	Em 30 Abr 2010 (B)	Em 30 Jun 2010 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (VII)	0,00	0,00	0,00
Passivo Atuarial	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (VIII)	0,00	0,00	0,00
Disponibilidade de Caixa Bruta	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (IX) = (VII - VIII)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (X)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (XI) = (IX - X)	0,00	0,00	0,00

FONTE: SECRETARIA DA FAZENDA



ANEXO VII RREO RESULTADO PRIMARIO

Município de Chapadao do Lageado
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2010/BIMESTRE MAIO - JUNHO

RREO - ANEXO VII (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2010	Até o Bimestre 2009
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (I)	7.333.101,64	1.165.946,06	4.176.524,72	3.562.631,89
Receita Tributária	233.750,00	46.485,50	103.209,08	100.081,57
I.P.T.U.	83.000,00	6.448,99	25.062,18	26.765,06
I.S.S.	23.000,00	28.115,41	41.726,70	24.889,82
I.T.B.I.	20.000,00	2.752,37	8.060,92	8.946,57
I.R.R.F.	10.000,00	3.557,68	11.398,28	23.853,45
Outras Receitas Tributárias	97.750,00	5.611,05	16.961,00	15.626,67
Receita de Contribuição	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial Líquida	46.762,50	0,00	0,00	28,37
Receita Patrimonial	47.512,50	8.582,16	15.457,71	28.522,18
(-) Aplicações Financeiras	750,00	8.582,16	15.457,71	28.493,81
Transferências Correntes	6.949.294,14	1.104.884,48	4.022.543,32	3.456.169,82
F.P.M.	3.518.219,93	582.380,66	1.564.534,18	1.503.552,74
I.C.M.S.	1.533.931,73	259.775,60	783.619,48	678.033,11
Convênios	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Transferências Correntes	1.897.142,48	262.728,22	1.674.389,66	1.274.583,97
Demais Receitas Correntes	103.295,00	14.576,08	50.772,32	6.352,13
Dívida Ativa	4.000,00	6.521,08	7.278,92	1.148,43
Diversas Receitas Correntes	99.295,00	8.055,00	43.493,40	5.203,70
RECEITAS DE CAPITAL (II)	517.500,00	20.000,00	20.000,00	0,00
Operações de Crédito (III)	500.000,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Ativos (V)	17.500,00	20.000,00	20.000,00	0,00
Transferências de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
Convênios	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Transferências de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (VI) = (II - III - IV - V)	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (VII) = (I + VI)	7.333.101,64	1.165.946,06	4.176.524,72	3.562.631,89
DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2010	Até o Bimestre 2009
DESPESAS CORRENTES (VIII)	5.702.367,49	1.043.380,28	3.007.478,50	2.701.085,30
Pessoal e Encargos Sociais	2.294.555,96	529.748,36	1.527.134,04	1.288.509,35
Juros e Encargos da Dívida (IX)	5.000,00	101,69	260,88	0,00
Outras Despesas Correntes	3.402.811,53	513.530,23	1.480.083,58	1.412.575,95
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (X) = (VIII - IX)	5.697.367,49	1.043.278,59	3.007.217,62	2.701.085,30
DESPESAS DE CAPITAL (XI)	3.639.349,14	1.247.493,05	1.641.859,70	447.021,25
Investimentos	3.564.349,14	1.229.592,82	1.588.424,00	447.021,25
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XIV)	75.000,00	17.900,23	53.435,70	0,00
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XV) = (XI - XII - XIII - XIV)	3.564.349,14	1.229.592,82	1.588.424,00	447.021,25
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVI)	60.000,00	-	-	-
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	60.000,00	-	-	-



Município de Chapadão do Lageado
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2010/BIMESTRE MAIO - JUNHO

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2010	Até o Bimestre 2009
RESERVA DO RPPS (XVII)	0,00	-	-	-
RESERVA DO RPPS	0,00	-	-	-
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XVIII) = (X + XV + XVI + XVII)	9.321.716,63	2.272.871,41	4.595.641,62	3.148.106,55
RESULTADO PRIMÁRIO (XIX) = (VII - XVIII)	-1.988.614,99	-1.106.925,35	-419.116,90	414.525,34
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	502.864,99	0,00
Superávit Financeiro	-	-	502.864,99	0,00
Reabertura de Créditos Adicionais	-	-	0,00	0,00
DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL				VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO PRIMÁRIO FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA				0,00

FONTE: SECRETARIA DA FAZENDA

Chapadão do Lageado, 21/07/2010

ANEXO IX RREO RESTOS A PAGAR POR PODER

Município de Chapadao do Lageado
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2010/BIMESTRE MAIO - JUNHO

RREO - Anexo IX (LRF, art. 53, inciso V)

R\$ 1,00

PODER/ÓRGÃO	RP PROCESSADOS					RP NÃO PROCESSADOS				
	Inscritos		Cancelados	Pagos	A Pagar	Inscritos		Cancelados	Pagos	A Pagar
	Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2009				Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2009			
RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (I)	8.775,52	30.109,48	-	11.583,32	27.301,68	-	-	-	-	-
EXECUTIVO										
ADMINISTRAÇÃO DIRETA	8.775,52	30.109,48	0,00	11.583,32	27.301,68	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
GABINETE DO PREFEITO E VICE	0,00	193,46	0,00	193,46	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA DA AGRICULTURA	0,00	269,62	0,00	269,62	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPOR	0,00	3.185,64	0,00	3.185,64	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA DA FAZENDA	0,00	4.812,88	0,00	4.812,88	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA DA SAUDE	24,00	1.125,98	0,00	1.125,98	24,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMEN	0,00	197,26	0,00	197,26	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE E TURISMO	0,00	40,24	0,00	40,24	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA DOS TRANSPORTES, OBRAS E SERV	8.751,52	20.284,40	0,00	1.758,24	27.277,68	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL (III) = (I + II):	8.775,52	30.109,48	0,00	11.583,32	27.301,68	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

FONTE: SECRETARIA DA FAZENDA

ANEXO X RREO RECEITAS E DESPESAS ENSINO

MUNICÍPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2010/BIMESTRE MAIO - JUNHO

RREO - ANEXO X (LDB, art. 72)

R\$ 1,00

RECEITAS DO ENSINO

RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
1- RECEITAS DE IMPOSTOS	153.250,00	153.250,00	47.179,27	90.780,31	59,24
1.1- Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	100.250,00	100.250,00	12.753,81	29.594,41	29,52
1.1.1- IPTU	72.250,00	72.250,00	5.481,63	21.302,84	29,48
1.1.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IPTU	26.000,00	26.000,00	751,10	1.012,65	3,89
1.1.3- Dívida Ativa do IPTU	5.000,00	5.000,00	6.521,08	7.278,92	145,58
1.1.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IPTU	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.1.5- (-) Deduções da Receita do IPTU	(3.000,00)	(3.000,00)	0,00	0,00	0,00
1.2- Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	20.000,00	20.000,00	2.752,37	8.060,92	40,30
1.2.1- ITBI	20.000,00	20.000,00	2.752,37	8.060,92	40,30
1.2.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITBI	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.3- Dívida Ativa do ITBI	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITBI	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.5- (-) Deduções da Receita do ITBI	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.3- Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	23.000,00	23.000,00	28.115,41	41.726,70	181,42
1.3.1- ISS	25.000,00	25.000,00	28.115,41	41.726,70	166,91
1.3.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ISS	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.3.3- Dívida Ativa do ISS	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.3.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ISS	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.3.5- (-) Deduções da Receita do ISS	(2.000,00)	(2.000,00)	0,00	0,00	0,00
1.4- Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	10.000,00	10.000,00	3.557,68	11.398,28	113,98
1.4.1- IRRF	10.000,00	10.000,00	3.557,68	11.398,28	113,98
1.4.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.3- Dívida Ativa do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.5- (-) Deduções da Receita do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5- Receita Resultante do Imposto Territorial Rural - ITR (CF, art. 153, §4º, inciso III)	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.1- ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.3- Dívida Ativa do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.5- (-) Deduções da Receita do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	5.738.043,32	5.738.043,32	1.084.465,29	3.015.922,25	52,56
2.1- Cota-Parte FPM	3.820.719,93	3.820.719,93	727.975,75	1.955.667,55	51,19
2.1.1- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	3.820.719,93	3.820.719,93	727.975,75	1.955.667,55	51,19
2.1.2- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea d	—	0,00	0,00	0,00	0,00
2.2- Cota-Parte ICMS	1.748.348,39	1.748.348,39	324.719,32	979.518,81	56,03
2.3- ICMS-Desoneração – L.C. nº87/1996	37.500,00	37.500,00	2.237,66	6.712,98	17,90
2.4- Cota-Parte IPI-Exportação	36.250,00	36.250,00	6.908,87	20.015,92	55,22
2.5- Cota-Parte ITR	225,00	225,00	0,00	7,38	3,28
2.6- Cota-Parte IPVA	95.000,00	95.000,00	22.623,69	53.999,61	56,84
2.7- Cota-Parte IOF-Ouro	—	0,00	0,00	0,00	0,00
3- TOTAL DA RECEITA BRUTA DE IMPOSTOS (1 + 2)	5.891.293,32	5.891.293,32	1.131.644,56	3.106.702,56	52,73

RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
4- RECEITA DA APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINC. AO ENSINO	—	0,00	0,00	0,00	0,00
5- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE	132.500,00	132.500,00	34.867,76	77.264,81	58,31
5.1- Transferências do Salário-Educação	7.500,00	7.500,00	13.121,68	41.873,69	558,32
5.2- Outras Transferências do FNDE	125.000,00	125.000,00	21.746,08	35.391,12	28,31
5.3- Aplicação Financeira dos Recursos do FNDE	—	0,00	0,00	0,00	0,00
6- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	—	0,00	0,00	0,00	0,00
6.1- Transferências de Convênios	—	0,00	0,00	0,00	0,00
6.2- Aplicação Financeira dos Recursos de Convênios	—	0,00	0,00	0,00	0,00
7- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO	—	0,00	0,00	0,00	0,00
8- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	80.000,00	80.000,00	37.717,32	50.290,00	62,86
9- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (4 + 5 + 6 + 7 + 8)	212.500,00	212.500,00	72.585,08	127.554,81	60,03

FUNDEB

RECEITAS DO FUNDEB	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
10- RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB	547.815,82	547.815,82	216.892,73	603.179,49	110,11
10.1- Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.1.1)	302.500,00	302.500,00	145.595,09	391.133,37	129,30
10.2- Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.2)	214.416,66	214.416,66	64.943,72	195.899,33	91,36
10.3- ICMS-Desoneração Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.3)	4.604,16	4.604,16	447,52	1.342,56	29,16
10.4- Cota-Parte IPI-Exportação Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.4)	7.250,00	7.250,00	1.381,78	4.003,20	55,22
10.5- Cota-Parte ITR ou ITR Arrecadados Destinados ao FUNDEB – (20% de (1.5 + 2.5))	45,00	45,00	0,00	1,47	3,27
10.6- Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.6)	19.000,00	19.000,00	4.524,62	10.799,56	56,84
11- RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB	400.100,00	400.100,00	119.912,23	348.382,21	87,07
11.1- Transferências de Recursos do FUNDEB	400.000,00	400.000,00	119.545,19	348.015,17	87,00
11.2- Complementação da União ao FUNDEB	—	0,00	0,00	0,00	0,00
11.3- Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB	100,00	100,00	367,04	367,04	367,04
12- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (11.1 – 10)	-147.815,82	-147.815,82	-97.347,54	-255.164,32	172,62

DECRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB



MUNICÍPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2010/BIMESTRE MAIO - JUNHO

Continuação 2/3

DESPESAS DO FUNDEB	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
13- PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	240.060,00	340.060,00	118.770,15	308.550,28	90,73
13.1- Com Educação Infantil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
13.2- Com Ensino Fundamental	240.060,00	340.060,00	118.770,15	308.550,28	90,73
14- OUTRAS DESPESAS	160.040,00	30.040,00	6.329,22	6.329,22	21,07
14.1- Com Educação Infantil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
14.2- Com Ensino Fundamental	160.040,00	30.040,00	6.329,22	6.329,22	21,07
15- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13 + 14)	400.100,00	370.100,00	125.099,37	314.879,50	85,08
DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB PARA PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO					VALOR
16- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB					—
17- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB					0,00
18- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16 + 17)					0,00
19- MÍNIMO DE 60% DO FUNDEB NA REMUNERAÇÃO DO MAGISTÉRIO COM EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL1 ((13 – 18) / (11) x 100) %					88,57
CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQUENTE				VALOR	
20 – RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2009 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS				0,00	
21 – DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE 2010 ²				0,00	

MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – DESPESAS CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB

RECEITAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c)=(b/a)x100
22- IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DESTINADAS À MDE (25% de 3ª)	1.472.823,33	1.472.823,33	282.911,14	776.675,64	52,73
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
23- EDUCAÇÃO INFANTIL	108.750,00	108.750,00	7.143,44	21.053,76	19,36
23.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	108.750,00	108.750,00	7.143,44	21.053,76	19,36
24- ENSINO FUNDAMENTAL	1.294.545,01	1.314.545,01	214.558,86	746.860,60	56,82
24.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	400.100,00	370.100,00	125.099,37	314.879,50	85,08
24.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	894.445,01	944.445,01	89.459,49	431.981,10	45,74
25- ENSINO MÉDIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
26- ENSINO SUPERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
27- ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
28- OUTRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
29- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (23 + 24 + 25 + 26 + 27 + 28)	1.403.295,01	1.423.295,01	221.702,30	767.914,36	53,95
DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL					VALOR
30- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (12)					-255.164,32
31- DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO					—
32- RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS DO FUNDEB ATÉ O BIMESTRE = (50 h)					367,04
33- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB					—
34- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS					0,00
35- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO¹					—
36- CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (46 g)					—
37- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (30 + 31 + 32 + 33 + 34 + 35 + 36)					-254.797,28
38- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE ((23 + 24) – (37))					1.022.711,64
39- MÍNIMO DE 25% DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS EM MDE5 ((38) / (3) x 100) %					32,92

OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE

OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
40- DESPESAS CUSTEADAS COM A APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
41- DESPESAS CUSTEADAS COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	12.500,00	12.500,00	3.567,97	3.567,97	28,54
42- DESPESAS CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
43- DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	125.000,00	105.000,00	60.120,73	72.626,83	69,17
44- TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (40 + 41 + 42 + 43)	137.500,00	117.500,00	63.688,70	76.194,80	64,85
45- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM MDE (29 + 44)	1.540.795,01	1.540.795,01	285.391,00	844.109,16	54,78
RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO		SALDO ATÉ O BIMESTRE		CANCELADO EM 2010 (g)	
46- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE		0,00		0,00	



MUNICÍPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2010/BIMESTRE MAIO - JUNHO

Continuação 3/3

FLUXO FINANCEIRO DOS RECURSOS	VALOR	
	FUNDEB (h)	FUNDEF
47- SALDO FINANCEIRO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009	1.652,74	0,00
48- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	348.015,17	0,00
49- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE	298.650,69	0,00
50- (+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	367,04	0,00
51- (=) SALDO FINANCEIRO NO EXERCÍCIO ATUAL	51.384,26	0,00

FONTE:

¹ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.² Art. 21, § 2º, Lei 11.494/2007: "Até 5% dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União recebidos nos termos do §1º do art. 6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional."³ Caput do art. 212 da CF/1988⁴ Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício⁵ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito de atuação prioritária, conforme LDB, art. 11, V.

ANEXO XI RREO REC OPERACOES DE CREDITO E DESP CAPITAL

Município de Chapadão do Lageado
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2010/BIMESTRE MAIO - JUNHO

RREO - ANEXO XI (LRF, art.53, § 1º, inciso I)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)		SALDO NÃO REALIZADO (c) = (a - b)
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO (I)	500.000,00	0,00		500.000,00
DESPESAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EXECUTADAS Até o Bimestre		SALDO NÃO EXECUTADO (g)=(d)-(e+f))
		LIQUIDADAS (e)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)	
DESPESAS DE CAPITAL	3.639.349,14	1.641.859,70	0,00	1.997.489,44
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes por Instituições Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA DE CAPITAL LÍQUIDA (II):	3.639.349,14	1.641.859,70	0,00	1.997.489,44
RESULTADO PARA APURAÇÃO DA REGRA DE OURO (III) = (I - II)	-3.139.349,14	-1.641.859,70		-1.497.489,44

FONTE: SECRETARIA DA FAZENDA

ANEXO XIV RREO ALIENACAO DE ATIVOS

Município de Chapadão do Lageado
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVOS DA RECEITA DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DE RECURSOS
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2010/BIMESTRE MAIO - JUNHO

RREO - ANEXO XIV (LRF, art. 53, § 1º, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)	SALDO A REALIZAR (c) = (a-b)
RECEITA DE CAPITAL			
ALIENAÇÃO DE ATIVOS	17.500,00	20.000,00	-2.500,00
ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	17.500,00	20.000,00	-2.500,00
TOTAL	17.500,00	20.000,00	-2.500,00

DESPESAS (APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EXECUTADAS Até o Bimestre		SALDO A EXECUTAR (g) = (d) - (e+f)
		LIQUIDADAS (e)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)	
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	0,00	0,00	0,00	0,00

SALDO FINANCEIRO A APLICAR	Em 2009 (h)	Em 2010 (i) = (b) - (e+f)	SALDO ATUAL (j) = (h+i)
	0,00	20.000,00	20.000,00

FONTE: SECRETARIA DA FAZENDA



ANEXO XVIII RREO RELATORIO RESUMIDO

Município de Chapadao do Lageado

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A JUNHO 2010/BIMESTRE MAIO - JUNHO

LRF, Art. 48 - Anexo XVIII

R\$ 1,00

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO		No Bimestre	Até o Bimestre	
RECEITAS				
Previsão Inicial		—	7.851.351,64	
Previsão Atualizada		—	7.851.351,64	
Receitas Realizadas		1.194.528,22	4.211.982,43	
Déficit Orçamentário		—	437.355,77	
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)		—	502.864,99	
DESPESAS				
Dotação Inicial		—	7.851.351,64	
Créditos Adicionais		—	1.550.364,99	
Dotação Atualizada		—	9.401.716,63	
Despesas Empenhadas		2.296.742,17	4.655.678,76	
Despesas Liquidadas		2.290.873,33	4.649.338,20	
Superavit Orçamentário		—	0,00	
DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO		No Bimestre	Até o Bimestre	
Despesas Empenhadas		2.296.742,17	4.655.678,76	
Despesas Liquidadas		2.290.873,33	4.649.338,20	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL			Até o Bimestre	
Receita Corrente Líquida			9.059.550,51	
RECEITAS / DESPESAS DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA		No Bimestre	Até o Bimestre	
Regime Próprio de Previdência dos Servidores				
Receitas Previdenciárias Realizadas(IV)		0,00	0,00	
Despesas Previdenciárias Liquidadas (V)		0,00	0,00	
Resultado Previdenciário (VI) = (IV - V)		0,00	0,00	
RESULTADOS NOMINAL E PRIMÁRIO		Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO (a)	Resultado Apurado até o Bimestre (b)	% em Relação à Meta (b/a)
Resultado Nominal		0,00	348.337,65	0,00
Resultado Primário		0,00	-419.116,90	0,00
RESTOS A PAGAR POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO	Inscrição	Cancelamento até o Bimestre	Pagamento até o Bimestre	Saldo a Pagar
POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO				
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	38.885,00	0,00	11.583,32	27.301,68
EXECUTIVO	38.885,00	0,00	11.583,32	27.301,68
TOTAL:	38.885,00	0,00	11.583,32	27.301,68
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE		Valor apurado até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais	
			% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Mínimo Anual de 25% das Receitas de Impostos em MDE		1.022.711,64	25%	32,92
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Educação Infantil e Ensino Fundamental		308.550,28	60%	88,57
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL		Valor apurado até o Bimestre	Saldo não Realizado	
Receitas de Operações de Crédito		0,00	500.000,00	
Despesa de Capital Líquida		1.641.859,70	1.997.489,44	
PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	2010	2018	2028	2043
Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores				
Receitas Previdenciárias (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias (V)	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário VI = (IV - V)	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 1/2



Município de Chapadão do Lageado

Continuação 2/2

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2010/BIMESTRE MAIO - JUNHO

LRF, Art. 48 - Anexo XVIII

R\$ 1,00

RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS		Valor apurado até o Bimestre	Saldo a Realizar
Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos		20.000,00	-2.500,00
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos		0,00	0,00

DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	Valor apurado até o Bimestre	Limite Constitucional Anual	
		% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Despesas Próprias com Ações e Serviços Públicos de Saúde	555.394,68	15,00	17,86

FONTE: SECRETARIA DA FAZENDA



Concórdia

PREFEITURA MUNICIPAL

Aviso Edital de Tomada de Preços Nº 17/2010 - PMC PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA - SC EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº. 17/2010 - PMC

Objeto: Contratação de empresa do ramo de engenharia e/ou construção civil em regime de empreitada global (material e mão de obra), para ampliação da EBM Elizabetha Pavan, em linha Três de Outubro neste Município.

Recebimento das propostas: até às 08:15h do dia 16/08/2010.

Abertura: dia 16/08/2010, às 08:30h

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page www.concordia.sc.gov.br, link "Licitações". Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Concórdia, situada à Rua Leonel Mosele, nº 62, 1º andar, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08:00 às 11:30 e das 13:30 às 17:00, ou pelo telefone (49) 3441-2163.

Concórdia, SC, 19 de julho de 2010
MARIA SUELI DOS SANTOS BIGATON
Secretária Municipal de Administração; em exercício

Aviso Pregão Presencial Nº 85/2010 - PMC PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA - SC AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº. 85/2010 - PMC

Objeto: Aquisição de alimentos hortifrutigranjeiros para preparação de merenda nos Centros Municipais de Educação Infantil, deste Município, com recursos oriundos do Programa PNAC.

Forma de Pregão: Presencial

Tipo: Menor Preço. Global

Recebimento das propostas: até as 08:15 do dia 11/08/2010.

Abertura: dia 11/08/2010, às 08:30.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page www.concordia.sc.gov.br, link "Licitações". Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Concórdia, situada à Rua Leonel Mosele, nº 62, 1º andar, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08:00 às 11:30 e das 13:30 às 17:00, ou pelo telefone (49) 3441-2160.

Concórdia, SC, 20 de julho de 2010
MARIA SUELI DOS SANTOS BIGATON
Secretária Municipal de Administração; em exercício

Comunicação Indeferimento Parcial de Recurso PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA - SC PREGÃO PRESENCIAL Nº 75/2010 - PMC

Objeto: locação e implantação de sistema de software para bibliotecas das Unidades Escolares da Rede Pública Municipal de Ensino.

COMUNICAÇÃO INDEFERIMENTO PARCIAL DE RECURSO

Em cumprimento ao disposto no artigo 109, § 1º e 4º da Lei nº 8.666/93, e posteriores alterações, bem como a Lei 10.520/2002, o Pregoeiro torna público que na data de 20/07/2010 foi INDEFERIDO PARCIALMENTE o recurso administrativo interposto pela licitante UNITECNO - COOPERATIVA DE TRABALHO DE PROFIS-

SIONAIS E SERVIÇOS TECNOLÓGICOS. De consequência, fica inalterado o julgamento proferido na sessão do dia 08/07/2010, prosseguindo o processo para adjudicação e posterior homologação do objeto licitado.

Concórdia, SC, 20 de julho de 2010.
MARCELO DARLAN HERPICH
Pregoeiro

Termo de Rescisão do Compromisso Nº 003/2009 TERMO DE RESCISÃO DO COMPROMISSO Nº 003/2009

ESPÉCIE: Rescisão, a partir de 16 de julho de 2010, do termo de compromisso nº 003/2009, de 29 de dezembro de 2009, celebrado entre o MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA, inscrito no CNPJ sob nº 83.024.257/0001-00, representada pela Superintendente, senhora DALVA PAGNONCELLI PICHETTI e o(a) estagiário(a) FABIANO JARDEL FINGER TIEPO, inscrito(a) no CPF-MF sob nº 077.087.679-03.

DATA DA ASSINATURA: 16 de julho de 2010.

Termo de Rescisão do Primeiro Termo Aditivo ao Termo de Compromisso Nº 058/2009

TERMO DE RESCISÃO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO TERMO DE COMPROMISSO Nº 058/2009

ESPÉCIE: Rescisão, a partir de 16 de julho de 2010, do primeiro termo aditivo ao termo de compromisso nº 058/2009, de 09 de março de 2009, celebrado entre o MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA, inscrito no CNPJ sob nº 83.024.257/0001-00, representada pela Secretária Municipal de Administração, senhora BEATRIZ FÁTIMA CORDEIRO DA SILVA ROSA e o(a) estagiário(a) RICARDO FILIPE MARIOTTI, inscrito(a) no CPF-MF sob nº 078.597.349-40.

DATA DA ASSINATURA: 16 de julho de 2010.

Termo de Rescisão do Termo de Compromisso Nº 079/2010

TERMO DE RESCISÃO DO TERMO DE COMPROMISSO Nº 079/2010

ESPÉCIE: Rescisão, a partir de 13 de julho de 2010, do termo de compromisso nº 079/2010, de 30 de junho de 2010, celebrado entre o MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA, inscrito no CNPJ sob nº 83.024.257/0001-00, representada pela Secretária Municipal de Administração, senhora BEATRIZ FÁTIMA CORDEIRO DA SILVA ROSA e o(a) estagiário(a) KASSIA YONA DOS SANTOS, inscrito(a) no CPF-MF sob nº 063.772.059-88.

DATA DA ASSINATURA: 13 de julho de 2010.

Coronel Martins

PREFEITURA MUNICIPAL

Portaria Nº. 082

PORTARIA Nº. 082, DE 21 DE JULHO DE 2010.

CONCEDE LICENÇA PRÊMIO POR ASSIDUIDADE A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal, de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 65 da Lei Complementar nº. 005, de 14/04/2003, e pela Lei Orgânica do Município, de 28/10/1994;



Considerando o princípio administrativo da eficiência, da moralidade pública, da legalidade e do interesse público, resolve;

CONCEDER:

Art. 1º Licença Premio por Assiduidade ao Servidor abaixo relacionado, no período e referência que especifica:

01 - Para gozo de 30 (trinta) dias no período de 26/07/2010 à 24/08/2010

Nome	Cargo	Referência
Belonir dos Santos	Técnico em Agropecuária	07/2006 à 2009

Art. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins - SC, em 21 de julho de 2010.

DARCI CABRAL DE MEDEIROS
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada e publicada em data supra.

LUCAS CUCHI
Chefe de Gabinete

Portaria N°. 083

PORTARIA N°. 083, DE 21 DE JULHO DE 2010.

CONCEDE LICENÇA PRÊMIO POR ASSIDUIDADE A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal, de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 65 da Lei Complementar nº. 005, de 14/04/2003, e pela Lei Orgânica do Município, de 28/10/1994;

Considerando o princípio administrativo da eficiência, da moralidade pública, da legalidade e do interesse público, resolve;

CONCEDER:

Art. 1º Licença Premio por Assiduidade ao Servidor abaixo relacionado, no período e referência que especifica:

01 - Para gozo de 30 (trinta) dias no período de 22/07/2010 à 20/08/2010

Nome	Cargo	Referência
Neimar cassol	Agente Administrativo	01/07/2006 à 2009

Art. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins - SC, em 21 de julho de 2010.

DARCI CABRAL DE MEDEIROS
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada e publicada em data supra.

LUCAS CUCHI
Chefe de Gabinete

Curitibanos

PREFEITURA MUNICIPAL

Lei N° 4.530/2010

LEI N° 4.530/2010

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A ALIENAR EXCESSO DE TERRAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Wanderley Teodoro Agostini, Prefeito Municipal de Curitibanos Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara aprovou e eu sanciono a seguinte Lei :

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a alienar uma área de terras, a título de excesso resultante de área urbana remanescente, à Rozalina Dorneles Trevisan, brasileira, inscrita no CPF sob nº 141.932.368-70, na forma que estabelece o artigo 103 §§ 2º e 3º da Lei Orgânica do Município de Curitibanos e Lei nº 447/1960.

Art. 2º - O excesso de terras localiza-se no Bairro Nossa Senhora Aparecida, ao lado oeste da Rua Romário de Oliveira Lemos, distando 105 metros lineares da Rua Pedro Paulo Pereira, com área de 126,00 m² (cento e vinte e seis metros quadrados), com as seguintes confrontações e medidas:

Ao NORTE: 30,00 ml com Cílio Vezaro

Ao SUL : 30,00 ml com a rua Oricimbo Caetano da Silva

Ao OESTE: 15,00 ml com Luiz Antonio Machado

Ao LESTE: 15,00 ml com a Rua Romário de Oliveira Lemos

Art. 3º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Curitibanos, 07 de julho de 2010.
WANDERLEY TEODORO AGOSTINI
Prefeito Municipal

Publicada a presente lei aos sete dias do mês de julho do ano de dois mil e dez na portaria da Prefeitura Municipal

EDSON TADEU BROCARDO
Secretário de Administração e Finanças

Lei N° 4.532/2010

LEI N° 4.532/2010

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A ANULAR E SUPLEMENTAR DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Wanderley Teodoro Agostini, Prefeito Municipal de Curitibanos Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara aprovou e eu sanciono a seguinte Lei :

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a anular as dotações orçamentárias do Fundo de Reequipamento do Corpo de Bombeiros de Curitibanos, na forma da Lei nº 4.462/2009, no montante de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais):

ANULAÇÃO:

03.00 FUNREBOM

03.01 FUNREBOM

06.181.0004.1005 AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS - FUNREBOM

4490000000.00.0101 APLICAÇÕES DIRETAS... R\$ 50.000,00



TOTAL DA ANULAÇÃO R\$ 50.000,00

Art. 2º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a Suplementar dotações orçamentárias da Prefeitura Municipal, na forma da Lei nº 4.462/2009, no montante de R\$ 310.000,00 (trezentos e dez mil reais):

SUPLEMENTAÇÃO

03.00 FUNREBOM

03.01 FUNREBOM

06.181.0004.1006 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE - FUNREBOM

4490000000.00.0101 APLICAÇÕES DIRETAS.. R\$ 50.000,00

TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO R\$ 50.000,00

Art. 3º - Para cobertura das suplementações mencionadas no art. 2º ficam utilizadas as anulações constantes no art. 1º, no valor de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais).

Art. 4º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Curitiba, 12 de julho de 2010.
WANDERLEY TEODORO AGOSTINI
Prefeito Municipal

Publicada a presente lei aos doze dias do mês de julho do ano de dois mil e dez na portaria da Prefeitura Municipal

EDSON TADEU BROCARDO
Secretário de Administração e Finanças

Decreto Nº 3.919/2010

ERRATA

DECRETO Nº 3.919/2010

ALTERA COMPOSIÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO E TURISMO - COMICTS.

Wanderley Teodoro Agostini, Prefeito Municipal de Curitiba, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo artigo 79 inciso IX da Lei Orgânica do Município de Curitiba e conforme determina a Lei nº 3.813/2005:

D E C R E T A

Art. 1º - Fica alterada a composição dos membros do Conselho Municipal da Indústria, Comércio e Turismo - COMICTS nomeados pelo Decreto n. 3.808/2009 a partir da data deste decreto, passando a vigorar com a seguinte composição:

I - Representantes da Secretaria da Indústria, Comércio e Turismo - SICT.

- Marcos Aurélio Scapini - Presidente nato

II - Representantes do Sindicato da Indústria Florestal de Curitiba - SIFC

- Brahian Kastl Popinhak - Titular

- Telmo Bastos - Suplente

III - Representantes da Associação Comercial Industrial de Curitiba - ACIC

- Ulysses Gaboardi Filho - titular

- Jair Rosa - suplente

IV - Representantes da Universidade do Contestado de Curitiba - UnC

- Carlos Eduardo Carvalho - titular

- Luiz Fernando Gava - suplente

V - Representantes da Câmara do Dirigentes Lojistas de Curitiba - CDL

- Milton Pozzo da Silva - titular

- Jonhhy Antonio Matana - suplente

VI - Representantes de Hotéis, Bares, Restaurantes e Similares

- Marcos Martarelo - titular

- Izabel Cristina Beppler - suplente

VII - Representantes da Câmara Municipal de Vereadores

- Bruno Peretto - titular

- Ivan Sartor - suplente

Art. 2º - O Secretário Municipal da Indústria, Comércio e Turismo será Presidente nato do Conselho Municipal da Indústria, Comércio, Turismo e Serviços - COMICTS, conforme estabelece o inciso I do artigo 3º da Lei nº 3.813/2005.

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Curitiba, 3 de maio de 2010
WANDERLEY TEODORO AGOSTINI
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto aos três dias do mês de maio do ano dois mil e dez na portaria da Prefeitura Municipal.

MARCOS AURÉLIO SCAPINI
Secretário da Indústria, Comércio e Turismo

Decreto Nº 3.929/2010

DECRETO Nº 3.929/2010

ANULA E SUPLEMENTA DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS PREVISTAS NA LEI Nº 4.518/2010 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Wanderley Teodoro Agostini, Prefeito Municipal de Curitiba, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo artigo 79 inciso IX da Lei Orgânica do Município de Curitiba e na forma autorizada pela Lei n. 4.518/2010

D E C R E T A

Art. 1º - Ficam anuladas as dotações orçamentárias do Fundo Municipal de Educação, na forma autorizada pela Lei nº 4.518/2010, no montante de R\$ 112.000,00 (cento e doze mil reais):

ANULAÇÃO:

07.00 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

07.01 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

12.361.0010.1008- CONSTRUÇÃO E REFORMAS DE ESCOLAS DO ENSINO FUND.

4490000000.00.001 APLICAÇÕES DIRETAS... R\$ 40.000,00

07.00 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

07.01 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

12.361.0010.1012 EQUIPAMENTOS E MAT. PERMANENTE ENSINO FUND.

4490000000.00.001 APLICAÇÕES DIRETAS... R\$ 28.000,00

07.00 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

07.01 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

12.365.0014.1013 CONSTRUÇÃO E REFORMAS DE C.E.I.S

4490000000.00.001 APLICAÇÕES DIRETAS.. R\$ 20.000,00

07.00 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

07.01 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO



12.365.0014.1014 EQUIPAMENTOS E MAT. PERMANENTE -
ENSINO INFANTIL
4490000000.00.001 APLICAÇÕES DIRETAS.. R\$ 24.000,00

TOTAL DA ANULAÇÃO R\$ 112.000,00

Art. 2º - Ficam suplementadas as dotações orçamentárias do Fundo Municipal de Educação, na forma autorizada pela Lei nº 4.518/2010, no montante de R\$ 112.000,00 (cento e doze mil reais):

SUPLEMENTAÇÃO

07.00 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
07.01 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
12.361.0010.2048 MANUT. DO ENSINO FUNDAMENTAL -
PRÓPRIOS
3390000000.00.001 APLICAÇÕES DIRETAS. R\$ 112.000,00

TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO R\$ 112.000,00

Art. 3º - Para cobertura das suplementações mencionadas no art. 2º ficam utilizadas as anulações constantes no art. 1º, no valor de R\$ 112.000,00 (cento e doze mil reais).

Art. 4º - Ficam anuladas as dotações orçamentárias do Fundo Municipal de Educação, na forma autorizada pela Lei nº 4.518/2010, no montante de R\$ 158.000,00 (cento e cinquenta e oito mil reais):

ANULAÇÃO:

07.00 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
07.01 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
12.361.0010.1012 EQUIPAMENTOS E MAT. PERMANENTE
ENSINO FUND.
4490000000.00.103 APLICAÇÕES DIRETAS... R\$ 58.000,00

07.00 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
07.01 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
12.365.0014.1013 CONSTRUÇÃO E REFORMAS DE
C.E.I.S
4490000000.00.103 APLICAÇÕES DIRETAS. R\$ 100.000,00
TOTAL DA ANULAÇÃO R\$ 158.000,00

Art. 5º - Ficam suplementadas as dotações orçamentárias do Fundo Municipal de Educação, na forma autorizada pela Lei nº 4.518/2010, no montante de R\$ 158.000,00 (cento e cinquenta e oito mil reais):

SUPLEMENTAÇÃO

07.00 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
07.01 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
12.361.0010.2064 MANUT. DO SALÁRIO EDUCAÇÃO -
ENSINO FUND
3390000000.00.103 APLICAÇÕES DIRETAS. R\$ 100.000,00

07.00 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
07.01 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
12.365.0014.2065 MANUT. DO SALÁRIO EDUCAÇÃO -
ENSINO INFANTIL
3390000000.00.103 APLICAÇÕES DIRETAS... R\$ 58.000,00

TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO R\$ 158.000,00

Art. 6º - Para cobertura das suplementações mencionadas no art. 5º ficam utilizadas as anulações constantes no art. 4º, no valor de R\$ 158.000,00 (cento e cinquenta e oito mil reais):

Art. 7º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Curitiba, 31 de maio de 2010.
WANDERLEY TEODORO AGOSTINI
Prefeito Municipal

Publicado o presente decreto aos trinta e um dias do mês de maio do ano de dois mil e dez na portaria da Prefeitura Municipal

CRISTINA MARIA AGUSTINI MORAES EHRHARDT
Secretaria da Educação, Cultura e Ação Social

Decreto Nº 3.931/2010

ERRATA

DECRETO Nº 3.931/2010

SUPLEMENTA DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Wanderley Teodoro Agostini, Prefeito Municipal de Curitiba, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo artigo 79 inciso IX da Lei Orgânica do Município de Curitiba :

D E C R E T A

Art. 1º - Ficam suplementadas as dotações orçamentárias do orçamento específico do Fundo Municipal de Educação, na forma da Lei nº 4.462/2009, no montante de R\$ 190.000,00 (cento e noventa mil reais) a saber:
SUPLEMENTAÇÃO

07.00 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
07.01 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
12.361.0010.2064 MANUTANÇÃO DO SALÁRIO EDUCAÇÃO - ENS. FUND.
3390000000.00.0103 APLICAÇÕES DIRETAS
.....R\$ 170.000,00

07.00 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
07.01 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
12.365.0014.2065 MANUTANÇÃO DO SALÁRIO EDUCAÇÃO - ENS. INF.
3390000000.00.0103 APLICAÇÕES DIRETAS
.....R\$ 20.000,00

TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO R\$ 190.000,00

Art. 2º - Para cobertura da suplementação acima fica utilizado parte do excesso de arrecadação do Salário Educação, no valor de R\$ 190.000,00 (Cento e noventa mil reais).

Art. 3º. Ficam suplementadas as dotações orçamentárias do orçamento específico do Fundo Municipal de Educação, na forma da Lei nº 4.462/2009, no montante de R\$ 100.000,00 (cem mil reais) a saber:
SUPLEMENTAÇÃO

07.00 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
07.01 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
12.361.0010.2054 MANUTANÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL - FUNDEB 40%
3390000000.00.0019 APLICAÇÕES DIRETAS
.....R\$ 70.000,00

07.00 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
07.01 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
12.365.0014.2061 MANUTANÇÃO DO ENSINO INFANTIL - FUNDEB 40%



3390000000.00.0019 APLICAÇÕES DIRETAS
.....R\$ 30.000,00

TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO R\$ 100.000,00

Art. 4º. Para cobertura da suplementação acima fica utilizado parte do excesso de arrecadação do FUNDEB, no valor de R\$ 100.000,00 (Cento mil reais).

Art. 5º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Curitiba, 10 de junho de 2010.

WANDERLEY TEODORO AGOSTINI

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto aos vinte e dois dias do mês de junho do ano de dois mil e nove na portaria da Prefeitura Municipal.

EDSON TADEU BROCARDO

Secretário de Administração e Finanças

Decreto Nº 3.934/2010

DECRETO Nº 3.934/2010

NOMEIA PRESIDENTE PROVISÓRIO DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Wanderley Teodoro Agostini, Prefeito Municipal de Curitiba, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo artigo 79 inciso IX da Lei Orgânica do Município de Curitiba; Lei n. 2.742/1993 e artigo 22 do Decreto n. 2.264/94

D E C R E T A

Art. 1º. Fica nomeada Luciana França da Cruz, para exercer interinamente a presidência do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA, e a responsabilidade pela gestão do Fundo da Infância e Juventude - FIA a partir de 16 de junho de 2010, em virtude do afastamento do titular, até a posse da nova diretoria.

Art. 2º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Curitiba, 28 de junho de 2010.

WANDERLEY TEODORO AGOSTINI

Prefeito Municipal

Decreto Nº 3.935/2010

DECRETO Nº 3.935/2010

SUPLEMENTA DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Wanderley Teodoro Agostini, Prefeito Municipal de Curitiba, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo artigo 79 inciso IX da Lei Orgânica do Município de Curitiba :

D E C R E T A

Art. 1º - Ficam suplementadas as dotações orçamentárias do orçamento específico do IPESMUC - Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Curitiba -SC, na forma da Lei nº 4.462/2009, no montante de R\$ 77.000,00 (setenta e sete mil reais) a saber:

SUPLEMENTAÇÃO

08.00

RES PÚBLICOS

INST. PREV. SOCIAL DOS SERVIDO-

08.01 INST. PREV. SOCIAL DOS SERVIDO-
RES PÚBLICOS

08.01.09 Previdência Social

08.01.09.272 Previdência do Regime Estatutário

08.01.09.272.007 Previdência do Regime Estatutário

09.272.0007.2.028 Pagamento de Precatórios - RPPS

3.1.90.00.00.00.00.00.0091 - Aplicações Diretas.....R\$ 77.000,00

TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO R\$ 77.000,00

Art. 2º - Para cobertura da suplementação acima fica utilizado parte do excesso de arrecadação, no valor de R\$ 77.000,00 (setenta e sete mil reais).

Art. 5º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Curitiba, 01 de julho de 2010.

WANDERLEY TEODORO AGOSTINI

Prefeito Municipal

Publicado o presente decreto ao primeiro dia do mês de julho do ano de dois mil e dez na portaria da Prefeitura Municipal.

REJANI MARIA GERMINIANI

Diretora IPESMUC

Decreto Nº 3.936/2010

DECRETO Nº 3.936/2010

ALTERA DECRETO N. 3.812/2009 QUE DISCIPLINA O USO DOS PAVILHOES NO PARQUE DE EXPOSIÇÕES POUSO DO TROPEIRO.

Wanderley Teodoro Agostini, Prefeito Municipal de Curitiba, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo artigo 79 inciso IX da Lei Orgânica do Município de Curitiba :

D E C R E T A

Art. 1º. Fica alterado o artigo 6º do Decreto n. 3.812/2009 que disciplina o uso dos pavilhões da Indústria e Comércio do Parque de Exposições Pouso do Tropeiro para incluir o parágrafo único com a seguinte redação:

" Art. 6º. (.....)

Parágrafo Único: Em garantia de eventuais danos ocasionados no imóvel, o interessado na utilização dos pavilhões deverá oferecer, no ato do deferimento do pedido, caução em cheque no valor equivalente a 33 (trinta e três) UFMC - Unidade Fiscal do Município de Curitiba que será devolvido após constatada a regularidade do local"

Art. 2º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Curitiba, 01 de julho de 2010.

WANDERLEY TEODORO AGOSTINI

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto ao primeiro dia do mês de julho do ano de dois mil e dez na portaria da Prefeitura Municipal.

EDSON TADEU BROCARDO

Secretário de Administração e Finanças

Decreto Nº 3.937/2010

DECRETO Nº 3.937/2010

ANULA E SUPLEMENTA DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS.



Wanderley Teodoro Agostini, Prefeito Municipal de Curitiba, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo artigo 79 inciso IX da Lei Orgânica do Município de Curitiba e na forma autorizada pelo artigo 5º § 1º da Lei n. 4.462/2009

D E C R E T A

Art. 1º - Ficam anuladas as dotações orçamentárias da Prefeitura Municipal, na forma da Lei nº 4.462/2009, no montante de R\$ 5.321,90 (cinco mil, trezentos e vinte e um reais, noventa centavos) a saber:

ANULAÇÃO

02.00	CHEFIA DO EXECUTIVO
02.02	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
99.999.9999.9999	RESERVA DE CONTINGÊNCIA
9999000000.00.123	RESERVA DE CONTINGÊNCIA
R\$ 5.321,90
TOTAL DA ANULAÇÃO	R\$ 5.321,90

Art. 2º - Ficam Suplementadas as dotações orçamentárias da Administração Municipal, na forma da Lei nº 4.462/2009, no montante de R\$ 5.321,90 (cinco mil, trezentos e vinte e um reais, noventa centavos) a saber:

SUPLEMENTAÇÃO

02.00	CHEFIA DO EXECUTIVO
02.02	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
28.846.0000.0003	PAGAMENTO DE SENTENÇAS JUDICIAIS
3390000000.00.123	APLICAÇÕES DIRETAS
R\$ 5.321,90
TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO	R\$ 5.321,90

Art. 3º - Para cobertura das suplementações mencionadas no art. 2º ficam utilizadas as anulações constantes no art. 1º, no valor de R\$ 5.321,90 (cinco mil, trezentos e vinte e um reais, noventa centavos)

Art. 4º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Curitiba, 01 de julho de 2010.
WANDERLEY TEODORO AGOSTINI
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto aos treze dias do mês de maio do ano dois mil e dez na portaria da Prefeitura Municipal.

EDSON TADEU BROCARDO
Secretário de Administração e Finanças

Decreto Nº 3.938/2010

DECRETO Nº 3.938/2010
SUPLEMENTA DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Wanderley Teodoro Agostini, Prefeito Municipal de Curitiba, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo artigo 79 inciso IX da Lei Orgânica do Município de Curitiba :

D E C R E T A

Art. 1º - Ficam suplementadas as dotações orçamentárias do orçamento específico do Fundo Municipal de Educação, na forma da Lei nº 4.462/2009, no montante de R\$ 34.500,00 (trinta e quatro

mil e quinhentos reais) a saber:

SUPLEMENTAÇÃO

07.00	FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
07.01	FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
10.306.0009.2067	MANUTENÇÃO DA MERENDA ESCOLAR - PNAC CRECHES
3390000000.00.0109	APLICAÇÕES DIRETAS
R\$ 34.500,00

TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO R\$ 34.500,00

Art. 2º - Para cobertura da suplementação acima fica utilizado parte do excesso de arrecadação do PNAC/FNDE, no valor de R\$ 34.500,00 (Trinta e quatro mil e quinhentos reais).

Art. 3º. Ficam suplementadas as dotações orçamentárias do orçamento específico do Fundo Municipal de Educação, na forma da Lei nº 4.462/2009, no montante de R\$ 10.500,00 (dez mil e quinhentos reais) a saber:

SUPLEMENTAÇÃO

07.00	FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
07.01	FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
10.306.0009.2068	MANUTENÇÃO DA MERENDA ESCOLAR - PNAE 3390000000.00.0108
	APLICAÇÕES DIRETAS
R\$ 10.500,00

TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO R\$ 10.500,00

Art. 4º. Para cobertura da suplementação acima fica utilizado parte do excesso de arrecadação do PNAE/FNDE, no valor de R\$ 10.500,00 (Dez mil e quinhentos reais).

Art. 5º. Ficam suplementadas as dotações orçamentárias do orçamento específico do Fundo Municipal de Educação, na forma da Lei nº 4.462/2009, no montante de R\$ 12.000,00 (doze mil reais) a saber:

SUPLEMENTAÇÃO

07.00	FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
07.01	FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
12.361.0010.2062	MANUTENÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR REC. FEDERAL
3390000000.00.0111	APLICAÇÕES DIRETAS
R\$ 12.000,00

TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO..... R\$ 12.000,00

Art. 6º. Para cobertura da suplementação acima fica utilizado parte do excesso de arrecadação do PNATE/FNDE, no valor de R\$ 12.000,00 (Doze mil reais).

Art. 7º. Ficam suplementadas as dotações orçamentárias do orçamento específico do Fundo Municipal de Educação, na forma da Lei nº 4.462/2009, no montante de R\$ 17.500,00 (dezessete mil e quinhentos reais) a saber:

SUPLEMENTAÇÃO

07.00	FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
07.01	FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
12.361.0010.2063	MANUT. DO TRANSPORTE ESCOLAR - REC. ESTADUAL
3390000000.00.0063	APLICAÇÕES DIRETAS
R\$ 17.500,00

TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO R\$ 17.500,00



Art. 8º. Para cobertura da suplementação acima fica utilizado parte do excesso de arrecadação do Transporte Escolar Estadual, no valor de R\$ 17.500,00 (Dezessete mil e quinhentos reais).

Art. 9º. Ficam suplementadas as dotações orçamentárias do orçamento específico do Fundo Municipal de Educação, na forma da Lei n. 4.462/2009, no montante de R\$ 58.000,00 (cinquenta e oito mil reais), a saber :

SUPLEMENTAÇÃO

07.00	FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
07.01	FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
10.306.0009.2066	MANUTANÇA DO PROG. MERENDA
ESCOLAR - PRÓPRIOS	
3390000000.00.0000	APLICAÇÕES DIRETAS
.....	R\$ 58.000,00

TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO R\$ 58.000,00

Art. 10. Para cobertura da suplementação acima fica utilizado parte do excesso de arrecadação de recursos ordinários, no valor de R\$ 58.000,00 (Cinquenta e oito mil reais)

Art. 11 - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Curitiba, 01 de julho de 2010.
WANDERLEY TEODORO AGOSTINI
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto ao primeiro dia do mês de julho do ano de dois mil e dez na portaria da Prefeitura Municipal.

CRISTINA MARIA AGUSTINI MORAES EHRHARDT
Secretaria da Educação, Cultura e Ação Social

EDSON TADEU BROCARDO
Secretário de Administração e Finanças

Decreto Nº 3.940/2010

DECRETO Nº 3.940/2010

SUPLEMENTA DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Wanderley Teodoro Agostini, Prefeito Municipal de Curitiba, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo artigo 79 inciso IX da Lei Orgânica do Município de Curitiba e na forma da lei 4.462/2009

D E C R E T A

Art. 1º - Ficam suplementadas as dotações orçamentárias do orçamento específico da Prefeitura Municipal, na forma da Lei nº 4.462/2009, no montante de R\$ 778.132,52 (setecentos e setenta e oito mil, cento e trinta e dois reais, cinquenta e dois centavos).

SUPLEMENTAÇÃO

02.00	CHEFIA DO EXECUTIVO
02.05	SECRETARIA DE TRANSPORTE E OBRAS
015.452.0018.1020	PAVIMENTAÇÃO DE RUAS E AVENIDAS
4490000000.00.165	APLICAÇÕES DIRETAS
.....	R\$ 778.132,52
TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO	R\$ 778.132,52

Art. 2º - Para cobertura da suplementação acima fica utilizado recursos provenientes do convênio com a Secretaria de Estado da Infraestrutura Nº 013995/2010-5, no valor de R\$ 778.132,52

(Cento e setenta e oito mil cento e trinta e dois reais e cinquenta e dois centavos).

Art. 3º - Ficam suplementadas as dotações orçamentárias do orçamento específico da Prefeitura Municipal, na forma da Lei nº 4.462/2009, no montante de R\$ 118.508,51 (cento e dezoito mil, quinhentos e oito reais, cinquenta e um centavos), a saber:

SUPLEMENTAÇÃO

02.00	CHEFIA DO EXECUTIVO
02.05	SECRETARIA DE TRANSPORTE E OBRAS
015.452.0018.1020	PAVIMENTAÇÃO DE RUAS E AVENIDAS
4490000000.00.301	APLICAÇÕES DIRETAS
.....	R\$ 118.508,51
TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO	R\$ 118.508,51

Art. 4º - Para cobertura da suplementação acima fica utilizado parte do valor do superávit financeiro ocorrido no exercício de 2009, no valor de R\$ 118.508,51 (Cento e dezoito mil quinhentos e oito reais e cinquenta e um centavos), conforme balanço patrimonial anexo 14 e Decreto 3892/2010.

Art. 5º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Curitiba, 05 de julho de 2010.
WANDERLEY TEODORO AGOSTINI
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto aos cinco dias do mês de julho do ano de dois mil e dez na portaria da Prefeitura Municipal.

EDSON TADEU BROCARDO
Secretário de Administração e Finanças

Decreto Nº 3.942/2010

DECRETO Nº 3.942/2010

DISPENSA GRAVAME DA INALIENABILIDADE PREVISTO NA LEI Nº 3.934/2006 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Wanderley Teodoro Agostini, Prefeito Municipal de Curitiba, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo artigo 79 inciso IX da Lei Orgânica do Município de Curitiba e na forma disposta pelo artigo 1º da Lei n. 2.773/93,

D E C R E T A

Art. 1º - Fica dispensado o gravame da inalienabilidade constante da escritura outorgada à Nitael Maria de Fátima Andrade, através da lei nº 3.934/2006 incidente sobre o imóvel situado ao lado Norte da Rua Alfredo Lenzer com área de 525,00 m² (quinhentos e vinte e cinco metros quadrados) para o fim específico de ofertar o imóvel em garantia de financiamento de casa próprio junto ao Sistema Financeiro Habitacional ou cooperativos deste fim, na forma autorizada pela Lei n. 2.773/93 e consoante requerimento protocolado sob n. 4404/2010.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Curitiba, 09 de julho de 2010.
WANDERLEY TEODORO AGOSTINI
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto aos nove dias do mês de julho do ano de dois mil e dez na portaria da Prefeitura Municipal.

EDSON TADEU BROCARDO
Secretário de Administração e Finanças



Decreto Nº 3.943/2010

DECRETO Nº 3.943/2010

ANULA E SUPLEMNTA DOTAÇÕES ORÇAMENTARIAS DO FUNREBOM AUTORIZADAS PELA LEI N. 4.532/2010

Wanderley Teodoro Agostini, Prefeito Municipal de Curitiba, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo artigo 79 inciso IX da Lei Orgânica do Município de Curitiba e na forma do que autoriza a Lei n. 4.532/2010:

D E C R E T A

Art. 1º - Ficam anuladas as dotações orçamentárias do Fundo de Reequipamento do Corpo de Bombeiros de Curitiba, na forma autorizada pela Lei n. 4.532/2010, no montante de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais):

ANULAÇÃO:

03.00 FUNREBOM

03.01 FUNREBOM

06.181.0004.1005

AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS - FUNRE-

BOM

4490000000.00.0101 APLICAÇÕES DIRETAS

..... R\$ 50.000,00

TOTAL DA ANULAÇÃO R\$ 50.000,00

Art. 2º - Ficam suplementadas as dotações orçamentárias do Fundo de Reequipamento do Corpo de Bombeiros de Curitiba, na forma autorizada pela Lei n. 4.532/2010, no montante de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais):

SUPLEMENTAÇÃO

03.00 FUNREBOM

03.01 FUNREBOM

06.181.0004.1006

EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMA-

NENTE - FUNREBOM

4490000000.00.0101 APLICAÇÕES DIRETAS

..... R\$ 50.000,00

TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO R\$ 50.000,00

Art. 3º - Para cobertura das suplementações mencionadas no art. 2º ficam utilizadas as anulações constantes no art. 1º, no valor de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais).

Art. 4º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Curitiba, 12 de julho de 2010.
WANDERLEY TEODORO AGOSTINI
Prefeito Municipal

Publicado o presente decreto aos doze dias do mês de julho do ano de dois mil e dez na portaria da Prefeitura Municipal

EDSON TADEU BROCARDO
Secretário de Administração e Finanças

Termo de Adjudicação de Processo Licitatório 76/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA

TOMADA DE PREÇO

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

Nº 76/2010 - TP

CNPJ: 86.754.044/0001-34

Processo Administrativo: 76/2010

Rua Coronel Vidal Ramos, 860

Processo de Licitação: 76/2010

C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC

Data do Processo: 24/06/2010

TERMO DE ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O Prefeito Municipal, WANDERLEY TEODORO AGOSTINI, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela Lei Nr. 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:

01 - HOMOLOGAR a presente Licitação nestes termos:

a) Processo Nr.: 76/2010

b) Licitação Nr.: 76/2010 - TP

c) Modalidade: Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia

d) Data Homologação: 15/07/2010

e) Data Adjudicação: 15/07/2010

f) Objeto da Licitação: PAVIMENTAÇÃO EM PARALELEPÍPEDO (CALÇAMENTO) NA RUA CRISTOVÃO COLOMBO COM INÍCIO A RUA THEODORO AGOSTINI E TÉRMINO NA RUA ILIDIO ROMULO COLONIA, COM ÁREA DE 4.500,00 M2, CONFORME MEMÓRIAS DESCRITIVAS EM ANEXO.

(em Reais R\$)

g) Fornecedores e Itens declarados Vencedores (cfe. Cotação):

	Qtde de Itens	Total dos Itens
- 334395 - CONSBRITA CONSTRU-TORA DE OBRAS LTDA	1	275.077,69
	1	275.077,69

02 - Autorizar a emissão da(s) nota(s) de empenho correspondente(s).

Dotação(ões): 1.020.4.4.90.00.00.00.00.00 (69),
1.020.4.4.90.00.00.00.00.00 (71)

Curitiba, 15 de Julho de 2010.
WANDERLEY TEODORO AGOSTINI
Prefeito Municipal

Termo de Homologação de Processo Licitatório 76/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA

TOMADA DE PREÇO

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

Nº 76/2010 - TP

CNPJ: 86.754.044/0001-34

Processo Administrativo: 76/2010

Rua Coronel Vidal Ramos, 860

Processo de Licitação: 76/2010

C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC

Data do Processo: 24/06/2010

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O Prefeito Municipal, WANDERLEY TEODORO AGOSTINI, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela Lei Nr. 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:

01 - HOMOLOGAR a presente Licitação nestes termos:

a) Processo Nr.: 76/2010

b) Licitação Nr.: 76/2010 - TP

c) Modalidade: Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia

d) Data Homologação: 15/07/2010

e) Objeto da Licitação: PAVIMENTAÇÃO EM PARALELEPÍPEDO (CALÇAMENTO) NA RUA CRISTOVÃO COLOMBO COM



INÍCIO A RUA THEODORO AGOSTINI E TÉRMINO NA RUA ILIDIO ROMULO COLONIA, COM ÁREA DE 4.500,00 M2, CONFORME MEMORIAIS DESCRITIVOS EM ANEXO.

(em Reais R\$)

f) Fornecedores e Itens declarados Vencedores (cfe. Cotação):

	Qtde de Itens	Total dos Itens
- 334395 - CONSBRITA CONSTRUTORA DE OBRAS LTDA	1	275.077,69
	1	275.077,69

Curitiba, 15 de Julho de 2010.
WANDERLEY TEODORO AGOSTINI
Prefeito Municipal

Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos 184/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34

Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura

C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC Julho/2010

Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos

Contratado: CONSBRITA CONSTRUTORA DE OBRAS LTDA

CNPJ: 06.099.082/0001-50

Modalidade: Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia

Numero da Licitação: 76/2010

Numero do Processo: 76/2010

Numero do Contrato ou Aditivo:

Fundamento Legal: 184/2010

Objeto: PAVIMENTAÇÃO EM PARALELEPÍPEDO (CALÇAMENTO) NA RUA CRISTOVÃO COLOMBO COM INÍCIO A RUA THEODORO AGOSTINI E TÉRMINO NA RUA ILIDIO ROMULO COLONIA, COM ÁREA DE 4.500 M2, CONFORME MEMORIAIS DESCRITIVOS EM ANEXO.

Data da Assinatura: 15/07/2010

Data da Publicação no Diário Oficial: 15/07/2010

Vigência: 15/07/2010 a 15/10/2010

Programa de Trabalho:

Unidade Gestora/Numero:

Gestão/Numero:

Numero do Empenho:

Valor: 275.077,69

Forma de Pagamento: CFE MEDIÇÃO E NOTA FISCAL

Forquilha

PREFEITURA MUNICIPAL

Portaria Nº. 062

PORTARIA Nº. 062, DE 17 DE FEVEREIRO DE 2010.
NOMEIA EM CARÁTER TEMPORÁRIO ANDERSON LUIZ WERNKE PARA OCUPAR O CARGO DE MOTORISTA, NÍVEL TSA-8.

O PREFEITO MUNICIPAL DE FORQUILHINHA, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o art. 51, incisos I, II, III e XXIII da Lei Orgânica Municipal, de 15 de novembro de 1990, combinado com o art. 1º, da Lei Municipal 005, de 09 de fevereiro de 1990, Lei Municipal nº. 751 de 20 de setembro de 2.001 e Lei Municipal nº. 487, de 02 de dezembro de 1998 e Lei nº. 862, de

15 de maio de 2002,

CONSIDERANDO a necessidade de contratação temporária para substituir o servidor do quadro efetivo Gelcio de Oliveira que está afastado para tratamento de saúde;

CONSIDERANDO que, no quadro permanente não tem servidor para ocupar a vaga, sendo que a contratação é de vital importância para a manutenção normal dos serviços públicos.

RESOLVE:

Art. 1º - Fica nomeado, temporariamente, ANDERSON LUIZ WERNKE para ocupar o cargo de Motorista, Nível TSA-8.

Art. 2º - O servidor supra nomeado terá o vínculo empregatício pelo regime estatutário estabelecido pela Lei nº 862/02, vinculado ao Regime Geral da Previdência Social, nos termos do art. 40, parágrafo 13 da Constituição Federal, pois é contratação temporária.

Art. 3º - A vigência desta Portaria será pelo período em que o servidor do quadro efetivo estiver afastado para tratamento de saúde.

Art. 4º - As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta de dotações próprias do orçamento vigente, no elemento despesas de pessoal.

Art. 5º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º - Revogam-se as disposições em contrário.

Forquilha, 17 de fevereiro de 2010.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

Publicado e registrado em 17 de fevereiro de 2010.

ZULEIDE INÊS HERDT WESTRUP

Secretária de Administração e Finanças

Portaria Nº. 062

PORTARIA Nº. 062, DE 17 DE FEVEREIRO DE 2010.
NOMEIA EM CARÁTER TEMPORÁRIO ANDERSON LUIZ WERNKE PARA OCUPAR O CARGO DE MOTORISTA, NÍVEL TSA-8.

O PREFEITO MUNICIPAL DE FORQUILHINHA, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o art. 51, incisos I, II, III e XXIII da Lei Orgânica Municipal, de 15 de novembro de 1990, combinado com o art. 1º, da Lei Municipal 005, de 09 de fevereiro de 1990, Lei Municipal nº. 751 de 20 de setembro de 2.001 e Lei Municipal nº. 487, de 02 de dezembro de 1998 e Lei nº. 862, de 15 de maio de 2002,

CONSIDERANDO a necessidade de contratação temporária para substituir o servidor do quadro efetivo Gelcio de Oliveira que está afastado para tratamento de saúde;

CONSIDERANDO que, no quadro permanente não tem servidor para ocupar a vaga, sendo que a contratação é de vital importância para a manutenção normal dos serviços públicos.

RESOLVE:

Art. 1º - Fica nomeado, temporariamente, ANDERSON LUIZ WERNKE para ocupar o cargo de Motorista, Nível TSA-8.

Art. 2º - O servidor supra nomeado terá o vínculo empregatício pelo regime estatutário estabelecido pela Lei nº 862/02, vinculado ao Regime Geral da Previdência Social, nos termos do art. 40, pa-



rágrafo 13 da Constituição Federal, pois é contratação temporária.

Art. 3º - A vigência desta Portaria será pelo período em que o servidor do quadro efetivo estiver afastado para tratamento de saúde.

Art. 4º - As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta de dotações próprias do orçamento vigente, no elemento despesas de pessoal.

Art. 5º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º - Revogam-se as disposições em contrário.

Forquilha, 17 de fevereiro de 2010.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

Publicado e registrado em 17 de fevereiro de 2010.

ZULEIDE INÊS HERDT WESTRUP

Secretária de Administração e Finanças

Portaria Nº. 062

PORTARIA Nº. 062, DE 17 DE FEVEREIRO DE 2010.

NOMEIA EM CARÁTER TEMPORÁRIO ANDERSON LUIZ WERNKE PARA OCUPAR O CARGO DE MOTORISTA, NÍVEL TSA-8.

O PREFEITO MUNICIPAL DE FORQUILHINHA, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o art. 51, incisos I, II, III e XXIII da Lei Orgânica Municipal, de 15 de novembro de 1990, combinado com o art. 1º, da Lei Municipal 005, de 09 de fevereiro de 1990, Lei Municipal nº. 751 de 20 de setembro de 2.001 e Lei Municipal nº. 487, de 02 de dezembro de 1998 e Lei nº. 862, de 15 de maio de 2002,

CONSIDERANDO a necessidade de contratação temporária para substituir o servidor do quadro efetivo Gelcio de Oliveira que está afastado para tratamento de saúde;

CONSIDERANDO que, no quadro permanente não tem servidor para ocupar a vaga, sendo que a contratação é de vital importância para a manutenção normal dos serviços públicos.

RESOLVE:

Art. 1º - Fica nomeado, temporariamente, ANDERSON LUIZ WERNKE para ocupar o cargo de Motorista, Nível TSA-8.

Art. 2º - O servidor supra nomeado terá o vínculo empregatício pelo regime estatutário estabelecido pela Lei nº 862/02, vinculado ao Regime Geral da Previdência Social, nos termos do art. 40, parágrafo 13 da Constituição Federal, pois é contratação temporária.

Art. 3º - A vigência desta Portaria será pelo período em que o servidor do quadro efetivo estiver afastado para tratamento de saúde.

Art. 4º - As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta de dotações próprias do orçamento vigente, no elemento despesas de pessoal.

Art. 5º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º - Revogam-se as disposições em contrário.

Forquilha, 17 de fevereiro de 2010.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

Publicado e registrado em 17 de fevereiro de 2010.

ZULEIDE INÊS HERDT WESTRUP

Secretária de Administração e Finanças

Portaria Nº. 063

PORTARIA Nº. 063, DE 17 DE FEVEREIRO DE 2010.

NOMEIA VALMIR COLOMBO PARA OCUPAR O CARGO EM COMISSÃO DE CHEFE DA SEÇÃO DE ALMOXARIFADO, NÍVEL DAS-4.

O PREFEITO MUNICIPAL DE FORQUILHINHA, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o art. 51, incisos I, II, III e XXIII da Lei Orgânica Municipal, de 15 de novembro de 1990, combinado com o art. 1º, da Lei Municipal Nº. 005, de 09 de fevereiro de 1990, Lei Municipal Nº. 1.408, de 08 de dezembro de 2008, seus anexos,

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeado VALMIR COLOMBO para ocupar o cargo em Comissão de Chefe da Seção de Almoarifado, Nível DAS-4.

Art. 2º - O servidor acima nomeado terá o vínculo empregatício pelo regime estatutário estabelecido pela Lei nº 487/98, vinculado ao Regime Geral da Previdência Social, nos termos do art. 40, parágrafo 13 da Constituição Federal.

Art. 3º - As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta de dotações próprias do orçamento vigente, no elemento despesas de pessoal.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Forquilha, 17 de fevereiro de 2010.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

Publicado e registrado em 17 de fevereiro de 2010.

ZULEIDE INÊS HERDT WESTRUP

Secretária de Administração e Finanças

Fraiburgo

PREFEITURA MUNICIPAL

Decreto nº 0203/2010

DECRETO Nº 0203, DE 22 DE JULHO DE 2010.

DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais; em conformidade com a Lei Nº 2043, de 24 de Fevereiro de 2010;

DECRETA:

Art.1º Fica aberto no orçamento da Prefeitura Municipal de Fraiburgo para o exercício de 2010 crédito adicional suplementar no valor de R\$ 35.000,00 (trinta e cinco mil reais), nas seguintes dotações:

10.00 - Secretaria de Infraestrutura

10.01 - Secretaria de Infraestrutura

15.452.0023.2.049 - Manutenção dos Serviços Urbanos



DOM/SC

ASSINADO DIGITALMENTE

www.diariomunicipal.sc.gov.br

3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas - Recurso 0.3.0200 (254)

R\$ 35.000,00

Total R\$ 35.000,00

Art. 2º Os recursos necessários para atendimento ao disposto no artigo 1º deste Decreto, correrá à conta do Superávit Financeiro apurado no Balanço Consolidado do Município de Fraiburgo do exercício de 2009, por origem de recurso, em conformidade com o artigo 43, § 1º; inciso I da Lei 4.320/64 e Prejulgado TCE n.º 1794/06.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito.

Fraiburgo, 22 de Julho de 2010.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

ELÓI RÖNNAU

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria n.º 2212/2010

PORTARIA Nº 2.212, DE 22 DE JULHO DE 2010.

Concede Licença a Servidor Público.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com o art. 87 da Lei Complementar nº 0109, de 03 de Março de 2010 e com o Processo Administrativo nº 3.261, de 13 de julho de 2010;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder a servidora ZELITA MARIA BASTIANI, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o nº 345.721.719-04, servidora nomeada no cargo de provimento efetivo de ASSISTENTE ADMINISTRATIVO, com carga horária de 40 horas semanais, licença sem remuneração para tratar de interesses particulares, no período de 01 de setembro de 2010 até 31 de agosto de 2012.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 22 de julho de 2010.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

ELÓI RÖNNAU

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria n.º 2213/2010

PORTARIA N.º 2.213 DE 22 DE JULHO DE 2010.

Dispõe sobre a contratação por prazo determinado

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n. 013 de 19 de abril de 2010 e Contrato Administrativo;

Considerando a necessidade de contratação temporária de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, para atender excepcional interesse público, na área da Agropecuária e Meio Ambiente;
Considerando a inexistência de candidato aprovado em concurso público para ser convocado;
Considerando que a contratação é de profissional habilitado para a prestação de serviço;

RESOLVE:

Art. 1º Contratar, em caráter temporário, JOAO VANDERLEI DOS SANTOS, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o n.º 814.001.609-87, na função de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, com carga horária de 40 horas semanais, pelo período de 02 de agosto de 2010 até 01 de setembro de 2010.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 22 de julho de 2010.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

ELÓI RÖNNAU

Secretário de Administração e Planejamento

Aditivo Edital ACT nº 0017/2010

1º ADITIVO AO EDITAL DE SELEÇÃO PARA ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO - ACT

Nº. 0017, DE 13 DE JULHO DE 2010.

PRORROGAÇÃO DE PRAZO PARA INSCRIÇÕES

O PREFEITO MUNICIPAL DE FRAIBURGO, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições;

FAZ SABER:

Encontram-se prorrogadas as inscrições do Edital de Seleção para Admissão em Caráter Temporário - ACT, n. 0017, de 13 de julho de 2010, para as funções públicas de professores, até o dia 06 de agosto de 2010, na Secretária Municipal de Educação, Cultura e Esportes, localizada na Av. Rio das Antas, n. 185, Centro, CEP 89.580-000, Fraiburgo, SC. Permanecem inalteradas as demais disposições do edital referido, que poderá se encontrado na íntegra na internet no site "www.fraiburgo.sc.gov.br". Outras informações junto a Prefeitura Municipal de Fraiburgo, pelo fone (49) 3256-3057.

E, para que produza os efeitos legais e de direito, foi lavrado e publicado o presente aditivo.

Fraiburgo, SC, 22 de julho de 2010.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

ELÓI RÖNNAU

Secretário de Administração e Planejamento

Garopaba

PREFEITURA MUNICIPAL

Lei N.º 1.422/2010

LEI N.º 1.422, DE 23 DE JUNHO DE 2010.

AUTORIZA PERMUTA DE ÁREAS DE TERRA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS LUIZ, Prefeito Municipal de Garopaba, faz saber a todos os habitantes do Município que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a permutar áreas de terra assim descritas:



I - Área 01 - de propriedade de Bertoldo Álvaro dos Santos, Terezinha Maria dos Santos e Bertoldo Álvaro dos Santos Filho, com área de 1.915,37 m², parte integrante do imóvel matriculado sob o n.º 1.756 no Ofício de Registro de Imóveis desta Comarca de Garopaba-SC, localizado na Rua Marques Guimarães, com área total de 10.300,00 m², melhor descrito na referida matrícula, conforme descrição de sua parte permutada: "um terreno urbano, com forma de um polígono irregular de treze lados, fazendo frente ao leste em 70,42 metros, fundos ao oeste em quatro segmentos de 24,16 metros, 1,40 metros, 8,26 metros e 15,11 metros, num total de 48,93 metros, lateral direita ao sul em 36,06 metros e lateral esquerda ao norte em sete segmentos de 11,55 metros, 13,36 metros, 3,48 metros, 11,34 metros, 11,98 metros, 0,88 metro e 19,40 metros, num total de 71,99 metros, perfazendo a área de 1.915,37m² (um mil, novecentos e quinze metros e trinta e sete decímetros quadrados), com as seguintes confrontações: confrontando ao leste no alinhamento do lado par da projeção da Rua Marques Guimarães, com área remanescente de Bertoldo Álvaro dos Santos Filho e outros; confrontando ao oeste com Município de Garopaba (Posto de Saúde); confrontando ao sul com Vitor Carlos Nauck, divisa esta distante 34,00 metros até a esquina com a Rua Zoraide Cândida da Silva; e, confrontando ao norte com Vitor Carlos Nauck, divisa esta distante 43,00 metros até a esquina com a Rua 30 de Dezembro."

II - Área 02 - de propriedade do Município de Garopaba-SC, com área de 1.557,56 m², parte integrante do imóvel matriculado sob o n.º 14.841 no Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Imbituba-SC, localizado na Rua Vinte e Um (atual Rua Zoraide Cândida da Silva), com área total de 2.319,92 m², melhor descrito na referida matrícula, conforme descrição de sua parte permutada: "um terreno urbano, com forma de um quadrilátero irregular, fazendo frente ao norte em 37,50 metros, fundos ao sul em 30,00 metros, lateral direita ao leste em 46,35 metros e lateral esquerda ao oeste em 46,15 metros, perfazendo a área de 1.557,56m² (um mil, quinhentos e cinquenta e sete metros e cinquenta e seis decímetros quadrados), com as seguintes confrontações: confrontando ao norte no alinhamento do lado par da Rua Zoraide Cândida da Silva; confrontando ao sul com Jovino Piucco; confrontando ao leste com Rua Marques Guimarães com a qual faz esquina; e, confrontando ao oeste com Adriana Kravetz dos Santos."

Art. 2º. Por força desta permuta parcial de áreas, restarão nas matrículas originais, de propriedade de seus respectivos donos as áreas abaixo descritas:

I - Na matrícula 1.756, a Área 01 Remanescente, assim descrita: Um terreno urbano, com forma de um polígono irregular de nove lados, fazendo frente ao oeste em 70,42 metros, fundos ao leste em quatro segmentos de 15,17 metros, 14,33 metros, 18,35 metros e 26,92 metros, num total de 74,77 metros, lateral direita ao norte em três segmentos de 3,83 metros, 65,82 metros e 66,51 metros, num total de 136,16 metros e lateral esquerda ao sul em 130,76 metros, perfazendo a área de 8.384,63m² (oito mil trezentos e oitenta e quatro metros sessenta e três decímetros quadrados), com as seguintes confrontações: confrontando ao oeste no alinhamento do lado ímpar da projeção da Rua Marques Guimarães, com Área 01 de Bertoldo Álvaro dos Santos Filho e outros; confrontando ao leste com Vitor Carlos Nauck; confrontando ao norte com Vitor Carlos Nauck, divisa esta distante 43,00 metros até a esquina com a Rua 30 de Dezembro; e, confrontando ao sul com David Sopper, divisa esta distante 34,00 metros até a esquina com a Rua Zoraide Cândida da Silva."

II - Na matrícula 14.841, a Área 02 Remanescente, assim descrita: Um terreno urbano, com forma de um polígono irregular de seis lados, fazendo frente ao leste em 56,26 metros, fundos ao oeste em 10,64 metros, lateral direita ao sul em três segmentos de 7,29 metros, 46,35 metros e 37,50 metros, num total de 91,14 metros

e lateral esquerda ao norte em 46,40 metros, perfazendo a área de 762,36m² (setecentos e sessenta e dois metros e trinta e seis decímetros quadrados), com as seguintes confrontações: confrontando ao leste com Rua Marques Guimarães; confrontando ao oeste com Área 02 do Município de Garopaba; confrontando ao sul com Jovino Piucco e com Área 02 do Município de Garopaba; e, confrontando ao norte com Rua Zoraide Cândida da Silva. Esta área remanescente é parte das ruas Marques Guimarães e Zoraide Cândida da Silva e como tal integra o Sistema Viário Municipal."

Art. 3º. A área a ser recebida em permuta pelo Município de Garopaba será destinada à construção da Unidade de Pronto Atendimento (UPA).

Art. 4º. Não haverá compensação financeira na permuta, cabendo a cada permutante as despesas relativas à sua área adquirida, correndo por conta do orçamento vigente às que couberem ao município.

Art. 5º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 23 de Junho de 2010.

LUIZ CARLOS LUIZ

Prefeito Municipal

Lei N.º 1.428/2010.

LEI N.º 1.428, DE 22 DE JULHO DE 2010.

AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO LIMITE DE R\$ 34.400,00 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS LUIZ, Prefeito do Município de Garopaba, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito adicional suplementar no limite de R\$ 34.400,00 (trinta e quatro mil e quatrocentos reais) no Orçamento vigente:

06.01 - SECRETARIA DE AGRICULTURA E PESCA	10.000,00
20606481.011 - Construção, Reformas e Aparelhamento de Empreendimentos Rurais e Pesqueiros	10.000,00
4.4.90.0.1.24.001023 - Aplicações Diretas	10.000,00

12.03 - SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL	900,00
FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL	900,00
4.4.90.0.1.24.001023 - Aplicações Diretas	900,00
16482562.060 - Funcionamento e Manutenção do Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social	900,00

17.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	23.500,00
10301251.072 - Construção, Ampliação, Reforma e Aparelhamento de Unidade de Saúde	23.500,00
4.4.90.0.1.02.000000 Aplicações Diretas	4.500,00
4.4.90.0.2.23.001015 Aplicações Diretas	5.000,00
4.4.90.0.6.14.000061 Aplicações Diretas	14.000,00

Art. 2º. Os recursos para atenderem ao artigo 1º, num total de \$ 34.400,00 (trinta e quatro mil e quatrocentos reais), correrão por conta da anulação parcial das seguintes dotações do orçamento vigente:

06.01 - SECRETARIA DE AGRICULTURA E PESCA	10.000,00
20606481.010 - Aquisição de Equipamentos Agrícolas e Pesqueiros	10.000,00
4.4.90.0.1.24.001023 - Aplicações Diretas	10.000,00



12.03 - SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL 900,00
 FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL 900,00
 16482561.059 - Constr., Ampl., Reforma De Unidades Habitacionais 900,00
 4.4.90.0.1.24.001025 - Aplicações Diretas 900,00
 17.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE 23.500,00
 10301251.071 - Aquisição de Veículos 9.500,00
 4.4.90.0.1.02.000000 Aplicações Diretas 4.500,00
 4.4.90.0.2.23.001015 Aplicações Diretas 5.000,00
 10301252.073 - Func. E Manutenção do Setor Saúde 14.000,00
 3.3.90.0.6.14.000061 Aplicações Diretas 4.000,00
 4.4.90.0.6.14.000061 Aplicações Diretas 10.000,00

Art. 3º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 22 de Julho de 2010.

LUIZ CARLOS LUIZ

Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei no DOM/SC em 23/07/2010, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

LÉIA C. A. VIEIRA

Secretária de Administração

Decreto N.º 094/2010

DECRETO N.º 094, DE 22 DE JULHO DE 2010.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO LIMITE DE R\$ 34.400,00 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS LUIZ, Prefeito Municipal de Garopaba, no uso de suas atribuições legais que são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Lei n.º 1.428, de 22 de julho de 2010 e demais legislação vigente,

DECRETA,

Art. 1º. Fica aberto crédito adicional suplementar no limite de R\$ 34.400,00 (trinta e quatro mil e quatrocentos reais) no Orçamento vigente:

06.01 - SECRETARIA DE AGRICULTURA E PESCA 10.000,00
 20606481.011 - Construção, Reformas e Aparelhamento de Empreendimentos Rurais e Pesqueiros 10.000,00
 4.4.90.0.1.24.001023 - Aplicações Diretas 10.000,00

12.03 - SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL 900,00
 FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL 900,00

4.4.90.0.1.24.001023 - Aplicações Diretas 900,00
 16482562.060 - Funcionamento e Manutenção do Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social 900,00

17.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE 23.500,00
 10301251.072 - Construção, Ampliação, Reforma e Aparelhamento de Unidade de Saúde 23.500,00
 4.4.90.0.1.02.000000 Aplicações Diretas 4.500,00
 4.4.90.0.2.23.001015 Aplicações Diretas 5.000,00
 4.4.90.0.6.14.000061 Aplicações Diretas 14.000,00

Art. 2º. Os recursos para atenderem ao artigo 1º, num total de \$ 34.400,00 (trinta e quatro mil e quatrocentos reais), correrão por conta da anulação parcial das seguintes dotações do orçamento vigente:

06.01 - SECRETARIA DE AGRICULTURA E PESCA 10.000,00
 20606481.010 - Aquisição de Equipamentos Agrícolas e Pesqueiros 10.000,00
 4.4.90.0.1.24.001023 - Aplicações Diretas 10.000,00

12.03 - SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL 900,00
 FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL

900,00
 16482561.059 - Constr., Ampl., Reforma De Unidades Habitacionais 900,00
 4.4.90.0.1.24.001025 - Aplicações Diretas 900,00
 17.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE 23.500,00
 10301251.071 - Aquisição de Veículos 9.500,00
 4.4.90.0.1.02.000000 Aplicações Diretas 4.500,00
 4.4.90.0.2.23.001015 Aplicações Diretas 5.000,00
 10301252.073 - Func. E Manutenção do Setor Saúde 14.000,00
 3.3.90.0.6.14.000061 Aplicações Diretas 4.000,00
 4.4.90.0.6.14.000061 Aplicações Diretas 10.000,00

Art. 3º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 22 de Julho de 2010.

LUIZ CARLOS LUIZ

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto no DOM/SC em 23/07/2010, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

LÉIA CRISTINA A. VIEIRA

Secretária Municipal de Administração

Portaria N.º 426/2010.

PORTARIA N.º 426, DE 24 DE JUNHO DE 2010.

DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE SINDICÂNCIA ADMINISTRATIVA, DESIGNA COMISSÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS LUIZ, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente, e

RESOLVE,

CONSIDERANDO que, conforme disposto no artigo n.º 169, da Lei Municipal n.º 1000/2005, "a autoridade que tiver ciência de irregularidade no serviço público é obrigada a promover a sua apuração imediata, mediante sindicância ou processo administrativo disciplinar que apure o ilícito administrativo cometido, assegurada ao acusado ampla defesa";

CONSIDERANDO que, Conforme disposto no artigo n.º 153, da Lei Municipal n.º 1000/2005, "constitui infração disciplinar toda a ação ou omissão do servidor que possa comprometer a dignidade e o decoro da função pública, ferir a disciplina e a hierarquia, prejudicar a eficiência dos serviços públicos ou causar prejuízo de qualquer natureza à Administração Municipal";

CONSIDERANDO que, a Constituição Federal, no art. 5º, assegura a todos o direito à ampla defesa e ao contraditório;

CONSIDERANDO que, conforme disposto no artigo n.º 172, da Lei Municipal n.º 1000/2005, "a sindicância administrativa é o meio sumário de elucidação de irregularidades no serviço público para subsequente instauração de processo disciplinar e/ou punição do infrator";

CONSIDERANDO que, foi solicitada a apuração de irregularidades, envolvendo os seguintes veículos:

I – VW GOL, placas MIS-0740, de propriedade desta Prefeitura, a serviço da Secretaria Municipal de Saúde:

OFÍCIO	INFRAÇÃO	VALOR R\$
070/2009	CV00187172	68,10
	CV00155782	68,10
253/2009	TO16886275	153,23
226/2009	8742009247	85,12
227/2009	54059692C	85,12



183/2009	B101212429	191,54
----------	------------	--------

II – FIAT UNO MILLE SX, placas LYR-0395, de propriedade da EPAGRI, a serviço da Secretaria Municipal de Agricultura:

OFÍCIO	INFRAÇÃO	VALOR R\$
115/2009	00844055652553B	127,69
104/2009	15011075228741134	127,69

III - M.BENZ APACHE A, placas MEP-2209, de propriedade desta Prefeitura, a serviço da Secretaria Municipal de Educação:

OFÍCIO	INFRAÇÃO	VALOR R\$
226/2009	SF00135900	153,23
214/2009	SF00130093	153,23
203/2009	E007838239	127,69
105/2009	LE00075740	102,15

IV – VW/GOL, placas MEV-6618, de propriedade desta Prefeitura, a serviço da Secretaria Municipal de Saúde:

OFÍCIO	INFRAÇÃO	VALOR R\$
089/2009	LE00383232	68,10
190/2009	LE00168020	85,12

V – M.BENZ SPRINTERF, placas MCZ-0995, de propriedade desta Prefeitura, a serviço da Secretaria Municipal de Saúde:

OFÍCIO	INFRAÇÃO	VALOR R\$
089/2009	CV00169363	68,10
065/2009	E007371317	153,23
131/2009	CV00169363	85,12

VI – FIAT UNO MILLE FIRE, placas MDG-2905, de propriedade desta Prefeitura, a serviço da Secretaria Municipal de Agricultura:

OFÍCIO	INFRAÇÃO	VALOR R\$
089/2009	SF00149315	191,53

VII – GM/S10, placas MBE-8024, de propriedade desta prefeitura, a serviço da Secretaria Municipal de Saúde:

OFÍCIO	INFRAÇÃO	VALOR R\$
066/2009	B093199791	153,23
106/2009	150106429381637	191,54

VIII – MBENZ, placas MCR-8782, de propriedade desta prefeitura, a serviço da Secretaria Municipal de Saúde:

OFÍCIO	INFRAÇÃO	VALOR R\$
068/2009	54654737B	85,13

IX – MBEZ, placas MJC7660, de propriedade desta prefeitura, a serviço da Secretaria Municipal de Saúde:

OFÍCIO	INFRAÇÃO	VALOR R\$
071/2009	SF00147419	191,53
	1501067248771634	127,69
	1500891460681638	194,54
	1501072611531535	191,53

X – Fiat Palio, placas MEC4829, de propriedade desta prefeitura, a

serviço da Secretaria Municipal de Saúde:

OFÍCIO	INFRAÇÃO	VALOR R\$
213/2009	R199402857	127,69
212/2009	R008591733	85,13

XI – VW Parati, placas MGA9610, de propriedade desta prefeitura, a serviço da Secretaria Municipal de Educação:

OFÍCIO	INFRAÇÃO	VALOR R\$
228/2009	R008591717	85,13

XII – Multas informadas através do Ofício 127/2009/Seinfra: A9101 do Deter, no valor de R\$ 1.238,31 (um mil e duzentos e trinta e oito reais e trinta e um centavos) e multa B4678 do Deter no valor de R\$ 792,08 (setecentos e noventa e dois reais e oito centavos).

RESOLVE:

Art. 1º. Nos termos do artigo n.º 172, da Lei Municipal n.º 1000/2005, DETERMINAR A ABERTURA DE SINDICÂNCIA ADMINISTRATIVA, a fim de apurar os fatos informados.

Art. 2º. DESIGNAR para comporem Comissão Sindicante, os servidores LEANDRO IZALDO SILVA, Agente Administrativo, FABIO DE SOUZA, Contador e CLÁUDIO PEREIRA, Agente Administrativo, com a colaboração do Senhor MARIO CÉSAR SILVA, Diretor de Trânsito.

Art.3º. O prazo para a conclusão do processo será de 30 (trinta) dias, contados da data de publicação do presente ato.

Art. 4º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 5º. Publique-se e cientifiquem-se os servidores cujos nomes figuram nesta Portaria.

Garopaba, 24 de Junho de 2010.

LUIZ CARLOS LUIZ

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

Portaria N.º 522/2010.

PORTARIA N.º 522, DE 22 DE JULHO DE 2010.

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE CANDIDATO APROVADO E CLASSIFICADO NO CONCURSO PÚBLICO MUNICIPAL N.º 0001/2009 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS LUIZ, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. NOMEAR, nos termos do art. 20, da Lei Municipal n.º 1000/2005, a candidata GISELE DE JESUS MENDES, CPF n.º 035.219.879-65, aprovada e classificada como 0015 colocada, no Concurso Público 0001/2009, Etapa homologada em 28 de janeiro de 2010, para exercer em caráter efetivo o cargo de TÉCNICO EM ENFERMAGEM.

Art. 2º. O candidato nomeado ocupará vaga dos quadros permanentes, criada através da Lei n.º 655, 24 de agosto de 1999 e alterações, com atribuições de possibilitar o planejamento, programação, orientação e supervisão das atividades, prestando assistência técnica de enfermagem, exceto aquelas privativas do enfermeiro; concorrer para a prevenção de acidentes e doenças profissionais, participando nos programas de higiene e segurança no trabalho, bem como em atividades de educação e saúde; promover a divulgação do programa de proteção à saúde da mulher,



colaborando na execução de exames ginecológicos, prestando, ainda orientações quando ao planejamento familiar; administrar medicamentos mediante prescrição médica; participar de vacinações suas programações; fazer coleta de material para exames, quando indicado; fazer visitas domiciliares e notificações de doenças transmissíveis; desenvolver atividades de pré e pós consulta médica; participar de atividades de saúde a nível comunitário; participar e contribuir para consecução de programas, campanhas e outras atividades interinstitucionais relacionadas às ações integradas de saúde, e as intervenções epidemiológicas que forem assumidas pelo município; cumprir e fazer cumprir todos os preceitos contidos no código de ética dos profissionais de enfermagem; zelar pela ordem, guarda, conservação e limpeza dos materiais e equipamentos de trabalho; executar outras atividades correlatas, com vencimento previsto na Lei de Cargos e Salários da Prefeitura Municipal de Garopaba.

Art. 3º. A investidura do servidor no respectivo cargo público terá lugar no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data de publicação da presente Portaria, em conformidade com o disposto no §1º, do art. 18, da Lei 1.000/2005.

Art. 4º. Esta Portaria entra em vigor na data de publicação, revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 22 de Julho de 2010.
LUIZ CARLOS LUIZ
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria no DOM/SC em 23/07/2010, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

Portaria N.º 523/2010

PORTARIA N.º 523, DE 22 DE JULHO DE 2010.

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE CANDIDATO APROVADO E CLASSIFICADO NO CONCURSO PÚBLICO MUNICIPAL N.º 0001/2009 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS LUIZ, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. NOMEAR, nos termos do art. 20, da Lei Municipal n.º 1000/2005, a candidata DANIELA MARIA DOS SANTOS, CPF n.º 004.404.179-96, aprovado e classificado como 1º colocado, no Concurso Público 0001/2009, Etapa homologada em 09 de junho de 2010, para exercer em caráter efetivo o cargo de AGENTE ADMINISTRATIVO.

Art. 2º. O candidato nomeado ocupará vaga dos quadros permanentes, criada através da Lei n.º 655, 24 de agosto de 1999 e alterações, com atribuições de executar atividades qualificadas envolvendo supervisão, orientação e análise, interpretação e aplicação de conhecimentos específicos no Setor Administrativo e Financeiro, com vencimento previsto na Lei de Cargos e Salários da Prefeitura Municipal de Garopaba.

Art. 3º. A investidura do servidor no respectivo cargo público terá lugar no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data de publicação da presente Portaria, em conformidade com o disposto no §1º, do art. 18, da Lei 1.000/2005.

Art. 4º. Esta Portaria entra em vigor na data de publicação, revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 22 de Julho de 2010.
LUIZ CARLOS LUIZ
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria no DOM/SC em 23/07/2010, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

Portaria N.º 524/2010.

PORTARIA N.º 524, DE 22 DE JULHO DE 2010.

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE CANDIDATO APROVADO E CLASSIFICADO NO CONCURSO PÚBLICO MUNICIPAL N.º 0001/2009 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS LUIZ, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. NOMEAR, nos termos do art. 20, da Lei Municipal n.º 1000/2005, a candidata PATRICIA SCHOTT, CPF n.º 959.403.670-20, aprovado e classificado como 3º colocado, no Concurso Público 0001/2009, Etapa homologada em 09 de junho de 2010, para exercer em caráter efetivo o cargo de AGENTE ADMINISTRATIVO.

Art. 2º. O candidato nomeado ocupará vaga dos quadros permanentes, criada através da Lei n.º 655, 24 de agosto de 1999 e alterações, com atribuições de executar atividades qualificadas envolvendo supervisão, orientação e análise, interpretação e aplicação de conhecimentos específicos no Setor Administrativo e Financeiro, com vencimento previsto na Lei de Cargos e Salários da Prefeitura Municipal de Garopaba.

Art. 3º. A investidura do servidor no respectivo cargo público terá lugar no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data de publicação da presente Portaria, em conformidade com o disposto no §1º, do art. 18, da Lei 1.000/2005.

Art. 4º. Esta Portaria entra em vigor na data de publicação, revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 22 de Julho de 2010.
LUIZ CARLOS LUIZ
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria no DOM/SC em 23/07/2010, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

Portaria N.º 525/2010

PORTARIA N.º 525, DE 22 DE JULHO DE 2010.

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE CANDIDATO APROVADO E CLASSIFICADO NO CONCURSO PÚBLICO MUNICIPAL N.º 0001/2009 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS LUIZ, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. NOMEAR, nos termos do art. 20, da Lei Municipal n.º 1000/2005, a candidata LIONI FILISBINA FONSECA, CPF n.º 265.545.690-49, aprovada e classificada como 1º colocada, no Concurso Público 0001/2009, Etapa homologada em 28 de janeiro de 2010, para exercer em caráter efetivo o cargo de MERENDEIRA.

Art. 2º. O candidato nomeado ocupará vaga dos quadros permanentes, criada através da Lei n.º 655, 24 de agosto de 1999 e alterações, com atribuições de Executar serviços de limpeza e higiene na cozinha e no preparo e distribuição da merenda escolar, com vencimento previsto na Lei de Cargos e Salários da Prefeitura Municipal de Garopaba.

Art. 3º. A investidura do servidor no respectivo cargo público terá lugar no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data de publicação da presente Portaria, em conformidade com o disposto no §1º, do art. 18, da Lei 1.000/2005.

Art. 4º. Esta Portaria entra em vigor na data de publicação, revogadas as disposições em contrário.



Garopaba, 22 de Julho de 2010.

LUIZ CARLOS LUIZ

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria no DOM/SC em 23/07/2010, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

CÂMARA DE VEREADORES

Resolução Nº 012 .

RESOLUÇÃO Nº 012 DE 21 DE JULHO DE 2010

MAURO SANTOS DO NASCIMENTO, Presidente da Câmara Municipal de Garopaba, faz saber a todos os habitantes do Município que a Câmara aprovou a seguinte Resolução na forma da Lei:

RESOLUÇÃO Nº 012/2010

Art. 1º. Ficam aprovadas as contas da Câmara Municipal de Garopaba, referente ao mês de junho de 2010 deste Poder Legislativo.

Art. 2º. Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições sem contrário.

Câmara Municipal de Garopaba, Em 21 de Julho de 2010.

MAURO SANTOS DO NASCIMENTO

Presidente

Câmara Municipal de Garopaba

Publicada a presente Resolução, na Galeria da Câmara Municipal de Garopaba, aos vinte e um dias do mês de julho do ano de dois mil e dez.

GIOVANA DA S. DEFREYN

Secretária

Câmara Municipal de Garopaba

Gaspar

PREFEITURA MUNICIPAL

Portaria Nº. 2.191

PORTARIA Nº. 2.191, DE 20 DE JULHO DE 2010.

PRORROGA O PRAZO PARA CONCLUSÃO DOS TRABALHOS DA COMISSÃO SINDICANTE EM RELAÇÃO À SINDICÂNCIA Nº. 01/2009, INSTAURADA PARA APURAR A RESPONSABILIDADE POR INFRAÇÃO DE TRÂNSITO RELATIVA A VEÍCULO DE PROPRIEDADE DO SAMAE.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, com base no art. 183 da Lei Municipal nº. 1.305/91 e atendendo ao pedido formulado pela Comissão Sindicante,

RESOLVE:

Art. 1o. Prorrogar, a partir de 28 de julho de 2010, por mais 60 (sessenta) dias, o prazo para conclusão dos trabalhos da Comissão Sindicante em relação à Sindicância nº. 01/2009, instaurada para apurar a responsabilidade por infração de trânsito relativa a veículo de propriedade do SAMAE.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 20 de julho de 2010.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito Municipal de Gaspar

SAMAE

Aviso Pregão Presencial nº 33/2010 - SAMAE

AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão Presencial nº. 33/2010

OBJETO: Registro de Preços visando o fornecimento de saibro arenoso e areia média para o SAMAE.

A ENTREGA DOS ENVELOPES contendo os documentos de Habilitação e a Proposta de Preços da licitante deverá ocorrer até as 08:45 horas do dia 05/08/2010.

A ABERTURA DOS ENVELOPES ocorrerá no dia 05/08/2010 às 09:00 horas; cuja sessão estará aberta à participação de todos os interessados.

As licitantes interessadas em participar do certame, poderão obter a íntegra do Edital, diariamente, durante o horário de expediente, junto ao Departamento de Compras do SAMAE - Gaspar; ou no site: www.samaegaspar.com.br

Gaspar (SC), em 20 de julho de 2010.

LOVÍDIO CARLOS BERTOLDI

Diretor Presidente

Extrato Dispensa de Licitação nº 34/2010 - SAMAE

E X T R A T O

DISPENSA DE LICITAÇÃO

PROCESSO: 34/2010

OBJETO: Prestação de serviços em segurança e saúde ocupacional para o SAMAE, compreendendo 100 servidores.

CONTRATADO: SERVEMED CLÍNICA DE MEDICINA DO TRABALHO LTDA. (79.511.812/0001-51).

VALOR TOTAL DO CONTRATO: R\$ 2.491,00 (dois mil, quatrocentos e noventa e um reais).

DATA VIGÊNCIA: 01/08/2010.

DATA VENCIMENTO: 31/12/2010.

BASE LEGAL: Artigo 24, Inciso II da Lei nº. 8.666/93.

Gaspar (SC), em 20 de julho de 2010.

LOVÍDIO CARLOS BERTOLDI

Diretor Presidente

Extrato Contrato nº 18/2010 - SAMAE

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE

EXTRATO CONTRATOS / 2010

Número do contrato: 18/2010

Data vigência: 13/07/2010

Data vencimento: 31/12/2010

Número da Licitação: 31/2010 - Modalidade: Inexigibilidade

Contratante: Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE

Contratado: HEXIS CIENTÍFICA S/A. - CNPJ/CPF do contratado: 53.276.010/0001-10

Objeto: Aquisição de reagentes e vidrarias para análises da água dos sistemas de tratamento e distribuição, realizadas nos Laboratórios da ETA's.

Valor: R\$ 7.902,15 (sete mil, novecentos e dois reais e quinze centavos).

Gaspar (SC), em 13 de julho de 2010.

LOVÍDIO CARLOS BERTOLDI

Diretor Presidente

Herval do Oeste

PREFEITURA MUNICIPAL

Extrato de Contrato 033/2010

Estado de Santa Catarina
Município de Herval d'Oeste
Processo Licitatório nº 0077/2010
Pregão Presencial nº 0027/2010
EXTRATO DE CONTRATO 033/2010

Contratante: Prefeitura Municipal de Herval d'Oeste

OBJETO: Contratação de serviços técnicos administrativos e judiciais, especializados de recuperação de créditos, revisão de débitos e de análise das dívidas existentes de responsabilidade do município de Herval d'Oeste - SC

Contratada : Instituto Brasil Cultural de Desenv. Instit. - IBCDI
Valor do contrato corresponde à R\$ 400.000,00 (Quatrocentos mil reais), os quais somente serão repassados mediante resultado positivo obtido na recuperação de créditos

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: As despesas decorrentes na execução do Contrato relativo ao presente Edital correrão por conta do orçamento do exercício financeiro de 2010, conforme Lei Orçamentária nº 2764/2009.

Herval d'Oeste, em 10 de junho de 2010.

NELSON GUINDANI
Prefeito Municipal

Ata de Registro de Preços Nº016-A/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE HERVAL D'OESTE
Unidade Gestora: Fundo Municipal de Saúde de Herval d'Oeste

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº016-A/2010
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0067/2010
Modalidade Pregão Presencial nº 0020/2010

Validade da Ata de Registro de Preços: 12 (doze) meses, a contar desta data, podendo ser prorrogado, conforme previsto no Edital. De 06 de Julho de 2010 a 06 de Julho de 2011.

Aos vinte e dois dias do mês de junho de 2010, na Secretaria Municipal de Administração e Finanças do Município de Herval d'Oeste, são registrados os preços para o eventual fornecimento de material odontológico para uso nas Unidades de Saúde do Município de Herval d'Oeste, conforme descrito no Anexo 01 desta Ata, celebrado entre o Município de Herval d'Oeste, neste ato representado pelo Senhor Adair José Ceron, Gestor do Fundo, e a empresa L.A. Dalla Porta Junior, neste ato representada por seu Sócio Gerente, Senhor Luis Alberto Dalla Porta Junior, em decorrência do processo licitatório nº 067/2010, modalidade Pregão Presencial, para Sistema de Registro de Preços. As condições para a entrega do objeto constam no Edital do processo licitatório epigrafo, independentemente de sua transcrição.
Valor Total R\$ 20.156,20 (Vinte mil, cento e cinquenta e seis reais e vinte centavos).

Herval d'Oeste, 06 de Julho de 2010.

ADAIR JOSÉ CERON	LUIS ALBERTO DALLA PORTA JUNIOR
Gestor FMS	Sócio Gerente
CPF nº 400.687.069-87	CPF: 016.047.580-58
Pelo Município de	Pela Empresa: L.A Dalla Porta Junior
Herval d' Oeste	

Testemunhas:

RUBENS ANTONIO
CPF: 687.857.399-87

CORREIA DAIANE LORINI
CPF: 004.534.269-56

Ata de Registro de Preços Nº016-E/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE HERVAL D'OESTE
Unidade Gestora: Fundo Municipal de Saúde de Herval d'Oeste

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº016-E/2010
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0067/2010
Modalidade Pregão Presencial nº 0020/2010

Validade da Ata de Registro de Preços: 12 (doze) meses, a contar desta data, podendo ser prorrogado, conforme previsto no Edital. De 06 de Julho de 2010 a 06 de Julho de 2011.

Aos vinte e dois dias do mês de junho de 2010, na Secretaria Municipal de Administração e Finanças do Município de Herval d'Oeste, são registrados os preços para o eventual fornecimento de material odontológico para uso nas Unidades de Saúde do Município de Herval d'Oeste, conforme descrito no Anexo 01 desta Ata, celebrado entre o Município de Herval d'Oeste, neste ato representado pelo Senhor Adair José Ceron, Gestor do Fundo, e a empresa Odontomed Produtos Odontológicos e Hospitalares Ltda, neste ato representada por sua Sócia Administradora, Senhora Animari Terezinha Guimarães, em decorrência do processo licitatório nº 067/2010, modalidade Pregão Presencial, para Sistema de Registro de Preços. As condições para a entrega do objeto constam no Edital do processo licitatório epigrafo, independentemente de sua transcrição.

Valor Total R\$ 4.494,60 (Quatro mil, quatrocentos e noventa e quatro reais e sessenta centavos).

Herval d'Oeste, 06 de Julho de 2010.

ADAIR JOSÉ CERON	ANIMARI TEREZINHA GUIMARÃES
Gestor FMS	Sócia Administradora
CPF nº 400.687.069-87	CPF: 896.860.049-04
Pelo Município de	Pela Empresa: Odontomed
Herval d' Oeste	Prd. Od.Ltda

Testemunhas:

RUBENS ANTONIO
CPF: 687.857.399-87

CORREIA DAIANE LORINI
CPF: 004.534.269-56

Ata de Registro de Preços Nº016-G/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE HERVAL D'OESTE
Unidade Gestora: Fundo Municipal de Saúde de Herval d'Oeste

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº016-G/2010
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0067/2010
Modalidade Pregão Presencial nº 0020/2010

Validade da Ata de Registro de Preços: 12 (doze) meses, a contar desta data, podendo ser prorrogado, conforme previsto no Edital. De 06 de Julho de 2010 a 06 de Julho de 2011.

Aos vinte e dois dias do mês de junho de 2010, na Secretaria Municipal de Administração e Finanças do Município de Herval d'Oeste, são registrados os preços para o eventual fornecimento de material odontológico para uso nas Unidades de Saúde do Município de Herval d'Oeste, conforme descrito no Anexo 01 desta Ata, celebrado entre o Município de Herval d'Oeste, neste ato representado pelo Senhor Adair José Ceron, Gestor do Fundo, e a empresa Dimaci/SC Material Cirúrgico Ltda, neste ato representada por seu Diretor, Senhor Gilson Luis Dal Mas, em decorrência do



processo licitatório nº 067/2010, modalidade Pregão Presencial, para Sistema de Registro de Preços. As condições para a entrega do objeto constam no Edital do processo licitatório epigrafoado, independentemente de sua transcrição.
Valor Total R\$ 556,80 (Quinhentos e cinquenta e seis reais e oitenta centavos).

Herval d'Oeste, 06 de Julho de 2010.

ADAIR JOSÉ CERON GILSON LUIS DAL MAS
Gestor FMS Diretor
CPF nº 400.687.069-87 CPF: 689.045.250-04
Pelo Município de Pela Empresa: Dimaci/SC Mat. Cir. Ltda
Herval d' Oeste

Testemunhas:

RUBENS ANTONIO CORREIA DAIANE LORINI
CPF: 687.857.399-87 CPF: 004.534.269-56

Imbituba

PREFEITURA MUNICIPAL

Portaria DGP/SEAGP N.º 263/2010

PORTARIA DGP/SEAGP N.º 263, de 21 de julho de 2010.
Dispõe sobre concessão de licença-prêmio, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, e com base na Lei n.º 1.144, de 29 de abril de 1991, considerando ainda o disposto na legislação em vigor;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder licença-prêmio a servidora LISIANE BITTENCOURT VIEIRA, Administradora Escolar, inscrita no CPF sob o n.º 888.448.389-15, admitida em 01 de junho de 1994, contrato nº 270, referente aos quinquênios dos períodos devidos, com fruição conforme o quadro a seguir:

Períodos aquisitivos	Períodos de Fruição
2004 a 2009	01.02.2011 a 02.03.2011
	01.02.2012 a 01.03.2012
	01.02.2013 a 02.03.2013

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba SC, 21 de julho de 2010.
JOSÉ ROBERTO MARTINS
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.
Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

DANIEL VINÍCIO ARANTES NETO
Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Irineópolis

PREFEITURA MUNICIPAL

Extrato 2º. Termo a Ata de Registro de Preços - FMS

2º TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 45/2009 PREGÃO PRESENCIAL 08/2009 PROCESSO Nº. 12/2009
O Fundo Municipal de Saúde de Irineópolis, pessoa jurídica de direito público interno, CNPJ/MF n.º 06.089.125/0001-16, com sede administrativa estabelecida à Avenida 22 de Julho, n.º 1080, em Irineópolis - SC., neste ato representado pela Sra. Nilda Edite Banhuki Galvão, brasileira, casada, no exercício do cargo de Gestora do Fundo Municipal de Saúde, residente e domiciliada a Avenida 22 de Julho, n.º. 22, centro, neste município, inscrito no CPF nº 054.059.019-38, e a empresa Ceres Comércio e Transporte de Derivados de Petróleo Ltda, Pessoa Jurídica de Direito Privado, sita na rua Francisco Fernandes Luiz, nº 685, Bairro São Joaquim, na cidade de União da Vitória, Estado do Paraná, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 78.695.996/0001-94, neste ato representada pelo senhor Jackson Favero Slongo, portador do CPF nº 770.459.639-01, e RG nº 4.641.891-3-PR, infra-assinado, doravante denominada PROMITENTE FORNECEDORA, nos termos do artigo 15 da Lei Federal 8.666 de 21 de junho de 1993, Lei Federal nº 10.520/2002, Decreto Federal nº 3.555/00 e Decreto Municipal nº 1777/2008 e das demais normas legais aplicáveis e, considerando o resultado do Pregão Presencial nº 08/2009, para REGISTRO DE PREÇOS, conforme consta do Processo Licitatório nº 12/2009, modalidade Pregão Presencial para Registro de Preços, firmam a presente Ata de Registro de Preços, obedecidas as disposições da Lei Federal 8.666/93, suas alterações posteriores, tem justo e aditado o seguinte: CLÁUSULA PRIMEIRA - Os valores definidos na Cláusula Primeira da Ata de Registro de Preços n.º 45/2009 - Processo de Licitação n.º 12/2009, Pregão Presencial para Registro de Preços n.º 08/2009, do Fundo Municipal de Saúde de Irineópolis, e 1º Termo Aditivo a Ata celebrado em 27 de janeiro de 2010, por este aditado, conforme faculta a alínea "d", do inciso II, do artigo 65, da Lei n.º 8.666/93, consolidada, e cláusula Oitava da Ata de Registro de Preços nº 045/2009, e de acordo com pareceres contábil e jurídico, passam a ser a partir da data da assinatura deste, conforme segue:

Item	Descrição	Marca	Valor Anterior R\$	Valor Alterado R\$
01	Óleo Diesel Comum	Ipiranga	R\$ 1,780	R\$ 1,800

CLAUSULA SEGUNDA- Permanecem inalteradas as demais cláusulas do mencionado instrumento. E, por haverem assim pactuado, assinam, este instrumento na presença das testemunhas abaixo.

Irineópolis, 21 de julho de 2010.
NILDA EDITE BANHUKI GALVÃO
SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE E GESTORA DO FMS

Extrato de 2º. Termo Aditivo - PM

2º TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 01/2009 PREGÃO PRESENCIAL 16/2009 - PROCESSO Nº. 28/2009
O Município de Irineópolis, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, situada na Rua Paraná, nº 200, Centro, município de Irineópolis, Santa Catarina, neste ato, representada pelo Senhor Wanderlei Lezan, brasileiro, casado, no exercício do Cargo de Prefeito, residente e domiciliado a rua Minas Gerais s/n.º, no centro do Município de Irineópolis - SC, inscrito no CPF sob o n.º 153.546.101-25 e portador da cédula de identidade n.º



6.109.615-SC, e a empresa Ceres Comércio e Transporte de Derivados de Petróleo Ltda, Pessoa Jurídica de Direito Privado, sita na rua Francisco Fernandes Luiz, nº 685, Bairro São Joaquim, na cidade de União da Vitória, Estado do Paraná, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 78.695.996/0001-94, neste ato representada pelo senhor Jackson Favero Slongo, portador do CPF nº 770.459.639-01, e RG nº 4.641.891-3-PR, infra-assinado, doravante denominada PROMITENTE FORNECEDORA, nos termos do artigo 15 da Lei Federal 8.666 de 21 de junho de 1993, Lei Federal nº 10.520/2002, Decreto Federal nº 3.555/00 e Decreto Municipal nº 1777/2008 e das demais normas legais aplicáveis e, considerando o resultado do Pregão Presencial nº 16/2009, para REGISTRO DE PREÇOS, conforme consta do Processo Licitatório nº 28/2009, modalidade Pregão Presencial para Registro de Preços, firmam a presente Ata de Registro de Preços, obedecidas as disposições da Lei Federal 8.666/93, suas alterações posteriores, tem justo e aditado o seguinte: CLÁUSULA PRIMEIRA - Os valores definidos na Cláusula Primeira da Ata de Registro de Preços n.º 01/2009 - Processo de Licitação n.º 28/2009, Pregão Presencial para Registro de Preços n.º 16/2009, da Prefeitura Municipal de Irineópolis, e 1º. Termo Aditivo a Ata celebrado em 27 de janeiro de 2010, por este aditado, conforme faculta a alínea "d", do inciso II, do artigo 65, da Lei n.º 8.666/93, consolidada, e cláusula Oitava da Ata de Registro de Preços nº 001/2009, e de acordo com pareceres contábil e jurídico, passam a ser a partir da data da assinatura deste, conforme segue:

Item	Descrição	Marca	Valor Anterior R\$	Valor Alterado R\$
01	Óleo Diesel Comum	Ipiranga	R\$ 1,765	R\$ 1,784

CLAUSULA SEGUNDA- Permanecem inalteradas as demais cláusulas do mencionado instrumento. E, por haverem assim pactuado, assinam, este instrumento na presença das testemunhas abaixo.

Irineópolis, 21 de julho de 2010.
WANDERLEI LEZAN
Prefeito Municipal

Itapoá

PREFEITURA MUNICIPAL

Ata de sessão pública de licitação - pregão 027/2010 - processo 071/2010

ATA DE SESSÃO PÚBLICA DE LICITAÇÃO
PREGÃO 027/2010
REGISTRO DE PREÇO 023/2010
PROCESSO 071/2010

Ao vigésimo primeiro dia do mês de julho de dois mil e dez, às 9h30min, na Sede da Prefeitura Municipal de Itapoá/SC, reuniram-se a Pregoeira Sra. FERNANDA CRISTINA ROSA conforme Decreto nº 1108/2010, e a Equipe de apoio, composta por Ricardo Ribeiro Haponiuk, conforme Decreto nº 868/2009, Joselene G. Nascimento Cunha e Valci Terezinha de Souza como membros "ad hoc", para os procedimentos inerentes a Sessão de Pregão em epígrafe, conforme Edital respectivo e seus anexos. A Pregoeira deu início a sessão esclarecendo aos presentes o que segue:

1. Primeiramente realizou-se o credenciamento dos representantes presentes, a saber:

1 - Empresa:	FS INDUSTRIA E COMERCIO DE UNIFORMES ME
CNPJ:	07.434.746/0001-52

Representante:	Edson Francisco Ritter
RG:	2666687 SSP/SC
Horário:	08h19min – 21/07/2010
Protocolo:	0095

2 - Empresa:	COR URBANA INDUSTRIA E COMERCIO DE CONFECÇÕES LTDA ME
CNPJ:	06.057.694/0001-80
Representante:	Valmor Antonio Vivian
RG:	900.952 SSP/SC
Horário:	08h17min – 21/07/2010
Protocolo:	0093

3 - Empresa:	RAYFEEL INDUSTRIA E COMERCIO DE CONFECÇÕES LTDA – (EPP)
CNPJ:	05.512.913/0001-00
Representante:	Rafael Duarte de Souza
RG:	6.150.709-4 SSP/PR
Horário:	07h57min – 21/07/2010
Protocolo:	0092

4 - Empresa:	JOACIR LIMA DE SOUZA ME
CNPJ:	09.325.471/0001-44
Representante:	Narbal Forest da Silva (não credenciado e foi embora deixando sua amostra e laudo)
RG:	1.904.768 SSP/SC
Horário:	08h05min – 21/07/2010
Protocolo:	0092

5 - Empresa:	DIMATEX INDUSTRIA E COMERCIO DE CONFECÇÕES LTDA
CNPJ:	07.562.743/0001-02
Representante:	Peterson Lopes de Oliveira
RG:	6.443.275-3 SSP/PR
Horário:	14h45min – 19/07/2010
Protocolo:	0090
	0091

6 - Empresa:	FRAI VEST INDUSTRIA E COMERCIO DE VESTUARIO LTDA ME
CNPJ:	09.250.167/0001-85
Representante:	Fiorelo Adilson Mazutti
RG:	1.886.253 SSP/SC
Horário:	08h18 min – 21/07/2010
Protocolo:	0094
	0095

7 - Empresa:	FIBRASIL INDUSTRIA E COMERCIO LTDA
CNPJ:	05.878.669/0001-02
Representante:	Cleon Jorge Spjiorin
RG:	3.453.798-4 SSP/PR
Horário:	14h44 min – 19/07/2010
Protocolo:	0089
	0090

8 - Empresa:	A V SEQUINEL FILHO MALHAS E ESTAMPARIA – EPP
CNPJ:	08.987.320/0001-99
Representante:	Angelo Versi Sequinel Filho



RG:	1065162-4 SSP/MT
Horário:	08h26min – 21/07/2010
Protocolo:	0097

9 - Empresa:	DOUAT CIA TEXTIL SA
CNPJ:	82.610.726/0002-91
Representante:	Jose Antonio Rodrigues
RG:	716.753-9 SSP/SC
Horário:	08h14min – 21/07/2010
Protocolo:	0093

10 - Empresa:	NAYR CONFECÇÕES LTDA
CNPJ:	02.582.267/0001-60
Representante:	Luiz Carlos Trento
RG:	4.223.216-5 SSP/PR
Horário:	08h28min – 21/07/2010
Protocolo:	0097 0098

2. A Pregoeira pediu a todos os licitantes que não atendessem seus celulares durante a sessão e solicitou que desligassem ou que se utilizassem do modo vibracal, e que aos procuradores se assim os conveniassem seria permitida apenas 02 (duas) consultas por celular aos superiores, pois quanto representantes foi solicitado em edital que tivessem poderes para agir em nome da empresa.

3. A Pregoeira verificou que a empresa Joacir Lima de Souza-ME, não apresentou a documentação correta do credenciamento, faltando a declaração de habilitação (anexo II) e a de fato impeditivo (anexo III), contrato social, documentos estes classificatórios, impedindo a empresa de dar lances verbais, concorrendo somente com a proposta escrita.

4. A empresa FS Industria e a empresa Frai Vest, faltou apresentar o Anexo VIII do edital declaração de micro empresa e EPP, mas apresentaram certidão da junta comercial comprovando seu enquadramento.

5. A empresa a Rayffel, apresentou a declaração de enquadramento de Micro empresa e EPP, mas não apresentou a Certidão, e alegou erro e esquecimento da secretária.

6. A empresa FIBRASIL, trouxe cópia da procuração de poderes para representar a empresa, neste ato foi advertido pela PREGOEIRA, que aceitou a apresentação da original e autenticou no ato, fato este que foi constante pela empresa COR URBANA, e desconsiderado pela pregoeira, pois alega fato irrisório que não pode prejudicar mais uma proposta vantajosa.

7. A empresa AV. Sequinel contestou a falta de declaração da empresa Frai e FS, e a falta da certidão da empresa Raiffel, neste ato a pregoeira aceitou o credenciamento de todas empresas com o direito de exercer sua preferência com ME e EPP das empresas que apresentaram as Certidões, somente não exerceu o direito a empresa Rayffel que não trouxe a certidão e não poderia se comprovar de fato.

8. Com este apontamento finda a fase de credenciamento e achada conforme.

9. Em seguida, foram abertos os envelopes de propostas, devidamente rubricados pelos representantes presentes de todas as empresas, Pregoeira e equipe de apoio. Após análise das propostas pelos representantes presentes tiveram seus valores anunciados em voz alta.

10. Na sequência deu-se início a fase de lances, neste ato a pregoeira advertiu aos licitantes que os lances com o valor acima da média cotada seriam anulados.

11. Da fase de lances chegou ao seguinte resultado a saber:

Item	Menor Lance	Empresa Vencedora
1	30,39	A V Sequinel
2	9,34	A V Sequinel
3	5,70	Dimatex
4	5,40	Dimatex

12. Para a fase final a empresa Joacir de Lima, retirou-se da sessão deixando suas amostras.

13. Em seguida foi chamada as empresas vencedoras para apresentação das amostras e o laudo técnico, que foi conferido e achado conforme, estando dentro do solicitado pelo Município.

14. Em seguida a pregoeira abriu prazo para contestações mas ninguém se manifestou de direito de recurso.

15. Não havendo mais digno de nota e nem tratar. A sessão foi suspensa para o prazo lavrativo da seguinte ata encerrando às 11h53min.

Itapoá, 21 de julho de 2010.

FERNANDA CRISTINA ROSA
Pregoeira Oficial

RICARDO RIBEIRO HAPONIUK
Membro

VALCI TEREZINHA DE SOUZA
Membro "ad hoc"

JOSELENE G. NASCIMENTO MEMBRO CUNHA
Membro "ad hoc"

LICITANTES:

FS INDUSTRIA E COMERCIO DE UNIFORMES - Edson Francisco Ritter	
COR URBANA INDUSTRIA E COMERCIO DE CONFECÇÕES LTDA ME - Valmor Antonio Vivian	
RAYFEEL INDUSTRIA E COMERCIO DE CONFECÇÕES LTDA - Rafael Duarte de Souza	
JOACIR LIMA DE SOUZA ME - Narbal Forest da Silva	
DIMATEX INDUSTRIA E COMERCIO DE CONFECÇÕES LTDA - Peterson Lopes de Oliveira	
FRAI VEST INDUSTRIA E COMERCIO DE VESTUARIO LTDA ME - Fiorelo Adilson Mazutti	
FIBRASIL INDUSTRIA E COMERCIO LTDA - Cleon Jorge Spjorin	
A V SEQUINEL FILHO MALHAS E ESTAMPARIA – EPP - Angelo Versi Sequinel Filho	
DOUAT CIA TEXTIL - Jose Antonio Rodrigues	
NAYR CONFECÇÕES LTDA - Luiz Carlos Trento	

Pregão Presencial N° 025/2010 - PROCESSO N° 0063/2010

PREGÃO PRESENCIAL N° 025/2010
REGISTRO DE PREÇOS N° 021/2010
PROCESSO N° 0063/2010

AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE EXPEDIENTE PARA AS SECRETARIAS DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS EM GERAL E SAÚDE, CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONTIDAS NO ANEXO V DO EDITAL.



EDITAL DE LICITAÇÃO

PREGÃO Nº 025/2010 – REGISTRO DE PREÇOS Nº 021/2010 – AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE EXPEDIENTE PARA AS SECRETARIAS DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS EM GERAL E SAÚDE, CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONTIDAS NO ANEXO V DO EDITAL.

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 0063/2010.

PREÂMBULO

Modalidade: PRESENCIAL

Tipo: MENOR PREÇO POR ITEM

Data Abertura: 03/08/2010.

Horas: 09h30min

Local: PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOÁ – SALA LICITAÇÕES E CONTRATOS.

O Município de Itapoá, CNPJ nº 81.140.303/0001-01, através Secretaria de Administração e Finanças, por intermédio de sua Pregoeira Oficial, Sra. FERNANDA CRISTINA ROSA, designada pelo Decreto nº 1108/2010 de 06/04/2010, torna público para conhecimento dos interessados que realizará licitação, na modalidade PREGÃO – REGISTRO DE PREÇOS, tipo MENOR PREÇO POR ITEM, destinada ao recebimento de propostas para fornecimento de AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE EXPEDIENTE PARA AS SECRETARIAS DE ADMINISTRAÇÃO EM GERAL E SAÚDE, CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONTIDAS NO ANEXO V DO EDITAL, em conformidade com a Lei nº 10.520/2002, com aplicação subsidiária da Lei nº 8.666/1993, que regulamentam o art. 37, inc. XXXI da Constituição Federal de 1988.

1. DO OBJETO E DATA DA SESSÃO PÚBLICA

1.1. Registro de Preços para AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE EXPEDIENTE PARA AS SECRETARIAS DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS EM GERAL E SAÚDE, conforme Termo de Referência (Anexo V).

1.2. Informações sobre especificações técnicas dos produtos: Secretaria de Administração e Finanças, telefone (47) 3443-8800, das 08:00 às 13:00 horas, com o Diretor de administração Sr. LUIZ FERNANDO MEDEIROS.

1.3. É de responsabilidade da licitante interessada o acompanhamento do processo pelo site www.itapoa.gov.br até a data de divulgação do resultado da sessão pública, não se aceitando desconhecimento de publicações pertinentes.

1.4. As sessões públicas deste Pregão ocorrerão na sala da Administração, na sede da Prefeitura Municipal, localizada na Av. 1.590, nº 430, Balneário Itapoá, em Itapoá (SC), nas seguintes datas e horários:

1.4.1. ATÉ 08h:30m do dia 03/08/2010, para recebimento dos envelopes nº 01 (Proposta de Preços/Termo de Referência), nº 02 (Documentos de Habilitação), no setor de Protocolo do Órgão Tributário da Prefeitura Municipal de Itapoá.

1.4.2. Às 09h:30m do dia 03/08/2010, exclusivamente para o credenciamento e início da sessão de abertura dos envelopes de proposta e sessão de lances livres.

1.5. Os dois envelopes com os documentos deverão ser entregues e protocolados no Órgão Tributário da Prefeitura Municipal de Itapoá na data e horário definidos no item 1.4.1. ou remetidos por qualquer outro meio desde que respeitados a data e horário estabelecidos, não assumindo o Município de Itapoá qualquer responsabilidade por entrega fora do prazo.

1.6. Será encaminhado, via e-mail, para cada empresa presente na primeira sessão cópia da Ata correspondente.

1.7. O Edital poderá ser retirado através do site www.itapoa.sc.gov.br, link “pregão”, ou na Secretaria de Administração e Fi-

nanças – Licitações e Contratos das 08:00 às 13:00 horas.

2. O PEDIDO E ENTREGA DOS PRODUTOS

2.1. A empresa vencedora deverá fornecer a quantidade solicitada pelo Município não podendo estipular em sua proposta de preços, cotas mínimas ou máximas, para remessa do produto, respeitadas as quantidades mínimas de transporte inerentes ao objeto do presente processo licitatório.

2.2. A entrega parcelada dos produtos dar-se-á após a assinatura da ata de registro de preços e da requisição emitida pelas Secretarias de Administração em geral e Saúde.

2.3. Os pedidos, contendo as especificações dos produtos, seu quantitativo, prazo e local de entrega, serão feitos pelos nos termos do art. 67 da Lei nº 8.666/93, pelos servidores:

2.3.1. SUSINEI SCHULTZ, portadora do CNPF/MF: 944.334.299-53 e da matrícula nº 12106 da Secretaria de Saúde;

2.3.2. LUIZ FERNANDO MEDEIROS, portador da C.I.RG nº 3.603547 SSP/SC, inscrito no CNPF/MF nº: 016.605.579-41, da Secretaria de Administração e Finanças.

2.4. O Contratante poderá determinar a substituição de qualquer produto devido a danos causados pelo transporte, defeitos de fabricação, má fé do fornecedor, qualquer fato que comprometa e integridade do produto, ou desatendimento às especificações técnicas contratuais, desde que devidamente comprovados, devendo ser substituído em até 36 (trinta e seis) horas, sob pena de rescisão da ata e aplicação das sanções cabíveis.

2.5. Todas as despesas inerentes ao cumprimento do disposto neste Edital são de responsabilidade exclusiva da empresa licitante, tais como: transporte, taxas e impostos, encargos e benefícios trabalhistas, eventuais danos e/ou prejuízos que venha a causar à Contratada ou a terceiros.

2.6. A Prefeitura Municipal de Itapoá não tem responsabilidade direta, indireta ou solidária em qualquer ônus que a licitante venha a incorrer no cumprimento do contrato decorrente deste processo licitatório.

3. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

3.1. A despesa decorrente da presente licitação corre por conta de dotação orçamentária, conforme abaixo:

Manutenção da Secretaria de Administração – aplicações diretas: 28 - Fonte: 100 - Ação nº 007 - Cód. Reduzido – 516

Manutenção do PA 24hrs - Fonte: 664 - Cód. Reduzido da Aplicação Direta – 1008

Manutenção da Vigilância Epidemiológica - Fonte: 266 - Cód. Reduzido da Aplicação Direta – 213

Manutenção dos Postos de Saúde da Família - Fonte: 264 - Cód. Reduzido da Aplicação Direta – 189

Manutenção da Vigilância Sanitária - Fonte: 266 - Cód. Reduzido da Aplicação Direta – 217

Manutenção do Centro de Reabilitação - Fonte: 264 - Cód. Reduzido da Aplicação Direta – 192

4. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

4.1. Poderão participar deste Pregão empresas com ramo de atividade pertinente ao seu objeto, e que satisfaçam as condições estabelecidas neste Edital e seus anexos.

4.2. A participação implica, na aceitação integral dos termos deste Edital e seus Anexos e leis aplicáveis.

4.3. As licitantes arcarão com todos os custos decorrentes da elaboração e apresentação de suas propostas, não incorrendo a Prefeitura Municipal de Itapoá em nenhum ônus, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

4.4. É vedada a participação nesta licitação, de empresa:

4.4.1. Suspensa ou impedida de licitar com Administração Pública;

4.4.2. Que estiverem em regime de falência;

4.4.3. Que esteja em processo de litígio, sob qualquer título, com esta Prefeitura;

4.4.4. Cujos sócios ou diretores pertençam, simultaneamente, a mais de uma empresa licitante.

4.4.5. Que esteja reunida em consórcio (independente de sua forma de constituição);



4.4.6. Que esteja em débito ou em processo de litígio, sob qualquer título, com o Executivo Municipal de Itapoá.

5. DO CREDENCIAMENTO

5.1. Todas as empresas licitantes deverão apresentar obrigatoriamente, a Pregoeira, na data, horário e local designado para início do Pregão, a documentação abaixo:

5.1.1. Credenciamento (com firma reconhecida em cartório) na forma do Anexo I, anexando o original ou cópia autenticada dos documentos abaixo, que comprove autoridade para credenciar, assim como o ramo de atividade da empresa. A pessoa credenciada, para efeitos de comprovação deverá apresentar documento de identificação pessoal, em documento original para conferência, ou fotocópia autenticada. O documento de credenciamento poderá ser substituído por procuração pública com poderes para representar a empresa de forma ampla ou direcionada a licitações.

a) Pela empresa comercial: o contrato social vigente, com todas as alterações anteriores ou a consolidação, se houver;

b) Pela sociedade civil: a inscrição do ato constitutivo, acompanhado de prova de diretoria em exercício, devidamente registrado;

c) Pela sociedade Anônima: a ata da Assembleia Geral que aprovou o estatuto social em vigor e a ata da Assembleia Geral que elegeu seus administradores, comprovadas por meio de publicação legal;

d) As firmas individuais: o Registro Comercial ou Declaração de Firma Individual.

5.1.2. Declaração de Habilitação, na forma do Anexo II.

5.1.3. Declaração da Inexistência de fato impeditivo, na forma do Anexo III.

5.1.4. As microempresas e empresas de pequeno porte que quiserem postergar a comprovação da regularidade fiscal limitado a 02 (dois) dias úteis e ter preferência no critério de desempate no julgamento das propostas, nos termos da LEI COMPLEMENTAR Nº 123, de 14 de dezembro de 2006, deverão apresentar, DECLARAÇÃO que estão enquadradas como microempresa e empresa de pequeno porte (conforme o caso) juntamente com a Certidão da Junta Comercial que comprove a situação, para que exerçam a preferência no critério de desempate no julgamento das propostas de preços, conforme modelo ANEXO VI.

5.1.4.1 - As microempresas ou empresas de pequeno porte deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação da regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, e uma vez declarada vencedora do certame, terá prazo de 02 (dois) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

5.1.4.1.1. - A não regularização da documentação, no prazo fixado, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei 8.666/93.

5.2. Na apresentação do Estatuto, Contrato Social ou inscrição do ato constitutivo em vigor e alterações, se houver, deverá constar, além da denominação social, a identificação do ramo de atividade da empresa, que deverá ser compatível com o objeto licitado.

5.3. Se a empresa licitante for representada por seu proprietário, deverá apresentar documento no original ou cópia autenticada, que comprove tal condição, dispensando-se a apresentação do documento de credenciamento (Anexo I).

5.4. A procuração pública em documento original ou cópia autenticada com amplos poderes, ou com poderes, no mínimo, iguais ao do Anexo I (Credenciamento), dispensa a apresentação do referido anexo.

5.5. Cada credenciado poderá representar apenas uma empresa licitante.

5.6. Será desconsiderado o documento de credenciamento remetido dentro dos envelopes de "Proposta de Preço" e "Documentos de Habilitação".

5.7. A licitante que não se fizer representar na Sessão Pública do pregão deverá entregar na forma estabelecida, sob pena de não aceitação da proposta, toda documentação solicitada neste Edital, com exceção do Credenciamento (Anexo I).

5.8. A documentação descrita nos sub itens 5.1.1. a 5.1.3. ficará retida para composição do processo licitatório.

5.9. Documentos matriz/filial: Se a licitante responsável pelo contrato/fornecimento for a matriz, todos os documentos deverão estar em seu nome, e se a responsável for a filial, todos os documentos deverão estar em nome desta.

5.9.1. Os documentos que constarem expressamente serem válidos para todos os estabelecimentos - matriz e filiais - serão aceitos pela Pregoeira independentemente da inscrição do CNPJ da proponente, para efeito de julgamento.

5.10. Somente as licitantes que atenderem aos requisitos dos itens 5.1.1, 5.1.2 e 5.1.3 terão poderes para formular verbalmente, na sessão, novas propostas e lances de preços, manifestar, após a declaração do vencedor, imediata e motivadamente, a intenção de recorrer contra decisões da Pregoeira, assinar a ata da sessão pública, e praticar todos os demais atos inerentes ao certame em nome da licitante. A licitante que se retirar antes do término da sessão considerar-se-á que tenha renunciado ao direito de oferecer lances, recorrer dos atos do Pregoeiro, e assinar a ata.

5.11. A licitante que se retirar antes do término da sessão considerar-se-á que tenha renunciado ao direito de oferecer lances e recorrer dos atos do Pregoeiro, ficando tácita sua concordância com os registros lançados na Ata.

5.12. Declarado encerrado o procedimento de credenciamento, não mais será admitida a participação de outras licitantes.

6. DA APRESENTAÇÃO DOS ENVELOPES

6.1. As licitantes deverão entregar os dois envelopes, devidamente fechados e identificados, impreterivelmente até às 08h:30min do dia 03/08/2010 diretamente no Protocolo do Órgão Tributário da Prefeitura Municipal de Itapoá, ou remetidos por qualquer outro meio desde que respeitados a data e horário estabelecidos (sujeitos a penalidades), não assumindo o Município de Itapoá qualquer responsabilidade por entrega fora do prazo, com os seguintes dizeres na parte externa e frontal:

ENVELOPE 1: PREGÃO Presencial nº 025/2010 - Registro de Preços nº 021/2010 - AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE EXPEDIENTE PARA AS SECRETARIAS DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS EM GERAL E SAÚDE, CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONTIDAS NO ANEXO V DO EDITAL

Prefeitura Municipal de Itapoá

"PROPOSTA DE PREÇO"

(Razão Social da licitante)

ENVELOPE 2: PREGÃO Presencial nº 025/2010 - Registro de Preços nº 021/2010 - AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE EXPEDIENTE PARA AS SECRETARIAS DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS EM GERAL E SAÚDE, CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONTIDAS NO ANEXO V DO EDITAL.

Prefeitura Municipal de Itapoá

"DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO"

(Razão Social da licitante)

6.2. NO ENVELOPE 1 "PROPOSTA DE PREÇO" a empresa licitante deverá apresentar o Anexo V (Proposta de Preço/Termo de Referência) preenchido por escrito, bem como preenchido digitalmente, conforme instruções do Anexo VII.

6.3. O Anexo V "TERMO DE REFERÊNCIA" deverá:

a) Contemplar o valor unitário inicial do item em que a licitante participe, utilizando o modelo do anexo ou reproduzindo-o com fidelidade e com preenchimento dos dados por datilografia, impresso via microcomputador, ou manuscrito redigido com clareza, em língua portuguesa, sem emendas, rasuras ou entrelinhas, devidamente datado, assinado e rubricado em todas as folhas pelo representante legal da licitante, contendo, em obediência à Lei Federal nº 9.069/95, os preços em moeda corrente nacional utilizando duas casas decimais, sendo permitido até três casas decimais quando o valor do lance inicial for inferior a R\$ 0,50



(cinquenta centavos).

b) No preço ofertado deverão estar incluídas todas e quaisquer despesas que, diretas ou indiretas, incidam ou venham a incidir à empresa para o competente cumprimento do estabelecido neste Edital e contrato decorrente, sejam quais forem, constituindo assim o valor proposto, e sua eventual alteração através do processo licitatório, a única remuneração pelo objeto a ser contratado.

c) Quaisquer custos omitidos na proposta ou incorretamente cotados serão considerados como inclusos nos preços, não sendo aceitos pleitos de acréscimos, a esse ou qualquer outro título, devendo o produto ser fornecido sem ônus adicional.

d) As Propostas que atenderem aos requisitos do Edital e seus Anexos serão verificadas quanto a erros, os quais serão corrigidos da seguinte forma:

o Erro na transcrição do produto: a redação será corrigida, mantendo-se o preço do item e a quantidade;

o Erros de transcrição da quantidade prevista no item: o valor da quantidade será corrigido, mantendo-se o preço unitário do item e a descrição do produto.

6.4. Preferencialmente, e exclusivamente para facilitar os trabalhos por parte do Pregoeiro, solicita-se às licitantes que encaminhem suas propostas nos moldes do Anexo V e VII.

6.5. NO ENVELOPE 2, "DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO" a licitante apresentará os documentos de habilitação, conforme solicitado abaixo.

6.6. A habilitação da licitante será comprovada mediante apresentação dos documentos abaixo relacionados para verificação de sua regularidade, com validade vigente se for o caso, e que passarão a compor o processo licitatório, devendo ser apresentados no documento original ou por qualquer processo de cópia desde que autenticada via Cartório ou na Prefeitura Municipal de Itapoá (por funcionário credenciado), ou ainda, quando publicados em órgão da imprensa oficial:

a) Para comprovação do ramo de atividade da empresa, que deverá ser compatível com o objeto do Pregão, deverá ser apresentado:

o Pela empresa comercial o contrato social vigente, com todas as alterações anteriores e/ou consolidado, se houver;

o Pela sociedade civil a inscrição do ato constitutivo, acompanhado de prova de diretoria em exercício, devidamente registrado;

o Pela sociedade anônima a ata da Assembléia Geral que aprovou o estatuto social em vigor e a ata da Assembléia Geral que elegeu seus administradores, comprovadas por meio de publicação legal;

o As firmas individuais o Registro Comercial ou Declaração de Firma Individual.

b) Certidão conjunta Negativa de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União emitida pela Secretaria da Receita Federal;

c) Certidão Negativa da Fazenda Estadual;

d) Certidão Negativa Municipal de Tributos, da sede da empresa licitante;

e) Certidão Negativa de Débitos, ou Positiva com efeitos de Negativa, da Seguridade Social (INSS);

f) Certidão de Regularidade junto ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

g) Alvará de Funcionamento, da sede da empresa licitante;

h) Cartão CNPJ/MF;

6.7. Na apresentação do Estatuto, Contrato Social ou inscrição do ato constitutivo em vigor, e possíveis alterações se houver, deverá constar, além da denominação social, a identificação do ramo de atividade da empresa, que deverá ser compatível com o objeto licitado.

6.8. Não serão aceitos protocolos de entrega ou solicitação de documento em substituição aos documentos requeridos no presente Edital e seus Anexos.

6.9. Documentos apresentados com a validade expirada acarretarão a inabilitação da licitante, e as certidões emitidas sem prazo

de validade expresse, somente serão aceitas com data de emissão não superior a 60 (sessenta) dias anterior à data de abertura do Pregão.

6.10. O documento extraído via Internet, deverá ser apresentado no original, e será conferido junto ao site correspondente, ficando inabilitada a empresa licitante se comprovado informação incorreta.

6.11. Se a documentação de habilitação, da licitante vencedora do item, não estiver de acordo com qualquer dispositivo deste Edital e seus Anexos, o Pregoeiro a considerará inabilitada, podendo a mesma ficar impedida de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal e Municípios, e poderá ser descredenciado no Sicafe, ou nos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV do art. 4º da Lei nº 10.520/02, pelo prazo de até cinco anos, sem prejuízo das multas previstas em edital, no contrato, e das demais cominações legais, considerando que através da Declaração de Habilitação (Anexo II) ela declarou estar devidamente habilitada para o certame.

7. DAS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

7.1. As microempresas e empresas de pequeno porte deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição. (Lei Complementar Federal nº 123, de 14 de dezembro de 2006)

7.1.1. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, é assegurado o prazo de 2 (dois) dias úteis, cujo termo inicial corresponde ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeitos de certidão negativa.

7.1.2. A não-regularização da documentação, no prazo previsto no item 7.1.1. implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

7.2. É assegurado, como critério de desempate, preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte. (Lei Complementar Federal nº 123, de 14 de dezembro de 2006)

7.3. Na modalidade "Pregão" entende-se por empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 5% (cinco por cento) superiores à proposta mais bem classificada realizada por empresa de grande porte.

7.3.1. Para efeito do disposto no item 7.2., caracterizado o empate, proceder-se-á da seguinte forma:

a) A microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada será convocada para apresentar nova proposta no prazo máximo de 5 (cinco) minutos após o encerramento dos lances, sob pena de preclusão;

b) A microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada apresentando proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, terá a adjudicação daquele objeto em seu favor;

c) Não ocorrendo a contratação da microempresa ou empresa de pequeno porte, na forma do item "b", serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na hipótese do item 7.2., na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;

d) No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontre no intervalo estabelecido no item 7.3, será realizado sorteio entre elas para que se identifique àquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

7.3.2. Na hipótese da não-contratação nos termos previstos no item 7.3.1, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame.

7.3.3. O disposto neste item 7.3 será aplicado quando a melhor



oferta não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte.

8. DA SESSÃO DO PREGÃO

8.1. Na data e horário designados neste Edital, na presença dos licitantes e demais pessoas presentes ao ato público, a Pregoeira declarará aberta a sessão, anunciará as empresas que apresentaram os envelopes nº 1 (Proposta de Preços/Termo de Referência), e nº 2 (Documentos de habilitação) e dará início à fase de verificação dos documentos de credenciamento, inabilitando as empresas que as apresentarem divergente do solicitado.

8.2. A proposta de preço (Anexo V – Termo de Referência/Proposta de Preços), após abertura do certame, é considerada imutável não sendo possível qualquer tipo de correção e/ou alteração em suas informações, com exceção do previsto no item 6.3 “d”. Será feita a devida conferência e análise da sua conformidade com as exigências do Edital e seus Anexos, sendo estas, na sequência, rubricadas pela Pregoeira, Equipe de Apoio e licitantes credenciadas.

8.3. Na análise das propostas de preços, será desclassificada a empresa que:

8.3.1. A tiver elaborado em desacordo com as exigências do Edital e seus Anexos;

8.3.2. Apresentar preços unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, excessivos ou manifestamente inexequíveis, assim considerados aqueles que não venham a ter demonstrado sua viabilidade através de documentação comprovando que os custos são coerentes com os de mercado;

8.3.3. Apresentar proposta alternativa tendo como opção de preço ou marca, ou oferta de vantagem, baseada na proposta das demais licitantes.

8.4. A desclassificação da proposta da licitante importa sua preclusão na fase de lances verbais.

8.5. Definido a relação das licitantes credenciadas a Pregoeira fará divulgação verbal destas, lançando em ata.

8.6. Para fins de classificação das propostas, será considerado o menor preço por item.

8.7. A Pregoeira procederá à classificação da proposta de menor preço por item, e daquelas que tenham valores sucessivos e superiores em até 10% (dez por cento), relativamente à de menor preço, para participarem dos lances verbais.

8.8. Caso não haja pelo menos três propostas nas condições definidas no item 8.7, serão classificadas as propostas subseqüentes que apresentarem os menores preços, até o máximo de três, já incluída a de menor preço, qualquer que tenham sido os valores oferecidos. (Inc. IX, art. 4º, da Lei 10.520/2002)

8.9. Na ocorrência de empate no valor ofertado, a ordem de lances será definida através de sorteio.

8.10. Às licitantes proclamadas classificadas será dada oportunidade para nova disputa por meio de lances verbais e sucessivos, de valores distintos e decrescentes, em relação à de menor preço, iniciando-se pelo autor da proposta de maior valor.

8.11. A cada nova rodada será efetivada a classificação momentânea das propostas, o que definirá a sequência dos lances seguintes.

8.12. O lance sempre deverá ser inferior ao anterior ou da proposta de menor preço, podendo a Pregoeira, quando a seu critério julgar necessário, determinar o valor mínimo aceitável de redução dos lances, de forma a evitar lances de valores ínfimos que implicariam em demasiado tempo para definição do licitante vencedor.

8.13. A desistência em apresentar lance verbal, quando convocado pela Pregoeira, implicará a exclusão da licitante da etapa de lances verbais e na manutenção do seu último preço para efeito de ordenação das propostas.

8.14. O encerramento da etapa competitiva dar-se-á quando, indagados pela Pregoeira, os licitantes manifestarem seu desinteresse em apresentar novos lances.

8.15. Encerrada a etapa de lances a Pregoeira aplicará as disposições legais previstas às microempresas e empresas de pequeno porte, verificará a aceitabilidade do melhor preço ofertado,

comparando-o com os praticados no mercado, estimando-se este por meio do custo médio obtido com os orçamentos previamente realizados para compor o preço médio.

8.16. Se a oferta não for aceitável por apresentar preço excessivo, a Pregoeira poderá negociar com as licitantes vencedoras objetivando melhor preço.

8.17. Se, na negociação não for obtido preço compatível com o praticado no mercado, a licitante que ofertou o melhor preço será declarada vencedora e, após encerramento do certame a Pregoeira consultará o titular da Secretaria responsável pela licitação, para que se manifeste formal e motivadamente sobre a adjudicação do item, pela Pregoeira que, juntamente com a Equipe de Apoio registrará a aceitação do item em nova ata.

8.18. Quando todas as licitantes forem inabilitadas ou todas as propostas forem desclassificadas, a Pregoeira poderá fixar prazo de até oito dias úteis para a apresentação de novos documentos, eliminando-se as causas referidas no ato inabilitatório ou desclassificatório.

8.19. Não poderá haver desistência ou alteração de lances ofertados, sujeitando-se a licitante desistente às sanções cabíveis.

8.20. Caso não ocorram lances verbais, será verificada a conformidade entre a proposta escrita de menor preço e o valor estimado para a contratação, hipótese em que a Pregoeira poderá negociar diretamente com a licitante para que seja obtido melhor preço.

8.21. Constatado o atendimento pleno às exigências editalícias, será declarada a licitante como vencedora, sendo-lhe adjudicado a “posteriori” o item, em documento próprio, condicionada a adjudicação à apreciação dos recursos sobre a sessão pública que porventura sejam impetrados, e cumprimento das condições habilitatórias.

8.22. A Pregoeira, sempre que julgar necessário negociará diretamente com a licitante para obtenção de melhor preço.

8.23. Verificando-se o adiamento da sessão pública do Pregão, por razões fundamentadas, a Pregoeira determinará nova data para continuação dos trabalhos, ficando intimadas, no mesmo ato as empresas licitantes presentes e credenciadas no certame, e será lavrada ata, a ser assinada por todos os presentes, relatando todos os atos e fatos ocorridos até o momento da suspensão da sessão pública, inclusive os motivos do adiamento.

8.24. Encerrada a fase de lances e de habilitação lavrar-se-á ata circunstanciada, na qual serão registradas as ocorrências relevantes e que, ao final, deverá ser assinada pela Pregoeira, licitantes credenciados presentes e membros da Equipe de Apoio. Os envelopes contendo documentos das licitantes inabilitadas ficarão de posse da licitadora, que os devolverá após consecução do processo licitatório ou os incinerará caso não sejam retirados no prazo fixado pelo Pregoeiro.

8.25. O resultado final do certame será disponibilizado no site www.itapoa.sc.gov.br e afixado no mural da Prefeitura Municipal de Itapóá, para intimação e conhecimento dos interessados.

9. DOS RECURSOS DA SESSÃO PÚBLICA

9.1. Qualquer licitante, desde que motivadamente e ao final da sessão (facultativo a pregoeira a suspensão das fases), após a Pregoeira abrir o tempo para recursos, poderá manifestar a intenção de recorrer de atos da Pregoeira, sendo suas justificativas aceitas, estas serão registradas resumidamente em ata e lhe será concedido o prazo de 3 (três) dias úteis para a apresentação das razões do recurso, ficando as demais licitantes desde logo intimadas a apresentar as contra-razões, em igual prazo, que começará a correr do término do prazo da recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos. A falta de manifestação importará a decadência do direito de recurso.

9.2. O recurso contra a decisão da Pregoeira deverá ser apresentado no original, sob protocolo, e importará a invalidação apenas dos atos insusceptíveis de aproveitamento, sendo adjudicado os itens não recorridos.

9.3. O recurso deverá ser dirigido à Pregoeira que prestará a esta as informações em até três dias úteis, para sua análise e julgamento em até três dias úteis.



9.4. Decidido(s) o(s) recurso(s) e constatada a regularidade dos atos procedimentais, a autoridade competente adjudicará o objeto à licitante vencedora, comunicando a empresa que recorreu, ou, se procedente o recurso a Pregoeira e a Equipe de Apoio providenciarão as correções necessárias através de nova ata, comunicando as empresas envolvidas na solução.

9.5. A decisão em grau de recurso será definitiva e dela dar-se-á conhecimento às empresas interessadas, através de comunicação por escrito via fax.

9.6. A homologação da presente licitação compete ao Prefeito Municipal ou a pessoa cuja esta competência tenha sido delegada.

10. DA IMPUGNAÇÃO DO EDITAL

10.1. Decairá do direito de solicitar esclarecimento ou providência e de impugnar o Edital, aquele que não o fizer até o 2º (segundo) dia útil anterior à data de abertura do Pregão, cabendo ao Pregoeiro decidir sobre a petição no prazo de 24 (vinte e quatro) horas.

10.2. Pedido de impugnação ao Edital deverá ser formal e protocolado no Setor do Protocolo do Município (vedada a manifestação via fax ou e-mail) endereçada ao Pregoeiro em até dois dias úteis antes da data fixada para abertura da sessão pública. Se remetido via postal, com AR, deverá obedecer ao mesmo prazo. Será ignorado pedido de impugnação que não atenda ao prazo legal e as formas estabelecidas nesta cláusula.

10.3. Acolhida à petição será cancelado o processo licitatório, com publicação de novo Edital com as correções necessárias, reiniciando o prazo legal, ou publicado "errata" do Edital com as adequações desde que o erro não afete a formulação das propostas através do Anexo V.

10.4. A solução do pedido de impugnação será comunicada ao requerente por meio eletrônico via internet, e publicada no site www.itapoa.sc.gov.br, link "pregão", www.diariomunicipal.sc.gov.br, e mural da Prefeitura.

11. DO REAJUSTE E DO PAGAMENTO

11.1. Os preços serão fixos e irrevogáveis pelo período de vigência do Contrato Administrativo decorrente deste processo licitatório.

11.2. A variação do valor contratual para fazer face ao reajuste de preços, compensações ou penalizações financeiras decorrentes das condições de pagamento nele previstas, bem como o empenho de dotações orçamentárias suplementares até o limite do seu valor corrigido, não caracterizam alteração do mesmo, podendo ser registrados por simples apostila, dispensando a celebração de aditamento.

11.3. Homologada a licitação e assinado a ata de registro de preço, a Adjudicatária fará entrega dos produtos conforme solicitado por pessoa credenciada, juntamente com nota fiscal correspondente, que será paga entre os dias 22 e 25 de cada mês, desde que entregue até o dia 15(quinze).

11.4. Na ocorrência de rejeição da (s) nota (s) fiscal (is), motivada por erro ou incorreções, o prazo para pagamento passará a ser contado a partir da data da sua reapresentação.

Para efeito de emissão da nota fiscal, esta deverá ser emitida em nome da "Prefeitura Municipal de Itapoá", Rua nº 1.590, nº 430, Itapoá (SC), C.N.P.J. nº 81.140.303/0001-01, constando no corpo da nota a expressão PREGÃO Presencial nº 025/2010 - Registro de Preços nº 021/2010 - AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE EXPEDIENTE PARA AS SECRETARIAS DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS EM GERAL E SAÚDE, CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONTIDAS NO ANEXO V DO EDITAL.

12. DAS PENALIDADES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1. Se a Adjudicatária não celebrar o contrato ou instrumento equivalente no prazo estabelecido, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução do seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato ou instrumento equivalente, comportar-se de modo inconveniente na sessão pública, ou cometer fraude fiscal, garantido o direito prévio da ampla defesa, poderá sofrer sanção de advertência, suspensão temporária de participar em licitação ficando impedida de contratar com a Prefei-

tura Municipal de Itapoá, e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

12.2. Além das penalidades citadas, a licitante/contratada ficará sujeita, ainda, ao cancelamento de sua inscrição no Cadastro de Fornecedores da Prefeitura e, no que couber, às demais penalidades referidas no capítulo IV da Lei nº 8.666/1993 e na minuta contratual em anexo, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato (ou instrumento equivalente) e das demais cominações legais.

12.3. O atraso injustificado na entrega do objeto contratado sujeitará a Adjudicatária à multa de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso, incidente sobre o valor contratado.

12.4. Se o total da multa atingir um valor igual ou superior a 10% (dez por cento) da contratação, a Adjudicatária poderá ser declarada inidônea para licitar e contratar com a Administração Pública.

12.5. O descumprimento das obrigações e demais condições do Edital e seus Anexos, sujeitará a licitante às sanções legais cabíveis.

12.6. Antes da aplicação de qualquer penalidade serão garantidos ampla defesa e o contraditório à licitante, por período a ser estabelecido, antes que haja decisão definitiva da Prefeitura Municipal de Itapoá.

12.7. Acerca das multas a serem aplicadas à contratada, ficará retida a parte do pagamento a ela correspondente, sendo, posteriormente liberado em caso de absolvição e, definitivamente descontado do pagamento em caso de condenação na esfera administrativa.

13. DAS CONDIÇÕES PARA CONTRATAÇÃO

13.1. Homologada a licitação, a licitante vencedora será convocada para, no prazo de 03 (três) dias a partir da notificação, assinar a ata de registro, na forma do Anexo VIII, podendo este prazo ser prorrogado, a critério da Administração, desde que ocorra motivo justificado.

13.2. Quando a licitante vencedora não apresentar situação regular, no ato da assinatura do contrato ou instrumento equivalente, ou recusar-se a assiná-lo, o Pregoeiro a desclassificará, registrando na Ata pertinente, e convocará as licitantes remanescentes, na ordem de classificação, restabelecendo a sessão, para negociar diretamente com a proponente melhor classificada e posterior abertura do seu envelope "Documentos de Habilitação". Respeitado os procedimentos já definidos neste Edital, será declarada a (s) nova (s) adjudicatária (s) dos itens homologados à licitante desclassificada.

13.2.1. Neste caso, a recusa injustificada da adjudicatária, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-a às penalidades previstas em lei, exceção feita às licitantes que se negarem a aceitar a contratação, fora da validade de suas propostas.

13.3. Fará parte integrante do contrato todos os elementos apresentados pela licitante vencedora e que tenham servido de base para o julgamento da licitação, bem como as condições estabelecidas neste Pregão, independentemente de transcrição.

14. DA VIGÊNCIA

14.1. A ata de registro de preços terá vigência de 12 meses, podendo ser renovado se de interesse do Município e concordância da Contratada, com a correção dos valores negociada entre as partes, limitado pelo percentual INPC - Índice Nacional de Preços ao Consumidor apurado no período.

14.2. A licitante vencedora deverá manter, na vigência do Contrato Administrativo, as mesmas condições de habilitação exigidas na licitação, podendo a Prefeitura, a qualquer tempo, solicitar documentos que comprovem regularidade da Adjudicatária.

15. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

15.1. Empresas licitantes que retirarem o Edital através do site www.itapoa.sc.gov.br deverão, para possibilitar comunicações consideradas importantes por parte da Pregoeira, informar pelo fax (47) 3443-8828, os dados na forma do Anexo IV.



15.2. Antes de aberta a sessão pública da licitação, o presente Edital e seus Anexos poderão ser alterados pela licitadora, no interesse público por sua iniciativa ou decorrente de provocação de terceiros, atendido o que estabelece o art. 21, § 4º, da Lei nº 8.666/93, bem como adiar ou prorrogar o prazo para início do certame aqui regulamentado.

15.3. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os participantes, desde que não comprometam o interesse da Administração, a finalidade e a segurança da contratação.

15.4. É facultado a Pregoeira ou Autoridade Superior, em qualquer fase da licitação, a promover diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar no ato inicial da sessão pública.

15.5. Fica assegurado à Prefeitura Municipal de Itapoá, nos casos previstos em Lei e motivadamente, o direito de a qualquer tempo e no interesse da Administração, anular a presente licitação ou revogar no todo ou em parte, bem como a sua homologação, sem que caiba aos licitantes qualquer direito a indenização.

15.6. As proponentes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

15.7. Após a apresentação da proposta não caberá desistência, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pela Pregoeira.

15.8. É vedada a subcontratação, cessão ou transferência no todo ou em parte da execução do contrato, sem expressa anuência da Prefeitura Municipal de Itapoá e, em sendo autorizado não existirá qualquer vínculo contratual ou de responsabilidade entre eventuais empresas subcontratadas e a Prefeitura, perante a qual a única responsável pelo cumprimento deste Contrato será sempre a Adjudicatária vencedora deste certame licitatório.

15.9. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário e local retro estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário do Pregoeiro.

15.10. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento.

15.11. Só se iniciam e vencem prazos em dias de expediente na Prefeitura Municipal de Itapoá.

15.12. O desatendimento de exigências formais não essenciais, não importará no afastamento da licitante, desde que seja possível a aferição da sua qualificação e a exata compreensão da sua proposta.

15.12.1. Exigências formais não essenciais são aquelas cujo descumprimento não acarrete irregularidade no procedimento, em termos de processualização, bem como, não importem em vantagem a um ou mais licitantes em detrimento dos demais.

15.13. A Adjudicatária é obrigada a aceitar, nas mesmas condições da licitação, os acréscimos ou supressões, nos termos estabelecidos no § 1º do inciso II, do art. 65 da Lei nº 8.666/93.

15.14. A Administração poderá, até a assinatura do contrato ou outro documento equivalente, inabilitar a licitante sem direito a indenização ou ressarcimento e sem prejuízo de outras sanções cabíveis, se vier a ter conhecimento de fato ou circunstância anterior ou posterior ao julgamento da licitação que desabone a habilitação jurídica, as qualificações técnica e econômico-financeira e a regularidade fiscal da licitante. Neste caso, o Pregoeiro convocará as licitantes remanescentes, na ordem de classificação, restabelecendo a sessão para negociar diretamente com a proponente melhor classificada e posterior abertura do seu envelope "Documentos de Habilitação", respeitando os procedimentos já descritos neste Edital até que seja o objeto adjudicado à licitante declarada vencedora.

15.15. Qualquer pedido de esclarecimento em relação a eventuais dúvidas na interpretação do presente Edital e seus Anexos, exceto detalhes técnicos sobre os produtos, deverá ser encaminhado a

Pregoeira, pessoalmente no endereço: Av. 1.590, nº 430, em Itapoá (SC), ou pelo telefone (47) 3443-8815, ou através de fax pelo telefone (047) 3443-8828 das 08:00 às 13:00 horas.

15.16. Para dirimir as questões relativas ao presente Edital, elege-se como foro competente o de Itapoá (SC), com exclusão de qualquer outro por mais privilegiado que seja ou venha a se tornar.

16. DOS ANEXOS - São partes integrantes deste Edital, os seguintes anexos:

- 16.1. Anexo I – Credenciamento;
- 16.2. Anexo II – Declaração de Habilitação;
- 16.3. Anexo III – Declaração da inexistência de fato impeditivo;
- 16.4. Anexo IV – Recibo de retirada do Edital (via Internet);
- 16.5. Anexo V – Termo de Referência (proposta de preços);
- 16.6. Anexo VI – Declaração de microempresa ou empresa de pequeno porte.
- 16.7. Anexo VII – Termo de Referência/Proposta de Preços (Arquivo EXCEL) digital.
- 16.8. Anexo VIII – Minuta da ata de registro de preço.

Itapoá (SC), 22 de julho de 2010.

ERVINO SPERANDIO PREFEITO MUNICIPAL	CARLITO JOAQUIM CUSTÓDIO JÚNIOR SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
CRISTIANE MOTTA SECRETARIA DA SAÚDE	FERNANDA CRISTINA ROSA PREGOEIRA OFICIAL

ANEXO I

À

Prefeitura Municipal de Itapoá

Av. 1.590, nº 430 – Balneário Itapoá

Itapoá (SC)

C R E D E N C I A M E N T O

Empresa: _____

Endereço: _____

CNPJ: _____

Na qualidade de responsável legal pela empresa acima qualificada credenciamos o Sr. _____, portador da Carteira de Identidade com RG nº _____ e inscrito no C.P.F./M.F. sob nº _____ a nos representar no **PREGÃO Presencial nº 025/2010 - Registro de Preços nº 021/2010 – AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE EXPEDIENTE PARA AS SECRETARIAS DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS EM GERAL E SAÚDE, CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONTIDAS NO ANEXO V DO EDITAL**, com poderes para formular ofertas, lances de preço, recorrer de decisões do Pregoeiro, renunciar a recurso, **assinar o contrato decorrente do certame**, e praticar demais atos pertinentes ao certame em nome da representada.

_____, ____ de ____ de 2010

Carimbo, nome e assinatura do representante legal
(COM FIRMA RECONHECIDA EM CARTÓRIO)

ANEXO II

À

Prefeitura Municipal de Itapoá

Av. 1.590, nº 430 – Balneário Itapoá

Itapoá (SC)

DECLARAÇÃO DE HABILITAÇÃO

Empresa: _____

Endereço: _____

CNPJ: _____

A empresa acima qualificada **DECLARA**, sob as penas cabíveis, que possui todos os requisitos exigidos no presente Edital, para a habilitação, quanto às condições de qualificação jurídica, técnica, econômico-financeira e regularidade fiscal para participar do Pregão nº **025/2010**, **DECLARANDO** ainda, estar ciente que a falta de atendimento a qualquer exigência para habilitação constante do Edital ensejará exclusão do certame e aplicação de penalidades.

_____, ____ de ____ de 2010.

Carimbo, nome e assinatura do representante legal

ANEXO III

À

Prefeitura Municipal de Itapoá

Av. 1.590, nº 430 – Balneário Itapoá

Itapoá (SC)

Ref. PREGÃO Presencial nº 025/2010 - Registro de Preços nº 021/2010 – AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE EXPEDIENTE PARA AS SECRETARIAS DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS EM GERAL E SAÚDE, CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONTIDAS NO ANEXO V DO EDITAL.

DECLARAÇÃO DA INEXISTÊNCIA DE FATO IMPEDITIVO

Empresa: _____

Endereço: _____

CNPJ: _____

DECLARAMOS não haver superveniência impeditiva, e que não estamos impedidos de participar de licitação em qualquer órgão ou entidade da administração pública direta Federal, Estadual ou Municipal, e de que estamos cientes da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores assinada pelo Responsável Técnico Administrador e pelo Representante legal da licitante.

_____, ____ de ____ de 2010.

Carimbo, nome e assinatura do representante legal

ANEXO IV

À

Prefeitura Municipal de Itapoá

Av. 1.590, nº 430 – Balneário Itapoá

Itapoá (SC)

RECIBO DE RETIRADA DE EDITAL VIA INTERNET

Informamos haver interesse em participar do Pregão nº **025/2010** e para tanto registramos os dados de nossa empresa para eventuais contatos pela Pregoeira:

Nome: _____

Endereço: _____

CEP: _____ - _____ CIDADE: _____ ESTADO: _____

C.N.P.J./MF: _____ TELEFONE: () _____ - _____

FAX: _____ - _____ E-MAIL: _____

Pessoa para contato: _____

_____, ____ de março de 2010.

(Carimbo, nome e assinatura do representante legal)**(remeter fax através do telefone (47) 3443-8828 – das 08:00 às 13:00 horas)**

ANEXO V – TERMO DE REFERENCIA – PROPOSTA DE PREÇOS

PREGÃO 025/2010 – REGISTRO DE PREÇO N° 021/2010 – AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE EXPEDIENTE PARA AS SECRETARIAS DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS EM GERAL E SAÚDE, CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONTIDAS NO ANEXO V DO EDITAL.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOÁ - SC

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

PREGÃO N° 025/2010

PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 063/2010

MODALIDADE: **PRESENCIAL**

ABERTURA: **03/08/2010**

TIPO: **MENOR PREÇO ITEM**

HORAS: **09h30min**

Proponente:

CNPJ/MF: **INSCRIÇÃO ESTADUAL:**

Endereço:

Cidade/UF:

Fone/Fax:

E-MAIL:

Item	Descrição	Unid.	Quant.			Valor Unit.	Valor Total
			Adm.	Saúde	Total		
1	Alfinete c/ cabeça colorida cx várias cores com 150 unid.	CX	20	50	70		
2	Alfinete s/ cabeça com 150 unidades	CX	20	10	30		
3	Almofada para carimbo com a tampa plástica nº2 na cor azul Medida 5,9 x 9,4 cm	Unid	30	10	40		
4	Apagador quadro branco	CX c/12 unid	10		10		
5	Aparelho telefônico de mesa	Unid	30	10	40		
6	Apontador sem deposito em material termoplástico com furo cônico e uma lâmina de aço inoxidável fixada por parafuso metálico, com dimensões aproximada 6cm X 2,5cm X 1cm. Certificado pelo INMETRO. Caixa com 12unidades	CX c/12 unid	3	3	6		
7	Bandeja poliestireno dupla dois andares fixa	Unid	30	10	40		
8	Bandeja tripla para colocar papeis em escritório; em acrílico	Unid	30	10	40		
9	Barbante. Rolo com 300 m cada em 100% algodão cru	Unid	20		20		
10	Bastão de cola quente p/ pistola (grosso) Refil de cola grosso 1kg branca p/pistola, adesivo termoplástico elaborado à base de resinas sintéticas e ceras especiais	kg	2		2		
11	Bloco post-it (lembrete colante) 38X50 c/ 100fls 3M. Pacote com 04 unidades.	Pct c/04 unid	50	20	70		
12	Bobina para Fax 215mm x 25mm x 30 metros, Papel térmico VCP, Com etiqueta de metragem garantida	pç	20	10	30		
13	Bobina para senha eletrônica.	CX	3		3		
14	Borracha nº 40 c/40 unid. Borracha branca, macia, especial para apagar escrita a lápis. Composição: Borracha natural, cargas, óleo mineral e aceleradores. Certificado pelo INMETRO.	CX c/40 unid	5	8	13		
15	Borracha bicolor azul/verm.	CX	5		5		
16	Caderno Aspiral peq 60 folhas - 50 unid	Unid		50	50		
17	Caderno tamanho 200X275 96 folhas capa dura - 120 unid	Unid		120	120		
18	Caderno Universitário Aspiral capa dura 200 fls - 10 unid	Unid		10	10		
19	Caixa de arquivo morto; Caixa de arquivo morto; em papelão ondulado, duplex (parede simples), kraft / 2 onda, desmontável; gramatura 550+/- 25g/m2, medindo (360x250x135)mm; na cor parda.	CX c/50 unid	50	10	60		
20	Caixa organizadora em papelão office Box 22x30x44cm	Unid	15		15		
21	Calculadora científica	Unid	3		3		
22	Calculadora grande de mesa c/bobina	Unid	10		10		
23	Calculadora comum grande	Unid	25	12	37		
24	Caneta esferográfica cristal azul CX 50 Un. Caneta esferográfica, escrita média (1,00 mm), corpo cristal hexagonal totalmente transparente e com perfuração plástica na ponta da caneta, ponta de latão e esfera de tungstênio que não solta tinta em excesso, provocando borrões ao escrever, com perfuração na tampa em suas extremidades (antiasfixiante), tamanho com a tampa medindo 150mm, na cor azul. Cx com 50 unidades	CX	25	50	75		



25	Caneta esferográfica cristal preta CX 50 un. Caneta esferográfica, escrita média (1,00 mm), corpo cristal hexagonal totalmente transparente e com perfuração plástica na ponta da caneta, ponta de latão e esfera de tungstênio que não solta tinta em excesso, provocando borrões ao escrever, com perfuração na tampa em suas extremidades (antiasfixiante), tamanho com a tampa medindo 150mm, na cor preta. Cx com 50 unidades	CX	25	25	50		
26	Caneta esferográfica cristal vermelha CX 50 Un. Caneta esferográfica, escrita média (1,00 mm), corpo cristal hexagonal totalmente transparente e com perfuração plástica na ponta da caneta, ponta de latão e esfera de tungstênio que não solta tinta em excesso, provocando borrões ao escrever, com perfuração na tampa em suas extremidades (antiasfixiante), tamanho com a tampa medindo 150mm, na cor vermelha. Cx com 50 unidades	CX	5	5	10		
27	Caneta marca texto- cor rosa Caneta para grifar e marcar em cor fluorescente caixa contendo 12 unidades.	CX	20	8	28		
28	Caneta marca texto –cor verde Caneta para grifar e marcar em cor fluorescente caixa contendo 12 unidades.	CX	20	10	30		
29	Caneta marca texto-cor amarela - Caneta para grifar e marcar em cor fluorescente caixa contendo 12 unidades.	CX	20	10	30		
30	Capa e contra capa (conjunto) A4 210x297 (capa em cor transparente , e contra capa em cor preto) p/ encadernação.	conj.	500	30	530		
31	Cartão ponto c/100un	Pct c/100 unid	150		150		
32	Cartolina embalagem com 100 unidades. Cartolina 150g 50x66 cm, cores diversas na cor branca.	Emb c/100 unid	1	1	2		
33	CDR gravável (80min/700mb)52x em tubo PT 100 UM)	PT c/100	10	5	15		
34	CDRW Regravável (80mi/700mb)4x pino PT 50 UN	PT c/50	10	5	15		
35	Clíps 2/0 c/ 500 gr	CX	30	20	50		
36	Clíps 4/0 c/ 500 gr	CX	50	20	70		
37	Clíps 6/0 c/ 500 gr	CX	50	3	53		
38	Clíps 8/0 c/ 500 gr	CX	30		30		
39	Cola bastão 10 g. – espalha fácil, sem solvente, cola papel, cartolina, fotos, selos e tecido, não tóxica. Caixa com 10 unidades	CX c/10 unid	25	10	35		
40	Cola branca 40 g - cola branca para uso escolar, base em pva, não tóxica, lavável e certificada pelo inmetro.	Unid	100	50	150		
41	Cola branca 90 g - cola branca para uso escolar, base em pva, não tóxica, lavável e certificada pelo inmetro.	Unid	75	10	85		
42	Corretivo líquido a base de água 18 ml, cobertura uniforme, secagem rápida, correção precisa, similar a mercur.	CX c/12 unid	50	20	70		
43	Divisória acp ofício 23x31cm 10 projeções opaca e colorida 755	Unid	15		15		
44	Dvd-R gravável 4.7gb 8x tubo PT 10 UN	PT c/100	20		20		
45	Dvd-RW gravável 4.7gb 8x tubo PT 10 UN	PT c/100	20		20		
46	Envelope plástico ofício transparente c/ 4 furos. PT 50 UN	Pct c/50 unid	50	20	70		
47	Encadernadora e perfuradora manual com capacidade de para 15 folhas com 60 (sessenta) furos	Unid.	8	2	10		
48	Espiraís Encadernação - 17mm plástico transparente ou preto cap.100fls. PT 50 UN	Pct c/50 unid	10	2	12		
49	Espiraís Encadernação - 50mm plástico transparente ou preto cap.450fls	Pct c/25 unid	10	2	12		
50	Espiraís Encadernação - 7mm plástico transparente ou preto 25fls. PT 100 UN	Pct c/100 unid	10	2	12		
51	Espiraís Encadernação - 9mm plástico transparente ou preto 50fls. PT 50 UN	Pct c/50 unid	10	2	12		
52	Estilete Metal Espessura da Lamina de 18mm Largo Ponta de Metal	Unid	15	10	25		
53	Etiqueta ink-jet/laser Carta 25,4x101,6 (PT 500 UN)	Pct c/500 unid	50		50		
54	Etiqueta ink-jet/laser Carta 25,4x101,6 (PT 500 UN)	Pct c/500 unid	50		50		
55	Etiqueta ink-jet/laser Carta 50,8x101,6 (PT 250UN)	Pct c/250 unid	50		50		
56	Etiqueta ink-jet/laser Carta 50,8x101,6 PT 250 UN	Pct c/250 unid	50		50		

57	Extrator de grampo tipo espátula. Remove grampos nº 10, 24/6 e 26/6	Unid	50	12	62		
58	Fita adesiva tipo durex 12mm x 40 mm	Unid	50	30	80		
59	Fita adesiva tipo durex 500 transparente de polipropileno, 12mmx30m. Rolo com 10 unidades, de boa qualidade.	Emb c/10 unid	10	5	15		
60	Fita adesiva transparente p/ 48x50 multuso. Pacote com 5 unidades	Pct c/05 unid	60	20	80		
61	Fita adesiva colorida azul/verm/amar/verde	Pct c/10 unid	25	10	35		
62	Fita corretiva para maquina de escrever modelo IBM 6746	Unid	3	3	6		
63	Fita dupla-face Rolo com 5 unidades, dupla-face de papel 19x30m.	Pct c/05 unid	3		3		
64	Fita p/ máquina de calcular (máquina Procalc PR 3300).	Unid	150		150		
65	Fita corretiva p/ máquina IBM 6746-3	Unid	25		25		
66	Formulário Contínuo 2 vias 80 colunas Branco Razão com carbono. Cx c/ 3000 jogos – 2ª via picotado.	CX	80		80		
67	Grafite 0.5 HB, cx c/12 tubetes c/12 minas	CX c/12 unid	25		25		
68	Grampeador grande 266. Base de fechamento dos grampos em chapa de AC, Utiliza grampos 23/6, 23/8, 23/10 e 23/13. Capacidade para grampear até 100 folhas de papel 75g/m2	Unid	30		30		
69	Grampeador De Pressão Para Tapeceiro: alta pressão, com controle de pressão, útil para revestir madeiras com tecidos, prender pôster em madeira, decoração em geral, extrator de grampos	Unid	5		5		
70	Grampeador médio de mesa metálico, Pintura epóxi (líquida), Apoio da base em polietileno e coberto em resina termoplástica, Dimensões: 130x38x53mm, Capacidade para grampear até 25 folhas de papel 75g/m2, Fabricado em chapa de aço, Base de fechamento do grampo com duas posições (grampo fechado e aberto), em aço, com acabamento niquelado, Estoque de alojamento dos grampos em chapa de aço, Mola resistente com retração automática, Capacidade de carga de meio pente de grampos 26/6, Utiliza grampos 24/6 e 26/6	Unid	25	10	35		
71	Grampo para grampeador 23/10 galvanizado c/ 5000 unidades	CX	100		100		
72	Grampo para grampeador 26/6 galvanizado c/ 5000 unidade	CX	100	70	170		
73	Grampo para grampeador de pressão para tapeceiro - Cx 1000 Grampos	CX	5		5		
74	Grampo pra grampeador 106/8 galvanizado com 2500 unidades	CX	4		4		
75	Grampos Grampo trilho plástico 60mm (Romeu e Julieta) branco, 75gr. Pacote com 50 jogos.	Pct c/50 jogos	60	20	80		
76	Imã para quadro de avisos magnético	Pct c/20 unid	25	10	35		
77	Lampadas para estufa 25w	Unid	50		50		
78	Lápis preto nº 2 Confeccionado em madeira mole, isenta de nós, apresentando colagem perfeita das metades com rígida fixação do grafite de maneira a não permitir seu descolamento ou quebra durante o apontamento o qual deverá formar cavaco contínuo e uniforme.deverá ser recoberto com tinta e verniz atóxicos e não laváveis, a barra interna de grafite deverá possuir constituição uniforme e sem impurezas. Características Geométricas:Diâmetro do lápis: 6,5 a 7,5 mm. Comprimento do lápis: 170 a 180 mm. Diâmetro do grafite: aprox. 2 mm.Características físicas:Formato: cilíndrico Tinta e Verniz: não tóxicos.Dureza do grafite: comum nº 2. Com certificação do INMETRO. caixa com 144 unidades.	CX c/144 unid	7	4	11		
79	Lapiseira 0.5	CX c/12 unid	50		50		
80	Limpador instantâneo para quadro branco	CX c/12 unid	20		20		
81	Livro ata com 100 fls Com 100 folhas formato 206X300mm Com 100 folhas pautadas e numeradas.	Unid	50	20	70		
82	Livro ata com 200 fls Com 200 folhas formato 206X300mm	Unid	50	20	70		
83	Livro protocolo de correspondência: com ¼ 100 folhas; Formato 160 x 220 mm - capa de papelão 0,705grs;	Unid	30	15	45		
84	Marcador para quadro branco - azul	CX c/12 unid	20		20		
85	Marcador para quadro branco - preto	CX c/12 unid	20		20		
86	Marcador para quadro branco - vermelho	CX c/12 unid	20		20		
87	Marcador permanente. Caixa com 12 unidades – azul. Possui uma escrita acentuada, ponta chanfrada, tinta de alta qualidade com cores vivas em várias superfícies	CX	5		5		

88	Marcador permanente. Caixa com 12 unidades – preto. Possui uma escrita acentuada, ponta chanfrada, tinta de alta qualidade com cores vivas em várias superfícies	CX	5		5		
89	Mouse óptico entrada PS2	Unid	30	10	40		
90	Mouse óptico entrada USB	Unid	20	5	25		
91	Papel A4 –75g/m². Papel produzido com fibras virgens de eucalipto, tratadas para obter um elevado grau de brancura. Gramatura: 75 g/m2.Formato: A4 (210 x 297mm). Embalagem: 1 resma de 500 folhas, cx com 10 resmas	CX	350	100	450		
92	Papel carbono tamanho ofício 22x33 azul/preto – cx 100 fls	CX	25	6	31		
93	Papel contact bobina Rolo com 25 m x 50cm, laminado de PVC auto-adesivo, protegido, no verso, por papel siliconado	Unid	5	5	10		
94	Papel lustroso 320x240mm nas cores (azul, rosa, amarelo, vermelho, verde, laranja) p/ encadernação, rolo aprox. 1m. Embalagem com 10 fls cada.	Pct c/10 unid	120	30	150		
95	Papel vergê 120g/m² - Papel A4 210x297 vergê: branco. CX 50 FL	CX	15	3	18		
96	Papel vergê 120g/m² - Papel A4 210x297 vergê: creme. CX 50 FL	CX	15	3	18		
97	Pasta AZ (grande), lombo largo, rótulo memorando. Medidas: 8x25x27cm.	Unid	120	25	145		
98	Pasta cartolina branca simples tipo ofício	Unid	1500	1000	2500		
99	Pasta catálogo c/100 envelopes A4 jumbo preta, Revestimento Interno e Externo da mesma cor, com plástico especial de alta durabilidade e de fácil limpeza, possui etiqueta de identificação frontal, acompanha 100 refis de plásticos para 200 folhas de papel 120 gramas, produto com ferragem, sendo muita prática para reposição de refis e manuseio diário.	Unid	150	40	190		
100	Pasta com aba e elástico. De papelão plastificado; pesando 280 g/m2; no tamanho ofício; com ilhoses de metal; (nas cores azul, verde, preto, amarelo, branco). Caixa com 10 unidades.	Unid	200	200	400		
101	Pasta com grampo de plástico, cor AMARELA - Pasta simples (papelão); de papel cartão; pesando 280g/m2; tamanho ofício, grampo trilho plástico. Embalagem com 10 unidades.	CX c/10 unid	100	10	110		
102	Pasta com grampo de plástico, cor AZUL – Pasta simples (papelão); de papel cartão; pesando 280g/m2; tamanho ofício, grampo trilho plástico. Embalagem com 10 unidades.	CX c/10 unid	100	50	150		
103	Pasta com grampo de plástico, cor BRANCO Pasta simples (papelão); de papel cartão; pesando 280g/m2; tamanho ofício, grampo trilho plástico. Embalagem com 10 unidades.	CX c/10 unid	100	10	110		
104	Pasta com grampo de plástico, cor PRETO - Pasta simples (papelão); de papel cartão; pesando 280g/m2; tamanho ofício, grampo trilho plástico. Embalagem com 10 unidades.	CX c/10 unid	100	10	110		
105	Pasta com grampo de plástico, cor VERDE - Pasta simples (papelão); de papel cartão; pesando 280g/m2; tamanho ofício, grampo trilho plástico. Embalagem com 10 unidades.	CX c/10 unid	100	10	110		
106	Pasta com grampo de plástico, cor VERMELHA simples Pasta simples (papelão); de papel cartão; pesando 280g/m2; tamanho ofício, grampo trilho plástico. Embalagem com 10 unidades.	CX c/10 unid	100	10	110		
107	Pasta de plástico transparente c/ elástico no tamanho ofício; (nas cores azul, verde, preto, amarelo, branco).	Unid	100	100	200		
108	Pasta plástica c/elástico para arquivo c/25 divisórias	Unid	50	10	60		
109	Pasta suspensa com grampo de plástico MARRON reforçada Corpo em Cartão Kraft, Possui 4 Ponteiras Plásticas, 2 Arames 402 mm BTC, Ponteiras ficadas com Ilhós, Acompanha 1visor e 1 Etiqueta Branca, 1 Grampo Plástico, Gramatura: 170 a 200g, Espessura: 0,25 a 0,28 mm, Medida : 361 x 240 mm, Caixa c/ 25 unidades.	CX c/25 unid	120	100	220		
110	Pasta suspensa com grampo de plástico PRETA Corpo em Cartão - Possui 4 Ponteiras Plásticas, 2 Arames 402 mm BTC, Ponteiras ficadas com Ilhós, Acompanha 1visor e 1 Etiqueta Branca, 1 Grampo Plástico, Gramatura: 170 a 200g, Espessura: 0,25 a 0,28 mm, Medida : 361 x 240 mm, Caixa c/ 25 unidades.	CX c/25unid	100	50	150		
111	Percevejos c/ 100 unid. Caixa com 100 unidades cada - latonados	CX	20	10	30		

112	Perfurador 2 furos para até 70fls de papel 75g/m2, Perfurador de papel metálico, Dimensões 240x115x112mm, Apoio da base em polietileno, Pinos perfuradores em aço e molas em aço, Diâmetro do furo 6mm, Distancia dos furos 80mm e Com margeador plástico	Unid	25		25		
113	Perfurador de papel médio: perfurador 2 furos para até 35 fls de papela 75g/m², Perfurador de papel metálico, Dimensões: 148x114x67mm, Apoio da base em polietileno, Pinos perfuradores em aço e molas em aço, Diâmetro do furo: 7mm, Distancia dos furos: 80mm, Com margeador em aço inoxidável	Unid	25	5	30		
114	Pistola para cola quente 40W .Aplicador de cola em bastão;Elétrico;Bastão de cola 1/2"; Bivolt - 110 V / 220 V; Potência 40 watts;Secagem da cola 1 minuto; Cola papel, plástico, madeira, cerâmica, flores artificiais, miniaturas e alguns metais; Utilização em artigos de artesanato; Acompanha 4 bastões; Medidas: Largura 16cm - Comprimento 15cm - Profundidade 3,5cm. Com certificação do Inmetro.	Unid	5		5		
115	Porta clip/caneta/papel recado acrílico	Unid	30	10	40		
116	Prancheta em plástico poliestireno no tamanho ofício com prendedor metálico.	Unid	20	20	40		
117	Quadro de avisos com imã 50x70	Unid	20	10	30		
118	Régua plástica 30 cm cristal. Embalagem com 25 unidades. Régua plástica de poliestireno cristal de 30cm, transparente, com divisão em milímetros, destaques a cada 5 milímetros com marcações numeradas a cada centímetro. As demarcações devem ser claras e precisas não podendo apresentar falhas, manchas, ou serem facilmente removidas. Comprimento = 310mm Largura = 26mm (tolerância: mais ou menos 1mm) Espessura = 1,7mm (tolerância: 0,3mm)	Emb c/25 unid	5	2	7		
119	Régua plástica 40 cm cristal. Embalagem com 25 unidades. Régua plástica de poliestireno cristal de 40cm, transparente, com divisão em milímetros, destaques a cada 5 milímetros com marcações numeradas a cada centímetro. As demarcações devem ser claras e precisas não podendo apresentar falhas, manchas, ou serem facilmente removidas. Comprimento = 310mm Largura = 26mm (tolerância: mais ou menos 1mm) Espessura = 1,7mm (tolerância: 0,3mm)	Emb c/25 unid	2		2		
120	Régua plástica 60 cm cristal. Embalagem com 25 unidades. Régua plástica de poliestireno cristal de 60cm, transparente, com divisão em milímetros, destaques a cada 5 milímetros com marcações numeradas a cada centímetro. As demarcações devem ser claras e precisas não podendo apresentar falhas, manchas, ou serem facilmente removidas. Comprimento = 310mm Largura = 26mm (tolerância: mais ou menos 1mm) Espessura = 1,7mm (tolerância: 0,3mm)	Emb c/25 unid	1		1		
121	Suporte para fita adesiva estreito	Unid	10		10		
122	Suporte para fita adesiva largo	Unid	5		5		
123	Suporte de mesa para pasta suspensa	Unid	20		20		
124	Teclado de mesa para computador entrada PS2 (Brasil ABNT2)	Unid	30	10	40		
125	Teclado de mesa para computador entrada USB (Brasil ABNT2)	Unid	20	5	25		
126	Tesoura multiuso com ponta, cabo recoberto por plástico, lamina em aço inox, com ponta, 21cm.	Unid	15	20	35		
127	Tesoura multiuso tamanho médio. Tamanho: 12 cm. Perfeita para uso doméstico, no escritório e escolar. Com ponta arredondada.	Unid	15	20	35		
128	Tinta para carimbo automático (cor preta) com 30 ml.	Unid	20	10	30		
129	Tinta para carimbo automático (cor vermelha) com 30 ml.	Unid	20		20		
130	TNT - Tecido não texturizado, 45 grs/m², medindo: 1,40m largura. Cores: 100 metros azul, 100 metros verde, 100 metros amarelo, 100 metros branco, 100 metros vermelho).	mt	500		500		
131	Umidificador de Dedos c/ 12 Estojos. (creme especial indicado para manuseio de papéis e papel moeda, creme ligeiramente perfumado, dificulta a propagação de fungos e bactérias, não tóxico).	CX	10	20	30		
132	Visor para pasta suspensa plástico c/etiqueta branca	Unid	500	500	1000		
TOTAL:							

Declaro que cumpro todos os itens estabelecidos em edital e especificações constantes neste anexo e na minuta contratual.

_____, ____ de _____ de 2010.

(Carimbo, nome e assinatura do representante legal)



ANEXO VI

À

Prefeitura Municipal de Itapoá

Av. 1.590, nº 430 – Balneário Itapoá

Itapoá (SC)

REF. PREGÃO 025/2010 – REGISTRO DE PREÇO Nº 021/2010 – AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE EXPEDIENTE PARA AS SECRETARIAS DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS EM GERAL E SAÚDE, CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONTIDAS NO ANEXO V DO EDITAL.

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 0063/2010.

DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE

Empresa: _____

Endereço: _____

CNPJ: _____

Declaramos, para efeito de participação no **Pregão nº 025/2010**, que nossa empresa tem enquadramento como () **MICROEMPRESA** () **EMPRESA DE PEQUENO PORTE** e, que em cumprimento ao § 4º do art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006:

- I. Em nosso capital não participa outra pessoa jurídica;
- II. Não somos filial, sucursal, agência ou representação, no País, de pessoa jurídica com sede no exterior;
- III. Não temos no capital pessoa física que seja inscrita como empresário ou seja sócia de outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado nos termos desta Lei Complementar 123/2006, em que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do caput do art. 3º da lei acima citada;
- IV. Não temos titular ou sócio que participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa não beneficiada por esta Lei Complementar, em que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do caput do art. 3º da lei acima citada;
- V. Não possuímos sócio ou titular que seja administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do caput do art. 3º da lei acima citada;
- VI. A empresa não é constituída sob a forma de cooperativa, (exceção às de consumo);
- VII. Não temos participação em capital de outra pessoa jurídica;
- VIII. Não exercemos atividade de banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento, de caixa econômica, de sociedade de crédito, financiamento e investimento ou de crédito imobiliário, de corretora ou de distribuidora de títulos, valores mobiliários e câmbio, de empresa de arrendamento mercantil, de seguros privados e de capitalização ou de previdência complementar;
- IX. A empresa não é resultante ou remanescente de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento de pessoa jurídica que tenha ocorrido em um dos 5 (cinco) anos-calendário anteriores;
- X. Não somos constituídos sob a forma de sociedade por ações.

_____, ____ de _____ de 2010.

(Carimbo, nome e assinatura do representante legal)

ANEXO VII

TUTORIAL PARA PREENCHIMENTO ADEQUADO DE ARQUIVO EXCEL

Algumas medidas foram adotadas visando agilizar os trabalhos da equipe Pregoeira, bem como o Processo Licitatório como um todo, a saber:

- A disponibilização para download, através do site **www.itapoa.sc.gov.br**, de arquivo em formato Excel previamente formatado nos padrões da Licitação modalidade Pregão Presencial da Prefeitura Municipal de Itapoa;
- Dentro deste arquivo Excel, a empresa deverá preencher os dados unicamente nos campos disponibilizados com cor de fundo azul, nas células *nome da empresa proponente*, *valores unitários de cada item e suas respectivas marcas*, conforme demonstra a figura 01;

Nome da Empresa Proponente		PROPOSTA DA EMPRESA			
ITEM	Apresentação do produto	Quantidade	Marca do Produto	Valor Unitário	Valor Total
1	Item 01	1		0,00	0,00
2	Item 02	1		0,00	0,00
3	Item 03	1		0,00	0,00
4	Item 04	1		0,00	0,00
5	Item 05	1		0,00	0,00
6	Item 06	1		0,00	0,00
7	Item 07	1		0,00	0,00
8	Item 08	1		0,00	0,00
9	Item 09	1		0,00	0,00
10	Item 10	1		0,00	0,00
11	Item 11	1		0,00	0,00
12	Item 12	1		0,00	0,00
13	Item 13	1		0,00	0,00
14	Item 14	1		0,00	0,00
15	Item 15	1		0,00	0,00
16	Item 16	1		0,00	0,00
17	Item 17	1		0,00	0,00
18	Item 18	1		0,00	0,00
19	Item 19	1		0,00	0,00
20	Item 20	1		0,00	0,00
Valor Total da Proposta =					R\$ 0,00

Figura 01. Imagem ilustrativa do arquivo Excel para preenchimento das empresas proponentes

- A coluna *Valor Total* está automatizada com fórmula para gerar corretamente o valor total da proposta da empresa. As demais células estão bloqueadas não sendo possível acrescentar quaisquer informações adicionais.
- O arquivo deve **obrigatoriamente** atender os quatro seguintes quesitos:
 - 1) ser preenchido e salvo em formato Excel;
 - 2) ser salvo com o nome da empresa proponente;
 - 3) ser gravado em mídia tipo compact disc (CD);
 - 4) e ser entregue junto ao envelope - **N° 1 de Proposta de Preço da Empresa (OBRIGATORIAMENTE)**

Não havendo nada mais digno de nota encerro o presente.

Itapoa, __ de _____ de 2010.

ANEXO VIII
MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

PREGÃO PRESENCIAL N° 025/2010
REGISTRO DE PREÇOS N° 021/2010
PROCESSO N° 063/2010

INTERESSADO: SECRETARIAS DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS EM GERAL E SECRETARIA DA SAÚDE

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE EXPEDIENTE CONFORME ENUNCIA O ANEXO V DO EDITAL.

Aos XX (XX) dias do mês de _____ do corrente ano de 2010, o Município de Itapoá, devidamente representado e assistido pela Secretária de Saúde, a Sra. **CRISTIANE MOTTA**, brasileira, solteira, portadora do CI.RG. n° 706378/MS, e do CNPF/MF: 608.237.121-68, e pelo Secretário de Administração e Finanças Sr. **CARLITO JOAQUIM CUSTÓDIO JÚNIOR**, portador do CI.RG.15.128.741-7/SP e do CNPF/MF: 492.980.979-72, e pelo Prefeito Municipal **ERVINO SPERANDIO**, brasileiro, divorciado, portador do RG n° 81.1881-7 SSP/PR e CNPF/MF n° 028.559.099-53, residente e domiciliado à Ana Maria Rodrigues de Freitas, s/n°, nesta cidade, e a empresa **xxxxxxx**, inscrita no CNPJ/MF sob n.º xxxxxxxx, com Inscrição Estadual sob n° xxxxx, com sede a Rua xxxxxxx, n° xxx, xº andar Bairro xxxxxxx, na cidade de xxxxx/xx, CEP: xxxx-xx, neste ato representada por seu Sócio Administrador o Sr. **xxxxxxxxxx**, acordam proceder, nos termos do Decreto Municipal n° 877/2009, de 23 de março de 2.009 e do edital do Pregão em epígrafe, ao **Registro de Preços** referente aos itens abaixo discriminados, com seu respectivo preço unitário.

Item	x			
x	Marca: x	Descrição do produto	Valor unit. R\$: x	Valor total R\$

1. Fica declarado que o preço registrado na presente Ata é válido pelo prazo de **12 (doze) meses** podendo ser prorrogada ou renovada de acordo com o interesse da Administração Pública, contado da data de sua assinatura, ficando automaticamente prorrogado o prazo de validade da proposta apresentada no Pregão em epígrafe.

2. O frete, bem como, outros impostos, deverão ficar por conta da empresa vencedora.

3. Os materiais deverão ser entregues parceladamente, mediante requisição da Secretaria Municipal de Saúde, Secretaria de Administração e Finanças, com entregas no prazo máximo de 03 (três) dias, contados do recebimento da solicitação, no endereço nos endereços indicados na emissão da ordem de entrega do produto/ pedido de material.

3.1. Fica o fornecedor (contratado) impedido de descarregar a mercadoria (pedido) sem um responsável da Contratante presente para fazer a devida conferência, e indicar o local adequado para seu armazenamento e/ou uso imediato.

3.1.1. É dever do entregador realizar a conferência da mercadoria entregue junto com o fiscal ou por alguém designado pela mesma. Os itens a ser avaliados são:

- a) Peso (kg) – quando for o caso;
- b) Quantidade;
- c) Validade;
- d) marca;
- e) situação do produto entrega;

3.1.2. O entregador só poderá deixar o local após total conferência dos itens citados.

3.2. A entrega deverá se dar nos locais pré determinados pelos fiscais do contratos das secretarias solicitantes em no mínimo 03 (três) dias úteis a partir da emissão da ordem entrega de mercadoria.

- 3.3. É vetado ao fornecedor avisar da falta de mercadoria no momento da entrega.
- 3.4 . É dever do fornecedor oferecer solução em tempo hábil para tais ocorrências.
- 3.5. Os horários indicados para as entregas deverão ser respeitados.
- 3.6. O entregador deverá estar devidamente uniformizado.
- 3.7. É de responsabilidade da contratada observar e cumprir com as regras estabelecidas para entrega.
4. O descumprimento de qualquer item supracitado implica no recebimento de Termo de não conformidade, que resultara nas penas cabíveis em lei.
5. Condições de pagamento: 10 (dez) dias da emissão da nota fiscal.
6. Declaramos conhecer e nos submetemos integralmente a todas as demais cláusulas e condições do edital de licitação, integralmente desta proposta.

Itapoá, __ de _____ de 2010.

Contratante
Ervino sperandio
Prefeito Municipal

Contratante
Cristiane Motta
Secretaria de Saúde

Contratante
Carlito Joaquim Custódio Júnior
Secretário de Administração e Finanças

Contratada

Pregão Presencial N° 030/2010 - PROCESSO N° 078/2010

PREGÃO PRESENCIAL N° 030/2010
REGISTRO DE PREÇOS N° 025/2010
PROCESSO N° 078/2010

AQUISIÇÃO TUBOS DE CONCRETO, CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONTIDAS NO ANEXO V DO EDITAL.

EDITAL DE LICITAÇÃO

PREGÃO N° 030/2010 – REGISTRO DE PREÇOS N° 025/2010 – AQUISIÇÃO DE TUBOS DE CONCRETO, CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONTIDAS NO ANEXO V DO EDITAL.

PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 0078/2010.

PREÂMBULO

Modalidade: PRESENCIAL

Tipo: MENOR PREÇO POR ITEM

Data Abertura: 04/08/2010.

Horas: 09h30min

Local: PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOÁ – SALA LICITAÇÕES E CONTRATOS.

O Município de Itapoá, CNPJ n° 81.140.303/0001-01, através Secretaria de Administração e Finanças, por intermédio de sua Pregoeira Oficial, Sra. FERNANDA CRISTINA ROSA, designada pelo Decreto n° 1108/2010 de 06/04/2010, torna público para conhecimento dos interessados que realizará licitação, na modalidade PREGÃO – REGISTRO DE PREÇOS, tipo MENOR PREÇO POR ITEM, destinada ao recebimento de propostas para fornecimento de AQUISIÇÃO DE TUBOS DE CONCRETO, CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONTIDAS NO ANEXO V DO EDITAL, em conformidade com a Lei n° 10.520/2002, com aplicação subsidiária da Lei n° 8.666/1993, que regulamentam o art. 37, inc. XXXI da Constituição Federal de 1988.

1. DO OBJETO E DATA DA SESSÃO PÚBLICA

1.1. Registro de Preços para AQUISIÇÃO DE TUBOS DE CONCRETO, CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONTIDAS NO ANEXO V DO EDITAL.

1.2. Informações sobre especificações técnicas dos produtos: Secretaria de Administração de Obras e Serviços Públicos, telefone (47) 3443-8800, das 07h:30m às 12h:00m e das 13h:30m às 17h:00m, com o Secretário de Obras e Serviços Públicos, Sr. Eloi Roberto Mendes.

1.3. É de responsabilidade da licitante interessada o acompanhamento do processo pelo site www.itapoa.gov.br, e www.diariomunicipal.sc.gov.br, até a data de divulgação do resultado da sessão pública, não se aceitando desconhecimento de publicações pertinentes.

1.4. As sessões públicas deste Pregão ocorrerão na sala da Administração, na sede da Prefeitura Municipal, localizada na Av. 1.590, n° 430, Balneário Itapoá, em Itapoá (SC), nas seguintes datas e horários:

1.4.1. ATÉ 08h:30m do dia 04/08/2010, para recebimento dos envelopes n° 01 (Proposta de Preços/Termo de Referência), n° 02 (Documentos de Habilitação), no setor de Protocolo do Órgão Tributário da Prefeitura Municipal de Itapoá.

1.4.2. Às 09h:30m do dia 04/08/2010, exclusivamente para o credenciamento e início da sessão de abertura dos envelopes de proposta e sessão de lances livres.

1.5. Os dois envelopes com os documentos deverão ser entregues e protocolados no Órgão Tributário da Prefeitura Municipal

de Itapoá na data e horário definidos no item 1.4.1. ou remetidos por qualquer outro meio desde que respeitados a data e horário estabelecidos, não assumindo o Município de Itapoá qualquer responsabilidade por entrega fora do prazo.

1.6. Será encaminhado, via e-mail, para cada empresa presente na primeira sessão cópia da Ata correspondente.

1.7. O Edital poderá ser retirado através do site www.itapoa.sc.gov.br, link "pregão", e www.diariomunicipal.sc.gov.br, ou na Secretaria de Administração e Finanças – Licitações e Contratos das 07h:30m às 12h:00m e 13h:30m e 17h:00m.

2. O PEDIDO E ENTREGA DOS PRODUTOS

2.1. A empresa vencedora deverá fornecer a quantidade solicitada pelo Município não podendo estipular em sua proposta de preços, cotas mínimas ou máximas, para remessa do produto, respeitadas as quantidades mínimas de transporte inerentes ao objeto do presente processo licitatório.

2.2. A entrega parcelada dos produtos dar-se-á após a assinatura da ata de registro de preços e da requisição emitida pelas Secretarias de Obras e Serviços Públicos.

2.3. Os pedidos, contendo as especificações dos produtos, seu quantitativo, prazo e local de entrega, serão feitos pelos nos termos do art. 67 da Lei n° 8.666/93, pelos servidores:

2.3.1. ELOI ROBERTO MENDES, portador do CNPF/MF n°: 437.225.559-49, matrícula n° 5197-7, nos termos do art. 67 da Lei n° 8.666/93.

2.4. O Contratante poderá determinar a substituição de qualquer produto devido a danos causados pelo transporte, defeitos de fabricação, má fé do fornecedor, qualquer fato que comprometa e integridade do produto, ou desatendimento às especificações técnicas contratuais, desde que devidamente comprovados, devendo ser substituído em até 36 (trinta e seis) horas, sob pena de rescisão da ata e aplicação das sanções cabíveis.

2.5. Todas as despesas inerentes ao cumprimento do disposto neste Edital são de responsabilidade exclusiva da empresa licitante, tais como: transporte, taxas e impostos, encargos e benefícios trabalhistas, eventuais danos e/ou prejuízos que venha a causar à Contratada ou a terceiros.

2.6. A Prefeitura Municipal de Itapoá não tem responsabilidade direta, indireta ou solidária em qualquer ônus que a licitante venha a incorrer no cumprimento do contrato decorrente deste processo licitatório.

3. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

3.1. A despesa decorrente da presente licitação corre por conta de dotação orçamentária, conforme abaixo:

Manutenção da Secretaria de Obras e Serviços Públicos – aplicações diretas: 147 - Fonte: 100 - Ação n° 2.048 – código reduzido do desdobramento n° 1356.

4. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

4.1. Poderão participar deste Pregão empresas com ramo de atividade pertinente ao seu objeto, e que satisfaçam as condições estabelecidas neste Edital e seus anexos.

4.2. A participação implica, na aceitação integral dos termos deste Edital e seus Anexos e leis aplicáveis.

4.3. As licitantes arcarão com todos os custos decorrentes da elaboração e apresentação de suas propostas, não incorrendo a Prefeitura Municipal de Itapoá em nenhum ônus, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

4.4. É vedada a participação nesta licitação, de empresa:

4.4.1. Suspensa ou impedida de licitar com Administração Pública;

4.4.2. Que estiverem em regime de falência;

4.4.3. Que esteja em processo de litígio, sob qualquer título, com esta Prefeitura;

4.4.4. Cujos sócios ou diretores pertençam, simultaneamente, a mais de uma empresa licitante.

4.4.5. Que esteja reunida em consórcio (independente de sua forma de constituição);

4.4.6. Que esteja em débito ou em processo de litígio, sob qualquer título, com o Executivo Municipal de Itapoá.

5. DO CREDENCIAMENTO

5.1. Todas as empresas licitantes deverão apresentar obrigatoriamente, a Pregoeira, na data, horário e local designado para início do Pregão, a documentação abaixo:

5.1.1. Credenciamento (com firma reconhecida em cartório) na forma do Anexo I, anexando o original ou cópia autenticada dos documentos abaixo, que comprove autoridade para credenciar, assim como o ramo de atividade da empresa. A pessoa credenciada, para efeitos de comprovação deverá apresentar documento de identificação pessoal, em documento original para conferência, ou fotocópia autenticada. O documento de credenciamento poderá ser substituído por procuração pública com poderes para representar a empresa de forma ampla ou direcionada a licitações.

a) Pela empresa comercial: o contrato social vigente, com todas as alterações anteriores ou a consolidação, se houver;

b) Pela sociedade civil: a inscrição do ato constitutivo, acompanhado de prova de diretoria em exercício, devidamente registrado;

c) Pela sociedade Anônima: a ata da Assembleia Geral que aprovou o estatuto social em vigor e a ata da Assembleia Geral que elegeu seus administradores, comprovadas por meio de publicação legal;

d) As firmas individuais: o Registro Comercial ou Declaração de Firma Individual.

5.1.2. Declaração de Habilitação, na forma do Anexo II.

5.1.3. Declaração da Inexistência de fato impeditivo, na forma do Anexo III.

5.1.4. As microempresas e empresas de pequeno porte que quiserem postergar a comprovação da regularidade fiscal limitado a 02 (dois) dias úteis e ter preferência no critério de desempate no julgamento das propostas, nos termos da LEI COMPLEMENTAR Nº 123, de 14 de dezembro de 2006, deverão apresentar, DECLARAÇÃO que estão enquadradas como microempresa e empresa de pequeno porte (conforme o caso) juntamente com a Certidão da Junta Comercial que comprove a situação, para que exerçam a preferência no critério de desempate no julgamento das propostas de preços, conforme modelo ANEXO VI.

5.1.4.1 - As microempresas ou empresas de pequeno porte deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação da regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, e uma vez declarada vencedora do certame, terá prazo de 02 (dois) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

5.1.4.1.1. - A não regularização da documentação, no prazo fixado, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei 8.666/93.

5.2. Na apresentação do Estatuto, Contrato Social ou inscrição do ato constitutivo em vigor e alterações, se houver, deverá constar, além da denominação social, a identificação do ramo de atividade da empresa, que deverá ser compatível com o objeto licitado.

5.3. Se a empresa licitante for representada por seu proprietário, deverá apresentar documento no original ou cópia autenticada, que comprove tal condição, dispensando-se a apresentação do documento de credenciamento (Anexo I).

5.4. A procuração pública em documento original ou cópia autenticada com amplos poderes, ou com poderes, no mínimo, iguais ao do Anexo I (Credenciamento), dispensa a apresentação do referido anexo.

5.5. Cada credenciado poderá representar apenas uma empresa licitante.

5.6. Será desconsiderado o documento de credenciamento remetido dentro dos envelopes de "Proposta de Preço" e "Documentos de Habilitação".

5.7. A licitante que não se fizer representar na Sessão Pública do pregão deverá entregar na forma estabelecida, sob pena de não aceitação da proposta, toda documentação solicitada neste Edital,

com exceção do Credenciamento (Anexo I).

5.8. A documentação descrita nos sub itens 5.1.1. a 5.1.3. ficará retida para composição do processo licitatório.

5.9. Documentos matriz/filial: Se a licitante responsável pelo contrato/fornecimento for a matriz, todos os documentos deverão estar em seu nome, e se a responsável for a filial, todos os documentos deverão estar em nome desta.

5.9.1. Os documentos que constarem expressamente serem válidos para todos os estabelecimentos - matriz e filiais - serão aceitos pela Pregoeira independentemente da inscrição do CNPJ da proponente, para efeito de julgamento.

5.10. Somente as licitantes que atenderem aos requisitos dos itens 5.1.1, 5.1.2 e 5.1.3 terão poderes para formular verbalmente, na sessão, novas propostas e lances de preços, manifestar, após a declaração do vencedor, imediata e motivadamente, a intenção de recorrer contra decisões da Pregoeira, assinar a ata da sessão pública, e praticar todos os demais atos inerentes ao certame em nome da licitante. A licitante que se retirar antes do término da sessão considerar-se-á que tenha renunciado ao direito de oferecer lances, recorrer dos atos do Pregoeiro, e assinar a ata.

5.11. A licitante que se retirar antes do término da sessão considerar-se-á que tenha renunciado ao direito de oferecer lances e recorrer dos atos do Pregoeiro, ficando tácita sua concordância com os registros lançados na Ata.

5.12. Declarado encerrado o procedimento de credenciamento, não mais será admitida a participação de outras licitantes.

6. DA APRESENTAÇÃO DOS ENVELOPES

6.1. As licitantes deverão entregar os dois envelopes, devidamente fechados e identificados, impreterivelmente até às 08h:30min do dia 04/08/2010 diretamente no Protocolo do Órgão Tributário da Prefeitura Municipal de Itapoá, ou remetidos por qualquer outro meio desde que respeitados a data e horário estabelecidos (sujeitos a penalidades), não assumindo o Município de Itapoá qualquer responsabilidade por entrega fora do prazo, com os seguintes dizeres na parte externa e frontal:

ENVELOPE 1: PREGÃO Presencial nº 030/2010 - Registro de Preços nº 025/2010 – AQUISIÇÃO DE TUBOS DE CONCRETO, CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONTIDAS NO ANEXO V DO EDITAL.

Prefeitura Municipal de Itapoá
"PROPOSTA DE PREÇO"
(Razão Social da licitante)

ENVELOPE 2: PREGÃO Presencial nº 030/2010 - Registro de Preços nº 025/2010 – AQUISIÇÃO DE TUBOS DE CONCRETO, CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONTIDAS NO ANEXO V DO EDITAL.

Prefeitura Municipal de Itapoá
"DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO"
(Razão Social da licitante)

6.2. NO ENVELOPE 1 "PROPOSTA DE PREÇO" a empresa licitante deverá apresentar o Anexo V (Proposta de Preço/Termo de Referência) preenchido por escrito, bem como preenchido digitalmente, conforme instruções do Anexo VII.

6.3. O Anexo V "TERMO DE REFERÊNCIA" deverá:

a) Contemplar o valor unitário inicial do item em que a licitante participe, utilizando o modelo do anexo ou reproduzindo-o com fidelidade e com preenchimento dos dados por datilografia, impresso via microcomputador, ou manuscrito redigido com clareza, em língua portuguesa, sem emendas, rasuras ou entrelinhas, devidamente datado, assinado e rubricado em todas as folhas pelo representante legal da licitante, contendo, em obediência à Lei Federal nº 9.069/95, os preços em moeda corrente nacional utilizando duas casas decimais, sendo permitido até três casas decimais quando o valor do lance inicial for inferior a R\$ 0,50 (cinquenta centavos).



b) No preço ofertado deverão estar incluídas todas e quaisquer despesas que, diretas ou indiretas, incidam ou venham a incidir à empresa para o competente cumprimento do estabelecido neste Edital e contrato decorrente, sejam quais forem, constituindo assim o valor proposto, e sua eventual alteração através do processo licitatório, a única remuneração pelo objeto a ser contratado.

c) Quaisquer custos omitidos na proposta ou incorretamente cotados serão considerados como inclusos nos preços, não sendo aceitos pleitos de acréscimos, a esse ou qualquer outro título, devendo o produto ser fornecido sem ônus adicional.

d) As Propostas que atenderem aos requisitos do Edital e seus Anexos serão verificadas quanto a erros, os quais serão corrigidos da seguinte forma:

o Erro na transcrição do produto: a redação será corrigida, mantendo-se o preço do item e a quantidade;

o Erros de transcrição da quantidade prevista no item: o valor da quantidade será corrigido, mantendo-se o preço unitário do item e a descrição do produto.

6.4. Preferencialmente, e exclusivamente para facilitar os trabalhos por parte do Pregoeiro, solicita-se às licitantes que encaminhem suas propostas nos moldes do Anexo V e VII.

6.5. NO ENVELOPE 2, "DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO" a licitante apresentará os documentos de habilitação, conforme solicitado abaixo.

6.6. A habilitação da licitante será comprovada mediante apresentação dos documentos abaixo relacionados para verificação de sua regularidade, com validade vigente se for o caso, e que passarão a compor o processo licitatório, devendo ser apresentados no documento original ou por qualquer processo de cópia desde que autenticada via Cartório ou na Prefeitura Municipal de Itapoá (por funcionário credenciado), ou ainda, quando publicados em órgão da imprensa oficial:

a) Para comprovação do ramo de atividade da empresa, que deverá ser compatível com o objeto do Pregão, deverá ser apresentado:

o Pela empresa comercial o contrato social vigente, com todas as alterações anteriores e/ou consolidado, se houver;

o Pela sociedade civil a inscrição do ato constitutivo, acompanhado de prova de diretoria em exercício, devidamente registrado;

o Pela sociedade anônima a ata da Assembléia Geral que aprovou o estatuto social em vigor e a ata da Assembléia Geral que elegeu seus administradores, comprovadas por meio de publicação legal;

o As firmas individuais o Registro Comercial ou Declaração de Firma Individual.

b) Certidão conjunta Negativa de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União emitida pela Secretaria da Receita Federal;

c) Certidão Negativa da Fazenda Estadual;

d) Certidão Negativa Municipal de Tributos, da sede da empresa licitante;

e) Certidão Negativa de Débitos, ou Positiva com efeitos de Negativa, da Seguridade Social (INSS);

f) Certidão de Regularidade junto ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

g) Alvará de Funcionamento, da sede da empresa licitante;

h) Cartão CNPJ/MF;

6.7. Na apresentação do Estatuto, Contrato Social ou inscrição do ato constitutivo em vigor, e possíveis alterações se houver, deverá constar, além da denominação social, a identificação do ramo de atividade da empresa, que deverá ser compatível com o objeto licitado.

6.8. Não serão aceitos protocolos de entrega ou solicitação de documento em substituição aos documentos requeridos no presente Edital e seus Anexos.

6.9. Documentos apresentados com a validade expirada acarretarão a inabilitação da licitante, e as certidões emitidas sem prazo de validade expresso, somente serão aceitas com data de emissão

não superior a 60 (sessenta) dias anterior à data de abertura do Pregão.

6.10. O documento extraído via Internet, deverá ser apresentado no original, e será conferido junto ao site correspondente, ficando inabilitada a empresa licitante se comprovado informação incorreta.

6.11. Se a documentação de habilitação, da licitante vencedora do item, não estiver de acordo com qualquer dispositivo deste Edital e seus Anexos, o Pregoeiro a considerará inabilitada, podendo a mesma ficar impedida de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal e Municípios, e poderá ser descredenciado no Sicafe, ou nos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV do art. 4º da Lei nº 10.520/02, pelo prazo de até cinco anos, sem prejuízo das multas previstas em edital, no contrato, e das demais cominações legais, considerando que através da Declaração de Habilitação (Anexo II) ela declarou estar devidamente habilitada para o certame.

7. DAS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

7.1. As microempresas e empresas de pequeno porte deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição. (Lei Complementar Federal nº 123, de 14 de dezembro de 2006)

7.1.1. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, é assegurado o prazo de 2 (dois) dias úteis, cujo termo inicial corresponde ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeitos de certidão negativa.

7.1.2. A não-regularização da documentação, no prazo previsto no item 7.1.1. implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

7.2. É assegurado, como critério de desempate, preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte. (Lei Complementar Federal nº 123, de 14 de dezembro de 2006)

7.3. Na modalidade "Pregão" entende-se por empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 5% (cinco por cento) superiores à proposta mais bem classificada realizada por empresa de grande porte.

7.3.1. Para efeito do disposto no item 7.2., caracterizado o empate, proceder-se-á da seguinte forma:

a) A microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada será convocada para apresentar nova proposta no prazo máximo de 5 (cinco) minutos após o encerramento dos lances, sob pena de preclusão;

b) A microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada apresentando proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, terá a adjudicação daquele objeto em seu favor;

c) Não ocorrendo a contratação da microempresa ou empresa de pequeno porte, na forma do item "b", serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na hipótese do item 7.2., na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;

d) No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontre no intervalo estabelecido no item 7.3, será realizado sorteio entre elas para que se identifique àquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

7.3.2. Na hipótese da não-contratação nos termos previstos no item 7.3.1, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame.

7.3.3. O disposto neste item 7.3 será aplicado quando a melhor oferta não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa

de pequeno porte.

8. DA SESSÃO DO PREGÃO

8.1. Na data e horário designados neste Edital, na presença dos licitantes e demais pessoas presentes ao ato público, a Pregoeira declarará aberta a sessão, anunciará as empresas que apresentaram os envelopes nº 1 (Proposta de Preços/Termo de Referência), e nº 2 (Documentos de habilitação) e dará início à fase de verificação dos documentos de credenciamento, inabilitando as empresas que as apresentarem divergente do solicitado.

8.2. A proposta de preço (Anexo V – Termo de Referência/Proposta de Preços), após abertura do certame, é considerada imutável não sendo possível qualquer tipo de correção e/ou alteração em suas informações, com exceção do previsto no item 6.3 “d”. Será feita a devida conferência e análise da sua conformidade com as exigências do Edital e seus Anexos, sendo estas, na sequência, rubricadas pela Pregoeira, Equipe de Apoio e licitantes credenciadas.

8.3. Na análise das propostas de preços, será desclassificada a empresa que:

8.3.1. A tiver elaborado em desacordo com as exigências do Edital e seus Anexos;

8.3.2. Apresentar preços unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, excessivos ou manifestamente inexequíveis, assim considerados aqueles que não venham a ter demonstrado sua viabilidade através de documentação comprovando que os custos são coerentes com os de mercado;

8.3.3. Apresentar proposta alternativa tendo como opção de preço ou marca, ou oferta de vantagem, baseada na proposta das demais licitantes.

8.4. A desclassificação da proposta da licitante importa sua preclusão na fase de lances verbais.

8.5. Definido a relação das licitantes credenciadas a Pregoeira fará divulgação verbal destas, lançando em ata.

8.6. Para fins de classificação das propostas, será considerado o menor preço por item.

8.7. A Pregoeira procederá à classificação da proposta de menor preço por item, e daquelas que tenham valores sucessivos e superiores em até 10% (dez por cento), relativamente à de menor preço, para participarem dos lances verbais.

8.8. Caso não haja pelo menos três propostas nas condições definidas no item 8.7, serão classificadas as propostas subsequentes que apresentarem os menores preços, até o máximo de três, já incluída a de menor preço, qualquer que tenham sido os valores oferecidos. (Inc. IX, art. 4º, da Lei 10.520/2002)

8.9. Na ocorrência de empate no valor ofertado, a ordem de lances será definida através de sorteio.

8.10. Às licitantes proclamadas classificadas será dada oportunidade para nova disputa por meio de lances verbais e sucessivos, de valores distintos e decrescentes, em relação à de menor preço, iniciando-se pelo autor da proposta de maior valor.

8.11. A cada nova rodada será efetivada a classificação momentânea das propostas, o que definirá a sequência dos lances seguintes.

8.12. O lance sempre deverá ser inferior ao anterior ou da proposta de menor preço, podendo a Pregoeira, quando a seu critério julgar necessário, determinar o valor mínimo aceitável de redução dos lances, de forma a evitar lances de valores ínfimos que implicariam em demasiado tempo para definição do licitante vencedor.

8.13. A desistência em apresentar lance verbal, quando convocado pela Pregoeira, implicará a exclusão da licitante da etapa de lances verbais e na manutenção do seu último preço para efeito de ordenação das propostas.

8.14. O encerramento da etapa competitiva dar-se-á quando, indagados pela Pregoeira, os licitantes manifestarem seu desinteresse em apresentar novos lances.

8.15. Encerrada a etapa de lances a Pregoeira aplicará as disposições legais previstas às microempresas e empresas de pequeno porte, verificará a aceitabilidade do melhor preço ofertado, comparando-o com os praticados no mercado, estimando-se este

por meio do custo médio obtido com os orçamentos previamente realizados para compor o preço médio.

8.16. Se a oferta não for aceitável por apresentar preço excessivo, a Pregoeira poderá negociar com as licitantes vencedoras objetivando melhor preço.

8.17. Se, na negociação não for obtido preço compatível com o praticado no mercado, a licitante que ofertou o melhor preço será declarada vencedora e, após encerramento do certame a Pregoeira consultará o titular da Secretaria responsável pela licitação, para que se manifeste formal e motivadamente sobre a adjudicação do item, pela Pregoeira que, juntamente com a Equipe de Apoio registrará a aceitação do item em nova ata.

8.18. Quando todas as licitantes forem inabilitadas ou todas as propostas forem desclassificadas, a Pregoeira poderá fixar prazo de até oito dias úteis para a apresentação de novos documentos, eliminando-se as causas referidas no ato inabilitatório ou desclassificatório.

8.19. Não poderá haver desistência ou alteração de lances ofertados, sujeitando-se a licitante desistente às sanções cabíveis.

8.20. Caso não ocorram lances verbais, será verificada a conformidade entre a proposta escrita de menor preço e o valor estimado para a contratação, hipótese em que a Pregoeira poderá negociar diretamente com a licitante para que seja obtido melhor preço.

8.21. Constatado o atendimento pleno às exigências editalícias, será declarada a licitante como vencedora, sendo-lhe adjudicado a “posteriori” o item, em documento próprio, condicionada a adjudicação à apreciação dos recursos sobre a sessão pública que porventura sejam impetrados, e cumprimento das condições habilitatórias.

8.22. A Pregoeira, sempre que julgar necessário negociará diretamente com a licitante para obtenção de melhor preço.

8.23. Verificando-se o adiamento da sessão pública do Pregão, por razões fundamentadas, a Pregoeira determinará nova data para continuação dos trabalhos, ficando intimadas, no mesmo ato as empresas licitantes presentes e credenciadas no certame, e será lavrada ata, a ser assinada por todos os presentes, relatando todos os atos e fatos ocorridos até o momento da suspensão da sessão pública, inclusive os motivos do adiamento.

8.24. Encerrada a fase de lances e de habilitação lavrar-se-á ata circunstanciada, na qual serão registradas as ocorrências relevantes e que, ao final, deverá ser assinada pela Pregoeira, licitantes credenciados presentes e membros da Equipe de Apoio. Os envelopes contendo documentos das licitantes inabilitadas ficarão de posse da licitadora, que os devolverá após consecução do processo licitatório ou os incinerará caso não sejam retirados no prazo fixado pelo Pregoeiro.

8.25. O resultado final do certame será disponibilizado no site www.itapoa.sc.gov.br, e www.diariomunicipal.sc.gov.br, afixado no mural da Prefeitura Municipal de Itapoa, para intimação e conhecimento dos interessados.

9. DOS RECURSOS DA SESSÃO PÚBLICA

9.1. Qualquer licitante, desde que motivadamente e ao final da sessão (facultativo a Pregoeira a suspensão das fases), após a Pregoeira abrir o tempo para recursos, poderá manifestar a intenção de recorrer de atos da Pregoeira, sendo suas justificativas aceitas, estas serão registradas resumidamente em ata e lhe será concedido o prazo de 3 (três) dias úteis para a apresentação das razões do recurso, ficando as demais licitantes desde logo intimadas a apresentar as contra-razões, em igual prazo, que começará a correr do término do prazo da recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos. A falta de manifestação importará a decadência do direito de recurso.

9.2. O recurso contra a decisão da Pregoeira deverá ser apresentado no original, sob protocolo, e importará a invalidação apenas dos atos insusceptíveis de aproveitamento, sendo adjudicado os itens não recorridos.

9.3. O recurso deverá ser dirigido à Pregoeira que prestará a esta as informações em até três dias úteis, para sua análise e julgamento em até três dias úteis.



9.4. Decidido(s) o(s) recurso(s) e constatada a regularidade dos atos procedimentais, a autoridade competente adjudicará o objeto à licitante vencedora, comunicando a empresa que recorreu, ou, se procedente o recurso a Pregoeira e a Equipe de Apoio providenciarão as correções necessárias através de nova ata, comunicando as empresas envolvidas na solução.

9.5. A decisão em grau de recurso será definitiva e dela dar-se-á conhecimento às empresas interessadas, através de comunicação por escrito via fax.

9.6. A homologação da presente licitação compete ao Prefeito Municipal ou a pessoa cuja esta competência tenha sido delegada.

10. DA IMPUGNAÇÃO DO EDITAL

10.1. Decairá o direito de solicitar esclarecimento ou providência e de impugnar o Edital, aquele que não o fizer até o 2º (segundo) dia útil anterior à data de abertura do Pregão, cabendo ao Pregoeiro decidir sobre a petição no prazo de 24 (vinte e quatro) horas.

10.2. Pedido de impugnação ao Edital deverá ser formal e protocolado no Setor do Protocolo do Município (vedada a manifestação via fax ou e-mail) endereçada ao Pregoeiro em até dois dias úteis antes da data fixada para abertura da sessão pública. Se remetido via postal, com AR, deverá obedecer ao mesmo prazo. Será ignorado pedido de impugnação que não atenda ao prazo legal e as formas estabelecidas nesta cláusula.

10.3. Acolhida a petição será cancelado o processo licitatório, com publicação de novo Edital com as correções necessárias, reiniciando o prazo legal, ou publicado "errata" do Edital com as adequações desde que o erro não afete a formulação das propostas através do Anexo V.

10.4. A solução do pedido de impugnação será comunicada ao requerente por meio eletrônico via internet, e publicada no site www.itapoa.sc.gov.br, link "pregão", www.diariomunicipal.sc.gov.br, e mural da Prefeitura.

11. DO REAJUSTE E DO PAGAMENTO

11.1. Os preços serão fixos e irrevogáveis pelo período de vigência do Contrato Administrativo decorrente deste processo licitatório.

11.2. A variação do valor contratual para fazer face ao reajuste de preços, compensações ou penalizações financeiras decorrentes das condições de pagamento nele previstas, bem como o empenho de dotações orçamentárias suplementares até o limite do seu valor corrigido, não caracterizam alteração do mesmo, podendo ser registrados por simples apostila, dispensando a celebração de aditamento.

11.3. Homologada a licitação e assinado a ata de registro de preço, a Adjudicatária fará entrega dos produtos conforme solicitado por pessoa credenciada, juntamente com nota fiscal correspondente, que será paga entre os dias 22 e 25 de cada mês, desde que entregue até o dia 15(quinze).

11.4. Na ocorrência de rejeição da (s) nota (s) fiscal (is), motivada por erro ou incorreções, o prazo para pagamento passará a ser contado a partir da data da sua reapresentação.

Para efeito de emissão da nota fiscal, esta deverá ser emitida em nome da "Prefeitura Municipal de Itapoá", Rua nº 1.590, nº 430, Itapoá (SC), C.N.P.J. nº 81.140.303/0001-01, constando no corpo da nota a expressão PREGÃO Presencial nº 030/2010 - Registro de Preços nº 025/2010 – AQUISIÇÃO DE TUBOS DE CONCRETO, CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONTIDAS NO ANEXO V DO EDITAL.

12. DAS PENALIDADES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1. Se a Adjudicatária não celebrar o contrato ou instrumento equivalente no prazo estabelecido, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução do seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato ou instrumento equivalente, comportar-se de modo inconveniente na sessão pública, ou cometer fraude fiscal, garantido o direito prévio da ampla defesa, poderá sofrer sanção de advertência, suspensão temporária de participar em licitação ficando impedida de contratar com a Prefeitura Municipal de Itapoá, e declaração de inidoneidade para licitar

ou contratar com a Administração Pública.

12.2. Além das penalidades citadas, a licitante/contratada ficará sujeita, ainda, ao cancelamento de sua inscrição no Cadastro de Fornecedores da Prefeitura e, no que couber, às demais penalidades referidas no capítulo IV da Lei nº 8.666/1993 e na minuta contratual em anexo, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato (ou instrumento equivalente) e das demais cominações legais.

12.3. O atraso injustificado na entrega do objeto contratado sujeitará a Adjudicatária à multa de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso, incidente sobre o valor contratado.

12.4. Se o total da multa atingir um valor igual ou superior a 10% (dez por cento) da contratação, a Adjudicatária poderá ser declarada inidônea para licitar e contratar com a Administração Pública.

12.5. O descumprimento das obrigações e demais condições do Edital e seus Anexos, sujeitará a licitante às sanções legais cabíveis.

12.6. Antes da aplicação de qualquer penalidade serão garantidos ampla defesa e o contraditório à licitante, por período a ser estabelecido, antes que haja decisão definitiva da Prefeitura Municipal de Itapoá.

12.7. Acerca das multas a serem aplicadas à contratada, ficará retida a parte do pagamento a ela correspondente, sendo, posteriormente liberado em caso de absolvição e, definitivamente descontado do pagamento em caso de condenação na esfera administrativa.

13. DAS CONDIÇÕES PARA CONTRATAÇÃO

13.1. Homologada a licitação, a licitante vencedora será convocada para, no prazo de 03 (três) dias a partir da notificação, assinar a ata de registro, na forma do Anexo VIII, podendo este prazo ser prorrogado, a critério da Administração, desde que ocorra motivo justificado.

13.2. Quando a licitante vencedora não apresentar situação regular, no ato da assinatura do contrato ou instrumento equivalente, ou recusar-se a assiná-lo, o Pregoeiro a desclassificará, registrando na Ata pertinente, e convocará as licitantes remanescentes, na ordem de classificação, restabelecendo a sessão, para negociar diretamente com a proponente melhor classificada e posterior abertura do seu envelope "Documentos de Habilitação". Respeitado os procedimentos já definidos neste Edital, será declarada a (s) nova (s) adjudicatária (s) dos itens homologados à licitante desclassificada.

13.2.1. Neste caso, a recusa injustificada da adjudicatária, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-o às penalidades previstas em lei, exceção feita às licitantes que se negarem a aceitar a contratação, fora da validade de suas propostas.

13.3. Fará parte integrante do contrato todos os elementos apresentados pela licitante vencedora e que tenham servido de base para o julgamento da licitação, bem como as condições estabelecidas neste Pregão, independentemente de transcrição.

14. DA VIGÊNCIA

14.1. A ata de registro de preços terá vigência de 12 (doze) meses, podendo ser renovado se de interesse do Município e concordância da Contratada, com a correção dos valores negociada entre as partes, limitado pelo percentual INPC – Índice Nacional de Preços ao Consumidor apurado no período.

14.2. A licitante vencedora deverá manter, na vigência do Contrato Administrativo, as mesmas condições de habilitação exigidas na licitação, podendo a Prefeitura, a qualquer tempo, solicitar documentos que comprovem regularidade da Adjudicatária.

15. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

15.1. Empresas licitantes que retirarem o Edital através do site www.itapoa.sc.gov.br, e www.diariomunicipal.gov.br, deverão, para possibilitar comunicações consideradas importantes por parte da Pregoeira, informar pelo fax (47) 3443-8828, os dados na forma do Anexo IV.

15.2. Antes de aberta a sessão pública da licitação, o presente Edital e seus Anexos poderão ser alterados pela licitadora, no interesse público por sua iniciativa ou decorrente de provocação de terceiros, atendido o que estabelece o art. 21, § 4º, da Lei nº 8.666/93, bem como adiar ou prorrogar o prazo para início do certame aqui regulamentado.

15.3. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os participantes, desde que não comprometam o interesse da Administração, a finalidade e a segurança da contratação.

15.4. É facultado a Pregoeira ou Autoridade Superior, em qualquer fase da licitação, a promover diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar no ato inicial da sessão pública.

15.5. Fica assegurado à Prefeitura Municipal de Itapoá, nos casos previstos em Lei e motivadamente, o direito de a qualquer tempo e no interesse da Administração, anular a presente licitação ou revogar no todo ou em parte, bem como a sua homologação, sem que caiba aos licitantes qualquer direito a indenização.

15.6. As proponentes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

15.7. Após a apresentação da proposta não caberá desistência, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pela Pregoeira.

15.8. É vedada a subcontratação, cessão ou transferência no todo ou em parte da execução do contrato, sem expressa anuência da Prefeitura Municipal de Itapoá e, em sendo autorizado não existirá qualquer vínculo contratual ou de responsabilidade entre eventuais empresas subcontratadas e a Prefeitura, perante a qual a única responsável pelo cumprimento deste Contrato será sempre a Adjudicatária vencedora deste certame licitatório.

15.9. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário e local retro estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário do Pregoeiro.

15.10. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento.

15.11. Só se iniciam e vencem prazos em dias de expediente na Prefeitura Municipal de Itapoá.

15.12. O desatendimento de exigências formais não essenciais, não importará no afastamento da licitante, desde que seja possível a aferição da sua qualificação e a exata compreensão da sua proposta.

15.12.1. Exigências formais não essenciais são aquelas cujo descumprimento não acarrete irregularidade no procedimento, em termos de processualização, bem como, não importem em vantagem a um ou mais licitantes em detrimento dos demais.

15.13. A Adjudicatária é obrigada a aceitar, nas mesmas condições da licitação, os acréscimos ou supressões, nos termos estabelecidos no § 1º do inciso II, do art. 65 da Lei nº 8.666/93.

15.14. A Administração poderá, até a assinatura do contrato ou outro documento equivalente, inabilitar a licitante sem direito a indenização ou ressarcimento e sem prejuízo de outras sanções cabíveis, se vier a ter conhecimento de fato ou circunstância anterior ou posterior ao julgamento da licitação que desabone a habilitação jurídica, as qualificações técnica e econômico-financeira e a regularidade fiscal da licitante. Neste caso, o Pregoeiro convocará as licitantes remanescentes, na ordem de classificação, restabelecendo a sessão para negociar diretamente com a proponente melhor classificada e posterior abertura do seu envelope "Documentos de Habilitação", respeitando os procedimentos já descritos neste Edital até que seja o objeto adjudicado à licitante declarada vencedora.

15.15. Qualquer pedido de esclarecimento em relação a eventuais dúvidas na interpretação do presente Edital e seus Anexos, exceto detalhes técnicos sobre os produtos, deverá ser encaminhado

a Pregoeira, pessoalmente no endereço: Av. 1.590, nº 430, em Itapoá (SC), ou pelo telefone (47) 3443-8815, ou através de fax pelo telefone (047) 3443-8828 das 07h:30m às 12h:00m, e das 13h:30m às 17h:00m.

15.16. Para dirimir as questões relativas ao presente Edital, elege-se como foro competente o de Itapoá (SC), com exclusão de qualquer outro por mais privilegiado que seja ou venha a se tornar.

16. DOS ANEXOS - São partes integrantes deste Edital, os seguintes anexos:

- 16.1. Anexo I – Credenciamento;
 - 16.2. Anexo II – Declaração de Habilitação;
 - 16.3. Anexo III – Declaração da inexistência de fato impeditivo;
 - 16.4. Anexo IV – Recibo de retirada do Edital (via Internet);
 - 16.5. Anexo V – Termo de Referência (proposta de preços);
 - 16.6. Anexo VI – Declaração de microempresa ou empresa de pequeno porte.
 - 16.7. Anexo VII – Termo de Referência/Proposta de Preços (Arquivo EXCEL) digital.
 - 16.8. Anexo VIII – Minuta da ata de registro de preço.
- Itapoá (SC), 23 de julho de 2010.

ERVINO SPERANDIO
PREFEITO MUNICIPAL

ELOI ROBERTO MENDES
SECRETÁRIO DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

FERNANDA CRISTINA ROSA
PREGOEIRA OFICIAL DO MUNICÍPIO



ANEXO I

À

Prefeitura Municipal de Itapoá

Av. 1.590, nº 430 – Balneário Itapoá

Itapoá (SC)

C R E D E N C I A M E N T O

Empresa: _____

Endereço: _____

CNPJ: _____

Na qualidade de responsável legal pela empresa acima qualificada credenciamos o Sr. _____, portador da Carteira de Identidade com RG nº _____ e inscrito no C.P.F./M.F. sob nº _____ a nos representar no **PREGÃO Presencial nº 030/2010 - Registro de Preços nº 025/2010 – AQUISIÇÃO DE TUBOS DE CONCRETO, CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONTIDAS NO ANEXO V DO EDITAL**, com poderes para formular ofertas, lances de preço, recorrer de decisões do Pregoeiro, renunciar a recurso, **assinar o contrato decorrente do certame**, e praticar demais atos pertinentes ao certame em nome da representada.

_____, ____ de ____ de 2010

Carimbo, nome e assinatura do representante legal
(COM FIRMA RECONHECIDA EM CARTÓRIO)

ANEXO II

À

Prefeitura Municipal de Itapoá

Av. 1.590, nº 430 – Balneário Itapoá

Itapoá (SC)

DECLARAÇÃO DE HABILITAÇÃO

Empresa: _____

Endereço: _____

CNPJ: _____

A empresa acima qualificada **DECLARA**, sob as penas cabíveis, que possui todos os requisitos exigidos no presente Edital, para a habilitação, quanto às condições de qualificação jurídica, técnica, econômico-financeira e regularidade fiscal para participar do Pregão nº **030/2010**, **DECLARANDO** ainda, estar ciente que a falta de atendimento a qualquer exigência para habilitação constante do Edital ensejará exclusão do certame e aplicação de penalidades.

_____, ____ de ____ de 2010.

Carimbo, nome e assinatura do representante legal

ANEXO III

À

Prefeitura Municipal de Itapoá

Av. 1.590, nº 430 – Balneário Itapoá

Itapoá (SC)

Ref. PREGÃO Presencial nº 030/2010 - Registro de Preços nº 025/2010 – AQUISIÇÃO DE TUBOS DE CONCRETO, CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONTIDAS NO ANEXO V DO EDITAL.

DECLARAÇÃO DA INEXISTÊNCIA DE FATO IMPEDITIVO

Empresa: _____

Endereço: _____

CNPJ: _____

DECLARAMOS não haver superveniência impeditiva, e que não estamos impedidos de participar de licitação em qualquer órgão ou entidade da administração pública direta Federal, Estadual ou Municipal, e de que estamos cientes da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores assinada pelo Responsável Técnico Administrador e pelo Representante legal da licitante.

_____, ____ de ____ de 2010.

Carimbo, nome e assinatura do representante legal

ANEXO IV

À

Prefeitura Municipal de Itapoá

Av. 1.590, nº 430 – Balneário Itapoá

Itapoá (SC)

RECIBO DE RETIRADA DE EDITAL VIA INTERNET

Informamos haver interesse em participar do Pregão nº **030/2010** e para tanto registramos os dados de nossa empresa para eventuais contatos pela Pregoeira:

Nome: _____

Endereço: _____

CEP: _____ - _____ CIDADE: _____ ESTADO: _____

C.N.P.J./MF: _____ TELEFONE: () _____ - _____

FAX: _____ - _____ E-MAIL: _____

Pessoa para contato: _____

_____, ____ de março de 2010.

(Carimbo, nome e assinatura do representante legal)**(remeter fax através do telefone (47) 3443-8828 – das 07h:30m às 12h:00m e das 13h:30m às 17h:00m)**

ANEXO V – TERMO DE REFERENCIA – PROPOSTA DE PREÇOS**PREGÃO 030/2010 – REGISTRO DE PREÇO N° 025/2010 – AQUISIÇÃO DE TUBOS CONCRETO, CONFORME ESPECIFICAÇÕES ABAIXO:****PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOÁ - SC****SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS****PREGÃO N° 030/2010****PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 078/2010****MODALIDADE: PRESENCIAL****ABERTURA: 04/08/2010****TIPO: MENOR PREÇO ITEM****HORAS: 09h30min****Proponente:****CNPJ/MF: INSCRIÇÃO ESTADUAL:****Endereço:****Cidade/UF:****Fone/Fax:****E-MAIL:**

Item	Especificação do Objeto	Qtde	Preço Unid.	Preço Total
1	Tubos de concreto armado CA-1 0,40x100 cm	100		
2	Tubos de concreto armado CA-1 0,60x100 cm	600		
3	Tubos de concreto armado CA-1 0,80 x100 cm	100		
Total				

Declaro que cumpro todos os itens estabelecidos em edital e especificações constantes neste anexo e na minuta contratual.

_____, ____ de _____ de 2010.

(Carimbo, nome e assinatura do representante legal)

ANEXO VI

À

Prefeitura Municipal de Itapoá

Av. 1.590, nº 430 – Balneário Itapoá

Itapoá (SC)

REF. PREGÃO 030/2010 – REGISTRO DE PREÇO Nº 025/2010 – AQUISIÇÃO DE TUBOS DE CONCRETO, CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONTIDAS NO ANEXO V DO EDITAL.**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 0078/2010.****DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE**

Empresa: _____

Endereço: _____

CNPJ: _____

Declaramos, para efeito de participação no **Pregão nº 030/2010**, que nossa empresa tem enquadramento como () **MICROEMPRESA** () **EMPRESA DE PEQUENO PORTE** e, que em cumprimento ao § 4º do art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006:

- I. Em nosso capital não participa outra pessoa jurídica;
- II. Não somos filial, sucursal, agência ou representação, no País, de pessoa jurídica com sede no exterior;
- III. Não temos no capital pessoa física que seja inscrita como empresário ou seja sócia de outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado nos termos desta Lei Complementar 123/2006, em que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do caput do art. 3º da lei acima citada;
- IV. Não temos titular ou sócio que participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa não beneficiada por esta Lei Complementar, em que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do caput do art. 3º da lei acima citada;
- V. Não possuímos sócio ou titular que seja administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do caput do art. 3º da lei acima citada;
- VI. A empresa não é constituída sob a forma de cooperativa, (exceção às de consumo);
- VII. Não temos participação em capital de outra pessoa jurídica;
- VIII. Não exercemos atividade de banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento, de caixa econômica, de sociedade de crédito, financiamento e investimento ou de crédito imobiliário, de corretora ou de distribuidora de títulos, valores mobiliários e câmbio, de empresa de arrendamento mercantil, de seguros privados e de capitalização ou de previdência complementar;
- IX. A empresa não é resultante ou remanescente de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento de pessoa jurídica que tenha ocorrido em um dos 5 (cinco) anos-calendário anteriores;
- X. Não somos constituídos sob a forma de sociedade por ações.

_____, ____ de _____ de 2010.

(Carimbo, nome e assinatura do representante legal)

ANEXO VII

TUTORIAL PARA PREENCHIMENTO ADEQUADO DE ARQUIVO EXCEL

Algumas medidas foram adotadas visando agilizar os trabalhos da equipe Pregoeira, bem como o Processo Licitatório como um todo, a saber:

- A disponibilização para download, através do site **www.itapoa.sc.gov.br**, de arquivo em formato Excel previamente formatado nos padrões da Licitação modalidade Pregão Presencial da Prefeitura Municipal de Itapoa;
- Dentro deste arquivo Excel, a empresa deverá preencher os dados unicamente nos campos disponibilizados com cor de fundo azul, nas células *nome da empresa proponente*, *valores unitários de cada item e suas respectivas marcas*, conforme demonstra a figura 01;

Nome da Empresa Proponente		PROPOSTA DA EMPRESA			
ITEM	Apresentação do produto	Quantidade	Marca do Produto	Valor Unitário	Valor Total
1	Item 01	1		0,00	0,00
2	Item 02	1		0,00	0,00
3	Item 03	1		0,00	0,00
4	Item 04	1		0,00	0,00
5	Item 05	1		0,00	0,00
6	Item 06	1		0,00	0,00
7	Item 07	1		0,00	0,00
8	Item 08	1		0,00	0,00
9	Item 09	1		0,00	0,00
10	Item 10	1		0,00	0,00
11	Item 11	1		0,00	0,00
12	Item 12	1		0,00	0,00
13	Item 13	1		0,00	0,00
14	Item 14	1		0,00	0,00
15	Item 15	1		0,00	0,00
16	Item 16	1		0,00	0,00
17	Item 17	1		0,00	0,00
18	Item 18	1		0,00	0,00
19	Item 19	1		0,00	0,00
20	Item 20	1		0,00	0,00

Valor Total da Proposta = R\$ 0,00

Figura 01. Imagem ilustrativa do arquivo Excel para preenchimento das empresas proponentes

- A coluna *Valor Total* está automatizada com fórmula para gerar corretamente o valor total da proposta da empresa. As demais células estão bloqueadas não sendo possível acrescentar quaisquer informações adicionais.
- O arquivo deve obrigatoriamente atender os quatro seguintes quesitos:
 - 1) ser preenchido e salvo em formato Excel;
 - 2) ser salvo com o nome da empresa proponente;
 - 3) ser gravado em mídia tipo compact disc (CD);
 - 4) e ser entregue junto ao envelope - **N° 1 de Proposta de Preço da Empresa (NÃO OBRIGATÓRIO)**

Não havendo nada mais digno de nota encerro o presente.

Itapoa, __ de _____ de 2010.

ANEXO VIII
MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

PREGÃO PRESENCIAL N° 030/2010
REGISTRO DE PREÇOS N° 025/2010
PROCESSO N° 078/2010

INTERESSADO: SECRETARIAS DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

OBJETO: AQUISIÇÃO DE TUBOS DE CONCRETO, CONFORME ENUNCIA O ANEXO V DO EDITAL.

Aos XX (XX) dias do mês de _____ do corrente ano de 2010, o Município de Itapoá, devidamente representado e assistido pelo Secretário de Obras e Serviços Públicos o Sr. **ELOI ROBERTO E MENDES**, portador do CNPF/MF n°: 437.225.559-49, matrícula n° 5197-7, e pelo Prefeito Municipal **ERVINO SPERANDIO**, brasileiro, divorciado, portador do RG n° 81.1881-7 SSP/PR e CNPF/MF n° 028.559.099-53, residente e domiciliado à Ana Maria Rodrigues de Freitas, s/n°, nesta cidade, e a empresa **xxxxxxx**, inscrita no CNPJ/MF sob n.º xxxxxxxx, com Inscrição Estadual sob n° xxxxx, com sede a Rua xxxxxxxx, n° xxx, xº andar Bairro xxxxxxxx, na cidade de xxxxx/xx, CEP: xxxx-xx, neste ato representada por seu Sócio Administrador o Sr. **xxxxxxxxxx**, acordam proceder, nos termos do Decreto Municipal n° 877/2009, de 23 de março de 2.009 e do edital do Pregão em epígrafe, ao **Registro de Preços** referente aos itens abaixo discriminados, com seu respectivo preço unitário.

Item	x			
x	Marca: x	Descrição do produto	Valor unit. R\$: x	Valor total R\$

1. Fica declarado que o preço registrado na presente Ata é válido pelo prazo de **12 (doze) meses** podendo ser prorrogada ou renovada de acordo com o interesse da Administração Pública, contado da data de sua assinatura, ficando automaticamente prorrogado o prazo de validade da proposta apresentada no Pregão em epígrafe.

2. O frete, bem como, outros impostos, deverão ficar por conta da empresa vencedora.

3. Os materiais deverão ser entregues parceladamente, mediante requisição da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos, com entregas no prazo máximo de 03 (três) dias, contados do recebimento da solicitação, no endereço nos endereços indicados na emissão da ordem de entrega do produto/ pedido de material.

3.1. Fica o fornecedor (contratado) impedido de descarregar a mercadoria (pedido) sem um responsável da Contratante presente para fazer a devida conferência, e indicar o local adequado para seu armazenamento e/ou uso imediato.

3.1.1. É dever do entregador realizar a conferência da mercadoria entregue junto com o fiscal ou por alguém designado pela mesma. Os itens a ser avaliados são:

- a) Peso (kg) – quando for o caso;
- b) Quantidade;
- c) Validade;
- d) marca;
- e) situação do produto entrega;

3.1.2. O entregador só poderá deixar o local após total conferência dos itens citados.

3.2. A entrega deverá se dar nos locais pré determinados pelo fiscal do contrato da secretaria solicitante em no mínimo 03 (três) dias úteis a partir da emissão da ordem entrega do objeto.

- 3.3. É vetado ao fornecedor avisar da falta de mercadoria no momento da entrega.
- 3.4 . É dever do fornecedor oferecer solução em tempo hábil para tais ocorrências.
- 3.5. Os horários indicados para as entregas deverão ser respeitados.
- 3.6. O entregador deverá estar devidamente uniformizado.
- 3.7. É de responsabilidade da contratada observar e cumprir com as regras estabelecidas para entrega.
4. O descumprimento de qualquer item supracitado implica no recebimento de Termo de não conformidade, que resultara nas penas cabíveis em lei.
5. Condições de pagamento: 10 (dez) dias da emissão da nota fiscal.
6. As despesas serão suportadas pela seguinte dotação orçamentária: Manutenção da Secretaria de Obras e Serviços Públicos – aplicações diretas: 147 - Fonte: 100 - Ação nº 2.048 – código reduzido do desdobramento nº 1356.
7. Declaramos conhecer e nos submetemos integralmente a todas as demais cláusulas e condições do edital de licitação, integralmente desta proposta.

Itapoá, __ de ____ de 2010.

Contratante
Ervino sperandio
Prefeito Municipal

Contratante
Eloi Roberto Mendes
Secretário de Obras e Serviços Públicos

Contratada

Joaçaba

PREFEITURA MUNICIPAL

Portaria n.º 2.157

PORTARIA Nº 2.157 DE 13 DE JULHO DE 2010
"CONTRATA FUNCIONÁRIO(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA - SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, resolve;

Art. 1º. CONTRATAR, o(a) Sr(a) ALICE CARDOZO DE AGUIAR, Técnico de Administração, a partir da data de 13 de julho de 2010 a 12 de julho de 2011, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Lei Complementar n.º 097 de 18 de março de 2005 e por ter sido classificado em teste seletivo n.º 001/2010.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba - SC, em 13 de julho de 2010
RAFAEL LASKE

Portaria n.º 2.158

PORTARIA Nº 2.158 DE 13 DE JULHO DE 2010
"CONTRATA POR PRAZO DETERMINADO FUNCIONARIO(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA - SC, no uso das atribuições legais e em especial o Art. 37, inciso IX da Constituição Federal,

RESOLVE:

Art. 1º. CONTRATAR POR PRAZO DETERMINADO, o(a) Sr(a) ELIANE BONATTO DEMBINSKI ALVES durante o período de 13 de julho de 2010 a 17 de dezembro de 2010, para exercer as funções de Professor ACT-LP com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho-CLT, Lei Complementar nº 080 de 12 de março de 2004 e por ter sido classificado em teste seletivo 002/2010, em substituição a Sra. Marcilene Trentini Ubialle que solicitou demissão.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba - SC, em 13 de julho de 2010
RAFAEL LASKE

Portaria n.º 2.159

PORTARIA Nº 2.159 DE 15 DE JULHO DE 2010
"RESCINDE CONTRATO DE TRABALHO DE FUNCIONARIO(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 60, incisos I, IX e XI da Lei Orgânica do Município de Joaçaba, RESOLVE:

Art. 1º. RESCINDIR, por haver expirado o prazo o contrato de Trabalho do(a) Senhor(a) FABIANO ZARDO, Monitor Social - Abrigo, lotado(a) na Secretaria Municipal Ação Social, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Lei Complementar n.º 097 de 18 de março

de 2005 e por ter sido classificado em teste seletivo n.º 006/2008.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba - SC, em 15 de julho de 2010
RAFAEL LASKE

Portaria n.º 2.160

PORTARIA Nº 2.160 DE 15 DE JULHO DE 2010
"CONCEDE LICENÇA-PRÊMIO A SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, RESOLVE;

CONCEDER a(o) Servidor(a) LEODGARD DE OLIVEIRA RAMOS, Operador de Máquinas, LICENÇA-PRÊMIO a que tem direito, pedido protocolado a Secretaria Municipal de Infraestrutura, referente ao período de 01 de janeiro de 2007 a 31 de dezembro de 2007 (12 dias) por um período de 12 (doze) dias, a partir de 13 de julho de 2010 de acordo com a Lei nº 76 de 11 de Dezembro de 2003.

Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 13 de julho de 2010, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba (SC), em 15 de julho de 2010.
RAFAEL LASKE

Portaria n.º 2.161

PORTARIA Nº 2.161 DE 15 DE JULHO DE 2010
"CONTRATA FUNCIONÁRIO(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA - SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, resolve;

Art. 1º. CONTRATAR, o(a) Sr(a) SILVANA MILENA MANTOVANI DE ALMEIDA, Técnico de Administração, a partir da data de 13 de julho de 2010 a 12 de julho de 2011, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Lei Complementar n.º 097 de 18 de março de 2005 e por ter sido classificado em teste seletivo n.º 001/2010.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 13 de julho de 2010, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba - SC, em 15 de julho de 2010
RAFAEL LASKE

Portaria n.º 2.162

PORTARIA Nº 2.162 DE 19 DE JULHO DE 2010
"CONCEDE LICENÇA-PRÊMIO A SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, RESOLVE;

CONCEDER a(o) Servidor(a) ERTON LUIZ DA SILVA AMORA, Auxiliar de Serviços Internos, LICENÇA-PRÊMIO a que tem direito, pedido protocolado a Secretaria Municipal de Infraestrutura, referente ao período de 01 de janeiro de 2009 a 31 de dezembro de 2009 (12 dias) por um período de 12 (doze) dias, a partir de 19 de julho de 2010 de acordo com a Lei nº 76 de 11 de Dezembro

de 2003.

Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecendo o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba (SC), em 19 de julho de 2010.

RAFAEL LASKE

Aplicação de Penalidade nº 1/2010 - Nilce Proner Gaglietti Confecções

Considerando a caracterização do descumprimento da regularização fiscal no prazo previsto no Edital PP nº 11/2010 e no art. 43 da Lei Complementar nº 123/2006;

Considerando o Ofício nº 259/2010, datado de 10 de junho de 2010, que cientificou esta empresa quanto às sanções previstas na Lei nº 10.520/2002, Decreto nº 2.879/2006 e no ato convocatório, as quais poderiam ser aplicadas quando do inadimplemento; Considerando que não prosperou a DEFESA formulada por esta empresa em 18/06/2010, haja vista que não houve comprovação de fato que a eximisse da aplicação das penalidades; Considerando ainda, o parecer emitido pela Procuradoria Jurídica do Município (cópia em anexo).

O Município de Joaçaba, com fulcro no disposto no art. 14 do Decreto nº 2.879/2006 e no subitem 11.1.2 do Edital PP nº 11/2010, RESOLVE aplicar à empresa NILCE PRONER GAGLIETTI CONFECÇÕES-ME, CNPJ nº 11.097.192/0001-12, as seguintes penalidades:

1. Impedimento de contratar com a Administração Pública Municipal, pelo prazo de 01 ano e, conseqüentemente, o descredenciamento por igual período, a contar da data deste Ofício;

2. Multa de R\$ 297,72 (duzentos e noventa e sete reais e setenta e dois centavos), correspondente a 10% (dez por cento) do valor a ser contratado por ocasião do processamento do Pregão.

2.1. Para o recolhimento da multa, encaminhamos em anexo, o Documento de Arrecadação Municipal - DAM, com vencimento para 30/07/2010.

Salienta-se que, o não pagamento da multa no prazo estipulado, ensejará o seu lançamento em Dívida Ativa.

Atenciosamente,
RAFAEL LASKE
Prefeito

Massaranduba

PREFEITURA MUNICIPAL

Lei Nº. 1193 de 21 de JULHO de 2010

LEI Nº. 1193 DE 21 DE JULHO DE 2010

DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA PARA 2011 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

MÁRIO FERNANDO REINKE, Prefeito Municipal de Massaranduba, (SC), faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte LEI:

I - DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º O Orçamento do Município de Massaranduba, para o exercício de 2011, será elaborado e executado observando as diretrizes, objetivos, prioridades e metas estabelecidas nesta lei, compreendendo:

I - as metas fiscais;

II - as prioridades e metas da administração municipal extraída do Plano Plurianual para 2010/2013;

III - a estrutura dos orçamentos;

IV - as diretrizes para a elaboração e a execução dos orçamentos do Município e suas alterações;

V - as disposições sobre dívida pública municipal;

VI - as disposições sobre despesas com pessoal e seus encargos;

VII - as disposições sobre alterações na legislação tributária; e

VIII - as disposições gerais.

II - DAS PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 2º As metas fiscais de receitas, despesas, resultado primário, nominal e montante da dívida pública para os exercícios de 2011, 2012 e 2013, de que trata o art. 4º da Lei Complementar nº 101/2000, são as identificadas no ANEXO V desta lei, e que conterà ainda:

I - Anexo I - Orçamento da Receita

II - Anexo II - Prioridades e Metas.

III - Anexo III - Demonstrativo dos Riscos Fiscais.

IV - Anexo IV - Demonstrativo da Compatibilização das Metas de Despesas.

III - DAS PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO PARA 2011

Art. 3º As prioridades e metas da Administração Municipal para o exercício financeiro de 2011, são aquelas definidas e demonstradas nos ANEXOS de que trata o artigo 2º desta lei.

Art. 4º Na elaboração da proposta orçamentária para 2011, o Poder Executivo poderá aumentar ou diminuir as metas físicas estabelecidas nesta lei e identificadas no Anexo II, a fim de compatibilizar a despesa orçada á receita prevista, de forma a preservar a suficiência de caixa.

IV - DA ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DOS ORÇAMENTOS

Art. 5º Para efeito desta Lei, entende-se por:

I - programa, o instrumento de organização da ação governamental visando à concretização dos objetivos pretendidos;

II - ação, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, denominado por projeto, atividade ou operação especial;

III - atividade, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais resulta em produto necessário à manutenção da atuação governamental;

IV - projeto, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações, limitadas no tempo, das quais resulta um produto que concorre para a expansão ou aperfeiçoamento da atuação governamental;

V - operação especial, as despesas que não contribuem para a manutenção, expansão ou aperfeiçoamento das atuações de governo, das quais não resulta um produto, e não gera contraprestação direta sob a forma de bens e serviços;

VI - unidade orçamentária, o menor nível da classificação institucional, agrupada em órgãos orçamentários, entendidos estes como os de maior nível da classificação institucional;

VII - receita ordinária, aquelas previstas para ingressarem no caixa da unidade gestora de forma regular, seja pela competência de tributar e arrecadar, seja por determinação constitucional no partilhamento dos tributos de competência de outras esferas de

**DOM/SC**

ASSINADO DIGITALMENTE

www.diariomunicipal.sc.gov.br

governo;

VIII - execução física, a autorização para que o contratado realize a obra, forneça o bem ou preste o serviço;

IX - execução orçamentária, o empenho e a liquidação da despesa, inclusive sua inscrição em restos a pagar;

X - execução financeira, o pagamento da despesa, inclusive dos restos a pagar já inscritos;

§ 1º Cada programa identificará as ações necessárias para atingir os seus objetivos, sob a forma de projetos, atividades ou operações especiais, e estas com identificação da Classificação Institucional, Funcional Programática, Categoria Econômica, Diagnóstico Situacional do Programa, Diretrizes, Objetivos, Metas Físicas e indicação das fontes de financiamento na forma da Portaria Conjunta 03/2008.

§ 2º A categoria de programação de que trata o artigo 167, VI da Constituição Federal, serão identificadas por projetos, atividades ou operações especiais.

Art. 6º O orçamento para o exercício financeiro de 2011 abrangerá os Poderes Legislativo e Executivo e seus Fundos, e será estruturado em conformidade com a configuração Organizacional da Prefeitura.

Art. 7º A Lei Orçamentária para 2011 evidenciará as Receitas e Despesas de cada uma das Unidades Gestoras, identificadas com código da destinação dos recursos, especificando aquelas vinculadas a seus Fundos, desdobradas as despesas por função, subfunção, programa, projeto, atividade ou operações especiais e, quanto a sua natureza, por categoria econômica, grupo de natureza de despesa e elemento de despesa, tudo em conformidade com as Portarias MOG nº 42/1999, Interministerial nº 163/2001, Conjunta 03/2008 e alterações posteriores, na forma dos seguintes Anexos:

I - Demonstrativo da Receita e Despesa, segundo as Categorias Econômicas (Anexo I, da Lei 4.320/64 e Adendo II da Portaria SOF nº 8/85);

II - Demonstrativo da Receita, segundo as Categorias Econômicas (Anexo II, da Lei 4.320/64 e Adendo III da Portaria SOF nº 8/85);

III - Resumo Geral da Despesa, segundo as Categorias Econômicas (Anexo III, da Lei 4.320/64 e Adendo III da Portaria SOF/SEPLAN nº 8/85);

IV - Demonstrativo da Despesa por Categoria Econômica, Grupos de Natureza de Despesa e Elemento de Despesa em cada Unidade Orçamentária (Anexo III, da Lei 4.320/64 e Adendo III da Portaria SOF nº 8/85);

V - Programa de Trabalho (Adendo V da Portaria SOF/SEPLAN nº 8/85);

VI - Programa de Trabalho de Governo - Demonstrativo da Despesa por Funções, Sub-Funções, Programas, Projetos, Atividades e Operações Especiais (Anexo VI da Lei 4.320/64 e Adendo V da Portaria SOF/SEPLAN nº 8/85);

VII - Demonstrativo da Despesa por Funções, Sub-Funções, Programas, Projetos, Atividades e Operações Especiais (Anexo 7, da Lei nº 4.320/64 e Adendo VI da Portaria SOF/SEPLAN nº 8/85);

VIII - Demonstrativo da Despesa por Funções, Sub-Funções e Programas, conforme o Vínculo com os Recursos (Anexo 8, da Lei 4.320/64 e Adendo VII da Portaria SOF/SEPLAN nº 8/85);

IX - Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9, da Lei 4.320/64 e Adendo VIII da Portaria SOF/SEPLAN nº 08/85);

X - Demonstrativo da Evolução da Receita por fontes, conforme disposto no Artigo 12 da Lei de Responsabilidade Fiscal;

XI - Demonstrativo da estimativa e Compensação da Renúncia de Receita, na forma estabelecida no Art. 14 da LRF; (Art. 5º, II da LRF);

XII - Demonstrativo da Evolução da Despesa no mínimo por categoria econômica, conforme disposto no Artigo 22 da Lei 4.320/64;

XIII - Demonstrativo da Compatibilidade da Programação dos Orçamentos com as Metas Fiscais e Físicas estabelecidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias; (Art. 5º, I da LRF);

XIV - Demonstrativo dos Riscos Fiscais considerados para 2011. (Art. 5º, III);

XV - Demonstrativo da Origem e Aplicação dos Recursos Derivados da Alienação de Bens e Direitos que integram o Patrimônio Público. (Art. 44 da LRF);

Art. 8º A mensagem de encaminhamento da Proposta Orçamentária de que trata o Art. 22, Parágrafo Único, I da Lei 4.320/64, conterá:

I - Quadro Demonstrativo da Participação Relativa de cada fonte na composição da Receita total (Princípio da transparência Art. 48 da LRF)

II - Quadro demonstrativo da despesa por unidade orçamentária e sua participação relativa (Princípio da transparência Art. 48 da LRF)

Art. 9º A Reserva de Contingência da Unidade Gestora Central será constituída, exclusivamente, de recursos da destinação "00" - Ordinários do orçamento fiscal e corresponderá a pelo menos 1% (um por cento) da Receita Corrente Líquida prevista.

V - DAS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DOS ORÇAMENTOS DO MUNICÍPIO

Art. 10 Os Orçamentos para o exercício de 2011 e as suas execuções, obedecerão entre outros, ao princípio da transparência e do equilíbrio entre receitas e despesas em cada destinação, abrangendo os Poderes Legislativo e Executivo, e seus Fundos. (ART. 1º, § 1º, 4º, I, "a", 50, I e 48 da LRF).

Art. 11 Os estudos para definição dos Orçamentos da Receita para 2011 deverão observar os efeitos da alteração da legislação tributária, incentivos fiscais autorizados, a inflação do período, o crescimento econômico, a ampliação da base de cálculo dos tributos e a sua evolução nos últimos três exercícios. (Art. 12 da LRF).

Art. 12 Se a receita estimada para 2010, comprovadamente, não atender ao disposto no artigo anterior quanto aos estudos e as estimativas, o Legislativo, quando da discussão da Proposta Orçamentária, poderá solicitar do Executivo Municipal a sua alteração e a conseqüente adequação do orçamento da despesa.

Art. 13 Na execução do orçamento, verificado que o comportamento da receita ordinária poderá afetar o cumprimento das metas de resultados primário e nominal, os Poderes Legislativo e Executivo, de forma proporcional as suas dotações, adotarão o mecanismo da limitação de empenhos e movimentação financeira nos montantes necessários, observado a destinação de recursos, nas seguintes dotações abaixo: (ART. 9º da LRF).

I - Contrapartida para projetos ou atividades vinculados a recursos oriundos de fontes extraordinárias como convênios, operações de crédito, alienação de ativos, desde que ainda não comprometidos;

II - Obras em geral, desde que ainda não iniciadas;

III - Dotação para combustíveis destinada a frota de veículos dos setores de transportes, obras, serviços públicos e agricultura; e

IV - Dotação para material de consumo e outros serviços de terceiros das diversas atividades.

Parágrafo Único Na avaliação do cumprimento das metas bimestrais de arrecadação para implementação ou não do mecanismo da limitação de empenho e movimentação financeira, será considerado ainda o resultado financeiro apurado no Balanço Patrimonial do exercício anterior, observada a vinculação da destinação de recursos.



Art. 14 Constituem riscos fiscais capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas do Município, aqueles constantes do ANEXO III desta Lei. (ART. 4º, § 3º da LRF).

§ 1º Os riscos fiscais, caso se concretizem, serão atendidos com recursos da Reserva de Contingência e também, se houver, do excesso de arrecadação e do superávit financeiro do exercício de 2010.

§ 2º Sendo estes recursos insuficientes, o Executivo Municipal encaminhará Projeto de Lei a Câmara, propondo anulação de recursos ordinários alocados para investimentos, desde que não comprometidos.

Art. 15 Os orçamentos para o exercício de 2011 destinarão recursos para a Reserva de Contingência, não inferiores a 1% (um por cento) das Receitas Correntes Líquidas previstas para o mesmo exercício. (ART. 5º, III da LRF).

§ 1º - Os recursos da Reserva de Contingência serão destinados ao atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos, e também para abertura de créditos adicionais suplementares ou especiais para despesas não orçadas ou orçadas a menor, conforme disposto na Portaria MPO nº 42/99, art. 5º, Portaria STN nº 163/2001, art. 8º e demonstrativo de riscos fiscais no ANEXO III. (Art. 5º, III, "b" da LRF).

§ 2º - Os recursos da Reserva de Contingência destinados a riscos fiscais, caso estes não se concretizem até o dia 10 de dezembro de 2011, poderão, excepcionalmente, ser utilizados por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal para abertura de créditos adicionais suplementares de dotações que se tornaram insuficientes.

Art. 16 Os investimentos com duração superior a 12 (doze) meses só constarão da Lei Orçamentária Anual se contemplados no Plano Plurianual. (Art. 5º, § 5º da LRF).

Art. 17 O Chefe do Poder Executivo Municipal estabelecerá até 30 dias após a publicação da Lei Orçamentária Anual: o desdobramento da receita prevista em metas bimestrais de arrecadação, a programação financeira das receitas e despesas e o cronograma de execução mensal para suas Unidades Gestoras, considerando nestas, eventuais déficits financeiros apurados nos Balanços Patrimoniais do exercício anterior, de forma a restabelecer o imediato equilíbrio de caixa. (ART. 8º, 9º e 13 da LRF).

Art. 18 Os projetos e atividades priorizados na Lei Orçamentária para 2011 com dotações vinculadas à destinação de recursos oriundos de transferências voluntárias, operações de crédito, alienação de bens e outros, só serão executados e utilizados a qualquer título, se ocorrer ou estiver garantido o seu ingresso no fluxo de caixa, respeitado ainda o montante ingressado ou garantido. (ART. 8º, § único e 50, I da LRF).

Parágrafo Único - Na Lei Orçamentária Anual os Orçamentos da Receita e da Despesa identificarão com codificação adequada cada uma das destinações de recursos, de forma que o controle da execução observe o disposto no caput deste artigo. (Art. 8º, § único e 50, I da LRF).

Art. 19 A renúncia de receita estimada para o exercício financeiro de 2011, constantes do anexo específico desta lei, não será considerada para efeito de cálculo do orçamento da receita. (ART. 4º, § 2º, V e ART. 14, I da LRF)

Art. 20 A transferência de recursos do Tesouro Municipal às entidades privadas, beneficiará somente aquelas de caráter educativo, assistencial, recreativo, cultural, esportivo, de cooperação técnica e voltada para o fortalecimento do associativismo municipal e dependerá de autorização em lei específica. (ART. 4º, I, "f" e

26 da LRF).

Parágrafo Único. As entidades beneficiadas com recursos do Tesouro Municipal deverão prestar contas no prazo de 60 (sessenta) dias, contados do recebimento do recurso, na forma estabelecida pelo serviço de contabilidade. (Art. 70, Parágrafo único da CF).

Art. 21. Os procedimentos administrativos de estimativa do impacto orçamentário-financeiro e declaração do ordenador da despesa de que trata o artigo 16, itens I e II da Lei Complementar nº 101/2000 deverão ser inseridos no processo que abriga os autos da licitação ou de sua dispensa/inexigibilidade.

Parágrafo Único. Para efeito do disposto no Art. 16, § 3º da Lei de Responsabilidade Fiscal, são consideradas despesas irrelevantes, aquelas decorrentes da criação, expansão ou aperfeiçoamento da ação governamental que acarrete aumento da despesa, cujo montante no exercício financeiro de 2011, em cada evento, não exceda ao valor imite para dispensa de licitação fixado no item I do Art. 24 da Lei 8.666/93, devidamente atualizado. (ART. 16, § 3º da LRF).

Art. 22 As obras em andamento e a conservação do patrimônio público terão prioridade sobre projetos novos na alocação de recursos orçamentários salvo projetos programados com recursos de transferências voluntárias e operações de crédito. (ART. 45 da LRF).

Art. 23 Despesas de competência de outros entes da Federação só serão assumidas pela Administração Municipal quando firmados por convênios, acordos ou ajustes e previstos recursos na lei orçamentária. (ART. 62 da LRF).

Art. 24 A previsão das receitas e a fixação das despesas serão orçadas para 2011 a preços correntes.

Art. 25 A transposição, o remanejamento ou a transferência de recursos de um Grupo de Natureza de Despesa/Elemento de Despesa para outro, dentro de cada Projeto, Atividade ou Operações Especiais, poderá ser feita por Decreto do Prefeito Municipal. (Art. 167, VI da CF).

Art. 26 Durante a execução orçamentária de 2011, o Executivo Municipal, autorizado por lei, poderá incluir novos projetos, atividades ou operações especiais no orçamento das unidades gestoras na forma de crédito especial, desde que se enquadre nas prioridades para o exercício de 2011 e constantes desta lei. (Art. 167, I da CF).

Art. 27 Os programas priorizados por esta lei, extraídos do Plano Plurianual conforme Demonstrativo da Compatibilização das Metas de Despesas - ANEXO IV, e contemplados na Lei Orçamentária para 2011, serão desdobrados em metas trimestrais para avaliação permanente pelos responsáveis e em audiência pública na Comissão de Orçamento e Finanças da Câmara até o final dos meses de maio, setembro e fevereiro, de modo a acompanhar o cumprimento dos seus objetivos, corrigir desvios, avaliar gastos e cumprimento das metas físicas estabelecidas. (Art. 4º, I, "e" e 9º, § 4º da LRF).

VI - DAS DISPOSIÇÕES SOBRE A DÍVIDA PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 28 A Lei Orçamentária de 2011 poderá conter autorização para contratação de Operações de Crédito para atendimento à Despesas de Capital, observado o limite de endividamento de 50% das receitas correntes líquidas apuradas até o segundo mês imediatamente anterior a assinatura do contrato, na forma estabelecida na LC 101/2000. (Artigos 30, 31 e 32 da LRF).



Art. 29 A contratação de operações de crédito dependerá de autorização em lei específica. (Art. 32, I da LRF).

Art. 30 Ultrapassado o limite de endividamento definido no Artigo 28 desta lei, enquanto perdurar o excesso, o Poder Executivo obterá resultado primário necessário através da limitação de empenho e movimentação financeira nas dotações definidas no Artigo 13 desta lei. (Art. 31, § 1º, II da LRF).

VII- DAS DISPOSIÇÕES SOBRE DESPESAS COM PESSOAL

Art. 31 O Executivo e o Legislativo Municipal, mediante lei autorizativa, poderão em 2011, criar cargos e funções, alterar a estrutura de carreiras, corrigir ou aumentar a remuneração dos servidores, conceder vantagens, admitir pessoal aprovado em concurso público ou em caráter temporário na forma da lei, observados os limites e as regras da Lei de Responsabilidade Fiscal. (Artigo 169, parágrafo 1º, II da CF). Poderá ainda o Executivo Municipal contribuir para plano de assistência à saúde dos servidores municipais, de acordo com a disponibilidade financeira e mediante lei autorizativa.

Parágrafo único. Os recursos para as despesas decorrentes destes atos deverão estar previstos na lei de orçamento para 2011 ou em créditos adicionais.

Art. 32 Nos casos de necessidade temporária, de excepcional interesse público, devidamente justificado pela autoridade competente, a Administração Municipal poderá autorizar a realização de horas extras pelos servidores quando as despesas com pessoal excederem a 95% do limite estabelecido no Art. 20, III da Lei de Responsabilidade Fiscal. (ART. 22, § único, V da LRF).

Art. 33 O Executivo Municipal adotará as seguintes medidas para reduzir as despesas com pessoal caso elas ultrapassem os limites estabelecidos na Lei de Responsabilidade Fiscal. (ART. 19 e 20 da LRF).

- I - eliminação de vantagens concedidas a servidores;
- II - eliminação das despesas com horas extras.
- III - exoneração de servidores ocupantes de cargo em comissão;
- IV - demissão de servidores admitidos em caráter temporário.

Art. 34 Para efeito desta lei e registros contábeis, entende-se como terceirização de mão-de-obra referente substituição de servidores de que trata o artigo 18, § 1º da LRF, a contratação de mão-de-obra cujas atividades ou funções guardem relação com atividades ou funções previstas no Plano de Cargos da Administração Municipal de Massaranduba, ou ainda, atividades próprias da Administração Pública Municipal, desde que, em ambos os casos, não haja utilização de materiais ou equipamentos de propriedade do contratado ou de terceiros.

Parágrafo Único. Quando a contratação de mão-de-obra envolver também fornecimento de materiais ou utilização de equipamentos de propriedade do contratado ou de terceiros, por não caracterizar substituição de servidores, a despesa será classificada em outros elementos de despesa que não o "34 - Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização".

VIII - DAS DISPOSIÇÕES SOBRE ALTERAÇÃO DA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

Art. 35 O Executivo Municipal, autorizado em lei, poderá conceder ou ampliar benefício fiscal de natureza tributária com vistas a estimular o crescimento econômico, a geração de emprego e renda, ou beneficiar contribuintes integrantes de classes menos favorecidas, conceder anistia para estimular a cobrança da dívida ativa, devendo esses benefícios ser considerados nos cálculos do orçamento da receita e serem objeto de estudos do seu impacto

orçamentário e financeiro no exercício em que iniciar sua vigência e nos dois subseqüentes. (ART. 14 da LRF).

Art. 36 Os tributos lançados e não arrecadados, inscritos em dívida ativa, cujos custos para cobrança sejam superiores ao crédito tributário, poderão ser cancelados, mediante autorização em lei, não se constituindo como renúncia de receita para efeito do disposto no Art. 14 da Lei de Responsabilidade Fiscal. (ART. 14, § 3º da LRF).

Art. 37 O ato que conceder ou ampliar incentivo, isenção ou benefício de natureza tributária ou financeira constante do Orçamento da Receita, somente entrará em vigor após adoção de medidas de compensação, seja por aumento da receita ou mediante cancelamento, pelo mesmo período, de despesas em valor equivalente. (Art. 14, § 2º da LRF)

IX- DAS DISPOSIÇÕES GERAIS.

Art. 38 O Executivo Municipal enviará a proposta orçamentária à Câmara Municipal no prazo estabelecido na Lei Orgânica do Município, que a apreciará e a devolverá para sanção até o dia 15/12/2010.

§ 1º A Câmara Municipal não entrará em recesso enquanto não cumprir o disposto no "Caput" deste artigo.

§ 2º Se a lei orçamentária anual não for devolvida para sanção até o início do exercício financeiro de 2011, fica o Executivo Municipal autorizado a executar em cada mês, até 1/12 das dotações da proposta orçamentária encaminhada ao Poder Legislativo.

Art. 39 Os créditos especiais e extraordinários, abertos nos últimos quatro meses do exercício, poderão ser reabertos no exercício subseqüente, por ato do Chefe do Poder Executivo.

Art. 40 O Executivo Municipal está autorizado a assinar convênios com o Governo Federal e Estadual através de seus órgãos da administração direta ou indireta para realização de obras ou serviços de competência do Município ou não, durante o exercício de 2011.

Art. 41 A presente Lei entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 1º de janeiro de 2011.

PAÇO MUNICIPAL DE MASSARANDUBA, EM 21 DE JULHO DE 2010
MÁRIO FERNANDO REINKE
Prefeito Municipal

Publicado no expediente na data supra
MAURÍCIO PRAWUTZKI
Diretor de Administração e Finanças

Contrato de Compra e Venda Nº. 49/2010

CONTRATO DE COMPRA E VENDA Nº. 49/2010

PREFEITURA MUNICIPAL DE MASSARANDUBA

ESTADO DE SANTA CATARINA

PROCESSO: Concorrência p/ compras e serviços nº. 05/2010

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE MASSARANDUBA

CONTRATADO: SANTA HELENA INDUSTRIAL LTDA EPP

OBJETO: fornecimento de tubos de concreto destinados para a execução da drenagem pluvial da Rua R.020, no Bairro Campinha Central.

VALOR: R\$ 41.250,00 (quarenta e um mil, duzentos e cinquenta reais)

DATA DA VIGENCIA: 20.07.2010 a 20.08.2010



MÁRIO FERNANDO REINKE
Prefeito Municipal

Contrato de Compra e Venda Nº. 50/2010

CONTRATO DE COMPRA E VENDA Nº. 50/2010

PREFEITURA MUNICIPAL DE MASSARANDUBA

ESTADO DE SANTA CATARINA

PROCESSO: Concorrência p/ compras e serviços nº. 05/2010

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE MASSARANDUBA

CONTRATADO: PREMECON ARTEFATOS DE CONCRETO LTDA EPP

OBJETO: fornecimento de tubos de concreto destinados para a execução da drenagem pluvial da Rua

R.020, no Bairro Campinha Central.

VALOR: R\$ 79.356,64 (setenta e nove mil, trezentos e cinquenta e seis reais, sessenta e quatro centavos)

DATA DA VIGENCIA: 20.07.2010 a 20.08.2010

MÁRIO FERNANDO REINKE
Prefeito Municipal

Contrato de Compra e Venda Nº. 51/2010

CONTRATO DE COMPRA E VENDA Nº. 51/2010

PREFEITURA MUNICIPAL DE MASSARANDUBA

ESTADO DE SANTA CATARINA

PROCESSO: Concorrência p/ compras e serviços nº. 05/2010

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE MASSARANDUBA

CONTRATADO: AGATON ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA EPP

OBJETO: fornecimento de tubos de concreto destinados para a execução da drenagem pluvial da Rua

R.020, no Bairro Campinha Central.

VALOR: R\$ 144.990,00 (cento e quarenta e quatro mil, novecentos e noventa reais)

DATA DA VIGENCIA: 20.07.2010 a 20.08.2010

MÁRIO FERNANDO REINKE
Prefeito Municipal

Meleiro

PREFEITURA MUNICIPAL

Lei n.º 1441-2010

LEI n.º 1441-2010

AUTORIZA O MUNICÍPIO DE MELEIRO A FIRMAR CONVÊNIO COM A APAE DE MELEIRO.

O PREFEITO MUNICIPAL DE MELEIRO,

Faço saber a todos os habitantes deste Município que, a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a firmar convênio com à Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE de Meleiro, entidade sem fins lucrativos, com sede na Rua Francisco Canela, nesta cidade, inscrita no CNPJ sob n.º 72.277.101/0001-10, no valor total de R\$ 66.000,00 (Sessenta e seis mil reais), para custear despesas de manutenção para realização da AGRIMELEIRO/2010, 1ª Feira de Agronegocios e XII Festa do Colono no mês de Setembro de 2010.

Parágrafo único. O valor referido acima será repassado em uma única parcela de acordo com termo de convênio firmado entre as partes.

Art. 2.º A transferência de que trata o artigo 1.º da presente Lei, cor-

rerá por conta da Dotação Orçamentária 3.3.50.00.00.00.00.00 - Transferências a Instituições Privadas do Orçamento Municipal vigente (76).

Art. 3.º A APAE fica autorizada a utilizar sem ônus, dos bens e instalações para realização da festa e autorizado a conceder a terceiros a cessão de espaços com ou sem ônus para exposições e exploração comercial de gastronomia.

Art. 4.º A Comissão central organizadora, conjuntamente com o conselho Municipal de Cultura, fiscalizará o fiel cumprimento do Plano de Aplicação do convênio e do cumprimento princípio do interesse público.

Art. 5.º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação

Art. 6.º Fica revogada as demais disposições em contrário.

Meleiro/SC, 21 de Julho de 2010.

JONNEI ZANETTE

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA

Secret. Adm. e Finanças.

Lei n.º 1442-2010.

LEI n.º 1442-2010.

AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO A ABRIR CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR.

O PREFEITO MUNICIPAL DE MELEIRO

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei.

Art. 1.º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a suplementar crédito adicionais suplementar no montante de R\$ 466.644,00 (Quatrocentos e sessenta e seis mil, seiscentos e quarenta e quatro reais), a ser distribuídos nas seguintes contas:

03 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

030304122.2005 - Manut. Administração Geral e Finanças

3.1.90.00.00.00.00.00.0080.0 - Aplicações Diretas (4) R\$ 60.000,00

3.3.50.00.00.00.00.00.0080.0 - Transf. Instituições Privadas s/ Fins

Lucrativos (5)..... R\$ 55.000,00

3.3.90.00.00.00.00.00.0080.0 - Aplicações Diretas (7) R\$ 50.000,00

04 - SECRET. DE EDUCAÇÃO, ESP.CULTURA E TURISMO

040112361.2012 - Manutenção do Ensino Básico

3.1.90.00.00.00.00.00.0109.19 - Aplicações Diretas (28).. R\$ 59.644,00

3.3.90.00.00.00.00.00.0080.0 - Aplicações Diretas (30) ... R\$ 10.000,00

040112365.2017 - Manutenção do Ensino Infantil

3.1.90.00.00.00.00.00.0108.18 - Aplicações Diretas (57).. R\$ 13.000,00

040313392.2046 - Manutenção Serviços Gerais/Cultura

3.3.50.00.00.00.00.00.0080.0 - Transf. Instituições Privadas s/ Fins

Lucrativos (76)..... R\$ 64.000,00

06 - SECRET. DE OBRAS E DESENVOLVIMENTO URBANO

060115452.2043 - Manutenção dos Serviços Gerais/Desenvolvimento Urbano

3.3.90.00.00.00.00.00.0080.0 - Aplicações Diretas (105).. R\$ 60.000,00

11 - FUNDO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL

110126782.1034 - Aquisição de máquinas, veículos e equipamentos

4.4.90.00.00.00.00.00.0080.0 - Aplicações Diretas (121).. R\$ 30.000,00

12 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

120108244.1049 - Aquisição de Area, Constr. e Ampl. Centro de convi-



vência

4.4.90.00.00.00.00.00.0080.0 - Aplicações Diretas (139).. R\$ 10.000,00

120116482.2051 - Manutenção do Fundo Rotativo Habitacional

3.3.90.00.00.00.00.00.0080.0 - Aplicações Diretas (146).. R\$ 30.000,00

13 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

130110301.2024 - Manutenção Assistência Farmacêutica Básica

3.3.90.00.00.00.00.00.0080.0 - Aplicações Diretas (27) ... R\$ 25.000,00

Total R\$ 466.644,00

Art. 2.º Para atender os créditos que trata o artigo 1.º, correrá por conta de anulações parciais e totais das seguintes Dotações Orçamentárias.

04 - SECRET. DE EDUCAÇÃO, ESP.CULTURA E TURISMO

040112361.1007 - Aquis. Area, Const. Amp. Escolas do Ensino Básico

4.4.90.00.00.00.00.00.0109.19 - Aplicações Diretas (11).. R\$ 5.000,00

040112361.1008 - Aquis. Area e Construção da Biblioteca Pública

4.4.90.00.00.00.00.00.0080.0 - Aplicações Diretas (14).... R\$ 2.500,00

040112361.1009 - Aquisição de veículo, ônibus e equipamentos funcionais

4.4.90.00.00.00.00.00.0080.0 - Aplicações Diretas (16).... R\$ 1.000,00

4.4.90.00.00.00.00.00.0109.19 - Aplicações Diretas (17).. R\$ 5.000,00

040112361.2012 - Manutenção do Ensino Básico

3.1.90.00.00.00.00.00.0080.0 - Aplicações Diretas (26) ... R\$ 27.000,00

3.3.90.00.00.00.00.00.0109.19 - Aplicações Diretas (32).. R\$ 9.944,00

4.4.90.00.00.00.00.00.0109.19 - Aplicações Diretas (35).. R\$ 10.000,00

040112366.2013 - Manutenção do Ensino Jovens e Adultos - EJA

3.1.90.00.00.00.00.00.0108.18 - Aplicações Diretas (38).. R\$ 13.000,00

040112361.2014 - Manutenção do Transporte Escolar

3.1.90.00.00.00.00.00.0109.19 - Aplicações Diretas (42).. R\$ 21.000,00

3.3.90.00.00.00.00.00.0109.19 - Aplicações Diretas (46).. R\$ 8.700,00

040112364.2019 - Manut. Outros Níveis de Ensino/Especial/Superior

3.3.90.00.00.00.00.00.0080.0 - Aplicações Diretas (64) ... R\$ 40.000,00

040112365.2017 - Manutenção do Ensino Infantil

3.3.90.00.00.00.00.00.0080.0 - Aplicações Diretas (59) ... R\$ 40.000,00

040112367.2019 - Manut. Outros Níveis de Ensino/Especial/Superior

3.3.50.00.00.00.00.00.0080.0 - Transf. Instituições Privadas s/ Fins

Lucrativo (62) R\$ 18.000,00

040227812.2018 - Manutenção do Esporte e Lazer

3.3.90.00.00.00.00.00.0080.0 - Aplicações Diretas (67) ... R\$ 20.000,00

040313392.2046 - Manutenção Serviços Gerais/Cultura

3.3.90.00.00.00.00.00.0080.0 - Aplicações Diretas (77) ... R\$ 64.000,00

06 - SECRET. DE OBRAS E DESENVOLVIMENTO URBANO

060115451.1039 - Aquis. Area, Construção e Ampliação de Prédios Públicos

3.1.90.00.00.00.00.00.0080.0 - Aplicações Diretas (86) ... R\$ 4.000,00

060115451.1042 - Aquisição de máquinas, veículos e equipamentos

4.4.90.00.00.00.00.00.0080.0 - Aplicações Diretas (97).... R\$ 40.000,00

06 - SECRET. DE AGRIC. MEIO AMB. E DESENVOL. ECONO

070222661.1047 - Aquisição de área, construção e Ampliação parque industrial

4.4.90.00.00.00.00.00.0080.0 - Aplicações Diretas (110).. R\$ 10.000,00

11 - FUNDO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL

110120606.1035 - Pavimentação de ruas, Estradas e Praças

4.4.90.00.00.00.00.00.0080.0 - Aplicações Diretas (126).. R\$ 5.000,00

110120606.2038 - Manut. Dos Serviços/Promoção e Extensão Rural

3.3.50.00.00.00.00.00.0080.0 - Transf. Instituições Privadas s/ Fins

Lucrativo (136) R\$ 13.000,00

4.4.90.00.00.00.00.00.0080.0 - Aplicações Diretas (138).. R\$ 5.500,00

12 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

120116482.1050 - Aquisição de Area, Construção de Unidades Habitacionais

4.4.90.00.00.00.00.00.0080.0 - Aplicações Diretas (142).. R\$ 10.000,00

120108241.2052 - Manutenção do Fundo Municipal de Assistência Social

4.4.90.00.00.00.00.00.0080.0 - Aplicações Diretas (150).. R\$ 3. 000,00

120108243.2052 - Manutenção do Fundo Municipal de Assistência Social

4.4.90.00.00.00.00.00.0080.0 - Aplicações Diretas (151).. R\$ 10.000,00

120108244.2052 - Manutenção do Fundo Municipal de Assistência Social

4.4.90.00.00.00.00.00.0080.0 - Aplicações Diretas (152).. R\$ 74.000,00

120116482.2051 - Manutenção do Fundo Rotativo Habitacional

3.1.90.00.00.00.00.00.0080.0 - Aplicações Diretas (145).. R\$ 2.000,00

4.4.90.00.00.00.00.00.0080.0 - Aplicações Diretas (147).. R\$ 5.000,00

Total R\$ 466.644,00

Art. 3º Fica ajustado nos anexos do Plano Plurianual 2010/2013 - Lei Municipal nº 1378/09, nos anexos da Lei de Diretrizes Orçamentárias/2010 - Lei Municipal nº 1393/09 e nos anexos da Lei Orçamentária Anual/2010 - Lei Municipal nº 1.394/09, que se fizerem necessários em função da transposição de dotações constantes da presente Lei.

Art. 4.º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 21 de Julho de 2010.

JONNEI ZANETTE

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA

Secret. Adm. e Finanças.

Portaria n.º 172/2010

PORTARIA n.º 172/2010

TRATA DA EXONERAÇÃO DE AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE POR TEMPO DETERMINADO.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições e em conformidade com o artigo 51 da Lei Orgânica Municipal e Lei n.º 1.165/2006, de 08 de novembro de 2006 e Lei n.º 1293/2008, de 09 de Maio de 2008, RESOLVE:

EXONERAR

Art. 1.º A pedido a Senhora ELIS REGINA AMERICO, ocupante do cargo de Agente Comunitário de Saúde do Programa de Saúde da Família - PSF, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, conforme Portaria de nomeação nº 039/2007 de 12 de Fevereiro de 2007.

Art. 2.º As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta da dotação Orçamentária 3.1.90.00.00.00.00 - Pessoal e encargos sociais do Orçamento vigente.

Art. 3.º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 4.º Revoga-se as disposições em contrário em especial a Portaria nº 039/2007.

Meleiro, 22 de julho de 2010.

JONNEI ZANETTE

Prefeito Municipal

Registrado e publicado nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA

Secret. Admin. e Finanças

Pregão Presencial N.º 050/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO

AVISO DE LICITAÇÃO



PREGÃO PRESENCIAL N.º 050/2010

O MUNICIPIO DE MELEIRO, torna público para conhecimento dos interessados que no dia 05/08/2010, às 09:00 horas estará realizando a reunião de recebimento das propostas de PREGÃO PRESENCIAL N.º 050/2010, que tem como objeto a AQUISIÇÃO DE 1 (UM) TRATOR AGRÍCOLA, 1 (UMA) GRADE HIDRÁULICA GH2 - 28 DISCO DE 20", 1 (UM) ARADO FIXO DE 03 DISCOS DE 26", 01 (UM) ARADO SUBSOLADOR 7 GARRAS. A íntegra do Edital e maiores informações poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal de Meleiro, sito a Rua Sete de Setembro, 371 - Meleiro/SC, no horário das 7:30 às 11:30 horas e das 13:00 horas às 17:00 horas, de Segunda a Sexta-Feira ou pelo fone 0XX48-5371110. A retirada do Edital poderá ser feita no site www.meleiro.sc.gov.br.

Meleiro, 22 de julho de 2010.

JONNEI ZANETTE

Prefeito Municipal

Monte Carlo

PREFEITURA MUNICIPAL

PROCESSO de LICITAÇÃO Nº 38/2010 - DISPENSA Nº 08/2010

MUNICIPIO DE MONTE CARLO

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 38/2010 - DISPENSA Nº 08/2010
OBJETO: SERVIÇO DE PERFURAÇÃO DE POÇO ARTESIANO PROFUNDO EM 6", PARA CAPTAÇÃO DE AGUAS SUBTERRÂNEAS EM ROCHAS BASÁLTICAS, CONFORME ABNT NBR 12212, LOCALIZADO AS MARGENS DA RODOVIA SC 456, SAÍDA PARA FRAIBURGO, NO ANTIGO BRITADOR MUNICIPAL, INCLUINDO O TRANSPORTE DE EQUIPAMENTOS, REVESTIMENTO EM AÇO DIN. 2440 6" E 9" (se necessário), CIMENTAÇÃO E LAGE DE PROTEÇÃO, MONTAGEM DO EQUIPAMENTO NO CANTEIRTO DE OBRAS, TESTE DE VASÃO NA BOMBA SUBMERSA, RELATÓRIO GEOTÉCNICO E A EMISSÃO DA LICENÇA AMBIENTAL, COM FORNECIMENTO DE MAO DE OBRA E TODOS OS EQUIPAMENTOS NECESSÁRIOS A BOA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS- CONTRATADA: LEÃO POÇOS ARTESIANOS LTDA. Valor total: R\$ 6.900,00 reais. RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS: 3.3.90.00.00.00.00 - CÓDIGO REDUZIDO: 110 - PROJETO ATIV.: 2.023 1 - IMPLANTAÇÃO E MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE AGUA.

Monte Carlo-SC, 28/05/2010.

ANTONINHO TIBURCIO GONÇALVES

Prefeito Municipal

Extrato de Contrato de Nº 29/2010

EXTRATO DE CONTRATO DE Nº 29/2010

Objeto: SERVIÇO DE PERFURAÇÃO DE POÇO ARTESIANO PROFUNDO EM 6", PARA CAPTAÇÃO DE AGUAS SUBTERRÂNEAS EM ROCHAS BASÁLTICAS, CONFORME ABNT NBR 12212, LOCALIZADO AS MARGENS DA RODOVIA SC 456, SAÍDA PARA FRAIBURGO, NO ANTIGO BRITADOR MUNICIPAL, INCLUINDO O TRANSPORTE DE EQUIPAMENTOS, REVESTIMENTO EM AÇO DIN. 2440 6" E 9" (se necessário), CIMENTAÇÃO E LAGE DE PROTEÇÃO, MONTAGEM DO EQUIPAMENTO NO CANTEIRTO DE OBRAS, TESTE DE VASÃO NA BOMBA SUBMERSA, RELATÓRIO GEOTÉCNICO E A EMISSÃO DA LICENÇA AMBIENTAL, COM FORNECIMENTO DE MAO DE OBRA E TODOS OS EQUIPAMENTOS NECESSÁRIOS A BOA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS. Contratante: Município de Monte Carlo/Santa Catarina. Contratada: LEÃO POÇOS ARTESIANOS

LTDA. Valor total: R\$ 6.900,00 reais.. Período de vigência: 30 DIAS. Fundamento legal: Processo de licitação 38/2010 - DL. 08/2010. Dotação Orçamentária: IMPLANTAÇÃO E MANUTENÇÃO DE SISTEMA DE AGUA . CODIGO REDUZIDO 110.

Monte Carlo-SC, 21/07/2010.

ANTONINHO TIBURCIO GONÇALVES

Prefeito Municipal

Nova Trento

PREFEITURA MUNICIPAL

Portaria Nº 453/2010

PORTARIA Nº 453/2.010

Abre Processo Disciplinar Administrativo.

Orivan Jarbas Orsi, Prefeito Municipal de Nova Trento, usando das atribuições que lhe confere o item VIII e XII do artigo 94, da Lei Orgânica Municipal de 04/04/90,

RESOLVE:

Art. 1º- Instaurar, com base no Requerimento da Sra. Leonia Demonti Trainotti, residente e domiciliada neste município, inscrita no CPF sob o nº 045.714.259-61, Processo Disciplinar Administrativo, para apurar as causas do acidente, no dia 08 de junho de 2010, às 7.30 horas, no cruzamento das Ruas Santo Inácio com a Rua Fernando Facchini, no centro da cidade de Nova Trento, envolvendo o veículo Fiat Uno Mille Fire, 2008/2008, placas MEO-6903, conduzido por Leonia Demonti Trainotti, portadora da CNH nº 032778694-09, com um veículo de propriedade da Prefeitura Municipal de Nova Trento, mais especificamente, uma máquina retroescavadeira.

Art. 2º - Designar os membros da Comissão de Processo Disciplinar Administrativo, nomeados pela Portaria nº 353 de 11 de junho de 2010, para a abertura do Processo Disciplinar Administrativo, encarregada de apurar os fatos relatados no Art. 1º, desta Portaria, conforme Requerimento anexo.

Art. 3º - O prazo para conclusão dos trabalhos da Comissão é de até 60 (sessenta dias), contados a partir desta data.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, em 21 de julho de 2.010.

ORIVAN JARBAS ORSI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria, no DOM - Diário Oficial dos Municípios, nos termos do Art. 1º, Parágrafo Único do Decreto nº039/2009.

MOISÉS CIPRIANI

Secretário M. Administração e Finanças.

Portaria Nº 455/2010

PORTARIA Nº 455/2.010

Prorroga a Portaria nº 362/2010, que Abre Processo de Sindicância Sigilosa.

Orivan Jarbas Orsi, Prefeito Municipal de Nova Trento, usando das atribuições que lhe confere o item VIII e XII do artigo 94, com fundamento no Art. 196, § Único da Lei Orgânica Municipal de 04/04/90,

RESOLVE:



Art. 1º- Prorrogar a partir desta data, por mais 30 (trinta) dias, o prazo para a conclusão dos trabalhos, previsto na Portaria nº 323, de 18 de maio de 2010, prorrogado pela Portaria nº 362/2010, que Abre Processo de Sindicância Sigilosa, objetivando apurar o furto no valor de R\$ 150,00 (cento e cinquenta reais) da bolsa, da funcionária Elis Facchini, na Casa da Cidadania, no dia 23 de abril de 2010, durante uma gravação da Rede Globo de Televisão, a ser exibida no Programa Fantástico, mais precisamente no quadro O Conciliador.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, em 19 de julho de 2010.
ORIVAN JARBAS ORSI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria, no DOM - Diário Oficial dos Municípios, nos termos do Art. 1º, Parágrafo Único, do Decreto nº 039/2009.
MOISÉS CIPRIANI
Secretário M. Administração e Finanças

Portaria N° 456/2010

PORTARIA N° 456/2.010

Prorroga a Portaria nº 363, que Abre Processo Disciplinar Administrativo.

Orivan Jarbas Orsi, Prefeito Municipal de Nova Trento, usando das atribuições que lhe confere o item VIII e XII do artigo 94, da Lei Orgânica Municipal de 04/04/90,

RESOLVE:

Art. 1º- Prorrogar a partir desta data, por mais 30 (trinta) dias, o prazo para a conclusão dos trabalhos, previsto na Portaria nº 324, de 18 de maio de 2010, prorrogado pela Portaria nº 363/2010, que trata da abertura do Processo Disciplinar Administrativo, para apurar as causas do envolvimento ocorrido no dia 23 de março de 2010, com o veículo VW Kombi, placa LZX-1115, de propriedade da Prefeitura Municipal e o veículo Fiat Palio ELX FLEX, placa MGV-1794, sendo proprietário o Sr. Osmar Adilson Gulini.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, em 19 de julho de 2.010.
ORIVAN JARBAS ORSI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria, no DOM - Diário Oficial dos Municípios, nos termos do Art. 1º, Parágrafo Único do Decreto nº039/2009.
MOISÉS CIPRIANI
Secretário M. Administração e Finanças.

Portaria N° 459/2010

PORTARIA N° 459/2.010

Abre Processo Disciplinar Administrativo.

Orivan Jarbas Orsi, Prefeito Municipal de Nova Trento, usando das atribuições que lhe confere o item VIII e XII do artigo 94, da Lei Orgânica Municipal de 04/04/90,

RESOLVE:

Art. 1º- Instaurar, com base no Ofício nº 049/2010, de 19 de julho de 2010, do SAMAE - Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto, estabelecido à Rua dos Imigrantes, nº 356 - Centro, na

cidade de Nova Trento/SC, CNPJ nº 95.785.267/0001-48, encaminhado no dia 19 de julho de 2010, o respectivo ofício ao Prefeito Municipal, Sr. Orivan Jarbas Orsi, pela Coordenadora do SAMAE, Maria de Lourdes Rover, para seu conhecimento e relatando que no horário das 7:15 hs., do dia 19 de julho, ouviu gritos e saindo de sua sala presenciou agressão física e verbal envolvendo os servidores Eliomar Cadore e Gilmar Mario Ceccato, no interior desta autarquia, momento em que chamou a atenção dos mesmos e solicitou que não permanecessem neste dia, no local de trabalho.

Art. 2º - Designar os membros da Comissão de Processo Disciplinar Administrativo, nomeados pela Portaria nº 353 de 11 de junho de 2010, para a abertura do Processo Disciplinar Administrativo, encarregada de apurar os fatos relatados no Art. 1º, desta Portaria e demais documentos inclusos no respectivo processo.

Art. 3º - O prazo para conclusão dos trabalhos da Comissão é de até 30 (trinta dias), contados a partir desta data.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, em 21 de julho de 2.010.
ORIVAN JARBAS ORSI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria, no DOM - Diário Oficial dos Municípios, nos termos do Art. 1º, Parágrafo Único do Decreto nº039/2009.
MOISÉS CIPRIANI
Secretário M. Administração e Finanças.

Contrato N° 140/2010

CONTRATO N° 140/2010

Origem: Processo Licitatório nº 069/2010. Modalidade: Carta Convite nº 012/2010. Homologação: 26/07/2010. Contratante: Prefeitura Municipal de Nova Trento. Endereço: Praça del Comune, 126, Centro, 88270-000, CNPJ 82.925.025/0001-60. Contratado: ONILDO DALBOSCO JUNIOR, residente e domiciliado na Rua Irmãos Pedro e José Feller, nº 18, Bairro Bezenello, Nova Trento/SC, CEP 88270-000, inscrito no CPF sob n.º 671. 478.959-91 e CREA-SC nº 034561-7.. Objeto do Contrato: Contratação de Profissional para prestação de Serviços de Consultoria na área de Engenharia Civil. O valor deste contrato é de R\$ 2.000,00 (dois mil reais) mensais. Validade do Contrato: O contrato terá vigência de 06 (seis) meses, a partir de sua assinatura.

Nova Trento, 26 de julho de 2010.
ORIVAN JARBAS ORSI
Prefeito Municipal

Contrato N° 142/2010

CONTRATO N° 142/2010

Contratante: Prefeitura Municipal de Nova Trento. Endereço: Praça del Comune, 126, Centro, 88270-000, CNPJ 82.925.025/0001-60. Contratado: RINEU ECCHER, brasileiro, casado, lavrador, residente e domiciliado na localidade de São Valentim, Município de Nova Trento, portador do C.P.F. Nº 248.548.919-04, RG nº 16/R-642.953. Objeto do Contrato: extração de MACADAME, numa área rural de sua propriedade, na localidade de São Valentim, Município de Nova Trento, e será utilizado na recuperação e macadamização geral das estradas vicinais do município. O valor deste contrato é de R\$ 500,00 (quinhentos reais), ano, independente da quantidade de material extraído. Validade do Contrato: O contrato terá vigência até 31/12/2010.

Nova Trento, 21 de julho de 2010.
ORIVAN JARBAS ORSI
Prefeito Municipal



Contrato N° 143/2010

CONTRATO N° 143/2010

Origem: Processo Licitatório n° 079/2010. Modalidade: Dispensa n° 21/2010 Homologação: 05/07/2010. Contratante: Prefeitura Municipal de Nova Trento. Endereço: Praça del Comune, 126, Centro, 88270-000, CNPJ 82.925.025/0001-60. Contratado: ULLER LOCAÇÃO DE MÁQUINAS LTDA., sito à Rua Paulo Hodecker, n° 22, Bairro Águas Claras, CNPJ N° 08.654.833/001-88, com sede na cidade de Brusque/SC. Objeto do Contrato: Contratação de prestação de serviço de transporte de macadame, com veículo com capacidade mínima para transportar 12 m³ para abertura de rua Felipe Schmidt, visando a pavimentação da mesma. O valor deste contrato é de R\$ 10.014,15 (dez mil, catorze reais e quinze centavos). Validade do Contrato: O contrato terá vigência até 31/12/2010.

Nova Trento, 21 de julho de 2010.

ORIVAN JARBAS ORSI

Prefeito Municipal

Contrato N° 144/2010

CONTRATO N° 144/2010

Origem: Processo Licitatório n° 080/2010. Modalidade: Dispensa n° 22/2010 Homologação: 05/07/2010. Contratante: Prefeitura Municipal de Nova Trento. Endereço: Praça del Comune, 126, Centro, 88270-000, CNPJ 82.925.025/0001-60. Contratado: ULLER LOCAÇÃO DE MÁQUINAS LTDA., sito à Rua Paulo Hodecker, n° 22, Bairro Águas Claras, CNPJ N° 08.654.833/001-88, com sede na cidade de Brusque/SC. Objeto do Contrato: Contratação de prestação de serviço de escavadeira hidráulica para abertura de rua Felipe Schmidt, visando a pavimentação da mesma. O valor deste contrato é de R\$ 14.934,82 (catorze mil, novecentos e trinta e quatro reais e oitenta e dois centavos). Validade do Contrato: O contrato terá vigência até 31/12/2010.

Nova Trento, 21 de julho de 2010.

ORIVAN JARBAS ORSI

Prefeito Municipal

Contrato N° 145/2010

CONTRATO N° 145/2010

Origem: Processo Licitatório n° 081/2010. Modalidade: Dispensa n° 23/2010 Homologação: 05/07/2010. Contratante: Prefeitura Municipal de Nova Trento. Endereço: Praça del Comune, 126, Centro, 88270-000, CNPJ 82.925.025/0001-60. Contratado: Betha Sistemas Ltda, inscrita no CNPJ sob n° 00.456.865/0001-67, com sede à Rua João Pessoa, n° 134, 1º andar, centro, Criciúma-SC. Objeto do Contrato: Locação, em caráter emergencial, da licença de uso dos sistemas de Compras, Controle Financeiro, Contabilidade e Tesouraria para Fundo de Saúde e Protocolo Web, Tributos Web, Compras, Controle Financeiro, Folha, Frotas, Legislação, Livro Eletrônico, Patrimônio, planejamento, Ponto, Protocolo, RH, Contabilidade, Tesouraria, Tributação, Educação secretaria e Educação para 05 escolas para Prefeitura Municipal, bem como suporte técnico na operacionalização destes sistemas O valor deste contrato é de Fundo de Saúde R\$ 520,26 (quinhentos e vinte reais e vinte e seis centavos); Assistência Social R\$ 556,02 (quinhentos e cinquenta e seis reais e dois centavos); Educação R\$ 1.069,56 (mil e sessenta e nove reais e cinquenta e seis centavos); e Prefeitura R\$ 8.484,45 (oito mil, quatrocentos e oitenta e quatro reais e quarenta e cinco centavos). Validade do Contrato: O contrato terá vigência de 03 (três) meses.

Nova Trento, 21 de julho de 2010.

ORIVAN JARBAS ORSI

Prefeito Municipal



NOTIFICAÇÃO de INFRAÇÃO de TRANSITO N° 153 533/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página :

1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO N. 153 533/2010**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Nome do Proprietário/Condutor	Cod.Infr./Desd.	Enquadramento
CNA9504	55233896C	CANDINHO LUIZ DALLA BRIDA	5193/0	168
ICF7303	55233967C	MIGUEL OSMAR DE MELLO	7455/0	218 * I
MBD6156	55234299C	ALEXANDRE MINATTI	5207/0	169
MCX6876	55233850C	JOSE ANTONIO ANZINI	5010/0	162 * I
MCX6876	55234152C	JOSE ANTONIO ANZINI	5169/1	165
MCX6876	55234153C	JOSE ANTONIO ANZINI	6599/2	230 * V
MEC4968	55234082C	TULIO PEDRO SCALVIN	7455/0	218 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

NOVA TRENTO/SC, 21 DE JULHO DE 2010

CAROLINI DE CAMPOS VICENTE

DELEGADA DE POLICIA

NOTIFICAÇÃO de INFRAÇÃO de TRANSITO N° 153 534/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página :

1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO N. 153 534/2010**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30(TRINTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Nome do Proprietário/Condutor	Cod.Infr./Desd.	Enquadramento
GQT9540	55679883B	MAURICIO RIGO	5835/0	195
IDP3306	55679838B	CARLITO NUNES DE LIMA	5010/0	162 * I
LYE8522	55679844B	LINDOMIR BOSO	5118/0	164 c/c 162 * I
LYH2532	55679692B	ESAU PEREIRA DE VARGAS	5010/0	162 * I
LYH2532	55679693B	ESAU PEREIRA DE VARGAS	5118/0	164 c/c 162 * I
MBA8553	55233838C	JOAQUIM ARMANDO NEVES	5010/0	162 * I
MCH0402	55679698B	JACIR WOICIKOSKI	5207/0	169
MCV7096	55679879B	VANDERLEI DE SOUZA	5207/0	169

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

NOVA TRENTO/SC, 21 DE JULHO DE 2010

CAROLINI DE CAMPOS VICENTE

DELEGADA DE POLICIA

Novo Horizonte

PREFEITURA MUNICIPAL

Decreto N° 1804/2010

DECRETO N° 1.804/2010, de 20 de Julho de 2010.

AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR ANULAÇÃO DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

SANTOS ZILLI, Prefeito Municipal de Novo Horizonte, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com o disposto nos arts. 41- I, 42 e 43 - III, da Lei Federal 4.320, e amparado pela Lei 406/2009.

DECRETA:

Art. 1o - Fica o poder executivo municipal autorizado a abrir crédito adicional suplementar por anulação de dotações do orçamento vigente, no valor de R\$ 15.530,00 (Quinze mil quinhentos e trinta reais), relativo a recursos ordinários, assim consignados:

40.00 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

40.02 - DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ESPORTES

Atividade 2.019-Manutenção do DME

Elemento de Despesa 3.3.90.01-0000.000000 - Aplicações Diretas.. R\$ 4.530,00

50.00 - SECRETARIA DE AGRIC, TRANSP. OBRAS E MEIO AMBIENTE

50.02 - DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

Atividade 2.027-Manutenção Programa de Inseminação

Elemento de Despesa 3.3.90.01-0000.000000 - Aplicações Diretas.. R\$ 5.000,00

60.00 - SECRETARIA DE SAUDE E PROMOÇÃO SOCIAL

60.01 - DEPARTAMENTO DE PROMOÇÃO SOCIAL

Atividade 2.030-Manutenção do Fundo Mun.Assistência Social

Elemento de Despesa 3.3.90.01-0000.000000 - Aplicações Diretas.. R\$ 6.000,00

TOTAL SUPLEMENTADO R\$ 15.530,00

Art. 2º - Para a abertura do crédito adicional suplementar de que trata o artigo 1º serão utilizados recursos provenientes da anulação parcial das seguintes dotações, no valor de R\$ 15.530,00 (quinze mil quinhentos e trinta reais).

40.00 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

40.02 - DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ESPORTES

Atividade 2.019-Manutenção do DME

Elemento de Despesa 3.3.50.01-0000.000000 - Aplicações Diretas.. R\$ 3.000,00

Elemento de Despesa 4.4.90.01-0000.000000 - Aplicações Diretas.. R\$ 1.530,00

50.00 - SECRETARIA DE AGRIC, TRANSP. OBRAS E MEIO AMBIENTE

50.02 - DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

Atividade 2.027-Manutenção Programa de Inseminação

Elemento de Despesa 4.4.90.01-0000.000000 - Aplicações Diretas.. R\$ 5.000,00

60.00 - SECRETARIA DE SAUDE E PROMOÇÃO SOCIAL

60.01 - DEPARTAMENTO DE PROMOÇÃO SOCIAL

Atividade 2.030-Manutenção do Fundo Mun.Assistência Social

Elemento de Despesa 3.3.50.01-0000.000000 - Aplicações Diretas.. R\$ 5.000,00

Elemento de Despesa 4.4.90.01-0000.000000 - Aplicações Diretas.. R\$ 1.000,00

TOTAL ANULADO R\$ 15.530,00

Art. 3º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a proceder às alterações necessárias no PPA (Plano Plurianual) e LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias), resultantes destas alterações orça-

mentárias.

Art. 4o - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5o - Revogam-se as disposições em contrário.

Novo Horizonte (SC), em 20 de Julho de 2010.

SANTOS ZILLI

Prefeito Municipal

Paulo Lopes

PREFEITURA MUNICIPAL

Resultado TP 42/2010

RESULTADO DE TOMADA DE PREÇOS nº42/2010

O MUNICÍPIO DE PAULO LOPES comunica o resultado da Tomada de Preços nº 42/2010 homologada em 22/07/2010 objetivando a construção de sistema de abastecimento de água no bairro Ribeirão, tendo como vencedora a empresa: J. A. TEIXEIRA CONSTRUÇÕES LTDA, no valor de R\$ 269.610,73.

Paulo Lopes 23 de julho de 2010

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS

Prefeito Municipal

Extrato de Contrato 090-2010

Extrato do contrato nº 090/2010 conforme Processo Licitatório nº 043/2010.

Contratante: Prefeitura Municipal de Paulo Lopes.

Contratado: Betha Sistemas Ltda, CNPJ nº 00.456.865/0001-67.

Objeto: Locação de Sistema de Informática.

Valor: 4.077,24 (Quatro mil e setenta e sete reais e vinte e quatro centavos). Os pagamentos serão efetuados em 3 (três) parcelas mensais.

Vigência: 10/10/2010.

Extrato de Contrato 091-2010

Extrato do contrato nº 091/2010 conforme Processo Licitatório nº 041/2010.

Contratante: Prefeitura Municipal de Paulo Lopes.

Contratado: Altermed Material Médico Hospitalar Ltda, CNPJ nº 00.802.002/0001-02.

Objeto: Aquisição de Fraldas Geriátricas.

Valor: 3.603,00 (Três mil e seiscentos e três reais). Os pagamentos serão efetuados conforme ordem de compras.

Vigência: 31/12/2010.

Extrato de Contrato 092-2010

Extrato do contrato nº 092/2010 conforme Processo Licitatório nº 041/2010.

Contratante: Prefeitura Municipal de Paulo Lopes.

Contratado: Produvale Produtos Hospitalares Ltda, CNPJ nº 03.505.263/0001-40.

Objeto: Aquisição de Fraldas Geriátricas.

Valor: 3.445,00 (Três mil quatrocentos e quarenta e cinco reais). Os pagamentos serão efetuados conforme ordem de compras.

Vigência: 31/12/2010.



DOM/SC

ASSINADO DIGITALMENTE

Extrato de Contrato 092-2010

Extrato do contrato nº 092/2010 conforme Processo Licitatório nº 041/2010.

Contratante: Prefeitura Municipal de Paulo Lopes.

Contratado: Produvale Produtos Hospitalares Ltda, CNPJ nº 03.505.263/0001-40.

Objeto: Aquisição de Fraldas Geriátricas.

Valor: 3.445,00 (Três mil quatrocentos e quarenta e cinco reais).

Os pagamentos serão efetuados conforme ordem de compras.

Vigência: 31/12/2010.

Extrato de Contrato 093-2010

Extrato do contrato nº 093/2010 conforme Processo Licitatório nº 042/2010.

Contratante: Prefeitura Municipal de Paulo Lopes.

Contratado: J. A. Teixeira Construções Ltda, CNPJ nº 79.384.996/0001-36.

Objeto: Construção do Sistema de Abastecimento de Água do Bairro Ribeirão.

Valor: 269.610,73 (Duzentos e sessenta e nove com seiscentos e dez reais com setenta e três centavos). Os pagamentos serão efetuados mensalmente de acordo com a medição realizada por servidor responsável.

Vigência: 23/07/2010 à 18/01/2011.

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA/RREO - ANEXO I

Município de PAULO LOPES
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2010/BIMESTRE MAIO - JUNHO

RREO - ANEXO I (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	12.258.400,00	12.258.400,00	2.050.460,71	16,73	5.568.319,76	45,42	6.690.080,24
RECEITAS CORRENTES	10.183.400,00	10.183.400,00	1.909.429,31	18,75	5.248.772,36	51,54	4.934.627,64
RECEITA TRIBUTARIA	1.160.000,00	1.160.000,00	395.843,86	34,12	919.278,21	79,25	240.721,79
IMPOSTOS	960.000,00	960.000,00	384.891,87	40,09	805.943,77	83,95	154.056,23
TAXAS	200.000,00	200.000,00	10.951,99	5,48	113.334,44	56,67	86.665,56
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	295.000,00	295.000,00	45.976,59	15,59	142.069,75	48,16	152.930,25
CONTRIBUIÇÕES ECONÔMICAS	295.000,00	295.000,00	45.976,59	15,59	142.069,75	48,16	152.930,25
RECEITA PATRIMONIAL	0,00	0,00	13.763,23	0,00	35.452,76	0,00	-35.452,76
RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	0,00	0,00	13.263,23	0,00	32.452,76	0,00	-32.452,76
RECEITA DE CONCESSÕES E PERMISSÕES	0,00	0,00	500,00	0,00	3.000,00	0,00	-3.000,00
RECEITA DE SERVIÇOS	55.000,00	55.000,00	41,61	0,08	1.227,32	2,23	53.772,68
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	8.203.400,00	8.203.400,00	1.435.971,62	17,50	4.097.103,42	49,94	4.106.296,58
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	8.187.400,00	8.187.400,00	1.415.971,62	17,29	4.077.103,42	49,80	4.110.296,58
Transf. de Instituições Privadas	12.000,00	12.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	12.000,00
Transf. de Pessoas	4.000,00	4.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.000,00
Transf. de Conv.	0,00	0,00	20.000,00	0,00	20.000,00	0,00	-20.000,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	470.000,00	470.000,00	17.832,40	3,79	53.640,90	11,41	416.359,10
Multas e Juros de Mora	32.000,00	32.000,00	9.972,34	31,16	23.407,57	73,15	8.592,43
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	3.000,00	3.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.000,00
RECEITA DA DÍVIDA ATIVA	71.000,00	71.000,00	7.860,06	11,07	29.938,80	42,17	41.061,20
RECEITAS DIVERSAS	364.000,00	364.000,00	0,00	0,00	294,53	0,08	363.705,47
RECEITAS DE CAPITAL	2.075.000,00	2.075.000,00	141.031,40	6,80	319.547,40	15,40	1.755.452,60
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	700.000,00	700.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	700.000,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS	700.000,00	700.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	700.000,00
ALIENAÇÃO DE BENS	0,00	0,00	0,00	0,00	18.000,00	0,00	-18.000,00
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	0,00	0,00	0,00	0,00	18.000,00	0,00	-18.000,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	1.375.000,00	1.375.000,00	141.031,40	10,26	301.547,40	21,93	1.073.452,60
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	1.375.000,00	1.375.000,00	141.031,40	10,26	301.547,40	21,93	1.073.452,60
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	—	—	—	—	—	—	—
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	12.258.400,00	12.258.400,00	2.050.460,71	16,73	5.568.319,76	45,42	6.690.080,24



Município de PAULO LOPES
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2010/BIMESTRE MAIO - JUNHO

Continuação 2/3

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	12.258.400,00	12.258.400,00	2.050.460,71	16,73	5.568.319,76	45,42	6.690.080,24
DÉFICIT (VI)	—	—	—	—	—	—	—
TOTAL (VII) = (V + VI)	12.258.400,00	12.258.400,00	2.050.460,71	16,73	5.568.319,76	45,42	6.690.080,24
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)	—	305.166,62	—	—	84.283,84	—	—
Superávit Financeiro	—	305.166,62	—	—	84.283,84	—	—
Reabertura de Créditos Adicionais	—	0,00	—	—	0,00	—	—

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d + e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO A LIQUIDAR (f - g)
				No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (g)	% (g/f)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	12.208.400,00	624.573,62	12.832.973,62	2.333.944,90	6.390.903,37	2.163.692,44	5.473.647,60	42,65	7.359.326,02
DESPESAS CORRENTES	8.945.900,00	-136.000,00	8.809.900,00	1.763.380,57	5.277.974,87	1.734.120,52	4.738.694,16	53,79	4.071.205,84
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	5.371.450,00	-22.000,00	5.349.450,00	1.062.214,95	2.894.988,90	1.062.432,95	2.884.883,15	53,93	2.464.566,85
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	1.000,00	0,00	1.000,00	186,02	651,93	186,02	651,93	65,19	348,07
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	3.573.450,00	-114.000,00	3.459.450,00	700.979,60	2.382.334,04	671.501,55	1.853.159,08	53,57	1.606.290,92
DESPESAS DE CAPITAL	3.257.500,00	760.573,62	4.018.073,62	570.564,33	1.112.928,50	429.571,92	734.953,44	18,29	3.283.120,18
INVESTIMENTOS	3.098.500,00	723.573,62	3.822.073,62	530.608,44	918.037,11	389.616,03	540.062,05	14,13	3.282.011,57
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	159.000,00	37.000,00	196.000,00	39.955,89	194.891,39	39.955,89	194.891,39	99,43	1.108,61
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	5.000,00	0,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d + e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO A LIQUIDAR (f - g)
				No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (g)	% (g/f)	
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	—	—	—	—	—	—	—	—	—
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	12.208.400,00	624.573,62	12.832.973,62	2.333.944,90	6.390.903,37	2.163.692,44	5.473.647,60	42,65	7.359.326,02
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)	12.208.400,00	624.573,62	12.832.973,62	2.333.944,90	6.390.903,37	2.163.692,44	5.473.647,60	42,65	7.359.326,02
SUPERÁVIT (XIII)	—	—	—	—	—	—	94.672,16	—	—
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	12.208.400,00	624.573,62	12.832.973,62	2.333.944,90	6.390.903,37	2.163.692,44	5.568.319,76	42,65	7.359.326,02

FONTE: SECRETARIA DE FINANÇAS

PAULO LOPES, 08/07/2010

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

GILDO ARCELINO DE SOUZA
Secretário de Finanças

ALMERY ALCIDES VIEIRA
Diretor de Controle Interno

NILTON BATISTA RAUPP
Contador



RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA/DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO/RREO – Anexo II

Município de PAULO LOPES
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2010/BIMESTRE MAIO - JUNHO

RREO – Anexo II (LRF, Art. 52, inciso II, alínea “c”)

R\$ 1,00

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS				SALDO A LIQUIDAR (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	12.208.400,00	12.832.973,62	2.333.944,90	6.390.903,37	2.163.692,44	5.473.647,60	100,00	42,65	7.359.326,02
Legislativa	640.000,00	640.000,00	104.618,41	296.995,82	104.618,41	296.995,82	5,43	46,41	343.004,18
Ação Legislativa	640.000,00	640.000,00	104.618,41	296.995,82	104.618,41	296.995,82	5,43	46,41	343.004,18
Administração	2.244.000,00	2.244.000,00	256.031,99	839.985,53	248.819,50	716.616,27	13,09	31,93	1.527.383,73
Administração Geral	1.904.000,00	1.904.000,00	207.849,46	632.296,69	196.844,03	520.139,86	9,50	27,32	1.383.860,14
Administração Financeira	340.000,00	340.000,00	48.182,53	207.688,84	51.975,47	196.476,41	3,59	57,79	143.523,59
Assistência Social	260.000,00	271.280,00	54.933,06	133.923,46	47.085,93	116.882,94	2,14	43,09	154.397,06
Assistência ao Idoso	27.000,00	27.000,00	0,00	13.200,00	4.400,00	13.200,00	0,24	48,89	13.800,00
Assistência à Criança e ao Adolescente	81.000,00	81.000,00	10.359,56	30.096,15	10.957,69	28.026,45	0,51	34,60	52.973,55
Assistência Comunitária	152.000,00	163.280,00	44.573,50	90.627,31	31.728,24	75.656,49	1,38	46,34	87.623,51
Saúde	2.703.250,00	2.757.285,65	609.786,99	1.542.992,41	626.349,06	1.499.227,56	27,39	54,37	1.258.058,09
Atenção Básica	2.703.250,00	2.757.285,65	609.786,99	1.542.992,41	626.349,06	1.499.227,56	27,39	54,37	1.258.058,09
Educação	2.649.150,00	2.883.280,97	556.503,77	1.679.795,99	635.379,32	1.455.755,06	26,60	50,49	1.427.525,91
Alimentação e Nutrição	68.000,00	73.000,00	18.491,36	52.730,50	11.172,33	42.489,40	0,78	58,20	30.510,60
Ensino Fundamental	2.230.150,00	2.247.280,97	480.657,57	1.361.332,00	555.383,83	1.245.603,78	22,76	55,43	1.001.677,19
Educação Infantil	326.000,00	538.000,00	57.354,84	244.733,49	58.594,66	149.033,38	2,72	27,70	388.966,62
Educação Especial	25.000,00	25.000,00	0,00	21.000,00	10.228,50	18.628,50	0,34	74,51	6.371,50
Cultura	212.000,00	217.000,00	10.569,79	37.522,25	12.969,79	36.722,25	0,67	16,92	180.277,75
Patrimônio Histórico, Artístico e Arqueológico	155.000,00	155.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	155.000,00
Difusão Cultural	57.000,00	62.000,00	10.569,79	37.522,25	12.969,79	36.722,25	0,67	59,23	25.277,75
Urbanismo	572.000,00	538.000,00	75.000,00	395.000,00	112.791,22	270.392,67	4,94	50,26	267.607,33
Infra-Estrutura Urbana	40.000,00	40.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	40.000,00
Serviços Urbanos	490.000,00	490.000,00	75.000,00	395.000,00	112.791,22	270.392,67	4,94	55,18	219.607,33
Transportes Coletivos Urbanos	42.000,00	8.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	8.000,00
Habitação	230.000,00	72.000,00	15.076,43	31.292,62	15.340,09	30.553,03	0,56	42,43	41.446,97
Habitação Urbana	230.000,00	72.000,00	15.076,43	31.292,62	15.340,09	30.553,03	0,56	42,43	41.446,97
Saneamento	324.000,00	477.877,00	56.244,84	93.509,67	59.498,36	85.633,67	1,56	17,92	392.243,33
Saneamento Básico Rural	320.000,00	473.877,00	56.244,84	93.509,67	59.498,36	85.633,67	1,56	18,07	388.243,33
Saneamento Básico Urbano	4.000,00	4.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.000,00
Agricultura	255.000,00	389.250,00	37.175,96	128.046,33	42.153,08	110.012,99	2,01	28,26	279.237,01
Extensão Rural	255.000,00	389.250,00	37.175,96	128.046,33	42.153,08	110.012,99	2,01	28,26	279.237,01
Indústria	240.000,00	240.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	240.000,00
Promoção Industrial	240.000,00	240.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	240.000,00

Continua 1/2

Município de PAULO LOPES
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2010/BIMESTRE MAIO - JUNHO

Continuação 2/2

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS				SALDO A LIQUIDAR (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	12.208.400,00	12.832.973,62	2.333.944,90	6.390.903,37	2.163.692,44	5.473.647,60	100,00	42,65	7.359.326,02
Comércio e Serviços	55.000,00	55.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	55.000,00
Turismo	55.000,00	55.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	55.000,00
Transporte	1.304.000,00	1.496.000,00	504.325,58	891.571,65	185.040,55	545.179,69	9,96	36,44	950.820,31
Transporte Rodoviário	1.304.000,00	1.496.000,00	504.325,58	891.571,65	185.040,55	545.179,69	9,96	36,44	950.820,31
Desporto e Lazer	250.000,00	245.000,00	13.536,17	51.164,99	15.157,48	46.214,23	0,84	18,86	198.785,77
Desporto Comunitário	250.000,00	245.000,00	13.536,17	51.164,99	15.157,48	46.214,23	0,84	18,86	198.785,77
Encargos Especiais	265.000,00	302.000,00	40.141,91	269.102,65	58.489,65	263.461,42	4,81	87,24	38.538,58
Serviço da Dívida Interna	160.000,00	197.000,00	40.141,91	195.543,32	40.141,91	195.543,32	3,57	99,26	1.456,68
Transferências	105.000,00	105.000,00	0,00	73.559,33	18.347,74	67.918,10	1,24	64,68	37.081,90
Reserva de Contingência	5.000,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00
Reserva de Contingência	5.000,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00
TOTAL (III) = (I + II)	12.208.400,00	12.832.973,62	2.333.944,90	6.390.903,37	2.163.692,44	5.473.647,60	100,00	42,65	7.359.326,02

FONTE: SECRETARIA DE FINANÇAS

PAULO LOPES, 08/07/2010

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

GILDO ARCELINO DE SOUZA
Secretario de Finanças

ALMERY ALCIDES VIEIRA
Diretor de Controle Interno

NILTON BATISTA RAUPP
Contador

¹ Representa uma dotação global sem destinação específica a determinado órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria econômica, cujos recursos serão utilizados para abertura de créditos adicionais, não sendo portanto uma função. É apresentada neste demonstrativo por constar no orçamento.

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA/DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA/RREO – ANEXO III

Município de PAULO LOPES
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JULHO/2009 A JUNHO/2010

RREO – ANEXO III (LRF, Art. 53, inciso I)

ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES													PREVISÃO ATUALIZADA 2010
	Jul/2009	Ago/2009	Set/2009	Out/2009	Nov/2009	Dez/2009	Jan/2010	Fev/2010	Mar/2010	Abr/2010	Mai/2010	Jun/2010	TOTAL (ÚLT. 12 MES.)	
RECEITAS CORRENTES (I)	926.540,29	836.896,45	826.185,97	1.034.669,98	936.633,49	1.248.809,24	905.103,06	912.166,71	993.454,49	955.348,95	1.000.872,60	1.148.372,47	11.725.053,70	11.524.000,00
RECEITA TRIBUTÁRIA	216.674,12	154.456,10	91.381,21	208.903,14	144.876,15	139.821,15	109.150,16	158.865,38	175.159,55	80.259,26	94.685,87	301.157,99	1.875.390,08	1.160.000,00
I.P.T.U.	4.505,96	4.835,24	2.501,00	3.455,41	2.213,81	4.110,93	1.394,23	50.228,39	39.683,85	3.301,60	3.430,58	2.467,71	122.128,71	164.000,00
I.S.S.	200.054,36	141.672,78	81.617,53	148.009,39	135.409,14	114.180,87	45.021,82	65.104,07	76.095,59	64.388,29	78.807,11	281.231,48	1.431.592,43	656.000,00
I.T.B.I.	1.000,00	1.700,00	1.100,00	6.600,00	200,00	4.300,00	56.400,00	0,00	200,00	3.469,00	1.100,00	8.600,00	84.669,00	22.000,00
I.R.R.F	3.541,19	4.196,01	4.050,98	47.372,45	4.050,66	8.330,74	3.676,69	3.853,41	5.016,60	3.218,36	3.974,12	5.280,87	96.562,08	118.000,00
Outras Receitas Tributárias	7.572,61	2.052,07	2.111,70	3.465,89	3.002,54	8.898,61	2.657,42	39.679,51	54.163,51	5.882,01	7.374,06	3.577,93	140.437,86	200.000,00
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	22.976,28	22.647,21	21.897,09	21.909,70	23.640,55	22.401,81	22.862,80	23.259,57	22.408,74	27.562,05	22.883,74	23.092,85	277.542,39	295.000,00
RECEITA PATRIMONIAL	1.406,15	1.376,29	2.214,01	2.052,71	2.598,29	6.711,71	0,00	7.588,79	6.144,01	7.956,73	7.241,54	6.521,69	51.811,92	0,00
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	4.215,72	3.660,26	4.381,56	663,94	278,62	387,48	1.145,10	10,61	30,00	0,00	11,61	30,00	14.814,90	55.000,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	673.196,62	647.252,50	699.751,10	796.144,06	760.634,21	1.061.508,83	756.796,67	715.117,11	781.123,95	834.824,23	868.702,08	807.085,30	9.402.136,66	9.544.000,00
Cota-Parte do F.P.M.	238.751,14	277.746,26	245.865,39	282.826,72	353.041,96	543.271,69	291.295,49	355.650,81	264.197,38	316.548,12	389.735,18	338.240,57	3.897.170,71	4.300.000,00
Cota-Parte do I.C.M.S.	199.640,50	139.185,78	194.405,73	164.921,25	147.253,08	247.198,98	194.306,18	164.139,53	202.795,19	199.113,21	186.105,10	193.274,49	2.232.339,02	1.950.000,00
Cota-Parte do I.P.V.A.	39.053,07	25.852,76	32.592,65	29.614,67	29.224,93	17.398,69	14.538,97	28.803,29	44.137,18	36.432,55	36.273,70	44.633,74	378.556,20	390.000,00
Cota-Parte do ITR.	-270,61	407,56	370,36	3.366,35	766,95	387,01	0,00	1.023,26	361,97	20,00	294,28	262,18	6.989,31	3.000,00
Transferências da LC 61/1989	2.989,81	3.226,20	3.344,24	4.254,06	3.374,94	4.899,16	3.980,98	3.872,88	3.540,75	3.731,72	3.676,97	4.296,24	45.187,95	40.000,00
Transferências da LC 87/1996	-46.486,16	1.276,16	1.276,16	1.276,16	1.276,16	1.276,16	1.291,20	1.291,20	1.291,20	1.291,20	1.291,20	1.291,20	-32.358,16	20.000,00
Transferências do FUNDEB	105.773,33	110.072,80	114.805,39	116.185,62	121.186,07	131.762,69	132.991,31	118.019,81	130.562,67	138.350,45	134.220,79	126.297,82	1.480.228,75	1.480.000,00
Outras Transferências Correntes	133.745,54	89.484,98	107.091,18	193.699,23	104.510,12	115.314,45	118.392,54	42.316,33	134.237,61	139.336,98	117.104,86	98.789,06	1.394.022,88	1.361.000,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	8.071,40	7.504,09	6.561,00	4.996,43	4.605,67	17.978,26	15.148,33	7.325,25	8.588,24	4.746,68	7.347,76	10.484,64	103.357,75	470.000,00
DEDUÇÕES (II)	86.701,99	89.528,72	95.570,76	97.251,70	106.987,50	130.361,75	101.082,41	110.956,02	103.264,52	111.427,21	123.416,26	116.399,50	1.272.948,34	1.340.600,00
Dedução da Receita Para Formação do FUNDEB	86.701,99	89.528,72	95.570,76	97.251,70	106.987,50	130.361,75	101.082,41	110.956,02	103.264,52	111.427,21	123.416,26	116.399,50	1.272.948,34	1.340.600,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I – II)	839.838,30	747.367,73	730.615,21	937.418,28	829.645,99	1.118.447,49	804.020,65	801.210,69	890.189,97	843.921,74	877.456,34	1.031.972,97	10.452.105,36	10.183.400,00

FONTE: SECRETARIA DE FINANÇAS

PAULO LOPES, 08/07/2010

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

GILDO ARCELINO DE SOUZA
Secretário de Finanças

ALMERY ALCIDES VIEIRA
Diretor de Controle Interno

NILTON BATISTA RAUPP
Contador



RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA/DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO de PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES

Município de PAULO LOPES

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A JUNHO 2010/SEMESTRE JANEIRO - JUNHO

RREO - Anexo V (LRF, Art. 53, inciso II)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
			No Semestre	Até o Semestre/2010	Até o Semestre/2009
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Contribuições dos Segurados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Civil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Regime de Débitos e Parcelamentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Contribuições Patronais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Civil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 1/3



DOM/SC

ASSINADO DIGITALMENTE

Município de PAULO LOPES

Continuação 2/3

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A JUNHO 2010/SEMESTRE JANEIRO - JUNHO

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
			No Semestre	Até o Semestre/2010	Até o Semestre/2009
Para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Regime de Débitos e Parcelamentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (III) = (I + II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Semestre	Até o Semestre/2010	Até o Semestre/2009
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ADMINISTRAÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PREVIDÊNCIA SOCIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Civil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aposentadorias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reformas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RPPS e o RGPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (V)	-	-	-	-	-
ADMINISTRAÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 2/3

Município de PAULO LOPES
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2010/SEMESTRE JANEIRO - JUNHO

Continuação 3/3

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Semestre	Até o Semestre/2010	Até o Semestre/2009
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (VI) = (IV + V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VII) = (III - VI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
APORTES DE RECURSOS PARA O REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DO SERVIDOR	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
			No Semestre	Até o Semestre/2010	Até o Semestre/2009
TOTAL DOS APORTES PARA O RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Plano Financeiro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Formação de Reserva	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Aportes para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Plano Previdenciário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Aportes para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS			PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA		
Valor					0,00

BENS E DIREITOS DO RPPS	MAIO	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
		2010	2009
Bancos Conta Movimento	245.759,79	245.942,75	238.654,23

FONTE: SECRETARIA DE FINANÇAS

PAULO LOPES, 08/07/2010

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

GILDO ARCELINO DE SOUZA
Secretario de Finanças

ALMERY ALCIDES VIEIRA
Diretor de Controle Interno

NILTON BATISTA RAUPP
Contador

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA/DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL/RREO – Anexo VI

Município de PAULO LOPES
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2010/SEMESTRE JANEIRO - JUNHO

RREO – Anexo VI (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2009 (A)	Em 31 Dez 2009 (B)	Em 30 Jun 2010 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	603.250,04	603.250,04	408.358,65
DEDUÇÕES (II)	1.038.561,56	1.038.561,56	882.874,71
Disponibilidade de Caixa Bruta	1.268.180,76	1.268.180,76	1.505.111,18
Demais Haveres Financeiros	4.243,11	4.243,11	4.792,16
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	233.862,31	233.862,31	627.028,63
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I - II)	-435.311,52	-435.311,52	-474.516,06
RECEITAS DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	107.365,99	107.365,99	41.896,85
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (VI) = (III + IV - V)	-542.677,51	-542.677,51	-516.412,91

<u>RESULTADO NOMINAL</u>	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	No Semestre (C - B)	Jan a Jun 2010 (C - A)
VALOR	26.264,60	26.264,60

<u>DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL</u>	VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO NOMINAL FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA	69.300,00

<u>REGIME PREVIDENCIÁRIO</u>			
<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2009 (A)	Em 31 Dez 2009 (B)	Em 30 Jun 2010 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (VII)	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (VIII)	242.023,30	242.023,30	245.942,75
Disponibilidade de Caixa Bruta	242.023,30	242.023,30	245.942,75
Investimentos	0,00	0,00	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (IX) = (VII - VIII)	-242.023,30	-242.023,30	-245.942,75
PASSIVOS RECONHECIDOS (X)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (XI) = (IX - X)	-242.023,30	-242.023,30	-245.942,75

FONTE: SECRETARIA DE FINANÇAS

PAULO LOPES, 08/07/2010

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

GILDO ARCELINO DE SOUZA
Secretario de Finanças

ALMERY ALCIDES VIEIRA
Diretor de Controle Interno

NILTON BATISTA RAUPP
Contador



RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA/DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO/RREO - Anexo IX

Município de PAULO LOPES
 RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 JANEIRO A JUNHO 2010/SEMESTRE JANEIRO - JUNHO

RREO - Anexo IX (LRF, art. 53, inciso V)

R\$ 1,00

PODER/ÓRGÃO	RP PROCESSADOS					RP NÃO PROCESSADOS				
	Inscritos		Cancelados	Pagos	A Pagar	Inscritos		Cancelados	Pagos	A Pagar
	Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2009				Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2009			
RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (I)	99.996,60	133.865,71	-	201.398,81	32.463,50	3.222,44	346.484,20	-	111.775,63	237.931,01
EXECUTIVO										
ADMINISTRAÇÃO DIRETA	99.996,60	117.917,31	0,00	185.451,05	32.462,86	374,58	337.247,72	0,00	106.370,07	231.252,23
SEC.DA SAUDE E ASSISTENCIA SOCIAL	201,98	821,47	0,00	821,47	201,98	150,58	1.178,78	0,00	780,68	548,68
SEC.DE AGRIC., INDUSTRIA E COMERCIO	0,00	37.199,74	0,00	37.199,74	0,00	54,00	0,00	0,00	0,00	54,00
SEC.DE CULTURA E ESPORTE	0,00	500,00	0,00	500,00	0,00	0,00	243,35	0,00	163,20	80,15
SEC.DE TRANSPORTES, OBRAS E SERV. URB.	99.697,32	47.189,89	0,00	114.723,96	32.163,25	0,00	265.844,53	0,00	39.691,97	226.152,56
SEC.DE TURISMO E MEIO AMBIENTE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	39,50	0,00	0,00	39,50
SECRETARIA DA FAMÍLIA E HABITAÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	30,40	0,00	30,40	0,00
SECRETARIA DE ADMINISTRACAO	0,00	3.919,87	0,00	3.919,87	0,00	0,00	931,12	0,00	900,00	31,12
SECRETARIA DE EDUCACAO	97,30	28.286,01	0,00	28.286,01	97,30	170,00	68.980,04	0,00	64.803,82	4.346,22
SECRETARIA DE FINANÇAS	0,00	0,33	0,00	0,00	0,33	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PAULO LOPES	0,00	15.948,40	0,00	15.947,76	0,64	2.847,86	9.236,48	0,00	5.405,56	6.678,78
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	0,00	15.948,40	0,00	15.947,76	0,64	2.847,86	9.236,48	0,00	5.405,56	6.678,78
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL (III) = (I + II):	99.996,60	133.865,71	0,00	201.398,81	32.463,50	3.222,44	346.484,20	0,00	111.775,63	237.931,01

FONTE: SECRETARIA DE FINANÇAS

PAULO LOPES, 08/07/2010

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS
 Prefeito Municipal

GILDO ARCELINO DE SOUZA
 Secretário de Finanças

ALMERY ALCIDES VIEIRA
 Diretor de Controle Interno

NILTON BATISTA RAUPP
 Contador

CONTROLE DA ORIGEM E DOS GASTOS COM ENSINO**PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO LOPES****CONTROLE DA ORIGEM E DOS GASTOS COM ENSINO****MÊS DE JUNHO DE 2010**

1 - BASE DE CÁLCULO DA ORIGEM DOS RECURSOS	
Receitas Oriundas de Impostos	Arrecadação Até o Mês
1.1 - IPTU	100.506,36
1.2 - ITBI	69.769,00
1.3 - ISS	610.648,37
1.4 - FPM	1.955.667,55
1.5 - IRRF	25.020,05
1.6 - ICMS	1.139.733,70
1.7 - IPI	23.099,54
1.8 - IPVA	204.819,43
1.9 - ITR	1.961,69
1.10 - Cota-Parte do Fundo de Compensação do ICMS Exportação	7.747,20
1.11 - Dívida Ativa de Impostos	14.026,83
1.12 - Multas e Juros	10.474,43
TOTAL	4.163.474,15

2 - ORIGEM DOS RECURSOS VINCULADOS AO ENSINO	
Especificação	Acumulado até o Mês
2.1 - 25% das Receitas Oriundas de Impostos	1.040.868,54
2.2 - Cota-Parte do FUNDEB	784.491,43
2.3 - Convênios	430.513,03
TOTAL	2.255.873,00

3 - APLICAÇÃO			
Especificação	Exigência Legal (1)	Realizada (2)	Diferença (3)
3.1 - Contribuição ao FUNDEB	666.605,82	666.545,92	-59,90
3.2 - Professor em Efetivo Exercício	470.694,86	499.029,30	28.334,44
3.3 - Ensino	688.059,29	641.124,32	-46.934,97
3.4 - Convênio	430.513,03	220.513,03	-210.000,00
TOTAL	2.255.873,00	2.027.212,57	-228.660,43

OBS.: 1 - Este formulário deverá ser publicado bimestralmente. Art. 72 da Lei de Diretrizes e Bases.

2 - O atendimento aos percentuais mínimos exigidos, deverão ser apurados trimestralmente;
Art. 69, § 4º da Lei de Diretrizes de Bases.

Paulo Lopes, 14 de julho de 2010.

% aplicado = 24,55

Aplicado a menor = -18.660,43

PREFEITO MUNICIPAL

CONTADOR

SECR. MUNIC. DA EDUCAÇÃO



CONTROLE DA ORIGEM E DOS GASTOS COM SAÚDE

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO LOPES

CONTROLE DA ORIGEM E DOS GASTOS COM SAÚDE**MÊS JUNHO DE 2010**

1 - BASE DE CÁLCULO DA ORIGEM DOS RECURSOS	
Receitas Oriundas de Impostos	Arrecadação Até o Mês
1.1 - IPTU	100.506,36
1.2 - ITBI	69.769,00
1.3 - ISS	610.648,37
1.4 - FPM	1.955.667,55
1.5 - IRRF	25.020,05
1.6 - ICMS	1.139.733,70
1.7 - IPI	23.099,54
1.8 - IPVA	204.819,43
1.9 - ITR	1.961,69
1.10 - Cota-Parte do Fundo de Compensação do ICMS Exportação	7.747,20
1.11 - Dívida Ativa de Impostos	14.026,83
1.12 - Multas e Juros	10.474,43
TOTAL	4.163.474,15

2 - ORIGEM DOS RECURSOS VINCULADOS A SAÚDE	
Especificação	Acumulado até o Mês
2.1 - 15% das receitas oriundas de impostos	624.521,12
2.2 -	
2.3 - Convênios PAB / PSF / PACS / etc.	413.768,42
TOTAL	1.038.289,54

3 - APLICAÇÃO			
Especificação	Exigência Legal (1)	Realizada (2)	Diferença (3)
3.1 - Gastos com Saúde	1.038.289,54	1.479.538,20	441.248,66
3.2 - (-) Convênios não Aplicados	0,00	0,00	0,00
TOTAL	1.038.289,54	1.479.538,20	441.248,66

% aplicado = 25,60

Paulo Lopes, 14 de julho de 2010.

PREFEITO MUNICIPAL

CONTADOR

SECR. MUNIC. DA SAÚDE



RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA/DEMONSTRATIVO DAS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS/ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL/RREO - Anexo XVII

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DEMONSTRATIVO DAS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

MUNICÍPIO: PAULO LOPES/SC - PODER EXECUTIVO

CNPJ: 82.892.365/0001-32

Exercício: 2010

Período de referência: JANEIRO A JUNHO DE 2010

CVA: 2010072114194672300703

RREO - Anexo XVII (Lei nº 11.079, de 30.12.2004, arts. 22, 25 e 28)

R\$ 1,00

CAMPO	ESPECIFICAÇÃO	SALDO TOTAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 (a)	REGISTROS EFETUADOS EM 2010		SALDO TOTAL (c) = (a+b)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	
1	TOTAL DE ATIVOS = (2+3+4)	0,00	0,00	0,00	0,00
2	Direitos Futuros	0,00	0,00	0,00	0,00
3	Ativos Contabilizados na SPE	0,00	0,00	0,00	0,00
4	Contrapartida para Provisões de PPP	0,00	0,00	0,00	0,00
5	TOTAL DE PASSIVOS (I) = (6+7+8)	0,00	0,00	0,00	0,00
6	Obrigações Não Relacionadas a Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00
7	Contrapartida para Ativos da SPE	0,00	0,00	0,00	0,00
8	Provisões de PPP	0,00	0,00	0,00	0,00
9	GARANTIAS DE PPP (II)	0,00	0,00	0,00	0,00
10	SALDO LÍQUIDO DE PASSIVOS DE PPP (III) = (I-II)	0,00	0,00	0,00	0,00
11	PASSIVOS CONTINGENTES = (12+13+14)	0,00	0,00	0,00	0,00
12	Contraprestações Futuras	0,00	0,00	0,00	0,00
13	Riscos Não Provisonados	0,00	0,00	0,00	0,00
14	Outros Passivos Contingentes	0,00	0,00	0,00	0,00
15	ATIVOS CONTINGENTES = (16+17)	0,00	0,00	0,00	0,00
16	Serviços Futuros	0,00	0,00	0,00	0,00
17	Outros Ativos Contingentes	0,00	0,00	0,00	0,00

CAMPO	DESPESAS DE PPP	2009	2010	2011	2012	2013	2014
18	Do Ente Federado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
19	Das Estadais Não-Dependentes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
20	TOTAL DAS DESPESAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
21	RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (RCL)	9.794.852,97	10.452.105,36	0,00	0,00	0,00	0,00
22	TOTAL DAS DESPESAS / RCL (%)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

CAMPO	DESPESAS DE PPP	2015	2016	2017	2018	2019
23	Do Ente Federado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
24	Das Estadais Não-Dependentes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
25	TOTAL DAS DESPESAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
26	RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (RCL)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
27	TOTAL DAS DESPESAS / RCL (%)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte:

Nota:

PAULO LOPES, 21/07/2010

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS

PREFEITO MUNICIPAL

CPF.: 715.993.209-91

GILDO ARCELINO DE SOUZA

SECRETÁRIO DE FINANÇAS

CPF.: 252.372.769-20

ALMERY ALCIDES VIEIRA

DIRETOR DE CONTROLE INTERNO

CPF.: 595.888.299-68

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA/DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA/RREO - Anexo XVIII

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

MUNICÍPIO: PAULO LOPES/SC - PODER EXECUTIVO

CNPJ: 82.892.365/0001-32

Exercício: 2010

Período de referência: JANEIRO A JUNHO DE 2010/BIMESTRE MAIO-JUNHO

CVA: 2010072114194672300703

RREO - Anexo XVIII (LRF, Art. 48)

R\$ 1,00

CAMPO	BALANÇO ORÇAMENTÁRIO	No Bimestre	Até o Bimestre
1	RECEITAS	-	-
2	Previsão Inicial	-	12.258.400,00
3	Previsão Atualizada	-	12.258.400,00
4	Receitas Realizadas	2.050.460,71	5.568.319,76
5	Déficit Orçamentário	-	-
6	SalDOS de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)	-	84.283,84
7	DESPESAS	-	-
8	Dotação Inicial	-	12.208.400,00
9	Créditos Adicionais	-	624.573,62
10	Dotação Atualizada	-	12.832.973,62
11	Despesas Empenhadas	2.333.944,90	6.390.903,37
12	Despesas Liquidadas	2.163.692,44	5.473.647,60
13	Superávit Orçamentário	-	94.672,16

CAMPO	DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	No Bimestre	Até o Bimestre
14	Despesas Empenhadas	2.333.944,90	6.390.903,37
15	Despesas Liquidadas	2.163.692,44	5.473.647,60

CAMPO	RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	Até o Bimestre
16	Receita Corrente Líquida	10.451.105,36

CAMPO	RECEITAS E DESPESAS DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	No Bimestre	Até o Bimestre
17	Regime Geral de Previdência Social	-	-
18	Receitas Previdenciárias Realizadas (I)	-	-
19	Despesas Previdenciárias Liquidadas (II)	-	-
20	Resultado Previdenciário (III) = (I-II)	-	-
21	Regime Próprio de Previdência dos Servidores	-	-
22	Receitas Previdenciárias Realizadas. (IV)	0,00	0,00
23	Despesas Previdenciárias Liquidadas. (V)	0,00	0,00
24	Resultado Previdenciário. (VI) = (IV-V)	0,00	0,00

CAMPO	RESULTADOS NOMINAL E PRIMÁRIO	Meta Fixada no AMF da LDO (a)	Resultado Apurado Até o Bimestre (b)	% em Relação à Meta (b/a)
25	Resultado Nominal	69.300,00	26.264,60	37,90
26	Resultado Primário	-540.000,00	239.762,72	-44,40

CAMPO	RESTOS A PAGAR POR PODER	Inscrição	Cancelamento Até o Bimestre	Pagamento Até o Bimestre	Saldo a Pagar
27	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	233.862,31	0,00	201.398,81	32.463,50
28	Poder Executivo	233.862,31	0,00	201.398,81	32.463,50
29	Poder Legislativo	0,00	0,00	0,00	0,00
30	RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	349.706,64	0,00	111.775,63	237.931,01
31	Poder Executivo.	349.706,64	0,00	111.775,63	237.931,01
32	Poder Legislativo.	0,00	0,00	0,00	0,00
33	TOTAL	583.568,95	0,00	313.174,44	270.394,51

CAMPO	DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	Valor Apurado Até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais
			% Mínimo a Aplicar no Exercício
34	Mínimo Anual de <18% / 25%> das Receitas de Impostos em MDE	1.022.208,11	25%
			% Aplicado Até o Bimestre
			24,55



**RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**

MUNICÍPIO: PAULO LOPES/SC - PODER EXECUTIVO

CNPJ: 82.892.365/0001-32

Exercício: 2010

Período de referência: JANEIRO A JUNHO DE 2010/BIMESTRE MAIO-JUNHO

CVA: 2010072114194672300703

RREO - Anexo XVIII (LRF, Art. 48)

R\$ 1,00

35	Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Ensino Fundamental e Médio	0,00	60%	0,00
36	Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Educação Infantil e Ensino Fundamental	499.029,30	60%	63,61
37	Complementação da União ao FUNDEB - Mínimo Anual de 10% do Total de Recursos do FUNDEB	0,00	10%	0,00

CAMPO	RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL	Valor Apurado Até o Bimestre	Saldo Não Realizado
38	Receitas de Operações de Crédito	-	-
39	Despesa de Capital Líquida	-	-

CAMPO	PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	Exercício	10º Exercício	20º Exercício	35º Exercício
40	Regime Geral de Previdência Social	-	-	-	-
41	Receitas Previdenciárias (I)	-	-	-	-
42	Despesas Previdenciárias (II)	-	-	-	-
43	Resultado Previdenciário (I-II)	-	-	-	-
44	Regime Próprio de Previdência dos Servidores	-	-	-	-
45	Receitas Previdenciárias. (IV)	-	-	-	-
46	Despesas Previdenciárias. (V)	-	-	-	-
47	Resultado Previdenciário. (IV-V)	-	-	-	-

CAMPO	RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS	Valor Apurado Até o Bimestre	Saldo a Realizar
48	Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos	-	-
49	Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos	-	-

CAMPO	DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	Valor Apurado Até o Bimestre	Limite Constitucional Anual	
			% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado Até o Bimestre
50	Despesas Próprias com Ações e Serviços Públicos de Saúde	1.065.769,78	15,00	25,60

CAMPO	DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP	Valor Apurado no Exercício Corrente
51	Total das Despesas/RCL (%)	0,00

CAMPO	ATO DECLARATÓRIO	DATA DA PUBLICAÇÃO	MEIO DA PUBLICAÇÃO (Diário Oficial, Edital, etc)
-------	------------------	--------------------	--

**RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**

MUNICÍPIO: PAULO LOPES/SC - PODER EXECUTIVO

CNPJ: 82.892.365/0001-32

Exercício: 2010

Período de referência: JANEIRO A JUNHO DE 2010/BIMESTRE MAIO-JUNHO

CVA: 2010072114194672300703

RREO - Anexo XVIII (LRF, Art. 48)

R\$ 1,00

52	Os abaixo assinados declaram que publicaram o relatório cujos dados encontram-se resumidos neste demonstrativo, conforme determina o art. 48 da Lei Compl. nº 101/00, na data e meio indicados a seguir		
----	---	--	--

Fonte:

Nota:

PAULO LOPES, 21/07/2010

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS
PREFEITO MUNICIPAL
CPF.: 715.993.209-91

GILDO ARCELINO DE SOUZA
SECRETÁRIO DE FINANÇAS
CPF.: 252.372.769-20

ALMERY ALCIDES VIEIRA
DIRETOR DE CONTROLE INTERNO
CPF.: 595.888.299-68

RELATÓRIO de GESTÃO FISCAL/DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL/RGF - ANEXO I

**RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**

MUNICÍPIO: PAULO LOPES/SC - PODER EXECUTIVO

CNPJ: 82.892.365/0001-32

Exercício: 2010

Período de referência: JULHO DE 2009 A JUNHO DE 2010

CVA: 2010072114274200201376

RGF - ANEXO I (LRF, art. 55, Inciso I, alínea "a")

R\$ 1,00

CAMPO	DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS	
		(Últimos 12 meses)	
		LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
1	DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I) = (2+3+4)	5.326.078,72	0,00
2	Pessoal Ativo	5.129.579,06	0,00
3	Pessoal Inativo e Pensionistas	196.499,66	0,00
4	Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	0,00	0,00
5	DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º, art. 19 da LRF) (II) = (6+7+8+9)	13.075,00	0,00
6	Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	0,00
7	Decorrentes de Decisão Judicial	12.194,07	0,00
8	Despesas de Exercícios Anteriores	880,93	0,00
9	Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	0,00	0,00
10	DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	5.313.003,72	0,00
11	DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (IV) = (III a + III b)		5.313.003,72

CAMPO	APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR
12	RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V)	10.451.105,36
13	% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (VI) = (IV/V)*100	50,84
14	LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III do art. 20 da LRF) - (54,00%)	5.643.596,89
15	LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único do art. 22 da LRF) - (51,30%)	5.361.417,05

Nota: Durante o exerc., somente as desp. liquid. são consideradas executadas. No final do exerc., as desp. não liquid. insc. em Restos a Pagar não proces. são também consideradas execut. Para maior transparência, as desp. execut. estão segregadas em:

a) Desp. liquidadas: aquelas em que houve a entrega do material/serviço - art. 63 da Lei 4.320/64;

b) Desp. emp. mas não liquid., insc. em Restos a Pagar não proces., consideradas liquid. no exercício - inciso II do art. 35 da Lei 4.320/64.

Fonte:

Nota:

PAULO LOPES, 21/07/2010

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS

PREFEITO MUNICIPAL

CPF.: 715.993.209-91

GILDO ARCELINO DE SOUZA

SECRETÁRIO DE FINANÇAS

CPF.: 252.372.769-20

ALMERY ALCIDES VIEIRA

DIRETOR DE CONTROLE INTERNO

CPF.: 595.888.299-68

RELATÓRIO de GESTÃO FISCAL/DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA/RGF - ANEXO II

**RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**

MUNICÍPIO: PAULO LOPES/SC - PODER EXECUTIVO

CNPJ: 82.892.365/0001-32

Exercício: 2010

Período de referência: JANEIRO A JUNHO DE 2010

CVA: 2010072114274200201376

RGF - ANEXO II (LRF, art. 55, inciso I, alínea "b")

R\$ 1,00

CAMPO	DÍVIDA CONSOLIDADA	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2010
			Até o 1º Semestre
1	DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I) = (2+3+6+7)	603.250,04	408.358,65
2	Dívida Mobiliária	0,00	0,00
3	Dívida Contratual = (4+5)	596.185,15	401.799,09
4	Interna	0,00	0,00
5	Externa	596.185,15	401.799,09
6	Precatórios Posteriores a 05/05/2000 (Inclusive) - Vencidos e não Pagos	0,00	0,00
7	Demais Dívidas	7.064,89	6.559,56
8	DEDUÇÕES (II)¹ = (9+10-11)	1.038.561,56	882.874,71
9	Disponibilidade de Caixa Bruta	1.268.180,76	1.505.111,18
10	Demais Haveres Financeiros	4.243,11	4.792,16
11	(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	233.862,31	627.028,63
12	DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (DCL) (III) = (I-II)	-435.311,52	-474.516,06
13	RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	9.795.852,97	10.451.105,36
14	% da DC sobre a RCL (I/RCL)	6,16	3,91
15	% da DCL sobre a RCL (III/RCL)	-4,44	-4,54
16	LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 120%		12.541.326,43

CAMPO	DETALHAMENTO DA DÍVIDA CONTRATUAL	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2010
			Até o 1º Semestre
17	DÍVIDA DE PPP	0,00	0,00
18	PARCELAMENTO DE DÍVIDAS = (19+20+23)	596.185,15	401.799,09
19	De Tributos	0,00	0,00
20	De Contribuições Sociais = (21+22)	596.185,15	401.799,09
21	Previdenciárias	596.185,15	401.799,09
22	Demais Contribuições Sociais	0,00	0,00
23	Do FGTS	0,00	0,00
24	DEMAIS DÍVIDAS CONTRATUAIS	7.064,89	6.559,56

CAMPO	OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2010
			Até o 1º Semestre
25	PRECATÓRIOS ANTERIORES A 05/05/2000	0,00	0,00
26	INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA	-	-
27	DEPÓSITOS	149.330,05	236.074,02
28	RP NÃO-PROCESSADOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	349.706,64	16.523,11
29	ANTECIPAÇÕES DE RECEITA ORÇAMENTÁRIA - ARO	0,00	0,00

CAMPO	REGIME PREVIDENCIÁRIO		
	DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2010
			Até o 1º Semestre
30	DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (IV) = (31+32)	0,00	0,00
31	Passivo Atuarial	0,00	0,00
32	Demais Dívidas	0,00	0,00
33	DEDUÇÕES (V)² = (34+35+36-37)	242.023,30	245.942,75
34	Disponibilidade de Caixa Bruta	242.023,30	245.942,75
35	Investimentos	0,00	0,00
36	Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00

**RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**

MUNICÍPIO: PAULO LOPES/SC - PODER EXECUTIVO

CNPJ: 82.892.365/0001-32

Exercício: 2010

Período de referência: JANEIRO A JUNHO DE 2010

CVA: 2010072114274200201376

RGF - ANEXO II (LRF, art. 55, inciso I, alínea "b")

R\$ 1,00

37	(-) Restos a Pagar Processados	0,00	0,00
38	OBRIGAÇÕES NÃO INTEGRANTES DA DC	0,00	0,00
39	DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (VI) = (IV-V)	-242.023,30	-245.942,75

¹ Se o saldo apurado for negativo, ou seja, se o total da Disponibilidade de Caixa Bruta mais os Demais Haveres Financeiros for menor que Restos a Pagar Processados, não deverá ser informado nessa linha, mas sim na linha da "Insuficiência Financeira". Assim, quando o cálculo de DEDUÇÕES (II)¹ for negativo, colocar um "-" nessa linha.

² Se o saldo apurado for negativo, ou seja, se o total da Disponibilidade de Caixa Bruta mais os Demais Haveres Financeiros e os Investimentos for menor que Restos a Pagar Processados, os campos de DEDUÇÕES (V)² deverão ser preenchidos com "-".

Fonte:

Nota:

PAULO LOPES, 21/07/2010

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS
PREFEITO MUNICIPAL
CPF.: 715.993.209-91

GILDO ARCELINO DE SOUZA
SECRETÁRIO DE FINANÇAS
CPF.: 252.372.769-20

ALMERY ALCIDES VIEIRA
DIRETOR DE CONTROLE INTERNO
CPF.: 595.888.299-68

RELATÓRIO de GESTÃO FISCAL/DEMONSTRATIVO DAS GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS de VALORES/ RGF - ANEXO III

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL DEMONSTRATIVO DAS GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS DE VALORES ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

MUNICÍPIO: PAULO LOPES/SC - PODER EXECUTIVO

CNPJ: 82.892.365/0001-32

Exercício: 2010

Período de referência: JANEIRO A JUNHO DE 2010

CVA: 2010072114274200201376

RGF - ANEXO III (LRF, art. 55, inciso I, alínea "c" e art. 40, § 1º)

R\$ 1,00

CAMPO	GARANTIAS CONCEDIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDOS DO EXERCÍCIO DE 2010
			Até o 1º Semestre
1	EXTERNAS (I) = (2+3)	0,00	0,00
2	Aval ou Fiança em Operações de Crédito	0,00	0,00
3	Outras Garantias nos Termos da LRF ¹	0,00	0,00
4	INTERNAS (II) = (5+6)	0,00	0,00
5	Aval ou Fiança em Operações de Crédito.	0,00	0,00
6	Outras Garantias nos Termos da LRF ¹ .	0,00	0,00
7	TOTAL DAS GARANTIAS CONCEDIDAS (III) = (I+II)	0,00	0,00
8	RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	9.795.852,97	10.451.105,36
9	% do TOTAL DAS GARANTIAS sobre a RCL	0,00	0,00
10	LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 22%	2.155.087,65	2.299.243,18

CAMPO	CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDOS DO EXERCÍCIO DE 2010
			Até o 1º Semestre
11	EXTERNAS (V) = (12+13)	0,00	0,00
12	Aval ou Fiança em Operações de Crédito	0,00	0,00
13	Outras Garantias nos Termos da LRF ¹	0,00	0,00
14	INTERNAS (VI) = (15+16)	0,00	0,00
15	Aval ou Fiança em Operações de Crédito.	0,00	0,00
16	Outras Garantias nos Termos da LRF ¹ .	0,00	0,00
17	TOTAL CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS (VII) = (V+VI)	0,00	0,00
18	MEDIDAS CORRETIVAS :		

¹ Inclui garantias concedidas por meio de Fundos.

Fonte:

Nota:

PAULO LOPES, 21/07/2010

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS
PREFEITO MUNICIPAL
CPF.: 715.993.209-91

GILDO ARCELINO DE SOUZA
SECRETÁRIO DE FINANÇAS
CPF.: 252.372.769-20

ALMERY ALCIDES VIEIRA
DIRETOR DE CONTROLE INTERNO
CPF.: 595.888.299-68

RELATÓRIO de GESTÃO FISCAL/DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES de CRÉDITO/RGF - ANEXO IV**RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**

MUNICÍPIO: PAULO LOPES/SC - PODER EXECUTIVO

CNPJ: 82.892.365/0001-32

Exercício: 2010

Período de referência: JANEIRO A JUNHO DE 2010

CVA: 2010072114274200201376

RGF - ANEXO IV (LRF, art. 55, inciso I, alínea "d" e inciso III, alínea "c")

R\$ 1,00

CAMPO	OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR REALIZADO	
		No Semestre de Referência	Até o Semestre de Referência (a)
1	SUJEITAS AO LIMITE PARA FINS DE CONTRATAÇÃO (I) = (2+5)	0,00	0,00
2	Mobiliária = (3+4)	0,00	0,00
3	Interna	0,00	0,00
4	Externa	0,00	0,00
5	Contratual = (6+16)	0,00	0,00
6	Interna. = (7+8+11+14+15)	0,00	0,00
7	Abertura de Crédito	0,00	0,00
8	Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro = (9+10)	0,00	0,00
9	Derivadas de PPP	0,00	0,00
10	Demais Aquisições Financiadas	0,00	0,00
11	Antecipação de Receita = (12+13)	0,00	0,00
12	Pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
13	Demais Antecipações de Receita	0,00	0,00
14	Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00
15	Outras Operações de Crédito	0,00	0,00
16	Externa. = (17+...+21)	0,00	0,00
17	Abertura de Crédito	0,00	0,00
18	Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
19	Antecipação de Receita	0,00	0,00
20	Assunção Reconhecimento e Confissão de Dívidas, incluindo os parcelamentos de dívidas não-tributárias	0,00	0,00
21	Outras Operações de Crédito	0,00	0,00
22	NÃO SUJEITAS AO LIMITE PARA FINS DE CONTRATAÇÃO (II) = (23+29+30+31)	0,00	0,00
23	Parcelamento de Dívidas = (24+25+28)	0,00	0,00
24	De Tributos	0,00	0,00
25	De Contribuições Sociais = (26+27)	0,00	0,00
26	Previdenciárias	0,00	0,00
27	Demais Contribuições Sociais	0,00	0,00
28	Do FGTS	0,00	0,00
29	Melhoria da Administração de Receitas e da Gestão Fiscal, Financeira e Patrimonial	0,00	0,00
30	Programa de Iluminação Pública - RELUZ	0,00	0,00
31	Amparadas pelo art. 9-N da Resolução nº 2.827/01 do CMN	0,00	0,00

CAMPO	APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DOS LIMITES	VALOR	% SOBRE A RCL
32	RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	10.451.105,36	-
33	OPERAÇÕES VEDADAS (III)	0,00	0,00
34	TOTAL CONSIDERADO PARA FINS DA APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE (IV) = (Ia+III)	0,00	0,00
35	LIMITE GERAL DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS E EXTERNAS	1.672.176,86	16,00
36	OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	0,00	0,00

**RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**

MUNICÍPIO: PAULO LOPES/SC - PODER EXECUTIVO

CNPJ: 82.892.365/0001-32

Exercício: 2010

Período de referência: JANEIRO A JUNHO DE 2010

CVA: 2010072114274200201376

RGF - ANEXO IV (LRF, art. 55, inciso I, alínea "d" e inciso III, alínea "c")

R\$ 1,00

37	LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	731.577,38	7,00
38	TOTAL CONSIDERADO PARA CONTRATAÇÃO DE NOVAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO (V) = (IV + IIa)	0,00	0,00

Fonte:

Nota:

PAULO LOPES, 21/07/2010

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS
PREFEITO MUNICIPAL
CPF.: 715.993.209-91

GILDO ARCELINO DE SOUZA
SECRETÁRIO DE FINANÇAS
CPF.: 252.372.769-20

ALMERY ALCIDES VIEIRA
DIRETOR DE CONTROLE INTERNO
CPF.: 595.888.299-68

RELATÓRIO de GESTÃO FISCAL/DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO de GESTÃO FISCAL/RGF - ANEXO VII

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

MUNICÍPIO: PAULO LOPES/SC - PODER EXECUTIVO

CNPJ: 82.892.365/0001-32

Exercício: 2010

Período de referência: JANEIRO A JUNHO DE 2010

CVA: 2010072114274200201376

RGF - ANEXO VII (LRF, art. 48)

R\$ 1,00

CAMPO	DESPESA COM PESSOAL	VALOR	% SOBRE A RCL
1	Despesa Total com Pessoal - DTP	5.313.003,72	50,84
2	Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - 54,00%	5.643.596,89	54,00
3	Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF) - 51,30%	5.361.417,05	51,30

CAMPO	DÍVIDA CONSOLIDADA	VALOR	% SOBRE A RCL
4	Dívida Consolidada Líquida	-474.516,06	-4,54
5	Limite Definido por Resolução do Senado Federal	12.541.326,43	120,00

CAMPO	GARANTIAS DE VALORES	VALOR	% SOBRE A RCL
6	Total das Garantias Concedidas	0,00	0,00
7	Limite Definido por Resolução do Senado Federal	2.299.243,18	22,00

CAMPO	OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR	% SOBRE A RCL
8	Operações de Crédito Externas e Internas	0,00	0,00
9	Operações de Crédito por Antecipação da Receita	0,00	0,00
10	Limite Definido p/ Senado Federal para Op. de Crédito Internas e Externas	1.672.176,86	16,00
11	Limite Definido p/ Senado Federal para Op. de Crédito por Antec. da Receita	731.577,38	7,00

CAMPO	RESTOS A PAGAR	INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)
12	Valor Total	-	-

CAMPO	ATO DECLARATÓRIO	DATA DA PUBLICAÇÃO	MEIO DA PUBLICAÇÃO (Diário Oficial, Edital, etc)
13	Os abaixo-assinados declaram que publicaram o relatório cujos dados encontram-se resumidos neste demonstrativo, conforme determina o art. 48 da Lei Compl. nº 101/00, na data e meio indicados a seguir		

Fonte:

Nota:

PAULO LOPES, 21/07/2010

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS

PREFEITO MUNICIPAL

CPF.: 715.993.209-91

GILDO ARCELINO DE SOUZA

SECRETÁRIO DE FINANÇAS

CPF.: 252.372.769-20

ALMERY ALCIDES VIEIRA

DIRETOR DE CONTROLE INTERNO

CPF.: 595.888.299-68



Porto União

PREFEITURA MUNICIPAL

Lei Nº 3.780/2010

LEI Nº 3.780, de 20 de julho de 2010.

Dispõe sobre crédito suplementar e contém outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, faço saber que a Câmara Municipal decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a suplementar no orçamento próprio do FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO as dotações orçamentárias a seguir especificadas, no valor de R\$ 137.000,00 (cento trinta e sete mil reais):

ORGÃO	1700 - FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO		
UNIDADE	1701 - FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO		
PROJETO	1002 - Construção/Ampliação/Aquisição Equip. Escolares		
ELEMENTO	449051-104 - Obras e Instalações	1	37.000,00
ELEMENTO	449051-108 - Obras e Instalações	2	50.000,00
ELEMENTO	449051-113 - Obras e Instalações	3	50.000,00
TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO			137.000,00

Art. 2º Para dar cobertura ao crédito acima citado serão utilizados recursos provenientes da anulação parcial das seguintes dotações orçamentárias:

ORGÃO	1700 - FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO		
UNIDADE	1701 - FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO		
PROJETO	1038 - Aquisição Onibus p/Transporte Escolar		
ELEMENTO	449052-104 - Equipamentos e Material Permanente	49	39.000,00
ELEMENTO	449052-104 - Equipamentos e Material Permanente	50	49.000,00
PROJETO	1044 - Reforma Dependências Secretaria de Educação		
ELEMENTO	449051-104 - Obras e Instalações	52	19.000,00
ELEMENTO	449051-113 - Obras e Instalações	53	9.000,00
ATIVIDADE	2009 - Manutenção Educação Infantil		
TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO			137.000,00

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União (SC), 20 de julho de 2010.

RENATO STASIAK

Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR

Secretário Municipal de Administração, Esporte e Cultura

RICARDO DRAGONI

Secretário Municipal de Finanças e Contabilidade

Lei Nº 3.781/2010

LEI Nº 3.781, de 20 de julho de 2010.

Dispõe sobre a Legislação Municipal que dá nova regulamentação a Política Municipal de Assistência Social, ao Conselho Municipal de Assistência Social, a Conferência Municipal de Assistência Social e ao Fundo Municipal de Assistência Social.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, faço saber que a Câmara Municipal decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO I

Das Disposições Gerais

Art. 1º Esta Lei consolida todas as disposições referentes à Política Municipal de Assistência Social.

Art. 2º A Assistência Social será prestada através da implantação e implementação de serviços assistenciais desenvolvidos pelo Poder Público em parceria com a sociedade, com objetivo de promover a garantia dos mínimos sociais para atender as necessidades de Proteção Social Básica e Proteção Especial de Media e Alta Complexidade, estruturadas de acordo com a Lei Orgânica da Assistência Social - LOAS, PNAS- Política Nacional de Assistência Social e NOB/SUAS - Norma Operacional Básica, que compõe o Sistema Único de Assistência Social - SUAS.

Art. 3º São consideradas Entidades de Assistência Social aquelas que prestam, sem fins lucrativos e não econômicos, atendimento, assessoramento e defesa dos direitos dos beneficiários da Assistência Social, tendo por atividade principal uma ou mais das seguintes ações:

I- a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice;

II- o amparo às crianças e adolescentes em situação de risco pessoal e social;

III- a promoção da integração ao mundo do trabalho;

IV- a habilitação e reabilitação das pessoas com deficiência e a promoção de sua integração a vida comunitária;

V- promoção de projetos de enfrentamento à pobreza.

Art. 4º O Sistema Municipal de Assistência Social será garantido através da seguinte estrutura:

I- Órgão Gestor da Assistência Social;

II- Conselho Municipal de Assistência Social;

III- Fundo Municipal de Assistência Social.

CAPÍTULO II

Do Órgão Gestor da Assistência Social

Art. 5º São atribuições do Órgão Gestor da Assistência Social:

I- gerenciamento do FMAS - Fundo Municipal de Assistência Social e estabelecer políticas de aplicação dos seus recursos, em conjunto com o Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS;

II- acompanhar, avaliar e decidir sobre a realização das ações previstas no Plano Plurianual de Assistência Social;

III- elaborar e submeter a aprovação do CMAS, o Plano Municipal de Assistência Social, em consonância com a Lei de Diretrizes orçamentárias - LDO;

IV- submeter trimestralmente ao Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS os demonstrativos da receita e despesa do Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS;

V- implantar e implementar o SUAS - Sistema Único da Assistência Social;

VI- elaborar o plano de capacitação de recursos humanos;

VII- firmar, juntamente com o responsável pelos controles da execução orçamentária, os demonstrativos mencionados no inciso anterior;

VIII- ordenar empenhos e pagamentos das despesas do Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS;

IX- firmar, juntamente com o Poder Executivo, convênios e contratos pertinentes ao exercício de suas atividades;

X- elaborar e encaminhar a proposta orçamentária da Assistência social ao Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS;

XI- elaborar e submeter à aprovação do Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS, o plano de monitoramento e avaliação dos serviços socioassistenciais;

XII- organizar e executar programas de capacitação sistemática de técnicos, conselheiros e dirigentes de entidades;

XIII- organizar, coordenar e gerir a rede municipal de inclusão e proteção social composta pela totalidade dos benefícios, serviços,



DOM/SC

ASSINADO DIGITALMENTE

programas e projetos existentes na sua área de atuação;
XIV- elaborar os critérios de partilha e de transferências de recursos alocados no FMAS, oriundos do tesouro federal, estadual e municipal.

CAPÍTULO III

Do Conselho Municipal de Assistência Social

Art. 6º Fica remodelado o Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS, criado pela Lei Municipal nº 2.214/96, instância do sistema descentralizado e participativo da Assistência Social, de caráter permanente e deliberativo, de composição paritária entre governo e sociedade civil, vinculado a estrutura da administração pública municipal, sendo responsável pela coordenação da Política Municipal de Assistência Social e articulado com as demais políticas setoriais, cujos membros, nomeados pelo poder executivo, têm mandato de 02 (dois) anos, permitida uma recondução por igual período.

Seção II

Da Composição

Art. 7º Compete ao Conselho Municipal de Assistência Social:

I- aprovar, acompanhar, avaliar e fiscalizar a Política Municipal de Assistência Social, elaborada em consonância com a Política Estadual de Assistência Social e a Política Nacional de Assistência Social, na perspectiva do SUAS - Sistema Único de Assistência Social, e com as diretrizes estabelecidas pelas Conferências de Assistência Social, acompanhando a sua execução;

II- aprovar, acompanhar, avaliar e fiscalizar o Plano Municipal de Assistência Social e acompanhar a sua execução;

III- zelar pela implementação do SUAS, buscando suas especificidades e efetiva participação dos segmentos de representação no conselho;

IV- normatizar as ações e regular a prestação de serviços de natureza pública e privada no campo da assistência social, exercendo essas funções num relacionamento ativo e dinâmico com os órgãos gestores, resguardando-se as respectivas competências;

V- aprovar, acompanhar, avaliar e fiscalizar a proposta orçamentária dos recursos destinados a todas as ações de assistência social, tanto os recursos próprios quanto os oriundos da esfera de governo estadual e ou federal, alocados no fundo municipal de assistência social;

VI- acompanhar, avaliar e fiscalizar a gestão dos recursos, bem como os ganhos sociais e o desempenho dos benefícios, rendas, serviços sócio-assistenciais, programas e projetos aprovados nas Políticas de Assistência Social Nacional, Estadual e Municipal;

VII- aprovar o plano de capacitação de recursos humanos para a área de assistência social, de acordo com as Normas Operacionais Básicas do SUAS (NOB-SUAS) e de Recursos Humanos (NOB-RH/SUAS);

VIII- inscrever e fiscalizar as entidades e organizações de assistência social de âmbito municipal e propor ao Conselho Nacional de Assistência Social o cancelamento de registro das mesmas que incorrerem em descumprimento dos princípios previstos no art. 4º da LOAS e em irregularidades na aplicação dos recursos que lhes forem repassados pelos poderes públicos;

IX- acompanhar o alcance dos resultados dos pactos estabelecidos com a rede prestadora de serviços da Assistência Social, para a proteção social básica e a proteção social especial;

X- aprovar o Relatório Anual de Gestão;

XI- elaborar e publicar seu Regimento Interno, o conjunto de normas administrativas definidas pelo Conselho, com o objetivo de orientar o seu funcionamento;

XII- aprovar critérios de partilha de recursos, respeitando os parâmetros adotados na LOAS e explicitar os indicadores de acompanhamento;

XIII- aprovar o pleito de habilitação dos municípios;

XIV- aprovar a Declaração do Gestor Municipal comprovando a estrutura para recepção, identificação, encaminhamento, orientação

e acompanhamento do benefício de prestação continuada/ BPC e benefícios eventuais;

XV- emitir declaração comprovando o funcionamento da sistemática de monitoramento e avaliação de proteção social básica e proteção social especial;

XVI- emitir declaração comprovando a existência de estrutura e de técnico de nível superior responsável pela Secretaria Executiva, do Conselho Municipal de Assistência Social;

XVII- analisar e emitir parecer conclusivo acerca da regularidade de aplicação dos recursos no âmbito da Assistência Social;

XVIII- aprovar o Plano de Ação e o Demonstrativo Sintético Físico - financeiro anual do governo federal no sistema SUAS/WEB;

XIX- convocar, num processo articulado com a Conferência Estadual e Nacional, a Conferência Municipal de Assistência Social, bem como aprovar as normas de funcionamento da mesma e constituir a comissão organizadora e o respectivo Regimento Interno;

XX- encaminhar as deliberações da conferência aos órgãos competentes e monitorar seus desdobramentos;

XXI- aprovar os instrumentos de Informação e Monitoramento instituídos pelos Governos Estadual e Federal;

XXII- propor ações que favoreçam a interface e superem a sobreposição de programas, projetos, benefícios e serviços;

XXIII- divulgar e promover a defesa dos direitos socioassistenciais;

XXIV- acionar o Ministério Público, como instância de defesa e garantia de suas prerrogativas legais.

Art. 8º O Conselho Municipal de Assistência Social instituirá seus atos através de resoluções aprovadas pela maioria de seus membros.

Art. 9º Todas as entidades inscritas no Conselho Municipal de Assistência Social tem livre acesso as suas documentações, bem como os balancetes quadrimestrais e anuais, resoluções, Lei de regulamentação, lei de criação, regimento interno, entre outros.

Art. 10. O Conselho Municipal de Assistência Social será composto por 14 (quatorze) membros e respectivos suplentes de acordo com os seguintes critérios:

I- 07 (sete) membros do Poder Executivo Municipal dentre as Secretarias Municipais de interesses afins, sendo importante incluir setores que desenvolvam atividades ligadas às Políticas Sociais, Econômicas e Financeiras;

II- 07 (sete) representantes da sociedade civil, oriundos dos seguintes seguimentos:

a) 03 (três) representantes de Entidades de Usuários, Defesa de Usuários ou Organizações de Usuários;

b) 02 (dois) representantes de Entidades ou Organizações prestadoras de serviços da Assistência Social, legalmente constituídos, devidamente registradas no Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS, devendo estar em pleno funcionamento;

c) 02 (dois) representantes de Entidades ou Organizações de Trabalhadores da Assistência Social, legalmente constituídas, registradas no Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS estando em pleno e regular funcionamento.

§ 1º A composição das organizações da sociedade civil a que se refere o "caput" deste artigo, far-se-á mediante a eleição realizada em assembléia própria entre os segmentos sob a fiscalização do Ministério Público, mediante convocação do Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS, que deverá ocorrer 15 (quinze) dias antes da realização da Conferência Municipal de Assistência Social, sendo que as entidades eleitas deverão apresentar durante a Conferência Municipal os nomes dos seus representantes titulares e suplentes para serem referendados pela plenária.

§ 2º Entende-se como:

I- Representantes de Usuários e Organizações de Usuários aquelas que atendem ao disposto na Resolução do Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS de nº 24, de 16 de fevereiro de 2006,



ou na legislação que venha substituí-la, respeitando a especificidade no âmbito municipal:

a) Representantes de Usuários pessoas vinculadas aos programas, projetos, serviços e benefícios da política Nacional de Assistência Social - PNAS, organizadas sob diversas formas, em grupos que tem por finalidade a busca de garantia de direitos, sendo legítimos como associações, movimentos sociais, fóruns, redes ou outras denominações, sob diferentes formas de constituição jurídica, política ou social;

b) Organizações de Usuários são aquelas juridicamente constituídas que tenham estatutariamente, entre seus objetivos, a defesa de direitos de indivíduos ou grupos vinculados a Política Nacional de Assistência Social - PNAS, sendo caracterizado seu protagonismo na organização, mediante participação efetiva nos órgãos diretivos que os representem por meio de sua própria participação ou de seu representante legal quando for o caso;

II- Entidades e Organizações de Assistência Social são aquelas que atenderem ao disposto no Decreto federal de nº 6.308, de 14 de dezembro de 2007, ou outra legislação que vier a substituí-la, a qual define Entidades Socioassistenciais:

a) De atendimento - quando realizam de forma contínua, permanente e planejado, serviços, programas, projetos ou benefícios de proteção social básica e ou especial, dirigidos a famílias e indivíduos em situações de vulnerabilidade e risco pessoal e social, nos termos da Lei Orgânica de Assistência Social - LOAS e respeitando as deliberações do Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS;

b) De Assessoramento - quando realizam de forma contínua, permanente e planejada, serviços, programas e projetos voltados prioritariamente para o fortalecimento dos movimentos sociais e das organizações de usuários, formação e capacitação de lideranças, dirigidos ao público da Política Nacional de Assistência Social, nos termos da LOAS e respeitadas as deliberações do CNAS, como:

b.1) Assessoria política técnica, administrativa e financeira a movimentos sociais, organizações de grupos de usuários, no fortalecimento de seu protagonismo e na capacitação para intervenção nas esferas políticas, em particular a Política de Assistência Social

b.2) Formação política de grupos populares, nela incluindo a capacitação de conselheiros e lideranças populares;

b.3) Sistematização e difusão de projetos inovadores de inclusão cidadã, que possam apresentar soluções alternativas a serem incorporadas nas Políticas Públicas de Assistência Social.

c) De Defesa e Garantia de Direitos, quando realizam de forma contínua, permanente e planejada, serviços, programas ou projetos voltados prioritariamente para a defesa e efetivação dos direitos socioassistenciais, construção de novos direitos, promoção da cidadania, enfrentamento das desigualdades sociais, articulação com órgãos públicos de defesa de direitos, dirigidos ao público da Política de Assistência Social, nos termos da Lei Orgânica de Assistência Social - LOAS e respeitadas as deliberações do Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS, tais como:

I- Promoção e defesa de direitos;

II- Reivindicação da construção de novos direitos;

III- Organização de trabalhadores do setor conforme disposto na resolução do CNAS nº 23, de 16 de fevereiro de 2006, ou outra legislação que venha substituí-la, estabelecendo como legítima todas as formas de organização de trabalhadores como associações de trabalhadores, sindicatos, federações, confederações, centrais sindicais, conselhos regionais de profissões regulamentadas que organizam, defendem e representam os interesses dos trabalhadores que atuam institucionalmente na Política de Assistência Social, conforme preconiza a LOAS, a PNAS a NOB/SUAS, devendo atender os seguintes critérios para definição de uma organização representativa dos trabalhadores da área de Assistência Social:

a) Ter na sua base de representação segmentos de trabalhadores que atuam na política pública de Assistência Social;

b) Defender direitos dos segmentos de trabalhadores na política pública de Assistência Social;

c) Propor-se na defesa dos direitos sociais dos cidadãos e aos usuários da Assistência Social;

d) Ter formato jurídico de sindicato, federação, confederação, central sindical ou conselho regional de profissão regulamentada, ou associação de trabalhadores legalmente constituída;

e) Não ser representação patronal ou empresarial.

§ 3º Fica impedido de candidatar-se como representante desses segmentos as pessoas com parentesco de cônjuge, ascendente, descendente ou irmão do Chefe do Poder Executivo Municipal.

Art. 11. Fica Impedida a candidatura de conselheiro representante da sociedade civil que já tenha exercido 02 (dois) mandatos consecutivos da titularidade junto ao Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS.

Seção III

Dos Conselheiros

Art. 12. A função de conselheiro será considerada serviço público relevante, não remunerado, sendo seu exercício prioritário e justificadas as ausências a quaisquer outros serviços, quando determinado seu comparecimento a sessões ordinárias ou extraordinárias do conselho ou sua participação em diligências autorizadas por este.

Art. 13. As despesas de transporte, alimentação, hospedagem, capacitações, treinamentos, participação em eventos dos membros do Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS serão custeadas com recursos do órgão municipal responsável pela coordenação da política municipal de Assistência Social.

Seção IV

Da Estrutura e Funcionamento

Art. 14. O Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS tem como estrutura:

I- Mesa Diretora composta por Presidente e Vice-Presidente;

II- Secretaria Executiva;

III- Comissões Temáticas;

IV- Plenário.

§ 1º A Mesa Diretora e Comissões Temáticas serão paritárias, respeitando a mesma paridade da composição do conselho, tendo duração de 02 (dois) anos.

§ 2º As Comissões Temáticas serão permanentes ou temporárias:

I- As comissões são constituídas pelas seguintes temáticas:

a) Documentação da rede socioassistencial;

b) Comunicação, articulação e mobilização;

c) Financiamento e gerenciamento do fundo;

d) Controle social do Programa Bolsa Família.

§ 3º O Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS contará com um(uma) secretário(a) executivo(a), de formação superior em Serviço Social, concursado(a), indicado pelo órgão gestor e Aprovado pelo conselho.

§ 4º O plenário será composto pelos membros do conselho presentes na reunião, ao qual compete deliberar matérias relativas a política de Assistência Social no âmbito municipal e acompanhar e fiscalizar em todos os níveis as ações de sua competência.

Art. 15. O órgão responsável pela execução da Política Municipal de Assistência Social ficará encarregado de fornecer recursos técnicos, administrativos, estruturais e financeiros para o regular funcionamento do conselho.

CAPÍTULO IV



Do Fundo Municipal de Assistência Social (FMAS)

Art. 16. Fica reordenado o Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS, o qual visa criar condições financeiras e de gerenciamento dos recursos destinados ao desenvolvimento de ações de Assistência Social, executadas pelo Órgão Gestor Municipal da política de Assistência Social, com os seguintes objetivos:

- I- Custear o pagamento de benefícios eventuais, mediante critérios estabelecidos pelos técnicos sociais do Órgão Gestor e aprovados pelo Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS;
- II- Executar projetos de enfrentamento a pobreza, incluindo a parceria com organizações da sociedade civil;
- III- Atender as ações assistenciais de caráter emergencial;
- IV- Prestar serviços assistenciais nas atividades de ação continuada que visem a melhoria da qualidade de vida da população e cujas ações sejam voltadas para as necessidades básicas, observando os objetivos, diretrizes e princípios estabelecidos na Lei Federal nº 8.742/93 - Lei Orgânica de Assistência Social - LOAS, Política Nacional de Assistência Social - PNAS e Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social - NOB/SUAS;
- V- Custear as despesas para processos e execução de serviços de proteção básica;
- VI- Custear despesas para processos e execução dos serviços de proteção social especial de média e alta complexidade;
- VII- Custear projetos de capacitação permanente; custear programas, projetos e atividades voltadas a programas de geração de renda e combate a pobreza;
- VIII- Custear despesas de Fóruns, Conferências e demais atos necessários a gestão da política de assistência social.

Art. 17. O Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS será vinculado ao Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS e administrado pelo órgão gestor da Assistência Social, sendo constituído por recursos financeiros provenientes de:

- I- Dotações específicas consignada no Orçamento Municipal para a Assistência Social;
- II- Repasses do Fundo Nacional de Assistência Social;
- III- Repasses do Fundo Estadual de Assistência Social;
- IV- Doações, auxílios, contribuições e legados que lhe seja destinados;
- V- Produto de arrecadação de multas e juros de mora, conforme destinação previstas em leis específicas;
- VI- Recursos retidos em instituições financeiras sem destinação própria;
- VII- Outros recursos que lhe forem destinados.

Parágrafo Único. Os recursos de responsabilidade do município destinado a Assistência Social serão automaticamente repassados ao Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS a medida em que forem realizadas as receitas.

CAPÍTULO V**Da Conferência Municipal de Assistência Social**

Art. 18. A Conferência Municipal de Assistência Social é órgão de instância superior que se reunirá a cada dois anos ou extraordinariamente para avaliar a situação da Assistência Social, fixar diretrizes gerais da política Municipal de Assistência Social e referendar seus membros do CMAS.

§ 1º Para a realização da Conferência, o CMAS constituirá comissão organizadora paritária, conforme composição do próprio conselho.

§ 2º A Conferência Municipal de Assistência Social será convocada pelo Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS e Chefe do Poder Executivo, através de Decreto Municipal.

§ 3º A convocação da Conferência deverá ser amplamente divul-

gada nos principais meios de comunicação do Município.

CAPÍTULO VI**Das Disposições Gerais e Transitórias**

Art. 19. Esta Lei entra em vigor na data da sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União (SC), 20 de julho de 2010.

RENATO STASIAK

Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR

Secretário Municipal de Administração, Esporte e Cultura

Lei Nº 3.782/2010

LEI Nº 3.782, de 20 de julho de 2010.

Dispõe sobre a doação de Bem Público ao U.E.B 43º SC Grupo Escoteiro Iguaçu, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, faço saber que a Câmara Municipal decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a doar ao U.E.B 43º SC Grupo Escoteiro Iguaçu, declarado de Utilidade Pública pela Lei Municipal nº 966, de 30 de maio de 1977, com sede na Rua Frei Rogério - Nº 692 - Centro - Porto União-SC, inscrito no CNPJ sob o nº 04.656.976/0001-78, um veículo PAS/ Automóvel, gasolina, modeloVW/GOL CLI, Branco, CAP/5P/81 CV, chassi 9BWZZZ377STO77480, Placa LXA6926, ano de fabricação 1995, modelo 1995, Código do Renavam nº 636410307.

Art. 2º Fica autorizado o Setor Competente da Prefeitura Municipal de Porto União a proceder baixa patrimonial, bem como a transferência dos direitos de posse ao U.E.B 43º SC Grupo Escoteiro Iguaçu do Bem Público mencionado no artigo precedente.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data da sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União (SC), 20 de julho de 2010.

RENATO STASIAK

Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR

Secretário Municipal de Administração, Esporte e Cultura

Lei Nº 3.783/2010

LEI Nº 3.783, de 20 de julho de 2010.

Autoriza o Poder Executivo Municipal a firmar Convênio com o FOLCLORE UCRANIANO KALENA, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, faço saber que a Câmara Municipal decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a firmar Convênio com o FOLCLORE UCRANIANO KALENA, sociedade civil, pessoa jurídica de direito privado, regido por estatuto, sem fins lucrativos, com duração por tempo indeterminado, declarado de Utilidade Pública pela Lei Municipal nº 2.594, de 06 de abril de 2001, inscrito no CNPJ sob o nº 00.129.329/0002-38, estabelecido nesta cidade de Porto União - SC.

Art. 2º O convênio tem por objetivo repassar ao Folclore Ucraina-



no Kalena no decorrer do exercício de 2010 a contar da data de sua assinatura, recursos financeiros no valor total de R\$ 1.000,00 (um mil reais), desembolsáveis em 05 (cinco) parcelas mensais e consecutivas de R\$ 200,00 (duzentos reais), para auxiliar nas despesas de sua manutenção.

Art. 3º Para fazer face às despesas decorrentes com a execução da presente Lei, fica o Poder Executivo Municipal autorizado a lançar mão da seguinte Dotação Orçamentária consignada no Orçamento Geral do Município, conforme discriminação seguinte:

ÓRGÃO	0200	PODER EXECUTIVO DE PORTO UNIÃO
UNIDADE	0210	ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO
ATIVIDADE	2884600032034	Encargos Gerais da Administração
DOTAÇÃO	335041-100	Contribuições

Art. 4º O Folclore Ucraniano Kalena, obriga-se a prestar contas dos recursos recebidos, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias contados da data do primeiro pagamento, mediante apresentação de cópia documental da aplicação dos mesmos.

Art. 5º O período de vigência do Convênio será de 05 (cinco) meses, contados da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado caso haja interesse do Município, por sucessivos períodos, até o limite máximo de 60 (sessenta) meses, conforme autoriza o Artigo 57, Inciso II, da Lei nº 8.666/93.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data da sua assinatura, condicionada sua validade a publicação no DOM/SC.

Porto União (SC), 20 de julho de 2010.
RENATO STASIAK
Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR
Secretário Municipal de Administração, Esporte e Cultura

Lei Nº 3.784/2010

LEI Nº 3.784, de 20 de julho de 2010.

Dispõe sobre a criação do Programa de Incentivo à doação de sangue, medula óssea, órgãos e tecidos no âmbito do Município de Porto União e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, faço saber que a Câmara Municipal decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica criado o Programa de Incentivo à doação de sangue, medula óssea, órgãos e tecidos no âmbito do Município de Porto União.

Art. 2º Para efeitos desta Lei, são considerados doadores de sangue, medula óssea, órgãos e tecidos, aqueles registrados nos hospitais públicos ou entidade credenciada pela União, pelo Estado ou por Município, identificados por documento oficial.

Art. 3º Fica instituído por esta Lei, o atendimento preferencial aos doadores de sangue, medula óssea, órgãos e tecidos no Município de Porto União.

Art. 4º Fica instituído por esta Lei, a meia-entrada em locais públicos de cultura, esporte e lazer para os doadores de sangue, medula óssea, órgãos e tecidos no Município de Porto União.

Art. 5º Fica instituído por esta Lei, a isenção do pagamento de inscrição nos concursos públicos realizados pela Administração Pública Municipal, para os doadores de sangue, medula óssea,

órgãos e tecidos no Município de Porto União.

Art. 6º O direito ao atendimento preferencial, à meia-entrada e à isenção do pagamento de inscrição nos concursos públicos municipais, será exercido pelos doadores de sangue, medula óssea, órgãos e tecidos mediante a apresentação de Carteira de Doador, expedida por qualquer instituição pública que efetue a coleta ou do comprovante de doação nos trezentos e sessenta e cinco dias antecedentes.

Art. 7º A meia-entrada referida nesta Lei, corresponde a 50% (cinquenta por cento) do valor do ingresso cobrado, sem restrição de data, horário ou local.

Art. 8º Para os efeitos da meia-entrada instituída por esta Lei, são considerados locais públicos:

- I- teatros;
- II- museus;
- III- cinemas;
- IV- circos;
- V- feiras e exposições;
- VI- parques;
- VII- pontos turísticos;
- VIII- estádios, ginásios e congêneres;
- IX- casas de espetáculos;
- X- congressos, seminários, simpósios e afins;
- XI- eventos e festivais.

Art. 9º A obrigatoriedade de disponibilizar o atendimento preferencial aos doadores, onde o fluxo de clientes exija a formação de filas, abrange:

- I- os bancos, as casas lotéricas, os supermercados, bem como os demais estabelecimentos comerciais;
- II- todos os setores de atendimento administrativo em órgãos públicos municipais.

Parágrafo único. Os setores de atendimento deverão manter sinalização, especificando a prioridade, devendo constar o número desta Lei.

Art. 10. A inobservância do disposto nesta Lei implicará:

- I- advertência;
- II- na reincidência, multa no valor de R\$ 1.000,00 (um mil reais);
- III- verificada nova ocorrência da irregularidade, suspensão do Alvará de Funcionamento.

Art. 11. O Poder Executivo realizará campanha anual de estímulo à doação de sangue, medula óssea, órgãos e tecidos.

Art. 12. O Poder Executivo poderá regulamentar esta Lei mediante Decreto.

Art. 13. Esta Lei entra vigor 90 (noventa) dias a partir da data de sua publicação no DOM/SC

Porto União (SC), 20 de julho de 2010.
RENATO STASIAK
Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR
Secretário Municipal de Administração, Esporte e Cultura

Lei Nº 3.785/2010

LEI Nº 3.785, de 20 de julho de 2010.

Declara de Utilidade Pública a Associação dos Artesãos do Município de Porto União.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, faço saber que a Câmara Municipal decreta e eu sanciono



a seguinte Lei:

Art. 1º Fica declarado de Utilidade Pública a Associação dos Artesãos do Município de Porto União.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade a publicação no DOM/SC.

Porto União (SC), 20 de julho de 2010.

RENATO STASIAK

Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR

Secretário Municipal de Administração, Esporte e Cultura

Lei Nº 3.786/2010

LEI Nº 3.786, de 20 de julho de 2010.

Autoriza a Empresa Pneuforte Comércio e Recapagens Ltda. escriturar área de terras de acordo com a Lei Municipal nº 3.513/08, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, faço saber que a Câmara Municipal decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica a empresa Pneuforte Comércio e Recapagens Ltda., inscrita no CNPJ nº 00.805.922/00077-61, autorizada a escriturar área de terras de acordo com a Lei Municipal nº 3.513, de 25 de setembro de 2008.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União (SC), 20 de julho de 2010.

RENATO STASIAK

Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR

Secretário Municipal de Administração, Esporte e Cultura

Lei Nº 3.787/2010

LEI Nº 3.787, de 20 de julho de 2010.

Altera o Anexo II da Lei Municipal nº 2.952, de 31 de março de 2004, revoga Lei Municipal nº 3.626, de 25 de junho de 2009, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, faço saber que a Câmara Municipal decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica alterado o Anexo II, da Lei Municipal nº 2.952, de 31 de março de 2004, que passa a conter a seguinte redação:

"ANEXO II DA LEI Nº 2.952, de 31 de março de 2004
TABELAS DE VENCIMENTOS

EDUCAÇÃO INFANTIL E

ENSINO FUNDAMENTAL – 1ª A 4ª SÉRIES – JORNADA DE 20 HORAS

REF	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
CLASSE										
A	496,00	503,44	510,99	518,66	526,44	534,33	542,35	550,48	558,74	567,12
B	666,06	676,05	686,19	696,48	706,93	717,54	728,30	739,22	750,31	761,57

C	823,16	835,51	848,04	860,76	873,67	886,78	900,08	913,58	927,28	941,19
D	864,33	877,29	890,45	903,81	917,37	931,13	945,10	959,27	973,66	988,27

* 21% (vinte e um por cento) de Gratificação de Regência, conforme Art. 30.

ENSINO FUNDAMENTAL – 5ª A 8ª SÉRIES – JORNADA DE 20 HORAS

REF	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
CLASSE										
A	666,06	676,05	686,19	696,48	706,93	717,54	728,30	739,22	750,31	761,57
B	823,15	835,50	848,03	860,75	873,66	886,77	900,07	913,57	927,27	941,18
C	864,33	877,29	890,45	903,81	917,37	931,13	945,10	959,27	973,66	988,27

21% (vinte e um por cento) de Gratificação de Regência, conforme Art. 30.

PEDAGOGOS – JORNADAS DE 40 HORAS

R E F	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
C L A S S E										
A	1.540,89	1.564,00	1.587,46	1.611,28	1.635,44	1.659,98	1.684,88	1.710,15	1.735,80	1.761,84
B	1.904,28	1.932,84	1.961,84	1.991,26	2.021,13	2.051,45	2.082,22	2.113,46	2.145,16	2.177,33
C	1.999,51	2.029,50	2.059,95	2.090,84	2.122,21	2.154,04	2.186,35	2.219,15	2.252,43	2.286,22

Art. 2º Revogam-se a Lei Municipal nº 3.626, de 25 de junho de 2009, e as demais disposições em contrário.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União (SC), 20 de julho de 2010.

RENATO STASIAK

Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR

Secretário Municipal de Administração, Esporte e Cultura

Lei Nº 3.788/2010

LEI Nº 3.788, de 20 de julho de 2010.

Declara de Utilidade Pública a Associação de Moradores da Colônia Xaxim Jangada.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, faço saber que a Câmara Municipal decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica declarado de Utilidade Pública a Associação de Moradores da Colônia Xaxim Jangada.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade a publicação no DOM/SC.

Porto União (SC), 20 de julho de 2010.

RENATO STASIAK

Prefeito Municipal



ROBERTO BONFLEUR
Secretário Municipal de Administração Esporte e Cultura

Lei Nº 3.789/2010

LEI Nº 3.789, de 20 de julho de 2010.

Declara de Utilidade Pública o Instituto Cultural Grunenwald de Desenvolvimento e Fomento de Terceiro Setor.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, faço saber que a Câmara Municipal decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica declarado de Utilidade Pública o Instituto Cultural Grunenwald de Desenvolvimento e Fomento de Terceiro Setor.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade a publicação no DOM/SC.

Porto União (SC), 20 de julho de 2010.

RENATO STASIAK
Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR
Secretário Municipal de Administração Esporte e Cultura

Processo Licitatório 003/2010 FUNREBOM REVOGAÇÃO

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Processo Licitatorio 003/2010 FUNREBOM
Pregão Presencial 003/2010 FUNREBOM
Revoga-se o aludido processo licitatorio com base no rt 49 da lei 8.666/93, visto que a mesma deu-se deserta.

Porto União SC, 19 de julho de 2010

RENATO STASIAK
Prefeito Municipal

Processo Licitatório 008/2010 FAS HOMOLOGAÇÃO

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Processo Licitatorio 008/2010 FAS
Pregão presencial 005/2010 FAS
Homologo o aludido processo licitatorio e adjudico as empresas Jackiw & Jackiw Ltda e Radaelli Haiduk & Cia Ltda.

Porto União SC, 16 de julho de 2010.

RENATO STASIAK
Prefeito Municipal

Processo Licitatório 009/2010 FAS HOMOLOGAÇÃO

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Processo Licitatorio 009/2010 FAS
Pregão presencial 006/2010 FAS
Homologo o aludido processo licitatorio e adjudico a empresa Bernadete Castilho de Oliveira.

Porto União SC, 16 de julho de 2010

RENATO STASIAK
Prefeito Municipal

Extrato de Contrato 009/2010 FAS

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Extrato de Contrato 009/2010 FAS
Partes: Município de Porto União e DS Brincadeira de Papel Ltda.
Objeto: fornecimento de brinquedos pedagógicos para manutenção do FAS- CREAS
Valor total: R\$ 1.993,00 (hum mil novecentos e noventa e três reais)
Vigência: 16 de janeiro de 2011 ou a retirada total do material licitado.
Base legal: Pregão pr 004/2010 FAS e lei 10.520/02

Porto União SC, 16 de julho de 2010

RENATO STASIAK
Prefeito Municipal

DS BRINCADEIRA DE PAPEL LTDA
Contratado

Extrato de Contrato 010/2010 FAS

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Extrato de Contrato 010/2010 FAS
Partes: Município de Porto União e Jackiw & Jackiw Ltda.
Objeto: fornecimento de produtos alimentícios e de higiene para o FAS- CREAS
Valor total: R\$ 1.488,79 (hum mil quatrocentos e oitenta e oito reais e setenta e nove centavos)
Vigência: 19 de janeiro de 2011 ou a retirada total do material licitado.
Base legal: Pregão pr 005/2010 FAS e lei 10.520/02

Porto União SC, 19 de julho de 2010

RENATO STASIAK
Prefeito Municipal

JACKIW & JACKIW LTDA
Contratado

Extrato de Contrato 011/2010 FAS

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Extrato de Contrato 011/2010 FAS
Partes: Município de Porto União e Radaelli Haiduk & Cia Ltda.
Objeto: fornecimento de produtos alimentícios e de higiene para o FAS- CREAS
Valor total: R\$ 1.456,10 (hum mil quatrocentos e cinqüenta e seis reais e dez centavos)
Vigência: 19 de janeiro de 2011 ou a retirada total do material licitado.
Base legal: Pregão pr 005/2010 FAS e lei 10.520/02

Porto União SC, 19 de julho de 2010

RENATO STASIAK
Prefeito Municipal

RADAELLI HAIDUK & CIA LTDA
Contratado

Extrato de Contrato 012/2010 FAS

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Extrato de Contrato 012/2010 FAS
Partes: Município de Porto União e Bernadete Castilho de Oliveira ME.

Objeto: fornecimento de material escolas para o FAS- CREAS
Valor total: R\$ 2.504,95 (dois mil quinhentos e quatro reais e noventa e cinco centavos)

Vigência: 19 de janeiro de 2011 ou a retirada total do material licitado.

Base legal: Pregão pr 006/2010 FAS e lei 10.520/02

Porto União SC, 19 de julho de 2010

RENATO STASIAK

Prefeito Municipal

BERNADETE CASTILHO DE OLIVEIRA ME

Contratado

Rio do Sul

PREFEITURA MUNICIPAL

Portaria Nº 0422/RH

PORTARIA Nº 0422/RH

VANDERLEI PETRI, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder com fundamento no disposto nos Art. 145 ao 150, da Lei Complementar Nº 099/2003 e, parecer exarado pela Perícia Médica (anexo ao protocolo do Serviço de Inspeção Médica Municipal - SIMM), Licença para Tratamento de Saúde no período de 06/07/2010 a 04/08/2010, ao servidor municipal VILSON VIEIRA, ocupante do cargo de provimento efetivo Operador de Equipamentos, nível 40, faixa 43.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 15 de Julho de 2010

VANDERLEI PETRI

Secretário Municipal de Administração

Tas

Portaria Nº 0423/RH

PORTARIA Nº 0423/RH

VANDERLEI PETRI, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder com fundamento no disposto nos Art. 145 ao 150, da Lei Complementar Nº 099/2003 e, parecer exarado pela Perícia Médica (anexo ao protocolo do Serviço de Inspeção Médica Municipal - SIMM), Licença para Tratamento de Saúde no período de 21/06/2010 a 19/08/2010, a servidora municipal ERONDINA ALVES DOS SANTOS, ocupante do cargo de provimento efetivo Auxiliar de Serviços Gerais, nível 10, faixa 13.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 15 de Julho de 2010

VANDERLEI PETRI

Secretário Municipal de Administração

Tas

Portaria Nº 0424/RH

PORTARIA Nº 0424/RH

VANDERLEI PETRI, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder com fundamento no disposto nos Art. 145 ao 150, da Lei Complementar Nº 099/2003 e, parecer exarado pela Perícia Médica (anexo ao protocolo do Serviço de Inspeção Médica Municipal - SIMM), Licença para Tratamento de Saúde no período de 21/06/2010 a 19/08/2010, ao servidor municipal MARCUS FERNANDO WORITOVICZ, ocupante do cargo de provimento efetivo Motorista de Caminhão, nível 40, faixa 42.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 15 de Julho de 2010

VANDERLEI PETRI

Secretário Municipal de Administração

Tas

Portaria Nº 0425/RH

PORTARIA Nº 0425/RH

VANDERLEI PETRI, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder com fundamento no disposto nos Art. 145 ao 150, da Lei Complementar Nº 099/2003 e, parecer exarado pela Perícia Médica (anexo ao protocolo do Serviço de Inspeção Médica Municipal - SIMM), continuidade da Licença para Tratamento de Saúde no período de 09/07/2010 a 22/08/2010, concedida através da Portaria nº 0357/RH de 18/06/2010, a servidora municipal JOSANE URSULA HEESCH, ocupante do cargo de provimento efetivo Professor, nível III, classe "A"

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 15 de Julho de 2010

VANDERLEI PETRI

Secretário Municipal de Administração

Tas

Portaria Nº 0426/RH

PORTARIA Nº 0426/RH

VANDERLEI PETRI, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder com fundamento no disposto nos Art. 145 ao 150, da Lei Complementar Nº 099/2003 e, parecer exarado pela Perícia Médica (anexo ao protocolo do Serviço de Inspeção Médica Municipal - SIMM), continuidade da Licença para Tratamento de Saúde no período de 09/07/2010 a 07/08/2010, concedida através da Portaria nº 0397/RH de 01/07/2010, a servidora municipal MARIA MARCONCINI SEMANN, ocupante do cargo de provimento efetivo Professor, nível III, classe "C"

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.



Rio do Sul, 15 de Julho de 2010
VANDERLEI PETRI
Secretário Municipal de Administração
Tas

Portaria N° 0427/RH
PORTARIA N° 0427/RH

VANDERLEI PETRI, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere Decreto n° 219, de 28 de maio de 2008,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder com fundamento no disposto nos Art. 145 ao 150, da Lei Complementar N° 099/2003 e, parecer exarado pela Perícia Médica (anexo ao protocolo do Serviço de Inspeção Médica Municipal - SIMM), continuidade da Licença para Tratamento de Saúde no período de 16/07/2010 a 30/07/2010, concedida através da Portaria n° 0356/RH de 18/06/2010, ao servidor municipal IVO BECKER, ocupante do cargo de provimento efetivo Marroeiro, nível 20, faixa 21.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 15 de Julho de 2010
VANDERLEI PETRI
Secretário Municipal de Administração
Tas

Portaria N° 0429/RH
PORTARIA N° 0429/RH

VANDERLEI PETRI, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n° 219, de 28 de maio de 2008,

RESOLVE:

Art.1º. Determinar, com base nos Artigos n° 109 ao 141, da Lei Complementar n° 099 de 24 de abril de 2003, a instauração de Inquérito Administrativo n° 011/2010, para apurar os seguintes fatos que, supostamente, configuram infringência ao artigo 89, inciso III, artigo 90, inciso XVI e artigo 92, § 3º, da Lei Complementar supra citada.

Parágrafo único - De acordo com a denúncia formalizada através do Memorando n° 101/2010,emitido pelo do Departamento de Patrimônio (em anexo), o servidor Flávio Hamilton Ramos, matrícula n° 9369/02, ocupante do cargo de provimento efetivo Motorista de Caminhão, nível 40, faixa 41, teria sido o responsável pela multa de trânsito do veículo Peugeot Partner Furgão, placa MCD 3441, Frota 206, ocorrida no dia 24/01/2010, às 07h e 42min e entregou o formulário de identificação do condutor infrator assinado após a data válida para a devida indicação, o que ocasionou uma nova multa com valor igual àquela recebida pela infração.

Art.2º. Constituir Comissão Temporária de Inquérito Administrativo, composta pelos servidores:

- a) Carlos Alberto Luithardt, matrícula n° 7005/01, ocupante do cargo de provimento efetivo Auxiliar Administrativo III, nível 40, faixa 51, na qualidade de presidente;
- b) Marco Aurélio Ferrari, matrícula n°18287/01, ocupante do cargo de provimento efetivo Auxiliar Administrativo III, nível 40, faixa 43;
- c) Maisa da Luz, matrícula n° 3980/02, ocupante do cargo provimento efetivo Auxiliar Administrativo II, nível 30, faixa 33.

Art.3º. Deliberar que os membros da comissão, terão dedicação

exclusiva e poderão reportar-se diretamente aos demais órgãos da administração pública,em diligências necessárias à instrução processual.

Art.4º. O prazo para conclusão dos trabalhos é de 60 (sessenta dias) a contar da data da publicação desta portaria, devendo a comissão notificar de tudo, desde o início, o servidor indiciado.

Art.5º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 19 de julho de 2010.
VANDERLEI PETRI
Secretário Municipal de Administração
Lso

Portaria N° 0430/RH
PORTARIA N° 0430/RH

VANDERLEI PETRI, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n° 219, de 28 de maio de 2008,

RESOLVE:

Art.1º. Determinar, com base nos Artigos n° 109 ao 141, da Lei Complementar n° 099 de 24 de abril de 2003, a instauração de Inquérito Administrativo n° 012/2010, para apurar os seguintes fatos que, supostamente, configuram infringência ao artigo 89, inciso III, artigo 90, inciso XVI e artigo 92, § 3º, da Lei Complementar supra citada.

Parágrafo único - De acordo com a denúncia formalizada através do Memorando n° 102/2010,emitido pelo do Departamento de Patrimônio (em anexo), o servidor Valdecir de Souza, matrícula n° 9369/02, ocupante do cargo de provimento efetivo Auxiliar de Serviços Gerais Masculino, nível 10, faixa 13, teria sido o responsável pela multa de trânsito do veículo VW Kombi, placa LZT 0231, Frota 118, ocorrida no dia 05/05/2010, às 09h e 57 min. e entregou o formulário de identificação do condutor infrator assinado após a data válida para a devida indicação, o que ocasionou uma nova multa com valor igual àquela recebida pela infração.

Art.2º. Constituir Comissão Temporária de Inquérito Administrativo, composta pelos servidores:

- a) Ronaldo da Rocha, matrícula n° 28738/01, ocupante do cargo de provimento efetivo Auxiliar Administrativo III, nível 40, faixa 41, na qualidade de presidente;
- b) Patrícia Soares, matrícula n° 29033/02, ocupante do cargo de provimento efetivo Auxiliar Administrativo III, nível 40, faixa 43;
- c) Jean Cláudio de Oliveira, matrícula n° 14192/01, ocupante do cargo de provimento efetivo Auxiliar Administrativo I, nível 20, faixa 23.

Art.3º. Deliberar que os membros da comissão, terão dedicação exclusiva e poderão reportar-se diretamente aos demais órgãos da administração pública,em diligências necessárias à instrução processual.

Art.4º. O prazo para conclusão dos trabalhos é de 60 (sessenta dias) a contar da data da publicação desta portaria, devendo a comissão notificar de tudo, desde o início, o servidor indiciado.

Art.5º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 19 de julho de 2010.
VANDERLEI PETRI
Secretário Municipal de Administração
Lso



Portaria N°. 0428/RH
 PORTARIA N°. 0428/RH

VANDERLEI PETRI, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008,

RESOLVE:

Art.1º. Determinar, com base nos Artigos nº 106 e 107, da Lei Complementar nº 099 de 24 de abril de 2003, a instauração da Sindicância Administrativa nº 010/2010, que será integrada pelos seguintes servidores:

- a) Carlos Alberto Luithardt, matrícula nº 7005/01, ocupante do cargo de provimento efetivo Auxiliar Administrativo III, nível 40, faixa 51, na qualidade de presidente;
- b) Marco Aurélio Ferrari, matrícula nº 18287/01, ocupante do cargo de provimento efetivo Auxiliar Administrativo III, nível 40, faixa 43;
- c) Cristiane Aparecida Leandro de Souza, matrícula nº 2755/01, ocupante do cargo de provimento efetivo Agente de Saúde, nível 50, faixa 53.

Art.2º. A Comissão ora instituída, tem a incumbência de analisar a Denúncia formalizada através do Memorando nº 100/2010, emitido pelo Departamento de Patrimônio (em anexo), referente à infração de trânsito ocasionada na condução do veículo Fiat/Uno Mille SX, placa LYN 9493, frota nº 175, de propriedade deste Município, no dia 14/10/2009, às 09h e 50 mi., onde a Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos não informou o nome do condutor para reembolso dos cofres públicos e transferência dos pontos na Carteira Nacional de Habilitação.

Art.3º. O prazo para conclusão dos trabalhos é de 30 (trinta dias) a contar da data da publicação desta portaria.

Art.4º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 19 de julho de 2010.

VANDERLEI PETRI

Secretário Municipal de Administração

Lso

Relatório Resumido da Execução Orçamentária 3º Bimestre 2010 Anexo I

Município de RIO DO SUL
 RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 JANEIRO A JUNHO 2010/BIMESTRE MAIO - JUNHO

RREO - ANEXO I (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	144.571.631,00	144.571.631,00	18.906.363,84	13,08	67.050.095,18	46,38	77.521.535,82
RECEITAS CORRENTES	114.633.651,00	114.633.651,00	18.092.039,57	15,78	61.972.344,93	54,06	52.661.306,07
RECEITA TRIBUTÁRIA	21.554.750,00	21.554.750,00	2.700.899,68	12,53	13.915.910,73	64,56	7.638.839,27
IMPOSTOS	15.543.000,00	15.543.000,00	2.149.883,11	13,83	10.496.416,82	67,53	5.046.583,18
TAXAS	4.436.750,00	4.436.750,00	413.885,05	9,33	3.166.917,36	71,38	1.269.832,64
CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA	1.575.000,00	1.575.000,00	137.131,52	8,71	252.576,55	16,04	1.322.423,45
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	4.450.000,00	4.450.000,00	710.874,96	15,97	2.495.778,00	56,08	1.954.222,00
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	1.905.000,00	1.905.000,00	358.776,12	18,83	1.095.871,18	57,53	809.128,82
CONTRIBUIÇÕES ECONÔMICAS	2.545.000,00	2.545.000,00	352.098,84	13,83	1.399.906,82	55,01	1.145.093,18
RECEITA PATRIMONIAL	2.525.000,00	2.525.000,00	738.716,80	29,26	2.481.104,94	98,26	43.895,06
RECEITAS IMOBILIÁRIAS	85.000,00	85.000,00	21.895,62	25,76	38.278,61	45,03	46.721,39
RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	2.440.000,00	2.440.000,00	716.821,18	29,38	2.442.826,33	100,12	-2.826,33
RECEITA AGROPECUÁRIA	36.750,00	36.750,00	5.211,58	14,18	22.824,69	62,11	13.925,31
Outras Rec. Agropecuárias	36.750,00	36.750,00	5.211,58	14,18	22.824,69	62,11	13.925,31
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	80.400.326,00	80.400.326,00	13.176.170,25	16,39	40.928.872,59	50,91	39.471.453,41
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	79.520.326,00	79.520.326,00	13.104.668,89	16,48	40.645.565,91	51,11	38.874.760,09
Transf. de Conv.	880.000,00	880.000,00	71.501,36	8,13	263.306,68	32,19	596.693,32
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	5.666.825,00	5.666.825,00	760.166,30	13,41	2.127.853,98	37,55	3.538.971,02
Multas e Juros de Mora	2.835.000,00	2.835.000,00	406.642,16	14,34	1.031.167,35	36,37	1.803.832,65
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	341.575,00	341.575,00	85.293,34	24,97	216.269,71	63,32	125.305,29
RECEITA DA DÍVIDA ATIVA	1.265.250,00	1.265.250,00	138.708,76	10,96	479.124,38	37,87	786.125,62
RECEITAS DIVERSAS	1.225.000,00	1.225.000,00	129.522,04	10,57	401.292,54	32,76	823.707,46
RECEITAS DE CAPITAL	29.937.980,00	29.937.980,00	814.324,27	2,72	5.077.750,25	16,96	24.860.229,75
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	7.772.000,00	7.772.000,00	218.748,52	2,81	3.882.174,50	49,95	3.889.825,50
OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS	7.772.000,00	7.772.000,00	218.748,52	2,81	3.882.174,50	49,95	3.889.825,50
ALIENAÇÃO DE BENS	1.734.680,00	1.734.680,00	331.950,00	19,14	331.950,00	19,14	1.402.730,00
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	1.335.000,00	1.335.000,00	331.950,00	24,87	331.950,00	24,87	1.003.050,00
ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	399.680,00	399.680,00	0,00	0,00	0,00	0,00	399.680,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	20.431.300,00	20.431.300,00	263.625,75	1,29	863.625,75	4,23	19.567.674,25
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	20.431.300,00	20.431.300,00	263.625,75	1,29	863.625,75	4,23	19.567.674,25
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	3.080.000,00	3.080.000,00	678.960,68	22,04	1.807.434,91	58,68	1.272.565,09
RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	3.080.000,00	3.080.000,00	678.960,68	22,04	1.807.434,91	58,68	1.272.565,09
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	3.080.000,00	3.080.000,00	678.960,68	22,04	1.807.434,91	58,68	1.272.565,09
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	3.080.000,00	3.080.000,00	678.960,68	22,04	1.807.434,91	58,68	1.272.565,09



Município de RIO DO SUL
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2010/BIMESTRE MAIO - JUNHO

Continuação 2/3

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	3.080.000,00	3.080.000,00	678.960,68	22,04	1.807.434,91	58,68	1.272.565,09
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	147.651.631,00	147.651.631,00	19.585.324,52	13,26	68.857.530,09	46,64	78.794.100,91
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	147.651.631,00	147.651.631,00	19.585.324,52	13,26	68.857.530,09	46,64	78.794.100,91
DÉFICIT (VI)	—	—	—	—	—	—	—
TOTAL (VII) = (V + VI)	147.651.631,00	147.651.631,00	19.585.324,52	13,26	68.857.530,09	46,64	78.794.100,91
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)	—	2.126.496,09	—	—	1.179.507,37	—	—
Superávit Financeiro	—	2.048.896,09	—	—	1.175.989,37	—	—
Reabertura de Créditos Adicionais	—	77.600,00	—	—	3.518,00	—	—

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d + e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO A LIQUIDAR (f - g)
				No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (g)	% (g/f)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	143.416.961,00	11.116.648,08	154.533.609,08	20.510.163,09	66.347.246,01	19.547.019,29	60.388.644,60	39,08	94.144.964,48
DESPESAS CORRENTES	105.669.296,00	7.016.768,74	112.686.064,74	18.141.982,14	54.862.393,21	17.079.722,78	50.586.492,65	44,89	62.099.572,09
Pessoal e Encargos Sociais	5.515.000,00	0,00	5.515.000,00	637.429,25	1.666.615,45	637.429,25	1.666.615,45	30,22	3.848.384,55
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	39.383.566,25	-521.392,00	38.862.174,25	6.864.781,98	18.157.392,03	6.866.262,41	18.053.261,79	46,45	20.808.912,46
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	520.000,00	0,00	520.000,00	11.698,32	65.430,63	11.965,90	64.627,89	12,43	455.372,11
Outras Despesas Correntes	1.000.000,00	0,00	1.000.000,00	17.660,62	39.202,63	17.660,62	39.202,63	3,92	960.797,37
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	59.250.729,75	7.538.160,74	66.788.890,49	10.610.411,97	34.933.752,47	9.546.404,60	30.762.784,89	46,06	36.026.105,60
DESPESAS DE CAPITAL	37.147.665,00	4.099.879,34	41.247.544,34	2.368.180,95	11.484.852,80	2.467.296,51	9.802.151,95	23,76	31.445.392,39
Investimentos	1.000.000,00	0,00	1.000.000,00	0,00	2.358,00	0,00	2.358,00	0,24	997.642,00

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d + e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO A LIQUIDAR (f - g)
				No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (g)	% (g/f)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	143.416.961,00	11.116.648,08	154.533.609,08	20.510.163,09	66.347.246,01	19.547.019,29	60.388.644,60	39,08	94.144.964,48
INVESTIMENTOS	33.857.665,00	4.194.879,34	38.052.544,34	2.239.018,11	10.703.694,21	2.284.336,29	9.186.695,96	24,14	28.865.848,38
INVERSOES FINANCEIRAS	210.000,00	-95.000,00	115.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	115.000,00
AMORTIZACAO DA DÍVIDA	2.080.000,00	0,00	2.080.000,00	129.162,84	778.800,59	182.960,22	613.097,99	29,48	1.466.902,01
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	600.000,00	0,00	600.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	600.000,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	4.234.670,00	0,00	4.234.670,00	625.899,11	1.997.465,06	625.899,11	1.997.465,06	47,17	2.237.204,94
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	4.234.670,00	0,00	4.234.670,00	625.899,11	1.997.465,06	625.899,11	1.997.465,06	47,17	2.237.204,94
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	147.651.631,00	11.116.648,08	158.768.279,08	21.136.062,20	68.344.711,07	20.172.918,40	62.386.109,66	39,29	96.382.169,42
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)	147.651.631,00	11.116.648,08	158.768.279,08	21.136.062,20	68.344.711,07	20.172.918,40	62.386.109,66	39,29	96.382.169,42
SUPERÁVIT (XIII)	—	—	—	—	—	—	6.471.420,43	—	—
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	147.651.631,00	11.116.648,08	158.768.279,08	21.136.062,20	68.344.711,07	20.172.918,40	68.857.530,09	39,29	96.382.169,42

Nota: O Superávit proveniente do Regime Próprio da Previdência Social - RPPS foi de R\$ 3.773.635,11

FONTE: Secretaria da Fazenda

RIO DO SUL, 20/07/2010

MILTON HOBUS
PREFEITO MUNICIPAL

CLEI CARLOS BUSNARDO
CRC.SC 28.139/O-1 TEC. CONTABIL

Relatório Resumido da Execução Orçamentária 3º Bimestre 2010 Anexo II

Município de RIO DO SUL

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A JUNHO 2010/BIMESTRE MAIO - JUNHO

RREO – Anexo II (LRF, Art. 52, inciso II, alínea “c”)

R\$ 1,00

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS				SALDO A LIQUIDAR (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	143.416.961,00	154.533.609,08	20.510.163,09	66.347.246,01	19.547.019,29	60.388.644,60	96,80	39,08	94.144.964,48
Legislativa	2.949.180,00	2.949.180,00	443.651,18	1.168.732,58	448.861,18	1.163.537,41	1,87	39,45	1.785.642,59
Ação Legislativa	2.949.180,00	2.949.180,00	443.651,18	1.168.732,58	448.861,18	1.163.537,41	1,87	39,45	1.785.642,59
Administração	11.479.450,00	15.049.450,00	1.519.422,51	5.582.188,96	1.584.911,79	4.349.271,39	6,97	28,90	10.700.178,61
Defesa do Interesse Púb.No Processo Judiciário	1.219.000,00	1.219.000,00	184.244,69	533.976,49	146.063,45	484.579,19	0,78	39,75	734.420,81
Administração Geral	6.893.650,00	10.463.650,00	738.946,93	3.448.519,99	1.084.675,48	2.662.018,66	4,27	25,44	7.801.631,34
Administração Financeira	1.311.600,00	1.311.600,00	388.728,70	891.156,21	144.918,47	565.953,07	0,91	43,15	745.646,93
Normatização e Fiscalização	990.000,00	990.000,00	129.434,51	345.649,46	129.434,51	345.649,46	0,55	34,91	644.350,54
Tecnologia da Informatização	174.900,00	174.900,00	18.496,09	51.969,12	18.308,29	51.703,32	0,08	29,56	123.196,68
Formação de Recursos Humanos	300.000,00	300.000,00	2.598,20	9.902,59	2.598,20	9.902,59	0,02	3,30	290.097,41
Administração de Receitas	325.400,00	325.400,00	28.421,32	144.389,32	28.421,32	73.439,32	0,12	22,57	251.960,68
Comunicação Social	264.900,00	264.900,00	28.552,07	156.625,78	30.492,07	156.025,78	0,25	58,90	108.874,22
Segurança Pública	2.838.950,00	2.768.950,00	327.056,39	902.328,52	310.851,94	791.314,24	1,27	28,58	1.977.635,76
Policiamento	2.007.500,00	1.937.500,00	266.330,23	623.603,77	251.459,91	557.157,21	0,89	28,76	1.380.342,79
Defesa Civil	96.450,00	96.450,00	10.261,42	48.476,56	13.403,27	47.351,26	0,08	49,09	49.098,74
Assistência Comunitária	735.000,00	735.000,00	50.464,74	230.248,19	45.988,76	186.805,77	0,30	25,42	548.194,23
Assistência Social	2.653.700,00	2.909.049,29	442.738,86	1.445.608,29	413.111,85	1.380.390,51	2,21	47,45	1.528.658,78
Assistência à Criança e ao Adolescente	229.900,00	229.900,00	25.822,63	86.927,75	28.874,47	79.477,67	0,13	34,57	150.422,33
Assistência Comunitária	2.423.800,00	2.679.149,29	416.916,23	1.358.680,54	384.237,38	1.300.912,84	2,09	48,56	1.378.236,45
Previdência Social	7.515.000,00	7.515.000,00	655.089,87	1.708.176,08	655.089,87	1.708.176,08	2,74	22,73	5.806.823,92
Previdência Básica	7.515.000,00	7.515.000,00	655.089,87	1.708.176,08	655.089,87	1.708.176,08	2,74	22,73	5.806.823,92
Saúde	44.113.226,00	48.333.178,52	6.501.614,82	21.294.608,16	6.354.095,83	20.824.073,78	33,38	43,08	27.509.104,74
Atenção Básica	19.275.826,00	23.019.154,96	2.888.181,26	10.637.844,68	2.758.870,06	10.226.367,04	16,39	44,43	12.792.787,92
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	24.492.400,00	24.868.477,60	3.570.814,64	10.536.714,54	3.557.198,35	10.494.458,58	16,82	42,20	14.374.019,02
Vigilância Sanitária	38.000,00	50.957,57	7.491,26	23.848,32	7.299,11	17.278,17	0,03	33,91	33.679,40
Vigilância Epidemiológica	307.000,00	394.588,39	35.127,66	96.200,62	30.728,31	85.969,99	0,14	21,79	308.618,40
Educação	23.428.725,00	23.926.011,93	5.502.801,17	14.701.862,71	4.997.103,04	13.249.756,00	21,24	55,38	10.676.255,93
Administração Geral	401.000,00	401.000,00	54.853,19	252.352,45	105.621,00	210.078,34	0,34	52,39	190.921,66
Alimentação e Nutrição	2.191.250,00	1.882.295,83	264.686,31	838.382,29	348.757,60	722.813,99	1,16	38,40	1.159.481,84
Ensino Fundamental	10.628.950,00	11.240.416,00	3.135.706,75	7.070.598,22	2.943.342,40	6.423.289,44	10,30	57,14	4.817.126,56
Ensino Superior	180.000,00	180.000,00	0,00	178.689,47	0,00	178.689,47	0,29	99,27	1.310,53
Educação Infantil	10.005.525,00	10.200.300,10	2.044.476,04	6.351.022,50	1.596.369,26	5.704.351,98	9,14	55,92	4.495.948,12

Continua 1/3

Município de RIO DO SUL
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2010/BIMESTRE MAIO - JUNHO

Continuação 2/3

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS				SALDO A LIQUIDAR (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	143.416.961,00	154.533.609,08	20.510.163,09	66.347.246,01	19.547.019,29	60.388.644,60	96,80	39,08	94.144.964,48
Educação	23.428.725,00	23.926.011,93	5.502.801,17	14.701.862,71	4.997.103,04	13.249.756,00	21,24	55,38	10.676.255,93
Educação de Jovens e Adultos	22.000,00	22.000,00	3.078,88	10.812,78	3.012,78	10.532,78	0,02	47,88	11.467,22
Cultura	2.610.000,00	2.610.000,00	345.037,39	1.006.658,74	347.329,74	997.670,17	1,60	38,22	1.612.329,83
Difusão Cultural	2.610.000,00	2.610.000,00	345.037,39	1.006.658,74	347.329,74	997.670,17	1,60	38,22	1.612.329,83
Direitos da Cidadania	156.900,00	156.900,00	22.218,82	61.871,12	23.839,17	61.871,12	0,10	39,43	95.028,88
Direitos Individuais, Coletivos e Difusos	156.900,00	156.900,00	22.218,82	61.871,12	23.839,17	61.871,12	0,10	39,43	95.028,88
Urbanismo	30.444.530,00	33.038.589,34	2.873.253,66	13.055.402,54	2.633.610,30	11.049.065,14	17,71	33,44	21.989.524,20
Ordenamento Territorial	1.017.200,00	1.017.200,00	28.916,84	73.988,52	28.916,84	73.988,52	0,12	7,27	943.211,48
Infra-Estrutura Urbana	28.743.830,00	31.337.889,34	2.738.854,62	12.612.740,66	2.490.842,50	10.612.752,84	17,01	33,87	20.725.136,50
Serviços Urbanos	683.500,00	683.500,00	105.482,20	368.673,36	113.850,96	362.323,78	0,58	53,01	321.176,22
Saneamento	904.000,00	904.000,00	283.257,04	418.110,89	54.537,71	184.265,56	0,30	20,38	719.734,44
Saneamento Básico Urbano	904.000,00	904.000,00	283.257,04	418.110,89	54.537,71	184.265,56	0,30	20,38	719.734,44
Gestão Ambiental	1.633.700,00	1.633.700,00	300.293,91	904.582,18	303.915,41	903.322,18	1,45	55,29	730.377,82
Preservação e Conservação Ambiental	1.633.700,00	1.633.700,00	300.293,91	904.582,18	303.915,41	903.322,18	1,45	55,29	730.377,82
Agricultura	2.093.100,00	2.093.100,00	233.502,32	681.428,31	227.288,85	556.082,47	0,89	26,57	1.537.017,53
Extensão Rural	2.093.100,00	2.093.100,00	233.502,32	681.428,31	227.288,85	556.082,47	0,89	26,57	1.537.017,53
Indústria	100.000,00	100.000,00	14.800,00	14.800,00	14.800,00	14.800,00	0,02	14,80	85.200,00
Promoção Industrial	100.000,00	100.000,00	14.800,00	14.800,00	14.800,00	14.800,00	0,02	14,80	85.200,00
Comércio e Serviços	4.103.500,00	4.153.500,00	184.395,05	717.631,42	334.104,53	709.825,36	1,14	17,09	3.443.674,64
Promoção Comercial	281.300,00	281.300,00	58.415,12	149.656,31	57.013,74	146.663,81	0,24	52,14	134.636,19
Turismo	3.822.200,00	3.872.200,00	125.979,93	567.975,11	277.090,79	563.161,55	0,90	14,54	3.309.038,45
Energia	1.760.000,00	1.760.000,00	411.132,82	955.289,24	339.605,84	883.762,26	1,42	50,21	876.237,74
Energia Elétrica	1.760.000,00	1.760.000,00	411.132,82	955.289,24	339.605,84	883.762,26	1,42	50,21	876.237,74
Desporto e Lazer	1.433.000,00	1.433.000,00	309.036,12	883.735,05	309.036,12	883.735,05	1,42	61,67	549.264,95
Desporto de Rendimento	250.000,00	250.000,00	83.050,00	239.317,00	83.050,00	239.317,00	0,38	95,73	10.683,00
Desporto Comunitário	1.183.000,00	1.183.000,00	225.986,12	644.418,05	225.986,12	644.418,05	1,03	54,47	538.581,95
Encargos Especiais	2.600.000,00	2.600.000,00	140.861,16	844.231,22	194.926,12	677.725,88	1,09	26,07	1.922.274,12
Serviço da Dívida Interna	2.600.000,00	2.600.000,00	140.861,16	844.231,22	194.926,12	677.725,88	1,09	26,07	1.922.274,12
Reserva de Contingência	600.000,00	600.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	600.000,00
Reserva de Contingência	600.000,00	600.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	600.000,00

Continua 2/3

Município de RIO DO SUL
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2010/BIMESTRE MAIO - JUNHO

Continuação 3/3

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS				SALDO A LIQUIDAR (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)	
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	4.234.670,00	4.234.670,00	625.899,11	1.997.465,06	625.899,11	1.997.465,06	3,20	47,17	2.237.204,94
Legislativa	138.320,00	138.320,00	19.391,14	107.363,83	19.391,14	107.363,83	0,17	77,62	30.956,17
Ação Legislativa	138.320,00	138.320,00	19.391,14	107.363,83	19.391,14	107.363,83	0,17	77,62	30.956,17
Administração	1.255.800,00	1.255.800,00	182.891,07	593.512,38	182.891,07	593.512,38	0,95	47,26	662.287,62
Administração Geral	1.255.800,00	1.255.800,00	182.891,07	593.512,38	182.891,07	593.512,38	0,95	47,26	662.287,62
Saúde	895.450,00	895.450,00	123.192,92	412.732,34	123.192,92	412.732,34	0,66	46,09	482.717,66
Atenção Básica	895.450,00	895.450,00	123.192,92	412.732,34	123.192,92	412.732,34	0,66	46,09	482.717,66
Educação	1.903.100,00	1.903.100,00	296.224,68	869.523,60	296.224,68	869.523,60	1,39	45,69	1.033.576,40
Ensino Fundamental	615.100,00	615.100,00	104.913,72	608.650,42	104.913,72	608.650,42	0,98	98,95	6.449,58
Educação Infantil	1.288.000,00	1.288.000,00	191.310,96	260.873,18	191.310,96	260.873,18	0,42	20,25	1.027.126,82
Cultura	25.000,00	25.000,00	2.962,62	9.933,39	2.962,62	9.933,39	0,02	39,73	15.066,61
Difusão Cultural	25.000,00	25.000,00	2.962,62	9.933,39	2.962,62	9.933,39	0,02	39,73	15.066,61
Desporto e Lazer	17.000,00	17.000,00	1.236,68	4.399,52	1.236,68	4.399,52	0,01	25,88	12.600,48
Desporto Comunitário	17.000,00	17.000,00	1.236,68	4.399,52	1.236,68	4.399,52	0,01	25,88	12.600,48
TOTAL (III) = (I + II)	147.651.631,00	158.768.279,08	21.136.062,20	68.344.711,07	20.172.918,40	62.386.109,66	100,00	39,29	96.382.169,42

FONTE: Secretaria da Fazenda

RIO DO SUL, 20/07/2010

MILTON HOBUS
PREFEITO MUNICIPAL

CLEI CARLOS BUSNARDO
CRC.SC 28.139/O-1 TEC. CONTA

¹ Representa uma dotação global sem destinação específica a determinado órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria econômica, cujos recursos serão utilizados para abertura de créditos adicionais, não sendo portanto uma função. É apresentada neste demonstrativo por constar no orçamento.

Relatório Resumido da Execução Orçamentária 3º Bimestre 2010 Anexo III

Município de RIO DO SUL
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JULHO/2009 A JUNHO/2010

RREO – ANEXO III (LRF, Art. 53, inciso I)

ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES													PREVISÃO ATUALIZADA 2010
	Jul/2009	Ago/2009	Set/2009	Out/2009	Nov/2009	Dez/2009	Jan/2010	Fev/2010	Mar/2010	Abr/2010	Mai/2010	Jun/2010	TOTAL (ÚLT. 12 MES.)	
RECEITAS CORRENTES (I)	8.143.122,96	8.663.789,36	10.109.628,23	9.847.740,72	8.561.358,06	12.140.009,79	9.845.326,18	14.931.886,24	11.802.332,31	9.946.905,03	9.981.561,06	9.583.028,18	123.556.688,12	123.458.501,00
RECEITA TRIBUTÁRIA	1.028.756,71	926.996,67	776.453,32	820.144,16	960.675,24	1.135.368,42	1.345.678,45	7.169.574,28	1.472.234,92	1.235.742,03	1.464.732,97	1.238.943,38	19.575.300,55	21.554.750,00
I.P.T.U.	118.376,10	31.311,27	10.315,78	12.509,36	16.368,34	6.572,02	95.369,42	4.572.205,98	268.523,50	200.810,82	232.546,92	211.467,30	5.776.376,81	5.700.000,00
I.S.S.	447.276,86	495.044,82	411.928,00	435.284,27	475.010,66	489.047,10	544.070,14	506.000,73	822.831,49	651.570,89	657.736,21	647.179,72	6.582.980,89	7.470.000,00
I.T.B.I.	139.014,58	88.271,60	92.221,24	78.600,49	120.740,95	155.997,03	166.276,22	108.069,21	99.864,46	183.077,34	163.301,41	170.763,20	1.566.197,73	1.575.000,00
I.R.R.F.	33.774,99	37.963,03	32.204,82	32.654,05	33.185,82	241.778,18	33.355,56	34.082,96	35.102,66	33.540,96	34.102,93	35.562,09	617.308,05	798.000,00
Outras Receitas Tributárias	290.314,18	274.405,95	229.783,48	261.095,99	315.369,47	241.974,09	506.607,11	1.949.215,40	245.912,81	166.742,02	377.045,50	173.971,07	5.032.437,07	6.011.750,00
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	175.087,41	325.806,10	166.123,29	588.212,68	322.130,87	604.102,06	271.670,97	595.386,32	539.774,88	378.070,87	366.824,41	344.050,55	4.677.240,41	4.450.000,00
RECEITA PATRIMONIAL	58.101,57	55.060,83	34.030,86	29.165,48	34.852,46	41.442,12	314.215,20	403.900,79	606.250,22	418.021,93	225.650,59	513.066,21	2.733.758,26	2.525.000,00
RECEITA AGROPECUÁRIA	5.201,33	6.360,17	5.004,16	1.580,80	3.714,58	3.452,30	3.398,35	6.579,42	4.277,44	3.357,90	2.624,70	2.586,88	48.138,03	36.750,00
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	6.498.947,38	6.462.611,69	8.631.881,87	7.710.088,96	6.851.415,98	9.903.385,18	7.663.510,73	6.410.646,69	8.762.331,02	7.552.918,12	7.513.818,81	7.132.056,34	91.093.612,77	89.225.176,00
Cota-Parte do F.P.M.	875.420,82	1.018.402,96	901.506,39	1.290.135,37	1.294.487,19	1.991.996,16	1.169.919,96	1.304.052,98	968.723,75	1.160.676,40	1.429.029,03	1.240.215,41	14.644.566,42	16.800.000,00
Cota-Parte do I.C.M.S.	1.497.054,79	1.371.946,41	1.916.307,49	1.625.646,29	1.451.486,17	3.946.997,05	1.811.307,85	1.500.242,12	1.876.712,43	1.840.651,32	1.711.480,84	1.781.727,85	22.331.560,61	21.000.000,00
Cota-Parte do I.P.V.A.	504.265,87	463.997,97	485.338,24	525.929,93	392.383,34	258.934,14	189.441,24	307.430,19	491.113,93	502.927,20	559.713,80	542.637,90	5.224.113,75	5.500.000,00
Cota-Parte do ITR.	322,18	90,61	2.384,77	14.659,57	412,71	337,10	633,83	0,00	74,82	502,36	12,50	177,82	19.608,27	5.250,00
Transferências da LC 61/1989	28.291,46	30.528,35	31.645,28	40.254,90	31.935,94	39.881,49	35.626,00	34.658,56	31.686,34	33.395,13	32.904,18	38.445,88	409.253,51	693.000,00
Transferências da LC 87/1996	13.425,15	12.592,51	12.592,51	12.592,51	12.592,51	12.592,51	12.036,46	12.036,46	12.036,46	12.036,46	12.036,46	12.036,46	148.606,46	126.000,00
Transferências do FUNDEB	836.735,31	882.400,44	912.506,90	927.979,41	958.719,98	1.047.288,61	1.118.603,32	992.682,59	1.090.621,37	1.171.247,21	1.144.988,69	1.142.861,35	12.226.635,18	11.500.000,00
Outras Transferências Correntes	2.743.431,80	2.682.652,44	4.369.600,29	3.272.890,98	2.709.398,14	2.605.358,12	3.325.942,07	2.259.543,79	4.291.361,92	2.831.482,04	2.623.653,31	2.373.953,67	36.089.268,57	33.600.926,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	377.028,56	886.953,90	496.134,73	698.548,64	388.568,93	452.259,71	246.852,48	345.798,74	417.463,83	358.794,18	407.909,58	352.324,82	5.428.638,10	5.666.825,00
DEDUÇÕES (II)	785.864,36	733.578,71	791.881,65	952.713,17	794.025,71	1.140.567,18	734.550,79	863.098,51	885.210,19	890.939,79	936.283,61	892.197,41	10.400.911,08	10.729.850,00
Contrib. para o Plano de Previdência do Servidor	166.773,01	143.582,63	111.479,67	147.616,13	146.928,76	255.847,57	112.312,75	182.968,70	155.326,10	155.426,44	156.143,35	157.009,14	1.891.414,25	1.605.000,00
Compensação Financ. entre Regimes Previdência	36.445,02	11.502,04	11.502,04	155.216,14	11.502,04	60.555,63	0,00	49.601,20	54.870,94	26.588,93	32.201,89	13.421,74	463.407,61	300.000,00
Dedução da Receita Para Formação do FUNDEB	582.646,33	578.494,04	668.899,94	649.880,90	635.594,91	824.163,98	622.238,04	630.528,61	675.013,15	708.924,42	747.938,37	721.766,53	8.046.089,22	8.824.850,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I – II)	7.357.258,60	7.930.210,65	9.317.746,58	8.895.027,55	7.767.332,35	10.999.442,61	9.110.775,39	14.068.787,73	10.917.122,12	9.055.965,24	9.045.277,45	8.690.830,77	113.155.777,04	112.728.651,00

FONTE: Secretaria da Fazenda
RIO DO SUL, 20/07/2010

MILTON HOBUS
PREFEITO MUNICIPAL

CLEI CARLOS BUSNARDO
CRC.SC 28.139/O-1 TEC. CONTABIL

Relatório Resumido da Execução Orçamentária 3º Bimestre 2010 Anexo V

Município de RIO DO SUL

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A JUNHO 2010/BIMESTRE MAIO - JUNHO

RREO - Anexo V (LRF, Art. 53, inciso II)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre/2010	Até o Bimestre/2009
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	3.920.000,00	3.920.000,00	982.367,60	3.337.729,36	3.130.697,96
RECEITAS CORRENTES	3.920.000,00	3.920.000,00	982.367,60	3.337.729,36	3.130.697,96
Receita de Contribuições dos Segurados	1.605.000,00	1.605.000,00	313.152,49	919.186,48	839.451,12
Pessoal Civil	1.605.000,00	1.605.000,00	313.152,49	919.186,48	839.451,12
Ativo	1.600.000,00	1.600.000,00	312.622,77	917.597,32	837.904,91
Inativo	5.000,00	5.000,00	529,72	1.589,16	1.546,21
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Regime de Débitos e Parcelamentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Contribuições	300.000,00	300.000,00	45.623,63	176.684,70	0,00
Receita Patrimonial	2.000.000,00	2.000.000,00	615.208,42	2.210.745,36	2.104.226,32
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários	2.000.000,00	2.000.000,00	615.208,42	2.210.745,36	2.104.226,32
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	15.000,00	15.000,00	8.383,06	31.112,82	187.020,52
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	168.481,73
Demais Receitas Correntes	15.000,00	15.000,00	8.383,06	31.112,82	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	3.080.000,00	3.080.000,00	678.960,68	1.807.434,91	1.662.248,95
RECEITAS CORRENTES	3.080.000,00	3.080.000,00	678.960,68	1.807.434,91	1.662.248,95
Receita de Contribuições Patronais	2.580.000,00	2.580.000,00	625.178,04	1.646.086,99	1.507.373,67
Pessoal Civil	2.580.000,00	2.580.000,00	625.178,04	1.646.086,99	1.507.373,67
Ativo	2.580.000,00	2.580.000,00	625.178,04	1.646.086,99	1.507.373,67
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 1/3



Município de RIO DO SUL
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2010/BIMESTRE MAIO - JUNHO

Continuação 2/3

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre/2010	Até o Bimestre/2009
Em Regime de Débitos e Parcelamentos	500.000,00	500.000,00	53.782,64	161.347,92	154.875,28
Outras Receitas de Contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (III) = (I + II)	7.000.000,00	7.000.000,00	1.661.328,28	5.145.164,27	4.792.946,91
DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre/2010	Até o Bimestre/2009
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VII)	7.000.000,00	7.000.000,00	526.671,83	1.371.529,16	1.289.020,58
ADMINISTRAÇÃO	1.500.000,00	1.500.000,00	0,00	2.358,00	1.945,40
Despesas Correntes	500.000,00	500.000,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	1.000.000,00	1.000.000,00	0,00	2.358,00	1.945,40
PREVIDÊNCIA SOCIAL	5.500.000,00	5.500.000,00	526.671,83	1.369.171,16	1.287.075,18
Pessoal Civil	0,00	0,00	447.968,15	1.170.621,89	1.134.859,02
Aposentadorias	0,00	0,00	308.069,94	803.285,12	789.744,81
Pensões	0,00	0,00	139.898,21	367.336,77	345.114,21
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reformas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	5.500.000,00	5.500.000,00	78.703,68	198.549,27	152.216,16
Compensação Previdenciária do RPPS e o RGPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Previdenciárias	5.500.000,00	5.500.000,00	78.703,68	198.549,27	152.216,16
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	-	-	-	-	-
ADMINISTRAÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 2/3

Município de RIO DO SUL
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2010/BIMESTRE MAIO - JUNHO

Continuação 3/3

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre/2010	Até o Bimestre/2009
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (VI) = (IV + V)	7.000.000,00	7.000.000,00	526.671,83	1.371.529,16	1.289.020,58
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VII) = (III - VI)	0,00	0,00	1.134.656,45	3.773.635,11	3.503.926,33

APORTES DE RECURSOS PARA O REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DO SERVIDOR	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre/2010	Até o Bimestre/2009
TOTAL DOS APORTES PARA O RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Plano Financeiro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Formação de Reserva	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Aportes para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Plano Previdenciário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Aportes para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS	PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA
Valor	500.000,00

BENS E DIREITOS DO RPPS	MAIO	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
		2010	2009
Bancos Conta Movimento	43.583.198,00	44.191.139,40	36.553.061,72
Investimentos	-604.674,22	-604.674,22	-657.869,94

RIO DO SUL, 20/07/2010

ALDO NESTOR SIEBERT
PRESIDENTE

CLEI CARLOS BUSNARDO
CRC. 28.139/O-1 - TEC.CONTABIL

Relatório Resumido da Execução Orçamentária 3º Bimestre 2010 Anexo VI

Município de RIO DO SUL

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL**

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A JUNHO 2010/BIMESTRE MAIO - JUNHO

RREO – Anexo VI (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2009 (A)	Em 30 Abr 2010 (B)	Em 30 Jun 2010 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	6.635.578,29	9.868.866,50	9.904.654,80
DEDUÇÕES (II)	2.948.026,64	11.709.604,10	11.747.472,43
Disponibilidade de Caixa Bruta	6.147.617,89	11.792.581,01	11.841.281,99
Demais Haveres Financeiros	666,09	-28.626,29	-42.549,07
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	3.200.257,34	54.350,62	51.260,49
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I - II)	3.687.551,65	-1.840.737,60	-1.842.817,63
RECEITAS DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (VI) = (III + IV - V)	3.687.551,65	-1.840.737,60	-1.842.817,63

<u>RESULTADO NOMINAL</u>	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	No Bimestre (C - B)	Jan a Jun 2010 (C - A)
VALOR	-2.080,03	-5.530.369,28

<u>DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL</u>	VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO NOMINAL FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA	-292.376,74

<u>REGIME PREVIDENCIÁRIO</u>			
<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2009 (A)	Em 30 Abr 2010 (B)	Em 30 Jun 2010 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (VII)	43.952.355,63	43.952.355,63	42.953.572,77
Passivo Atuarial	43.952.355,63	43.952.355,63	42.953.572,77
DEDUÇÕES (VIII)	40.015.492,66	42.670.818,71	43.586.465,18
Disponibilidade de Caixa Bruta	40.641.503,77	43.275.492,93	44.191.139,40
Investimentos	-626.011,11	-604.674,22	-604.674,22
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (IX) = (VII - VIII)	3.936.862,97	1.281.536,92	-632.892,41
PASSIVOS RECONHECIDOS (X)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (XI) = (IX - X)	3.936.862,97	1.281.536,92	-632.892,41

FONTE: Secretaria da Fazenda

RIO DO SUL, 20/07/2010

MILTON HOBUS
PREFEITO MUNICIPALCLEI CARLOS BUSNARDO
CRC.SC 28.139/O-1 TEC. CONTABIL

Relatório Resumido da Execução Orçamentária 3º Bimestre 2010 Anexo VII

Município de RIO DO SUL

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO**

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A JUNHO 2010/BIMESTRE MAIO - JUNHO

RREO - ANEXO VII (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2010	Até o Bimestre 2009
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (I)	115.273.651,00	18.054.179,07	61.336.953,51	55.883.970,31
Receita Tributária	21.554.750,00	2.700.899,68	13.915.910,73	11.563.977,32
I.P.T.U.	5.700.000,00	442.287,55	5.571.062,25	4.695.227,21
I.S.S.	7.470.000,00	1.303.865,93	3.828.255,57	2.429.379,15
I.T.B.I.	1.575.000,00	334.064,61	891.351,84	538.711,87
I.R.R.F.	798.000,00	69.665,02	205.747,16	231.778,09
Outras Receitas Tributárias	6.011.750,00	551.016,57	3.419.493,91	3.668.881,00
Receita de Contribuição	7.530.000,00	1.389.835,64	4.303.212,91	3.925.498,54
Receitas Previdenciárias	4.985.000,00	1.037.736,80	2.903.306,09	2.670.181,80
Outras Contribuições	2.545.000,00	352.098,84	1.399.906,82	1.255.316,74
Receita Patrimonial Líquida	85.000,00	21.895,62	38.278,61	53.533,81
Receita Patrimonial	2.525.000,00	738.716,80	2.481.104,94	2.420.793,02
(-) Aplicações Financeiras	2.440.000,00	716.821,18	2.442.826,33	2.367.259,21
Transferências Correntes	80.400.326,00	13.176.170,25	40.928.872,59	38.034.370,20
F.P.M.	13.440.000,00	2.135.395,59	5.838.461,48	5.806.501,99
I.C.M.S.	16.800.000,00	2.794.567,12	8.417.698,40	7.504.822,08
Convênios	880.000,00	71.501,36	283.306,68	508.515,30
Outras Transferências Correntes	49.280.326,00	8.174.706,18	26.389.406,03	24.214.530,83
Demais Receitas Correntes	5.703.575,00	765.377,88	2.150.678,67	2.306.590,44
Dívida Ativa	1.265.250,00	138.708,76	479.124,38	459.148,09
Diversas Receitas Correntes	4.438.325,00	626.669,12	1.671.554,29	1.847.442,35
RECEITAS DE CAPITAL (II)	29.937.980,00	814.324,27	5.077.750,25	5.305.193,10
Operações de Crédito (III)	7.772.000,00	218.748,52	3.882.174,50	2.080.354,04
Amortização de Empréstimos (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Ativos (V)	1.734.680,00	331.950,00	331.950,00	23.000,00
Transferências de Capital	20.431.300,00	263.625,75	863.625,75	3.201.839,06
Convênios	20.431.300,00	263.625,75	863.625,75	3.201.839,06
Outras Transferências de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (VI) = (II - III - IV - V)	20.431.300,00	263.625,75	863.625,75	3.201.839,06
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (VII) = (I + VI)	135.704.951,00	18.317.804,82	62.200.579,26	59.085.809,37
DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2010	Até o Bimestre 2009
DESPESAS CORRENTES (VIII)	116.920.734,74	17.705.621,89	52.583.957,71	45.443.422,45
Pessoal e Encargos Sociais	48.611.844,25	8.129.590,77	21.717.342,30	19.059.015,09
Juros e Encargos da Dívida (IX)	520.000,00	11.965,90	64.627,89	177.884,45
Outras Despesas Correntes	67.788.890,49	9.564.065,22	30.801.987,52	26.206.522,91
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (X) = (VIII - IX)	116.400.734,74	17.693.655,99	52.519.329,82	45.265.538,00
DESPESAS DE CAPITAL (XI)	41.247.544,34	2.467.296,51	9.802.151,95	12.217.422,34
Investimentos	39.052.544,34	2.284.336,29	9.189.053,96	9.541.464,06
Inversões Financeiras	115.000,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	115.000,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XIV)	2.080.000,00	182.960,22	613.097,99	2.675.958,28
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XV) = (XI - XII - XIII - XIV)	39.167.544,34	2.284.336,29	9.189.053,96	9.541.464,06
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVI)	600.000,00	-	-	-
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	600.000,00	-	-	-



Município de RIO DO SUL
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2010/BIMESTRE MAIO - JUNHO

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2010	Até o Bimestre 2009
RESERVA DO RPPS (XVII)	0,00	-	-	-
RESERVA DO RPPS	0,00	-	-	-
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XVIII) = (X + XV + XVI + XVII)	156.168.279,08	19.977.992,28	61.708.383,78	54.807.002,06
RESULTADO PRIMÁRIO (XIX) = (VII - XVIII)	-20.463.328,08	-1.660.187,46	492.195,48	4.278.807,31
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	1.179.507,37	0,00
Superávit Financeiro	-	-	1.175.989,37	0,00
Reabertura de Créditos Adicionais	-	-	3.518,00	0,00
DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL				VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO PRIMÁRIO FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA				-7.346.680,00

FONTE: Secretaria da Fazenda

RIO DO SUL, 20/07/2010

MILTON HOBUS
PREFEITO MUNICIPAL

CLEI CARLOS BUSNARDO
CRC.SC 28.139/O-1 TEC. CONTABIL

Relatório Resumido da Execução Orçamentária 3º Bimestre 2010 Anexo IX

Município de RIO DO SUL
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2010/BIMESTRE MAIO - JUNHO

RREO - Anexo IX (LRF, art. 53, inciso V)

R\$ 1,00

PODER/ÓRGÃO	RP PROCESSADOS					RP NÃO PROCESSADOS				
	Inscritos		Cancelados	Pagos	A Pagar	Inscritos		Cancelados	Pagos	A Pagar
	Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2009				Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2009			
RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (I)	42.108,98	3.158.148,36	-	3.148.996,85	51.260,49	8.085,39	136.471,58	-	51.947,00	92.609,97
EXECUTIVO										
ADMINISTRAÇÃO DIRETA	39.198,44	2.465.859,61	0,00	2.456.708,10	48.349,95	3.912,43	11.185,02	0,00	9.502,50	5.594,95
GABINETE DO PREFEITO	2.518,71	120.024,80	0,00	120.024,80	2.518,71	1.820,08	5.000,00	0,00	5.000,00	1.820,08
GABINETE DO VICE-PREFEITO	0,00	5.883,65	0,00	5.883,65	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO	3.929,86	35.770,15	0,00	35.770,15	3.929,86	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS 2004	18.513,40	0,00	0,00	0,00	18.513,40	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA MUN. DE DESENV. EC. EMPREEND	0,00	41.445,55	0,00	41.445,55	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA	528,64	96.000,36	0,00	96.000,36	528,64	75,60	0,00	0,00	0,00	75,60
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO	112,00	141.908,13	0,00	141.819,63	200,50	602,72	3.575,20	0,00	2.000,00	2.177,92
SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA	1.395,20	79.316,64	0,00	78.751,64	1.960,20	0,02	0,00	0,00	0,00	0,02
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	0,00	89.119,84	0,00	89.062,05	57,79	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	10.779,68	1.491.452,86	0,00	1.488.753,96	13.478,58	175,00	2.502,50	0,00	2.502,50	175,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS	539,84	305.366,29	0,00	299.624,97	6.281,16	1.219,01	107,32	0,00	0,00	1.326,33
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO URE	881,11	59.571,34	0,00	59.571,34	881,11	20,00	0,00	0,00	0,00	20,00
FUNDACAO CULTURAL DE RIO DO SUL	0,00	13.784,50	0,00	13.784,50	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
FUNDACAO CULTURAL DE RIO DO SUL	0,00	13.784,50	0,00	13.784,50	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
FUNDACAO MUNICIPAL DESPORTO DE RIO DO SUL	23,52	740,50	0,00	740,50	23,52	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
FUNDACAO MUNICIPAL DE DESPORTOS	23,52	740,50	0,00	740,50	23,52	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
FUNDO MUN. DA CRIANÇA E ADOLESCENTE DE RIC	0,00	127,40	0,00	127,40	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
FUNDO MUNICIPAL DA CRIANÇA E DO ADOLESC	0,00	127,40	0,00	127,40	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
FUNDO MUN. DE ASSISTENCIA SOCIAL DE RIO DO S	0,00	30.355,13	0,00	30.355,13	0,00	3.314,29	0,00	0,00	0,00	3.314,29
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	0,00	30.355,13	0,00	30.355,13	0,00	3.314,29	0,00	0,00	0,00	3.314,29
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE RIO DO SUL	2.887,02	647.281,22	0,00	647.281,22	2.887,02	858,67	125.286,56	0,00	42.444,50	83.700,73
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	2.887,02	647.281,22	0,00	647.281,22	2.887,02	858,67	125.286,56	0,00	42.444,50	83.700,73
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL (III) = (I + II):	42.108,98	3.158.148,36	0,00	3.148.996,85	51.260,49	8.085,39	136.471,58	0,00	51.947,00	92.609,97

FONTE: Secretaria da Fazenda

RIO DO SUL, 20/07/2010

MILTON HOBUS
PREFEITO MUNICIPAL

CLEI CARLOS BUSNARDO
CRC.SC 28.139/O-1 TEC. CONTABIL

Salto Veloso

PREFEITURA MUNICIPAL

Portaria N°. DP0170/2010

PORTARIA N°. DP0170/2010

PEDRINHO ANSILIERO, Prefeito Municipal de Salto Veloso-SC, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições em conformidade com a Lei 881/97 de 20/08/1997.

RESOLVE:

Artigo 1º. Admitir o Sr. DIEGO BUZANELLO FABRIS, para prestar serviços em caráter temporário, na Secretaria Municipal de da Saúde e Assistência Social na função de MEDICO, 40 horas, conforme Contrato Temporário n.º 069/2010.

Artigo 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Salto Veloso-SC, 12 de Julho de 2010

PEDRINHO ANSILIERO

Prefeito Municipal

Publicada a presente portaria nesta Secretaria de Administração e Finanças, em 12 de julho de 2010.

LUCIANA HOELTGEBAUM

Responsável pelo Setor de Recursos Humanos

Instrução Normativa SCI nº 001/2010

Instrução Normativa SCI nº 001/2010.

DISPÕE SOBRE O CONTROLE DOS BENS PATRIMONIAIS DO MUNICÍPIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A Coordenadoria do Sistema de Controle Interno do Município de Salto Veloso, usando das atribuições que lhe conferem o artigo 5º, §2º, da Lei Municipal nº 1.115/2003, de 25 de novembro de 2003 e o artigo 17 do Decreto Municipal nº 014/2006 de 12 de maio de 2006, resolve expedir a seguinte Instrução Normativa:

Art. 1º Ao Setor de Patrimônio compete o planejamento, a execução e o controle das atividades referentes à administração dos bens patrimoniais móveis e imóveis de propriedade do Município, devendo exercer, dentre outras, as seguintes atribuições:

I - promover o cadastro dos bens municipais, realizando inventários periódicos verificando a existência e o real estado de conservação, mantendo-o sempre atualizado;

II - providenciar o competente registro legal do tombamento de objetos móveis e imóveis considerados de interesse artístico, cultural ou de valor histórico para o Município;

III - elaborar plano de manutenção preventiva dos bens móveis e imóveis;

IV - promover, mediante avaliação prévia, a alienação dos bens obsoletos e inservíveis, na forma prevista na legislação pertinente;

V - providenciar a documentação legal das doações ativas e passivas;

VI - promover o recebimento, cadastro, etiquetamento e incorporação dos bens patrimoniais adquiridos;

VII - organizar e manter sob guarda, mediante arquivo próprio, a documentação geral dos bens patrimoniais, incluindo-se as cópias de nota de empenho, nota fiscal, e demais documentos pertinentes ao bem adquirido, inclusive quanto ao licenciamento de veículos, seguro obrigatório anual, documentos relativos a garantias de fabricação e registro de transferências;

VIII - elaborar os termos de responsabilidade sobre os bens vin-

culados às Secretarias, Departamentos e Setores, nos moldes do Sistema de Informática utilizado, atualizando-os sempre que houver exoneração, transferências ou substituição dos servidores responsáveis.

IX - realizar o acompanhamento e elaborar os competentes termos de transferências dos bens por ventura remanejados entre as Secretarias, Departamentos e Setores.

X - manter rígido controle sobre as apólices de seguro dos bens principalmente quanto ao valor e prazo de vigência.

XI - solicitar aos setores a documentação e informações necessárias ao desempenho de sua função, bem como fornecer documentos e informações com os setores que se relaciona;

XII - comunicar a Controladoria qualquer desvio, irregularidade ou falta de bens.

§ 1º A movimentação da conta contábil "Bens Imóveis" se dará pelos atos administrativos de aquisição, recebimento por doação, desapropriação, usucapião, construção de obras, ampliação, reavaliação, perda por sinistro e alienação.

§ 2º Os Bens Móveis serão objeto de registro analítico individualizado com a indicação de suas características e dos responsáveis pela sua guarda e administração (art. 94 da Lei 4.320/64).

§ 3º O registro contábil dos bens móveis poderá ser de forma sintética (art. 95 da lei 4.320/64).

Art. 2º Na aquisição de todo e qualquer bem permanente o Setor de Tesouraria deverá encaminhar ao Setor de Patrimônio cópia da nota fiscal, respectiva nota de empenho e demais documentos comprobatórios da aquisição, para a necessária incorporação, através do cadastramento, controle e etiquetamento dos bens adquiridos, bem como o registro da responsabilidade pelo uso.

Parágrafo único - Os bens imóveis serão cadastrados pelo Setor de Patrimônio após recebimento da cópia do Termo de Recebimento Definitivo de Obra e/ou da Escritura Pública.

Art. 3º Todas as transferências de bens móveis permanentes de um setor para outro deverão ser antecipadamente requisitadas ao Setor de Patrimônio que, se for o caso, autorizará a operação mediante a elaboração do competente termo de transferência e emissão de novo termo de responsabilidade.

Art. 4º Para fins de registro e controle como patrimônio permanente, bens móveis, no âmbito da Administração Municipal, fica estabelecido, além do critério da estimativa de duração superior a dois anos, previsto no art. 15, §2º da Lei nº 4.320/64, que o valor da aquisição, construção ou avaliação seja igual ou superior a R\$ 100,00 (Cem Reais), salvo exceções admitidas pela Comissão de Inventário Patrimonial.

Art. 5º As cessões, permutas, baixas, reavaliações ou quaisquer outras alterações havidas deverão ser comunicadas ao Setor de Patrimônio, e a este compete encaminhar as informações necessárias para o setor Contábil para o registro das alterações que afetam o resultado patrimonial.

Art. 6º As ações que envolvem a aquisição de bens deverão obedecer ao fluxograma constituído pelo Anexo Único da presente Instrução Normativa.

Art. 7º O Setor de Patrimônio deverá realizar vistorias periódicas em todos os bens, a fim de certificar-se de sua existência e conservação, comunicando a Secretaria de Administração e Finanças, bem como a esta Controladoria, as anomalias encontradas.

Parágrafo Único - O responsável pelo bem deverá comunicar imediatamente ao setor de patrimônio qualquer ocorrência tão logo constatado o extravio, roubo ou furto, alterações de caracterís-



ticas, extravio da placa de identificação saída para outro setor e outras ocorrências.

Art 8º Todo equipamento ou material permanente de propriedade particular do funcionalismo público que ingressar eventualmente nas repartições de trabalho, deverá pelo seu proprietário ser comunicado formalmente ao Setor de Patrimônio.

Art. 9º Anualmente deverá ser procedido o levantamento geral dos bens móveis e imóveis que terá por base o inventário físico analítico de cada unidade administrativa e os elementos da escrituração sintética da contabilidade, em conformidade com a legislação específica.

§1º O levantamento ficará ao encargo de comissão de servidores, especialmente designados para tal fim.

§2º Realizado, o inventário, este será objeto de análise e submetido aos ajustamentos necessários para a apresentação do balanço, dentro do prazo estabelecido.

§3º Os ajustamentos ou conciliações serão feitos, verificando-se os assentamentos contábeis em confronto com o inventário. As

divergências que porventura surgirem de diferença de preços, ou de avaliação, então serão ajustadas.

Art. 10 A conservação dos bens públicos municipais é de responsabilidade de todos os servidores mediante uso adequado e cuidados de manutenção preventiva e corretiva.

Art. 11 A inobservância das normas estabelecidas nesta Instrução pelos agentes públicos acarretará na sua responsabilização nos termos da Lei.

Art. 12 Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

Salto Veloso (SC), 22 de julho de 2010.

TÂNIA GIACOMIN DE BORTOLI

Controladora Interna

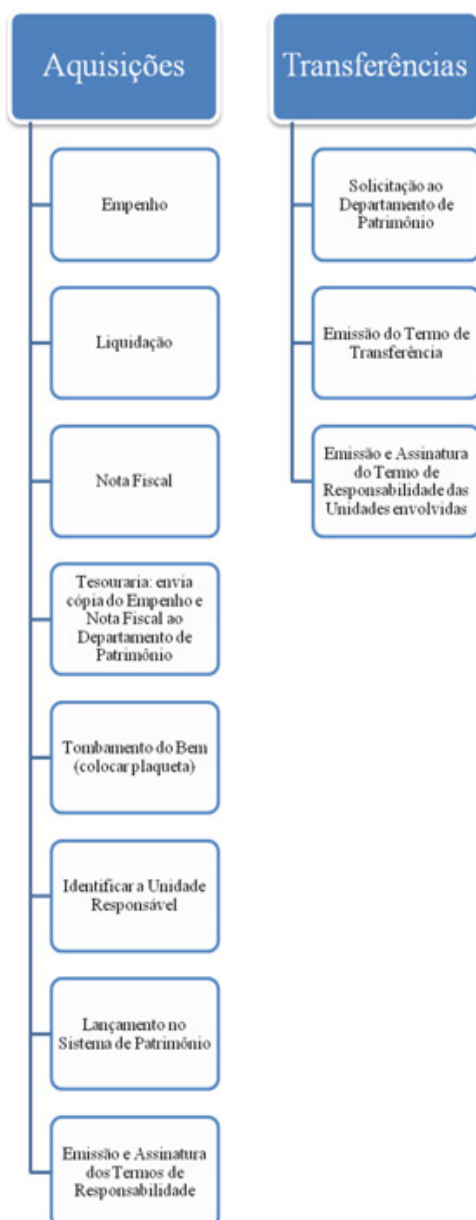
De acordo/Homologo em 22 de julho de 2010.

PEDRINHO ANSILIERO

Prefeito Municipal

ANEXO ÚNICO DA IN SCI Nº 001/2010.

Descrição dos fluxos de lançamento, registro e controle patrimonial



Santa Terezinha do Progresso

PREFEITURA MUNICIPAL

Lei Complementar Nº 13 de 26 de ABRIL de 2010.

LEI COMPLEMENTAR Nº 13 DE 26 DE ABRIL DE 2010.

ESTABELECE A SEGURANÇA CONTRA SINISTROS EM EDIFICAÇÕES, CRIA O FUNDO DE REEQUIPAMENTO DO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DE SANTA TEREZINHA DO PROGRESSO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ILENIR PEDRINHO SECCHI, Prefeito Municipal em Exercício de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo, especialmente aquelas contidas no inciso III, do artigo 41, da Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara de Vereadores apreciou, votou e aprovou e eu SANCIONO E PROMULGO a presente Lei:

Art. 1º Fica estabelecido que as edificações, excluídas as residenciais unifamiliares, deverão ser dotadas de sistemas de segurança contra sinistros, conforme legislação estadual pertinente.

Parágrafo Único - O requerimento que solicite aprovação de uma obra ou alteração, e posterior "Habite-se", bem como os referentes à concessão de Alvará de Localização ou Funcionamento, que dependam da instalação desses sistemas de segurança, deverá ser instruído com a prova de aceitação pelo Corpo de Bombeiros Militar de Santa Catarina.

Art. 2º Fica criado o Fundo de Reequipamento do Corpo de Bombeiros Militar, com a finalidade de prover recursos para investimento em equipamentos e materiais permanentes, equipamentos para atividades técnicas, periciais, serviço pré-hospitalar, busca e salvamento, proteção e combate a sinistros, construção e ampliação de instalações e despesas de custeio da Organização de Bombeiro Militar que atende o município.

Parágrafo Único - O Fundo de Reequipamento de que trata este artigo será identificado pela sigla "FUNREBOM".

Art. 3º Os recursos financeiros do FUNREBOM são constituídos de:

a) Receita proveniente da taxa de prevenção contra sinistros - TPCS, conforme Anexo IV da Lei Estadual nº 7.541/88, arrecadada diretamente no município mediante convênio com o Corpo de Bombeiros Militar, de acordo com o estabelecido no § 1º e 730; do Art. 18 da Lei Estadual nº 7.541/88.

b) Auxílios, subvenções ou doações municipais, estaduais, federais ou privadas, dotações orçamentárias e créditos adicionais que venham a ser autorizados pelo Legislativo Municipal ao Corpo de Bombeiros Militar;

c) Recursos decorrentes da dívida ativa, da alienação de material, bens e equipamentos considerados inservíveis, adquiridos por conta do próprio Fundo;

e) Juros bancários e rendas de capital, provenientes da imobilização ou ampliação do FUNREBOM;

f) Multas, aplicadas pelo Corpo de Bombeiros Militar, de acordo com o "Anexo I" desta Lei, em edificações que não dispuserem, não apresentarem em projeto ou não mantiverem em condições de emprego imediato, os sistemas de segurança contra sinistros, conforme legislação estadual;

§ 1º Para cobertura dos custos operacionais dos serviços de atividades técnicas, fica estabelecido que a taxa de prevenção contra sinistros, referida na letra "a" deste artigo terá o valor mínimo correspondente a 150 m2 (cento e cinquenta metros quadrados) de área construída.

§ 2º O valor máximo da taxa de prevenção contra sinistros, referida na letra "a" deste artigo corresponderá a uma área construída de 30.000 m2 (trinta mil metros quadrados).

Art. 4º Na constituição do FUNREBOM observar-se-á o disposto nos artigos 71 a 74 da Lei Federal nº 4.320 de 17/03/64.

Art. 5º O FUNREBOM é dotado de autonomia financeira, com escrituração contábil própria, desvinculada de qualquer órgão da Administração Municipal.

Art. 6º Os recursos constitutivos do FUNREBOM serão obrigatoriamente depositados em conta bancária de Banco Oficial, denominada: "FUNREBOM - Fundo de Reequipamento do Corpo de Bombeiros Militar de Santa Terezinha do Progresso".

§ 1º Os recursos arrecadados de acordo com esta lei serão depositados na conta bancária prevista no caput, na data do seu pagamento.

§ 2º Considerando a autonomia financeira do FUNREBOM, prevista no artigo 5º desta Lei, o não cumprimento do previsto neste artigo, sujeitará o Município à atualização monetária dos valores devidos, pelos índices oficiais, definidos pelo Governo Federal, e implicará em responsabilidade funcional a quem der causa, cabendo o ressarcimento aos cofres públicos dos prejuízos causados, independente das demais penalidades previstas em lei.

Art. 7º Contra a conta bancária de que trata o Art. 6º desta Lei, somente serão admitidos saques mediante cheques assinados por no mínimo dois dos seguintes membros: Prefeito Municipal, Secretário Municipal de Finanças ou tesoureiro do fundo.

Art. 8º Da aplicação dos recursos do FUNREBOM será feita prestação de contas nos prazos e na forma da legislação.

Art. 9º A receita atribuída ao FUNREBOM será destinada para investimentos e custeio, sendo realizada a prestação de contas nos prazos e na forma da legislação.

Art. 10. Competirá ao Comandante da Organização de Bombeiro Militar que atende o município, a elaboração e a execução dos planos de aplicação do FUNREBOM, mediante diretrizes do Corpo de Bombeiros Militar de Santa Catarina.

Art. 11. O FUNREBOM terá, ainda, um serviço administrativo responsável pela administração, contabilidade, controle e movimentação dos recursos financeiros e será composto de um tesoureiro e um contador.

§ 1º O tesoureiro e o contador serão designados dentre os servidores municipais que possuam atividades e capacitação funcional inerente às funções, contando com o assessoramento dos órgãos próprios da Administração Municipal.

§ 2º É vedada a concessão de gratificações aos componentes do serviço administrativo por conta do FUNREBOM.

Art. 12. Ao Tesoureiro do FUNREBOM, compete:

a) receber os recursos previstos nesta lei e depositá-los em conta bancária do Fundo, mantendo sob sua guarda, todos os documentos das receitas e despesas do Fundo;

b) assinar, quando necessário, juntamente com o Prefeito ou Secretário Municipal de Finanças, os cheques sacados contra a conta bancária do FUNREBOM.

Art. 13. Ao contador do FUNREBOM, compete:

a) contabilizar todos os documentos pertinentes à movimentação dos recursos financeiros do Fundo, observados os dispositivos legais;

b) elaborar, juntamente com o Secretário Municipal de Finanças, as prestações de contas da gestão financeira do Fundo.

Art. 14. Os alvarás de localização e/ou funcionamento, somente



serão concedidos, pelo setor competente da Prefeitura Municipal com comprovação de que a edificação está de acordo com as normas de segurança contra incêndios do Estado de Santa Catarina, mediante a apresentação do atestado de vistoria para funcionamento.

Parágrafo Único - As Edificações residenciais privativas multifamiliares, ficam obrigadas à renovação anual do atestado de vistoria de manutenção.

Art. 15. O Corpo de Bombeiros Militar, através da seção de atividades técnicas, executará vistorias periódicas nas edificações que trata o Art. 1º desta Lei, para verificar a segurança contra sinistros nas edificações.

Parágrafo Único - Nas edificações antigas, após a vistoria, o Corpo de Bombeiros Militar expedirá um laudo de exigências, no qual constará todas as medidas que deverão ser tomadas, para equipar-se previamente contra sinistros de acordo com o que estabelecem as Normas de Segurança Contra Incêndios e as condições peculiares de cada edificação.

Art. 16. A infringência das normas de segurança contra incêndios ou desta Lei, implicará, isolada ou cumulativamente, além das responsabilidades legais específicas, nas seguintes sanções administrativas:

- a) Advertência - pelo Corpo de Bombeiros Militar;
- b) Multa conforme o Anexo II desta Lei - pelo Corpo de Bombeiros Militar;
- c) Suspensão, impedimento ou interdição da obra, estabelecimento, prédio ou locação - pela Prefeitura Municipal, mediante requerimento ou não, do Corpo de Bombeiros Militar;
- d) Denegação ou cancelamento do alvará de localização, funcionamento ou habite-se - pela Prefeitura Municipal, mediante requerimento ou não, do Corpo de Bombeiros Militar.

Art. 17. A falta de pagamento da multa no prazo devido sujeitará o contribuinte, cumulativamente, as seguintes penalidades, calculadas sobre o valor inicialmente devido:

- a) Multa de 2 % (dois por cento);
- b) Juros de 1% (um por cento) ao mês;
- c) Atualização monetária de acordo com os índices do governo federal.

Art. 18. Os bens adquiridos serão destinados ao uso exclusivo da Organização de Bombeiro Militar e incorporados ao patrimônio do Município, podendo ser doados ao Corpo de Bombeiros Militar.

Art. 19. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso em 26 de Abril de 2010.

ILENIR PEDRINHO SECCHI
Prefeito Municipal EM EXERCÍCIO

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA:

ALICE CLAIR STAUDT
Gerente de Administração
Matricula nº 965/2

ANEXO I

TABELAS DE MULTAS

MULTA:	DESCRIÇÃO:	Valor
Sistemas preventivos	Por falta ou irregularidade de no sistema.	R\$ 300,00 por sistema.
Alvará de Funcionamento vencido	Por exercício.	200% do valor do alvará e no mínimo R\$ 300,00.

Lei Nº 910 de 22 de Fevereiro de 2010.

LEI Nº 910 DE 22 DE FEVEREIRO DE 2010.

Autoriza o Poder Executivo Municipal a orçamento vigente, da Prefeitura Municipal, constante da Lei n. 897, de 16 de dezembro de 2009 e dá outras providências.

ITACIR DETOFOL, Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo, especialmente aquelas contidas no inciso III, do artigo 41, da Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara de Vereadores apreciou, votou e aprovou e eu SANCIONO E PROMULGO a presente Lei:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito adicional especial, por provável excesso de arrecadação, no orçamento vigente da Prefeitura Municipal, de que trata a Lei n. 897, de 16 de dezembro de 2009, por conta dos recursos do Convênio 712859/2009, com o Ministério da Integração Nacional, no valor de R\$ 145.000,00 (cento e quarenta e cinco mil reais).

2000.00.00.00.00 Receitas de Capital
2400.00.00.00.00 Transferências de Capital
2470.00.00.00.00 Transferências de Convênios
2471.00.00.00.00 Transferências de Convênios da União e de suas Entidades
2471.99.00.00.00 Outras Transferências de Convênios da União
0124 - Transferências de Convênios - Outros

Art. 2º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito adicional especial, por excesso de arrecadação, no orçamento vigente da Prefeitura Municipal, de que trata a Lei n. 897, de 16 de dezembro de 2009, até o valor de R\$ 145.000,00 (cento e quarenta e cinco mil reais) para reforçar dotações orçamentárias no seguinte Projeto/Atividade:

12.00 Fundo de Desenvolvimento da Agropecuária			
12.01 Fundo de Desenvolvimento da Agropecuária			
205110048.2.041000 Implantação e man. da rede de dist. de água nas com. do int.			
0124	4.4.90.00.00.0000	Aplicações Diretas	145.000,00

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, em 22 de Fevereiro de 2010.

ITACIR DETOFOL
Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA:

ALICE CLAIR STAUDT
Gerente de Administração
Matricula nº 965/2

Lei Nº 911 de 22 de Fevereiro de 2010.

LEI Nº 911 DE 22 DE FEVEREIRO DE 2010.

Autoriza o Poder Executivo Municipal a abrir crédito adicional suplementar, por orçamento vigente, da Prefeitura Municipal, constante da Lei n. 897, de 16 de dezembro de 2009 e dá outras providências.

ITACIR DETOFOL, Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo, especialmente aquelas contidas no inciso III, do artigo 41, da Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara de Vereadores apreciou, votou e aprovou e eu SANCIONO E PROMULGO



a presente Lei:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito adicional suplementar, por provável excesso de arrecadação, no orçamento vigente da Prefeitura Municipal, de que trata a Lei n. 897, de 16 de dezembro de 2009, por conta dos recursos do Contrato de Repasse 0316382-03/2009, com o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA, programa PRODESA, no valor de R\$ 46.315,78 (quarenta e seis mil trezentos e quinze mil setenta e oito centavos).

2000.00.00.00.00 Receitas de Capital
2400.00.00.00.00 Transferências de Capital
2470.00.00.00.00 Transferências de Convênios
2471.00.00.00.00 Transferências de Convênios da União e de suas Entidades
2471.99.00.00.00 Outras Transferências de Convênios da União
0124 - Transferências de Convênios - Outros

Art. 2º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito adicional suplementar, por excesso de arrecadação, no orçamento vigente da Prefeitura Municipal, de que trata a Lei n. 897, de 16 de dezembro de 2009, até o valor de R\$ 46.315,78 (quarenta e seis mil trezentos e quinze mil setenta e oito centavos) para reforçar dotações orçamentárias no seguinte Projeto/Atividade:

06.00 Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos				
06.01 Departamento de Obras				
267820040.1.013000 Aquisição de máquinas e equip. agrícolas e rodoviários				
1190	0124	4.4.90.00.00.0000	Aplicações Diretas	46.315,78

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, em 22 de Fevereiro de 2010.

ITACIR DETOFOL
Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA:

ALICE CLAIR STAUDT
Gerente de Administração
Matricula nº 965/2

Lei Nº 912 de 22 de Fevereiro de 2010.

LEI Nº 912 DE 22 DE FEVEREIRO DE 2010.

Autoriza o Poder Executivo Municipal a abrir crédito adicional especial, por provável excesso de arrecadação no orçamento vigente, da Prefeitura Municipal, constante da Lei n. 897, de 16 de dezembro de 2009 e dá outras providências.

ITACIR DETOFOL, Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo, especialmente aquelas contidas no inciso III, do artigo 41, da Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara de Vereadores apreciou, votou e aprovou e eu SANCIONO E PROMULGO a presente Lei:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito adicional especial, por provável excesso de arrecadação, no orçamento vigente da Prefeitura Municipal, de que trata a Lei n. 897, de 16 de dezembro de 2009, por conta dos recursos

do Convênio 13.977/2009-7, com o Estado de Santa Catarina, por intermédio da Secretária de Estado do Desenvolvimento Regional - Maravilha, no valor de R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais).

2000.00.00.00.00 Receitas de Capital
2400.00.00.00.00 Transferências de Capital
2470.00.00.00.00 Transferências de Convênios
2472.00.00.00.00 Transferências de Convênios dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades
2472.99.00.00.00 Outras Transferências de Convênio dos Estados
0124 - Transferências de Convênios - Outros

Art. 2º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito adicional especial, por excesso de arrecadação, no orçamento vigente da Prefeitura Municipal, de que trata a Lei n. 897, de 16 de dezembro de 2009, até o valor de R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais) para reforçar dotações orçamentárias no seguinte Projeto/Atividade:

06.00 Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos			
06.02 Departamento de Serviços Urbanos			
226610040.1.025000 Implantação de área industrial			
0124	4.4.90.00.00.0000	Aplicações Diretas	150.000,00

Art. 3º. Fica alterado o Plano Plurianual (Lei Municipal n. 875/2009), em conformidade com o disposto neste ato, especialmente no que tange a inclusão de meta física e financeira referente à Ação 1.025 Implantação de área industrial, no Programa 040 - Infraestrutura e Serviços Urbanos.

Art. 4º. Fica alterada a Lei de Diretrizes Orçamentárias (Lei Municipal n. 878/2009), em conformidade com o disposto neste ato, especialmente no que tange a inclusão de meta física e financeira referente à Ação 1.025 Implantação de área industrial, no Programa 040 - Infraestrutura e Serviços Urbanos.

Art. 5º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, em 22 de Fevereiro de 2010.

ITACIR DETOFOL
Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA:

ALICE CLAIR STAUDT
Gerente de Administração
Matricula nº 965/2

Lei Nº 913 de 22 de Fevereiro de 2010.

LEI Nº 913 DE 22 DE FEVEREIRO DE 2010.

Autoriza o Poder Executivo Municipal a abrir crédito adicional especial, por provável excesso de arrecadação no orçamento vigente, da Prefeitura Municipal, constante da Lei n. 897, de 16 de dezembro de 2009 e dá outras providências.

ITACIR DETOFOL, Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo, especialmente aquelas contidas no inciso III, do artigo 41, da Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara de Vereadores apreciou, votou e aprovou e eu SANCIONO E PROMULGO a presente Lei:



Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito adicional especial, por provável excesso de arrecadação, no orçamento vigente da Prefeitura Municipal, de que trata a Lei n. 897, de 16 de dezembro de 2009, por conta dos recursos do Contrato de Apoio Financeiro (vinculado ao Projeto PTEC 2805/09) com o SEITEC através da Secretaria de Estado de Turismo, Cultura e Esporte, no valor de R\$ 220.000,00 (Duzentos e vinte mil reais).

2000.00.00.00.00 Receitas de Capital
2400.00.00.00.00 Transferências de Capital
2470.00.00.00.00 Transferências de Convênios
2472.00.00.00.00 Transferências de Convênios dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades
2472.99.00.00.00 Outras Transferências de Convênio dos Estados
0124 - Transferências de Convênios - Outros

Art. 2º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito adicional especial, por excesso de arrecadação, no orçamento vigente da Prefeitura Municipal, de que trata a Lei n. 897, de 16 de dezembro de 2009, até o valor de R\$ 220.000,00 (Duzentos e vinte mil reais) para reforçar dotações orçamentárias no seguinte Projeto/Atividade:

02.00 Gabinete do Prefeito			
02.02 Departamento de Cultura, Esporte e Turismo			
278120021.1.026000 Construção de Centro Esportivo e de Lazer			
0124	4.4.90.00.00.0000	Aplicações Diretas	220.000,00

Art. 3º. Fica alterado o Plano Plurianual (Lei Municipal n. 875/2009), em conformidade com o disposto neste ato, especialmente no que tange a inclusão de meta física e financeira referente à Ação 1.026 Construção de Centro Esportivo e de Lazer, no Programa 021 - Esporte e Vida.

Art. 4º. Fica alterada a Lei de Diretrizes Orçamentárias (Lei Municipal n. 878/2009), em conformidade com o disposto neste ato, especialmente no que tange a inclusão de meta física e financeira referente à Ação 1.026 Construção de Centro Esportivo e de Lazer, no Programa 021 - Esporte e Vida.

Art. 5º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, em 22 de Fevereiro de 2010.

ITACIR DETOFOL
Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA:

ALICE CLAIR STAUDT
Gerente de Administração
Matricula nº 965/2

Lei Nº 914 de 22 de Fevereiro de 2010.

LEI Nº 914 DE 22 DE FEVEREIRO DE 2010.

Autoriza o Poder Executivo Municipal a abrir crédito adicional especial no orçamento vigente, da Prefeitura Municipal, constante da Lei n. 897, de 16 de dezembro de 2009 e dá outras providências.

ITACIR DETOFOL, Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo, especialmente aquelas contidas no inciso III, do artigo 41, da Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara de Vereadores apreciou, votou e aprovou e eu SANCIONO E PROMULGO a presente Lei:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito adicional especial, no orçamento vigente da Prefeitura Municipal, de que trata a Lei n. 897, de 16 de dezembro de 2009, no valor de até R\$ 143.184,08 (cento e quarenta e três mil cento e oitenta e quatro reais oito centavos) para reforçar dotações orçamentárias no seguinte Projeto/Atividade:

02.00 Gabinete do Prefeito			
02.02 Departamento de Cultura, Esporte e Turismo			
278120021.1.026000 Construção de Centro Esportivo e de Lazer			
0100	4.4.90.00.00.0000	Aplicações Diretas	37.350,05
06.00 Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos			
06.02 Departamento de Serviços Urbanos			
226610040.1.025000 Implantação de área industrial			
0100	4.4.90.00.00.0000	Aplicações Diretas	30.000,00
154510040.1.027000 Execução de pavimentação asfáltica nas ruas do Perímetro Urbano			
0100	4.4.90.00.00.0000	Aplicações Diretas	75.834,03

Art. 2º. Os recursos para a cobertura do crédito adicional especial de que trata o artigo 1º desta Lei, serão provenientes de anulação de dotações orçamentárias constantes do orçamento vigente, conforme Lei n. 897, de 16 de dezembro de 2009, no valor de R\$ 143.184,08 (cento e quarenta e três mil cento e oitenta e quatro reais oito centavos), a seguir especificados:

04.00 Secretaria de Educação, Cultura e Esporte			
04.02 FUNDEB			
123610018.2.010000 Manutenção das atividades de Ensino Fundamental - FUNDEB			
885	100	3.1.90.00.00.0000	Aplicações Diretas 78.184,08
12.00 Fundo de Desenvolvimento da Agropecuária			
12.01 Fundo de Desenvolvimento da Agropecuária			
206060048.2.038000 Manut. das ativ. do Fundo de Desenv. da Agropecuária			
2561	0100	3.1.90.00.00.0000	Aplicações Diretas 65.000,00

Art. 3º. Fica alterado o Plano Plurianual (Lei Municipal n. 875/2009), em conformidade com o disposto neste ato, especialmente no que tange a inclusão de meta física e financeira referente à Ação 1.026 Construção de Centro Esportivo e de Lazer, no Programa 021 - Esporte e Vida; às Ações 1.025 Implantação de área industrial e 1.027 Execução de pavimentação asfáltica nas ruas do Perímetro Urbano no Programa 040 - Infra-estrutura e Serviços Urbanos.

Art. 4º. Fica alterada a Lei de Diretrizes Orçamentárias (Lei Municipal n. 878/2009), em conformidade com o disposto neste ato, especialmente no que tange a inclusão de meta física e financeira referente à Ação 1.026 Construção de Centro Esportivo e de Lazer, no Programa 021 - Esporte e Vida; às Ações 1.025 Implantação de área industrial e 1.027 Execução de pavimentação asfáltica nas ruas do Perímetro Urbano no Programa 040 - Infra-estrutura e Serviços Urbanos.

Art. 5º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, em 22 de Fevereiro de 2010.

ITACIR DETOFOL
Prefeito Municipal



REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA:

ALICE CLAIR STAUDT
Gerente de Administração
Matricula nº 965/2

Decreto Nº 006/2010

DECRETO Nº 006/2010
DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO DE SERVIDOR MUNICIPAL, E DÁ
OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 41, incisos V e VII, da Lei Orgânica Municipal;

DECRETA

Art. 1º. Fica exonerado a partir de 04/01/2010 o servidor público municipal Delcio Kettermann, ocupante do cargo de Secretário de Obras e Serviços Urbanos, matricula nº 877/0, carga horária de 40 horas semanais.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso - SC, 04 de Janeiro de 2010.

ITACIR DETOFOL
Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA:

ALICE CLAIR STAUDT
Chefe do Departamento de Administração
Matricula nº 885/0

Decreto Nº 007/2010

DECRETO Nº 007/2010
DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO DE SERVIDOR MUNICIPAL, E DÁ
OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 41, incisos V e VII, da Lei Orgânica Municipal;

DECRETA

Art. 1º. Fica exonerado a partir de 04/01/2010 o servidor público municipal Domingos Geni de Freitas de Mendonça, ocupante do cargo de Diretor de Transporte Escolar, matricula nº 923/7, carga horária de 40 horas semanais.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso - SC, em 04 de Janeiro de 2010.

ITACIR DETOFOL
Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA:

ALICE CLAIR STAUDT
Chefe do Departamento de Administração
Matricula nº 885/0

Decreto Nº 008/2010

DECRETO Nº 008/2010
DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO DE SERVIDOR MUNICIPAL, E DÁ
OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 41, incisos V e VII, da Lei Orgânica Municipal;

DECRETA

Art. 1º. Fica exonerado a partir de 04/01/2010 o servidor público municipal Nelson Carlos Liebert, ocupante do cargo de Diretor de Abastecimento, matricula nº 961/0, carga horária de 40 horas semanais.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso - SC, em 04 de Janeiro de 2010.

ITACIR DETOFOL
Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA:

ALICE CLAIR STAUDT
Chefe do Departamento de Administração
Matricula nº 885/0

Decreto Nº 009/2010

DECRETO Nº 009/2010
DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO DE SERVIDOR MUNICIPAL, E DÁ
OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 41, incisos V e VII, da Lei Orgânica Municipal;

DECRETA

Art. 1º. Fica exonerado a partir de 04/01/2010 o servidor público municipal Marcio dos Santos, ocupante do cargo de Diretor Geral de Cultura e Esporte, matricula nº 884/2, carga horária de 40 horas semanais.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso - SC, em 04 de Janeiro de 2010.

ITACIR DETOFOL
Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA:

ALICE CLAIR STAUDT
Chefe do Departamento de Administração
Matricula nº 885/0

Decreto Nº 010/2010

DECRETO Nº 010/2010
DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO DE SERVIDORA MUNICIPAL, E
DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 41, incisos V e VII, da Lei Orgânica Municipal;

DECRETA

Art. 1º. Fica exonerada a partir de 04/01/2010 a servidora pública municipal Roseli Maria Bressler, ocupante do cargo de Secretária Municipal de Educação, Cultura e Esporte, matricula nº 962/8, carga horária de 40 horas semanais.



Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso - SC, em 04 de Janeiro de 2010.

ITACIR DETOFOL

Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA:

ALICE CLAIR STAUDT

Chefe do Departamento de Administração

Matricula nº 885/0

Decreto Nº 252/2010

DECRETO Nº 252/2010

DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO DE SERVIDORA MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 41, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal;

DECRETA

Art. 1º. Fica exonerada a partir de 16/07/2010 a servidora pública municipal Ana Paula Godois, ocupante do cargo de Monitora do Peti, matricula nº 1006/5, lotada na Secretaria Municipal de Assistência Social.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso - SC, em 16 de Julho de 2010.

ITACIR DETOFOL

Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA:

SIMONE TONELLO

Assistente Administrativo

Matricula nº 952/0

Decreto Nº 253/2010

DECRETO Nº 253/2010

DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO DE SERVIDORA MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 41, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal;

DECRETA

Art. 1º. Fica exonerada a partir de 16/07/2010 a servidora pública municipal Andréia Francisca Ely, ocupante do cargo de Monitora do Peti, matricula nº 1009/0, lotada na Secretaria Municipal de Assistência Social.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso - SC, em 16 de Julho de 2010.

ITACIR DETOFOL

Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA:

SIMONE TONELLO

Assistente Administrativo

Matricula nº 952/0

Decreto Nº 254/2010

DECRETO Nº 254/2010

DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO DE SERVIDORA MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 41, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal;

DECRETA

Art. 1º. Fica exonerada a partir de 16/07/2010 a servidora pública municipal Clediane Daros, ocupante do cargo de Monitora do Peti, matricula nº 1008/1, lotada na Secretaria Municipal de Assistência Social.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso - SC, em 16 de Julho de 2010.

ITACIR DETOFOL

Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA:

SIMONE TONELLO

Assistente Administrativo

Matricula nº 952/0

Decreto Nº 255/2010

DECRETO Nº 255/2010

DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO DE SERVIDORA MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 41, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal;

DECRETA

Art. 1º. Fica exonerada a partir de 16/07/2010 a servidora pública municipal Cleia Kluge, ocupante do cargo de Monitora do Peti, matricula nº 1007/3, lotada na Secretaria Municipal de Assistência Social.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso - SC, em 16 de Julho de 2010.

ITACIR DETOFOL

Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA:

SIMONE TONELLO

Assistente Administrativo

Matricula nº 952/0

Decreto Nº 256/2010

DECRETO Nº 256/2010

DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO DE SERVIDORA MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 41, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal;

DECRETA

Art. 1º. Fica exonerada a partir de 16/07/2010 a servidora pública



municipal Eli de Fátima Alves, ocupante do cargo de Agente de Serviços Gerais, matrícula nº 991/1, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso - SC, em 16 de Julho de 2010.

ITACIR DETOFOL

Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA:

SIMONE TONELLO

Assistente Administrativo

Matricula nº 952/0

Decreto Nº 257/2010

DECRETO Nº 257/2010

DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO DE SERVIDORA MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 41, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal;

DECRETA

Art. 1º. Fica exonerada a partir de 16/07/2010 a servidora pública municipal Esli C. Ribeiro dos Santos, ocupante do cargo de Agente de Serviços Gerais, matrícula nº 993/8, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso - SC, em 16 de Julho de 2010.

ITACIR DETOFOL

Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA:

SIMONE TONELLO

Assistente Administrativo

Matricula nº 952/0

Decreto Nº 258/2010

DECRETO Nº 258/2010

DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO DE SERVIDORA MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 41, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal;

DECRETA

Art. 1º. Fica exonerada a partir de 16/07/2010 a servidora pública municipal Janinha Rodrigues, ocupante do cargo de Agente de Serviços Gerais, matrícula nº 1001/4, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso - SC, em 16 de Julho de 2010.

ITACIR DETOFOL

Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA:

SIMONE TONELLO

Assistente Administrativo

Matricula nº 952/0

Decreto Nº 259/2010

DECRETO Nº 259/2010

DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO DE SERVIDORA MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 41, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal;

DECRETA

Art. 1º. Fica exonerada a partir de 16/07/2010 a servidora pública municipal Maria Oneide dos S. de P. da Costa, ocupante do cargo de Agente de Serviços Gerais, matrícula nº 992/0 lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso - SC, em 16 de Julho de 2010.

ITACIR DETOFOL

Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA:

SIMONE TONELLO

Assistente Administrativo

Matricula nº 952/0

Decreto Nº 260/2010

DECRETO Nº 260/2010

DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO DE SERVIDORA MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 41, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal;

DECRETA

Art. 1º. Fica exonerada a partir de 16/07/2010 a servidora pública municipal Natalina Domingos da Silva, ocupante do cargo de Agente de Serviços Gerais, matrícula nº 994/6 lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso - SC, em 16 de Julho de 2010.

ITACIR DETOFOL

Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA:

SIMONE TONELLO

Assistente Administrativo

Matricula nº 952/0

Decreto Nº 261/2010

DECRETO Nº 261/2010

DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO DE SERVIDORA MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.



O Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 41, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal;

DECRETA

Art. 1º. Fica exonerada a partir de 16/07/2010 a servidora pública municipal Solange Soares dos Santos, ocupante do cargo de Agente de Serviços Gerais, matrícula nº 995/4 lotada na Secretaria Municipal de Saúde Pública.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso - SC, em 16 de Julho de 2010.

ITACIR DETOFOL
Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA:

SIMONE TONELLO
Assistente Administrativo
Matricula nº 952/0

Decreto Nº 262/2010

DECRETO Nº 262/2010

DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO DE SERVIDOR MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 41, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal;

DECRETA

Art. 1º. Fica exonerado a partir de 16/07/2010 o servidor público municipal Josemar Schwanz, ocupante do cargo de Agente de Serviços Gerais, matrícula nº 945/8, lotado na Secretaria Municipal de Infraestrutura.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso - SC, em 16 de Julho de 2010.

ITACIR DETOFOL
Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA:

SIMONE TONELLO
Assistente Administrativo
Matricula nº 952/0

Portaria Nº 006/2010

PORTARIA Nº 006/2010

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 41, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE

Art. 1º. Ficam concedidas férias regulamentares de 30 (trinta) dias, a servidora pública municipal Vanilce Ferri Grandi, matrícula nº 145/7, ocupante do cargo de Professor, carga horária de 20 horas semanais, relativamente ao período aquisitivo de 17/02/2008 a 16/02/2009, para serem gozadas no período de 04/01/2010 a

02/02/2010.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Santa Terezinha do Progresso-SC, 04 de Janeiro de 2010.

ITACIR DETOFOL
Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA:

ALICE CLAIR STAUDT
Chefe do Departamento de Administração
Matricula nº 885/0

Portaria Nº 007/2010

PORTARIA Nº 007/2010

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 41, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE

Art. 1º. Ficam concedidas férias regulamentares de 30 (trinta) dias, a servidora pública municipal Maria Maria Weschenfelder Schmidt, matrícula nº 833/8, ocupante do cargo de Professor, carga horária de 20 horas semanais, relativamente ao período aquisitivo de 05/05/2008 a 04/05/2009, para serem gozadas no período de 04/01/2010 a 02/02/2010.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Santa Terezinha do Progresso-SC, 04 de Janeiro de 2010.

ITACIR DETOFOL
Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA:

ALICE CLAIR STAUDT
Chefe do Departamento de Administração
Matricula nº 885/0

Portaria Nº 008/2010

PORTARIA Nº 008/2010

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 41, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE

Art. 1º. Ficam concedidas férias regulamentares de 30 (trinta) dias, a servidora pública municipal Maria Helena Weschenfelder, matrícula nº 52/3, ocupante do cargo de Professor, carga horária de 40 horas semanais, relativamente ao período aquisitivo de 01/12/2008 a 30/11/2009, para serem gozadas no período de 04/01/2010 a 02/02/2010.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Santa Terezinha do Progresso-SC, 04 de Janeiro de 2010.

ITACIR DETOFOL
Prefeito Municipal



REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA:

ALICE CLAIR STAUDT
Chefe do Departamento de Administração
Matricula n° 885/0

Portaria N° 009/2010

PORTARIA N° 009/2010

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 41, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE

Art. 1º. Ficam concedidas férias regulamentares de 30 (trinta) dias, a servidora pública municipal Marcia Jacoby, matricula n° 735/8, ocupante do cargo de Professor, carga horária de 20 horas semanais, relativamente ao período aquisitivo de 22/02/2008 a 21/02/2009, para serem gozadas no período de 04/01/2010 a 02/02/2010.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Santa Terezinha do Progresso-SC, 04 de Janeiro de 2010.

ITACIR DETOFOL

Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA:

ALICE CLAIR STAUDT
Chefe do Departamento de Administração
Matricula n° 885/0

Portaria N° 010/2010

PORTARIA N° 010/2010

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 41, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE

Art. 1º. Ficam concedidas férias regulamentares de 30 (trinta) dias, a servidora pública municipal Lídia Baumgratz Back, matricula n° 352/2, ocupante do cargo de Professor, carga horária de 20 horas semanais, relativamente ao período aquisitivo de 18/02/2008 a 17/02/2009, para serem gozadas no período de 04/01/2010 a 02/02/2010.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Santa Terezinha do Progresso-SC, 04 de Janeiro de 2010.

ITACIR DETOFOL

Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA:

ALICE CLAIR STAUDT
Chefe do Departamento de Administração
Matricula n° 885/0

Portaria N° 199/2010

PORTARIA N° 199/2010

PRORROGA SINDICÂNCIA INVESTIGATIVA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e na forma da Lei:

RESOLVE

Art. 1º. PRORROGAR SINDICÂNCIA INVESTIGATIVA, a ser processada pela Comissão designada pelo Decreto n° 207/2010, de 16 de Junho de 2010, a fim de que sejam concluídos os fatos do processo em epígrafe.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 4º. Registre-se, publique-se e cumpra-se o presente ato.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, em 16 de Julho de 2010.

ITACIR DETOFOL

Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA:

SIMONE TONELLO
Assistente Administrativo
Matricula n° 952/0

Portaria N° 200/2010

PORTARIA N° 200/2010

REVOGA PORTARIA 160/2010 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e na forma da Lei:

RESOLVE

Art. 1º. Revoga a Portaria n° 160/2010 de 19 de Março de 2010.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Santa Terezinha do Progresso, em 16 de Julho de 2010.

ITACIR DETOFOL

Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA:

SIMONE TONELLO
Assistente Administrativo
Matricula n° 952/0

Portaria N° 201/2010

PORTARIA N° 201/2010

REVOGA PORTARIA 108/2010 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e na forma da Lei:



RESOLVE

Art. 1º. Revoga a Portaria nº 108/2010 de 02 de Fevereiro de 2010.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Santa Terezinha do Progresso, em 16 de Julho de 2010.

ITACIR DETOFOL

Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA:

SIMONE TONELLO

Assistente Administrativo

Matricula nº 952/0

São Lourenço do Oeste

PREFEITURA MUNICIPAL

Retificação de aviso de licitação Nº 17/2010 - FMS

O MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE-SC, por intermédio do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, ATRAVÉS DO PREFEITO MUNICIPAL, considerando o feriado municipal do dia 26/07/2010, RETIFICA A DATA DE ABERTURA DO PROCESSO LICITATÓRIO nº17/2010, PREGÃO PRESENCIAL nº13/2010, OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SEGUROS COM COBERTURA SOMENTE CONTRA TERCEIROS, SENDO, (DANOS MATERIAIS R\$ 150.000,00, DANOS PESSOAIS R\$ 300.000,00, DANOS MORAIS R\$ 45.000,00), PARA OS VEÍCULOS PERTENCENTES À FROTA DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, NO MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC. Destarte onde se lê data da abertura 26/07/2010, leia-se: 27/07/2010, mantendo-se os horários designados para entrega dos envelopes: 08:50h e abertura da sessão: 09:00h.

São Lourenço do Oeste - SC, 22 de julho de 2010.

TOMÉ FRANCISCO ETGES

Prefeito Municipal

Errata ao extrato de convênio nº 013, de 11 de junho de 2010,

ERRATA AO EXTRATO DE CONVÊNIO Nº 013, DE 11 DE JUNHO DE 2010, PUBLICADO NO DIÁRIO OFICIAL DOS MUNICÍPIOS, EM 18.06.2010.

O MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 83.021.873/0001-08, com sede na Rua Duque de Caxias, nº 789, centro, São Lourenço do Oeste/SC, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Tomé Francisco Etges, TORNA PÚBLICO o seguinte:

O extrato do Convênio nº 013, de 11 de Junho de 2010, publicado no Diário Oficial dos Municípios em 18 de junho de 2010, passa a vigorar com a seguinte redação:

EXTRATO DO CONVÊNIO N° 61616; 013, DE 11 DE JUNHO DE 2010.

Valor: R\$ 11.200,00 (onze mil e duzentos reais), a serem pagos em duas parcelas iguais, sendo que a primeira no dia 30 de agosto de 2010 e a segunda dia 30 de setembro de 2010.

Vigência: O presente convênio terá vigência de 1º de agosto a 31 de dezembro de 2010.

Signatários: TOMÉ FRANCISCO ETGES, Prefeito Municipal - pelo Conveniente e IVANIA BIAZUSSI THOMAS - Diretora SENAI/SC Chapecó- pela Conveniada.

São Lourenço do Oeste, SC, 21 de julho de 2010.

TOMÉ FRANCISCO ETGES

Prefeito Municipal

São Pedro de Alcântara

PREFEITURA MUNICIPAL

Decreto n.º 256/2010

DECRETO n.º 256/2010

Nomear SUELI MARIA STAHELIN para o cargo em Comissão de Diretora da Escola do Centro de Educação Infantil Profª. Leonida Vieira Francener.

ERNEI JOSÉ STÄHELIN, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 45, Inciso I, da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1.º- Nomear SUELI MARIA STAHELIN para o cargo em Comissão de Diretora da Escola do Centro de Educação Infantil Profª. Leonida Vieira Francener.

Art. 2.º- Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 20 de julho de 2010.

ERNEI JOSÉ STÄHELIN

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em ____/____/2010.

Decreto n.º 257/2010

DECRETO n.º 257/2010

CONCEDE PROGRESSÃO FUNCIONAL A SERVIDORA QUE MENCIONA.

ERNEI JOSÉ STÄHELIN, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 10, da Lei nº. 19/97, e Art. 16 da Lei Complementar 008/98,

DECRETA:

Art. 1.º- Conceder progressão funcional a servidora abaixo mencionada, haja vista, ter completado mais três anos de serviço prestado junto a esta Instituição.

- NEUSA MARIA HAMPEL - PROFESSORA IV - LETRA F.

Art. 2.º- Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 20 de julho de 2010.

ERNEI JOSÉ STÄHELIN

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em ____/____/2010.



Decreto n.º 258/2010

DECRETO n.º 258/2010

Concede Licença Prêmio ao servidor ANTÔNIO LORIBERTO HAMES.

ERNEI JOSÉ STÄHELIN, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 111, da Lei Complementar 05/1997,

DECRETA:

Art. 1.º- Conceder ao servidor ANTÔNIO LORIBERTO HAMES, ocupante do Cargo de Operador de Máquina II, Licença Prêmio referente ao período aquisitivo 2003 a 2008.

Art. 2.º- O servidor fará gozo da licença pelo período de trinta dias, a partir de 22/07/2010.

Art. 3.º- Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 22 de julho de 2010.

ERNEI JOSÉ STAHELIN
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em ____/____/2010.

Decreto n.º 258/2010

DECRETO n.º 258/2010

Concede Licença Prêmio ao servidor ANTÔNIO LORIBERTO HAMES.

ERNEI JOSÉ STÄHELIN, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 111, da Lei Complementar 05/1997,

DECRETA:

Art. 1.º- Conceder ao servidor ANTÔNIO LORIBERTO HAMES, ocupante do Cargo de Operador de Máquina II, Licença Prêmio referente ao período aquisitivo 2003 a 2008.

Art. 2.º- O servidor fará gozo da licença pelo período de trinta dias, a partir de 22/07/2010.

Art. 3.º- Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 22 de julho de 2010.

ERNEI JOSÉ STAHELIN
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em ____/____/2010.

Schroeder**PREFEITURA MUNICIPAL****Portaria Nº. 3.594/2010, de 19 de julho de 2010.**

PORTARIA Nº. 3.594/2010, de 19 de julho de 2010.

FELIPE VOIGT, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal, de 05 de abril de 1990,

RESOLVE:

Art. 1º ALTERAR, a carga horária do cargo efetivo do funcionário Sr. Pedro Bortoloti Junior, de 20 (vinte) horas semanais para 30 (trinta) horas semanais, conforme necessidade da Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, adquirindo efeitos retroativos a partir de 01 de julho de 2010.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº 1.669/2008, de 17/06/2008.

Registre-se. Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder (SC), 19 de julho de 2010.

FELIPE VOIGT
Prefeito Municipal

HARILDO KONELL
Secretário de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

Registrada e publicada na mesma data.
ROSANGELA CRISTINA MIRANDA MOTTA
Chefe de Gabinete

Aviso de licitação tomada de preços para obras e serviços de engenharia Nº. 07/2010 - PMS

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SCHROEDER

AVISO DE LICITAÇÃO

TOMADA DE PREÇOS PARA OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA Nº. 07/2010 - PMS

PROCESSO LICITATORIO Nº. 124/2010-PMS

OBJETO: Contratação de empresa especializada para execução (com fornecimento de mão de obra, materiais e equipamentos necessários) de Pavimentação Asfáltica das Ruas Leopoldo Fiedler, perfazendo a área total de 5.385,26m² e Guilherme Zerbin, perfazendo a área total de 3.960,75m², localizadas no Centro, do Município de Schroeder/SC, de acordo com projetos, memoriais descritivos, planilhas de quantitativos e demais anexos que fazem parte integrante deste instrumento convocatório e conforme Contrato de Repasse nº. 0303.164-83/2009, com o Ministério das Cidades.

Recebimento dos Envelopes e Credenciamento até: 09 de agosto de 2010 às 08h45min.

Abertura do Processo: 09 de agosto de 2010 às 09h.

Local: Setor de Licitações da Prefeitura de Schroeder/SC.

A íntegra do Edital, bem como maiores informações poderão ser obtidas no site da Prefeitura Municipal (www.schroeder.sc.gov.br) ou junto ao setor de licitações de segunda a sexta - feira das 07h30min às 12h e das 13h30min às 17h. Fone/fax (0xx47)3374-



1191 ou pelo e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br.

Schroeder, 23 de julho de 2010.

FELIPE VOIGT

Prefeito Municipal

Aviso de pregão presencial registro de preços No 59/2010 - PMS

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SCHROEDER

Rua Marechal Castelo Branco, 3201.

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-1191

89275-000 - SCHROEDER/ SC

e-mail:licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS No 59/2010 - PMS

PROCESSO Nº. 125/2010-PMS

TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

OBJETO: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição pneus, câmaras e protetores para suprir as necessidades da Secretaria de Obras e Serviços Urbanos da Prefeitura de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses.

Recebimento dos Envelopes e Credenciamento até: 05 de agosto de 2010 às 08h45min.

Abertura do Processo: 05 de agosto de 2010 às 09h

Local: Setor de Licitações da Prefeitura de Schroeder/SC.

A íntegra do Edital, bem como maiores informações poderão ser obtidas no Site da Prefeitura Municipal (www.schroeder.sc.gov.br) ou junto ao setor de licitações de segunda a sexta - feira das 07h30min às 12h e das 13h30min às 17h.

Fone/fax (0xx47)3374-1191 ou pelo e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br

Schroeder, 23 de julho de 2010.

FELIPE VOIGT

Prefeito Municipal

Edital de Praça nº 04 /2010 - Rua Marechal Castelo Branco - Trecho III

EDITAL DE PRAÇA Nº. 04/2010

O MUNICÍPIO DE SCHROEDER, Estado de Santa Catarina, representado por seu Prefeito, Senhor Felipe Voigt, em conformidade com o disposto na Lei Complementar nº. 001/95, Código Tributário Municipal de Schroeder e demais legislações pertinentes, através do presente edital, torna público, e notifica os senhores proprietários, que executa o lançamento legal da Contribuição de Melhoria, referente a Pavimentação Asfáltica da Rua Marechal Castelo Branco, entre o Colégio Miguel Couto e o trevo de entrada no Município de Schroeder/SC, abrangendo uma extensão de 1.408,83metros, com a largura de 10metros, perfazendo uma área total de 15.896m², ficando assim determinado.

I – DELIMITAÇÕES DOS TRECHOS BENEFICIADOS:

Está sendo beneficiada a seguinte rua:

· Rua Marechal Castelo Branco, entre o Colégio Miguel Couto e o trevo de entrada no Município de Schroeder/SC, abrangendo uma extensão de 1.408,83metros, com a largura de 10metros, perfa-

zendo uma área total de 15.896m², no município de Schroeder/SC; conforme projeto, memorial descritivo e relação dos imóveis na tabela abaixo.

II - MEMORIAL DESCRITIVO PARA PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA DA RUA.

O presente memorial tem o objetivo de fornecer os elementos técnicos, especificações de serviços e outros documentos necessários à execução de serviços e obras de DRENAGEM, TERRAPLENAGEM, PAVIMENTAÇÃO, SINALIZAÇÃO VIÁRIA E OBRAS COMPLEMENTARES na RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, entre o trevo de entrada do município até o Colégio Miguel Couto.

CONSIDERAÇÕES

A empresa CONTRATADA vencedora da licitação deverá submeter-se à FISCALIZAÇÃO e aos projetos apresentados.

Os serviços deverão obedecer ao traçado, cotas, seções transversais, dimensões, tolerância e exigências de qualidade dos materiais indicados pela FISCALIZAÇÃO nos Projetos e nas Especificações de Serviços. Embora as medições, amostragem e ensaios possam ser considerados como evidência dessa observação, ficará a exclusivo critério da FISCALIZAÇÃO, julgar se os serviços e materiais apresentam desvio em relação ao projeto e às especificações de serviços. Sua decisão, quanto aos desvios permissíveis dos mesmos, deverá ser final.

A CONTRATADA será considerada responsável pelos danos por ela causados nos serviços.

A CONTRATADA deverá, durante todo o tempo, proporcionar supervisão adequada, mão-de-obra e equipamentos suficientes para executar os serviços até a sua conclusão, dentro do prazo requerido no contrato.

Todo o pessoal da CONTRATADA e ou das empresas subcontratadas deverá possuir habilitação e experiência para executar adequadamente os serviços que lhe forem atribuídos.

Qualquer encarregado, operário ou empregado da CONTRATADA ou de qualquer subcontratante que na opinião da FISCALIZAÇÃO não executar o seu trabalho de maneira correta e adequada, ou seja, desrespeitoso, temperamental, desordenado ou indesejável por outros motivos deverá, mediante solicitação por escrito da FISCALIZAÇÃO, ser afastado imediatamente pela CONTRATADA.

A CONTRATADA deverá fornecer equipamentos do tipo, tamanho e quantidade que venham a ser necessários para executar satisfatoriamente os serviços. Todos os equipamentos usados deverão ser adequados de modo a atender as exigências dos serviços e produzir qualidade e quantidade satisfatória dos mesmos. A FISCALIZAÇÃO poderá ordenar a remoção e exigir a substituição de qualquer equipamento não satisfatório.

Todos os materiais utilizados devem estar de acordo com as especificações. Caso a FISCALIZAÇÃO julgue necessário, poderá solicitar da CONTRATADA a apresentação de informações, por escrito, dos locais de origem dos materiais acompanhados, quando necessário, dos ensaios de laboratório.

A CONTRATADA deverá efetuar todos os controles necessários para assegurar que as qualidades dos materiais empregados estão de conformidade com as especificações. Os ensaios e verificação a seu cargo serão executados pelo laboratório designado pela CONTRATADA ou, quando necessário e justificado, pelo laboratório designado pela FISCALIZAÇÃO.

SEGURANÇA E CONVENIÊNCIA PÚBLICA

A CONTRATADA deverá durante a obra tomar o necessário cuidado em todas as operações de uso de equipamentos para proteger o público e para facilitar o tráfego. Nos locais onde os projetos exigirem que qualquer base, revestimento ou pavimento sejam construídos, deverão ser feitos numa faixa de cada vez e a faixa que não estiver sendo utilizada pelas obras deverá ser aberta ao tráfego público, sob controle e direção única alternadamente, visando tão somente facilitar o tráfego.

Se a CONTRATADA julgar conveniente poderá, com a prévia apro-



vação da FISCALIZAÇÃO, e sem remuneração extra, utilizar e conservar variantes para desviar o tráfego do local das obras e serviço. Deverá, ainda, conservar em perfeitas condições de segurança, pontes provisórias de desvios, acessos provisórios, cruzamentos com ferrovias ou outras vias, etc.

Quando a FISCALIZAÇÃO exigir, a CONTRATADA deverá fornecer sinalizadores, a fim de possibilitar passagem do tráfego, sob os controles de direção única. Essa exigência também não gerará nenhum tipo de remuneração extra.

Só será permitida a circulação de qualquer equipamento carregado durante o tempo de realização das obras, com no máximo 25 toneladas brutas. Passagens isoladas de equipamentos, com peso superior ao permitido, só serão autorizadas com a prévia anuência da FISCALIZAÇÃO.

Não será permitido o derramamento de materiais resultantes de operação de transporte ao longo das vias públicas. Acontecendo tal infração, os mesmos deverão ser imediatamente removidos pela e as expensas da CONTRATADA.

As operações de construção e ou serviço deverão ser executadas de tal forma que causem o mínimo possível de transtornos e incômodo às propriedades vizinhas as obras ou serviços.

A CONTRATADA deverá prontamente instalar e manter as barreiras necessárias, sinais vermelhos, sinais de alerta e perigo, sinalização de desvios e outros, em número suficiente, bem como tomar todas as demais precauções necessárias para a proteção do seu trabalho e segurança do público. Toda sinalização deverá rigorosamente seguir os padrões da legislação vigente e o seu pagamento não será feito diretamente, mas sim através da inclusão de seus custos nos preços propostos para os itens de serviços do contrato.

A sinalização poderá compor-se de:

1. Placas informativas ou indicativas (60 x 80 cm, 80 cm x 80 cm, 150 x 80 cm, 30 cm x 150 cm) executadas sobre painel metálico, plástico ou de madeira, com fundo na cor amarela com letras e sinais refletivos.
2. Cavaletes de madeira pintados com fundo amarelo e letras e faixas na cor preta;
3. Guias ("gelo baiano") de concreto pintados na cor amarelo;
4. Cones refletivos de plástico
5. Cones refletivos de plástico com sinalizador (tipo giroflex) alimentado por bateria;
6. Faixas plásticas delimitadoras na cor amarela, letras e símbolos na cor preta. Largura mínima da faixa = 10 cm.
7. Todos os materiais devem satisfazer às especificações aprovadas pela PMS.

Na eventualidade do uso de explosivo para a execução dos trabalhos, os cuidados deverão ser redobrados, afim de não pôr em perigo vidas ou propriedades, e a responsabilidade por quaisquer danos de inteira responsabilidade da CONTRATADA, desta forma, previamente deverá fornecer e implantar sinais especiais para aviso ao público das operações de explosão. Essa sinalização especial também não gerará qualquer tipo de remuneração extra, e, portanto deverá estar inclusa nos preços propostos para os itens de serviços do contrato.

Todos os explosivos deverão ser armazenados de maneira segura, recebendo em todos os locais de armazenamento o letreiro "Perigo Explosivo". Os locais de armazenamento deverão ficar localizados sempre numa distância superior a 350m da via pública, prédios ou áreas de acampamento.

A CONTRATADA será responsável pela proteção de toda propriedade pública e privada, linhas de transmissão de energia elétrica, telefones, redes de água, TV a cabo e outros serviços, ao longo ou adjacentes ao trecho em serviços ou obras. O ônus será exclusivo da CONTRATADA.

MANEJO AMBIENTAL

Quando houver excesso de material de cortes e for impossível incorporá-los ao corpo dos aterros, serão constituídos bota-foras, devidamente compactados e os taludes deverão ter inclinação su-

ficiente para evitar escorregamentos.

Os bota-foras deverão ser executados de forma a evitar que o escoamento das águas pluviais possam carrear o material depositado, causando assoreamentos.

Deverá ser feito revestimento vegetal dos bota-foras, inclusive os de 3ª categoria, após conformação final, a fim de incorporá-los à paisagem local.

O trânsito dos equipamentos e veículos de serviço fora das áreas de trabalho deverá ser evitado tanto quanto possível, principalmente onde houver alguma área com relevante interesse paisagístico ou ecológico.

O revestimento vegetal dos taludes, quando previsto, deverá ser executado imediatamente após o corte.

É proibido o tráfego desordenado dos equipamentos fora do corpo estradal, para evitar danos desnecessários à vegetação e interferências na drenagem natural.

As áreas destinadas ao estacionamento e aos serviços de manutenção dos equipamentos devem ser localizadas de forma que, resíduos de lubrificantes e/ou combustíveis, não sejam levados até cursos d'água.

RESPONSABILIDADE PELOS SERVIÇOS E OBRAS

A FISCALIZAÇÃO deverá decidir as questões que venham surgir quanto à qualidade e aceitabilidade dos materiais usados na obra/serviço, do andamento, da interpretação dos projetos e especificações e ao cumprimento satisfatório das cláusulas do Contrato. É vedado o início de qualquer operação de relevância sem o consentimento por escrito da FISCALIZAÇÃO ou sem a notificação por escrito da empresa CONTRATADA, apresentada com antecedência suficiente para que a FISCALIZAÇÃO tome as providências de inspeção antes do início das operações. Os serviços/obras iniciados sem a observância destas exigências poderão ser rejeitados pela FISCALIZAÇÃO.

A FISCALIZAÇÃO terá livre acesso aos trabalhos durante a execução do serviço/obra, e deverá ter todas as facilidades razoáveis para poder determinar se os materiais e mão de obra empregada são compatíveis com as especificações.

A inspeção dos serviços/obra não isentará a CONTRATADA de quaisquer das suas obrigações prescritas no Contrato.

Até que a FISCALIZAÇÃO não seja notificada por escrito sobre a aceitação e entrega final dos serviços/obras, a CONTRATADA será responsável pela conservação dos mesmos e deverá tomar as precauções contra prejuízos ou danos que possam ser causados por qualquer tipo de ação proposital, e os danos deverão reparados ou restaurados pela CONTRATADA, exceto os involuntários ou imprevisíveis fora de controle humano.

A empresa CONTRATADA só poderá usar materiais previamente aprovados pela FISCALIZAÇÃO e não deverá executar qualquer serviço/obra antes que as cotas e alinhamentos tenham sido satisfatoriamente estabelecidos.

Os serviços/obras executados com materiais fora das especificações/normas/projetos deverão ser removidos, substituídos ou reparados, obedecendo às instruções e a maneira que a FISCALIZAÇÃO determinar, tudo por conta da CONTRATADA.

A CONTRATADA não deverá realizar qualquer serviço/obra de remoção, desvio ou reconstrução de serviços de utilidade pública, antes de consultar a FISCALIZAÇÃO, companhias de serviços públicos, autoridades e proprietários, a fim de determinar a sua localização exata. A CONTRATADA deverá notificar por escrito as entidades acima mencionadas, da natureza de qualquer serviço que possa afetar suas instalações, serviços ou propriedades.

Quando o desvio ou substituição dos serviços de utilidade pública não for essencial para prosseguimento dos serviços/obras como projetados, mas for feita por única conveniência da CONTRATADA, a mesma responderá por todos os custos incidentes no desvio ou substituição. Quando relocação ou substituição dos serviços de utilidade pública for essencial para o prosseguimento dos serviços/obras como projetado, a PMS ou a Companhia de Serviços Públicos, responderá pelos custos decorrentes da substituição.

Antes do recebimento final dos serviços a via urbana deverá ser limpa. Todas as obras de arte, valetas, dispositivos de drenagem superficial, deverão ser limpos e conservados de quaisquer depósitos resultantes do serviço até que a inspeção final tenha sido feita.

ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

SERVIÇOS PRELIMINARES

PLACA DA OBRA

OBJETIVO

Identificar de maneira clara e objetiva as obras.

MATERIAIS

SUPORTE

Chapas planas com material resistente as intempéries; ou,
Chapas metálicas galvanizadas.

PINTURA

Tinta a óleo, ou;

Tinta esmalte.

EXECUÇÃO

A placa possuirá tamanho mínimo de 2,0m x 1,0m, sendo que o seu conteúdo, padrão de cores e tamanhos das letras ou símbolos deverão seguir as especificações apresentadas oportunamente pela PMS.

PADRÃO GERAL DAS PLACAS DE OBRAS

As placas devem ter sempre o formato retangular na proporção de 2 para 1.

A largura será dividida em 2 partes iguais, e a altura em 5 partes iguais

(conforme ilustração abaixo).

O tamanho/medidas não poderão ser inferiores às das outras diferentes placas

presentes na obra, respeitadas, no mínimo, as dimensões de 2,00m X 1,00m.

As placas deverão ser fixadas pela CONTRATADA em local visível a ser indicado pela FISCALIZAÇÃO, preferencialmente nos acessos principais ou voltadas para a via que forneça melhor visualização das mesmas.

As placas deverão ser mantidas em bom estado de conservação, inclusive quanto à integridade dos padrões de cores, durante todo o período de execução das obras, substituindo-as ou recuperando-as quando verificado o seu desgaste ou precariedade, ou ainda por solicitação da FISCALIZAÇÃO.

CRITÉRIO DE MEDIÇÃO

Será medida na quantidade de placas instaladas na obra.

PAGAMENTO

Será pago após a medição do serviço executado.

O preço unitário remunera os custos de todas as operações e encargos para a execução do fornecimento e instalação da placa de obra.

DRENAGEM

OBJETIVO

Nivelar as caixas de captação pluvial com grelhas de ferro fundido, e poço de visita com tampa em concreto, já existentes.

MATERIAIS

Deverão ser utilizados tijolos maciços assentados com argamassa de cimento e areia, até o ponto de nivelamento das caixas com o pavimento.

EXECUÇÃO

Nivelar as caixas de captação pluvial e poço de visita, existentes.

CRITÉRIO DE MEDIÇÃO

Será medida na quantidade de caixas de captação pluvial e poço de visita, nivelados na obra.

PAGAMENTO

Será pago após a medição do serviço executado.

O preço unitário remunera os custos de todas as operações e encargos para a execução do nivelamento das caixas de captação

pluvial e poço de visita.

BASE ESTABILIZADA GRANULOMETRICAMENTE NOS EMBOQUES OBJETIVO

Esta especificação se aplica à execução de bases granulares, constituídas de camadas de solos, misturas de solos, misturas de solo e materiais britados, ou produtos totais de britagem.

As bases constituídas de solo e material britado são comumente designadas de "solo-brita", e as constituídas exclusivamente de produto de britagem, bases de brita granulada.

MATERIAIS

A base será executada com materiais que preencham os seguintes requisitos:

Deverão possuir composição granulométrica enquadrada em uma das faixas do quadro abaixo

P E N E I R A S		F A I X A			
	Mm	A	B	C	D
2"	50,8	100	100	-	-
1"	25,4	-	-	100	100
3/8"	9,5	30 - 65	40 - 75	50 - 85	60 - 100
Nº 4	4,8	25 - 55	30 - 60	35 - 65	50 - 85
Nº 10	2,0	15 - 40	20 - 45	25 - 50	40 - 70
Nº 40	0,42	8 - 20	15 - 30	15 - 30	25 - 45
Nº 200	0,074	15 - 40	2 - 8	5 - 15	5 - 20

a fração que passa na peneira Nº 40 deverá apresentar limite de liquidez inferior ou igual a 25% e índice de plasticidade inferior ou igual a 6%; quando esses limites forem ultrapassados, o equivalente de areia deverá ser maior que 30%;

a porcentagem do material que passa na peneira nº 200 não deve ultrapassar 2/3 da porcentagem que passa na peneira Nº 40;

o índice de suporte Califórnia não deverá ser inferior a 60% e a expansão máxima será de 0,5%, determinadas segundo o método do DNER-ME 49-64 e com a energia do método DNER-ME 48-64.

O limite de liquidez deverá ser inferior ou igual a 35% e o índice de plasticidade inferior a 10%.

Deverão ser obedecidas todas as demais características exigidas para a base.

Para qualquer tráfego, a fração retida na peneira n.º 10 constituída de pedregulho laterítico, deverá apresentar no ensaio Los Angeles um desgaste máximo de 65%.

Para os fins desta especificação, entende-se como solo laterítico o solo cuja a fração coloidal (abaixo de 2 micra) apresenta relação molecular sílica/sesquióxidos menor que 2 e, em conjunto, as seguintes características : presença apreciável de sesquióxidos de ferro, tendência para o concrecionamento e endurecimento sob exposição ao sol, baixa expansibilidade e fraco teor de matéria orgânica.

EQUIPAMENTO

São indicados os seguintes tipos de equipamento para execução da base :

motoniveladora pesada, com escarificador;

carro-tanque distribuidor de água;

rolos compactadores tipos pé-de-carneiro, liso-vibratório e pneumático;

grade de discos;

pulvi-misturador

central de mistura.

Além desses, poderão ser usados outros equipamentos aceitos pela Fiscalização.

EXECUÇÃO

Compreende as operações de espalhamento, mistura e pulverização, umedecimento ou secagem, compactação e acabamento dos materiais importados, realizadas na pista, devidamente preparada na largura desejada, nas quantidades que permitam, após a com-

pactação, atingir a espessura projetada.

Os materiais de base serão explorados, preparados e espalhados de acordo com Especificações Complementares.

Quando houver necessidade de executar camadas de base com espessura final superior a 20 cm, estas serão subdivididas em camadas parciais, nenhuma delas excedendo a espessura de 20 cm. A espessura mínima de qualquer camada de base será de 10 cm, após a compactação.

O grau de compactação deverá ser, no mínimo, 100%, em relação à massa específica aparente, seca, máxima, obtida no ensaio DNER-ME 48-64, e o teor de umidade deverá ser a umidade ótima do ensaio citado $\pm 2\%$.

CONTROLE

CONTROLE GEOMÉTRICO

Após a execução do reforço do subleito, proceder-se-á à relocação e ao nivelamento do eixo e dos bordos, permitindo-se as seguintes tolerâncias :

± 10 cm, quanto à largura da plataforma;

até 20%, em excesso, para a flecha de abaulamento, não se tolerando falta. Na verificação do desempenho longitudinal da superfície não se tolerarão flechas maiores que 1,5 cm, quando determinadas por meio de régua de 3,00 m.

Não deve ser menor do que a espessura do projeto menos 1 cm.

Na determinação de X serão utilizados pelo menos 9 valores de espessuras individuais X, obtidas por nivelamento do eixo e bordos, de 20 em 20 m, antes e depois das operações de espalhamento e compactação.

Não se tolerará nenhum valor individual de espessura fora do intervalo de ± 2 cm, em relação à espessura do projeto.

No caso de se aceitar, dentro das tolerâncias estabelecidas, uma camada de base com espessura média inferior à de projeto, o revestimento será aumentado de uma espessura estruturalmente equivalente à diferença encontrada.

No caso da aceitação de camada de base, dentro das tolerâncias, com espessura média superior à do projeto, a diferença não será deduzida da espessura do revestimento.

MEDIÇÃO

A camada de base será medida por metro cúbico de material compactado, na pista, e segundo a seção transversal do projeto.

PAGAMENTO

O pagamento será realizado após a medição do serviço executado.

O preço unitário remunera os custos de todas as operações e encargos para a execução dos serviços acima.

IMPRIMAÇÃO

OBJETIVO

Esta especificação se aplica à execução da imprimação com material betuminoso.

Consiste a imprimação na aplicação de uma camada de material betuminoso sobre a superfície de uma base concluída, antes da execução de um revestimento betuminoso qualquer, objetivando : aumentar a coesão da superfície da base, pela penetração do material betuminoso empregado; promover condições de aderência entre a base e o revestimento; impermeabilizar a base.

MATERIAIS

Deve ser empregado asfalto diluído tipo CM-30.

A taxa de aplicação é aquela que pode ser absorvida pela base em 24 horas, devendo ser determinada experimentalmente, no canteiro da obra. A taxa de aplicação varia de 0,8 a 1,6 l/m², conforme o tipo e textura da base do material betuminoso escolhido.

EQUIPAMENTO

Todo equipamento, antes do início da execução da obra, deverá ser examinado pela FISCALIZAÇÃO, devendo estar de acordo com esta especificação, sem o que não será dada a ordem para o início do serviço.

Para a varredura da superfície da base, usam-se, de preferência, vassouras mecânicas rotativas, podendo entretanto, ser manual esta operação. O jato de ar comprimido poderá, também ser

usado.

A distribuição do ligante deve ser feita por carros equipados com bomba reguladora de pressão e sistema completo de aquecimento, que permitam a aplicação do material betuminoso em quantidade uniforme.

As barras de distribuição devem ser do tipo de circulação plena, com dispositivo que possibilite ajustamentos verticais e larguras variáveis de espalhamento do ligante.

Os carros distribuidores devem dispor de tacômetro, calibradores e termômetros, em locais de fácil observação e, ainda, de um espargidor manual, para tratamento de pequenas superfícies e correções localizadas.

O depósito de material betuminoso, quando necessário, deve ser equipado com dispositivo que permita o aquecimento adequado e uniforme do conteúdo do recipiente. O depósito deve ter uma capacidade tal que possa armazenar a quantidade de material betuminoso a ser aplicado em, pelo menos, um dia de trabalho.

EXECUÇÃO

Após a perfeita conformação geométrica da base, procede-se à varredura da sua superfície, de modo a eliminar o pó e o material solto existentes.

Aplica-se, a seguir, o material betuminoso adequado, na temperatura compatível com o seu tipo, na quantidade certa e de maneira mais uniforme. O material betuminoso não deve ser distribuído quando a temperatura ambiente estiver abaixo de 10°C, ou em dias de chuva, ou, quando estiver iminente. A temperatura de aplicação do material betuminoso deve ser fixada para cada tipo de ligante, em função da relação temperatura-viscosidade. Deve ser escolhida a temperatura que proporcione a melhor viscosidade para espalhamento. As faixas de viscosidade recomendadas para espalhamento são de 20 a 60 segundos. Saybolt-Furol, para asfaltos diluídos, e de 6 a 20 graus, Engler, para alcatrões.

Deve-se imprimir a pista inteira em um mesmo turno de trabalho e deixa-la, sempre que possível, fechada ao trânsito. Quando isto não for possível, trabalhar-se-á em meia pista, fazendo a imprimação da adjacente, assim que a primeira for permitida a sua abertura ao trânsito. O tempo de exposição da base imprimida ao trânsito será condicionado pelo comportamento da primeira, não devendo ultrapassar a 30 dias.

A fim de evitar a superposição, ou excesso, nos pontos inicial e final das aplicações, devem-se colocar faixas de papel transversalmente, na pista, de modo que o início e o término da aplicação do material betuminoso situem-se sobre essas faixas, as quais serão, a seguir, retiradas. Qualquer falha na aplicação do material betuminoso deve ser, imediatamente, corrigida. Na ocasião da aplicação do material betuminoso, a base deve se encontrar levemente úmida.

MEDIÇÃO

A imprimação será medida através da área executada, em metros quadrados.

PAGAMENTO

O pagamento será realizado após a medição do serviço executado.

O preço unitário remunera os custos de todas as operações e encargos para a execução dos serviços acima.

PINTURA DE LIGAÇÃO

OBJETIVO

Consiste a pintura de ligação na aplicação de uma camada de material betuminoso sobre a superfície de uma base ou de um pavimento, antes da execução de um revestimento betuminoso qualquer, objetivando promover a aderência entre este revestimento e a camada subjacente.

MATERIAIS

Todos os materiais devem satisfazer às especificações aprovadas pelo DNER. Deve ser empregado o seguinte material betuminoso: emulsões asfálticas, tipos RR-1, RR-2, RR-1C e RR-2C

A taxa de aplicação será função do tipo de material betuminoso empregado, devendo-se situar-se em torno de 0,5 l/m².

EQUIPAMENTO



Todo equipamento, antes do início da execução da obra, deverá ser examinado pela Fiscalização, devendo estar de acordo com esta Especificação, sem o que não será dada a ordem para o início do serviço.

Para a varredura da superfície da base, usam-se, de preferência, vassouras mecânicas rotativas, podendo entretanto, ser manual esta operação. O jato de ar comprimido poderá, também ser usado.

A distribuição do ligante deve ser feita por carros equipados com bomba reguladora de pressão e sistema completo de aquecimento, que permitam a aplicação do material betuminoso em quantidade uniforme.

As barras de distribuição devem ser do tipo de circulação plena, com dispositivo que possibilite ajustamentos verticais e larguras variáveis de espalhamento do ligante.

Os carros distribuidores devem dispor de tacômetro, calibradores e termômetros, em locais de fácil observação e, ainda, de um espargidor manual, para tratamento de pequenas superfícies e correções localizadas.

O depósito de material betuminoso, quando necessário, deve ser equipado com dispositivo que permita o aquecimento adequado e uniforme do conteúdo do recipiente. O depósito deve ter uma capacidade tal que possa armazenar a quantidade de material betuminoso a ser aplicado em, pelo menos, um dia de trabalho.

EXECUÇÃO

Após a perfeita conformação geométrica da camada que irá receber a pintura de ligação, procede-se à varredura da sua superfície, de modo a eliminar o pó e o material solto existente.

Aplica-se, a seguir, o material betuminoso adequado, na temperatura compatível com o seu tipo, na quantidade certa e de maneira mais uniforme. O material betuminoso não deve ser distribuído quando a temperatura ambiente estiver abaixo de 10°C, ou em dias de chuva, ou, quando estiver iminente. A temperatura de aplicação do material betuminoso deve ser fixada para cada tipo de ligante, em função da relação temperatura-viscosidade. Deve ser escolhida a temperatura que proporcione a melhor viscosidade para espalhamento. As faixas de viscosidade recomendadas para espalhamento são as seguintes :

para emulsões asfálticas : 25 a 100 segundos, Saybolt-Furol.

Deve-se executar a pintura de ligação na pista inteira em um mesmo turno de trabalho e deixá-la, sempre que possível, fechada ao trânsito. Quando isto não for possível, trabalhar-se-á em meia pista, fazendo a pintura de ligação da adjacente, logo que a pintura permita sua abertura ao trânsito.

Afim de evitar a superposição, ou excesso, nos pontos inicial e final das aplicações, devem-se colocar faixas de papel transversalmente, na pista, de modo que o início e o término da aplicação do material betuminoso situem-se sobre essas faixas, as quais serão, a seguir, retiradas. Qualquer falha na aplicação do material betuminoso deve ser, imediatamente, corrigida.

Antes da aplicação do material betuminoso, no caso de bases de solo-cimento ou concreto magro, a superfície da base deve ser irrigada, afim de saturar os vazios existentes, não se admitindo excesso de água sobre a superfície. Essa operação não é aplicável quando se empregam materiais betuminosos, com temperaturas de aplicação superior a 100°C.

CONTROLE

Quantidade de material consumido.

MEDIÇÃO

A pintura de ligação será medida através da área executada, em metros quadrados.

PAGAMENTO

O pagamento será realizado após a medição do serviço executado.

O preço unitário remunera os custos de todas as operações e encargos para a execução dos serviços acima.

CONCRETO BETUMINOSO – FAIXA “C”

UTILIZAR ESPESSURAS DE 2,5 CM PARA ACOSTAMENTOS, 5,0 CM PARA PISTAS DOS EMBOQUES E 8,0 CM PARA PAVIMENTAÇÃO SOBRE PARALELEPÍPEDOS, SENDO 4,0 CM DE CAMADA ABERTA, COM AREGADOS MAIORES E 4,0 CM COM CAMADA FECHADA COM AREGADOS CONFORME DESCRITO A SEGUIR.

OBJETIVO

Estabelecer a sistemática a ser empregada na fabricação e execução de misturas betuminosas para a construção de camadas do pavimento de acordo com os alinhamentos, greide e seção transversal de projeto.

Para os efeitos desta Norma é adotada a definição seguinte:

Concreto betuminoso - mistura executada em usina apropriada, com características específicas composta de agregado mineral graduado, material de enchimento (filer) e ligante betuminoso espalhado e comprimido à quente.

MATERIAL

Os materiais constituintes de concreto betuminoso são agregados graúdo, agregado miúdo, material de enchimento filer e ligante betuminoso.

LIGANTE BETUMINOSO

Podem ser empregados os seguintes ligantes betuminosos:

cimento asfáltico de petróleo, CAP-30/45, CAP-50/60, CAP-85/100, CAP-150/200 (classificação por penetração), CAP-7, CAP-20 e CAP-40 (classificação por viscosidade);

AGREGADO GRAÚDO

O agregado graúdo pode ser pedra, escória, seixo rolado, ou outro material indicado nas Especificações Complementares. O agregado graúdo deve se constituir de fragmentos são, duráveis, livres de torrões de argila, e substâncias nocivas e apresentar as características seguintes:

desgaste Los Angeles igual ou inferior a 40% (DNER-ME 035); admitindo-se agregados com valores maiores, no caso de terem apresentado desempenho satisfatório em utilização anterior;

índice de forma superior a 0,5 (DNER-ME 086);

durabilidade, perda inferior a 12% (DNER-ME 89);

AGREGADO MIÚDO

O agregado miúdo pode ser areia, pó-de-pedra ou mistura de ambos. Suas partículas individuais deverão ser resistentes, apresentar moderada angulosidade, estando livres de torrões de argila e de substâncias nocivas. Deverá apresentar equivalente de areia igual ou superior a 55%. (DNER-ME 054).

MATERIAL DE ENCHIMENTO (FILER)

Deve ser constituído por materiais minerais finamente divididos, tais como cimento Portland, cal extinta, pós calcários, cinza volante, etc., e que atendam a seguinte granulometria (DNER-ME 083):

Peneira	% mínima, passando
Nº 40	100
Nº 80	95
Nº 200	65

Quando da aplicação deverá estar seco e isento de grumos.

MELHORADOR DE ADESIVIDADE

Não havendo boa adesividade entre o ligante betuminoso e os agregados (DNER-ME 078, DNER-ME 079), poderá ser empregado melhorador de adesividade na quantidade fixada no projeto.

COMPOSIÇÃO DA MISTURA

A composição de concreto betuminoso deve satisfazer os requisitos do quadro seguinte com as respectivas tolerâncias no que diz respeito a granulometria e aos percentuais do ligante betuminoso.

Peneira de malha quadrada		% passando, em peso das faixas			
Discriminação	Abertura (mm)	A	B	C	Tolerâncias fixas de projeto



2"	50,8	100	-	-	-
1 1/2"	38,1	95-100	100	-	± 7%
1"	25,4	75-100	95-100	-	± 7%
3/4"	19,1	60-90	80-100	100	± 7%
1/2"	12,7	-	-	85-100	± 7%
3/8"	9,5	35-65	45-80	75-100	± 7%
Nº 4	4,8	25-50	28-60	50-85	± 5%
Nº 10	2,0	20-40	20-45	30-75	± 5%
Nº 40	0,42	10-30	10-32	15-40	± 5%
Nº 80	0,18	5-20	8-20	8-30	± 2%
Nº 200	0,074	1-8	3-8	5-10	± 2%
Betume solúvel no CS2 (+) %		4,0 - 7,0	4,5 - 7,5	4,5 - 9,0	± 0,3%
		Camada de ligação	Camada de ligação e rolamento	Camadas de rola- mento	

A faixa usada deve ser aquela, cujo diâmetro máximo é igual ou inferior a 2/3 da espessura da camada de revestimento.

Na escolha da curva granulométrica, para camada de rolamento, deverá ser considerada a segurança do usuário,

As porcentagens de betume se referem a mistura de agregados, considerada como 100%. Para todos os tipos, a fração retida entre duas peneiras consecutivas não deverá ser inferior a 4% do total. deverá ser adotado o Ensaio Marshall (DNER-ME 043) para verificação das condições de vazios, estabilidade e fluência da mistura betuminosa, segundo os valores seguintes:

Discriminação	Camada de rolamento	Camada de ligação (Binder)
Porcentagem de vazios	3 a 5	4 a 6
Relação betume/vazios	75-82	65-72
Estabilidade, mínima	350 kgf (75 golpes)	350 kgf (75 golpes)
Fluência	250 kgf (50 golpes)	250 kgf (50 golpes)
	2,0 - 4,5	2,0 - 4,5

as Especificações Complementares fixarão a energia de compactação;

as misturas devem atender as especificações da relação betume/vazios ou aos mínimos de vazios do agregado mineral, dados pela linha inclinada do seguinte ábaco:

EQUIPAMENTO

Todo equipamento, antes do início da execução da obra, deverá ser examinado, devendo estar de acordo com esta especificação. Os equipamentos requeridos são os seguintes:

DEPÓSITO PARA LIGANTE BETUMINOSO

Os depósitos para o ligante betuminoso deverão possuir dispositivos capazes de aquecer o ligante nas temperaturas fixadas nesta Especificação. Estes dispositivos também deverão evitar qualquer superaquecimento localizado. Deverá ser instalado um sistema de recirculação para o ligante betuminoso, de modo a garantir a circulação, desembaraçada e contínua, do depósito ao misturador, durante todo o período de operação. A capacidade dos depósitos deverá ser suficiente para, no mínimo, três dias de serviço.

DEPÓSITO PARA AGREGADOS

Os silos deverão ter capacidade total de, no mínimo, três vezes a capacidade do misturador e serão divididos em compartimentos, dispostos de modo a separar e estocar, adequadamente, as frações apropriadas do agregado. Cada compartimento deverá possuir dispositivos adequados de descarga. Haverá um silo adequado para o filer, conjugado com dispositivos para a sua dosagem.

USINA PARA MISTURAS BETUMINOSAS

A usina deverá estar equipada com uma unidade classificadora de agregados, após o secador, dispor de misturador capaz de produ-

zir uma mistura uniforme. Um termômetro, com proteção metálica e escala de 90° a 210 °C (precisão ± 1 °C), deverá ser fixado no dosador de ligante ou na linha de alimentação do asfalto, em local adequado, próximo a descarga do misturador. A usina deverá ser equipada além disto, com pirômetro elétrico, ou outros instrumentos termométricos aprovados, colocados na descarga do secador, com dispositivos para registrar a temperatura dos agregados, com precisão de ± 5 °C.

Poderá, também, ser utilizada uma usina do tipo tambor/secador/misturador, provida de coletor de pó, alimentador de filer sistema de descarga da mistura betuminosa com comporta, ou alternativamente, em silos de estocagem. A usina deverá possuir silos de agregados múltiplos, com pesagem dinâmica (precisão de ± 5 %) e assegurar a homogeneidade das granulometrias dos diferentes agregados.

CAMINHÕES PARA TRANSPORTE DA MISTURA

Os caminhões, tipo basculante, para o transporte do concreto betuminoso, deverão ter caçambas metálicas robustas, limpas e lisas, ligeiramente lubrificadas com água e sabão, óleo cru fino, óleo parafrínico, ou solução de cal, de modo a evitar a aderência da mistura às chapas. A utilização de produtos susceptíveis de dissolver o ligante betuminoso (óleo diesel, gasolina, etc) não serão permitidos.

EQUIPAMENTO PARA ESPALHAMENTO

O equipamento para espalhamento e acabamento deverá ser constituído de pavimentadoras automotrizes, capazes de espalhar e conformar a mistura no alinhamento, cotas e abaulamento requeridos. As acabadoras deverão ser equipadas com parafusos sem fim, para colocar a mistura exatamente nas faixas, e possuir dispositivos rápidos e eficientes de direção, além de marchas para a frente e para trás. As acabadoras deverão ser equipadas com alisadores e dispositivos para aquecimento, à temperatura requerida, para a colocação da mistura sem irregularidade.

EQUIPAMENTO PARA A COMPRESSÃO

O equipamento para a compressão será constituído por rolo pneumático e rolo metálico liso, tipo tandem ou rolo vibratório. Os rolos pneumáticos, autopropulsores, devem ser dotados de dispositivos que permitam a calibragem de variação da pressão dos pneus de 2,5kgf/cm² a 8,4kgf/cm² (35 a 120 psi).

O equipamento em operação deve ser suficiente para comprimir a mistura à densidade requerida, enquanto esta se encontrar em condições de operacionalidade.

EXECUÇÃO

Sendo decorridos mais de sete dias entre a execução da imprimação e a do revestimento, ou no caso de ter havido trânsito sobre a superfície imprimada, ou, ainda ter sido a imprimação recoberta com areia, pó-de-pedra, etc., deverá ser feita uma pintura de ligação.

A temperatura de aplicação do cimento asfáltico deve ser determinada para cada tipo de ligante, em função da relação temperatura-viscosidade. A temperatura conveniente é aquela na qual o asfalto apresenta uma viscosidade situada dentro da faixa de 75 e 150 segundos, "Saybolt-Furol" (DNER-ME 004), indicando-se, preferencialmente, a viscosidade de 85 a 95 segundos. Entretanto, a temperatura do ligante não deve ser inferior a 107 °C e nem exceder a 177 °C.

A temperatura de aplicação do alcatrão será aquela na qual a viscosidade "Engler" (ASTM D 1665) situa-se em uma faixa de 25 ± 3 . A mistura, neste caso, não deve deixar a usina com temperatura superior a 106 °C.

Os agregados devem ser aquecidos a temperaturas de 10 °C a 15 °C, acima da temperatura do ligante betuminoso.

PRODUÇÃO DO CONCRETO BETUMINOSO

A produção do concreto betuminoso é efetuada em usinas apropriadas, conforme anteriormente especificado.

TRANSPORTE DO CONCRETO BETUMINOSO

O concreto betuminoso produzido deverá ser transportado, da usina ao ponto de aplicação, nos veículos basculantes especificados. Quando necessário, para que a mistura seja colocada na pista à



temperatura especificada, cada carregamento deverá ser coberto com lona ou outro material aceitável, com tamanho suficiente para proteger a mistura.

DISTRIBUIÇÃO E COMPRESSÃO DA MISTURA

A distribuição do concreto betuminoso deve ser feita por máquinas acabadoras.

Caso ocorram irregularidades na superfície da camada, estas deverão ser sanadas pela adição manual de concreto betuminoso, sendo esse espalhamento efetuado por meio de ancinhos e rodos metálicos.

Após a distribuição do concreto betuminoso, tem início a rolagem. Como norma geral, a temperatura de rolagem é a mais elevada que a mistura betuminosa possa suportar, temperatura essa fixada, experimentalmente, para cada caso.

A temperatura recomendável para a compressão da mistura é aquela na qual o ligante apresenta uma viscosidade, "Saybolt-Furol" (DNER-ME 004), de 140 ± 15 segundos, para o cimento asfáltico ou uma viscosidade específica, "Engler" (ASTM-D 1665), de 40 ± 5 , para o alcatrão.

Caso sejam empregados rolos de pneus, de pressão variável, inicia-se a rolagem com baixa pressão, a qual será aumentada à medida que a mistura vai sendo compactada, e, conseqüentemente, suportando pressões mais elevadas.

A compressão será iniciada pelos bordos, longitudinalmente, continuando em direção ao eixo da pista. Nas curvas, de acordo com a superelevação, a compressão deve começar sempre do ponto mais baixo para o mais alto. Cada passada do rolo deve ser recoberta na seguinte de, pelo menos, metade da largura rolada. Em qualquer caso, a operação de rolagem perdurará até o momento em que seja atingida a compactação especificada.

Durante a rolagem não serão permitidas mudanças de direção e inversões bruscas de marcha, nem estacionamento do equipamento sobre o revestimento recém-rolado. As rodas do rolo deverão ser umedecidas adequadamente, de modo a evitar a aderência da mistura.

ABERTURA AO TRÁFEGO

Os revestimentos recém-acabados deverão ser mantidos sem tráfego, até o seu completo resfriamento.

INSPEÇÃO

LIGANTE BETUMINOSO

O controle de qualidade do ligante betuminoso poderá constar de::

para cimento asfálticos:

01 ensaio de viscosidade absoluta a 60°C (ABNT MB-827) quando o asfalto for classificado por viscosidade ou 01 ensaio de penetração a 25° (DNER-ME 003) quando o asfalto for especificado por penetração para todo carregamento que chegar a obra;

01 ensaio de ponto de fulgor, para todo carregamento que chegar a obra (DNER-ME 148);

01 índice de susceptibilidade térmica para cada 100t determinado pelos ensaios DNER-ME 003 e ABNT NBR 6560;

01 ensaio de espuma, para todo carregamento que chegar à obra;

01 ensaio de viscosidade "Saybolt-Furol" (DNER-ME 004) para todo carregamento que chegar à obra

01 ensaio de viscosidade "Saybolt-Furol" (DNER-ME 004) a diferentes temperaturas para o estabelecimento da curva viscosidade x temperatura, para cada 100t.

AGREGADOS

O controle de qualidade dos agregados poderá constar de:

02 ensaios de granulometria do agregado, de cada silo quente, por jornada de 8 horas de trabalho (DNER-ME 083);

01 ensaio de desgaste Los Angeles, por mês, ou quando houver variação da natureza do material (DNER-ME 035);

01 ensaio de índice de fôrma, para cada 900m^3 (DNER-ME 086);

01 ensaio de equivalente de areia do agregado miúdo, por jornada de 8 horas de trabalho (DNER-ME 054);

01 ensaio de granulometria do material de enchimento (filer), por jornada de 8 horas de trabalho (DNER-ME 083).

CONTROLE DA EXECUÇÃO

O controle da execução será exercido através de coleta de amostras, ensaios e determinações feitas de maneira aleatória.

CONTROLE DA QUANTIDADE DE LIGANTE NA MISTURA

Devem ser efetuadas extrações de betume, de amostras coletadas na saída do misturador (DNER-ME 053). A porcentagem de ligante poderá variar, no máximo, $\pm 0,3\%$, da fixada no projeto.

CONTROLE DA GRADUAÇÃO DA MISTURA DE AGREGADOS

Será procedido o ensaio de granulometria (DNER-ME 083) da mistura dos agregados resultantes das extrações citadas no item anterior. A curva granulométrica deve manter-se contínua, enquadrando-se dentro das tolerâncias, especificadas no projeto.

CONTROLE DE TEMPERATURA

Serão efetuadas medidas de temperatura, durante a jornada de 8 horas de trabalho, em cada um dos itens abaixo discriminados:

do agregado, no silo quente da usina;

do ligante, na usina;

da mistura, no momento, da saída do misturador.

As temperaturas devem apresentar valores de $\pm 5^\circ\text{C}$ das temperaturas especificadas.

TEMPERATURA DE COMPRESSÃO

Deverão ser efetuadas medidas de temperatura durante o espalhamento da massa imediatamente, antes de iniciada a compressão.

Estas temperaturas deverão ser as indicadas para compressão, com uma tolerância de $\pm 5^\circ\text{C}$.

CONTROLE DO GRAU DE COMPRESSÃO

O controle do grau de compressão - GC da mistura betuminosa deverá ser feito, preferencialmente, medindo-se a densidade aparente de corpos-de-prova extraídos da mistura espalhada e comprimida na pista, por meio de brocas rotativas.

Poderão ser empregados outros métodos para determinação da densidade aparente na pista, desde que indicada no projeto.

Devem ser realizadas determinações em locais escolhidos aleatoriamente durante a jornada de trabalho, não sendo permitidos - GC inferiores a 97%.

O controle do grau de compressão poderá, também, ser feito medindo-se as densidades aparentes dos corpos-de-provas extraídos da pista e comparando-se com as densidades aparentes de corpos-de-prova moldados no local. As amostras para a moldagem destes corpos-de-prova deverão ser colhidas bem próximo ao local onde serão realizados os furos e antes da sua compactação.

O número de determinações das temperaturas de compressão do grau de compactação - GC é definido em função do risco de rejeição de um serviço de boa qualidade a ser assumido pelo Executante.

ESPESSURA DA CAMADA

Será medida a espessura por ocasião da extração dos corpos-de-prova na pista, ou pelo nivelamento, do eixo e dos bordos, antes e depois do espalhamento e compressão da mistura. Admiti-se a variação de $\pm 5\%$ em relação as espessuras de projeto.

ALINHAMENTOS

A verificação do eixo e bordos é feita durante os trabalhos de locação e nivelamento nas diversas seções correspondentes às estacas da locação. Poderá também ser a trena. Os desvios verificados não deverão exceder $\pm 5\text{cm}$.

ACABAMENTO DA SUPERFÍCIE

Durante a execução deverá ser feito em cada estaca da locação o controle de acabamento da superfície do revestimento, com o auxílio de duas réguas, uma de $3,00\text{m}$ e outra de $1,20\text{m}$, colocadas em ângulo reto e paralelamente ao eixo da estrada, respectivamente. A variação da superfície, entre dois pontos quaisquer de contato, não deve exceder a $0,5\text{cm}$, quando verificada com qualquer das réguas.

O acabamento da superfície deverá, ser verificado por "aparelhos medidores de irregularidade tipo resposta" devidamente calibrado (DNER-PRO 164 e DNER-PRO 182). Neste caso o acabamento ao Quociente de Irregularidade - QI deverá apresentar valor inferior a 35 contagens/km.

CONDIÇÕES DE SEGURANÇA



O revestimento acabado deverá apresentar VRD, Valor de Resistência a Derrapagem, superior a 55, medido com auxílio do Pêndulo Britânico SRT (Método HD 15/87 e HD 36/87 Bristish Standard), ou outros similares.

O projeto da mistura deverá ser verificado experimentalmente através de trecho experimental como extensão da ordem de 100m.

Poderá, também, ser empregado outro processo para avaliação da resistência à derrapagem, quando indicado no projeto. Os ensaios de controle da execução serão realizados para cada 200m de pista, em locais escolhidos de maneira aleatória.

CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO

Os serviços aceitos serão medidos de acordo com os critérios seguintes:

O concreto betuminoso será medido, em m³ através da mistura efetivamente aplicada na pista.

PAGAMENTO

O concreto betuminoso será pago em metros cúbicos, após a medição do serviço executado, aos preços unitários propostos.

O preço unitário remunera os custos de todas as operações e encargos para a execução dos serviços acima.

SINALIZAÇÃO VIÁRIA

SINALIZAÇÃO HORIZONTAL

OBJETIVO

Este item destina-se a apresentação da sistemática utilizada na implantação da sinalização horizontal, abrangendo o recebimento dos materiais, execução, inspeção, critério de medição e pagamento.

DEFINIÇÃO

Para os efeitos desta Norma é adotada a definição seguinte:

Sinalização horizontal - conjunto de marcas, símbolos e legendas aplicados sobre o revestimento de uma rodovia, obedecendo a um projeto desenvolvido para atender às condições de segurança e conforto do usuário.

CONDIÇÕES GERAIS

Todos os materiais devem previamente satisfazer às exigências das especificações aprovadas pela PMG.

No projeto de sinalização deverão estar definidos os seguintes elementos:

local da aplicação, extensão e largura;

dimensões das faixas;

espessura úmida da tinta a ser aplicada, em uma só passada 0,4mm ou 0,6mm;

outras espessuras poderão ser aplicadas, desde que o projeto assim o determine.

Podem ser aplicadas nas cores branca e amarela:

a) amarelas: destinadas à regulamentação de fluxos de sentidos opostos e aos controles de estacionamentos e paradas;

b) brancas - usadas para a regulamentação de fluxos de mesmo sentido, para a delimitação das pistas destinadas à circulação de veículos, além de regular movimentos de pedestres, pinturas de símbolos, legendas e outros.

MATERIAL

A tinta consiste em uma mistura bem proporcionada de resina, pigmentos e cargas, solvente e aditivos, formando um produto líquido com características termoplásticas, de secagem física, sem reações prejudiciais ao revestimento.

Microesferas de vidro para sinalização rodoviária - elementos esféricos de vidro incolor com características fixadas nesta Norma, com diâmetro máximo de 0,6mm, para serem adicionadas a materiais de sinalização viária a fim de produzir retrorefletorização da luz incidente.

A tinta deve ser fornecida para uso em superfície betuminosa ou de concreto de cimento Portland.

A tinta, logo após a abertura do recipiente, não deve apresentar sedimentos, nata e grumos, que não possam ser facilmente redispersos por agitação manual, após a qual deve apresentar aspecto homogêneo.

A tinta deve ser apresentada nas cores branco-neve e amarelo-médio, de acordo com o especificado na Tabela 2.

A tinta deve ter condições para ser aplicada, nas seguintes condições de ambiente:

a) temperatura entre 10°C e 40°C;

b) umidade relativa do ar até 90%.

A tinta deve ter condições para ser aplicada por máquinas apropriadas e vir na consistência especificada, sem adição de aditivos. No caso de adição de micro esfera de vidro tipo "premix" (I B) pode ser adicionado, no máximo, 5% (cinco por cento) em volume de solvente sobre a tinta, compatível com a mesma, para acerto da consistência.

O material deve estar apto ou suscetível à adição de microesferas de vidro tipo "premix" (I B).

No caso de serem exigidas microesferas de vidro, a sua aplicação deve ser feita na proporção de:

tipo premix (IA) - 200g/l a 250g/l;

tipo "drop-on" - mínimo de 200g/m².

No caso de serem exigidas microesferas de vidro tipo "drop-on" (II) a sua aplicação deve ser feita mecânica e simultaneamente com a tinta, na proporção especificada.

A espessura úmida de material a ser aplicado deve estar entre 0,4mm a 0,6mm, a ser obtida de uma só passada da máquina sobre o pavimento.

A tinta deve recobrir perfeitamente o pavimento e permitir a liberação do tráfego a partir de 30 minutos após aplicação.

A tinta deve manter integralmente a sua coesão e cor, após sua aplicação sobre superfície betuminosa ou de concreto de cimento Portland.

As microesferas de vidro devem satisfazer a especificação de microesferas de vidro para sinalização rodoviária horizontal - DNER-EM 373/97.

Após secagem física total, deve apresentar plasticidade e características de adesividade às microesferas de vidro e ao revestimento, produzir película seca, fosca, de aspecto uniforme, sem apresentar fissuras, gretas ou descascamento durante o período de vida útil que deve ser, no mínimo, de dois anos.

A tinta, quando aplicada sob superfície betuminosa, não deve apresentar sangramento, nem exercer qualquer ação que danifique o revestimento.

A tinta não deve modificar as suas características, ou deteriorar-se, quando estocada por um período mínimo de 6 meses, após a data de entrega do material.

Podem ser empregados aditivos à tinta, em quantidades suficientes para produzir uma perfeita dispersão e suspensão dos componentes sólidos no líquido; o agente ligante (resina sólida) deve se enquadrar nas características da resina acrílica (isenta de estireno) e/ou vinílica.

A tinta deve ser suscetível de rejuvenescimento mediante aplicação de nova camada.

A tinta, após aplicada, deve apresentar ótimas condições de aparência durante o dia, visibilidade noturna e durabilidade.

A unidade de compra é o litro.

Salvo combinação em contrário, entre o DNER e o fornecedor, a tinta deve ser fornecida embalada em recipientes metálicos, cilíndricos, possuindo tampa removível com diâmetro igual ao da embalagem.

Os recipientes devem trazer no seu corpo, bem legível, as seguintes identificações:

a) nome do produto: "Tinta para Sinalização Rodoviária Horizontal";

b) nome comercial e/ou numeração;

c) cor da tinta : branca ou amarela;

d) referência quanto a natureza química da resina;

e) data da fabricação;

f) prazo de validade;

g) identificação da partida de fabricação;

h) nome e endereço do fabricante;

i) quantidade contida no recipiente, em litros.



Os recipientes devem encontrar-se em bom estado de conservação.

Tintas

Os tipos de tintas empregadas na sinalização horizontal, podem ser:

tinta estireno acrilato ou estireno butadieno e alquídica borracha clorada;

acrílica;

vinílica.

Devem atender às exigências das Especificações DNER-EM 368/97 e DNER-EM 372/97

Quando utilizadas microesferas de vidro as tintas adquirem retror-refletorização.

Materiais Termoplásticos

Os materiais termoplásticos podem ser aplicados por aspersão ("spray") ou por extrusão.

Devem obedecer a Especificação DNER-EM 372/97.

Como parte constituinte dos materiais termoplásticos são utilizadas microesferas do tipo "innermix" para fornecimento de retror-refletorização ao longo da vida útil da sinalização.

As espessuras de aplicação dos materiais termoplásticos, em função do seu tipo, são as seguintes:

1,5mm de espessura - aplicado por "spray";

3,0mm de espessura - aplicado por extrusão.

Microesferas de Vidro

As microesferas de vidro são constituídas de partículas esféricas, de vidro de alta qualidade, do tipo soda-cal e devem obedecer à Especificação DNER-EM 373/97.

Classificam-se quanto ao seu tipo em:

"innermix" - as incorporadas aos materiais termoplásticos, durante sua fabricação, fornecendo retrorrefletorização somente após o desgaste da superfície da película aplicada, quando tornam-se expostas;

"Premix" - as incorporadas às tintas antes da sua aplicação, fornecendo retrorrefletorização somente após o desgaste da superfície aplicada, quando tornam-se expostas;

"Drop-on" - aplicadas por aspersão, concomitantemente com a tinta ou com material termoplástico, de modo a permanecer na superfície da película aplicada, fornecendo retror- refletorização imediata.

As microesferas deverão atender aos seguintes requisitos:

Resistência à solução de cloreto de cálcio - Quando ensaiadas conforme DNER-ME 011, não devem apresentar superfície embaçada.

Resistência ao ácido clorídrico - Quando ensaiadas conforme DNER-ME 014, não devem apresentar superfície embaçada.

Resistência à umidade - Quando ensaiadas conforme DNER-ME 015, devem fluir ou escoar livremente, sem interrupção, no funil do ensaio.

Resistência à água - Quando ensaiadas conforme DNER-ME 023, não devem apresentar superfície embaçada, e não devem gastar mais do que 4,5ml de HCl 0,10 N para neutralização da solução.

Resistência à solução de sulfeto de sódio - Quando ensaiadas conforme DNER-ME 022, não devem apresentar superfície embaçada.

Teor de sílica - Quando ensaiadas conforme DNER-ME 057, não devem apresentar teor de sílica menor do que 65%.

Aparência e defeitos - Devem ser limpas, claras, redondas, incolores e isentas de defeitos e de matérias estranhas. No máximo 3% em peso podem ser quebradas ou conter partículas de vidro não fundido e elementos estranhos, no máximo 30% em peso, podem ser fragmentos ovóides, deformados, geminados ou com bolhas gasosas.

Índice de refração - Não devem ter índice de refração menor de que 1,50, quando ensaiadas conforme DNER-ME 110.

Massa específica - Devem ter massa específica entre 2,3g/cm³ e 2,6g/cm³, quando ensaiadas conforme DNER-ME 013.

Granulometria - As microesferas, conforme sua classificação, devem apresentar as faixas granulométricas da tabela, quando ensaiada conforme DNER-ME 058.

Equipamento

Os equipamentos de aplicação dos materiais de sinalização devem possuir todas as condições necessárias para uma boa aplicação, tais como: reservatório para o material e para as microesferas ("drop-on"), pistolas que possibilitem a pintura simultânea ou sucessiva de faixas contínuas e/ou interrompidas, compressor de ar, sistema de homogeneização, direção do tipo automático para alinhamento preciso da máquina, lança-guia com pontas finais ajustáveis, sistema de controle para o espaçamento das faixas, luzes traseiras, sinaleiro rotativo, pisca-pisca e reguladores de pressão. Além disto, para a aplicação dos materiais termoplásticos, os equipamentos devem possuir reservatórios com aquecimento, do tipo caldeira com controle de aquecimento.

Execução

A fase de aplicação engloba as etapas de pré-marcação e pintura. A pré-marcação consiste no alinhamento dos pontos, locados pela topografia, pelo qual o operador da máquina irá se guiar para a aplicação do material. A locação topográfica tem por base o projeto da sinalização, que norteará a aplicação de todas as faixas, símbolos, legendas.

A pintura consiste na aplicação do material por equipamentos adequados de acordo com o alinhamento fornecido pela pré-marcação e pelo projeto de sinalização.

No caso de adição de microesferas de vidro tipo "pré-mix", pode ser adicionado à tinta, no máximo, 5% (cinco por cento) em volume de solvente compatível com a mesma, para ajustagem da viscosidade.

INSPEÇÃO

Controle da Execução

A aplicação dos materiais só deve ser realizada após as seguintes observações:

a superfície a ser demarcada deve estar limpa, seca e isenta de detritos, óleos, etc.;

a pré-marcação deve estar perfeitamente de acordo com o projeto;

a pré-marcação deve estar perfeitamente reta nas tangentes, e acompanhando o ângulo nas curvas.

O controle de qualidade da aplicação é realizado, no decorrer da implantação da sinalização, quando devem ser verificados e anotados os parâmetros listados a seguir:

consumo dos materiais;

espessura do material aplicado;

tempo de secagem, para a liberação ao tráfego;

dimensões das faixas e sinais (largura e comprimento);

linearidade das faixas;

temperatura de aquecimento do material termoplástico;

sinalização para o serviço de obras;

atendimento ao projeto de sinalização;

retrorrefletorização integral das faixas, sinais, etc...

CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO

Os serviços de sinalização horizontal serão medidos pela área efetivamente aplicada expressa em m².

PAGAMENTO

Todos os materiais e serviços empregados na execução da pintura acrílica de piso serão de responsabilidade da Contratada, sendo efetuado o pagamento pelo preço unitário proposto.

III – ORÇAMENTO DA OBRA:

A obra compreende os seguintes serviços técnicos e com os custos abaixo especificados:

ORÇAMENTO					
ITEM	DISCRIMINAÇÃO	UNID.	QUANTIDADE	PREÇO UNIT. (R\$)	PREÇO TOTAL (R\$)
1.	SERVIÇOS PRELIMINARES				



1.1	Placa de obra	m²	4,00	160,00	640,00
SUBTOTAL					640,00
2.	DRENAGEM				
2.1	Elevação de caixa de captação pluvial, tipo grelha de ferro fundido - nivelamento	unid	54,00	150,00	8.100,00
2.2	Elevação de poço de visita com tampa de concreto - nivelamento	unid	1,00	150,00	150,00
SUBTOTAL					8.250,00
3.	PAVIMENTAÇÃO				
3.1	Compactação de emboques a 100% PN	m²	1.807,70	2,00	3.615,40
3.2	Fornecimento, carga, transporte, espalhamento e compactação de brita graduada e=10cm	m³	180,77	80,00	14.461,60
3.3	Imprimação CM-30 para emboques	m²	1.807,70	3,00	5.423,10
3.4	Pintura de ligação RR-2C	m²	29.984,30	1,70	50.973,31
3.5	Revestimento em C.B.U.Q. "faixa C" DNER				
3.5.1	Fornecimento e execução (concreto betuminoso usinado a quente) e usinagem, e= 5,0 cm em todos os emboques não pavimentados	m³	90,39	440,00	39.771,60
3.5.2	Fornecimento e execução (Pré misturado a Quente) e usinagem, e= 4,0 cm.	m³	563,53	420,00	236.682,60
3.5.3	Fornecimento e execução (concreto betuminoso usinado a quente) e usinagem, e= 4,0cm.	m³	563,53	440,00	247.953,20
SUBTOTAL					598.880,81
4.	SINALIZAÇÃO VIÁRIA				
4.1	Sinalização horizontal				
4.1.1	Pintura de faixas, setas, zebraos com tinta a base de acrilatos e durabilidade de 2 anos	m²	798,00	23,00	18.354,00
SUBTOTAL					18.354,00
TOTAL					626.124,81

IV - CUSTO DA OBRA:

Conforme proposta apresentada no processo de Licitação nº 29/2010, que restou VENCEDORA, a empresa PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA, cotou os valores abaixo descritos.

ORÇAMENTO

ITEM	DISCRIMINAÇÃO	UNID.	QUANTIDADE	PREÇO UNIT. (R\$)	PREÇO TOTAL (R\$)
1.	SERVIÇOS PRELIMINARES				
1.1	Placa de obra	m²	4,00	120,00	480,00
SUBTOTAL					480,00
2.	DRENAGEM				
2.1	Elevação de caixa de captação pluvial, tipo grelha de ferro fundido - nivelamento	unid	54,00	90,00	4.860,00
2.2	Elevação de poço de visita com tampa de concreto - nivelamento	unid	1,00	90,00	90,00

SUBTOTAL					4.950,00
3.	PAVIMENTAÇÃO (Fornecimento e execução)				
3.1	Compactação de emboques a 100% PN	m²	1.807,70	2,00	3.615,40
3.2	Fornecimento, carga, transporte, espalhamento e compactação de brita graduada e=10cm	m³	180,77	72,00	13.015,44
3.3	Imprimação CM-30 para emboques	m²	1.807,70	2,50	4.519,25
3.4	Pintura de ligação RR-2C	m²	29.984,30	1,30	38.979,59
3.5	Revestimento em C.B.U.Q. "faixa C" DNER				
3.5.1	Fornecimento e execução (concreto betuminoso usinado a quente) e usinagem, e= 5,0 cm em todos os emboques não pavimentados	m³	90,39	390,00	35.252,10
3.5.2	Fornecimento e execução (Pré misturado a Quente) e usinagem, e= 4,0 cm.	m³	563,53	350,00	197.235,50
3.5.3	Fornecimento e execução (concreto betuminoso usinado a quente) e usinagem, e= 4,0cm.	m³	563,53	390,00	219.776,70
SUBTOTAL					512.393,98
4.	SINALIZAÇÃO VIÁRIA				
4.1	Sinalização horizontal				
4.1.1	Pintura de faixas, setas, zebraos com tinta a base de acrilatos e durabilidade de 2 anos	m²	798,00	15,00	11.970,00
SUBTOTAL					11.970,00
TOTAL					529.793,98

ADITIVO A 30/2010

ORÇAMENTO					
1.	SERVIÇOS PRELIMINARES				
Item	DISCRIMINAÇÃO	UNID	QUANTIDADE	PREÇO UNIT. (R\$)	PREÇO TOTAL (R\$)
1.	SERVIÇOS PRELIMINARES				
1.1	Escavação, carga e transporte de materiais de 1º categoria para bota fora, DMTI, 0km	m³	1.500,00	R\$ 5,85	R\$ 8.775,00
1.2	Execução de reboque de postes e acessórios	vb	1,00	R\$ 1.200,00	R\$ 1.200,00
Total do Item					9.775,00
2	SERVIÇOS DE CONTENÇÃO (fornecimento e execução)				
2.1	Enrocamento	m³	72,00	R\$ 24,00	R\$ 1.728,00
Total do Item					R\$ 1.728,00
3.	DRENAGEM (fornecimento e execução)				
3.1	Tubulação de drenagem urbana ser berço. Fornecimento e colocação para Ø 40 cm	m	50	R\$ 24,00	R\$ 1.200,00
3.2	Execução de caixa coletora	unid	10,00	R\$ 225,00	R\$ 2.250,00
4	PAVIMENTAÇÃO (fornecimento e execução)				
4.1	Compactação de subleito a 100% PN	m²	1.500,00	R\$ 2,00	R\$ 3.000,00



4.2	Fornecimento, transporte e execução de material de 2ª categoria pra sub-base	m³	1.300,00	R\$ 2400	R\$ 31.200,00
4.3	Fornecimento, carga, transporte, espalhamento e compactação de brita graduada.	m³	150,00	R\$ 7200	R\$ 10.800,00
4.4	Imprimação CM-30	m²	1.300,00	R\$ 2,50	R\$ 3.250,00
4.5	Pintura de ligação RR-2C	m²	1.300,00	R\$ 1,30	R\$ 1.690,00
4.6	Revestimento em C.B.U.Q. "faixa C" DNER				
4.6.1	Fornecimento e execução (Pré misturado a quente) e usinagem (para conformação do novo greide)	m³	102,00	R\$ 350,00	R\$ 35.700,00
4.6.2	Fornecimento e execução (concreto betuminoso usinado a quente) e usinagem, e= 5,0 cm.	m³	65,00	R\$ 390,00	R\$ 25.350,00
Total do item					R\$ 110.990,00
5.	SERVIÇOS COMPLEMENTARES (fornecimento e execução)				
5.1	Meio fio de concreto moldado in loco	m	415,20	R\$ 15,00	R\$ 6.228,00
Total do item					R\$ 6.228,00
TOTAL DOS SERVIÇOS					R\$ 132.371,00

O Processo de licitação nº 29/2010 poderá ser encontrado no Setor de Recursos Materiais, pertencente à Secretaria Municipal de Planejamento, Gestão e Finanças da Prefeitura Municipal de Schroeder.

O valor total da obra restou em:

• Contrato inicial: R\$529.793,98

• Aditivo A30/2010: R\$132.371,00

Totalizando R\$662.164,98 (Seiscentos e sessenta e dois mil, cento e sessenta e quatro reais e noventa e oito centavos).

V – DOS IMÓVEIS BENEFICIADOS

Os imóveis beneficiados diretamente com a realização ficam assim determinados, bem como os valores dos imóveis antes da obra realizada:

RELAÇÃO DOS LINDEIROS, METRAGENS, VALOR ANTES DA OBRA REALIZADA.

Imóvel	Lindeiro Lado Direito	Testa-da	Área	Valor Venal do imóvel (R\$) Antes da obra
		(m)	m2	
263	RENATO RUBIN	45,00	225,00	54.239,21
261	ROLANDO SCHULTZ	50,00	250,00	93.140,20
259	ROLANDO SCHULTZ	97,00	485,00	96.009,30
257	EUGENIO VIERGUTZ	58,00	290,00	99.523,79
255	LEOPOLDO JURK	100,00	500,00	40.946,56
8189	PATRICIA HASSE ONOFRE	52,80	264,00	54.333,82
250	ARLINDO SCHEFFLER	23,00	115,00	40.759,58
8191	FERNANDO RODRIGO DA ROSA	15,00	75,00	6.743,65
8192	JAISON MATEUS DE SOUZA	15,00	75,00	6.766,20
4753	CENTRO DE CONDUTORES - VIA ÚNICA	30,00	150,00	29.578,89

7966	LONI HASSE POMMERENING	68,65	343,25	42.468,55
249	THEREZINA GUESSER RISTAU	13,75	68,75	24.375,19
3321	AVELINO RISTAU	16,55	82,75	6.519,84
6111	HADELIN FRITZKE	42,70	213,50	20.285,43
4561	OSCAR ENGELMANN	52,00	260,00	41.166,90
228	JOÃO DE MOURA ANDRADE	16,64	83,20	15.600,80
227	NALBOR GESSER	20,00	100,00	41.100,22
224	RENATO MAASS	28,50	142,50	42.560,06
4562	ALIRIO MARCILIO	25,50	127,50	41.510,64
223	SILVANA PASOLD	35,00	175,00	70.744,33
5613	PASOLD EMPREENDIMENTOS	92,60	463,00	114.113,81
3271	SIMONE PASOLD PAVANELLO	29,00	145,00	67.509,11
	RUA DOM PEDRO	14,00	140,00	
317	SALVADOR DE ASSIS	28,30	141,50	28.032,57
326	FLORENTINO GERALDO SALOMON	23,15	115,75	35.596,60
316	AUTO POSTO SALOMON	44,00	220,00	17.623,40
315	AUTO POSTO SALOMON	21,30	106,50	48.267,56
314	CIZESKI INCORPORADORA	16,00	80,00	55.782,56
313	MOACIR JOSÉ CIZESKI	15,00	75,00	52.082,15
312	MOACIR JOSÉ CIZESKI	18,50	92,50	36.476,23
3328	ARNO MERTEN	45,75	228,75	20.895,78
311	STM ADMINISTRADORA DE BENS	20,50	102,50	23.376,47
310	VENDELINO CRISOSTOMO SALOMON	74,00	370,00	62.219,03
308	VENDELINO CRISOSTOMO SALOMON	12,00	60,00	32.074,82
306	ANGELORI L. SALOMON AVELINO E OUTROS	30,00	150,00	19.740,20
3327	JOSÉ MORAIS	30,00	150,00	12.743,01
305	MARIA FREIBERGER	49,00	245,00	50.971,03
4774	JOSE IRLANDI FELIPPI	22,00	110,00	6.441,42
TOTAL				
Imóvel	LINDEIROS LADO ESQUERDO	Testa-da	Área	Valor Venal do imóvel (R\$) Antes da obra
		(m)	m2	
423	BAMAK EQUIPAMENTOS LTDA	51,50	257,50	391.938,15
422	OSNIR PAVANELLO	18,00	90,00	40.432,78
421	ROSILENE KNOOP TOMASELLI	22,00	110,00	8.209,66
420	VOLNEI JORGE BERNARDI	20,00	100,00	29.663,81
419	VENDELINO CRISOSTOMO SALOMON	17,00	85,00	5.725,71
418	VENDELINO CRISOSTOMO SALOMON	2,50	12,50	15.921,92
417	GILBERTO PAULO SALOMON	15,00	75,00	13.392,26
416	OSNI JOSÉ SALOMON	21,00	105,00	9.817,91
415	OSNI JOSÉ SALOMON	32,20	161,00	25.008,93
413	ARILDO MATEUS DE SOUZA	19,30	96,50	24.455,23
410	PREFEITURA MUNICIPAL	33,00	165,00	8.507,60
409	MARISETE MARIA KLEINE	15,00	75,00	7.514,10
408	CELSON LUIZ DE AVILA DOS PASSOS	15,00	75,00	51.092,64
405	ORLI AVI	14,00	70,00	19.481,70
403	ANTONIO MASSANEIRO	20,00	100,00	4.878,14
5003	LEONARDO SALOMON	7,70	38,50	3.765,77



4163	ORLI AVI	23,00	115,00	11.585,24
400	ROSA GEORG	41,00	205,00	25.694,00
397	MANOEL LUIZ GONÇALVES	5,00	25,00	33.271,12
396	LUZIA DE FATIMA A KIENEN	23,00	115,00	31.833,97
395	CLAUDIO ADÃO DA CRUZ	16,00	80,00	28.286,53
392	ROSANI RUCKERT LOMBARDI	26,00	130,00	45.944,79
391	ERNALDO RUCKERT	36,00	180,00	47.412,22
389	ERNALDO RUCKERT	35,00	175,00	15.787,80
388	MARIO RUCKERT	35,00	175,00	68.065,12
387	JOSE MOTTER E OUTROS	80,00	400,00	89.414,57
386	INGO HASSE	93,30	466,50	82.172,31
385	INGO HASSE	39,70	198,50	64.452,04
382	ALCIDES MULLER	53,00	265,00	16.668,99
5757	CALTON DJON WEISS e TAINÁ CARMEM WEISS	92,80	464,00	239.480,76
4402	MORGANA E LUANA LUDTKE	35,00	175,00	15.261,54
5760	ARNO HEINZ WEISS	5,00	25,00	2.805,42
380	MERABE WEISS MELDOLA	17,00	85,00	44.184,61
379	NILVANIA WEISS MELDOLA	17,00	85,00	20.153,39
377	ADOLF WEISS	30,00	150,00	41.682,82
375	RUDIBERT HACKBARTH	18,00	90,00	55.567,44
374	ROSIMERY KATIA V. HACKBARTH	19,00	95,00	48.661,76
373	DORIVAL AFONSO JAHN	131,00	655,00	211.207,00
370	CAIMAN INDÚSTRIA ECOMÉRCIO DE MALHAS LTDA	99,00	495,00	526.654,97
369	OSCAR SIPERT	13,70	68,50	31.253,15
368	VALDECI DALLABONA	7,00	35,00	28.361,86
TOTAL				

VI – DA VALORIZAÇÃO DOS IMÓVEIS BENEFICIADOS

Os imóveis beneficiados com a execução da obras em questão, após análise da comissão, tiveram a seguinte valorização:

RELAÇÃO DOS LINDEIROS, METRAGENS, VALOR APÓS A OBRA REALIZADA

Imóvel	LINDEIRO LADO DIREITO	Testa-da	Área	Valor Venal do imóvel (R\$) APÓS obra realizada
		(m)	m2	
263	RENATO RUBIN	45,00	225,00	63.611,84
261	ROLANDO SCHULTZ	50,00	250,00	103.554,23
259	ROLANDO SCHULTZ	97,00	485,00	116.212,53
257	EUGENIO VIERGUTZ	58,00	290,00	111.604,07
255	LEOPOLDO JURK	100,00	500,00	61.774,63
8189	PATRICIA HASSE ONOFRE	52,80	264,00	65.331,04
250	ARLINDO SCHEFFLER	23,00	115,00	45.550,04
8191	FERNANDO RODRIGO DA ROSA	15,00	75,00	9.867,86
8192	PATRICIA HASSE ONOFRE	15,00	75,00	9.890,41
4753	CENTRO DE CONDUTORES - VIA ÚNICA	30,00	150,00	35.827,31
7966	LONI HASSE POMMERENING	68,65	343,25	56.767,02
249	THEREZINA GUESSER RISTAU	13,75	68,75	27.239,05
3321	AVELINO RISTAU	16,55	82,75	9.966,89
6111	HADELIN FRITZKE	42,70	213,50	29.179,02

4561	OSCAR ENGELMANN	52,00	260,00	51.997,50
228	JOÃO DE MOURA ANDRADE	16,64	83,20	19.066,59
227	NALBOR GESSER	20,00	100,00	45.265,83
224	RENATO MAASS	28,50	142,50	48.496,06
4562	ALIRIO MARCILIO	25,50	127,50	46.821,80
223	SILVANA PASOLD	35,00	175,00	78.034,15
5613	PASOLD EMPREENDIMENTOS	92,60	463,00	133.400,60
3271	SIMONE PASOLD PAVANELLO	29,00	145,00	73.549,25
	RUA DOM PEDRO	14,00	140,00	
317	SALVADOR DE ASSIS	28,30	141,50	33.926,91
326	LEONARDO SALOMON	23,15	115,75	40.418,30
316	AUTO POSTO SALOMON	44,00	220,00	26.787,75
315	MARCOS SIMÃO SALOMON	21,30	106,50	52.703,94
314	CIZESKI INCORPORADORA	16,00	80,00	59.115,05
313	MOACIR JOSÉ CIZESKI	15,00	75,00	55.206,36
312	MOACIR JOSÉ CIZESKI	18,50	92,50	40.329,42
3328	ARNO MERTEN	45,75	228,75	30.424,62
311	STM ADMINISTRADORA DE BENS	20,50	102,50	27.646,22
310	VENDELINO CRISOSTOMO SALOMON	74,00	370,00	77.631,80
308	VENDELINO CRISOSTOMO SALOMON	12,00	60,00	34.574,19
306	ANGELORI L. SALOMON AVELINO E OUTROS	30,00	150,00	25.988,62
3327	JOSÉ MORAIS	30,00	150,00	18.991,43
305	MARIA FREIBERGER	49,00	245,00	61.176,78
4774	ANTONIO GENEZIO NECKER E OUTROS	22,00	110,00	11.023,60

TOTAL

Imóvel	Lindeiros Lado Esquerdo	Testa-da	Área	Valor Venal do imóvel (R\$) APÓS obra realizada
		(m)	m2	
423	BAMAK EQUIPAMENTOS LTDA	51,50	257,50	402.664,61
422	OSNIR PAVANELLO	18,00	90,00	44.181,83
421	ROSILENE KNOOP TOMASELLI	22,00	110,00	12.791,84
420	VOLNEI JORGE BERNARDI	20,00	100,00	33.829,42
419	VENDELINO CRISOSTOMO SALOMON	17,00	85,00	9.266,48
418	VENDELINO CRISOSTOMO SALOMON	2,50	12,50	16.442,62
417	GILBERTO PAULO SALOMON	15,00	75,00	16.516,47
416	OSNI JOSÉ SALOMON	21,00	105,00	14.191,80
415	OSNI JOSÉ SALOMON	32,20	161,00	31.715,57
413	ARILDO MATEUS DE SOUZA	19,30	96,50	28.475,05
410	PREFEITURA MUNICIPAL	33,00	165,00	15.380,86
409	MARISETE MARIA KLEINE	15,00	75,00	10.638,31
408	CELSON LUIZ DE AVILA DOS PASSOS	15,00	75,00	54.216,85
405	ORLI AVI	14,00	70,00	22.397,63
403	ANTONIO MASSANEIRO	20,00	100,00	9.043,75
5003	LEONARDO SALOMON	7,70	38,50	5.369,53
4163	ORLI AVI	23,00	115,00	16.375,70
400	ROSA GEORG	41,00	205,00	34.233,51
397	MANOEL LUIZ GONÇALVES	5,00	25,00	34.312,52
396	LUZIA DE FATIMA A KIENEN	23,00	115,00	36.624,43



395	CLAUDIO ADÃO DA CRUZ	16,00	80,00	31.619,02
392	ROSANI R. LOMBARDI	26,00	130,00	51.360,09
391	ERNALDO RUCKERT	36,00	180,00	54.910,32
389	ERNALDO RUCKERT	35,00	175,00	23.077,62
388	MARIO RUCKERT	35,00	175,00	75.354,94
387	RONILDA RUCKERT	80,00	400,00	106.077,02
386	INGO HASSE	93,30	466,50	101.604,90
385	INGO HASSE	39,70	198,50	72.720,78
382	ALCIDES MULLER	53,00	265,00	27.707,87
5757	CALTON DJON WEISS e TAINÁ CARMEM WEISS	92,80	464,00	258.809,21
4402	MORGANA E LUANA LUDTKE	35,00	175,00	22.551,36
5760	ARNO WEISS	5,00	25,00	3.846,82
380	MERABE WEISS MELDOLA	17,00	85,00	47.725,38
379	NILVANIA WEISS MELDOLA	17,00	85,00	23.694,16
377	ADOLF WEISS	30,00	150,00	47.931,24
375	RUDIBERT HACKBARTH	18,00	90,00	59.316,49
374	ROSIMERY KATIA V. HACKBARTH	19,00	95,00	52.619,09
373	DORIVAL AFONSO JAHN	131,00	655,00	238.491,77
370	CAIMAN INDÚSTRIA ECOMÉRCIO DE MALHAS LTDA	99,00	495,00	547.274,76
369	OSCAR SIPERT	13,70	68,50	34.106,60
368	VALDECI DALLABONA	7,00	35,00	29.819,82
TOTAL				

VII - FATOR DE ABSORÇÃO:

A Municipalidade participará com um fator de absorção, nesta obra, de 35% (trinta e cinco por cento) do valor de valorização dos imóveis beneficiados.

VIII - PARCELA TRIBUTARIA DEVIDA PELOS CONTRIBUÍNTES

O valor cobrado, a título de Contribuição de Melhoria aos imóveis beneficiados, conforme Artigo 242, inciso IV, da LC 001/95 código tributário municipal, É DEVIDA aos Lindeiros não aderentes à parceria, conforme artigo 3, §2º da Lei nº 1769/2009. Corresponde por conta da valorização do imóvel decorrente da obra pública, ficando assim, a distribuição do tributo devido por cada lindeiro, com o Fator de Absorção do Município:

IMÓVEL LD	PROPRIETÁRIO	Valorização do Imóvel	Valores absorvidos pelo Município (35%)	VALOR DEVIDO PELO LINDEIRO
8191	FERNANDO RODRIGO DA ROSA	3.124,21	1.093,47	2.030,74
4561	OSCAR ENGELMANN	10.830,60	3.790,71	7.039,89
314	CIZESKI INCORPORADORA	3.332,49	1.166,37	2.166,12
313	MOACIR JOSÉ CIZESKI	3.124,21	1.093,47	2.030,74
312	MOACIR JOSÉ CIZESKI	3.853,19	1.348,62	2.504,58
3328	ARNO MERTEN	9.528,84	3.335,09	6.193,75
311	STM ADMINISTRADORA DE BENS	4.269,75	1.494,41	2.775,34
310	VENDELINO CRISOSTOMO SALOMON	15.412,77	5.394,47	10.018,30
308	VENDELINO CRISOSTOMO SALOMON	2.499,37	874,78	1.624,59
3327	JOSÉ MORAIS	6.248,42	2.186,95	4.061,47
305	MARIA FREIBERGER	10.205,75	3.572,01	6.633,74

				47.079,25
--	--	--	--	-----------

IMÓVEL LE	PROPRIETÁRIO	Valorização do Imóvel	Valores absorvidos pelo Município (50%)	VALOR DEVIDO PELO LINDEIRO
420	VOLNEI JORGE BERNARDI	4.165,61	1.457,96	2.707,65
419	VENDELINO CRISOSTOMO SALOMON	3.540,77	1.239,27	2.301,50
418	VENDELINO CRISOSTOMO SALOMON	520,70	182,25	338,46
417	GILBERTO PAULO SALOMON	3.124,21	1.093,47	2.030,74
416	OSNI JOSÉ SALOMON	4.373,89	1.530,86	2.843,03
415	OSNI JOSÉ SALOMON	4.373,89	2.347,32	4.359,31
409	MARISETE MARIA KLEINE	3.124,21	1.093,47	2.030,74
403	ANTONIO MASSANEIRO	4.165,61	1.457,96	2.707,65
400	ROSA GEORG	8.539,51	2.988,83	5.550,68
388	MARIO RUCKERT	7.289,82	2.551,44	4.738,39
382	ALCIDES MULLER	11.038,88	3.863,61	7.175,27
5757	CALTON DJON WEISS e TAINÁ CARMEM WEISS	19.328,45	6.764,96	12.563,49
				49.346,90

VII – DA ARRECAÇÃO

A arrecadação da contribuição far-se-á nos seguintes prazos:

- Em parcela única, com prazo de vencimento não superior a 30 (trinta) dias da regular comunicação do débito, com 15% (quinze por cento) de abatimento sobre o valor total;
- Em até 03 (três) parcelas de igual valor e sucessivo pagamento, com 15% (quinze por cento) de abatimento sobre o valor total, tendo a primeira parcela prazo de vencimento não superior a 30 (trinta) dias da regular comunicação do débito, e interstício mínimo de 30 (trinta) dias entre as parcelas;
- Em até 24 (vinte e quatro) parcelas de igual valor e sucessivo pagamento, corrigidas pela UFM, com juros de 1,0% (um por cento) ao mês, tendo a primeira parcela prazo de vencimento não superior a 30 (trinta) dias da regular comunicação do débito, e interstício mínimo de 30 (trinta) dias entre as parcelas;
- Em até 36 (trinta e seis) parcelas de igual valor e sucessivo pagamento, corrigidas pela UFM, com juros de 0,5% (meio por cento) ao mês, tendo a primeira parcela prazo de vencimento não superior a 30 (trinta) dias da regular comunicação do débito, e interstício mínimo de 30 (trinta) dias entre as parcelas, quando tratar-se de condição especial referente à renda familiar do contribuinte, a ser analisada por comissão designada especialmente para tal fim, pela Administração Municipal, composta por no mínimo 05 (cinco) membros, sendo necessariamente um deles Assistente Social.

VIII - TEMPO DE VIDA ÚTIL DA OBRA

O Tempo de vida útil da obra será de no mínimo 5 (cinco) anos.

IX - CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA

A Contribuição de Melhoria será cobrada por propriedade, levando-se em conta a valorização do imóvel diretamente beneficiado em virtude da obra pública realizada.

Cientificamos aos proprietários beneficiados pela obra pública que a distribuição tributária devida por cada proprietário esta exposto no Mural da Prefeitura Municipal, publicado no DOM – Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina e no site www.schroeder.sc.gov.br.



O prazo para contestação dos itens relatados neste edital, é de 30 (trinta) dias, contados a partir da última publicação do presente Edital, através de petição dirigida ao Prefeito.

Schroeder, 21 de julho de 2010.
FELIPE VOIGT
Prefeito Municipal

Três Barras

PREFEITURA MUNICIPAL

Aviso de Licitação Pregão 23/2.010

"AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL".

PREFEITURA MUNICIPAL DE TRÊS BARRAS - SC.

Procedimento Licitatório nº. 74/2.010 - Edital Pregão nº. 23/2.010.

A PREFEITURA MUNICIPAL DE TRÊS BARRAS - SC torna público para conhecimento dos interessados, que sob a regência da Lei Federal nº 10.520/2002, Decreto Municipal nº 2.851 de 07/03/2005 e Decreto Municipal nº. 3.016/2006, e, da Lei de Licitações nº 8.666/93 com as alterações da 8.883/94, receberá até as 10 h e 00 min. do dia 05 de agosto de 2.010, Propostas para "Registro de Preço de pneus e câmaras de ar" em tamanhos diversos, destinados a manutenção da frota veicular da Prefeitura Municipal e dos Fundos Municipais.

Sistema de entrega: mediante solicitação do contratante, independente de quantidade mínima a ser solicitada ou quantidade de entregas que serão realizadas. Validade da Ata de Registro de Preço: 01 (um) ano.

Abertura / Sessão de disputa: em reunião pública, na Prefeitura Municipal, às 10 h e 00 min. do dia 05 de agosto de 2.010.

Informações e cópias do Edital poderão ser obtidas na Coordenadoria de Licitações, na Avenida Santa Catarina, nº. 616, Centro - Fone / Fax: 47 3623-0121 ou 9151-8357 - Três Barras - SC.

Três Barras - SC, 13 de julho de 2.010.

ELOI JOSE QUEGE - PREFEITO MUNICIPAL.

NILTON AVANIR HURMUS - PREGOEIRO.

Aviso de Licitação Pregão 24/2.010

"AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL".

PREFEITURA MUNICIPAL DE TRÊS BARRAS - SC.

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.

Procedimento Licitatório nº. 75/2.010 - Edital Pregão nº. 24/2.010.

O FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE TRÊS BARRAS - SC torna público para conhecimento dos interessados, que sob a regência da Lei Federal nº 10.520/2002, Decreto Municipal nº 2.851 de 07/03/2005 e Decreto Municipal nº. 3.016/2006, e, da Lei de Licitações nº 8.666/93 com as alterações da 8.883/94, receberá até as 13 h e 30 min. do dia 05 de agosto de 2.010, Propostas para "REGISTRO DE PREÇOS DE GENEROS ALIMENTICIOS" destinados a manutenção do PROGRAMA PETI (Sede e Distrito São Cristovão).

Sistema de entrega: entregas em PARCELAS SEMANAIS, mediante solicitação do contratante, independente de quantidade mínima a ser solicitada.

Abertura / Sessão de disputa: em reunião pública, na Prefeitura Municipal, às 13 h e 30 min. do dia 05 de agosto de 2.010.

Informações e cópias do Edital poderão ser obtidas na Coordenadoria de Licitações, na Avenida Santa Catarina, nº. 616, Centro - Fone / Fax: 47 3623-0121 ou 9151-8357 - Três Barras - SC.

Três Barras - SC, 13 de julho de 2.010.

ELOI JOSE QUEGE - PREFEITO MUNICIPAL.

NILTON AVANIR HURMUS - PREGOEIRO.

Turvo

PREFEITURA MUNICIPAL

Decreto 38/2010

DECRETO Nº 038/10, de 07 de julho de 2010.

SUPLEMENTA DOTAÇÕES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RONALDO CARLESSI, Prefeito Municipal de Turvo/SC, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o disposto no art. 6º da Lei nº 1.982/09 (LOA), de 28/12/2009,

DECRETA:

Art. 1º. Fica suplementado o crédito orçamentário no orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Turvo no valor de R\$ 1.105.000,00 (hum milhão cento e cinco mil reais), assim classificados:

07.01 - SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

15.452.0055.1.021 - Vias Rurais Pavimentação, Passeio e Praças Públicas

4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0024.0 (06) - Aplicações Diretas
R\$ 1.105.500,00

Art. 2º. A execução do disposto no art. 1º correrá à conta do excesso de arrecadação dos Convênios nºs:

Secretaria de Estado do Desenvolvimento Regional - Araranguá nº. 11.771/2010-4 no valor de R\$: 200.000,00 (duzentos mil reais);

Secretaria de Estado do Desenvolvimento Regional - Araranguá nº. 14.157/2010-7 no valor de R\$: 500.000,00 (quinhentos mil reais);

Secretaria de Estado do Desenvolvimento Regional - Araranguá nº. 14.197/2010-6 no valor de R\$: 50.000,00 (cinquenta mil reais);

Secretaria de Estado do Desenvolvimento Regional - Araranguá nº. 14.155/2010-0 no valor de R\$: 80.000,00 (oitenta mil reais);

Secretaria de Estado do Desenvolvimento Regional - Araranguá nº. 14.156/2010-9 no valor de R\$: 80.000,00 (oitenta mil reais);

Secretaria de Estado do Desenvolvimento Regional - Araranguá nº. 14.158/2010-5 no valor de R\$: 80.000,00 (oitenta mil reais); e

Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento Através da Caixa Econômica Federal no Valor de R\$: 115.500,00 (cento e quinze mil e quinhentos reais)

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a contar de 14 de junho de 2010, revogando-se suas disposições em contrário.

Turvo (SC), 07 de julho de 2010.

RONALDO CARLESSI

Prefeito Municipal

Pub. e registrado o presente Decreto nesta Secretaria na data supra.

NESTOR RECO

Secretário de Adm. e Finanças-designado.

Decreto 39/2010

DECRETO Nº 039/10, de 07 de julho de 2010.

SUPLEMENTA DOTAÇÕES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RONALDO CARLESSI, Prefeito Municipal de Turvo/SC, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o disposto no art. 22 da Lei nº 1.970/09 (LDO), de 08/10/2009



DECRETA:

Art. 1º. Fica suplementado o crédito orçamentário no orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Turvo no valor de R\$ 185.000,00 (cento e oitenta e cinco mil reais), assim classificados:

07.01 - SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

26.782.0044.2.019 - Manutenção da Secretaria de Transportes Obras e Serviços Públicos

3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0080.0 (11) - Aplicações Diretas R\$: 50.000,00

4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0080.0 (12) - Aplicações Diretas R\$: 70.000,00

09.01 - SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

20.601.0053.2.029 - Manut. e Funcionamento da Secret. de Agricultura e Meio Ambiente

4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0080.0 (36) - Aplicações Diretas R\$: 65.000,00

Art. 2º. A execução do disposto no art. 1º correrá à conta da anulação parcial do seguinte item orçamentário:

07.01 - SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

26.782.0044.2.019 - Manutenção da Secretaria de Transportes Obras e Serviços Públicos

3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.0080.0 (09) - Aplicações Diretas R\$ 120.000,00

09.01 - SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

20.601.0053.2.029 - Manut. E Funcionamento da Secret. De Agricultura e Meio Ambiente

3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0080.0 (34) - Aplicações Diretas R\$: 65.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo(SC), 07 de julho de 2010.

RONALDO CARLESSI

Prefeito Municipal

Pub. e registrado o presente Decreto nesta Secretaria na data supra.

NESTOR RECO

Secretário de Adm. e Finanças-designado.

Decreto 40/2010

DECRETO Nº 040/10, de 07 de julho de 2010.

SUPLEMENTA DOTAÇÕES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RONALDO CARLESSI, Prefeito Municipal de Turvo/SC, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o disposto no art. 5º da Lei nº 1.982/09 (Lei Orçamentária Anual), de 82/12/2009

DECRETA:

Art. 1º. Fica suplementado o crédito orçamentário no orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Turvo no valor de R\$ 8.240,86 (oito mil duzentos e quarenta reais e oitenta e seis centavos), assim classificados:

04.01 - SECRETARIA DE ADM. E FINANÇAS

06.182.0056.2.030 - Manutenção e Funcionamento do Funrebow

3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0080.0(110) - Aplicações Diretas .. R\$ 5.240,36

4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0080.0(111) - Aplicações Diretas .. R\$ 3.000,00

Art. 2º. A execução do disposto no art. 1º correrá à conta do excesso de arrecadação.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo(SC), 07 de julho de 2010.

RONALDO CARLESSI

Prefeito Municipal

Pub. e registrado o presente Decreto nesta Secretaria na data

supra.

NESTOR RECO

Secretário de Adm. e Finanças-designado.

Convenio PMT 012/2010

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE TURVO

EXTRATO DE CONVENIO

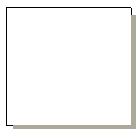
CONVENIO NO: 012/2010

CONVENIADA: ADIT - Assoc. dos Descendentes de Italianos de Turvo - ADIT

OBJETO: Repasse de recursos financeiros para auxiliar na realização da 6ª Festalia, que acontecerá em Turvo nos dias 20 a 22 de agosto de 2010.

Valor: R\$ 5.000,00

Vigência: Agosto/2010

RREO ANEXO I 3 BIM DE 2010

Município de TURVO - Poder Executivo
 PREFEITURA MUNICIPAL DE TURVO
 RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 JULHO/2009 A JUNHO/2010

RGF – ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ 1,00

DESPESAS COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)	
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	6.710.502,06	0,00
Pessoal Ativo	6.544.770,00	0,00
Pessoal Inativo e Pensionista	109.462,06	0,00
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	56.270,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	0,00	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores	0,00	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	0,00	0,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I-II)	6.710.502,06	0,00
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (IV) = (III a + III b)	6.710.502,06	
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL		VALOR
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V)		17.442.319,19
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (VI) = (IV/V)*100		38,47
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III do art.20 da LRF) - 54%		9.418.852,36
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único do art.22 da LRF) - 51,3%		8.947.909,74
FONTE: SECRETARIA DE ADMINISTRACAO E FINANÇAS		

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

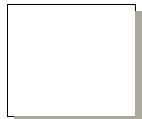
- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
 b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força inciso II do art.35 da Lei 4.320/64.

RONALDO CARLESSI
 Prefeito Municipal

JUIR ANTONIO ROVARIS
 Contador CRC-SC 16.738/0-4

NESTOR RECO
 Controle Interno



RREO ANEXO II 3 BIM DE 20110

Município de TURVO
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2010/BIMESTRE MAIO - JUNHO

RREO – Anexo II (LRF, Art. 52, inciso II, alínea “c”)

R\$ 1,00

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS				SALDO A LIQUIDAR (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	24.815.395,00	27.621.240,18	2.665.370,06	17.203.475,95	3.769.671,79	9.367.839,28	100,00	33,92	18.253.400,90
Legislativa	1.000.000,00	1.000.000,00	103.908,70	395.412,30	117.245,29	342.608,40	3,66	34,26	657.391,60
Ação Legislativa	1.000.000,00	1.000.000,00	103.908,70	395.412,30	117.245,29	342.608,40	3,66	34,26	657.391,60
Administração	1.768.000,00	1.875.000,00	178.615,96	1.138.969,18	304.963,93	886.310,23	9,46	47,27	988.689,77
Administração Geral	1.768.000,00	1.875.000,00	178.615,96	1.138.969,18	304.963,93	886.310,23	9,46	47,27	988.689,77
Segurança Pública	20.000,00	45.000,00	10.728,35	29.278,47	13.315,01	24.008,77	0,26	53,35	20.991,23
Policiamento	20.000,00	20.000,00	0,00	12.758,49	2.055,66	7.948,79	0,08	39,74	12.051,21
Defesa Civil	0,00	25.000,00	10.728,35	16.519,98	11.259,35	16.059,98	0,17	64,24	8.940,02
Assistência Social	478.000,00	536.000,00	28.886,46	327.250,03	64.872,16	184.611,63	1,97	34,44	351.388,37
Assistência à Criança e ao Adolescente	50.000,00	50.000,00	7.172,00	19.413,67	7.172,00	19.413,67	0,21	38,83	30.586,33
Assistência Comunitária	428.000,00	486.000,00	21.714,46	307.836,36	57.700,16	165.197,96	1,76	33,99	320.802,04
Saúde	3.507.378,80	3.704.450,11	526.359,55	2.308.161,10	749.790,86	1.839.218,06	19,63	49,65	1.865.232,05
Atenção Básica	3.268.465,80	3.465.537,11	489.946,33	2.215.219,99	712.592,73	1.748.476,22	18,66	50,45	1.717.060,89
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	238.913,00	238.913,00	36.413,22	92.941,11	37.198,13	90.741,84	0,97	37,98	148.171,16
Educação	4.713.954,20	5.125.903,07	535.189,71	3.209.645,07	918.567,82	2.261.782,82	24,14	44,12	2.864.120,25
Alimentação e Nutrição	312.000,00	312.000,00	0,00	287.298,20	61.996,27	131.819,39	1,41	42,25	180.180,61
Ensino Fundamental	2.974.454,20	3.266.403,07	375.934,65	2.058.910,44	627.478,75	1.418.531,45	15,14	43,43	1.847.871,62
Ensino Superior	152.000,00	222.000,00	3.773,06	181.730,23	52.130,43	99.482,96	1,06	44,81	122.517,04
Educação Infantil	1.136.000,00	1.201.000,00	155.144,31	645.850,15	174.559,76	583.715,07	6,23	48,60	617.284,93
Educação de Jovens e Adultos	81.000,00	66.000,00	337,69	32.900,62	2.402,61	25.278,52	0,27	38,30	40.721,48
Educação Especial	58.500,00	58.500,00	0,00	2.955,43	0,00	2.955,43	0,03	5,05	55.544,57
Cultura	332.000,00	458.125,00	11.064,65	50.270,27	11.590,68	47.783,50	0,51	10,43	410.341,50
Difusão Cultural	332.000,00	458.125,00	11.064,65	50.270,27	11.590,68	47.783,50	0,51	10,43	410.341,50
Urbanismo	6.770.000,00	7.973.700,00	323.990,73	6.544.516,06	692.684,53	1.414.625,99	15,10	17,74	6.559.074,01
Serviços Urbanos	6.770.000,00	7.973.700,00	323.990,73	6.544.516,06	692.684,53	1.414.625,99	15,10	17,74	6.559.074,01
Habitação	120.000,00	120.000,00	0,00	50.000,00	0,00	50.000,00	0,53	41,67	70.000,00
Habitação Urbana	120.000,00	120.000,00	0,00	50.000,00	0,00	50.000,00	0,53	41,67	70.000,00
Agricultura	1.273.000,00	1.273.000,00	377.759,35	460.600,67	129.980,57	150.249,24	1,60	11,80	1.122.750,76
Promoção da Produção Vegetal	1.273.000,00	1.273.000,00	377.759,35	460.600,67	129.980,57	150.249,24	1,60	11,80	1.122.750,76
Indústria	491.000,00	466.000,00	5.327,76	112.170,50	11.877,76	56.190,50	0,60	12,06	409.809,50
Promoção da Produção Animal	200.000,00	160.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	160.000,00
Promoção Industrial	291.000,00	306.000,00	5.327,76	112.170,50	11.877,76	56.190,50	0,60	18,36	249.809,50

Continua 1/2

Município de TURVO

Continuação 2/2

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 JANEIRO A JUNHO 2010/BIMESTRE MAIO - JUNHO

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS				SALDO A LIQUIDAR (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	24.815.395,00	27.621.240,18	2.665.370,06	17.203.475,95	3.769.671,79	9.367.839,28	100,00	33,92	18.253.400,90
Transporte	2.892.062,00	3.719.062,00	345.644,20	2.012.105,50	521.987,08	1.642.694,53	17,54	44,17	2.076.367,47
Transporte Rodoviário	2.892.062,00	3.719.062,00	345.644,20	2.012.105,50	521.987,08	1.642.694,53	17,54	44,17	2.076.367,47
Desporto e Lazer	830.000,00	735.000,00	59.028,11	240.853,51	73.929,57	143.512,32	1,53	19,53	591.487,68
Desporto Comunitário	830.000,00	735.000,00	59.028,11	240.853,51	73.929,57	143.512,32	1,53	19,53	591.487,68
Encargos Especiais	600.000,00	570.000,00	158.866,53	324.243,29	158.866,53	324.243,29	3,46	56,88	245.756,71
Serviço da Dívida Interna	220.000,00	220.000,00	65.957,26	125.803,25	65.957,26	125.803,25	1,34	57,18	94.196,75
Outros Encargos Especiais	380.000,00	350.000,00	92.909,27	198.440,04	92.909,27	198.440,04	2,12	56,70	151.559,96
Reserva de Contingência	20.000,00	20.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	20.000,00
Reserva de Contingência	20.000,00	20.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	20.000,00
TOTAL (III) = (I + II)	24.815.395,00	27.621.240,18	2.665.370,06	17.203.475,95	3.769.671,79	9.367.839,28	100,00	33,92	18.253.400,90

FONTE: SECRETARIA DE ADMINISTRACAO E FINANÇAS

RONALDO CARLESSI

Prefeito Municipal

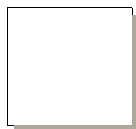
JUIR ANTONIO ROVARIS

Contador CRC-SC 16.738/0-4

NESTOR RECO

Controle Interno

¹ Representa uma dotação global sem destinação específica a determinado órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria econômica, cujos recursos serão utilizados para abertura de créditos adicionais, não sendo portanto uma função. É apresentada neste demonstrativo por constar no orçamento.

RREO ANEXO VI 3 BIM DE 2010

Município de TURVO
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2010/BIMESTRE MAIO - JUNHO

RREO – Anexo VI (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2009 (A)	Em 30 Abr 2010 (B)	Em 30 Jun 2010 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	487.822,78	438.544,36	377.791,24
DEDUÇÕES (II)	2.275.537,59	3.024.875,49	2.788.109,43
Disponibilidade de Caixa Bruta	2.275.537,59	3.371.102,72	3.244.091,22
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	0,00	346.227,23	455.981,79
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I - II)	-1.787.714,81	-2.586.331,13	-2.410.318,19
RECEITAS DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (VI) = (III + IV - V)	-1.787.714,81	-2.586.331,13	-2.410.318,19

<u>RESULTADO NOMINAL</u>	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	No Bimestre (C - B)	Jan a Jun 2010 (C - A)
VALOR	176.012,94	-622.603,38

<u>DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL</u>	VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO NOMINAL FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA	50.000,00

<u>REGIME PREVIDENCIÁRIO</u>			
<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2009 (A)	Em 30 Abr 2010 (B)	Em 30 Jun 2010 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (VII)	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (VIII)	0,00	0,00	0,00
Disponibilidade de Caixa Bruta	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (IX) = (VII - VIII)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (X)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (XI) = (IX - X)	0,00	0,00	0,00

FONTE: SECRETARIA DE ADMINISTRACAO E FINANÇAS

RONALDO CARLESSI
Prefeito Municipal

JUIR ANTONIO ROVARIS
Contador CRC-SC 16.738/0-4

NESTOR RECO
Controle Interno

RREO ANEXO VII 3 BIM DE 2010

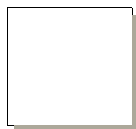
Município de TURVO
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2010/BIMESTRE MAIO - JUNHO

RREO - ANEXO VII (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2010	Até o Bimestre 2009
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (I)	17.540.124,00	3.184.404,44	9.342.022,68	7.684.479,89
Receita Tributária	1.331.461,00	474.571,56	1.512.771,97	960.184,36
I.P.T.U.	280.186,00	114.411,77	433.334,62	253.503,77
I.S.S.	374.374,00	127.435,13	318.094,16	216.528,31
I.T.B.I.	80.860,00	50.562,86	99.769,16	49.189,65
I.R.R.F.	121.319,00	14.082,66	42.222,56	33.161,63
Outras Receitas Tributárias	474.722,00	168.079,14	619.351,47	407.801,00
Receita de Contribuição	260.000,00	33.113,88	98.636,66	120.061,13
Outras Contribuições	260.000,00	33.113,88	98.636,66	120.061,13
Receita Patrimonial Líquida	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	154.721,00	8.151,92	26.348,58	10.579,95
(-) Aplicações Financeiras	154.721,00	8.151,92	26.348,58	10.579,95
Transferências Correntes	15.205.504,56	2.523.648,77	7.257.310,59	6.373.472,26
F.P.M.	5.474.566,96	776.507,53	2.085.645,52	2.015.009,66
I.C.M.S.	5.255.121,11	921.756,71	2.807.225,31	2.230.751,75
Convênios	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Transferências Correntes	4.475.816,49	825.384,53	2.364.439,76	2.127.710,85
Demais Receitas Correntes	743.158,44	153.070,23	473.303,46	230.762,14
Dívida Ativa	168.324,00	110.113,06	337.059,04	131.239,07
Diversas Receitas Correntes	574.834,44	42.957,17	136.244,42	99.523,07
RECEITAS DE CAPITAL (II)	7.120.550,00	350.000,00	1.121.497,10	220.556,83
Operações de Crédito (III)	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Ativos (V)	175.550,00	0,00	46.500,00	0,00
Transferências de Capital	6.945.000,00	350.000,00	1.074.997,10	220.556,83
Convênios	6.945.000,00	350.000,00	1.074.997,10	220.556,83
Outras Transferências de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (VI) = (II - III - IV - V)	6.945.000,00	350.000,00	1.074.997,10	220.556,83
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (VII) = (I + VI)	24.485.124,00	3.534.404,44	10.417.019,78	7.905.036,72
DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2010	Até o Bimestre 2009
DESPESAS CORRENTES (VIII)	15.266.544,70	2.676.239,39	7.181.912,94	5.881.652,73
Pessoal e Encargos Sociais	7.522.948,87	1.227.747,63	3.524.276,51	2.949.474,57
Juros e Encargos da Dívida (IX)	20.000,00	5.204,14	15.771,71	0,00
Outras Despesas Correntes	7.723.595,83	1.443.287,62	3.641.864,72	2.932.178,16
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (X) = (VIII - IX)	15.246.544,70	2.671.035,25	7.166.141,23	5.881.652,73
DESPESAS DE CAPITAL (XI)	12.334.695,48	1.093.432,40	2.185.926,34	534.844,98
Investimentos	12.134.695,48	1.032.679,28	2.075.894,80	420.689,48
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XIV)	200.000,00	60.753,12	110.031,54	114.155,50
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XV) = (XI - XII - XIII - XIV)	12.134.695,48	1.032.679,28	2.075.894,80	420.689,48
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVI)	20.000,00	-	-	-
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	20.000,00	-	-	-





Município de TURVO
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2010/BIMESTRE MAIO - JUNHO

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2010	Até o Bimestre 2009
RESERVA DO RPPS (XVII)	0,00	-	-	-
RESERVA DO RPPS	0,00	-	-	-
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XVIII) = (X + XV + XVI + XVII)	27.401.240,18	3.703.714,53	9.242.036,03	6.302.342,21
RESULTADO PRIMÁRIO (XIX) = (VII - XVIII)	-2.916.116,18	-169.310,09	1.174.983,75	1.602.694,51
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	136.904,33	0,00
Superávit Financeiro	-	-	136.904,33	0,00
Reabertura de Créditos Adicionais	-	-	0,00	0,00
DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL			VALOR CORRENTE	
META DE RESULTADO PRIMÁRIO FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA			-110.271,00	

FONTE: SECRETARIA DE ADMINISTRACAO E FINANÇAS

TURVO, 21/07/2010

RONALDO CARLESSI
Prefeito Municipal

JUIR ANTONIO ROVARIS
Contador CRC-SC 16.738/0-4

NESTOR RECO
Controle Interno



RREO ANEXO X 3 BIM DE 2010

MUNICÍPIO DE TURVO
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2010/BIMESTRE MAIO - JUNHO

RREO - ANEXO X (LDB, art. 72)

R\$ 1,00

RECEITAS DO ENSINO

RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
1- RECEITAS DE IMPOSTOS	985.063,00	985.063,00	377.286,71	1.173.092,29	119,09
1.1- Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	408.510,00	408.510,00	185.206,06	713.006,41	174,54
1.1.1- IPTU	280.186,00	280.186,00	114.411,77	433.334,62	154,66
1.1.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IPTU	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.1.3- Dívida Ativa do IPTU	128.324,00	128.324,00	70.794,29	279.671,79	217,94
1.1.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IPTU	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.1.5- (-) Deduções da Receita do IPTU	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2- Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	80.860,00	80.860,00	50.562,86	99.769,16	123,39
1.2.1- ITBI	80.860,00	80.860,00	50.562,86	99.769,16	123,39
1.2.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITBI	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.3- Dívida Ativa do ITBI	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITBI	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.5- (-) Deduções da Receita do ITBI	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.3- Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	374.374,00	374.374,00	127.435,13	318.094,16	84,97
1.3.1- ISS	374.374,00	374.374,00	127.435,13	318.094,16	84,97
1.3.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ISS	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.3.3- Dívida Ativa do ISS	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.3.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ISS	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.3.5- (-) Deduções da Receita do ISS	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4- Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	121.319,00	121.319,00	14.082,66	42.222,56	34,80
1.4.1- IRRF	121.319,00	121.319,00	14.082,66	42.222,56	34,80
1.4.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.3- Dívida Ativa do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.5- (-) Deduções da Receita do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5- Receita Resultante do Imposto Territorial Rural - ITR (CF, art. 153, §4º, inciso III)	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.1- ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.3- Dívida Ativa do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.5- (-) Deduções da Receita do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	14.117.108,00	14.117.108,00	2.392.890,14	6.789.298,73	48,09
2.1- Cota-Parte FPM	6.600.000,00	6.600.000,00	970.634,34	2.607.156,70	39,50
2.1.1- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	6.600.000,00	6.600.000,00	970.634,34	2.607.156,70	39,50
2.1.2- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea d	—	0,00	0,00	0,00	0,00
2.2- Cota-Parte ICMS	6.359.203,00	6.359.203,00	1.170.353,13	3.536.909,07	55,62
2.3- ICMS-Desoneração – L.C. nº87/1996	109.471,00	109.471,00	7.998,54	23.995,62	21,92
2.4- Cota-Parte IPI-Exportação	193.734,00	193.734,00	24.694,89	71.546,14	36,93
2.5- Cota-Parte ITR	15.937,00	15.937,00	174,76	867,35	5,44
2.6- Cota-Parte IPVA	838.763,00	838.763,00	219.034,48	548.823,85	65,43
2.7- Cota-Parte IOF-Ouro	—	0,00	0,00	0,00	0,00
3- TOTAL DA RECEITA BRUTA DE IMPOSTOS (1 + 2)	15.102.171,00	15.102.171,00	2.770.176,85	7.962.391,02	52,72
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
4- RECEITA DA APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINC. AO ENSINO	—	0,00	0,00	0,00	0,00
5- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE	—	0,00	0,00	0,00	0,00
5.1- Transferências do Salário-Educação	—	0,00	0,00	0,00	0,00
5.2- Outras Transferências do FNDE	—	0,00	0,00	0,00	0,00
5.3- Aplicação Financeira dos Recursos do FNDE	—	0,00	0,00	0,00	0,00
6- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	—	0,00	0,00	0,00	0,00
6.1- Transferências de Convênios	—	0,00	0,00	0,00	0,00
6.2- Aplicação Financeira dos Recursos de Convênios	—	0,00	0,00	0,00	0,00
7- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO	—	0,00	0,00	0,00	0,00
8- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
9- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (4 + 5 + 6 + 7 + 8)	—	0,00	0,00	0,00	0,00

FUNDEB

RECEITAS DO FUNDEB	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
10- RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB	2.398.938,44	2.398.938,44	493.103,62	1.380.241,01	57,54
10.1- Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.1.1)	1.125.433,04	1.125.433,04	194.126,81	521.511,18	46,34
10.2- Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.2)	1.104.081,89	1.104.081,89	248.596,42	729.683,76	66,09
10.3- ICMS-Desoneração Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.3)	20.066,03	20.066,03	1.599,70	4.799,10	23,92
10.4- Cota-Parte IPI-Exportação Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.4)	35.511,44	35.511,44	4.938,99	14.309,25	40,29
10.5- Cota-Parte ITR ou ITR Arrecadados Destinados ao FUNDEB – (20% de (1.5 + 2.5))	2.122,81	2.122,81	34,94	173,43	8,17
10.6- Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.6)	111.723,23	111.723,23	43.806,76	109.764,29	98,25
11- RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB	1.860.000,00	1.860.000,00	355.562,18	1.033.901,68	55,59
11.1- Transferências de Recursos do FUNDEB	1.860.000,00	1.860.000,00	355.562,18	1.033.901,68	55,59
11.2- Complementação da União ao FUNDEB	—	0,00	0,00	0,00	0,00
11.3- Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB	—	0,00	0,00	0,00	0,00
12- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (11.1 – 10)	-538.938,44	-538.938,44	-137.541,44	-346.339,33	64,26
DECRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB					



MUNICÍPIO DE TURVO
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2010/BIMESTRE MAIO - JUNHO

Continuação 2/3

DESPESAS DO FUNDEB	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
13- PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
13.1- Com Educação Infantil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
13.2- Com Ensino Fundamental	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
14- OUTRAS DESPESAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
14.1- Com Educação Infantil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
14.2- Com Ensino Fundamental	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
15- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13 + 14)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB PARA PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO					VALOR
16- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB					—
17- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB					0,00
18- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16 + 17)					0,00
19- MÍNIMO DE 60% DO FUNDEB NA REMUNERAÇÃO DO MAGISTÉRIO COM EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL1 ((13 – 18) / (11) x 100) %					0,00
CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQUENTE				VALOR	
20 – RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2009 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS				21.948,87	
21 – DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE 2010 ²				21.948,87	

MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – DESPESAS CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB

RECEITAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c)=(b/a)x100
22- IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DESTINADAS À MDE (25% de 3)³	3.775.542,75	3.775.542,75	692.544,21	1.990.597,76	52,72
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
23- EDUCAÇÃO INFANTIL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
24- ENSINO FUNDAMENTAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
24.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
24.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
25- ENSINO MÉDIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
26- ENSINO SUPERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
27- ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
28- OUTRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
29- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (23 + 24 + 25 + 26 + 27 + 28)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL				VALOR	
30- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (12)				-346.339,33	
31- DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO				—	
32- RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS DO FUNDEB ATÉ O BIMESTRE = (50 h)				—	
33- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB				—	
34- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS				0,00	
35- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO⁴				—	
36- CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (46 g)				—	
37- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (30 + 31 + 32 + 33 + 34 + 35 + 36)				-346.339,33	
38- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE ((23 + 24) – (37))				346.339,33	
39- MÍNIMO DE 25% DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS EM MDE5 ((38) / (3) x 100) %				4,35	

OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE

OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
40- DESPESAS CUSTEADAS COM A APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
41- DESPESAS CUSTEADAS COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
42- DESPESAS CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
43- DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	3.453.954,20	3.788.954,20	676.710,70	1.748.117,16	46,14
44- TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (40 + 41 + 42 + 43)	3.453.954,20	3.788.954,20	676.710,70	1.748.117,16	46,14
45- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM MDE (29 + 44)	3.453.954,20	3.788.954,20	676.710,70	1.748.117,16	46,14
RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	SALDO ATÉ O BIMESTRE		CANCELADO EM 2010 (g)		
46- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	0,00		0,00		



MUNICÍPIO DE TURVO
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2010/BIMESTRE MAIO - JUNHO

Continuação 3/3

FLUXO FINANCEIRO DOS RECURSOS	VALOR	
	FUNDEB (h)	FUNDEF
47- SALDO FINANCEIRO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009	0,00	0,00
48- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	1.033.901,68	0,00
49- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE	0,00	0,00
50- (+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	0,00	0,00
51- (=) SALDO FINANCEIRO NO EXERCÍCIO ATUAL	1.033.901,68	0,00

TURVO, 21/07/2010

RONALDO CARLESSI
Prefeito Municipal

JUIR ANTONIO ROVARIS
Contador CRC-SC 16.738/0-4

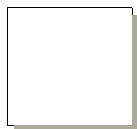
NESTOR RECO
Controle Interno

FONTE:

¹ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.² Art. 21, § 2º, Lei 11.494/2007: "Até 5% dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União recebidos nos termos do §1º do art. 6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional."³ Caput do art. 212 da CF/1988⁴ Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício⁵ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito de atuação prioritária, conforme LDB, art. 11, V.

O valor do saldo do superávit financeiro do exercício anterior, do FUNDEB foi de R\$ 21.948,87, e da complementação do FUNDEB foi de R\$ 0,00, e de outros recursos de impostos foi de R\$ 0,00.



RREO ANEXO XI 3 BIM DE 2010

Município de TURVO
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2010/BIMESTRE MAIO - JUNHO

RREO - ANEXO XI (LRF, art.53, § 1º, inciso I)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)		SALDO NÃO REALIZADO (c) = (a - b)
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO (I)	0,00	0,00		0,00
DESPESAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EXECUTADAS Até o Bimestre		SALDO NÃO EXECUTADO (g)=(d)-(e+f))
		LIQUIDADAS (e)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)	
DESPESAS DE CAPITAL	12.334.695,48	2.185.926,34	0,00	10.148.769,14
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes por Instituições Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA DE CAPITAL LÍQUIDA (II):	12.334.695,48	2.185.926,34	0,00	10.148.769,14
RESULTADO PARA APURAÇÃO DA REGRA DE OURO (III) = (I - II)	-12.334.695,48	-2.185.926,34		-10.148.769,14

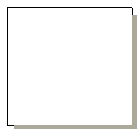
FONTE: SECRETARIA DE ADMINISTRACAO E FINANÇAS

RONALDO CARLESSI
Prefeito Municipal

JUIR ANTONIO ROVARIS
Contador CRC-SC 16.738/0-4

NESTOR RECO
Controle Interno



RREO ANEXO XIV 3 BIM DE 2010

Município de TURVO
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVOS DA RECEITA DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DE RECURSOS
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2010/BIMESTRE MAIO - JUNHO

RREO - ANEXO XIV (LRF, art. 53, § 1º, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)	SALDO A REALIZAR (c) = (a-b)
RECEITA DE CAPITAL			
ALIENAÇÃO DE ATIVOS	175.550,00	46.500,00	129.050,00
ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	30.000,00	0,00	30.000,00
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	145.550,00	46.500,00	99.050,00
TOTAL	175.550,00	46.500,00	129.050,00

DESPESAS (APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EXECUTADAS Até o Bimestre		SALDO A EXECUTAR (g) = (d) - (e+f)
		LIQUIDADAS (e)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)	
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	0,00	0,00	0,00	0,00

SALDO FINANCEIRO A APLICAR	Em 2009 (h)	Em 2010 (i) = (b) - (e+f)	SALDO ATUAL (j) = (h+i)
	0,00	46.500,00	46.500,00

FONTE: SECRETARIA DE ADMINISTRACAO E FINANÇAS

TURVO, 21/07/2010

RONALDO CARLESSI
Prefeito Municipal

JUIR ANTONIO ROVARIS
Contador CRC-SC 16.738/0-4

NESTOR RECO
Controle Interno

RREO ANEXO XVI 3 BIM DE 2010

Município de TURVO
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
**DEMONSTRATIVO DA RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E DAS DESPESAS PRÓPRIAS COM
AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE**
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2010/BIMESTRE MAIO - JUNHO

RREO – ANEXO XVI (ADCT, art. 77)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (b/a)
RECEITAS DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	0,00	0,00	0,00	0,00
Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00
Multas, Juros de Mora e Dívida Ativa dos Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Transferências Constitucionais e Legais	0,00	0,00	0,00	0,00
Da União	0,00	0,00	0,00	0,00
Do Estado	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	27.214.333,44	27.214.333,44	11.870.109,37	43,62
(-) DEDUÇÃO PARA O FUNDEB	-2.398.938,44	-2.398.938,44	-1.380.241,01	57,54
TOTAL	24.815.395,00	24.815.395,00	10.489.868,36	42,27

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (d)	% (d/c)
DESPESAS CORRENTES	2.095.690,80	2.095.690,80	898.812,99	42,89
Pessoal e Encargos Sociais	1.225.000,00	1.225.000,00	547.448,87	44,69
Outras Despesas Correntes	870.690,80	870.690,80	351.364,12	40,35
DESPESAS DE CAPITAL	170.000,00	170.000,00	300,00	0,18
Investimentos	170.000,00	170.000,00	300,00	0,18
TOTAL (IV)	2.265.690,80	2.265.690,80	899.112,99	39,68

DESPESAS PRÓPRIAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (e)	% (e)/ despesas com saúde
DESPESAS COM SAÚDE	2.265.690,80	2.265.690,80	899.112,99	100,00
(-) DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS DESTINADOS À SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos de Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos de Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS PRÓPRIOS VINCULADOS¹	-	-	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PRÓPRIAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (V)	2.265.690,80	2.265.690,80	899.112,99	100,00

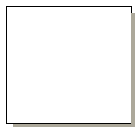
CONTROLE DE RESTOS A PAGAR VINCULADOS A SAÚDE INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS PRÓPRIOS VINCULADOS	
	Inscritos em Exercícios Anteriores	Cancelados em 2010 (VI)
RESTOS A PAGAR DE DESPESAS PRÓPRIAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	0,00	0,00

PARTICIPAÇÃO DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE NA RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS - LIMITE CONSTITUCIONAL $\leq \frac{V - VI}{I}$	0,00
---	------

DESPESAS COM SAÚDE (Por Subfunção)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até Bimestre (i)	% (i/Total i)
Atenção Básica	2.265.690,80	2.265.690,80	899.112,99	100,00

Continua 1/2





Município de TURVO

Continuação 2/2

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
**DEMONSTRATIVO DA RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E DAS DESPESAS PRÓPRIAS COM
AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE**
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2010/BIMESTRE MAIO - JUNHO

DESPESAS COM SAÚDE (Por Subfunção)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até Bimestre (i)	% (i/Total i)
Atenção Básica	2.265.690,80	2.265.690,80	899.112,99	100,00
TOTAL	2.265.690,80	2.265.690,80	899.112,99	100,00

FONTE: SECRETARIA DE ADMINISTRACAO E FINANÇAS

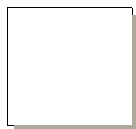
¹ Essa linha apresentará valor somente no Relatório Resumido da Execução Orçamentária do último bimestre do exercício.² Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.

TURVO, 21/07/2010

RONALDO CARLESSI
Prefeito Municipal

JUIR ANTONIO ROVARIS
Contador CRC-SC 16.738/0-4

NESTOR RECO
Controle Interno

RGF ANEXO 1 SEM DE 2010

Município de TURVO - Poder Executivo
 PREFEITURA MUNICIPAL DE TURVO
 RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 JULHO/2009 A JUNHO/2010

RGF – ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ 1,00

DESPESAS COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)	
	LIQUIDADAS	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
	(a)	(b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	6.710.502,06	0,00
Pessoal Ativo	6.544.770,00	0,00
Pessoal Inativo e Pensionista	109.462,06	0,00
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	56.270,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	0,00	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores	0,00	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	0,00	0,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I-II)	6.710.502,06	0,00
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (IV) = (III a + III b)	6.710.502,06	
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V)	17.442.319,19	
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (VI) = (IV/V)*100	38,47	
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III do art.20 da LRF) - 54%	9.418.852,36	
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único do art.22 da LRF) - 51,3%	8.947.909,74	
FONTE: SECRETARIA DE ADMINISTRACAO E FINANÇAS		

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
 b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força inciso II do art.35 da Lei 4.320/64.

RONALDO CARLESSI
 Prefeito Municipal

JUIR ANTONIO ROVARIS
 Contador CRC-SC 16.738/0-4

NESTOR RECO
 Controle Interno

RGF-ANEXO II 1 SEM DE 2010

Município de TURVO
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2010

RGF – ANEXO II (LRF, art. 55, inciso I, alínea "b")

R\$ 1,00

DÍVIDA CONSOLIDADA	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2010	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I)	487.822,78	377.791,24	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00
Dívida Contratual	260.191,54	200.929,67	0,00
Interna	260.191,54	200.929,67	0,00
Externa	0,00	0,00	0,00
Precatórios Posteriores a 05/05/2000 (Inclusive) - Vencidos e não Pagos	0,00	0,00	0,00
Demais Dívidas	227.631,24	176.861,57	0,00
DEDUÇÕES (II)	2.275.537,59	2.788.109,43	—
Disponibilidade de Caixa Bruta	2.275.537,59	3.244.091,22	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	0,00	455.981,79	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (DCL) (III) = (I - II)	-1.787.714,81	-2.410.318,19	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	15.739.019,38	17.442.319,19	0,00
% da DC sobre a RCL [(I) / RCL]	3,10%	2,17%	0,00%
% da DCL sobre a RCL [(III) / RCL]	-11,36%	-13,82%	0,00%
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 120%	18.886.823,26	20.930.783,03	0,00

DETALHAMENTO DA DÍVIDA CONTRATUAL	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2010	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
DÍVIDA DE PPP	0,00	0,00	0,00
PARCELAMENTO DE DÍVIDAS	0,00	0,00	0,00
De Tributos	0,00	0,00	0,00
De Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00
Previdenciárias	0,00	0,00	0,00
Demais Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00
Do FGTS	0,00	0,00	0,00
DEMAIS DÍVIDAS CONTRATUAIS	0,00	0,00	0,00

OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2010	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
PRECATÓRIOS ANTERIORES A 05/05/2000	0,00	0,00	0,00
INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA	0,00	0,00	0,00
DEPÓSITOS	12.624,52	81.957,86	0,00
RP NÃO-PROCESSADOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	1.448.428,78	94.638,20	0,00
ANTECIPAÇÕES DE RECEITA ORÇAMENTÁRIA - ARO	0,00	0,00	0,00

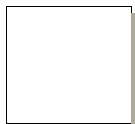
REGIME PREVIDENCIÁRIO

DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2010	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (IV)	0,00	0,00	0,00
Passivo Atuarial	0,00	0,00	0,00
Demais Dívidas	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (V)	0,00	0,00	0,00
Disponibilidade de Caixa Bruta	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados	0,00	0,00	0,00

FONTE: SECRETARIA DE ADMINISTRACAO E FINANÇAS

Continua 1/2





Município de TURVO
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2010

Continuação 2/2

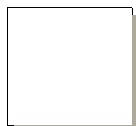
REGIME PREVIDENCIÁRIO

<u>DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2010	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
OBRIGAÇÕES NÃO INTEGRANTES DA DC	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (VI) = (IV - V)	0,00	0,00	0,00

RONALDO CARLESSI
Prefeito Municipal

JUIR ANTONIO ROVARIS
Contador CRC-SC 16.738/0-4

NESTOR RECO
Controle Interno

RGF ANEXO III 1 SEM DE 2010

Município de TURVO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DAS GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS DE VALORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO DE 2010

RGF – Anexo III (LRF, art. 55, inciso I, alínea "c" e art. 40, § 1º)

R\$ 1,00

GARANTIAS CONCEDIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2010	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
EXTERNAS (I)			
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00
INTERNAS (II)			
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00
TOTAL GARANTIAS CONCEDIDAS (III) = (I + II)	0,00	0,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL IV	15.739.019,38	17.442.319,19	0,00
% do TOTAL DAS GARANTIAS sobre a RCL	0,00	0,00	0,00
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 22%	3.462.584,26	3.837.310,22	0,00

CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2010	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
EXTERNAS (V)			
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00
INTERNAS (VI)			
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00
TOTAL CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS VII = (V + VI)	0,00	0,00	0,00

MEDIDAS CORRETIVAS:

FONTE: SECRETARIA DE ADMINISTRACAO E FINANÇAS

RONALDO CARLESSI
Prefeito Municipal

JUIR ANTONIO ROVARIS
Contador CRC-SC 16.738/0-4

NESTOR RECO
Controle Interno

RGF ANEXO IV 1 SEM DE 2010

Município de TURVO - Poder Executivo
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2010/SEMESTRE JANEIRO - JUNHO

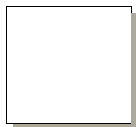
RGF – ANEXO IV (LRF, art. 55, inciso I, alínea "d" e inciso III alínea "c")

R\$ 1,00

OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR REALIZADO	
	No Semestre de referência	Até o Semestre de referência (a)
SUJEITAS AO LIMITE PARA FINS DE CONTRATAÇÃO (I)	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00
Abertura de Crédito	0,00	0,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Derivadas de PPP	0,00	0,00
Demais Aquisições Financiadas	0,00	0,00
Antecipação de Receita	0,00	0,00
Pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
Demais Antecipações de Receita	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00
Outras Operações de Crédito	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00
Abertura de Crédito	0,00	0,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Antecipação de Receita	0,00	0,00
Pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
Demais Antecipações de Receita	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00
Outras Operações de Crédito	0,00	0,00
NÃO SUJEITAS AO LIMITE PARA FINS DE CONTRATAÇÃO (II)	0,00	0,00
Parcelamentos de Dívidas	0,00	0,00
De Tributos	0,00	0,00
De Contribuições Sociais	0,00	0,00
Previdenciárias	0,00	0,00
Demais Contribuições Sociais	0,00	0,00
Do FGTS	0,00	0,00
Melhoria da Administração de Receitas e da Gestão Fiscal, Financeira e Patrimonial	0,00	0,00
Programa de Iluminação Pública - RELUZ	0,00	0,00
Amparadas pelo art. 9-N da Resolução nº 2.827/01, do CMN	0,00	0,00
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DOS LIMITES	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	17.442.319,19	—
OPERAÇÕES VEDADAS (III)	0,00	0,00
TOTAL CONSIDERADO PARA FINS DA APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE (IV) = (Ia + III)	0,00	0,00
LIMITE GERAL DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS E INTERNAS	2.790.771,07	16,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	0,00	0,00
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	1.220.962,34	7,00
TOTAL CONSIDERADO PARA CONTRATAÇÃO DE NOVAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO (V) = (IV + IIa)	0,00	0,00

FONTE: SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

Continua 1/2



Município de TURVO - Poder Executivo
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2010/SEMESTRE JANEIRO - JUNHO

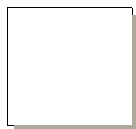
Continuação 2/2

TURVO, 21/07/2010

RONALDO CARLESSI
Prefeito Municipal

JUIR ANTONIO ROVARIS
Contador CRC-SC 16.738/0-4

NESTOR RECO
Controle Interno

RGF ANEXO V 1 SEM DE 2010

Município de TURVO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2010/SEMESTRE JANEIRO - JUNHO

RGF - Anexo V (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a")

R\$ 1,00

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA (a)	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS (b)	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (c) = (a - b)
Atencao Basica	37.961,62	16.476,94	21.484,68
Contrib de Interv do Dominio Economico CIDE	387,19	0,00	387,19
Programa de Erradicacao Trab Infantil PETI	0,00	2.910,00	(2.910,00)
RECURSOS DO TESOURO - TRANSPORTE ESCOLAR	14.598,18	0,00	14.598,18
Sem Especificação	76.072,77	0,00	76.072,77
Superavit do Exercicio Anterior	0,00	14.361,95	(14.361,95)
Transferencias de Convenio Rec Saude	176.229,28	0,00	176.229,28
Transferencias de Convenios Outros	401.684,99	0,00	401.684,99
Transferencias de Rec do FNDE	32.126,96	215,50	31.911,46
Transferencias do FUNDEF 40%	0,00	9.458,16	(9.458,16)
Transfrecias do FUNDEF 60%	93.973,32	26.083,70	67.889,62
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (I)	833.034,31	69.506,25	763.528,06
Rec de Impostos e de Transf de Impostos - Educacao	0,00	63.938,88	(63.938,88)
Receitas de Imp e de Transfer de Impostos - Saude	15.792,32	58.383,26	(42.590,94)
Recursos Ordinarios	12.391,62	0,00	12.391,62
RECURSOS ORDINARIOS - ORCAMENTOS MUNICIPAIS	2.382.872,97	440.749,46	1.942.123,51
TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (II)	2.411.056,91	563.071,60	1.847.985,31
TOTAL (III) = (I + II)	3.244.091,22	632.577,85	2.611.513,37
REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES ¹	0,00	0,00	0,00

FONTE: SECRETARIA DE ADMINISTRACAO E FINANÇAS

Nota: ¹ A disponibilidade de caixa do RPPS está comprometida com o Passivo Atuarial.

TURVO, 21/07/2010

RONALDO CARLESSI
Prefeito Municipal

JUIR ANTONIO ROVARIS
Contador CRC-SC 16.738/0-4

NESTOR RECO
Controle Interno



Videira

PREFEITURA MUNICIPAL

Decreto nº 9.466/10

DECRETO Nº 9.466/10, DE 20 DE JULHO DE 2010.

Prorroga o Decreto nº 9.396/10, de 23 de abril de 2010, que declarou situação anormal, caracterizada como Situação de Emergência, a área do município, afetada por Enxurradas.

WILMAR CARELLI, Prefeito Municipal de Videira, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 72, da Lei Orgânica do Município, pelo Art. 17 do Decreto Federal nº 5.376, de 17 de fevereiro de 2005, pela Lei Estadual nº 10.925, de 22 de setembro de 1998, pelo Decreto Estadual nº 3.924, de 11 de janeiro de 2006 e pela Resolução nº 3 do Conselho Nacional de Defesa Civil.

CONSIDERANDO QUE:

- a continuidade dos efeitos da enxurrada, ocorrido no dia 23 de abril de 2010, atingindo parte do município, resultando em danos e prejuízos, constantes do Formulário de Avaliação de Danos e Mapa das Áreas Afetadas pelo Desastre, anexos a este Decreto.

- a recomendação da Comissão Municipal de Defesa Civil, que reavaliou os efeitos do desastre e recomendou a prorrogação da situação de Emergência, em acordo com a Resolução nº 3 do Conselho Nacional de Defesa Civil - CONDEC;

- concorrem como critérios agravantes da situação de anormalidade: o grau de vulnerabilidade do cenário e da população afetada, agravado pelo despreparo da defesa civil local frente ao desastre.

DECRETA:

Art. 1º Fica prorrogado o Decreto nº 9.396/10, de 23 de abril de 2010, que decretou Situação de Emergência por desastre.

Parágrafo único - Esta situação de anormalidade é válida apenas para as áreas deste Município, comprovadamente afetadas pelo desastre, conforme prova documental estabelecida pelo Formulário de Avaliação de Danos e pelo Croqui da Área Afetada, anexos a este Decreto.

Art. 2º Confirma-se a mobilização do Sistema Nacional de Defesa Civil, no âmbito do Município, sob a coordenação da Comissão Municipal de Defesa Civil - COMDEC e autoriza-se o desencadear do Plano Emergencial de Resposta aos Desastres, após adaptado à situação real desse desastre.

Art. 3º Autoriza-se a convocação de voluntários, para reforçar as ações de resposta aos desastres, e a realização de campanhas de arrecadação de recursos, junto à comunidade, com o objetivo de facilitar as ações de assistência à população afetada pelo desastre.

Parágrafo único - Essas atividades serão coordenadas pela Secretaria Executiva da COMDEC.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.9098/09, produzindo seus efeitos a partir de 22 de julho do corrente ano, devendo vigor por um prazo de 90 (noventa) dias.

Videira - SC, 20 de julho de 2010.

WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 20 dias do mês de julho de 2.010.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL
Secretário de Administração em Exercício

PR 138/2010 - PMV

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VIDEIRA

PREGÃO PRESENCIAL Nº 138/2010 - PMV

O Prefeito Municipal de Videira torna público que fará realizar o Pregão Presencial nº 138/2010. 1. OBJETO: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E SUPRIMENTOS PARA SEREM UTILIZADOS PELO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR. 2. TIPO: MENOR PREÇO UNITÁRIO. 3. CREDENCIAMENTO: a partir das 14:00 horas do dia 16 de Agosto de 2010, na Avenida Manoel Roque, nº 188, Videira/SC. 4. ABERTURA: às 14:15 horas do mesmo dia. 5. OBTENÇÃO DO EDITAL: O Edital completo está disponível no site www.videira.sc.gov.br ou no Departamento de Licitações, no horário das 08:00 às 11:45 e das 13:30 às 17:45. 6. INFORMAÇÕES: Através dos telefones (49) 3566-9034/3566-9012.

Videira/SC, 21 de Julho de 2010.

WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

PR 139/2010 - PMV

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VIDEIRA

PREGÃO PRESENCIAL Nº 139/2010 - PMV

O Prefeito Municipal de Videira torna público que fará realizar o Pregão Presencial nº 139/2010. 1. OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE PEÇAS E MÃO DE OBRA PARA CONserto do Trator de Esteira FD9, Frota 105, da Secretaria de Agricultura. 2. TIPO: MENOR PREÇO POR LOTE 3. CREDENCIAMENTO: a partir das 09:00 horas do dia 16 de Agosto de 2010, na Avenida Manoel Roque, nº 188, Videira/SC. 4. ABERTURA: às 09:15 horas do mesmo dia. 5. OBTENÇÃO DO EDITAL: O Edital completo está disponível no site www.videira.sc.gov.br ou no Departamento de Licitações, no horário das 08:00 às 11:45 e das 13:30 às 17:45. 6. INFORMAÇÕES: Através dos telefones (49) 3566-9034/3566-9012.

Videira/SC, 22 de Julho de 2010.

WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Extrato do Contrato nº 258/2010

Contrato Nº.: 258/2010

Data de Assinatura: 08/07/2010

Fornecedor : GL CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA

Valor : R\$ 276.261,82 (duzentos e setenta e seis mil e duzentos e sessenta e um reais e oitenta e dois centavos)

Licitação : Tomada de Preços nº 02/2010

OBJETO : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUTAR AS OBRAS DE PAVIMENTAÇÃO COM PEDRAS IRREGULARES NA AVENIDA JOAQUIM AMARANTE, COM ÁREA TOTAL DE 2.150,00 M², E NAS RUAS TREZE TÍLIAS E CATANDUVAS NO LOTEAMENTO SANTA CATARINA, BAIRRO RIO DAS PEDRAS, COM ÁREA TOTAL DE 3.735,00 M², INCLUINDO MATERIAL E MÃO-DE-OBRA, CONFORME ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS CONSTANTES NO MEMORIAL DESCRITIVO, EM CONVÊNIO COM O MINISTÉRIO DAS CIDADES ATRAVÉS DA CEF CONFORME CONTRATOS DE REPASSE Nº 257809-99/2008 E 268532-82/2008.



Extrato do Contrato nº 259/2010

Contrato Nº.: 259/2010

Data de Assinatura: 09/07/2010

Fornecedor : CARBONI VEÍCULOS LTDA

Valor : R\$ 2.748,25 (dois mil e setecentos e quarenta e oito reais e vinte e cinco centavos)

Licitação : Dispensa nº 32/2010-FMS

OBJETO : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE PEÇAS E MÃO-DE-OBRA PARA REVISÃO DOS 60.000 KM (SESSENTA MIL QUILOMETROS) DO VEÍCULO DUCATO, PLACA MHB 1569, FROTA 178 DA SECRETARIA DE SAÚDE.

Extrato do Contrato nº 260/2010

Contrato Nº.: 260/2010

Data de Assinatura: 09/07/2010

Fornecedor : ROBERTO TESSARO & CIA LTDA

Valor : R\$ 2.422,50 (dois mil e quatrocentos e vinte e dois reais e cinquenta centavos)

Licitação : Pregão 03/2010-FIA

OBJETO : AQUISIÇÃO DE FRALDAS PARA USO DAS CRIANÇAS ABRIGADAS NA CASA LAR.

Extrato do Contrato nº 261/2010

Contrato Nº.: 261/2010

Data de Assinatura: 09/07/2010

Fornecedor : RESTAURANTE E LAVAÇÃO MUGNOL LTDA

Valor : R\$ 1.430,00 (um mil e quatrocentos e trinta reais)

Licitação : Pregão 04/2010-FIA

OBJETO : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAR SERVIÇOS DE LAVAÇÃO DOS VEÍCULOS DO FIA - FUNDO MUNICIPAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE.

Extrato do Contrato nº 262/2010

Contrato Nº.: 262/2010

Data de Assinatura: 09/07/2010

Fornecedor : POSTO DE LAVAGEM ADY LTDA

Valor : R\$ 1.083,00 (um mil e oitenta e três reais)

Licitação : Pregão 04/2010-FIA

OBJETO : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAR SERVIÇOS DE LAVAÇÃO DOS VEÍCULOS DO FIA - FUNDO MUNICIPAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE.

Extrato do Contrato nº 263/2010

Contrato Nº.: 263/2010

Data de Assinatura: 15/07/2010

Fornecedor : ONÉVIO BETTONI EPP

Valor : R\$ 5.037,00 (cinco mil e trinta e sete reais)

Licitação : Pregão Presencial 15/2010-FME

OBJETO : AQUISIÇÃO DE BORRACHA PARA TÊNIS DE MESA PARA A FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES.

Extrato do Contrato nº 264/2010

Contrato Nº.: 264/2010

Data de Assinatura: 16/07/2010

Fornecedor : ASFAG LTDA ME

Valor : R\$ 28.407,78 (vinte e oito mil e quatrocentos e sete reais e setenta e oito centavos)

Licitação : Pregão Presencial 121/2010

OBJETO : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAR OS SERVIÇOS DE DESINSETIZAÇÃO, DESRATIZAÇÃO, DESCUPINIZAÇÃO, DESENTUPIMENTO DE REDE DE ESGOTO, LIMPEZA DE FOSSA SÉPTICA E CAIXA D'ÁGUA PARA AS SECRETARIAS DE AGRICULTURA, TURISMO, EDUCAÇÃO, ADMINISTRAÇÃO, POLÍCIA MILI-

TAR, ESCOLAS MUNICIPAIS E CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL.

Extrato do Contrato nº 265/2010

Contrato Nº.: 265/2010

Data de Assinatura: 16/07/2010

Fornecedor : WLPN TRANSPORTE DE RESÍDUOS LTDA

Valor : R\$ 31.600,00 (trinta e um mil e seiscentos reais)

Licitação : Pregão Presencial 121/2010

OBJETO : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAR OS SERVIÇOS DE DESINSETIZAÇÃO, DESRATIZAÇÃO, DESCUPINIZAÇÃO, DESENTUPIMENTO DE REDE DE ESGOTO, LIMPEZA DE FOSSA SÉPTICA E CAIXA D'ÁGUA PARA AS SECRETARIAS DE AGRICULTURA, TURISMO, EDUCAÇÃO, ADMINISTRAÇÃO, POLÍCIA MILITAR, ESCOLAS MUNICIPAIS E CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL.

Extrato do Contrato nº 266/2010

Contrato Nº.: 266/2010

Data de Assinatura: 19/07/2010

Fornecedor : CONSTRULACER COMÉRCIO E CONSTRUÇÕES LACERDÓPOLIS LTDA

Valor : R\$ 82.887,35 (oitenta e dois mil e oitocentos e oitenta e sete reais e trinta e cinco centavos)

Licitação : Tomada de Preços nº 07/2010

OBJETO : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA CONSTRUÇÃO DE 02 UNIDADES HABITACIONAIS GEMINADAS, INCLUINDO MATERIAL E MÃO-DE-OBRA COM ÁREA TOTAL DE 139,70 M², CONFORME MEMORIAL DESCRITIVO E LEI MUNICIPAL Nº 2.357/2010 DE 09 DE JUNHO DE 2010.

Extrato do Contrato nº 267/2010

Contrato Nº.: 267/2010

Data de Assinatura: 19/07/2010

Fornecedor : INSTITUTO DE ENSINO ASSISTÊNCIA SOCIAL - HOSPITAL DIVINO SALVADOR

Valor : R\$ 692.116,56 (seiscentos e noventa e dois reais e cento e dezesseis reais e cinquenta e seis centavos)

Licitação : Inexigibilidade nº 03/2010-FMS

OBJETO : CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS A NÍVEL HOSPITALAR PARA ATENDIMENTO NAS SITUAÇÕES DE URGÊNCIA/ EMERGÊNCIA, ATENDIMENTO NAS ESPECIALIDADES MÉDICAS, REALIZAÇÃO DE EXAMES DE RAIO-X, ULTRASSONOGRAFIA, TOMOGRAFIA, MAMOGRAFIA E LABORATORIAIS, ATENDIMENTOS/ PROCEDIMENTOS AMBULATORIAIS E ATENDIMENTO EM UNIDADE DE TERAPIA INTENSIVA.

Extrato do Contrato nº 268/2010

Contrato Nº.: 268/2010

Data de Assinatura: 20/07/2010

Fornecedor : MERCANTIL CATARINENSE DE EQUIPAMENTOS LTDA

Valor : R\$ 3.945,00 (três mil e novecentos e quarenta e cinco reais)

Licitação : Pregão Presencial nº 117/2010

OBJETO : AQUISIÇÃO DE PEÇAS PARA SUBSTITUIÇÃO NO CAMINHÃO BOMBEIRO VW 11140, PLACA LZT 7958, FROTA 49 PARA A SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA.

Extrato do Contrato nº 269/2010

Contrato Nº.: 269/2010

Data de Assinatura: 20/07/2010

Fornecedor : VR INSTALAÇÕES ELÉTRICAS LTDA

Valor : R\$ 49.509,62 (quarenta e nove mil e quinhentos e nove



reais e sessenta e dois centavos)

Licitação : Pregão Presencial n° 120/2010

OBJETO : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA INSTALAÇÃO DA ESTRUTURA PARA TUBULAÇÃO E INSTALAÇÃO ELÉTRICA DO SISTEMA DE AR CONDICIONADO DA NOVA SEDE DA DELEGACIA REGIONAL DE POLÍCIA CIVIL DE VIDEIRA, INCLUINDO MATERIAL E MÃO-DE-OBRA CONFORME MEMORIAL DESCRITIVO.

Extrato do Contrato n° 270/2010

Contrato N°.: 270/2010

Data de Assinatura: 20/07/2010

Fornecedor : KROMOS CONSULTORIA, ASSESSORIA E PLANEJAMENTO LTDA

Valor : R\$ 5.000,00 (cinco mil reais)

Licitação : Pregão Presencial n° 50/2010-FMS

OBJETO : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA REALIZAR CURSO DE CAPACITAÇÃO COM OS SEGUINTE TEMAS: GERENCIANDO CONFLITOS COM INTELIGÊNCIA, MOTIVAÇÃO E COMPROMETIMENTO PROFISSIONAL PARA OS SERVIDORES DA SECRETARIA DE SAÚDE.

Extrato do Contrato n° 271/2010

Contrato N°.: 271/2010

Data de Assinatura: 20/07/2010

Fornecedor : LOCOMAQ COMÉRCIO E LOCAÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA

Valor : R\$ 5.017,27 (cinco mil e dezessete reais e vinte e sete centavos)

Licitação : Pregão Presencial n° 122/2010

OBJETO : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE PEÇAS E MÃO-DE-OBRA PARA CONserto DA RETROESCAVADEIRA CASE 580L, FROTA 95 DA SECRETARIA DE AGRICULTURA.

Extrato da Ata de Registro de Preços n° 100/2010

Ata de Registro de Preços n°: 100/2010

Data de Assinatura: 14.07.2010

Fornecedor : STARMED ARTIGOS MÉDICOS HOSPITALARES LTDA

Valor : R\$ 67.883,92 (sessenta e sete mil e oitocentos e oitenta e três reais e noventa e dois centavos)

Licitação : Pregão Presencial n° 49/2010-FMS

Objeto : REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO FUTURA DE MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR QUE SERÃO UTILIZADOS NAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE VIDEIRA.

Extrato da Ata de Registro de Preços n° 101/2010

Ata de Registro de Preços n°: 101/2010

Data de Assinatura: 14.07.2010

Fornecedor : WERBRAN DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA

Valor : R\$ 24,60 (vinte e quatro reais e sessenta centavos)

Licitação : Pregão Presencial n° 49/2010-FMS

Objeto : REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO FUTURA DE MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR QUE SERÃO UTILIZADOS NAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE VIDEIRA.

Extrato da Ata de Registro de Preços n° 102/2010

Ata de Registro de Preços n°: 102/2010

Data de Assinatura: 14.07.2010

Fornecedor : OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA

Valor : R\$ 21.889,10 (vinte e um mil e oitocentos e oitenta e nove reais e dez centavos)

Licitação : Pregão Presencial n° 49/2010-FMS

Objeto : REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO FUTURA DE MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR QUE SERÃO UTILIZADOS NAS

UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE VIDEIRA.

Extrato da Ata de Registro de Preços n° 103/2010

Ata de Registro de Preços n°: 103/2010

Data de Assinatura: 14.07.2010

Fornecedor : PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA

Valor : R\$ 1.080,00 (um mil e oitenta reais)

Licitação : Pregão Presencial n° 49/2010-FMS

Objeto : REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO FUTURA DE MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR QUE SERÃO UTILIZADOS NAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE VIDEIRA.

Extrato da Ata de Registro de Preços n° 104/2010

Ata de Registro de Preços n°: 104/2010

Data de Assinatura: 14.07.2010

Fornecedor : PRODUTOS HOSPITALARES MEDBLANC LTDA

Valor : R\$ 17.760,00 (dezessete mil e setecentos e sessenta reais)

Licitação : Pregão Presencial n° 49/2010-FMS

Objeto : REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO FUTURA DE MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR QUE SERÃO UTILIZADOS NAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE VIDEIRA.

Extrato da Ata de Registro de Preços n° 105/2010

Ata de Registro de Preços n°: 105/2010

Data de Assinatura: 14.07.2010

Fornecedor : DIMACI SC MATERIAIS CIRÚRGICOS LTDA

Valor : R\$ 37.467,50 (trinta e sete mil e quatrocentos e sessenta e sete reais e cinquenta centavos)

Licitação : Pregão Presencial n° 49/2010-FMS

Objeto : REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO FUTURA DE MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR QUE SERÃO UTILIZADOS NAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE VIDEIRA.

Extrato da Ata de Registro de Preços n° 106/2010

Ata de Registro de Preços n°: 106/2010

Data de Assinatura: 14.07.2010

Fornecedor : HALEX ISTAR INDÚSTRIA FARMACÊUTICA LTDA

Valor : R\$ 39.435,00 (trinta e nove mil e quatrocentos e trinta e cinco reais)

Licitação : Pregão Presencial n° 49/2010-FMS

Objeto : REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO FUTURA DE MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR QUE SERÃO UTILIZADOS NAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE VIDEIRA.

Extrato da Ata de Registro de Preços n° 107/2010

Ata de Registro de Preços n°: 107/2010

Data de Assinatura: 14.07.2010

Fornecedor : DIMACLO COMÉRCIO DE PRODUTOS MÉDICOS E HOSPITALARES LTDA

Valor : R\$ 11.750,00 (onze mil e setecentos e cinquenta reais)

Licitação : Pregão Presencial n° 49/2010-FMS

Objeto : REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO FUTURA DE MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR QUE SERÃO UTILIZADOS NAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE VIDEIRA.

Extrato da Ata de Registro de Preços n° 108/2010

Ata de Registro de Preços n°: 108/2010

Data de Assinatura: 15.07.2010

Fornecedor : POLLO HOSPITALAR LTDA

Valor : R\$ 10.090,70 (dez mil e noventa reais e setenta centavos)

Licitação : Pregão Presencial n° 49/2010-FMS

Objeto : REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO FUTURA DE



MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR QUE SERÃO UTILIZADOS NAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE VIDEIRA.

Extrato da Ata de Registro de Preços nº 109/2010

Ata de Registro de Preços nº: 109/2010

Data de Assinatura: 15.07.2010

Fornecedor : ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA

Valor : R\$ 11.830,20 (onze mil e oitocentos e trinta reais e vinte centavos)

Licitação : Pregão Presencial nº 49/2010-FMS

Objeto : REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO FUTURA DE MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR QUE SERÃO UTILIZADOS NAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE VIDEIRA.

Extrato da Ata de Registro de Preços nº 110/2010

Ata de Registro de Preços nº: 110/2010

Data de Assinatura: 15.07.2010

Fornecedor : GRECA DISTRIBUIDORA DE ASFALTOS LTDA

Valor : R\$ 432.000,00 (quatrocentos e trinta e dois mil reais)

Licitação : Pregão Presencial nº 119/2010

Objeto : REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO FUTURA DE EMULSÃO ASFÁLTICA DESTINADA AO RECAPEAMENTO DA MALHA ASFÁLTICA DO MUNICÍPIO DE VIDEIRA PELA SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA.

Extrato da Ata de Registro de Preços nº 94/2010

Ata de Registro de Preços nº: 94/2010

Data de Assinatura: 09.07.2010

Fornecedor : CASA CIRÚRGICA CHAPECÓ LTDA

Valor : R\$ 10.350,00 (dez mil e trezentos e cinquenta reais)

Licitação : Pregão Presencial nº 47/2010-FMS

Objeto : REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO FUTURA DE ESCOVA, CREME E FIO DENTAL PARA USO NO PROGRAMA DE HIGIENE BUCAL DA SECRETARIA DE SAÚDE.

Extrato da Ata de Registro de Preços nº 95/2010

Ata de Registro de Preços nº: 95/2010

Data de Assinatura: 09.07.2010

Fornecedor : DENTAL MED SUL ARTIGOS ODONTOLÓGICOS LTDA

Valor : R\$ 12.650,00 (doze mil e seiscentos e cinquenta reais)

Licitação : Pregão Presencial nº 47/2010-FMS

Objeto : REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO FUTURA DE ESCOVA, CREME E FIO DENTAL PARA USO NO PROGRAMA DE HIGIENE BUCAL DA SECRETARIA DE SAÚDE.

Extrato da Ata de Registro de Preços nº 96/2010

Ata de Registro de Preços nº: 96/2010

Data de Assinatura: 14.07.2010

Fornecedor : METROMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA

Valor : R\$ 44.690,30 (quarenta e quatro mil e seiscentos e noventa reais e trinta centavos)

Licitação : Pregão Presencial nº 49/2010-FMS

Objeto : REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO FUTURA DE MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR QUE SERÃO UTILIZADOS NAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE VIDEIRA.

Extrato da Ata de Registro de Preços nº 97/2010

Ata de Registro de Preços nº: 97/2010

Data de Assinatura: 14.07.2010

Fornecedor : PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA

Valor : R\$ 74.549,56 (setenta e quatro mil e quinhentos e quaren-

ta e nove reais e cinquenta e seis centavos)

Licitação : Pregão Presencial nº 49/2010-FMS

Objeto : REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO FUTURA DE MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR QUE SERÃO UTILIZADOS NAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE VIDEIRA.

Extrato da Ata de Registro de Preços nº 98/2010

Ata de Registro de Preços nº: 98/2010

Data de Assinatura: 14.07.2010

Fornecedor : CENTROSUL COMÉRCIO, IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA

Valor : R\$ 18.837,88 (dezoito mil e oitocentos e trinta e sete reais e oitenta e oito centavos)

Licitação : Pregão Presencial nº 49/2010-FMS

Objeto : REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO FUTURA DE MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR QUE SERÃO UTILIZADOS NAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE VIDEIRA.

Extrato da Ata de Registro de Preços nº 99/2010

Ata de Registro de Preços nº: 99/2010

Data de Assinatura: 14.07.2010

Fornecedor : ALIANÇA HOSPITALAR LTDA

Valor : R\$ 27.438,40 (vinte e sete mil e quatrocentos e trinta e oito reais e quarenta centavos)

Licitação : Pregão Presencial nº 49/2010-FMS

Objeto : REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO FUTURA DE MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR QUE SERÃO UTILIZADOS NAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE VIDEIRA.

ANEXO I RGF

Município de VIDEIRA - Poder Executivo
PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDEIRA
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JULHO/2009 A JUNHO/2010

RGF – ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ 1,00

DESPESAS COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)	
	LIQUIDADAS	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR
	(a)	NÃO PROCESSADOS (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	37.415.570,73	93.796,83
Pessoal Ativo	34.047.230,57	0,00
Pessoal Inativo e Pensionista	1.314.199,90	0,00
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	2.054.140,26	93.796,83
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	350.517,08	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	350.517,08	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores	0,00	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	0,00	0,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I-II)	37.065.053,65	93.796,83
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (IV) = (III a + III b)	37.158.850,48	
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V)	74.927.455,56	
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (VI) = (IV/V)*100	49,59	
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III do art.20 da LRF) - 54%	40.460.826,00	
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único do art.22 da LRF) - 51,3%	38.437.784,70	
FONTE: SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS		

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força inciso II do art.35 da Lei 4.320/64.

VIDEIRA, 16/07/2010

CRISTINA KLOCK
Contadora CRC/SC 020534/O-0

ALEXANDRE GANASINI
Secretario de Finanças

RENATA CHRISTINA MELILLO
Coord Sistema Controle Interno

WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal



ANEXO II RGF

Município de VIDEIRA
PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDEIRA
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2010

RGF – ANEXO II (LRF, art. 55, inciso I, alínea "b")

R\$ 1,00

<u>DÍVIDA CONSOLIDADA</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2010	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I)	22.269.120,44	21.523.135,50	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00
Dívida Contratual	3.050.449,86	2.471.348,24	0,00
Interna	3.050.449,86	2.471.348,24	0,00
Externa	0,00	0,00	0,00
Precatórios Posteriores a 05/05/2000 (Inclusive) - Vencidos e não Pagos	0,00	0,00	0,00
Demais Dívidas	19.218.670,58	19.051.787,26	0,00
DEDUÇÕES (II)	12.232.294,81	17.827.062,35	—
Disponibilidade de Caixa Bruta	12.989.717,78	18.639.254,77	0,00
Demais Haveres Financeiros	77.272,91	33.658,17	0,00
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	834.695,88	845.850,59	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (DCL) (III) = (I - II)	10.036.825,63	3.696.073,15	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	71.641.509,79	74.927.455,56	0,00
% da DC sobre a RCL [(I) / RCL]	31,08%	28,73%	0,00%
% da DCL sobre a RCL [(III) / RCL]	14,01%	4,93%	0,00%
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 120%	85.969.811,75	89.912.946,67	0,00

<u>DETALHAMENTO DA DÍVIDA CONTRATUAL</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2010	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
DÍVIDA DE PPP	0,00	0,00	0,00
PARCELAMENTO DE DÍVIDAS	1.950.872,32	1.595.269,05	0,00
De Tributos	396.117,07	404.298,29	0,00
De Contribuições Sociais	1.554.755,25	1.190.970,76	0,00
Previdenciárias	1.554.755,25	1.190.970,76	0,00
Demais Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00
Do FGTS	0,00	0,00	0,00
DEMAIS DÍVIDAS CONTRATUAIS	1.099.577,54	876.079,19	0,00

<u>OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2010	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
PRECATÓRIOS ANTERIORES A 05/05/2000	0,00	0,00	0,00
INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA	0,00	0,00	0,00
DEPÓSITOS	366.582,19	452.628,95	0,00
RP NÃO-PROCESSADOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	1.791.220,36	302.976,84	0,00
ANTECIPAÇÕES DE RECEITA ORÇAMENTÁRIA - ARO	0,00	0,00	0,00

REGIME PREVIDENCIÁRIO

<u>DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2010	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (IV)	0,00	0,00	0,00
Passivo Atuarial	0,00	0,00	0,00
Demais Dívidas	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (V)	0,00	0,00	0,00
Disponibilidade de Caixa Bruta	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados	0,00	0,00	0,00

FONTE: SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS

Continua 1/2



Município de VIDEIRA
PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDEIRA
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2010

Continuação 2/2

REGIME PREVIDENCIÁRIO

<u>DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2010	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
OBRIGAÇÕES NÃO INTEGRANTES DA DC	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (VI) = (IV - V)	0,00	0,00	0,00

VIDEIRA, 16/07/2010

CRISTINA KLOCK
Contadora CRC/SC 020534/O-0

ALEXANDRE GANASINI
Secretário de Finanças

RENATA CHRISTINA MELILLO
Coord Sistema Controle Interno

WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

ANEXO III RGF

Município de VIDEIRA
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DAS GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS DE VALORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO DE 2010

RGF – Anexo III (LRF, art. 55, inciso I, alínea "c" e art. 40, § 1º)

R\$ 1,00

GARANTIAS CONCEDIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2010	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
EXTERNAS (I)			
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00
INTERNAS (II)			
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00
TOTAL GARANTIAS CONCEDIDAS (III) = (I + II)	0,00	0,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL IV	71.641.509,79	74.927.455,56	0,00
% do TOTAL DAS GARANTIAS sobre a RCL	0,00	0,00	
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 22%	15.761.132,15	16.484.040,22	0,00

CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2010	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
EXTERNAS (V)			
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00
INTERNAS (VI)			
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00
TOTAL CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS VII = (V + VI)	0,00	0,00	0,00

MEDIDAS CORRETIVAS:

FONTE: SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS

VIDEIRA, 16/07/2010

CRISTINA KLOCK
Contadora CRC/SC 020534/O-0

ALEXANDRE GANASINI
Secretario de Finanças

RENATA CHRISTINA MELILLO
Coord Sistema Controle Interno

WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal



ANEXO IV RGF

Município de VIDEIRA - Poder Executivo
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2010/SEMESTRE JANEIRO - JUNHO

RGF – ANEXO IV (LRF, art. 55, inciso I, alínea "d" e inciso III alínea "c")

R\$ 1,00

OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR REALIZADO	
	No Semestre de referência	Até o Semestre de referência (a)
SUJEITAS AO LIMITE PARA FINS DE CONTRATAÇÃO (I)	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00
Abertura de Crédito	0,00	0,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Derivadas de PPP	0,00	0,00
Demais Aquisições Financiadas	0,00	0,00
Antecipação de Receita	0,00	0,00
Pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
Demais Antecipações de Receita	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00
Outras Operações de Crédito	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00
Abertura de Crédito	0,00	0,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Antecipação de Receita	0,00	0,00
Pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
Demais Antecipações de Receita	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00
Outras Operações de Crédito	0,00	0,00
NÃO SUJEITAS AO LIMITE PARA FINS DE CONTRATAÇÃO (II)	0,00	0,00
Parcelamentos de Dívidas	0,00	0,00
De Tributos	0,00	0,00
De Contribuições Sociais	0,00	0,00
Previdenciárias	0,00	0,00
Demais Contribuições Sociais	0,00	0,00
Do FGTS	0,00	0,00
Melhoria da Administração de Receitas e da Gestão Fiscal, Financeira e Patrimonial	0,00	0,00
Programa de Iluminação Pública - RELUZ	0,00	0,00
Amparadas pelo art. 9-N da Resolução nº 2.827/01, do CMN	0,00	0,00
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DOS LIMITES	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	74.927.455,56	—
OPERAÇÕES VEDADAS (III)	0,00	0,00
TOTAL CONSIDERADO PARA FINS DA APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE (IV) = (Ia + III)	0,00	0,00
LIMITE GERAL DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS E INTERNAS	11.988.392,89	16,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	0,00	0,00
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	5.244.921,89	7,00
TOTAL CONSIDERADO PARA CONTRATAÇÃO DE NOVAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO (V) = (IV + IIa)	0,00	0,00

FONTE: SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS

VIDEIRA, 16/07/2010

CRISTINA KLOCK
Contadora CRC/SC 020534/O-0

ALEXANDRE GANASINI
Secretário de Finanças

RENATA CHRISTINA MELILLO
Coord Sistema Controle Interno

WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal



ANEXO VII RGF

Município de VIDEIRA
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
Até o 1º Semestre de 2010

L.R.F., Artigo 48 - Anexo VII

R\$ 1,00

DESPESAS COM PESSOAL	VALOR	% SOBRE A RCL
Despesa Total com Pessoal - DTP	37.827.508,47	50,49
Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - <%>	44.956.473,34	60,00
Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF) - <%>	42.708.649,67	57,00
DÍVIDA CONSOLIDADA	VALOR	% SOBRE A RCL
Dívida Consolidada Líquida	-2.092.489,13	-2,79
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	89.912.946,67	120,00
GARANTIA DE VALORES	VALOR	% SOBRE A RCL
Total das Garantias Concedidas	0,00	0,00
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	16.484.040,22	22,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR	% SOBRE A RCL
Operações de Crédito Externas e Internas	0,00	0,00
Operações de Crédito por Antecipação da Receita	0,00	0,00
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito Externas e Internas	11.988.392,89	16,00
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito por Antecipação da Receita	5.244.921,89	7,00
RESTOS A PAGAR	INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)
Valor Apurado nos Demonstrativos Respectivos	8.112.619,48	52.102.054,87

FONTE: SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS

VIDEIRA, 21/07/2010

CRISTINA KLOCK
Contadora CRC/SC 020534/O-0

ALEXANDRE GANASINI
Secretario de Finanças

RENATA CHRISTINA MELILLO
Coord Sistema Controle Interno

WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

